

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONTRAMÃO DA EXPANSÃO CANAVIEIRA:
Um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista**

São Carlos

2013

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONTRAMÃO DA EXPANSÃO CANAVIEIRA:
Um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONTRAMÃO DA EXPANSÃO CANAVIEIRA:
Um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista**

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Sociologia

Orientadora: Maria Aparecida de Moraes Silva

Financiamento: FAPESP

SÃO CARLOS – 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M528hm

Melo, Beatriz Medeiros de.

História e memória na contramão da expansão canavieira : um estudo das formas de resistência dos sitiante do extremo noroeste paulista / Beatriz Medeiros de Melo. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
463 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Sociologia rural. 2. Agronegócio. 3. Resistência cotidiana. 4. Estratégias de reprodução. 5. Campesinato. 6. Extremo noroeste paulista. I. Título.

CDD: 307.72 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luis, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Beatriz Medeiros de Melo

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 17 de dezembro de 2012

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCAR

Prof^a. Dra. Maria Aparecida de Menezes
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a. Dra. Maria José Teixeira Carneiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCAR

Para uso da CPG

Homologado na 35ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 09/12/12

Prof^a Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

*Aos meus pequenos sobrinhos
Mateus, Pedro e Tomás.*

- É de lugares como esse que vem a carne, o suco, o leite e as frutas que vocês comem, pequenos. “É bonito e triste”, como bem me disse o Sr. Antônio Fiorili.

AGRADEDIMENTO

Há muito que agradecer.

Os primeiros destinatários deste *sentimento* que me toma ao finalizar a tese são aqueles sem os quais esse trabalho não encontraria possibilidade de existir: os sitiantes do extremo noroeste paulista. É imensurável a gratidão pela generosidade por terem me recebido, sem reservas, em seus sítios, em suas casas, no seio de suas famílias e me ofertado, naqueles momentos, não apenas *expressões*, mas também verdadeiras *traduções* de sua vida, cheias de sabedoria e consciência. Falo destas que estão transcritas no trabalho e tantas outras que me afetaram. Não citarei nomes para não correr o risco de sugerir hierarquizações ou de me esquecer de algum deles. Estão identificados no transcorrer da tese e também no quadro com as entrevistas realizadas, apresentado nos anexos. Agradeço também a todos os outros depoentes cujas falas também contribuíram imensamente para a compreensão da questão que nos propomos discutir nessa tese. Também à contribuição de Sedeval Nardoque na aproximação com alguns dos sitiantes da região.

Não poderia deixar de agradecer, também, a Luis Paulo Valente e sua família (Paulo Valente e Maria Barizon), que me encaminharam na primeira aproximação com os sitiantes da microrregião de Jales. A intimidade vivenciada com essa família que tem origens na região que ora estudo agregou elementos insubstituíveis à minha compreensão. E, especialmente, a Maria Barizon, que faleceu ainda no período em que este trabalho se desenvolvia. A ela elevo meus sinceros agradecimentos, e também meus sentimentos.

Ao apoio e entusiasmo de minha família que, aos poucos, e cada vez mais, foi compreendendo a importância deste trabalho para mim, fortaleceu-me e tranquilizou-me nos momentos de maior tensão. Aos meus irmãos (Ady e Robson), companheiros sempre presentes, ainda que distantes. Ao meu pai (Francisco), sempre preocupado se estava tudo “certinho” com minha estabilidade, com o meu futuro, com a minha felicidade. À minha mãe, Maria de Lourdes (*in memoriam*) que imagino regozijando-se com o cumprimento desta etapa, e protegendo-me. À minha avó, Beatriz, mulher do campo, que sempre me afaga com sua figura materna.

A todos os amigos que estiveram por perto neste momento. A aqueles que participaram diretamente da construção do trabalho: Elisângela, que me acompanhou em uma das etapas do trabalho de campo; Carmen, que compartilhou cotidianamente da experiência de estar “alone together”; Juliana, minha companheira das férteis reflexões cotidianas, que foi tantas vezes escuta atenta; Alice e Aline, que dividiram comigo a preocupação com os sitiantes vivendo em áreas de expansão da monocultura da cana e, junto com Lúcio e Juliana, revisaram partes do trabalho; aos demais companheiros do Grupo de Pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração* (Leonardo, Daniela, Juliana, Charles), com quem compartilhei tantas das reflexões centrais que guiaram o trabalho; aos amigos de São Paulo, que acompanharam os primeiros passos desse trabalho, Cloves e Andréia. A aqueles que me afagaram nos momentos mais tensos e foram companhias importantes nos momentos de descontração, também essenciais, vale dizer, para a preservação do equilíbrio emocional que possibilitou a conclusão da tese: Aline P., Rafael, Davi, Silvio, Thais, Karina, Dora, Leonardo, Rosana, Paulo, Iris, Rosa, Deise, Shaynna, Adriana, Aline S., Carlos Eduardo, Amauri, Alexandre, Douglas, Débora, Henrique, Edmundo, Carol, Adilson, Amarílis. Ao incentivo incondicional de Fernanda e Andréia M..

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFSCar com os quais compartilhei de importantes reflexões sociológicas: Maria da Glória, Valter, Jacob, Rodrigo, Cibeli, Maria Moraes. Aqueles que me concederam importantes contribuições no momento da qualificação: Rodrigo e Truzzi. Àqueles com os quais compartilhei de enriquecedoras experiências de trabalho: Rodrigo e Gabriel. Àqueles que se dispuseram a participar como membros suplentes da banca, e também conhecer este trabalho: Fernando Lourenço, Darlene Ferreira e Maria Inês Mancuso. Antecipadamente, também agradeço aos membros da banca de avaliação: Maria José Carneiro, Sedeval Nardoque, Marilda Menezes e Rodrigo Martins.

À Ana Maria Bertolo, que foi a secretária do Programa de Pós-Graduação durante a maior parte deste período. Por ter sido tão prestativa, compreensiva, e por ter me recebido inclusive fora do horário do trabalho, em sua casa, nas primeiras horas da manhã, para resolver questões urgentes relacionadas ao doutorado. Obrigada, Ana. Sinto sua falta. Também a Silmara, atual secretária do PPGS, que chegou com fôlego para os desafios, e que me atendeu sempre com simpatia e prontidão.

À FAPESP, pelo financiamento sem o qual este trabalho não teria se desenvolvido na extensão com que neste momento se apresenta. As verbas concedidas foram essenciais desde os estudos do mestrado, e também me possibilitaram a experiência do “doutorado sanduíche” na UNAM.

Ao estimado professor Hubert Grammont, que me recebeu com disposição e generosidade no *Instituto de Investigaciones Sociales* da UNAM. Pelas valiosas discussões que travamos no segundo semestre do ano de 2010 durante as aulas e outros encontros, muitas das quais foram essenciais para a compreensão das mudanças sociais vivenciadas pelo campesinato na América Latina. À professora Sara Maria Lara Flores, que me acolheu calorosa e generosamente na UNAM e nas aulas em que discutimos o tema das migrações. Foi momento, também, de importante amadurecimento. Aos amigos com os quais compartilhei importantes experiências (de reflexão e amizade) na Ciudad de México: Paco, Cookie, Alfredo, Candi, Cynthia, Daniela, Pablo, Norma, Santana, Alejandra, Paulina, Virginia, Paz.

E, por fim, à minha orientadora, Maria Aparecida de Moraes Silva. Pela generosidade em compartilhar comigo, durante os 12 anos de orientação e de trabalhos conjuntos, sua experiência, sua sensibilidade, sua imaginação sociológica. Orgulho-me, e sinto-me lisonjeada de ter sido influenciada por sua perspectiva, seu olhar, seu comprometimento, seu modo de fazer e pensar nossa sociedade e seus sujeitos. Agradeço pela paciência com os textos entregues às pressas, com as viagens fora de hora, com os “delays” de minha compreensão, com minha teimosia. Pelo incentivo incansável e reconhecimento de meus esforços e de meus limites. Pela parceria, pela presença importante em minha vida, pela preocupação constante, pela rigidez. Espero que este trabalho, resultado destes longos anos juntas, seja apenas uma das expressões dos resultados deste processo.

*“... não nos traz aqui a ambição de dizer: ‘Estes campos são nossos’,
mas a fome que tem mais espinhos que as esporas roncadoras.
Comemos infelicidade até fartar. É justo que agora disfrutemos da boa abundância”.*
em Garabombo, O Invisível, de Manuel Scorza

RESUMO

Imbuídos de uma perspectiva analítica centrada na perspectiva dos *processos*, que só podem ser explicados a partir do transcorrer histórico, e nos *sujeitos* que vivenciam tais processos por meio da *experiência* e da *estrutura de sentimentos*, buscamos analisar a resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista às investidas mais recentes de expansão da monocultura da cana-de-açúcar para indústria. Realizamos tal intento por meio de um estudo comparativo de famílias de sitiantes localizadas em diferentes porções do território da microrregião de Jales: aquele onde predomina a pequena agricultura familiar e diversificada e aquele onde se expande com mais vigor a monocultura da cana-de-açúcar. Observamos as expressões da resistência nos mais diferentes domínios da existência (economia, cultura, política), e também tomamos em conta as relações endógenas e exógenas estabelecidas que contribuem com tal processo. O instrumento metodológico privilegiado é a metodologia da História Oral e a realização de entrevistas, material que é enriquecido pelo tratamento de dados secundários do IBGE, pela análise de processos de transmissão de compra e venda de algumas pequenas propriedades, da genealogia de uma das famílias sitiantes, e pelo tratamento de fotografias produzidas e recolhidas. A análise comparativa realizada rendeu-nos férteis descobertas. No caminho da análise, remetemo-nos, por um lado, ao objeto contra o qual se dirige a resistência, qual seja, os diferentes modos por meio dos quais os agentes do capital (intermediários, indústrias de insumos, usina sucroalcooleira) empreendem estratégias de extração de rendimentos e de desarticulação da organização da unidade econômica e social campestre. Por outro lado, oferecemos diversas ilustrações de como os sitiantes resistem a tais empreendimentos. Damos relevo às trilhas da resistência através do percurso histórico e ao peso das lutas do passado nas escolhas do presente, que se desdobram numa diversidade de estratégias de ação práticas, das quais destacamos: a diversificação da produção, da comercialização e dos rendimentos; o acúmulo de conhecimentos através das gerações; a resistência de alguns sitiantes em se manter vivendo e produzindo no campo; o trabalho agrícola incessante realizado por homens, mas também mulheres, adolescentes e idosos; a busca de formas de comercialização diretas; a reorganização de organizações coletivas de apoio à produção e à comercialização; o fortalecimento das redes de confiança construídas entre vizinhos, parentes e mercados, que surgem como uma forma de proteção. Também cumprem importante papel as manifestações indiretas e sutis de resistência, como os boatos postos em circulação contra a atuação da Usina e as desconfianças com relação ao mercado e seus agentes. Tais manifestações criam uma “atmosfera” desfavorável à atuação daqueles a que condena. Por meio de diversas expressões da cultura (o lazer, as festas, os churrascos da “sacolinha”, as reuniões familiares que acontecem na pequena propriedade) também se fortalece, ademais da forte migração campo-cidade, uma sociabilidade e uma experiência com o espaço que expressam um *sentimento de ruralidade* (termo inspirado na ideia de *sentimento de localidade*). Este sentimento, aliado às expressões mais objetivas da resistência, configuram na região uma *trama social e espacial* predominantemente rural.

RESUMÉN

Imbuidos de una perspectiva analítica que se centró en la perspectiva de los procesos, que apenas puede explicarse desde el transcurrir histórico, y en los sujetos que experimentan tales procesos por medio de la experiencia y la estructura de los sentimientos, buscamos analizar la resistencia de los rancheros del extremo noroeste paulista al investidura más reciente de la expansión del monocultivo de caña de azúcar para la industria. Realizamos esta intención por medio de un estudio comparativo de las familias de los ganaderos ubicados en diferentes partes del territorio de la *microregión* de Jales: uno donde predomina la pequeña agricultura familiar y diversificada y uno en el que se amplía con más fuerza el monocultivo de la caña de azúcar. Hemos observado expresarse la resistencia en los más diversos campos de la existencia (la economía, la cultura, la política), y también se tienen en cuenta las relaciones endógenas y exógenas que contribuyen a este proceso. El instrumento metodológico privilegiado es la metodología de la historia oral y la realización de entrevistas, material que está enriquecido por el tratamiento de los datos secundarios del IBGE, por análisis del proceso de transmisión de compra y venta de algunas propiedades pequeñas, la genealogía de la familia de uno de los rancheros, y el tratamiento de fotografías producidas y recogidas. El análisis comparativo realizado nos ofreció fértiles descubrimientos. En el camino del análisis, remitimos, por un lado, al objeto en contra se dirige la resistencia, que es los diversos modos por medio de los cuales los agentes del capital (intermediarios, industrias de insumos, usinas de caña de azúcar) emprenden estrategias de extracción de ingresos y desarticulación de la organización de la unidad económica y social campesina. Por otro lado, ofrecemos varias ilustraciones de cómo los ganaderos resisten a este tipo de iniciativas. Ponemos énfasis en los senderos de resistencia a través de las luchas históricas y en el peso del pasado en las elecciones actuales, que se desarrollan en una variedad de prácticas y estrategias, que incluyen: la diversificación de la producción, de la comercialización y de los ingresos; la acumulación de conocimiento a través de las generaciones; la resistencia de algunos ganaderos para seguir viviendo y produciendo en el campo; el trabajo agrícola incesante realizado por los hombres, pero también por las mujeres, jóvenes y ancianos; la búsqueda de formas de comercialización directa; la reorganización de las organizaciones colectivas de apoyo a la producción y a la comercialización; el fortalecimiento de redes de confianza construidas entre los vecinos, los parientes y los mercados, que surgen como una forma de protección. También juegan un papel clave las manifestaciones indirectas y sutiles de resistencia, como los rumores puestos en circulación en contra la actuación de la Usina, las sospechas sobre el mercado y sus agentes. Estos eventos crean un "atmosfera" desfavorable para aquellos que condena. A través de diversas expresiones de la cultura (el ocio, las fiestas, los asados de la "bolsita", las reuniones familiares que ocurren en las pequeñas propiedades) también se vuelve más fuerte, además de la migración rural-urbana, una sociabilidad y una experiencia con el espacio que expresan un *sentimiento de ruralidad* (un término inspirado en la idea del *sentimiento de localidad*). Este sentimiento, junto a las expresiones más objetivas de resistencia percibidas en la región, constituyen una trama social y espacial predominantemente rural.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATR - Açúcar Total Recuperável

BANESPA - Banco do Estado de São Paulo

BPF - Programa de Boas Práticas na Fazenda

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CAIC - Companhia Agrícola de Colonização S.A

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEASA - Centrais de Abastecimento S.A.

CGICB - Companhia Geral de Imigração e Colonização no Brasil

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERCITRUS - Cooperativa de Produtores Rurais de CITRUS

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil

CONSECANA - Conselho dos produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DENACOOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural

DPA Nestlé/Fonterra - Dairy Partners Americas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EETEC - Escola Técnica Estadual

FAESP - Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

FATEC - Faculdades de Tecnologia

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FUNDECITRUS - Fundo de Defesa da Citricultura

IAC - Instituto Agrônomo de Campinas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA - Instituto de Cooperativismo e Associativismo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

MRG – Microrregião Geográfica

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PAA - Programa Aquisição de Alimentos
PAE - Programa de Alimentação Escolar
PAS - Programa Alimento Seguro
PEMH - Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCANA - Plano de Desenvolvimento de Expansão da Canavicultura
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRO-OESTE - Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOCIMBRA - Sociedade Imobiliária Brasileira
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UNESP - Universidade Estadual Paulista
ÚNICA - União da Indústria Canavieira

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção agropecuária, MRG de Jales, 1940-1980	91
Tabela 2. Estabelecimentos agropécuarios (n. relativos) em número e área (ha), por grupos de área, MRG de Jales, 1950-2006	109
Tabela 3. Estabelecimentos agropécuarios (n. relativos) em número e área (ha), por grupos de área – Estado de São Paulo – 1950-2006	109
Tabela 4. Estabelecimentos agropécuarios (n. relativos) em número e área (ha), por grupos de área – Brasil – 1950-2006	110
Tabela 5. Área plantada (ha) com produtos de lavoura temporária, MRG de Jales – 1990-2010	123
Tabela 6. Área plantada (ha) com produtos de lavoura permanente, MRG de Jales – 1990-2010	124
Tabela 7. Lavoura permanente, segundo área plantada (ha), quantidade produzida e valores de produção, 2010, MRG de Jales	124
Tabela 8. Tipo de rebanho (cabeça) – MRG de Jales – 1990-2010	125
Tabela 9. Produção de origem animal – MRG de Jales – 1990-2010	125
Tabela 10. Número (absoluto e relativo) de estabelecimentos agropécuarios por condição do produtor, MRG de Jales – 2006	126
Tabela 11. Número (absoluto e relativo) de estabelecimentos agropécuarios por condição do produtor, municípios tomados como locus da investigação, 2006	126
Tabela 12. População residente por situação de domicílio – MRG de Jales – 1970-2010	138
Tabela 13. População residente por situação de domicílio – Estado de São Paulo – 1970-2010	139
Tabela 14. População residente por situação de domicílio – Brasil – 1970-2010	139
Tabela 15. Setores de atividade da economia – Brasil, São Paulo, MRG de Jales, 2000	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Produção para comercialização e subsistência nas propriedades visitadas de sitiantes da área de predomínio da pequena agricultura	196
Quadro 2. Produção para comercialização e subsistências na área de expansão do plantio de cana-de-açúcar	216
Quadro 3. Situação de arrendamento dos sítios localizados na área de expansão recente de cana-de-açúcar	217
Quadro 4. Composição da mão de obra utilizada no trabalho dos sítios localizados nas áreas de predomínio da pequena agricultura	279
Quadro 5. Composição da mão de obra utilizada no trabalho dos sítios localizados nas áreas de predomínio da pequena agricultura	283
Quadro 6. Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola	345
Quadro 7. Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola	351

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização da MRG de Jales e dos municípios eleitos como locus da investigação	23
Figura 2. Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense	41
Figura 3 – Trajetória de migração da família Combinato Preti no Estado de São Paulo	77
Figura 4. Área ocupada com propriedades rurais entre 0 e menos de 20 ha, MRGs do Estado de São Paulo, com destaque para MRG de Jales, 2006	105
Figura 5. Área ocupada com propriedades acima de 500 ha, MRGs do Estado de São Paulo, com destaque para a MRG de Jales, 2006	105
Figura 6. Esquema sucessório das propriedades de uma família de sitiantes, adquiridas entre 1960 e 1970, parte I	113
Figura 7. Esquema sucessório das propriedades de uma família de sitiantes, adquiridas entre 1960 e 1970, parte II	114
Figura 8. Esquema sucessório das propriedades de uma família de sitiantes adquiridas entre 1960 e 1970, parte III	115
Figura 9. Esquema sucessório da propriedade da Usina Colombo adquirida em 2005, parte I	118
Figura 10. Esquema sucessório da propriedade da Usina Colombo adquirida em 2005, parte II	119
Figura 11. Área ocupada (ha) com estabelecimentos agropecuários por estrato de área (%) – municípios da MRG de Jales, 2006	120
Figura 12. Número de estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica – municípios da MRG de Jales, 2006	121
Figura 13. Quantidade (ha) de cana plantada, MRGs do Estado de São Paulo com destaque para a MRG de Jales, 2006	132
Figura 14. Ampliação (%) da área (ha) plantada de cana-de-açúcar (1990-2010), MRGs do Estado de São Paulo com destaque para a MRG de Jales, 2006	133
Figura 15. Número de usinas sucroalcooleiras por município paulista	134
Figura 16. Quant. Plantada (ha) de cana-de-açúcar nos municípios da MRG de Jales e área dos estabelecimentos agropecuários (ha) ocupados com cana-de-açúcar em relação ao total da área dos estabelecimentos	135
Figura 17. % de Estabelecimentos agropecuários com irrigação, MRGs do Estado de São Paulo com destaque para a MRG de Jales	165

Figura 18. % de Estabelecimentos agropecuários com tratores, MRGs do Estado de São Paulo com destaque para a MRG de Jales	166
Figura 19. Pirâmide etária da população rural, município de Jales – 1970	240
Figura 20. Pirâmide etária da população rural, município de Jales – 2010	240
Figura 21. Pirâmide etária da população rural, Estado de São Paulo – 2010	241
Figura 22. Genealogia da família Akamatsu	243
Figura 23. Pirâmide etária da população rural, Santa Albertina-SP – 2010	282

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Maria Donda folheando bíblia em italiano	95
Foto 2. Maria Donda e sua neta folheando bíblia em italiano	95
Foto 3. Cecília Riga com guarda-sol ritual japonês	96
Foto 4. Ermelinda Preti em entrevista	96
Foto 5. Homens da família Riga durante derrubada de mata	97
Foto 6. Gonçalo Machado e o machado que lavrou os dormentes da estrada de ferro	97
Foto 7. Integrantes da família Riga em colheita de banana	98
Foto 8. Maria Machado e o marco inaugural da estrada	98
Foto 9. Sitante entregando safra de café ao intermediário	99
Foto 10. José e Luiza Morandim sentados ao pé da magueira	99
Foto 11. Tulha de café	100
Foto 12. Usina Colombo, unidade de Santa Albertina	150
Foto 13. Porção de sítio arrendado para o plantio de cana	150
Foto 14. Mudas de cana-de-açúcar plantada em sítio arrendado	151
Foto 15. Vista da prainha de Santa Albertina para Minas Gerais	151
Foto 16. Divisa entre Mato Grosso do Sul e São Paulo	152
Foto 17. Wilson Donda cortando laranja	152
Foto 18. José e Dalvina Tanaka junto ao tanque de resfriamento do leite	153
Foto 19. Paulo Riga e a parreira de uva	153
Foto 20. Seringal e mandiocal de Maria Machado	154
Foto 21. Divisa entre dois sítios	154
Foto 22. Vista da rodovia para um laranja, com a cidade ao fundo	155
Foto 23. Limite entre área urbana e rural	155
Foto 24. Depósito de insumos em sítio	230
Foto 25. Prêmios recebidos por família sitiante	230
Foto 26. Maria Machado e o “ciclo de rotação de culturas”	231
Foto 27. Lavoura de agricultura natural	231
Foto 28. Eduardo e Sandra Nishimoto na cozinha do sítio	232
Foto 29. Lucas Bianco buscando silo com trator	232
Foto 30. Mandioca tipo chips feita por família sitiante	233
Foto 31. Adalberto, o cão e o laranjal	233
Foto 32. Antônio Saraiva e a graviola	234

Foto 33. José e Dalvina Tanaka levando silo à boiada	234
Foto 34. José Morandim e o feijão	235
Foto 35. Conceição Barbon e as galinhas	235
Foto 36. Cana-de-açúcar ao lado da moradia de um sitiante	236
Foto 37. Antônio Fiorili olhando foto do sítio enquadrada	236
Foto 38. Wilson Nishimoto adiante de lavoura de agricultura natural	287
Foto 39. Rosemari e Cleber Buzo	287
Foto 40. Família Santim	288
Foto 41. Carlinhos Morandim e a moto	288
Foto 42. Nelson Ryugo e a vaca	289
Foto 43. Família Donegá	289
Foto 44. Eurico e Leonilda Tanaka	290
Foto 45. Trabalhadora mensalista em parreira de uva	290
Foto 46. Filho de parceiro e empregado mensalista em parreira de uva	291
Foto 47. Fernando Donda e seu filho adolescente na parreira de uva	291
Foto 48. Pedro e Lúcia Ruza ao lado de tanque de refrigeração de leite	292
Foto 49. José Morandim na horta	293
Foto 50. Mulheres da família Akamatsu	294
Foto 51. Francisca Yamada e o pé de jaboticaba	294
Foto 52. Rosemari Buzo e a parreira de uva	295
Foto 53. Rosemari Buzo e Cleber Mártir embalando uvas	359
Foto 54. Paulo Riga entregando uvas ao CEASA	359
Foto 55. Latão de resfriamento de leite de sitiante	360
Foto 56. Eleozino Cazaroti entregando leite de charrete	361
Foto 57. Antônio e a Feira do Comboio	361
Foto 58. Sayoko Akamatsu vendendo produtos de indústria doméstica	362
Foto 59. Benedita e Eliane vendendo legumes	363
Foto 60. Funcionário de cooperativa carregando caixas de legumes para entrega	364
Foto 61. Fachada de Posto de Resfriamento de Leite, Coop. de Santa Albertina	364
Foto 62. Fachada da Associação de Produtores Rurais de Santa Albertina	365
Foto 63. Veículo da frota de tratores da Associação de Santa Albertina	365
Foto 64. Antigo campo de futebol	411
Foto 65. Igreja católica do Córrego do Viadinho	411
Foto 66. Chapéu de sitiante	412

Foto 67. Sayoko e o oratório budista	412
Foto 68. <i>Ihais</i> de ancestrais da família Akamatsu	413
Foto 69. José e Virtudes Saron com os biscoitos de mantecal	414
Foto 70. Mantecal de Virtudes Saron	415
Foto 71. Prêmios recebidos pela família Nishimoto em festas agropecuárias	415
Foto 72. Encontro da família Akamatsu	416
Foto 73. Organizador de Festa da Uva cuidando das uvas em exposição	416
Foto 74. Pessoas visitando galpão de exposição de uvas na Festa da Uva	417
Foto 75. Praça de Alimentação na Festa da Uva	417
Foto 76. Uva premiada, inscrita com o nome de Rosemari Buzo	418

SUMÁRIO

Apresentação

1. Trilhas e escolhas: porque estudar o sitiante do extremo noroeste paulista e quem são eles?	21
2. Os modos de pensar e os modos de fazer a investigação	26
3. O que chamamos por resistência?	30
4. Os capítulos da tese	32

PRIMEIRA PARTE. O noroeste paulista dos sitiantes:

da ocupação do extremo noroeste paulista ao contexto atual

1. <u>História e memória na ocupação do extremo noroeste paulista</u>	36
1.1. Índios, mineiros, loteadores e a formação da pequena propriedade	37
1.2. A chegada dos imigrantes e a vivacidade do mundo rural	55
1.3. A dinâmica da pequena propriedade: a produção e seus sentidos	79
2. <u>O Noroeste Paulista dos sitiantes e a expansão da cana: uma atualização</u>	101
2.1. Estrutura fundiária e transmissão da posse da terra	103
2.2. Alguns aspectos da atividade agropecuária: produção, comercialização, organização do trabalho	119
2.2.1. A expansão da cana-de-açúcar	129
2.3. Alguns aspectos da população	138

SEGUNDA PARTE. O sitiante num contexto de mudanças:

resistência e vulnerabilidade

3. <u>Produção: modos de fazer e estratégias produtivas</u>	156
a) A inserção no mercado e os problemas associados à matriz produtiva	157
b) A construção de conhecimentos: educação formal e informal; a relação com o Estado, com os agentes do mercado e outros profissionais técnicos	166
c) As escolhas produtivas	180
3.1. A produção agropecuária nas áreas de predomínio da	

pequena agricultura familiar diversificada	194
3.1.1. A cana-de-açúcar nas áreas de predomínio da pequena agricultura	202
3.2. A produção agropecuária nas áreas de expansão da monocultura da cana-de-açúcar	213
3.2.1. O arrendamento para o plantio de cana	219
4. <u>A questão da mão de obra e a organização do trabalho</u>	237
a) A disponibilidade de mão de obra e o destino das diferentes gerações	238
b) A organização do trabalho	259
4.1. Organização do trabalho e a questão da mão de obra nas áreas de predomínio da pequena agricultura familiar diversificada	278
4.2. Organização do trabalho e a questão da mão de obra nas áreas de expansão da monocultura da cana	281
5. <u>Comercialização e outras rendas</u>	296
a) A inserção no mercado e seus desdobramentos	297
b) A integração a diferentes redes de circulação dos produtos	304
c) A organização coletiva da comercialização	322
d) Rendas agrícolas e não-agrícolas	336
5.1. Comercialização e outras rendas nas áreas de predomínio da pequena agricultura familiar diversificada	344
5.2. Comercialização e outras rendas nas áreas de expansão da monocultura da cana-de-açúcar	350
6. <u>Outros aspectos da cultura do sitiante</u>	366
6.1. Nós, eles e a terra	371
6.2. A cultura no cotidiano: lazer, comida e religiosidade	391
6.3. Festas e cerimoniais	404
Considerações finais	419
Referências Bibliográficas	422
Anexos	
Anexo A. Entrevistas realizadas	433
Anexo B. Tabelas e quadros	439

APRESENTAÇÃO

1. Trilhas e escolhas:

porque estudar o sitiante do extremo noroeste paulista e quem são eles?

Esse trabalho teve seu primeiro impulso nas inquietações experimentadas com a conclusão da dissertação de mestrado defendida pouco mais de quatro anos atrás (MELO, 2008). Depois de analisar a situação dos camponeses do nordeste brasileiro (especificamente da região de Pintadas, na Bahia) que deixavam suas pequenas propriedades para migrar (definitiva ou temporariamente) para o trabalho nos canaviais paulistas (naquele momento, para o município de Ibaté e redondezas), eu me perguntava como viviam aqueles que decidiam lá permanecer, lutando pelo “direito de ficar”¹. Eu ouvia narrativas sobre esses teimosos camponeses e queria compreender em que condições persistiam. Entretanto, alguns limites práticos (como a questão da distância e dos custos) e também a compreensão de que eu poderia analisar situações semelhantes aqui mesmo no Estado de São Paulo, onde o agronegócio da cana-de-açúcar avança sobre regiões de pequena propriedade, deram o impulso a uma conversão do pensamento que me levou ao caso dos sítiantes do extremo noroeste paulista. Lembrei-me que durante os diálogos com os geógrafos, nas salas de aula e seminários durante o curso de Mestrado, ouvia falar de uma pequena agricultura que persistia naquela região. Veio-me, por outro lado, uma imagem da expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar para a indústria em direção ao Oeste. De alguma maneira fui tocada por estes valentes camponeses que resistem num contexto de tanta adversidade, e talvez por isso a lembrança tenha sido conservada².

Surge assim essa longa empreitada dos estudos do doutorado no intento de compreender porque naquela pequena porção do Estado a pequena agricultura persistia enquanto parte significativa do Oeste Paulista (como a mesorregião de Araçatuba e Presidente Prudente) já havia sido dominada pela expansão do agronegócio. Desafiei-me a ultrapassar as

¹ Discussão sobre essa questão vem sendo recorrentemente tratada por Maria Aparecida de Moraes Silva junto à Pastoral do Migrante (citar o trabalho)

² A investigação sobre a situação de sítiantes e pequenos proprietários que vivem em área de expansão ou predomínio da cana-de-açúcar vem sendo realizada também por outros pesquisadores do grupo Terra, Trabalho, Memória e Migração, como por Maria Aparecida de Moraes Silva (MORAES; MELO; MORAES, 2012), também por Aline Yuri Hasegawa, que está desenvolvendo dissertação de mestrado intitulada “Terra e trabalho de escuro a escuro: os pequenos agricultores nikkei diante do avanço da cultura canavieira na Alta Paulista”, e Alice Miguel de Paula Peres, desenvolvendo projeto de tese intitulado “(Re)desdobrando outros mundos rurais por detrás dos canaviais. Um estudo sobre o município de Piracicaba-SP”, ambas com financiamento da FAPESP.

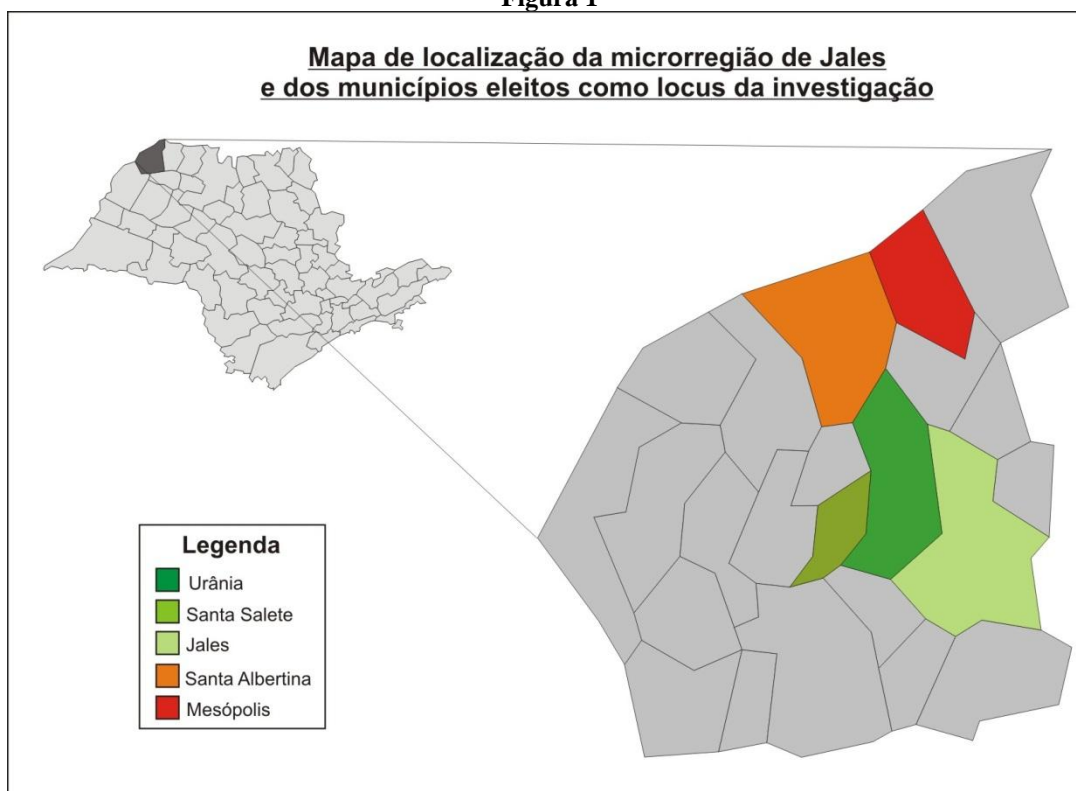
explicações que se remetem tão somente à economia e às características físicas daquele território, como a topografia, o clima, as características do solo (embora, como se verá, eu também as leve em consideração na análise) para oferecer, sobretudo, uma contribuição sociológica ao fenômeno, que remetesse ao conteúdo das relações sociais (que, esquecem alguns, é o solo sobre o qual se lança também a economia).

Surpreendi-me ao tomar contato com alguns dados secundários apresentados pelo IBGE para aquela região, e então meu interesse pelo estudo cresceu. Soube que se tratava de uma das regiões com a estrutura fundiária mais desconcentrada do Estado (tendo à sua frente apenas a MRG de Presidente Prudente³); que o volume de população rural e de população empregada no setor primário era significativo em relação ao Estado e também ao Brasil; que a produção agropecuária (sobretudo de frutas e leite) era expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e de importante bacia leiteira. E, ainda, que existia uma nítida diferenciação entre municípios da região: naqueles onde a cana se expandia (localizados ao redor de onde se encontra a única usina sucroalcooleira instalada no território da microrregião) predominava a produção de leite e lavoura temporária; naqueles onde a presença da cana era acanhada, predominava a produção de frutas e também de leite. Tais observações foram já, sugerindo hipóteses, que serão tratadas no corpo da tese. Mas este primeiro reconhecimento, realizado por meio da observação dos dados secundários e também de algumas primeiras andanças pela área rural dos municípios⁴, teve o papel de “dar corpo” a nossos objetivos centrais e nos auxiliar da delimitação do universo empírico dessa investigação. A análise comparativa nos surgiu como possibilidade de construção de férteis considerações sobre as condições de resistência de sítios localizados nessas diferentes porções do território da MR. E então elegemos alguns municípios que representariam estas diferentes trajetórias de desenvolvimento. Eles são apontados no mapa abaixo.

³ Os dados sobre a estrutura fundiária serão apresentados com detalhes no segundo capítulo da tese.

⁴ As primeiras visitas à região foram realizadas em companhia de Luis Paulo Valente, com quem vivia naquele momento, e Paulo Valente, seu pai. Luis é neto de um dos descendentes de imigrantes (italianos) que passaram pelas colônias de café no centro do Estado e, mais tarde, compraram propriedades nesta região conhecida naquele então como “o sertão paulista”. A eles, e também à mãe de Luis, Maria Barizon (falecida no ano de 2010) devo agradecimentos pela generosidade em apresentar-me a região e as primeiras famílias com que fiz contato (sua própria família).

Figura 1



Fonte: Base Cartográfica do IBGE

Para verificar o caso dos municípios onde predomina a “pequena agricultura familiar e diversificada” (assim a chamamos no corpo do trabalho, buscando fundamentalmente diferenciá-la das grandes propriedades do agronegócio) escolhemos os municípios de Urânia, Santa Salete e Jales, que vão, nesta sequência, do centro à porção leste do território da microrregião (marcados em tons de verde no mapa). Nestes municípios predomina a associação entre a lavoura permanente (fruticultura) – com destaque para a produção de laranja, uva e banana, respectivamente – e a pecuária leiteira⁵. Como ilustração da situação das “áreas de expansão da monocultura da cana-de-açúcar” (assim a denominamos no corpo da tese) elegemos os municípios de Mesópolis e Santa Albertina (em tons de vermelho no mapa), localizados às margens do Rio Grande. Mesópolis tem presença significativa de gado de corte e de leite, e, ademais, é o município onde a cana-de-açúcar mais têm se expandido e, por isso, oferece um contraste valioso com as áreas em comparação neste estudo. Santa Albertina é, de outro modo, onde melhor pudemos observar o fenômeno do conflito entre a expansão do agronegócio e a reprodução da pequena propriedade, já que a despeito de abrigar a única Usina que tem instalações no território da microrregião, não possui quantidade

⁵ Acompanhar os dados sobre a produção agropecuária dos municípios escolhidos como locus de investigação no item 2 dos Anexos, tabelas 7, 8 9 e 10

significativa de cana-de-açúcar plantada. A produção agropecuária de maior presença neste município é, também, a pecuária leiteira e de corte.

Os primeiros contatos com a bibliografia sobre os camponeses paulistas também serviram para evidenciar a importância do estudo a que estávamos nos propondo. Observamos que os estudos mais significativos sobre este grupo haviam sido realizados entre as décadas de 1950 e 1970⁶. Sabemos que estes imigrantes que substituíram a mão de obra escrava chegaram à região do extremo noroeste paulista, onde retornam à condição de camponeses, entre finais da década de 1940 e princípio da década de 1950. Desse modo, os estudos mencionados, quando alcançam este período, tratam tão somente (embora de modo bastante relevante) da chegada e do estabelecimento deste grupo nas pequenas propriedades. Outras investigações também analisaram o período de ocupação desta região no extremo noroeste paulista e os conflitos que se desdobraram quando do estabelecimento dos empreendimentos colonizadores⁷. Entretanto, são poucos os estudos mais recentes sobre este campesinato constituído pelos descendentes de imigrantes no Estado de São Paulo⁸. Esta ausência certamente é consequência de um pensamento que é “lugar comum” na pesquisa sociológica paulista: o de pressupor que a expansão do café, e depois da cana-de-açúcar, levou os camponeses inevitavelmente à proletarianização ou aos projetos de Reforma Agrária (e são numerosos os estudos sobre o tema). Então, os rincões onde ainda se encontram pequenos agricultores com trajetória semelhante a essa que analisamos (de que são exemplo a região de Santo Antônio da Alegria, no nordeste do Estado⁹, o cinturão verde da região de Mogi das Cruzes, e os pequenos viticultores de Jundiaí) foram quase esquecidos pela Sociologia paulista. E se reproduz, desse modo, um equívoco já denunciado por tantos teóricos (PLOEG, 2008, p. 35-38; WOLF, 1976, p. 9) de supor que o campesinato é encontrado apenas nos espaços chamados por “subdesenvolvidos”. Acreditamos que a contínua expansão da produção de cana-de-açúcar para indústria no Estado, e o contexto de crise de abastecimento mais recente, impõe a necessidade de refletirmos sobre as condições de vida e trabalho destes camponeses que se mantêm nas pequenas propriedades, *tanto* no interior dos projetos de Reforma Agrária como em pequenas propriedades privadas.

⁶ Como aquele de MONBEIG (1971), cuja primeira edição foi publicada na França em 1952, de MULLER (1951), de MILLIET (1954) e pouco mais adiante o trabalho de CANDIDO (1971), com primeira edição publicada em 1964, e QUEIROZ (1973a e 1973b).

⁷ MURUMATSU, 1984; CHAIA, 1980; REIS, 1999; NARDOQUE, 2002; GODOY, 1995; BÍSCARO NETO (1993)

⁸ Como aquele realizado por ECHEVERRIA (1993) e PEREIRA (2002).

⁹ Que mais recentemente foi estudado por Maria Aparecida de Moraes Silva e Lara Abrão de Moraes (2012).

Trataremos os sujeitos dessa investigação na maioria das vezes por *sitiantes*, tanto porque é desse modo que eles se autodenominam, como porque é este um termo consagrado pelos Estudos Rurais que tratam do campesinato paulista¹⁰. Sitiantes, para a maioria destes autores são tanto aqueles que detêm a *posse* da terra como os que possuem tão somente seu domínio, ou são os responsáveis pela produção, como o caso de parceiros e moradores. E utilizam sobretudo da mão de obra familiar nos trabalhos agrícolas¹¹. Entretanto, sempre que estivermos no caminho da construção de *generalizações*, quando relacionamos este grupo a outros grupos de camponeses com os quais compartilham de “posições” semelhantes na sociedade brasileira, os chamaremos por *camponeses*.

E tomamos, como características históricas essenciais para a definição deste grupo:¹²: a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla na qual está inserido; a posse dos meios de produção; a utilização de mão de obra familiar (sobretudo, mas não exclusivamente); a busca por autonomia (que supõe a ideia de evitar riscos); a defesa de uma “ética da subsistência”¹³. Trata-se de um sujeito que vive na permanente contradição entre a sujeição e a busca por autonomia, entre a produção para a subsistência e a necessidade de inserção no mercado. E, então, para que possamos compreender sua existência de uma forma mais ampla precisamos, necessariamente, analisar tanto sua organização interna quanto as relações que constitui com o mundo exterior (o mercado, a cidade)¹⁴.

O campesinato é uma abstração que se aproxima da ideia de *classe social*, embora essa última seja também outra abstração de contornos sempre difíceis e, conseqüentemente, não é um termo suficiente para identificar grupos particulares. Mais uma vez, então, se justifica nossa referência aos sujeitos dessa investigação pelo termo *sitiante*, que, todavia, trata-se de grupo também heterogêneo. Assim, compartilhamos da necessidade já apontada por diversos outros autores de desvendar as formas como tal heterogeneidade se expressa e os sentidos que revelam¹⁵. Por isso, neste trabalho, buscaremos demarcar a diversidade no interior do grupo, no que se refere à situação de moradia, à escala de produção, às estratégias produtivas, à

¹⁰ MULLER, 1951; CANDIDO, 1971, QUEIROZ, 1973, MARTINS, 1973, entre outros.

¹¹ Discussão mais extensa sobre a questão das “denominações” do grupo aqui estudado foi apresentado no artigo MORAES SILVA; MELO; MORAES, 2012.

¹² Para compreender esse sujeito histórico acessamos diversos estudos clássicos sobre o campesinato, e tínhamos a intenção inicial de construir um capítulo desta tese retomando alguns elementos dessa discussão teórica. Entretanto, em virtude da extensão da análise do estudo de caso a que nos propomos abandonamos tal projeto, que, ademais, já foi realizado por importantes investigadores brasileiros.

¹³ Dentre os principais estudos consultados estão: WOLF, 1976; QUEIROZ, 1973; PLOEG, 2008; MENDRAS, 1978, WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 1996; SCOTT, 1976.

¹⁴ Desse modo compartilhamos, sobretudo, com a posição exposta por SHANIN (2005).

¹⁵ Como já apontaram SHANIN (2005), PONTES (2005), NEVES (1985), PLOEG (2008) entre tantos outros.

utilização de mão de obra, às relações estabelecidas com o mercado e às diferentes características étnicas e culturais.

Por fim, resta-nos observar, ao tratarmos deste grupo específico constituído pelos imigrantes que substituíram a mão de obra escrava e mais tarde retornaram à condição de camponeses, que diferente daqueles camponeses situados em regiões, por exemplo, de fronteira agrícola, estes que analisamos se colocaram enquanto camponeses, no território nacional, já intensamente inseridos em relações capitalistas, embora, ao contrário da afirmação de alguns autores (como MARTINS, 1981), este apontamento não os defina por completo, já que muitos deles são herdeiros de um campesinato que, embora não conheçamos em profundidade, pode também ter origem numa organização social baseada na “economia de subsistência”, em grupos pouco inseridos no mercado. Ademais, trata-se de um grupo que possui bastante interiorizada uma “ideologia do trabalho”, inculcada por sua trajetória particular: apenas por meio dos resultados de seu trabalho como colonos nas fazendas de café poderiam alcançar o projeto que lhes trouxera ao país, o de retornar à condição camponesa (MARTINS, 1981).

2. Os modos de pensar e os modos de fazer a investigação

É pressuposto para nós, como para tantos pensadores das Ciências Sociais (como Norbert Elias e Max Weber), que ao tratarmos as relações sociais, os dilemas humanos e suas transformações, não há regularidade comprovável. Determinismos de todo tipo têm sido negados por trajetórias nacionais, regionais e pessoais que contradizem as estatísticas, as previsões, os esquemas evolucionistas e mecanicistas. Modelos de desenvolvimento transplantados em contextos os mais diversos têm resultado em verdadeiros protótipos do “monstro de Frankstein”, abandonados por seus criadores e estranhados no mundo para o qual foram criados. São expressões desta monstruosidade a modernização acelerada ocorrida entre as décadas de 1950 e 1970 (que conteve em si a industrialização e o processo mais amplo chamado por Revolução Verde), que, ademais, impôs, indistintamente, um modelo de desenvolvimento “ideal”, importado dos países centrais, para todas as regiões brasileiras, resultando num maior acirramento das desigualdades no campo. Também os entraves encontrados pela expansão do capitalismo em regiões povoadas por sociedades pré-capitalistas, como a resistência de grupos indígenas bolivianos e colombianos do Vale Cauca

a assalariar-se nas usinas canavieiras e nas minas de estanho instaladas em seu território e a ressignificação do dinheiro segundo sua cosmologia, interpretado como a expressão do “diabo”, que torna tudo ao redor infértil (TAUSSIG, 2010). Ou, quem sabe, uma usina sucroalcooleira que teve de transplantar toda sua estrutura porque, em função da resistência de sitiantes em arrendar sua propriedade e abandonar a atividade agrícola, não encontrou a quantidade de terras que necessitava para plantar cana-de-açúcar para abastecer sua indústria. Quem sabe?

Se não há regularidade possível, apenas a história e os *processos* guardam a chave da explicação dos fenômenos sociais. Esta posição é compartilhada e praticada por diversos investigadores que realizaram férteis demonstrações e teorizações a respeito, como Elias (1994) e Thompson (1978). Elias chamou atenção para a necessidade da observação da velocidade particular das mudanças nos grupos humanos, da ordem destas mudanças (que certamente variam) e da necessidade de ultrapassar as barreiras da ideia de “desenvolvimento econômico” (1994, p. 143-145). Thompson anuncia, rigorosamente que “a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica” e que “nenhuma reconstituição estrutural estática pode dar conta da lógica do processo histórico determinado, um processo que permanece sujeito a certas pressões” (1978, p. 120)

Para Elias, também “as ações individuais brotam de processos sociais em andamento” e devem ser compreendidas à luz de tais processos. O conceito de *habitus*, essa “composição social do indivíduo”, que surge de tais reflexões, é noção encontrada também em passagens de Thompson (1978, p. 194), que se refere ao “habitus de viver”, essa subjetividade originada “dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias” (p. 189). Para Thompson, é a *experiência* o filtro através do qual os sujeitos tratam as situações que os alcançam. Williams, caminhando na mesma direção afirma que “toda consciência es social, sus procesos tienen lugar no sólo entre, sino dentro de la relación, de lo relacionado” (2009). Para ele, as mudanças sociais mais amplas são experimentadas, também, como mudanças na *estrutura de sentimentos*, cuja definição alternativa fornecida pelo próprio autor é a de *experiência*.

E contra o estruturalismo (esse “processo sem sujeito”), e as análises mecanicistas e fragmentárias, a perspectiva dos *processos* exige um tratamento da história como “uma história total da sociedade” (THOMPSON, 1978, p. 101) Não há possibilidade de que uma história *setorial* – econômica, política, intelectual, social, cultural – dê conta de explicar os fenômenos sociais e suas mudanças. Apenas o tratamento de todas essas dimensões da

experiência humana e societal, observados sincronicamente, podem construir análises efetivamente fecundas.

Os processos são, então, construídos por meio do desenrolar histórico, compreendido como um emaranhado indistinto de “dimensões” da realidade (econômica, cultura, social, política), tratados sob o filtro da *experiência* e dos *sentimentos* (ou do processo de construção do *habitus*) e como o único caminho possível para a explicação tanto de mudanças sociais mais amplas como das mudanças vivenciadas pelos sujeitos individualmente, entendidos como sujeitos sociais.

E é a partir desta perspectiva que miramos para o objeto de nossa reflexão, tomando-o como um “fato social total”, relembrando as lições de Marcel Mauss. Buscamos apreender as diferentes expressões da resistência dos sitiantes do noroeste paulista à expansão da cana, na economia (ou na organização da produção e na comercialização), na cultura, na relação com a sociedade circundante (o Estado, a Igreja, os Poderes Públicos), e como estas resistências se expressam também por meio da experiência e dos sentimentos.

Tais pressupostos, se pode supor, solicita uma análise sobretudo qualitativa, que alcance os sujeitos e suas relações e dê conta de captar sua fala, seus sentimentos, a exposição de seu pensamento e possibilite a uma observação direta destes fenômenos. Realizamos então, 8 etapas de trabalho de campo, com durações variadas (entre 5 e 15 dias cada uma). E valendo-nos, então, da experiência adquirida em investigações anteriores¹⁶ sobretudo com a metodologia da História Oral, optamos pela realização de entrevistas como o instrumento metodológico privilegiado. Realizamos entrevistas com integrantes de 15 famílias na área de predomínio da pequena agricultura familiar diversificada, e de 16 famílias na área onde se expande a monocultura da cana-de-açúcar. Buscamos registrar a diversidade de situações encontradas, no tocante a: composição étnica, gênero, geração, situação de moradia, arranjos produtivos, organização da mão de obra, composição da família. E privilegamos sobretudo o caso dos sitiantes proprietários (embora, como já advertimos, sejam considerados sitiantes também os moradores e parceiros) pelo fato de que estes são os que podem decidir por arrendar ou não a propriedade para o plantio da cana-de-açúcar, questão a que remete diretamente ao tema proposto para nossa reflexão. Além disso, entrevistamos funcionários de instituições públicas e privadas da região que tem nos sitiantes seu principal público alvo,

¹⁶ Venho trabalhando em investigações no campo da Sociologia do Trabalho e da Sociologia Rural desde os estudos de iniciação científica (2001), sempre sob orientação da Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, e utilizando sobretudo da metodologia da História Oral, mas também participando da construção de uma diversidade de metodologias qualitativas adequadas aos temas e aos sujeitos específicos de cada investigação. Na dissertação de mestrado (MELO, 2008, p. 79-82) faço referência a tantas destas experiências metodológicas construídas coletivamente (com os colegas do grupo Terra, Trabalho, Memória e Migração, acima referido).

além de funcionários da Usina Colombo, um corretor de imóveis, um membro da Igreja e diretores de unidades de ensino agrícola. Foram gravadas 117 horas de entrevistas¹⁷.

Como instrumentos metodológicos complementares que cumpriram, também, papel importante na composição do material de análise estão: tratamento de dados secundários do IBGE; processos de compra e venda de algumas pequenas propriedades e também das terras onde hoje estão instaladas a Usina Colombo; fotografias produzidas durante o trabalho de campo; fotografias recolhidas entre as famílias de sítiantes; leis e outros documentos relacionados aos esforços do município de Jales em limitar a expansão da cana-de-açúcar no município. Também os diários produzidos sistematicamente a cada etapa do trabalho de campo foram material valioso, no sentido em que nos possibilitou preservar a memória das relações observadas, dos momentos vivenciados na relação com os sítiantes, e de muito do que foi visto e ouvido sem ter sido registrado por outro meio. Certamente tantas dessas memórias não foram mencionadas neste trabalho, e tantas outras não são encontradas nem mesmo nestes diários de campo. De todo modo todas elas contribuíram para a compreensão destes sujeitos, e por meio da relação de alteridade vivenciada, também me tocaram, contribuindo para a compreensão de mim mesma e também para algum tipo de transformação, e serão preservadas com a distinção e o afeto que merecem.

De posse desse extenso material recolhido produzimos tabelas, mapas e quadros e nos apropriamos de algumas ilustrações (imagens e fotografias) que enriqueceram em muito as análises qualitativas. Transcrevemos o extenso volume de entrevistas e, certamente, não nos faltou excertos e exemplos valiosos de fenômenos, muitos dos quais, por si, representam suas próprias explicações. Nos quadros construídos com as informações tomadas nos sítios identificamos cada um deles com o nome daquela que chamamos por “família agregadora”, a que abriga outros sítiantes não aparentados que se casaram com seus herdeiros (que podem ser tanto homens como mulheres, embora na maioria das vezes sejam homens).

3. O que chamamos por *resistência*?

Ao anunciar que nos propomos investigar processos de resistência, dizemos também que analisamos contextos de *mudança social*, temática cuja reflexão é atribuição por excelência do campo da Sociologia. Citar nomes aqui, então, seria tarefa infundável. Nas

¹⁷ O quadro com a relação das entrevistas realizadas se encontra no item 1 dos Anexos.

diversas subáreas dessa disciplina teóricos se colocam a compreender as diferentes reações aos processos de mudança, sua direção e suas consequências. A resistência é apenas uma delas. Outras são a ruptura (ou descontinuidades), a continuidade e até mesmo a “invenção de tradições” (fenômeno que combina continuidade e descontinuidade, conforme demonstrado por Eric Hobsbawm e Eric Ranger, 2012). Tomamos a resistência dos sítiantes à expansão da cana-de-açúcar como um dado, um fenômeno colocado, e enquanto tal será demonstrado, num primeiro momento, por meio da organização dos dados secundários do IBGE (como a quantidade de cana plantada, os números de população rural, população empregada no setor primário, entre outros), fonte bastante crível por sua sistematicidade, ademais de diversos limites (como as alterações que sofreu ao longo dos anos na forma de coleta do material, na mudança de unidades de medidas de alguns fenômenos, as alterações na agregação de municípios em regiões, entre outras).

Compreendemos a *persistência* da pequena agricultura familiar diversificada na região como uma forma de *resistência*, num sentido muito próximo daquele tratado por Scott (2002) em seus estudos sobre a resistência cotidiana, ou no sentido das *estratégias defensivas* de Wolf (1976). São ações que se desdobram cotidianamente no sentido de construir arranjos menos desfavoráveis à reprodução da vida e se manifestam em diferentes domínios da vida (como a cultura, a economia, a política, as relações sociais), de diferentes formas, mais ou menos organizadas, de maneira completamente endógena (com a participação de um único grupo ou classe) ou com a participação de membros externos (como membros de instituições públicas ou privadas, religiosas ou seculares). São baseadas, tantas vezes, numa economia moral que remete a normas e obrigações sociais, pressupostos morais que anunciam os papéis de uns e outros (THOMPSON, 1998, p. 152; SCOTT, 1976).

Muitos autores relegam este tipo de *resistência* a um papel secundário, subestimam seu potencial. Denominam tais resistências, tantas vezes de *resistência passiva* por suporem não alcançar a transformação da natureza das relações e fenômenos que nega. O *campesinato* é alvo privilegiado de tantos destes autores, sujeito considerado passivo e conservador quase “por natureza”, um obstáculo à mudança (PLOEG, 2008, P. 33-34) um “contribuir mais ou menos anônimo” (SCOTT, 2002, p. 11) associado, por perspectivas de um estruturalismo estreito, à classe da burguesia rural, reduzido à características derivadas do “modo de produção capitalista” e suas insurreições tantas vezes julgadas como ações pré-políticas (MARTINS, 1981, p. 27-28).

Entretanto, uma diversidade de estudos tem dado conta de demonstrar que tais *resistências cotidianas*, estas que se desdobram nos “largos períodos de relativa calma”,

tantas vezes escondem a chave para a compreensão dos sentidos das mobilizações políticas. Korovkin (2002) e diversos outros autores oferecem ricos exemplos de como tais estratégias cotidianas de resistência, quando não levam alguns projetos de expansão capitalista à derrocada, lhes dá forma, desviando-os de seus objetivos iniciais, forçando-os a acomodar-se ao contexto, impondo-lhe limites. Thompson (1998, p. 186), de outro modo, percebeu em suas investigações que os camponeses eram tantas vezes menos passivos e menos inertes que os trabalhadores das fazendas por estarem menos enredados nas teias da sujeição direta. Ploeg (2008, p. 7) percebe o modo de vida camponês como uma crítica materializada. Sua existência, por si mesma, nega valores que são próprios da lógica capitalista. Estes e outros autores (como MENEZES, 2002; MENEZES; MALAGODI, 2011; WANDERLEY, 2009, entre outros), caminhando na contramão do fatalismo que anuncia “a morte do campesinato”, fadado a proletarizar-se ou a converter-se em capitalista, buscam os traços de continuidade deste grupo que se mantém ademais da necessária integração ao mercado, e destacam o papel ativo destes sujeitos na construção de suas estratégias de reprodução.

Entretanto, tomar essa resistência que se desdobra no cotidiano como um fato sociológico relevante e revelador não é o mesmo que romantizar as possibilidades de transformação. Como já advertimos, partimos da resistência como um fato, um fenômeno que solicitava explicação. E para realizá-la é necessário desvendar as causas dessa resistência, descobrir *a que* estão resistindo estes camponeses. Exige a compreensão dos fenômenos que os atingem no sentido de fragilizar sua reprodução. Desse modo, durante todo o texto ilustramos as expressões da sujeição a que este grupo está submetido cotidianamente (em relação ao mercado e ao capital, à cidade, à expansão do agronegócio). Tal sujeição se expressa, por exemplo, no modo como o capital se apropria de relações não capitalistas de produção para seu processo de reprodução ampliada, sujeitando a renda da terra ao capital, apropriando-se, no momento da circulação, dos excedentes gerados pelo trabalho da família camponesa (MARTINS, 1981; SHANIN, 2005) e reduzindo, assim, seus rendimentos. Desse modo, nos afastamos de perspectivas analíticas como aquelas que romantizando as possibilidades contidas nos projetos de “desenvolvimento rural” e negando os conflitos de classe, superestimam as possibilidades de transformação social via integração a partir do Estado. Não negamos a possibilidade de que as ambiguidades do campo da política (bem ou mal intencionada) produzam situações, quem sabe, relativamente favoráveis às classes mais desfavorecidas, como o proletariado e o campesinato. Entre os sitiantes do noroeste paulista há, inclusive, ilustrações a respeito. Entretanto, não acreditamos na possibilidade de uma transformação mais radical da lógica societal por esta via. Nosso interesse pelas expressões de

resistência cotidiana, pelas reações dos sujeitos, expressa, justamente, a compreensão de que somente a transformação das consciências, dos sentimentos, e, portanto, dos sujeitos, pode engendrar mudanças efetivamente duradouras e coerentes.

Desse modo, evidentemente, está posto que a escolha do objeto, a *resistência*, fala também de um de interesse bastante pessoal, de uma escolha, de uma posição diante do fenômeno estudado. Neutralidade axiológica é, de fato, posição que não percebo como possibilidade prática, embora tenha me esforçado, durante toda essa investigação, para avaliar com bastante cautela e, quando possível, distanciamento, o objeto sob o qual decidi debruçar-me.

4. Os capítulos da tese

No momento da exposição fazemos escolhas que, sempre, de algum modo, tenham a integridade daquilo sobre o qual se fala. Separar elementos de relações sociais e fenômenos que acontecem sempre simultaneamente me soa de alguma forma violento, entretanto, inevitável. Para diminuir os efeitos de tal violência vamos encontrando brechas para recompor o objeto, na tentativa de restituir sua integridade. E então se corre sempre o risco de reiterar afirmações, que, por um descuido, podem tornar o texto enfadonho. Ao analisar as estratégias de reprodução da família sitiante optei por remeter-me separadamente a diferentes “momentos” relacionados à produção (o próprio processo de produção, a organização da mão de obra, a comercialização) e também a outras características culturais desse grupo. Entretanto, como se pode imaginar, estes “momentos” têm uma dependência mútua, surgem imbricados: na decisão do que produzir concorrem tanto os preços dos produtos agrícolas como a mão de obra disponível para o trabalho; também a composição da mão de obra familiar tantas vezes se explica pelo volume de rendimentos, pela extensão da propriedade; o modo como a comercialização será realizada é determinado, em grande parte, pelo tipo de produto agropecuário que se produz, e determinado, então, já no momento da produção. Outras manifestações da interdependência entre tais momentos podem facilmente ser imaginadas, e serão também ilustradas neste trabalho. Esforcei-me por evitar demasiadas repetições, e espero ter logrado.

A Primeira Parte da tese foi, para nós, prelúdio importante para a compreensão do objeto de estudo. No primeiro capítulo retomamos as origens deste campesinato, remetendo às razões pelas quais seus ascendentes abandonaram seu país de origem, ao período em que

trabalharam como colonos nas fazendas de café, e alcança o momento de ocupação da região do extremo noroeste paulista, quando tais colonos retornam à condição camponesa. No segundo capítulo oferecemos ao leitor um amplo panorama do contexto atual, analisando informações tanto relativas à expansão da cana-de-açúcar no noroeste como às características mais gerais da pequena propriedade familiar e diversificada. Esperamos, então, que o leitor termine este apartado com uma imagem mental razoavelmente clara da trajetória dos sujeitos de nossa investigação e do contexto investigado. E, advertimos, esta “parte” não é tão somente “uma longa introdução”. Para nós, ela oferece elementos essenciais para a análise a que nos propomos.

Na Segunda Parte da tese chegamos, então, ao momento presente, guiados, como já anunciamos, pela análise dos diferentes elementos que participam do momento da produção. Os três primeiros capítulos tratam: da produção e dos “modos de fazer” dos sitiantes; da organização da mão de obra, quando nos remetemos também à questão da herança e da sucessão da posse da terra; e da comercialização e outras fontes de renda da família sitiante. Terminamos esse apartado (no quarto capítulo) com uma reflexão sobre outras características culturais do sitiante, como as festas, o lazer, a alimentação, as relações entre os diferentes grupos étnicos e o processo de identificação. Nos capítulos desta Segunda Parte, a subseções identificadas por algarismos alfabéticos tratam de temas que são comuns a todo o grupo de sitiantes do noroeste, e nas subseções identificadas por algarismos numéricos tratamos dos elementos que diferenciam a área onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da agricultura familiar diversificada daquela aonde a cana-de-açúcar vem se expandindo.

Ao final de cada capítulo produzimos uma espécie de “conclusão parcial”, a fim de reavivar a memória do leitor, e, de outro modo, dar relevo às principais evidências levantadas para a explicação de nosso objeto. Ao final da tese, faremos, então, apenas considerações mais amplas.

E, então, aqui está! Foi um trabalho longo, intenso, como, afinal, não poderia deixar de ser. Conheço alguns de seus limites, e certamente os conhecerão também o leitor. Mas há vicissitudes, e minha esperança é que, sobretudo, este estudo de caso contribua para ampliar a compreensão sobre os dilemas mais recentes vividos pelo campesinato neste contexto de reafirmação de uma política econômica e de um domínio de classe que, ademais, está inscrito na história da colonização deste país. Os personagens se modernizaram, trocaram suas vestes, ampliaram suas redes, e insistem em atentar contra a reprodução de outros para ampliar sua dominação e sua reprodução. E estes contumazes camponeses persistem, resistem. E então que desvendemos os sentidos mais profundos que sustentam suas reações.

PRIMEIRA PARTE

**O noroeste paulista dos sitiantes:
da ocupação ao contexto atual**

**1. História e memória
na ocupação do extremo noroeste paulista**

É no passado que encontramos grande parte das explicações e das possibilidades do tempo que agora vivemos. Mas é também no futuro. Em verdade, conforme nos lembra Hanna Arendt (2007), é na lacuna entre as heranças do passado e as possibilidades do futuro que os homens vão construindo seu caminho diagonal, resultante que teria origem no ponto onde as duas forças se chocam. Todavia, o passado nem sempre foi compreendido dessa forma, com tal força. Na maioria das metáforas, segundo a autora, ele foi visto “como um fardo com que o homem tem que arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro” (pág. 37). Apenas no momento em que o homem se liberta das amarras do pensamento e se compromete com a ação (como, na história do pensamento, aconteceu, inicialmente, com o existencialismo francês), vivencia um retorno ao pensamento que passa a se preocupar com o conflito entre passado, presente e futuro.

Imersos nessa preocupação é que, então, nos voltaremos ao passado. Rediscutiremos, neste capítulo, os atores e os atos que participaram da formação socioeconômica da região do extremo Noroeste a partir da história e da memória. Interessa-nos compreender o processo de seleção elaborado no âmbito destas esferas de conservação do passado (a história e a memória), seleção esta que contribuiu para a preservação de um contexto particular na região, com uma estrutura bastante desconcentrada e onde as pequenas propriedades, em geral policultoras, são dinamizadas à base do trabalho familiar. Ademais, este retorno por meio de diferentes fontes ampliará a possibilidade de alcançarmos o passado tal como foi vivido por diferentes atores e sob diferentes perspectivas.

1.1. Índios, mineiros, loteadores e a formação da pequena propriedade.

A história de ocupação do extremo noroeste paulista foi, como a história de muitas porções de território ao redor do mundo que serviram aos projetos de expansão imperialistas e/ou capitalistas, banhada à sangue, todavia não tenhamos encontrado registros desse período na fala dos sitiantes. Os migrantes e imigrantes que são os sujeito-objetos centrais deste estudo que ora apresentamos chegaram à região no século XX, quando parte da história do lugar já havia sido literalmente apagada. Ouviam e reproduziam uma descrição que, ademais, é comumente utilizada para definir toda região de ocupação recente: a de “sertão bravo”, de “terras desconhecidas”, lugar de mata virgem e desabitado. Foi desse modo que muitos dos homens e mulheres que entrevistamos definiram a região antes da chegada de seus ascendentes.

Entretanto, perguntamo-nos: sertão bravio do ponto de vista de quem? Terras desconhecidas para quem? Trata-se, percebemos, de um discurso produzido pelos colonizadores que, em verdade, teve a intenção mais profunda de deslegitimar o direito de posse de grupos indígenas, considerados “selvagens” e “não-civilizados”, e esconder as atrocidades cometidas durante o processo de tomada da posse das terras antes comunais¹⁸. O resultado para a história é que em função da violência simbólica exercida por meio do discurso e da violência física exercida sobre a população, pouco se encontra na memória coletiva da região sobre a presença indígena, e poucos são os descendentes destes indígenas que podem ser encontrados (ou talvez poucos sejam os que reconheçam essa descendência). Entre os agricultores entrevistados apenas uma senhora, Maria Donda, reconheceu ter descendência indígena: conta que o seu bisavô materno tinha sido “pegado no laço” quando observava, de um pedaço de mata, uma fazenda recém-instalada na região. Tal descendência deixou rastros nítidos na fisionomia de dois de seus filhos que possuem a pele morena e os cabelos negros e lisos.

E embora nos relatos da memória não encontremos referência a esta população indígena, em certa literatura produzida por geógrafos e sociólogos há registros de que os primeiros habitantes da região foram índios de ramificações da nação jê, de língua kaingang, chamados de Coroados, Bugres, Botocudos ou Cainguangues. Trata-se de um povo que ocupava uma parte significativa do interior paulista, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DARCY RIBEIRO, 1970, apud MURUMATSU, 1984). Recentemente, foram descobertos sítios arqueológicos no noroeste do Estado, atestando a presença de populações da nação jê há, pelo menos, 2.000 anos (ESTADÃO, 21/07/2007). Não se tem conhecimento do volume que esta população representava. Pierre Monbeig, em certo momento, os define como os primeiros pioneiros, aqueles que primeiro queimaram as matas e praticaram a agricultura. Deles, os pioneiros modernos herdaram, por intermédio dos caboclos, a prática da queimada. Mas os caminhos por eles traçados, seguindo os vales e os cursos d’água,

¹⁸ Fenômeno assemelhado é narrado por Paula Hamilton (2006), pesquisadora que estudou a história Australiana, um país dominado, segundo ela, pelo mito que define a Austrália como um país *novo, sem história*, como muitas vezes se fala acerca dos países latino-americanos. A autora enfatiza o papel que as migrações exercem no sentido de contribuir com o apagamento dos rastros do passado: “Essa ideia de uma *tábula rasa* histórica é, evidentemente, uma história de colonos, de migrantes britânicos, contada por várias gerações de imigrantes ingleses e europeus. Memórias de invasões e da morte de povos indígenas são mais facilmente apagadas, ou pelo menos atenuadas, pela experiência migratória: os que chegavam não carregavam ‘o peso do passado’; vislumbravam uma nova oportunidade, um território vazio, vidas que podiam ser renovadas.” (p. 85-86). Pollak (1992, p. 2) também nos fala sobre a força ideológica (sem utilizar esse termo) contida nestas expressões que designam períodos históricos, como “anos sombrios” para designar a época de Vichy, ou os “trinta gloriosos”, que são os trinta anos posteriores a 1945. Para o autor, como também para nós, “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a *percepções da realidade*, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções” (p. 2).

provavelmente não lhes foram muito úteis, já que os pioneiros afastavam-se destas regiões, ocupando o continente (MONBEIG, 1971, p. 129-130).

Mas, ademais de terem sido dizimados durante a chegada da frente de expansão, ofereceram, a princípio, quando os pioneiros eram ainda pouco numerosos, resistência suficiente para retardar a chegada em massa do homem branco. São narrados momentos, como o desbravamento da região do ribeirão São Mateus (região de Assis), de recuo do homem branco, e de forte poder de resistência indígena, resultando, inclusive, no primeiro “trucidamento” de um plantador de café (MONBEIG, 1971, p. 131-132). Somente no momento em que o número de pioneiros aumenta e eles se dispersam pelo interior paulista é que assistimos ao declínio significativo da pequena população indígena. É o período da construção da ferrovia Bauru-Mato Grosso, entre 1890-1900, dos mais destemidos bugreiros e das mais violentas “dadas”. Uma parte da população indígena foi assassinada, outra contraiu (voluntária e involuntariamente) uma diversidade de epidemias até então desconhecidas por esta população.

Dessa herança indígena, quase nada subsiste. Se, em 1900 um grupo bastante reduzido de mil e duzentos grupos kaingang resistiu à invasão, em 1957, não passavam de 87 (MURUMATSU, 1984, p. 9). Nessa região do extremo noroeste paulista, nem mesmo o costume, bastante recente, de rebatizar o nome de algumas cidades com nomes indígenas, como ocorreu no Paraná, se reproduziu. Aí, os nomes das cidades remetem à herança daqueles que fundaram os diversos povoados, loteadores de terras ou grandes fazendeiros: advém, grande parte deles, de alguma associação com nomes de santos dos quais estes pioneiros eram devotos, de seus próprios nomes, ou dos de seus pais, mães, esposas e filhos (como se pode ver em NARDOQUE, 2007). Única exceção é o caso do município de Paranapuã, que em tupi-guarani significado “rio veloz”.

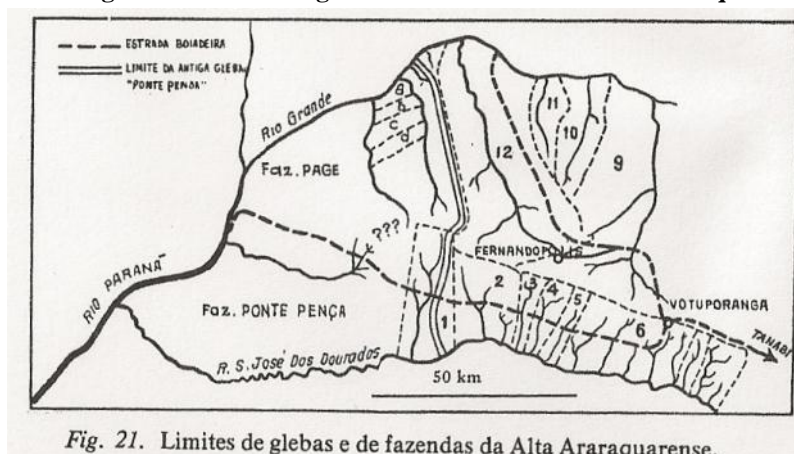
A partir de 1850 chegavam à região os mineiros. Foram eles os primeiros a enfrentar os índios, embora não tenham sido responsáveis pela franca dizimação desta população. Saíam de Minas fugindo da pobreza que a devastava com a decadência da mineração, das agitações da tentativa revolucionária de 1842 e, ainda, do alistamento obrigatório decorrente da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Entre o começo e o final da segunda metade do século XIX, os mineiros povoaram grande parte do interior de São Paulo, chegando-se a sugerir que os paulistas representassem apenas 20% da população em grande parte dos municípios. Fundaram e povoaram importantes cidades do interior, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Viradouro.

Seguiram os caminhos trilhados pelos índios na beira dos rios e vales, mas instalaram-se, sobretudo, nas planícies. Nos espaços varridos pelas queimadas, plantavam milho e deixavam soltos os carneiros (que forneciam a lã que as mulheres fiavam), o gado e os porcos, este último bastante tradicional em Minas Gerais. Vendiam seus rebanhos em Lençóis Paulista, Botucatu, e algumas vezes, chegaram até Sorocaba. Com a renda obtida compravam a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e o sal grosso para o gado. Praticavam uma agricultura de subsistência associadas à criação de rebanho, que lhes serviam como alimento e transporte para os conhecidos “carros de boi” do período (MONBEIG, 1971, p. 133-136).

Os mineiros foram, ademais, aqueles que deixaram heranças das mais significativas para os pioneiros que os seguiram, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje na história econômica da região. Abriram os caminhos dos espigões que mais tarde foram povoados pelos pioneiros, construíram estradas boiadeiras que foram seguidas e tornaram-se importantes vias de circulação para trens e automóveis, estabeleceram povoados que jamais desapareceram completamente. Algumas dessas famílias mineiras adquiriram os títulos de posse das terras que ocupavam, aproximaram-se, por isso, dos primeiros cafeicultores e especuladores que chegaram à região. Alguns deles lucraram com a venda de terras e com o cultivo do café, tornando-se famílias tradicionais (MONBEIG, 1971, p. 137) cujas ramificações até hoje sobrevivem em alguns lugares.

Na região noroeste do Estado fala-se da influência mineira desde pelo menos 20 anos antes da chegada em massa dessa população, em 1850. Alguns documentos antigos registram a formação, nesta época, da gleba denominada São José da Ponte Pensa, de 208.000 alqueires, de posse de Patrício Lopes de Souza (MURUMATSU, 1984, p. 5). Toda a região conhecida hoje como microrregião de Jales está inserida nestas terras outrora chamadas de Fazenda Ponte Pensa, como se pode observar do mapa abaixo.

Figura 2: Limites de glebas e de fazendas da Alta Araraquarense



Fonte: MONBEIG, 1971, p. 217

Patrício Lopes de Souza, todavia, não efetuou uma ocupação tal como os mineiros que ocuparam as regiões mais antigas. Era sobretudo um “fazedor de posses” como se costumava dizer, “um latifundiário, autêntico representante da velha aristocracia mineira”. Mas com ele veio também o pequeno agricultor mineiro e outros trabalhadores nacionais, responsáveis por ocupar as terras ociosas e fazer-lhe a guarda, ou então ocupar sítios volantes (MURUMATSU, 1984, p. 10-12).

Mas foi sobretudo a partir de 1850 que levas de mineiros advindas de diferentes regiões alcançaram essa região da Alta Araraquarense: partiam de Araraquara, passando por Tanabi e São José do Rio Preto (também fundadas por mineiros); partiam de Mato Grosso do Sul, de Santana do Paranaíba, atravessando os Rio Paraná e passando por Porto Taboado (atual Rubinéia); vinham de Minas Gerais, atravessando o rio Grande e dispersando-se pelos arredores do Rio São José dos Dourados (MURUMATSU, 1984, p. 9-10).

Apesar da presença indiscutível dos mineiros na região durante o século XIX, atestada pelos documentos e pela literatura histórica, hoje se trata de uma população minoritária, e poucos são também aqueles que reconhecem ter uma ascendência mineira. Mais comumente contraíram uniões matrimoniais com descendentes de nordestinos. Como foi o caso dos pais de Otacílio Alves: um baiano de Livramento, na Bahia, que em Mendonça-SP encontrou-se com uma mineira e, juntos, migraram para a região de Jales em busca das terras que estavam sendo vendidas a baixos preços (entrevista realizada em 27/06/2010, município de Santa Salete).

Juntou-se a essa primeira leva de população branca (ou aparentemente branca) que chegou à região também os caboclos machadeiros baianos, que foram mão de obra importante à época da derrubada das matas. Pedro Nava, médico e destacado memorialista brasileiro que

viveu na região do noroeste paulista na primeira metade do século XX, em importante obra (1983) que, ademais da narrativa sobre uma parte importante de sua trajetória profissional, descreve os lugares por onde passou com reconhecida riqueza de detalhes, assim define estes migrantes nacionais baianos: “grupo brasileiro de que veio o profundo espírito da terra encontrado pelo emigrante entrado depois” (p. 105).

Aos mineiros e baianos machadeiros, seguiu-se a vinda dos grandes negociantes de terra, assistidos por grileiros, agrimensores e advogados. A chegada destes coincide com o momento em que o Estado começava a demarcar e discriminar as terras devolutas na região, no ano de 1912. Desde então, passam a apossar-se de terras ainda inabitadas ou mesmo a iniciar pejejas legais pelo apossamento de terras antes ocupadas por mineiros, latifundiários ou mesmo pequenos sitiantes. Como é o caso do famoso grilo Glória e Furquim, estudado por Luis Noboru Murumatsu (1984), que solicita a demarcação da Fazenda Ponte Pensa cujos primeiros registros atribuem posse ao mineiro Patrício Lopes de Souza.

É esse processo de grilagem e demarcação de terras o marco histórico da ocupação de todo o Oeste do Estado, quando o direito burguês legitima a posse da terra para o próprio burguês, reservando a ele o monopólio da terra (MURUMATSU, 1984, p. 17). Dessa forma, a grilagem contou com o apoio substancial do Estado, cujos tribunais endossavam a “fabricação” de títulos falsos de propriedade. Pierre Monbeig descreve com que “imaginação e habilidades diabólicas” funcionou a indústria da grilagem, narrando as diversas estratégias utilizadas, dentre elas o envelhecimento artificial dos papéis, a imitação de escrita e caligrafia fora de uso, a eliminação de documentos de posse anteriores guardados nos cartórios, etc. (1971, p.144). Esse processo se inicia em finais do século XIX e finda na década de 30 do século posterior. Essa indústria de grilagem em atividade intensiva, aliada à legislação fundiária e à característica do povoamento, caracteriza o Estado de São Paulo como fundamentado sobre a propriedade privada, ao contrário do que pode ser observado no Paraná, onde o Estado é detentor de grandes extensões de florestas (Ibid., p. 211).

Embora tal ocupação, como vimos, tenha se iniciado nas primeiras duas décadas do século XX, há depois disso, uma sequência de acontecimentos que vão concedendo novo impulso à compra de terras na região, realizados por diferentes sujeitos. Inicialmente, com o *crash* da economia cafeeira, a compra e venda de pequenas propriedades rurais surge como uma saída para equilibrar os lucros em decesso dos cafeicultores (IANNI, 2004, p. 36-37). Em seguida, com a inflação desencadeada com o fim da Segura Guerra, a especulação surge como a forma mais segura e rentável de aplicação de capital. Nesse momento uma parte significativa da burguesia (arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em São Paulo

ou nas principais cidades do Estado) adquire o hábito de possuir uma reserva florestal (MONBEIG, 1971, P. 117-118). Ademais, José de Souza Martins (1989, p. 5-26) nos lembra que, nesse momento, a disseminação da propriedade familiar foi “um recurso para elevar o preço da terra, cuja medida deixa de ser o cálculo do lucro para ser a própria necessidade do pequeno agricultor”.

Passam a comprar aquelas terras griladas e demarcadas na primeira metade do século XX também uma diversidade de sociedades de estrangeiros interessados nos altos lucros vislumbrados pela possibilidade da construção de loteamentos. Eram portugueses, italianos, ingleses, japoneses e, em menor medida, um suíço. Traziam consigo um corpo de funcionários administrativos, como diretores, engenheiros, agrimensores, corretores, que participaram ativamente do momento de crescimento da importância dos centros urbanos das principais cidades da região (MONBEIG, 1971, p. 146).

Dentre os principais nomes de pessoas físicas e empresas, nacionais e estrangeiras, que adquiriram terras na região da Alta Araraquarense estão: Jonh Byng Paget (que, por sinal, nunca esteve no Brasil), Guilherme Schmidt, Companhia Agrícola Francisco Schmidt S.A., Almeida Prado S/A Comissária e Exportadora, Empresa Paulista de Colonização Ltda., Cia The Lancashire General Investment, Dr. Fernando Gomes, advogado, Dr. Euphly Jales, engenheiro, Dr. Alceu de Assis, advogado e outros. Grande parte deles comprou terras do grilo Glória & Furquim, ou receberam parcelas dela em pagamento pela prestação de serviços que possibilitaram a demarcação e legalização das terras. Deste último caso é característico o de Euphly Jales, (estudado em detalhes por Sedeval Nardoque), perito que demarcou as terras da Fazenda Ponte Pensa e que, adquiriu em pagamento, uma extensa porção de terras onde, mais tarde, fundou a Vila Jales. Ademais, efetuou um grande empreendimento de loteamento de imóveis rurais e urbanos (MURUMATSU, 1984, p. 20).

Uma terceira geração de compradores, que adquiriram grande parte de suas terras destes citados anteriormente, foram as grandes Empresas de Colonização, muitas delas fundadas por cafeicultores e ferroviários a fim de assegurar a reprodução de seus negócios, como foi o caso da Companhia Agrícola de Colonização S.A (CAIC) e a Empresa Paulista de Colonização, que adquiriram extensas glebas do “Núcleo Paget”, de propriedade anterior do inglês Jonh Byng Paget (MURUMATSU, 1984, p. 20). Além destas atuou também na região a Sociedade Brasileira de Colonização, de capital japonês e, já na década de 1950, a Sociedade Imobiliária Brasileira (SOCIMBRA). Foram elas as grandes responsáveis pela

abertura dos loteamentos de pequenas propriedades rurais e dos imóveis urbanos nos primeiros povoados¹⁹.

A importância dos negócios ferroviários e dos loteamentos na ocupação da região da Araraquarense é um caso bastante singular, diferente de regiões de ocupação mais antiga, como a de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira, aonde os trilhos dos trens chegaram depois que as fazendas de café estavam em pleno funcionamento. Sergio Milliet (1941, p. 63) afirma que “nem em imaginação seria possível prever mais completo paralelismo, nem mais marcante exemplo da influência da economia sobre a demografia”.

A venda das terras na região de Jales e arredores foi sempre mobilizada em função da rede ferroviária e dos boatos sobre sua expansão. Quando, a partir de 1935, os trilhos da estrada de ferro se prolongam para além de Mirassol, entre os rios São José dos Dourados e Turvo, na direção do Porto Getúlio Vargas, imediatamente multiplicam-se os loteamentos em Tanabi, Cosmorama, Votuporanga e, em seguida, em Fernandópolis, Estrela do Oeste e Vila Jales. Para os pequenos agricultores que adquiriram terras na região, a proximidade dos trilhos dos trens diminuía os custos necessários ao escoamento de sua produção, compensando até mesmo os custos superiores dos terrenos, valorizados em função da fundação dos núcleos urbanos nos arredores da ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 228-229).

Entre as décadas de 1950 e 1960 todas as terras da fazenda Ponte Pensa haviam sido vendidas. Entre os anos de 1946-56 a CAIC venderia 1546 lotes rurais entre 5 e 30 alqueires. Poucos foram os lotes vendidos acima de 50 alqueires. O projeto colonizador, segundo enfatizou Murumatsu, “nasce na mesa dos dirigentes dessas companhias”. Por meio de cálculos que estabeleciam o tamanho dos lotes em função da rentabilidade esperada, da disponibilidade de mão de obra e das possibilidades de aquisição por parte do pequeno agricultor, é que se definia as extensões dos lotes a serem vendidos. Foi também construído, antes da chegada da Estrada de Ferro, um forte esquema de publicidade para atrair os colonos, potenciais compradores das terras. Um caminhão os buscava nos mais variados pontos da Alta

¹⁹ Singular é o caso da CAIC, como o primeiro caso de associação de capital ferroviário, cafeicultor e colonizador. Seus fundadores eram, inicialmente, ricos fazendeiros cafeicultores – dentre eles a família Prado –, que, primeiro, ampliaram seus negócios para a administração de estradas de ferro, construindo a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de assegurar-se melhor do escoamento de sua produção. Em seguida, ampliaram suas atividades para o transporte rodoviário e empresas de colonização, fundando a Companhia Paulista de Colonização, que iniciou suas atividades em 1938 loteando fazendas nas linhas da Estrada de Ferro Araraquarense, Mogiana, Noroeste e, mais tarde, na Sorocabana. Tal empresa tinha a função de empreender a venda de lotes nas regiões servidas pela estrada de ferro administrada pelo grupo, criando a demanda necessária de produtos agropecuários a serem transportados na ferrovia (MONBEIG, 1971, p. 238). Nas terras comercializadas pela CAIC a partir de 1946, originalmente conhecidas como “Núcleo Paget”, surgiram os patrimônios de Santa Fé do Sul, Porto Taboado (depois Rubinéia), Santa Clara e Santa Rita (MURUMATSU, 1984, p. 53).

Araraquarense, oferecendo aos interessados cerveja gelada, mulheres, e um discurso bastante enaltecido do futuro promissor que a região oferecia (MONBEIG, 1971, p. 49). Cartazes publicitários afixados nos vagões dos trens de passageiros e nos comércios de povoados dos arredores enalteciam “a presença, no loteamento, de tudo que é indispensável à vida material e também à vida espiritual dos clientes” (p. 235). Tratava-se, verdadeiramente, de um empreendimento capitalista, racionalmente voltado às maiores chances de comercialização e lucratividade.

Quando então cessa a importância dos projetos “colonizadores”, a economia local passa a depender tão somente da ferrovia e da agricultura, duas atividades que passam a funcionar de forma dissociada. Da agricultura são responsáveis, em grande medida, os pequenos proprietários de terras; no controle das finanças estão os ricos fazendeiros comerciantes e outras sociedades anônimas, dentre elas muitas de capital estrangeiro. Torna-se mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar do que produzir, e, desse modo, passam a controlar o processo produtivo. As relações de mando se transformam, do antigo “paternalismo” do “patrão” sobre seu “cliente” para relações comerciais estabelecidas entre as empresas e os pequenos proprietários. Pierre Monbeig, entretanto, ressalta que tal troca, embora tenha a aparência de uma emancipação dos menos afortunados, não os livrou da teia de extrema exploração que, todavia, passou a ser exercida por meio dos vínculos de dependência criados em relação aos financiamentos (1971, p. 240-241). Veremos ainda neste capítulo como as dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e mesmo o interesse das ferrovias em diversificar os produtos transportados depois da crise de 1929, acabam por determinar os produtos cultivados nas pequenas propriedades.

Como resultado, então, do encontro dos anseios de acúmulo de capital dos loteadores capitalizados e do desejo dos imigrantes de serem donos de sua própria terra, é constituída a região caracterizada, ainda hoje, pelo predomínio das pequenas e médias propriedades, com uma grande diversificação de atividades agrícolas²⁰. Mas esse “encontro” de anseios não logrou constituir um período de ocupação tranquilo. Longe, disso, as pejeas que se desdobraram ao longo do tempo em função das “negociatas” realizadas entre grileiros e negociantes de terras constituíram longas tramas, algumas das quais têm desdobramentos até os dias atuais. Em geral, os mais prejudicados nestes conflitos foram os pequenos agricultores

²⁰ Também a importante obra de Nice Lecoq Muller (1951) explica o surgimento dos sítios paulistas, tanto nas terras esgotadas (o Vale do Paraíba e o Oeste Novo Paulista) como nas regiões novas, como decorrência das crises da queda no valor comercial [do café], das sucessivas crises e pragas, e da proibição de novas plantações (p. 13).

que adquiriram suas propriedades destes negociantes, alguns dos quais tiveram que pagar duas vezes para assegurar a posse da terra.

A questão das grilagens e das “negociatas” foi tema de forte debate por duas vezes (em 2002 e 2006) na MRG de Jales, por meio do Jornal de Jales. Os debates foram suscitados num primeiro momento pela publicação, em 2002, de matéria noticiando a conclusão da dissertação de mestrado de um geógrafo jalesense, Sedeval Nardoque, que estudou a apropriação capitalista da terra no extremo noroeste paulista (NARDOQUE, 2002). Num outro momento, no ano de 2006, a questão voltou a ser discutida quando um valor significativo da receita pública do município foi “sequestrada” pela justiça para quitar uma parcela da dívida que o município contraiu com a família do fundador Euphly Jales quando da desapropriação de uma área de 16 alqueires, pertencente à família, nas franjas do perímetro urbano. A área foi utilizada para instalação do II Distrito Industrial.

Nesses dois momentos, tanto o bispo Dom Demétrio como o geógrafo Sedeval Nardoque tiveram papel importante no sentido de denunciar injustiças e malfeitos do passado que até hoje reverberam na vida de cidadãos e sitiantes. Num primeiro momento, Sedeval, noticiando os resultados de sua pesquisa, denuncia o violento processo de grilagem empreendido pelas empresas colonizadoras e por particulares que adquiriram terras griladas na região, destacando as “negociatas” empreendidas pelo próprio fundador da cidade, Euphly Jales, que se utilizou das mais diferentes artimanhas para apropriar-se de terras de outrem, assegurar domínio sobre as propriedades para, depois, loteá-las. Destacou, em seus escritos, o grave problema enfrentado por sitiantes que vivem nas Glebas 41a e 41b da Fazenda Ponte Pensa, de 1.900 alqueires, correspondente à área dos bairros Córrego do Manuel Baiano e Córrego do Coqueiro. Em suas investidas nos Cartórios de Registro de Notas da região, o pesquisador teve notícia de que estes quinhões de terra foram adquiridos (em juízo) por Euphly Jales em 1934 como pagamento por serviços prestados e não recebidos no ano de 1929. Entretanto, o suposto antigo proprietário delas, Alcides do Amaral Mendonça conseguiu reverter o processo vinte anos depois e reaver as terras para o seu domínio, quando Euphly já as havia vendido para sitiantes e, portanto, recebido pagamento por elas. Com a reversão do processo, muitos sitiantes tiveram que pagar novamente pela propriedade da terra para assegurar a posse²¹. Além deste caso, Sedeval denunciou outras questões: a injustiça evidente, depois de toda a especulação realizada por Euphly, de que a cidade pagasse uma

²¹ Todo esse processo é detalhadamente descrito e analisado pelo pesquisador no segundo capítulo da tese de doutorado defendida em 2007, já citada aqui. O tema também pode ser acompanhado através das seguintes matérias publicadas no Jornal de Jales: NARDOQUE, 08/dez/2002, 26/fev./2006, 12/mar/2006, 14/mar/2006.

dívida referente a uma porção de terras da família desapropriada pelo município (discussão que foi erguida pelo bispo Dom Demétrio); a extração da renda da terra realizada por meio da cobrança do *laudêmio*²².

Foi este um momento em que a população pôde discutir com bastante transparência a história do município, rever os “sentidos” do processo colonizador que os trouxe até a região e analisá-lo a partir de posições contrapostas expostas nos artigos semanais editados pelo jornal. A discussão foi “administrada” pelo editor-chefe do jornal, Deonel Rosa Júnior, de um modo bastante democrático. Muitas pessoas publicaram artigos de opinião: pesquisadores, membros da Igreja, juristas e cidadãos comuns. E pelo menos três posições diferentes puderam ser percebidas no debate: de um lado, representados pelo advogado da família Jales, Lair Seixas Vieira, estavam aqueles que defendiam “a memória do fundador da cidade” a quem Lair afirmou, por diversas vezes dever “gratidão, respeito e amizade”; de outro, pesquisadores, membros da Igreja e agricultores, representados pelo pesquisador Sedeval Nardoque, que se indignavam com o “endeusamento” que a cidade dirige à pessoa do fundador da cidade, apoiavam a reescrita desta história e a revisão, pela justiça, de pelezas relacionadas aos “malfeitos” de Euphly que atingem diretamente o município e a vida de dezenas de famílias de agricultores. Um terceiro grupo se manteve numa posição de mais neutralidade, criticando, de um lado, as investidas contra a memória dos grandes “empreendedores” que colonizaram a região, e, de outro, reivindicando que algumas questões (como aquela da cobrança do *laudêmio*) fosse revista por trazer “evidentes problemas para a administração municipal” e impedir o pleno desenvolvimento econômico da região.

Por entre as palavras e os sentimentos que foram suscitados por meio dos artigos pode-se perceber as “paixões” que o debate ergueu, evidenciando a importância da construção dos sentidos do passado e, também, dos sentidos construídos ao redor dos sujeitos que participaram da história. De um lado, falou-se das muitas e exageradas referências ao nome de um fundador (em nomes de ruas, prédios públicos e também na estátua erguida em praça pública) que, em verdade, grilou terras, usou de todo tipo de estratégia suja para conseguir títulos de propriedade e abusou da boa fé dos pequenos agricultores. De outro, houve manifestações de indignação às ofensas e acusações a um homem que, supostamente, foi responsável pela fundação do município, que fez esforços para que a Diocese da região fosse instalada em Jales, que “defendeu agricultores”, e que foi, no máximo, relapso no que diz respeito ao caso dos quinhões 41A e 41B, por não ter solicitado a emissão definitiva do título

²² “...taxação baseada em princípios monárquicos (enfiteuse) a toda transação comercial com imóveis realizada na área central” do município de Jales. (NARDOQUE, 2002, p. 159).

de propriedade no tempo previsto. E não só nas palavras utilizadas nos artigos como também em alguns atos decorrentes desta discussão se pode perceber a importância que a discussão tomou: no dia 12/03/2006 a estátua de Euphly Jales foi derrubada durante a madrugada; depois disso, uma instituição de ensino publicou uma moção de apoio ao pesquisador Sedeval Nardoque, que estava sendo duramente atacado por setores da sociedade jalesense e, inclusive, acusado de ter incitado a população a realizar o ato da derrubada da estátua.

Para esta pesquisa, rever a discussão que se desdobrou no Jornal de Jales, sobretudo no ano de 2006, foi um momento extremamente valioso para a análise que nos interessa neste capítulo, por rememorar um conflito que deu origem a um dos episódios de resistência organizada dos sitiantes. Ademais, foi possível observarmos o processo por meio do qual a história recentemente reescrita pelo geógrafo subverteu a memória que muitos moradores da região guardavam sobre o processo de colonização e sobre a figura do fundador da cidade, e também como esta memória, fonte importante para a reescrita da história, ainda estava preservada na lembrança de diversos sujeitos que se envolveram nas pelepas ou que tiveram notícia delas²³.

Embora os agricultores não tenham participado ativamente no debate ocorrido no Jornal de Jales, durante as visitas às pequenas propriedades do município pude constatar que estes agricultores tiveram notícia da polêmica, que, no período, circulou por toda a cidade²⁴. Ademais, entrevistamos também alguns dos envolvidos nas contendas, como a Sra. Maria Machado, também chamada de Maria do Coqueiro, que, quando era pequena, acompanhou parte do conflito no qual seu pai esteve envolvido enquanto um dos agricultores que comprou propriedades nas glebas 41a e 41b, aquela na qual alguns sitiantes tiveram de pagar duas vezes para assegurar a posse da propriedade comprada inicialmente de Euphly Jalles. Maria, a única agricultora que se manifestou publicamente naquele momento, escreveu um artigo para o Jornal de Jales num momento em que o Prof. Sedeval Nardoque estava sofrendo diversas represálias de setores da sociedade jalesense em função das denúncias que vinha fazendo.

²³ O processo aí desenrolado participa de um movimento contemporâneo mais amplo, bem descrito por Thomson Alistair (HAMILTON; THOMSON, 2006), ao analisar os diferentes caminhos por meio dos quais a memória coletiva passou a ser incorporada pelos estudos historiográficos: “No primeiro sentido, uma dimensão definitiva do estudo histórico acadêmico da geração passada foi a crítica à história convencional, por esta se fundamentar em noções extremamente restritas do que (e de quem) importa na história, e de como (e por quem) é gerada a mudança histórica. (...). Nesse esforço, não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e ‘textos’ culturais – provou-se crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história, e, portanto, do que a história pode contar. É nesse sentido que se pode falar – como meio de reunir essas amplas tendências acadêmicas – da memória subvertendo a história.” (p. 75-76)

²⁴ As notícias veiculadas, além de terem chegado ao conhecimento dos agricultores, foram divulgadas em outros veículos de informação fora da região (jornais impressos e televisivos) e chamaram a atenção de instituições jurídicas: naquele mesmo ano de 2006, a OAB de São Paulo tomou para si a responsabilidade de investigar o caso da legalidade do laudêmio e falava-se do envolvimento do Ministério Público na questão.

Tanto os relatos publicados no jornal como aqueles que ela me concedeu durante a entrevista são extremamente ricos em ilustrar o sofrimento que viveram aqueles agricultores e também a resistência empreendida por um grupo deles naquele período. Maria Machado conta o sofrimento vivido por seu pai e seus avós em função da pressão sofrida para que pagassem novamente pelas terras e explica como foi a organização de um grupo de agricultores, liderados por seu pai, que decidiu não fazer o segundo pagamento. Em seu relato também pode ser observada a disputa e a ambiguidade nas representações construídas em torno dos atores e dos atos que circundaram essa trama. Ademais, Maria nos explica porque decidiu se pronunciar nos jornais:

Sou agricultora, tenho 50 anos, nasci, cresci e vivo até hoje na chácara São Gonçalo no Córrego dos Coqueiros, onde existiu a tão famosa demanda Gleba dos Coqueiros. Minha infância foi marcada pelo terrorismo permitido pelos poderosos da época, que venderam terras griladas a meu pai, meu avô e centenas de agricultores inocentes que achavam que estavam comprando terras legalizadas.

Meu pai foi um dos líderes dos agricultores que lutaram pela resistência do não pagamento do acordo, que consistia em pagar novamente pelas terras. Hoje ele é o último dos pioneiros. Seus amigos, que foram centenas, foram vendendo suas terras por valores abaixo do mercado, temendo o futuro. Todos os dias famílias deixavam as terras com medo do terrível e tão pregado despejo. (SANTOS, 2006)

Maria: Foi... é que ele estava apanhando muito, eu achava injusto que ele estava apanhando, porque o que ele estava pregando eu assisti. (...). Eu não conhecia ele, mas eu achava que era necessário que alguém que viveu a história fizesse alguma coisa, independente de... Eu não tenho nada contra o pessoal que... Eu coloquei aqui a história do meu avô e do meu pai, que foi o que eu vivi na minha infância, uma coisa que me marcou e que... (...). Eu acho que não é bem isso, eu acho que a notoriedade que ele despertou, uma atenção que talvez não era importante, mas independente é uma tese dele.

Pesquisadora: Dona Maria, me desculpa perguntar, mas por que a senhora achava que ele levantou uma questão que não era importante?

Maria: Porque existe uma história, e ele tentou mudar uma história. Eu digo isso, existe essa história e a história, independente do que aconteceu,... Eu não sei direito muito bem como as coisas aconteceram porque eu só li pelo jornal. (...). Meu pai não gosta de falar que o Euphly era grileiro, ele não gosta de dizer isso, enquanto o Euphly foi vivo ele deu sustentação para as famílias. Meu pai foi um dos braços direitos dele nessa questão da justiça. (...). Independente do que o Sedeval apresentou... Porque ele levantou a história da região, foi lindo o que ele fez, foi lindo, lindo, lindo! Mas meu pai vê a coisa de um jeito de quem sofreu na pele a questão e foi protegido até a última hora. Porque o Euphly protegeu ele até a hora de morrer, depois que morreu aí acabou, a história virou outra.

(...)

Quando eu tinha dois, três anos eu via meu pai reunir agricultores pra não pagar as terras, meu pai liderou os agricultores pra não pagar a terra de novo. Euphly falava: “Não paga, não paga” . Ele foi assassinado por causa dessa demanda. Enquanto ele era vivo ele deu assistência para as famílias. Meu pai era líder dos agricultores e meu pai fala que ele ajudou, apoiou, deu assistência para as famílias. (...). Eu nasci nesse conflito de terra, e pagava ou não pagava as terras de novo, e meu pai liderou. Era uma quantidade de terra! Eram 612 proprietários, meu pai foi liderando e a pressão era grande. Cada vez que pressionavam, um grupo fazia acordo e pagava. E meu pai e minha avó firme e forte: “Nós não vamos pagar!” (...). *Essa questão é muito bonita, uma luta pela permanência na terra. Por isso minha família tem essa*

*vocação de não perder a terra, porque não foi só chegar da Bahia e comprar terra, foi a luta e resistência pra não perder a terra*²⁵. Cada vez que vinha uma ordem que tinha que fazer acordo com os Mendonça, que os Mendonça queriam receber a terra de volta, meu avô resistia, botava todos nós em frente de casa, passava o jipe e estava aquela meninada toda na casa do meu avô. Na casa do meu avô o jipe não parava, porque sabiam que lá tinha muita gente, eles eram só três ou quatro no jipe. Essa resistência e permanência pela terra veio daí, não foi só vim da Bahia, foi comprar uma terra que tinha que pagar de novo. (Entrevistas realizadas em 20/07/2010 e 23/09/2010).

A fala de Maria Machado contém muitas informações acerca do ocorrido, elas mereciam ser mais bem esclarecidas para que se compreendesse o imbróglio. Essas explicações podem ser encontradas na tese de Sedeval Nardoque (2007). Para os intentos dessa pesquisa, entretanto, de analisar a resistência do pequeno agricultor, a fala transcrita acima dá uma contribuição valorosa, na medida em que destaca a importância do episódio descrito no sentido de reforçar os vínculos dos agricultores com o lugar e com a propriedade da terra. A memória da luta pela terra, de acordo com as próprias palavras de Maria Machado, reforça sua importância para a reprodução da família e o valor simbólico daquele espaço de reprodução da vida.

Ademais dos 13 agricultores que resistiram e não pagaram novamente pelas terras, encontrei famílias que tiveram que vender uma parte de sua propriedade para pagar novamente pelo direito à posse dela, como foi o caso da família Akamatsu e Ryugo. Segundo Eduardo Akamatsu, sua família adquiriu, num primeiro momento, 22,3 alqueires de terra e, mais tarde, depois de acumulado certo pecúlio, compraram outra propriedade de 12 alqueires nas proximidades. Em função da cobrança realizada pelos Mendonça, que reverteram a posse da terra para o seu domínio, a família teve que vender esses 12 alqueires que compraram num segundo momento, toda a produção de café e todo o gado que possuíam para pagar novamente pela posse da terra. José Ruygo, que também possui uma propriedade rural na região da contenda, passou pela mesma situação: vendeu cinco alqueires de terra e todo o gado que a família possuía para pagar não só pela propriedade da terra como também pelas custas do processo que abriram contra os Mendonça.

Alguns destes sitiante, por um lado, se lamentam por não terem aderido ao movimento de resistência. Um sitiante afirma que “foi bobo” e que deveria ter lutado. De todo modo, buscaram outros caminhos de reparação e outros modos de comprovar a legitimidade de sua posse. Um grupo de 11 pequenos proprietários de terras abriu um processo jurídico contra Euphly Jales, aquele que os vendeu as terras sem que estivessem efetivamente sobre

²⁵ Grifo da autora.

sua posse. A causa teve veredicto desfavorável em primeira instância, em Jales, mas favorável em segunda e terceira instância, em São Paulo e Brasília. Agora as famílias aguardam para que se inicie a negociação com Minerva Jales, esposa do falecido Euphly Jales. Vemos, desse modo, que passados cerca de 50 anos do ocorrido os sitiantes da região continuam lutando para defender a posse desse espaço de reprodução da família, seu patrimônio.

Entretanto, ademais de todo o esforço mais recente de desvelar os reais sentidos do processo de colonização por que passou a região, empreendido à base de violência e extorsão, e, ainda, de todas as consequências tortuosas para a vida de centenas de agricultores e citadinos, um velho jargão ainda circula pela região: o de que ali ocorreu uma espécie de “reforma agrária natural” atribuída, tantas vezes, aos visionários colonizadores (lê-se grileiros, companhias de colonização, especuladores). Este é um discurso incrustado nas consciências há muito. Em 1965, em discurso durante a campanha eleitoral do município, Euphly Jalles afirmava que promoveu uma “verdadeira reforma agrária” com a finalidade “de proporcionar aos colonizadores a oportunidade de progredirem” (NARDOQUE, 2007, p. 333). O memorialista Pedro Nava, na abertura do capítulo intitulado “Oeste Paulista”, que compõe o livro *O Círio Perfeito* (1983), também analisa a questão ao levantar as condições específicas que fizeram daquela uma região tão próspera:

...e última condição e não menos importante, a divisão das grandes glebas e a criação da pequena propriedade pelo grileiro – que a meu ver não foi bandido nem benfeitor (como querem uns e outros) mas que foi ao menos o pioneiro da nossa inevitável reforma agrária. (NAVA, 1983, p. 105).

Esse discurso, ademais, foi encontrado nas falas de diversos agricultores que conhecemos. Ao questionar o editor do Jornal de Jales – que acompanhou de perto toda a discussão mais recente sobre a questão – sobre as razões pelas quais os sitiantes da região têm tanta dificuldade de assumir os reais sentidos do processo de grilagem na região, ele responde: “Ninguém gosta de ser passado pra trás.”. Ademais, nas conversas que tive com agricultores também tive a mesma impressão: o temor de que a análise da “natureza” do processo de colonização se confundisse com a análise da própria legitimidade da presença dos pequenos agricultores, que compraram as terras griladas. É como se, por isso, fossem algo cúmplices no processo de grilagem. E, desse modo, se configura uma situação de extrema ambiguidade e contradição, ademais de apontar para a construção ideológica que serviu ao escamoteamento da condição de exploração do colono, pequeno agricultor.

Para os menos afortunados, a passagem da condição de colono nas fazendas de café para a de pequenos proprietários também foi responsável por imprimir-lhes um pensamento um tanto ambíguo. Eles acabaram por se conceberem e orientarem sua prática pela “ideologia da mobilidade através do trabalho”, construída, entretanto, pela burguesia. Foi-lhe imposto que sua liberdade (a aquisição da pequena propriedade e a libertação das amarras do patrão) dependia do trabalho, ou, mais diretamente, do dinheiro. Esse pensamento não era um traço da cultura imigrante, foi-lhe imposto, num processo de construção simbólica, como projeto. Projeto que, contraditoriamente, sustentou o processo de exploração da mão de obra imigrante pela grande burguesia cafeicultora, ao mesmo tempo em que marcou a conduta destes sujeitos pela...

...frugalidade, pela economia das coisas, por um espírito absentéista e parcimonioso. Contraditoriamente, o trabalho é encarado como único meio através do qual possam adquirir a propriedade, a terra, um bem da natureza que não custou nenhum trabalho à burguesia. De fato, não custou nada a esta porque custou àquele. (MURUMATSU, 1984, p. 65).

Martins (1973) mostra, por meio da transcrição da fala de Antônio Prado em 1888, como os núcleos de colonização articulados por empresas particulares foram o solo por meio do qual se arquitetou a ideologia do trabalho, responsável tanto pelo sucesso do regime do colonato quanto da superação daquele momento de carestia de alimentos. Melhor do que os núcleos oficiais de colonização, aqueles empreendidos por particulares dirigiria o imigrante à maior produtividade nas colônias e, posteriormente, resolveria o problema da produção de alimentos.

A criação das condições compulsórias à canalização da força de trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortínio de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos coloniais oficiais. Esses princípios foram finalmente expressos num discurso de Antônio Prado ao Senado, em 1888, e constituem o quarto e último ‘momento’ na transição para a ideologia do trabalho da agricultura de exportação: “No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes nas fazendas é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada será tanto mais frutuosa quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções de cultura, que só a prática pode dar, e que tanto variam da Europa para o Brasil. Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem-estar sem a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão-somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indiretamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante”. (...). Estamos, na

verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteando e integrando todos os personagens do sistema. (MARTINS, 1973, p. 68-69)²⁶

Por outro lado, também ambigualmente e como fruto do mesmo corpo de construções ideológicas, o pequeno proprietário expressava um sentimento de gratidão aos fazendeiros de café, que criaram as condições para que eles adquirissem a pequena propriedade, e à CAIC e aqueles que lhes concederam empréstimos, como os responsáveis pela concretização do sonho de libertação. Afirmavam que “foi graças à CAIC que se transformaram em pequenos proprietários, formaram seus filhos doutores, ascenderam na escala social”. Esta concepção é ainda mais latente no discurso dos vendedores de terras, realçada pela concepção propriamente empresarial. Outras vezes elabora-se entre os pequenos agricultores um pensamento mais realista, expresso na percepção, por exemplo, de que a “CAIC estava pouco ligando pro pequeno agricultor. O negócio dela era lucro. Comprava a terra por X e vendia a terra por Y”. Analisando os discursos e experiências dos diferentes sujeitos envolvidos no processo nesse período, Murumatsu (1984, p. 65) conclui, então, apesar da ambiguidade expressa, que o camponês compreende que não foram as empresas colonizadoras e nem os grandes cafeicultores os responsáveis por terem eles alcançado o “projeto” encetado com a imigração de seus ascendentes, projeto que hoje é motivo de orgulho familiar, apesar de todos os percalços atravessados para alcançá-lo.

Outro indício de que a sociedade de alguma forma compreendeu e digeriu as questões que têm sido levadas a respeito da grilagem é o fato de que aquele pesquisador responsável pelas mais profundas e respaldadas denúncias, foi homenageado pela Câmara Municipal de Jales “pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município, reconhecidamente como pesquisador da História da ocupação do espaço físico em nosso Município e na região”²⁷, recebendo a Medalha XV de Abril (cujo nome se remete à data de comemoração da fundação do município) no ano de 2007.

Entretanto, dadas as muito recentes referências sobre a questão, acreditamos que passará um tempo largo para que os agricultores consigam separar o fenômeno ilegítimo da

²⁶ E embora tal ideologia tenha sido reforçada nesse período em função da urgência da resolução do problema da produção de alimentos e da mão de obra para as fazendas, construir uma atitude de *amor ao trabalho* num país com passado escravista foi preocupação de reformistas imperialistas desde a crise do antigo sistema colonial. “A panaceia da educação, como forma de erradicar os males da sociedade, terá nos reformistas seus porta-vozes constantes. Da geração da independência até os positivistas e republicanos, a inculcação dos *valores modernos*, através da educação e instrução, será defendida como a única forma capaz de acelerar a marcha do desenvolvimento nacional em direção à posição ocupada pelos países centrais. Entre esses valores, o que merece especial reforço e vulgarização é o *amor ao trabalho*. Num país escravista, ou de passado escravista, a difusão da valorização do trabalho não se fazia sem dificuldades e contorcionismo” (LOURENÇO, 2001, p. 17).

²⁷ <http://www.camaradejales.sp.gov.br/medalhas.asp>

grilagem do fenômeno legítimo da aquisição das terras pelos pequenos produtores (necessário, entretanto, apenas em função da transformação da terra em mercadoria, produto da generalização das relações capitalistas no campo), possibilitado pelo longo tempo de trabalho vendendo sua força de trabalho para os cafeicultores de regiões de ocupação mais antiga. Walter Benjamin (1994, p. 223), sabiamente, já declarava que nada do que se passou pode ser perdido para a história, mas que somente uma sociedade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado. Em Michel Pollak também encontramos uma pista importante para analisar esse processo. Ele afirma que:

... quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (POLLAK, 1992, p. 7)

A região, graças ao compromisso de pesquisadores, jornalistas e da mobilização dos agricultores, está passando por esse importante momento de revisão de sua história. De derrubar as estátuas do passado e construir novos monumentos. Esperamos que esse trabalho, que intenta afirmar a força de resistência dos pequenos agricultores, contribua com esse processo.

1.2. A chegada dos imigrantes e a vivacidade do mundo rural.

Os imigrantes que, por volta da década de 1950 adquiriram as propriedades griladas e comercializadas por empresas de colonização, como sabemos, foram atraídos ao trabalho nas fazendas cafeeiras entre o final do século XVIII e começo do século XX em virtude da crise do sistema escravista e a necessidade de redimensionar o crescimento econômico capitalista. Retomar brevemente essa questão faz-se necessário para compreender melhor a origem “social” desse campesinato que ora analisamos.

Com a abolição da Escravatura e a diminuição de entrada de escravos africanos, instaurou-se o problema da renovação dos estoques servis. Problema que era agravado pela tendência de retorno e fixação do negro e do mulato nos Estados do Norte e Nordeste, influenciado pela força das relações parentais e comunais e das relações de dependência construídas em torno da figura paternalista dos coronéis (HASENBALG, 1979), e pelas políticas reformistas do período, que defendiam a chegada da *gente livre da Europa* como

forma de disseminar valores *modernos* (LOURENÇO, 2001, p. 139-161). Noticia-se, desse modo, que, quando da expansão da cafeicultura, sobretudo para a região do Oeste Novo (Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos), no período imediatamente posterior à Abolição da Escravatura, o “estoque servil” era bastante limitado. Diferente das regiões de ocupação mais antiga, como Araras, Atibaia, Casa Branca e Jundiáí, onde o percentual de escravos girava em torno de 35 e 20%, nas regiões de ocupação mais recente, tal percentual estava entre 18 e 5%, desde as regiões do Oeste Novo até os municípios mais a Oeste, de Barretos, Rio Preto e São Domingos (MONBEIG, 1971, p.101-102).

Em função da baixa densidade demográfica a atração de imigrantes foi percebida como necessária para renovar a mão de obra que executava o trabalho na lavoura, entretanto era necessário mantê-la a baixos custos, e os preços das terras elevados (IANNI, 2004, p. 14 e 23), para que a crise instaurada fosse superada, para que se garantisse que esses novos trabalhadores não se tornassem tão cedo proprietários de terra, e que se apresentassem, de fato, como mão de obra disponível para o trabalho nas lavouras de café. Desse modo, por um lado incentivaram a chegada de um número bastante elevado de trabalhadores, para que a oferta de mão de obra superasse sua necessidade, baixando seus custos, como aponta José de Souza Martins,

Nesse processo, a ‘grande lavoura’, como era chamada a agricultura de exportação, revelava-se necessitada não necessariamente de escravos, mas de mão de obra suficientemente barata, para que as fazendas produzissem em regime de custos mínimos, respondendo assim aos limites de preços que poderiam ser pagos pelos mercados consumidores europeus, computados aos lucros mínimos desejados pelos intermediários. (...). Era necessária a introdução de imigrantes em número tal e com tais características que se produzisse uma super oferta de força de trabalho (MARTINS, 1973, p. 49-51)

Por outro, a suposta universalização da propriedade privada da terra pela Lei de Terras de 1850 e a implantação do trabalho assalariado pela Lei Áurea de 1888 foram as expressões da reformulação de um desenvolvimento desigual e combinado, antes expresso na associação entre escravismo e produção de mercadorias (MARTINS, 1973, p. 14-15). Desse modo é (re)produzido esse “camponês”, cuja concepção de vida passa a fundar-se em pressupostos burgueses de acumulação: a partir da “universalização” da propriedade privada da terra “ser colono” torna-se etapa necessária de transição para a condição de ser pequenos proprietários. E, então, se gesta uma figura bastante contraditória, de um “camponês do capitalismo dependente” que é fruto do processo de expansão do modo capitalista de produção e da consequente redução do sujeito à condição de trabalhador livre (MARTINS, 1973, p. 14-22).

As primeiras regiões a recorrer aos imigrantes como mão de obra fundamental para o trato dos cafezais foram as primeiras áreas de expansão do produto no Oeste do Estado, entre Campinas e Limeira. O papel do Estado foi fundamental no sentido de criar as condições para a travessia e a entrada destes grupos no Brasil. Arrendava o serviço de transporte a quem fizesse as ofertas mais vantajosas e oferecesse as melhores garantias (MONBEIG, 1971, p. 102-103). Assim, foram-se fundando importantes companhias de colonização por meio da iniciativa, sobretudo, de grandes cafeicultores que passavam já a diversificar suas atividades. Dentre tais iniciativas destaca-se a empreendida pela família Prado desde o fim do século XIX. Em 1886, Martinho Prado Junior aliado a outros grandes plantadores funda a “Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo”. Mais tarde, em 1928, membros da mesma família fundam a Companhia Geral de Imigração e Colonização no Brasil (CGICB). Tanto tais companhias como os próprios fazendeiros que recebiam a mão de obra trazida pelas companhias de colonização, desse modo, receberam capital transferido diretamente das mãos do Estado, capital esse que foi utilizado para a expansão das plantações de café e dos negócios em ascensão (MARTINS, 1989).

Entre 1827 e 1936 o Estado de São Paulo recebeu 2.901.204 imigrantes. Em função das crises econômicas e das perturbações políticas, oscilava a curva da imigração paulista. O primeiro período de forte imigração apareceu entre 1887 e 1990, momento em que a expansão cafeeira para as terras roxas do Oeste e Oeste Novo solicitavam um grande volume de mão de obra. O ano recorde foi o de 1895, com 139.998 entradas. No início do século XX, a baixa dos preços do café provocou uma diminuição sensível do ritmo, que, no entanto, foi retomado quando se iniciou a Primeira Guerra Mundial e tomou novo fôlego com a Segunda Guerra (MONBEIG, 1971, p. 147). Dados das estatísticas de trabalhadores enviados pelos serviços oficiais avaliam em 70% a proporção dos que foram enviados para as zonas novas, e tanto mais para os lugares que ofereciam os melhores salários.

Quanto aos dados de migração e imigração do período em que as companhias de colonização começaram a atuar (1827) até os anos 40 do século XX, observamos o destaque para a chegada dos mediterrâneos a São Paulo: 29,4% eram italianos, 13,4% portugueses, 12% espanhóis, constituindo, portanto, pouco mais da metade do total daqueles que chegaram a São Paulo. Além destes, com menor representatividade estão os japoneses, 5,8%. A migração nacional foi de 23,7%. O predomínio dos italianos, marcado num primeiro momento, foi se reduzindo enquanto aumentavam as entradas de espanhóis e portugueses. Entre 1890 e 1899 os italianos eram 64% dos estrangeiros que chegavam, enquanto os espanhóis eram 12%, os portugueses 10% e 14% estrangeiros de outras nacionalidades

diversas. Já na década de 1908-1917 os italianos eram apenas 23,2%, enquanto aumentavam as entradas de espanhóis, para 29%, e dos portugueses, para 27,9%. Na década seguinte esse quadro sofre uma mudança significativa: a chegada de brasileiros a São Paulo se eleva para 23,4% e ganha vulto, também, a migração de povos do Báltico e dos eslavos, alcançando a cifra de 21% do total daqueles que chegavam a São Paulo (MONBEIG, 1971, p. 150, 153-154).

A partir de 1925 e, sobretudo, nos anos que circundavam a Segunda Guerra Mundial, a chegada de imigrantes, entre italianos (que, ademais, continuam a constituir um grupo com presença destacada em São Paulo) e outros estrangeiros não cessa de cair, enquanto aumenta o volume da migração de brasileiros que chega a São Paulo. Grande parte destes era advinda do Estado da Bahia, e ocupavam o lugar dos estrangeiros como mão de obra assalariada. “Representavam para o algodão o que foram os italianos para o café cinquenta anos antes”. Quanto às causas da redução da chegada de italianos, concorreram uma maior estabilização política e econômica no leste europeu e as restrições à imigração impostas a partir de 1934 com a lei de quota, inspirada na legislação norte-americana (MONBEIG, 1971, p. 152-154). De todo modo, o volume de imigrantes no país era tão alto que imigrantes e seus filhos nascidos no Brasil representavam mais de 50% da população brasileira (TRENTO, 1988, p. 107).

Uma breve análise da distribuição dos imigrantes nas diferentes regiões do Estado atesta a forte presença destes nas regiões pioneiras. Monbeig (1971, p. 376) mostra como, até 1934, momento em que a ocupação na Alta Araraquarense não era significativa, os estrangeiros predominavam na Alta Sorocabana, representando $\frac{3}{4}$ em Marília, e $\frac{1}{3}$ em Presidente Venceslau. Mostra, ainda, como, à medida que se avançava para o Oeste, diminuía progressivamente o percentual de italianos: eram mais representativos em Olímpia (45%) do que em Tanabi (27%), por exemplo. Nestas regiões mais longínquas predominava, de outro modo, o espanhol: eram 57% em Tanabi e 23% em Rio Preto (TRENTO, 1988, p. 367).

Bastante interessante é a nota de Schorer Petrone (1984) descrevendo a propaganda que se fazia nos países da Europa para atrair os imigrantes. Essa nota é de extrema importância para o propósito mais amplo de compreender a razão da sobrevivência das pequenas propriedades. Conta o autor, que a “isca” utilizada para atraí-los foi a promessa de que se transformariam em pequenos proprietários no país que os receberia e que, aqueles que não pudessem fazê-lo de imediato, “a COMPANHIA se encarregará em procurar-lhes collocação provisória para que elles possam conseguir com o seu trabalho em nosso país, as primeiras economias para alcançarem este desideratum” (PETRONE, 1984 apud

MURUMATSU, 1984, p. 31)²⁸. Essa “colocação provisória”, evidentemente, foi o trabalho como colono nas fazendas de café. Com essa informação, captamos, então, o “projeto” que sustentou a imigração de estrangeiros no período.

Arregimentados em diferentes países, estes imigrantes constituíram-se em uma grande massa sujeita a condições similares de trabalho e remuneração. Entretanto, em seu interior configura-se como um grupo bastante diferenciado. Como vimos com os números da imigração, vinham de diferentes países da Europa e também da Ásia e, mesmo quando vinham de um mesmo país, podiam ser encontradas diferenças culturais significativas entre eles, como era o caso dos italianos, que haviam passado por um processo de unificação do Estado bastante recente e falavam em dialetos, “tão diferentes no agreste do Piemonte, nas planícies da Lombardia ou quebradas da Calábria” (CENNI, 2003, p. 216). Essa diferenciação interessava aos cafeicultores por dificultar uma ação organizada entre os trabalhadores e o “temor das concentrações étnicas” erguia, assim, discussões no legislativo sobre a elaboração de uma política de cotas desde o fim do século XIX, embora tenha sido levada a cabo somente em 1933, seguindo o modelo norte-americano (RIBEIRO, 1996, p. 183-189).

Ademais de refletirmos sobre o papel dessa diferenciação para o controle sobre a mão de obra e seus custos, José de Souza Martins nos recorda da importância de se pensar nos diferentes modos de absorção do imigrante, nas circunstâncias e condições de incorporação bastante diferenciadas que marcaram sua partida e também sua chegada (MARTINS, 1989, P. 6). Tais condições podem também nos fornecer pistas sobre o modo como cada um destes grupos relacionou-se com a sociedade de adoção e sobre as diferentes condições que uns e outros tiveram de acesso à propriedade privada da terra, auxiliando-nos na compreensão do objeto deste estudo.

Uma primeira característica dessa imigração é comum a todos os grupos (embora existam sensíveis diferenças): migravam em família, com número mínimo de três integrantes. O governo brasileiro estimulava que assim o fosse para dificultar o deslocamento entre fazendas e regiões em busca de melhores contratos, como acontecia em demasia no princípio do movimento imigratório destes estrangeiros para o país.

Os italianos compuseram um primeiro grande movimento imigratório constituído sobretudo de camponeses empobrecidos.

Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial. (...) A fuga, inclusive a pé em pleno inverno, para

²⁸ Trecho extraído do Programma da Companhia Geral de Imigração e Colonização no Brasil, 1929.

chegar ao porto de embarque – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspectos de verdadeira libertação, como notava, não sem certo temor, um observador da época, De Kiriaki (...) (TRENTO, 1989, P. 31-31)

Um feixe de acontecimentos sucessivos e simultâneos relacionados à expansão do capitalismo é levantado para explicar esse crítico estado de pauperização: pressão demográfica; supressão de barreiras alfandegárias e a conseqüente chegada ao mercado de produtos agrícolas concorrentes mais baratos; crise alimentícia dos anos 80, que provocou uma crise de disponibilidade de alimentos; ocupação de terras comunais num período de franco desenvolvimento capitalista; fragmentação das propriedades em função dos direitos de herança; expropriação pelo fisco em função da impossibilidade de pagar as taxas sobre a farinha num período de pouco ou nenhum ganho; proletarianização (e o conseqüente aumento da pauperização) de muitos dos camponeses expropriados (MARTINS, 1992, p. 29-30; MARTINS, 1973, P. 74-75; CENNI, 2003, P. 213-215; TRENTO, 1989, P. 31-32). Ademais destas questões de ordem econômica e política, fala-se também de problemas relacionados ao uso intensivo da terra e suas conseqüências: queda na produtividade da terra em função do cultivo intensivo e da falta de uma adubação racional e, também, a disseminação de doenças nas videiras e na cultura do milho (CENNI, 2003, p. 215).

Contrapondo o desvelamento destas condições de expulsão de italianos para o Brasil com a versão “triumfalista” da imigração, produzida por grupos de italianos que tiveram uma forte ascensão social (no caso do estudo em questão, na região de São Caetano), José de Souza Martins destaca com propriedade:

Não eram, portanto, condições que pudessem produzir exatamente biografias de precursores e conquistadores. Antes, eram eles vítimas da exploração econômica, da expropriação territorial e das já insuficientes condições de vida. (MARTINS, 1992, p. 29-30)

A imposição da necessidade de imigrar fez nascer no espírito italiano um *ethos* imigratório que passa a marcar as gerações seguintes e sustentar esse projeto daí por diante (PEREIRA, 2002, p. 40-41). Mas, diferente do que acontecia com a imigração para os EUA, onde os italianos empregavam-se sobretudo na indústria e migravam em maior medida sozinhos, e para a Argentina, para onde imigravam em um caráter mais provisório, aqueles italianos que migravam para o Brasil destinavam-se sobretudo para as fazendas de café e levavam consigo toda a família nuclear, e as vezes até mesmo toda uma família extensa. Franco Cenni nos conta que a expressão dessa diferença podia ser percebida até mesmo na

linguagem: quando partiam para aqueles países, diziam “arrivedecci”²⁹; quando partiam para o Brasil diziam “addio”³⁰ (CENNI, 2003, p. 21).

Quanto à região de origem destes imigrantes italianos, fala-se constantemente que vinham em sua maioria da parte setentrional do país, sobretudo Venezia e Lombardia, a região mais empobrecida do país. Esta informação captada da bibliografia analisada é confirmada tanto por um historiador jalesense quanto pelas informações obtidas das entrevistas com descendentes de imigrantes. Genésio de Seixas fala de descendentes de italianos de Verona, Milão, Rovigo e Florença, todas províncias do Norte e Centro-Norte do país (SEIXAS, 2006, p. 241-244). Nas entrevistas que realizamos durante os trabalhos de campo com os descendentes de mais idade, as referências mais comuns são também a províncias do Norte, como Veneza, Turin, e Trevizo, entre raras menções a províncias do Sul, como a Sicília.

Os outros dois grupos de migrantes que tiveram destaque entre aqueles que se dirigiram para as fazendas de café entre o fim do século XIX e início do século XX, o dos espanhóis e dos japoneses, iniciaram seu movimento migratório um pouco mais tarde, sobretudo no momento em que o governo italiano, em função das constantes denúncias das condições bastante precárias de sobrevivência de seus compatriotas nas fazendas paulistas, emitiu o Decreto Prinetti proibindo a imigração subvencionada. Tal decreto fez com que muitos imigrantes italianos retornassem a seu país de origem ou mesmo, partissem para outros destinos, como a Argentina e o Uruguai, ou se dirigissem para as zonas pioneiras (MARTINS, 1989, p. 8).

Em virtude de tratar-se de uma imigração mais recente foi possível que encontrássemos, em campo, embora já bastante idosos, os filhos destes imigrantes, os primeiros de seus descendentes nascidos no Brasil, como foi o caso de Virtudes Saron, filha de um espanhol de sobrenome Gutierrez que imigrou quando criança em companhia de seu pai, chegando ao Brasil por volta de 1920, depois de fazer uma tentativa de fixação na Argentina. É esse também o caso de José Ryugo, o primeiro filho, nascido no Brasil, de um japonês que chegou ao país por volta de 1927, com o *boom* migratório impulsionado pela crise financeira do período. Apesar do fato de encontrarmos testemunhas bastante recentes desse processo migratório, no caso dos espanhóis é constantemente denunciada uma ausência de informações sobre a presença deles no Brasil, o que pode ser tanto um indício de que a imigração deste grupo não esteve inserida num projeto político/econômico, como aconteceu

²⁹ Tradução: até a volta!, até a próxima!, até logo!.

³⁰ Tradução: adeus.

com a colônia italiana e japonesa, quanto de que houve um negligenciamento do reconhecimento da presença dos espanhóis no país (MARTINS, 1989, p. 13; CÁNOVAS, 2004, p. 115).

O contexto que impulsionou a imigração de espanhóis é bastante semelhante ao caso da imigração de italianos. Tratou-se, também, de um processo desencadeado pelo empobrecimento gradual da população, sobretudo a do campo, ocasionado pelas transformações decorrentes da expansão capitalista, além da pressão demográfica que assolava quase toda a Europa. Assim, Marília Cánovas destaca a apropriação de terras comunais em função das desamortizações (desapropriações de terras pertencentes à Igreja Católica, aos municípios e de propriedades legitimamente herdadas, denominadas *manos muertas*), a conseqüente concentração de terras, a crise que assolou os vinhedos andaluzes por volta de 1870, a proletarização e pauperização da população do campo, os pesados tributos impostos aos pequenos proprietários de terras. Ademais, o envolvimento do país primeiro na Guerra Hispano-Americana e depois na Guerra de Marrocos, chegando essa última a durar quase 20 anos (1909-1927), exigia um recrutamento constante de efetivos militares, deixando nos espanhóis o temor constante de que seus filhos fossem convocados para a guerra. Foi por essa razão que o avô de Virtudes emigrou da Espanha num período em que os filhos homens alcançavam a adolescência (CÁNOVAS, 2004, p. 118-121).

O pai dele – seu bisavô – lá na Espanha era juiz de direito, então devido à Guerra Civil os meninos de 11 anos já eram requisitados pelo Exército, e ele não querendo isso para sua família, ele abandonou a carreira e veio. Embarcou no navio, veio embora. (Entrevista com Antonio Saron, 26/09/2010, Santa Salete/SP)

Os espanhóis que migraram a partir de 1902 eram sobretudo de Andaluzia, uma província do Sul do país, embora os galegos (do norte) tenham sido os primeiros a emigrar em direção ao Brasil e tenham continuado emigrando para este destino durante todo o começo do século XX. Tanto na obra de Genésio de Seixas quanto nas entrevistas realizadas com descendentes de espanhóis, há mais referências de origem à províncias do Sul, como Granada, do centro e centro-norte, como Toledo (SEIXAS, 2006, p. 236-238). Vieram em maior número camponeses (MARTINS, 1989, P. 9). E vieram aos milhares. Estima-se que entre 1901-1911 10% de toda a população espanhola tenham emigrado, e que 80% desta população seriam camponeses de zonas tipicamente minifundiárias (CÁNOVAS, 2004, p. 121).

Os imigrantes espanhóis tiveram menores possibilidades de ascensão social que os italianos, em função de diversas razões: em primeiro lugar, chegaram ao país mais tarde,

depois da fase mais próspera da cultura do café; em segundo lugar, como se afirma recorrentemente, tais imigrantes se dirigiam para as zonas pioneiras, onde, em função da menor fertilidade da terra, as culturas intercalares foram proibidas, e transferidas para o roçado das colônias. Desse modo, era menor o tempo de que o colono dispunha para o cultivo dos artigos que serviam a subsistência da família, prejudicando ora os rendimentos com o trabalho nos cafezais, ora as possibilidades de diminuição de custos com a subsistência e mesmo a comercialização dos excedentes desta produção, que complementava a renda das famílias. Um anúncio publicado no jornal *La Voz de España* denunciava esse contexto.

...o pouco que ganham não lhes chega para mal alimentar-se. Quem se atreverá a negar que a colônia espanhola do Estado de São Paulo é a mais pobre de todas e que se acha composta, na sua maioria, de humildes trabalhadores braçais? (*LA VOZ DE ESPAÑA*, apud MARTINS, 1989, p. 10)

A dificuldade de ascensão econômica deste grupo deixa marcas ainda em tempos recentes. Na observação de campo realizada em alguns municípios da microrregião de Jales percebemos que é menor o número de pequenos proprietários espanhóis, em relação aos italianos e japoneses, embora a literatura afirme que tais imigrantes se dirigiram para as zonas pioneiras. É recorrente também a referência a tais imigrantes vivendo como meeiros, parceiros ou arrendatários durante o período de colonização da região, junto aos migrantes nacionais.

O último grupo do qual trataremos com maior destaque, em função da importância que teve durante a economia cafeeira nas zonas pioneiras, é o grupo dos imigrantes japoneses.

O pensamento eugenista que marcava as políticas migratórias no Brasil sempre apresentou restrições à entrada de asiáticos, mas, diante da expansão dos cafezais num período de alta do preço do produto no mercado internacional e de brusca diminuição da entrada de italianos, o incentivo à imigração de japoneses foi compreendida como um caso “excepcional” (SAKURAI, 2000, p. 206; HANDA, 1980, P. 206). Desse modo, entre 1908 e 1914, quando do corte da subvenção da imigração, entraram no país 14.886 japoneses, em 10 viagens de navio, iniciadas com os lendários *Kasato-Marú*, em 1908, e *Ryojun-Marú*, em 1910 (HANDA, 1980, p. 97). Estes imigrantes se dirigiram, inicialmente, para a zona central e, em seguida, muitos foram avançando em direção ao Oeste, para as zonas pioneiras (HANDA, 1980, p. 20). Depois desse primeiro impulso ao movimento migratório, houve uma alta entre 1927 e 1930, quando mais de 10.000 emigraram para o Brasil. Depois, entre

1933 e 1934, antes de colocada em vigor a Lei de Cotas, o movimento emigratório chegou ao seu pico, enviando mais de 20.000 pessoas.

Também no Japão as consequências da expansão capitalista e rápida modernização atingiram sobretudo a população mais pobre. O tratado de Kanagawa, que forçou a abertura dos portos a navios norte-americanos, trouxe uma série de distúrbios políticos e sociais, culminando na derrubada do sistema feudal, nas mãos do clã Tokugawa há mais de dois séculos e iniciando, depois de intensa guerra civil, a restauração empreendida pelo imperador Meiji (ARAI; HIRASAKI, 2008, p. 18). Tal restauração modernizadora teve consequências, para a população, similares aquelas vivenciadas por italianos e espanhóis em outros contextos: inflação descontrolada, aumento da pressão demográfica decorrente da elevação da qualidade de vida, diminuição da mortalidade infantil e proibição do infanticídio, impossibilidade de camponeses pagarem seus impostos, perdendo suas propriedades, concentração de terras. Com o início da Segunda Guerra Mundial paralisou-se a produção de artigos destinados à Europa, e a queda no preço dos casulos de bicho-da-seda tornou ainda mais dura a vida dos camponeses (HANDA, 1980, p. 101-103). Ademais, os problemas que os japoneses vinham enfrentando com a migração já tradicional para EUA, Canadá, México e Peru, bem como a franca expansão da economia cafeeira no Brasil, fez deste país um destino alternativo bastante interessante para os japoneses (SAKURAI, 2000, P. 206-208).

Embora, no caso da imigração de italianos, o governo tenha reagido quando teve notícias das condições de trabalho e sobrevivência precários que seus compatriotas estavam vivendo, é com o governo japonês que se assistiu a uma participação mais explícita do Estado no processo de fixação dos imigrantes. Através de diversos ramos e agentes foi montada uma estrutura estatal japonesa que chegava até os imigrantes no Brasil, auxiliando-os, protegendo-os e, até mesmo, assessorando-os. E quando o Brasil interrompeu a subvenção à imigração (o que aconteceu em 1914 e 1922, por razões distintas), o governo japonês assumiu a subvenção à imigração (SAKURAI, 2000, p. 202-206). Os imigrantes eram amparados e defendidos pela Lei de Proteção aos Imigrantes de 1896, criada depois de assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação para o Brasil e o Japão em 1895.

Também capitalistas japoneses e brasileiros interessaram-se em partilhar dos ganhos oriundos do processo imigratório e da relação diplomática entre os dois países. Duas empresas de imigração que atuaram no Japão, a Comercial Colonizadora Takemura e a Companhia de Emigração Toyo, enviaram para o Brasil, até o corte da subvenção feito em 1914, 14.886 imigrantes japoneses. Tais empresas de colonização tantas vezes tinham projetos mais ousados, e executaram alguns deles, como a KKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha),

interessada em adquirir terras para construir colônias japonesas (HANDA, 1980, p. 97). Para o Brasil, ademais, país agrário-exportador, estreitar relações com o Japão possibilitava a abertura de mercados para o café na Ásia.

Quanto à assimilação destes imigrantes, a dificuldade de adaptação ao ambiente decorrente da grande diferença cultural que marcam ocidentais e orientais foi alargada pelo pano de fundo das ideias eugenistas e do “perigo japonês”. A estratégia japonesa que alia a conquista de espaços econômicos com o militarismo fez crescer o temor do domínio da raça amarela, e sobre o manto da eugenia tantas vezes estava o medo de que as democracias ocidentais fossem dominadas pela raça amarela e sua lógica (SAKURAI, 2000, p. 216). O clima de tensão e hostilidade com o imigrante japonês aumenta quando da II Guerra Mundial, por estarem Brasil e Japão diferentemente posicionados no conflito. Paulo Riga nos fala da vigilância constante sobre os japoneses no período:

E antigamente, na guerra os japoneses eram discriminados porque eram americanos contra japoneses, o Brasil estava a favor dos americanos. E aí quando encontravam quatro, cinco japoneses conversando, a polícia chegava lá e dispersava tudo. Aquela rodinha de japonês estava tramando alguma coisa, então era proibido, eram perseguidos. (Entrevista com Paulo Riga, 14/12/2010, Jales).

Entretanto, apesar da desconfiança em relação à presença japonesa no Brasil, o imigrante japonês é percebido, sobretudo por seus empregadores, como o “bom imigrante”, o bom trabalhador: além de asseados, ordeiros, dóceis e muito francos, apresentavam um “consumo reduzido, contumácia no trabalho e aceitação da forma de existência objetivamente dada” (MARTINS, 1973, p. 178). Pela dificuldade de se adaptar à comida, aos hábitos, à língua, e, conseqüentemente, de se socializarem, trabalhavam todo o tempo, aproveitando até mesmo o tempo livre dos domingos para o cultivo do arroz. E eram bastante econômicos, conseguindo reunir divisas mais rápido que os italianos e espanhóis (HANDA, 1980, p. 180). Tais características, dentre outras, contribuem para a explicação das razões pelas quais os japoneses, tendo chegado no mesmo período que os espanhóis, enriqueceram mais rápido e mantiveram sua identidade cultural, mesmo quando proprietários de menores áreas. Para Martins, os portugueses e espanhóis foram os mais rapidamente assimilados, o que não ocorreu com o italiano e o japonês na mesma medida (MARTINS, 1989, p. 12).

Segundo Sakurai (2000, p. 221), Kagoshima, Kumamoto e Okinawa lideravam os números de saídas dos japoneses para os Estados Unidos, o Hawaí (os dois países que antes do Brasil eram os principais destinos imigratórios) e também para a primeira fase de imigração para o Brasil. Depois começaram a sair de diversos outros Estados, inclusive

daqueles de tradição eminentemente urbana, como Tóquio e Osaka. Desse modo, o grupo dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil apresentava uma composição diferente dos outros grupos imigrantes, não sendo caracterizados por uma população maciçamente rural. Fala-se que apenas 1/7 deles eram lavradores, o restante eram

...policiais, vigias, chefes de aldeões, estudantes egressos de escolas, pequenos comerciantes falidos, pescadores sem rede, mineiros cheirando a carvão, camaradas de ferrovias, professores de ensino primário que não conseguiram promoção a diretores de escola, funcionários públicos sem futuro, rúbulas, negociantes de cereais quebrados no jogo da bolsa, estudantes sem dinheiro, artistas de teatro interiorano feitos fantasmas, jogadores, marinheiros desempregados, prostitutas, gueixas do fim do mundo e mulheres da vida tornadas senhoras. (HANDA, 1980, P. 50)

Nas investidas a campo, encontramos informações que confirmam estas que conhecemos por meio de bibliografia: encontramos famílias de Okynawa (família Riga), de Kumamoto (família Nishimoto), além de outras províncias no Centro-Sul do país, como Kobe (família Akamatsu) e Okayama (família Ryugo), sendo que alguns ascendentes japoneses de fato exerceram atividades urbanas, como os avós de Paulo Riga, o materno, ferreiro, e o paterno, barbeiro.

Outra diferença deste em relação aos demais grupos imigrantes estava no fato de que, para estender a possibilidade de imigração a esta população tão diversa, muitas pessoas solteiras, sobretudo homens, se agregavam às famílias para poder imigrar. E, em geral, adquiriram o hábito de, mesmo no interior do país, se deslocar no espaço sempre em grupo, construindo associações e outras estruturas que facilitavam a ajuda mútua e a manutenção da identidade cultural, como escolas restritas a crianças japonesas (HANDA, 1980, p. 51). Na região de Jales mesmo, objeto de nosso estudo, sabemos que o primeiro grande grupo imigrante se deslocou da região de Penápolis em cerca de 20 famílias japonesas, que compraram propriedades avizinhas e conviviam como uma grande comunidade.

Apesar de algumas diferenças na adaptação de uns e outros destes grupos imigrantes, sofreram indistintamente o fato de terem se inserido numa sociedade que em função da experiência recente com os escravos, despendiam a eles tratamento semelhante. Como sabemos, a opção pela imigração como forma de substituição de mão de obra não estava baseada na compreensão da violência que significava aquele processo, não representava a negação consciente dele. É assim que, sobretudo durante os primeiros anos pós-abolição, repetem-se as narrativas acerca das frustrações que sentiram os imigrantes ao chegarem ao Brasil, causadas pelas relações de exploração, violência e precariedade que experimentaram.

Embora a localização do trabalhador fosse autofinanciada, os fazendeiros tenderam a encará-lo segundo os mesmos princípios que regiam o seu relacionamento com os escravos: através da manipulação das dívidas e dos ganhos dos colonos, procuravam apropriar-se deles, como coisa sua (MARTINS, 1973, p. 53).³¹

Os ganhos efetivamente eram muito escassos, e só com a reunião do esforço de uma família numerosa se conseguia poupar um pouco do que se ganhava. O rendimento anual do colono equivalia a quatro salários mensais de um trabalhador urbano, segundo o estudo realizado por José de Souza Martins entre grupos de espanhóis (MARTINS, 1989, p. 20). Além dos alimentos que se produzia primeiro nos carregadores dos cafezais e, mais tarde, nos quintais das colônias, garantia-se o sustento das extensas famílias comprando alimentos nas “vendas” que, em geral, ficavam dentro da própria fazenda. E os preços dos produtos aí adquiridos tantas vezes foram denunciados como abusivos. Handa se recorda que os japoneses eram ainda mais explorados nestas vendas por não compreenderem o idioma (HANDA, 1980, p. 20).

Encontramos, ainda, relatos de uma série de outras formas de violência: fazendeiros enfrentando, com chicote na mão, colonos endividados que desejavam deixar a fazenda; sequestros de membros das famílias endividadas para garantir o pagamento das dívidas e de multa por “abandono de trabalho” (MARTINS, 1989, p. 17); fazendeiros apropriando-se “de todo o milho, e de todas as 700 sacas de feijão que os 52 imigrantes haviam colhido nas plantações feitas no cafezal, além do carvão que haviam produzido por empreitada” (HANDA, 1980, p. 61); famílias expulsas por terem reclamado, em greve, por dois meses de atraso nos salários (HANDA, 1980, p. 62); interceptação de cartas trocadas entre famílias aparentadas vivendo em fazendas distantes (HANDA, 1980, P. 195). Além da denúncia das condições precárias de moradia, também recorrentes na literatura.

As sublevações, tanto da parte do governo dos países de origem dos imigrantes como dos próprios colonos, ora ou outra insurgiam: além da proibição da imigração decretada pela Itália em 1902, fez a Espanha o mesmo alguns anos depois (MARTINS, 1989, p. 17). Os episódios de greve também se repetiam – como a dos colonos japoneses da Fazenda São Martinho – e as fugas eram constantes, sendo registradas e comentadas por todos os lados (HANDA, 1980, p. 55-57). O imigrante, incomodado com a situação de operário na fazenda, estágio que percebia como necessário tão somente para alcançar o desígnio de conquistar a posse de seu pedaço de terra, não se contentava com baixos salários e nem com o tratamento tantas vezes duro recebido dos fazendeiros, acostumados a lidar com os escravos. Estava

³¹ Também na obra de Fernando Loureço (2001, p. 26) e de Octávio Ianni (2004, p. 25-26, 28 e 31) encontramos referências às precárias condições vivenciadas pelos colonos nas fazendas de café.

sempre disposto a partir para outras fazendas e regiões, de onde se ouvia notícia de melhores condições de trabalho e rendimento. E a fronteira surgia, assim, como o lugar da utopia (WANDERLEY, 1996, p. 13), onde se poderia escapar dos sofrimentos vivenciados nas fazendas, conquistar a propriedade da terra e, com ela, sua liberdade. Ademais, com a proibição do cultivo de culturas intercalares num momento em que a crise do café agravava-se nas zonas de produção mais antiga, preferiram os imigrantes as zonas novas, livres de tal proibição. Tanta mão de obra disposta a migrar cada vez mais ao Oeste (as áreas de expansão), concedeu novo fôlego ao movimento pioneiro (MONBEIG, 1971, p. 156-158).

Em uma entrevista realizada entre descendentes destes colonos que hoje são pequenos proprietários na região de Jales, uma destas histórias, que deve ter sido recontada por gerações, chega até nós pela narrativa de Aiko e José Ryugo. No fragmento abaixo transcrito falam José Ryugo fala do tratamento dispensado aos imigrantes, tratados como escravos:

Eles eram colonos. Como dizem, eles eram quase escravizados. Naquele tempo ainda não tinha acabado aquela tradição do escravo. Então colocavam eles em uma casa de colônia cheia de famílias. Batia o sino às cinco horas da manhã e tinham que todos irem para roça. Até crianças pequenas e grandes, todos tinham que ir para roça. Naquele tempo tinha fiscal, não podia ninguém ficar na casa. (...). Até quando batia o sino. Quando batia sino todo mundo voltava.

(...).

Ele [o sogro] fugiu, ele é o irmão. Ele diz que para fugir tinha que sair escondido. Diz que ficavam os negrões lá na porteira. Eles não deixavam passar. Primeira vez eu acho que eles voltaram, dá segunda vez eles foram e enfrentaram os negrões lá. Eu não sei se eles vieram a pé, mas eles vieram fugido para Rio Preto. (...). Teve que sair fugido, porque não aguentava mais aquele sistema de escravidão, era escravo mesmo. Não era negro, mas... Isso aconteceu com a família da minha mulher. (Entrevista realizada em 22/09/2010, Jales/SP).

Parte importante das lembranças encontradas na memória dos descendentes destes imigrantes recorrentemente se remete às dificuldades enfrentadas nos países de origem, na chegada ao Brasil e na passagem pela condição de colonos. Tais memórias reforçam o sentido da conquista da terra, na medida em que remetem aos custos sociais e morais pagos, aos sacrifícios pelos quais tais famílias tiveram de passar para que, enfim, conquistassem a propriedade da terra e se libertassem da sujeição dos fazendeiros cafeicultores e mesmo da pobreza que marcou as gerações anteriores. Tais dificuldades se juntaram, algumas vezes, a conflitos familiares resultantes de peijas ao redor da divisão de heranças e também ao endividamento em função da impossibilidade de quitar o pagamento de propriedades e financiamentos, ou mesmo da ocorrência de calotes e fraudes, e impulsionaram o projeto imigratório:

Meu pai serviu o exército, ele guerreou contra a Rússia. Ele sobreviveu e lutou. (...). Lá não assina, lá tem um carimbo de cada pessoa, aquele carimbo vale como assinatura. Acho que ele tinha perdido, o outro foi e aproveitou. Ele ficou com uma dívida. Parece que lá ele brigou e brigou também. No fim diz que ele ganhou. Ganhou, mas é como aqui: briga, briga, mas não vale muito. Ele resolveu vir para o Brasil. (Entrevista com José Ryugo, 13/12/2010, Urânia/SP)

Pesquisadora: E tem outras histórias que você sabe deles? Da Itália?

Neuza: A fome, que a nona contava. Colocavam gasolina naqueles barracões enormes, de barro, tinha os mantimentos, guardavam tudo. Disse que eles vinham, jogavam gasolina e tacavam fogo, queimavam tudo.

Ricardo (filho de Neuza): Na época da guerra.

Neuza: Ela contava que era a coisa mais triste! Disse que o que o pessoal encontrava pelo caminho, pegava e comia. Disse que elas tinham uma vaquinha de leite, que conseguiram pegar no mato, disse que tirava aquele leite escondido arriscando a própria vida, porque se pegassem era tudo morto. (...). Aí disse que ela tinha o milho, as coisas, guardava tudo dentro da mala, com a roupa em cima, catava aquele milho escondido, tinha um moinho, ela e a amiga dela ia moer nesse moinho pra fazer aquele mingauzinho pra eles comer, pra não morrer de fome. (Entrevista com a família Santim, 17/12/2010, Jales/SP)

Se tais memórias se remetem às dificuldades, sua preservação tem também o papel de enaltecer o sentido da “vitória” em enfrentar as adversidades. Ademais são lembrados também momentos e personagens cuja importância quase casual foi, entretanto, decisiva para a existência mesma destes sujeitos no mundo. O passado assim, é celebrado não apenas nas ações intencionais, aquelas se relacionam a fins específicos, mas também nas pequenas manifestações do acaso, ao qual muitos destes imigrantes estiveram tantas vezes lançados. É disso que nos lembra Ricardo Santim, um jovem de 26 anos, rememorando uma narrativa da guerra vivenciada por seu bisavô italiano, recontada a ele por sua mãe (já nascida no Brasil):

Ricardo: Essa história da guerra eu fiquei sabendo pela minha mãe, que ouviu por parte dele. Então essa da guerra... Ele foi convocado pra guerrear na IGM pela Itália, e aí eles estavam em batalha e não aguentavam mais aquela situação. Deve ser muito terrível! E aí guerreando, e mata gente, e morre gente perto dele... E chegou um ponto que ele não queria mais. Uma saída que ele encontrou foi... Porque ele viu que outras pessoas que se machucavam voltavam, saiam da guerra e o que ele fez foi arrebentar a própria mão com uma pedra, pegou uma pedra e arrebentou a mão dele pra simular um acidente. Uma mina ou uma granada. Aí quando o general chegou, ele foi justificar e o general desconfiou dele: “Isso não foi granada e nem mina”, desconfiou dele. Daí ele ficou... Quem fazia esse tipo de situação e o general desconfiava que era mentira, era morto na hora. E o que aconteceu é que ele tinha um amigo muito amigo dele que também estava guerreando, colocou a vida à prova, confirmando a situação. O General ficou meio assim, mas como tinha uma testemunha ele deixou passar, conseguiu ser liberado.

Pesquisadora: O amigo dele ajudou.

Ricardo: Ajudou e com isso ele conseguiu voltar.

Neuza: Se não ele ia ser fuzilado na hora, já tinha apontado pra ele pra matar.

Pesquisadora.: Então vocês não nascem!

Ricardo: É! Como diz né, nossa vida é constituída de decisões, uma decisão que aconteceu muito tempo atrás. (Entrevista com família Santim, 17/12/2010, Jales/SP).

Outro tipo de narrativa recorrente é aquela que reconta a difícil travessia de navio para chegar ao Brasil.

Neuza: Falava [o avô italiano] da questão daquelas doenças, das pestes... Morria muita gente ao longo da viagem e aí como não tinha como fazer velório, era jogado no oceano. Minha avó conta que ouviu eles contarem, e por parte do meu avô ele conta também, que o pai dele contava essas mortes que aconteciam. (Entrevista com Família Santim, 17/12/2010, Jales/SP)

Conhecemos até mesmo a história de uma japonesa que faleceu durante a viagem: Uno Akamatsu, esposa de Yassugiro Masuda, comerciante de Kobe, ambos japoneses, que viajavam para o Brasil em 1926 com cinco filhos, sendo um deles ainda bebê. Uno faleceu já em terras brasileiras e foi sepultada no Rio de Janeiro/RJ, numa parada antes da chegada ao porto de Santos. As desventuras destas viagens de navios são tão recontadas que são quase as únicas histórias que muitos dos jovens conhecem sobre seus ascendentes estrangeiros. Como já anunciamos em tópico anterior nesse capítulo, são poucas as memórias preservadas, sobretudo entre os jovens, dos imigrantes do final do século XIX e início do século XX:

Pesquisadora: E você sabe da história dos italianos? Você já ouviu alguma história?
Carlos: Eu ouvi falar só, acho que o avô do meu avô veio de lá. Eu sei que veio de navio, mas o porquê e quando eu não sei te explicar não (Entrevista com Carlos Eduardo Morandim, de 28 anos, em 21/09/2010, Urânia/SP).

As histórias sobre os imigrantes são escassas sobretudo porque estes que hoje são os mais idosos da comunidade ouviram as histórias de seus avós, os imigrantes, sobretudo na infância, período em que, segundo Luiza Morandim “a gente não presta muita atenção nessas coisas” . Era o período em que estes imigrantes estavam chegando ao limite da idade produtiva e solicitavam o auxílio dos netos para os trabalhos agrícolas mais leves, como a colheita da vagem (cultivo comum entre os italianos no período). Quando as crianças atravessavam a infância, começavam a participar dos trabalhos mais rotineiros e pesados da lavoura e o convívio com os avós, momento no qual escutavam as histórias sobre o passado, era bastante reduzido. É o que nos explica a Sra. Luiza Morandim:

Pesquisadora: A senhora lembra de alguma história que os avós contavam?
Luiza: Lembro! Eu era criança ainda. Depois que eu fiquei moça a gente ia trabalhar, num teve mais aquilo de ficar junto, tinha que ajudar o pai.

Quando a gente morava na Cachoeira [Cachoeira do Monjolinho, nome de um bairro rural nas proximidades de Urupês] já ali tinha... nós plantava café, e no meio do café plantava feijão. Às vezes nós íamos catar vagem, eu e ela. Ela me chamava de Luiza, não me chamava de Néia [como a chamava todo o restante da família]. “Luiza

vamos comigo catar um pouco de *fagirole*³²”. Ela falava em italiano: “Vamos catar um pouco de *fagirole*?”. (...) Então ela ia, usava um aventalão grande, sabe, daqueles italianão largos. Aí a gente descia lá onde tinha feijão plantado e ia catar feijão, aí ela contava, ficava pegando feijão e contava as historinhas dela. Eu não ficava prestando muito atenção, porque quando a gente é mais nova não vai atrás dessas coisas. (Entrevista com Luiza Morandim, 16/12/2010, Urânia/SP)

Era nestes momentos de aproximação que as crianças ouviam as poucas histórias que nos foram recontadas. Além das desventuras vividas já aqui retomadas, as lembranças guardadas das histórias contadas comunicam algumas informações sobre a vida nos países de origem, remetendo menos à vida das relações de trabalho e sobrevivência que à lembranças de momentos felizes, de lazer, de realização pessoal, de alegria, de brincadeira. Luiza Morandim foi capaz de nos repetir por diversas vezes uma espécie de trava-línguas em italiano que sua avó sempre ditava aos netos. Ouviu também histórias sobre o trabalho que a família de sua avó executava e sobre os momentos alegres de cantoria:

Ela contava as histórias da Itália, uns mexiam com uva, outros mexiam... Cada um tinha uma coisa pra trabalhar lá, e como os irmãos dela mexiam com lenha, então ela era lenheira.

(...)

Ela tinha a voz bonita. Elas se reuniam, as mulheres, e cantavam. Ela contava para nós que ia com carro de boi. Escuta só! Lá na Itália! [admiração]. Elas iam com aquele carro de boi, elas iam cantar. Verdade! Ela sempre contava isso! Naquele tempo chamava de nona, mas agora é avó. Nós perguntávamos: “Nossa nona, como era?” Ela dizia: “Nós cantávamos”. Minha avó tinha os irmãos, eles que pegavam o carro de boi e iam cantar fora. Você imagina hoje eles vão de avião, eles têm o jatinho, eles têm os ônibus. Eles não, eles iam de carro de boi na Itália. (Entrevista com Luiza Morandim, 16/12/2010, Urânia/SP)

Além das lembranças guardadas na memória, alguns poucos objetos preservados recordam a trajetória dos ascendentes. Na casa da família de Luiza e Wilson Donda há uma Bíblia em italiano, herança de seu avô, deixada a seu pai. Embora não se conheça muitas histórias sobre aqueles que utilizaram esta Bíblia (e nesta família realmente percebemos que não há muitas recordações preservadas sobre os ascendentes estrangeiros), ela é preservada como um marcador importante da identidade da família, como uma relíquia das origens (ver fotos 1 e 2 ao final do capítulo).

Ricardo e Neuza Santim também se recordam de dois objetos que comunicam um pouco da história de seus ascendentes: Ricardo nos conta que uma tia conserva consigo a medalha que o avô recebeu do governo italiano por lutar na Primeira Guerra Mundial; Sebastião Santim, seu pai, guarda consigo o RG do avô, imigrante italiano; Neuza, sua mãe,

³² feijão, na lingual italiana.

fala de um cartucho de bala de canhão que ornamentava a mesa da sala de jantar de sua casa, objeto de memória certamente trazido por seu avô dos campos de batalha. No trecho abaixo transcrito Neuza se lamenta do costume de se desfazer de coisas “velhas”, cultura que explica porque tão poucos objetos deste passado mais longínquo são preservados.

Neuza: Eu lembro, quando a gente era pequena a gente colocava flor dentro, era um cartucho desse tamanho assim [faz o movimento com as mãos, afastando-as]. Você já viu aqueles cartuchos de espingarda? Eles são pequenininho.

Ricardo: Esse era grandão.

Neuza: Catava flor das árvores, ponhava lá e enfeitava aquilo lá. Mas a gente nunca pensou em guardar aquilo. Depois que a gente casou, que ele gostava de guardar essas coisas [o filho mais velha de Neuza], aí eu lembrei: “Nossa Ricardo, aquilo lá que era uma coisa boa pra se guardar.”

Ricardo: É.

Pesquisadora: Foi pro lixo?

Ricardo: Deve ter ido pro lixo. No sítio geralmente acontece isso, ferramentas velhas, essas coisas de ferro, vai jogando num canto e fica lá, até se desfazer de alguma maneira, de coleta, alguma coisa assim, alguma política nova de coleta.

Neuza: Agora, essa medalha a tia Linda guardou.

Ricardo: A medalha a tia guardou. (Entrevista com família Santim, 17/12/2010, Jales/SP)

As memórias aqui narradas caminham sempre na direção da grande ventura alcançada depois de tantas adversidades, quando muitas das famílias enfim alcançam o propósito que as moveu a sair de seu país de origem em relação ao Brasil: a conquista da terra própria. São estes imigrantes estrangeiros, dentre alguns trabalhadores nacionais, mineiros e baianos, que primeiro adquiriram pequenos lotes na região da microrregião de Jales, embora seja reconhecido o fato de que a conquista da terra própria foi mais difícil aos migrantes nacionais, que, mais frequentemente se ocupavam como moradores, meeiros e trabalhadores assalariados nas pequenas, médias e grandes propriedades das zonas pioneiras (MURUMATSU, 1984, p. 67).

Vendo frustrarem-se as expectativas de enriquecimento rápido que possibilitassem retorno ao país de origem, os imigrantes passam a investir a pequena poupança acumulada sobretudo por meio de atividades realizadas fora do contrato assalariado (como da comercialização dos excedentes da produção de subsistência) na compra de terras relativamente baratas nas áreas de expansão mais a Oeste (SAKURAI, 2000, p. 214-215 e 228). Foram poucos os que conseguiram a posse da terra sem passar por outras condições intermediárias, como a meação, a parceria ou o arrendamento. E muitos deles só conseguiram adquiri-la pagando uma pequena parcela de entrada e comprometendo-se com outras parcelas de pagamento anual.

Dados recolhidos na literatura consultada afirmam que já no início do século alguns imigrantes conseguiam comprar pequenas propriedades. As interpretações sobre este fato são diversas. Uma literatura de cunho mais triunfalista celebra os números divulgados pela Secretaria de Agricultura e o aumento relativo do número de propriedades num determinado período como suficientes para atestar o sentido da “conquista” dos imigrantes aqui chegados. Destaca que em 1901 existiam no estado 1.057 fazendeiros italianos que possuíam cerca de 32 milhões de plantas de café. Já em 1906, segundo estatística formulada pela Secretaria da Agricultura, nos cinco distritos do estado de São Paulo havia 5.197 proprietários agrícolas italianos, contra 1.607 portugueses, 675 alemães, 470 espanhóis, 117 austríacos, 76 franceses, 25 ingleses e 255 de outras nacionalidades (CENNI, 2003, p. 232). Por outro lado, uma literatura mais crítica compara o número de propriedades em mãos de imigrantes com o número de propriedades de todo o Estado para destacar o quanto o sonho de conquistar a posse da terra era ainda distante para os colonos. Segundo José de Souza Martins, no começo do século poucos tinham se tornado pequenos proprietários nas zonas novas. Em 1904/1905, das 49.522 propriedades existentes no Estado de São Paulo, apenas 415 pertenciam a espanhóis e 4.766 a italianos (MARTINS, 1989, p. 10). Em 1933-34 o quadro surgia algo mais favorável, embora irrelevante se comparado ao número de imigrantes que ainda trabalhavam como colonos, meeiros, parceiros ou arrendatários: os espanhóis tinham 14.410 propriedades e os italianos 33.590. 85% dos espanhóis e 73% dos italianos proprietários tinham menos de 25 alqueires (60.5 há) de terras, em média (MARTINS, 1989, P. 25). Preferimos esta última perspectiva, por expressar uma visão mais crítica da história e por ressaltar as dificuldades encontradas por estas famílias para chegar à condição de camponeses livres.

Não encontramos, na bibliografia consultada, dados sobre o número de japoneses que adquiriram pequenas propriedades neste início de século, mas entre as memórias recolhidas por Tomoo Handa por volta de 1922 há o destaque para o testemunho de um fazendeiro que afirma que “os japoneses foram os primeiros a pretender tornarem-se pequenos proprietários”. Segundo o autor das memórias, os japoneses, mais econômicos que italianos e trabalhadores nacionais, teriam tido sucesso mais rápido na busca desse intento (HANDA, 1980, p. 185). Apesar do esforço de exaltar a condição do imigrante japonês percebido em alguns estudos, nossas investigações a partir da história oral de famílias descendentes de ex-colonos de origem nipônica confirmam, ao menos na região analisada, que os japoneses compunham um grupo significativo de pequenos proprietários no período de colonização da região, por volta da metade do século XX. Migrando quase sempre em grupo, formando pequenas “colônias”

instituídas informalmente entre famílias da mesma origem provincial, companheiros de navios, vizinhos das fazendas de café, as famílias de japoneses acabaram por construir um contexto que lhes oferecia maior segurança bem como maiores condições de preservação das características culturais do grupo (SAKURAI, 2000, p. 233).

No livro do historiador Genésio Mendes de Souza sobre a fundação e ocupação do município de Jales, na lista dos nomes daqueles que tinham aí se estabelecido antes de 1940, encontramos uma relação de nomes dos primeiros moradores estrangeiros chegados ao município. Eram espanhóis, gregos, italianos, indianos, japoneses e portugueses (SEIXAS, 2006). Não localizamos informações precisas sobre a representatividade de cada um desses grupos na região, mas a extensa observação empírica realizada em campo e o “estado da arte” que aparece nas descrições das entrevistas confirmam que os descendentes de italianos são os mais numerosos, seguidos dos japoneses, dos trabalhadores nacionais e, por último, dos espanhóis³³.

Também por meio desta mesma obra e das entrevistas realizadas com as famílias da região, sabemos que estes imigrantes vinham, mais frequentemente, de municípios da região mais próxima à leste, São José do Rio Preto (Estrela d’Oeste, Tanabi, Altair, Potirendaba, Votuporanga, São José do Rio Preto), mas também da região contígua à sul, a região de Araçatuba (cita o Pereira Barreto). Vinham, ainda, das regiões de ocupação mais antiga como Araraquara (Itápolis) e Ribeirão Preto (Sertãozinho), bem como de outros Estados como Minas Gerais (município de Toledo) e Paraíba (município de Ingás). De todo modo, o movimento mais comumente realizado por estas famílias acompanhou a expansão da fronteira agrícola: da região Leste, Central ou Centro-Norte para o Noroeste, como ilustra o mapa construído da trajetória de uma das famílias da região, descendente de italianos.

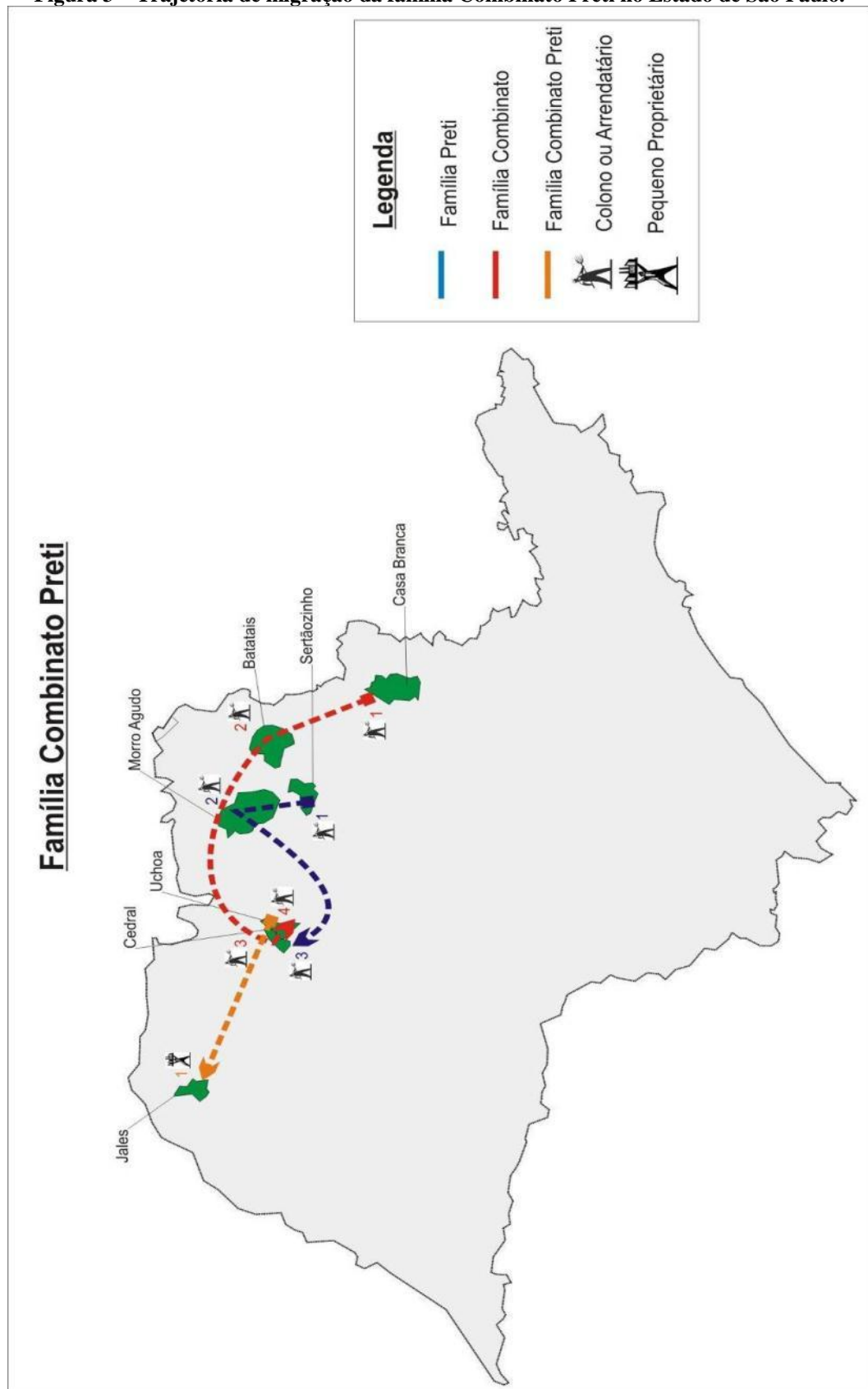
Este mapa reúne as trajetórias de duas famílias nucleares de descendentes de italianos, a família Combinato e a família Preti cuja união dos membros de uma e outra compuseram a

³³ Dentre os imigrantes italianos, fala-se que uma das primeiras famílias instaladas na região no período de formação do povoado foi a família Scapin, que se dedicava ao cultivo de arroz e milho, contratando, para o trabalho na lavoura, outros imigrantes italianos e espanhóis. Outras famílias que chegaram entre as décadas de 1940 e 1950 foram: família Belão, Nipotti, Sangalli, Bonzoni, Pêgolo, Amadeu, Bigotto, Calabresa, Bernardo, Prandi, Novaes, Parminondi, Marquette, Scaramuzza e Venturini. Dentre os primeiros imigrantes espanhóis, é citada a família Bonillo, que residem na região desde os anos 40. Outras famílias citadas são: Calderon, Gerez, Rodrigues, Gutierrez, Caparroz, Castilho, Gallego, Cervantes, Molina, Hernandes, Pajares e Marmolejo. Dentre os sobrenomes portugueses estão Pereira, Silva, Cardoso, Amaro, Caramelo, Alves, Morais, Dias, Lopes, Salgueiro e Castanheira. Quanto aos japoneses, as primeiras famílias a chegar à região são: Takai, Okada, Takaki, Yamamoto, Matsumura, Kanashiro, Tomashiro, Kitamura, Yagui, Nishi, Matsumori, Nishimoto, Nagata, Okajima e Higashi. Parecem ser esses grupos os mais significativos no município, como houera de ser em toda a região pioneira. Japoneses, indianos, gregos e holandeses constituíam grupos menores (SEIXAS, 2006, p. 236-253). Ademais, no livro anterior publicado pelo mesmo autor, há referências a mineiros e baianos que ajudaram a desbravar a região, desmatando e trabalhando como colonos, meeiros, moradores e assalariados (SEIXAS, 2003).

família do Sr. Nelson Preti, um dos colaboradores de nossa pesquisa. Como se pode notar, ambas as famílias circularam por entre municípios do leste e norte do Estado na condição de colonos ou arrendatários antes de se tornarem pequenos proprietários já no Oeste do Estado, no município de Jales. Como já afirmamos anteriormente, é bastante comum que estas famílias passem por essas condições “intermediárias”. Tais condições eram percebidas pelos colonos como um momento de “transição” importante em direção ao objetivo almejado: a condição de proprietário. O relato do Sr. José Morandim, que remete ao ano de 1956, pouco antes do fim do sistema do colonato, nos mostra a resistência de seu pai em retornar à condição de colono depois de já ter se tornado meeiro em uma fazenda de café, retorno percebido como retrocesso. É um relato que mostra a resistência destes sujeitos ante a condição de sujeição experimentada na condição de colonos:

Aí depois que ele [o fazendeiro que cedia a meação da plantação de café] não quis mais dar o café de ameia com nós. Aí meu pai pegou e falou: “Não, ficar aqui de colono eu não fico não! Chega que eu trabalhei quando eu era mais novo e eu nunca tinha nada”. (Entrevista com José Morandim, 22/07/2010, Urânia/SP)

Figura 3 – Trajetória de migração da família Combinato Preti no Estado de São Paulo.



Fonte: informações coletadas em entrevista com a família.

Os relatos sobre o período de ocupação dessa região, por tratarem de um período mais recente e no qual muitos dos nossos depoentes participaram, são fartos. Retratam um período em que o campo centralizava a vida social, política e econômica. Um espaço vivo, povoado de pessoas e de momentos de sociabilidade. Muito se fala dos eventos religiosos, das festas (religiosas ou pagãs) nos terreiros das propriedades ou nos “clubes” (lonas armadas em terrenos públicos ou privados), dos jogos de futebol onde rivalizavam times de bairros rurais, acompanhados por idosos, mulheres e crianças, das atividades (sempre lotadas) das associações nipo-brasileiras. Um período em que algumas atividades de lazer também já surgiam nas cidades, sobretudo o *footing* e o cinema.

Multiplicam-se, também, os relatos sobre as condições precárias vivenciadas naquela metade do século, iniciando os trabalhos nas propriedades. Diz-nos Ermelinda Preti, sitiante que hoje tem 82 anos: “Eu passei muita necessidade. Não passei fome porque eu comi muita abóbora e polenta.” (entrevista realizada em 21/07/2010, Jales/SP). Além da fome, fala-se da recorrência de doenças e mortes, de escassez de artigos para a alimentação da família, das dívidas adquiridas para a compra da propriedade e para construção das primeiras benfeitorias, de muitos que sucumbiram a tais condições, vendendo sua propriedade a outros agricultores. Tais lembranças, como aquelas narradas sobre a trajetória dos ascendentes imigrantes, buscam destacar os esforços de gerações anteriores na construção e manutenção das posses da família.

Além dos fatos guardados na memória, observamos que algumas famílias mantêm consigo objetos-monumento, que materializam a luta pela conquista da terra, pela condição de “homens livres”. É o caso do facão herdado por José Ryugo de seu pai, utilizado para os trabalhos do desmatamento da propriedade; da pedra que amolava o facão que Gonçalo Machado, baiano, herdou de seu sogro, também utilizado para o desmatamento; do machado do início da década de 1950 com que esse mesmo sitiante lavrou os dormentes com que se construiu o trecho da Estrada de Ferro Araraquarense que passa pelos municípios da região [ver foto 6 ao final do capítulo]. O machado lembra não só os objetos a que deu origem (os dormentes), mas também pessoas que fizeram uso dele, remetendo à ação dos sujeitos e se vinculando a trajetória de todo um grupo familiar. Ao olhar para ele, Gonçalo lembra que seu irmão, um dentre muitos dos homens da família que segurou aquele machado, morreu de um ataque cardíaco enquanto o utilizava para lavrar as terras da propriedade da família, em 1954. Nesta mesma foto vemos, ainda, outro “objeto de memória” que retrata a trajetória da família: Gonçalo veste a camisa que era de seu sogro (já falecido), o primeiro membro da família a chegar à região, um dos primeiros a adquirir a propriedade no bairro rural conhecido por Córrego do Coqueiro. Segundo a filha de Gonçalo, Maria Machado, que nasceu no município

de Jales, nas terras do pai, há muitos objetos do passado em diversas propriedades, embora não lhes sejam reconhecido o valor histórico que carregam³⁴.

Além dos objetos, também algumas marcas preservadas no território guardam a lembrança do período de ocupação. Como as árvores frutíferas, que foram plantadas por algumas famílias quando se estabeleceram na pequena propriedade recém-adquirida, e hoje fulguram imponentes recordando o enraizamento da família naquele espaço (foto 10, ao final do capítulo). Também as tulhas (foto 11) e os terreiros de secagem de café, que representam as primeiras estruturas que foram construídas quando as famílias iniciaram a plantação de cultivos comerciais (entre os quais, como veremos, o café teve destaque), aqueles que possibilitaram a reprodução material do grupo. E a pedra que anunciou estar reconhecida pelas autoridades municipais a inauguração da estrada rural que liga Jales a Urânia, aberta pelos próprios sitiantes (foto 7) . Enquanto aqueles objetos de memória recordam a trajetória das famílias, estas marcas no espaço representam a materialização de uma história e conquistas compartilhadas e alimentam o processo de identificação da comunidade e a memória sobre o período.

Depois, então, de reconhecermos a trajetória dos sujeitos que ocuparam o extremo noroeste paulista (desde seus ascendentes até este que adquiriram as pequenas propriedades da região) e as informações que ficaram registradas na memória a respeito dela, trataremos de retomar os primeiros anos da ocupação da região. Nesse momento retomaremos as dificuldades enfrentadas no momento do estabelecimento das famílias nas pequenas propriedades e buscaremos conceder matéria à compreensão das heranças que, desde período, foram deixadas para as famílias no que se refere à lógica de organização da produção.

1.3. A dinâmica da pequena propriedade: a produção e seus sentidos

Uma primeira informação importante sobre a aquisição de pequenos loteamentos em toda a região da Alta Araraquarense é que não se tratou de um episódio coroado somente de êxito. Houve um clima de tensão no momento em que os contratos de compra e venda dos pequenos lotes de terra foram lavrados. Muitos colonos conheciam a má fama da região, cujas

³⁴ Maria Machado, inclusive, disse que há um sonho compartilhado entre alguns sitiantes de que se construa na região um *Museu do Sitante*. Explica Maria: “O pai do senhor Zé, o senhor Zé e meu avô foram praticamente quem abriram essas estradas. Quem fez as picadas. A história não conta isso. As histórias das cidades não contam isso. Contam à história urbana. A história rural não acontece. Nos museus não contam a história rural. Esquecem que a cidade nasceu acima de uma história rural.” 22/09/2010, Jales/SP.

terras se dizia terem sido griladas (ou roubadas), e temiam investir os poucos recursos num patrimônio de origem suspeita, num negócio duvidoso (MURUMATSU, 1984, P. 46). O filho de Ermelinda Preti escutou rumores que falavam de pessoas perigosas e negócios escusos, mas a região, com terras baratas e lotes com pequenas extensões, era sua única esperança de alcançar o sonho de ser dono de seu pedaço de chão e, assim, finalmente livre.

Então quando o Dácio [seu filho] veio, ele falou que um homem tinha dito que tinha um pedaço de terra bom para comprar lá. Nós podíamos ir para lá. Aí meu sogro disse: “Aonde que você vai, lá tem a Minerva [esposa de Euphly Jalles, um dos grileiros da região] que rouba até a roupa da gente. Vocês não vão”. Aí o Dácio falou: “Mãe eu vou tentar. Se eu achar alguém que ajuda nós a comprar três alqueires... Para nós não dá para comprar os dez alqueires. Então nós vamos para lá”. Tinha a minha irmã que tinha um pouquinho de dinheiro e nós ficamos devendo cem contos pra ela. Naquele tempo era cem mil reis. (Entrevista com Ermelinda Preti, 21/07/2010, Jales/SP)

Estes que adquiriram os pequenos lotes, como já anunciamos, em sua maioria trabalharam como colonos das grandes fazendas de café das regiões velhas. O dinheiro que acumularam, em geral, não era suficiente nem mesmo para pagar a propriedade à vista. Fizeram, geral, um “pé de meia” modesto: os salários que recebiam os colonos não eram tão elevados e estes tinham, em geral, extensas famílias. Os colonos que construíram pecúlio um pouco maior o obtiveram de outra atividade, que não o trabalho na lavoura, como a atividade do comércio.

O dinheiro era pouco, e os gastos iniciais significativos. Em geral, o capital poupado era todo, ou quase todo, entregue nas mãos dos loteadores como uma entrada que permitisse a efetivação do contrato. O restante deveria ser pago em algumas parcelas anuais. Depois disso, precisavam ainda arcar com uma série de gastos, como aqueles necessários a mudança e à construção de infraestrutura mínima para o abrigo da família e o início das atividades agrícolas: cerca, casa, poço, paiol, a derrubada da mata virgem, a queimada, a compra de sementes, adubos, o preparo da roça e a colheita. Também era excepcional que conseguissem derrubar a floresta somente com a cooperação da família, precisavam engajar outros derrubadores e os pagar. Para as outras atividades contavam tão somente com a mão de obra dos membros da família.

Este momento da derrubada das matas [ver foto 5 ao final do capítulo] é outro dos marcos da memória dos pequenos agricultores. A lembrança desse momento comunica, ambigualmente, dois sentidos opostos para a ideia de “exploração da terra”: aquele que remete à subsistência da família e aquele que recorda, com tristeza, a violência que o processo de desmatamento, que eles próprios empreenderam, representa. O *ethos* camponês que permeia a

consciência destes pequenos agricultores lamenta pelo desequilíbrio natural causado pelo desmatamento, pela violência desferida contra a *mãe natureza*. Gonçalo Machado, por exemplo, em seu relato-desabafo fala da dívida que tem com estas terras, lembrando-se do dia infeliz em que derrubou o belo jatobá que se erguia imponente ao fundo da propriedade da família:

Gonçalo: Eu tenho uma dívida com esse pedaço de terra. Eu plantei trinta mudas de aroeiras. Tem até pau-brasil, ipê-roxo, ipê-amarelo. Está lá, umas quarenta árvores. Eu falei: ‘Eu tenho uma dívida com essa terra, eu vou fazer isso aqui ser um ponto de referência. Essas aroeiras vão substituir o jatobá’.

Maria (filha de Gonçalo): É a questão do compromisso com a natureza que ele tem. Esse cantinho ali, que ele falou, e a nascente Córrego do Coqueiro.

Gonçalo: Zico Braga quando soube que eu tinha derrubado o Jatobá... Aquele Jatobá era um ponto de referência. De Rosalina a gente via aquele Jatobá. Não sei o que eu tinha na cabeça, eu estava precisando de dinheiro, eu derrubei o Jatobá. (Entrevista com Gonçalo Machado, 23/09/2010, Jales/SP)

Para conseguir financiar todas essas etapas iniciais da instalação da família na propriedade e, posteriormente, para comprar extensões de terras vizinhas, ampliando a propriedade da família, muitos vendiam sua força de trabalho em propriedades maiores dos arredores. Tantos deles, depois de terminada a colheita do algodão, já bastante comum naquelas décadas que se aproximavam da metade do século XX, iam trabalhar nas fazendas de café dos arredores, ou mesmo trabalhavam de “à meia” em terras de outros, plantando uma diversidade de artigos que, devido a seu ciclo curto, podiam ser colhidos e vendidos num curto espaço de tempo (foto 7, ao final do capítulo).

Plantei café, arroz, milho e plantamos uma roça de algodão no sítio, na fazenda aqui do Zé Munhão, eu e meu sogro. Eu, meu sogro, meu cunhado Zé Coelho. Plantamos uma roça de algodão, bastante, deu muito algodão. Na época eu plantei pouco lá, plantei só meio alqueire de algodão, um hectare e pouco. Depois do algodão, ainda plantamos arroz lá, no outro ano plantamos arroz lá no Zé Munhão, quando já tínhamos a propriedade aqui em Urânia. (Entrevista com José Morandim, 22/07/2010, Urânia/SP)

E, ademais, frequentemente contraíam empréstimos onerosos – pois o crédito favorecia mais ao grande do que ao pequeno produtor –, entrando num ciclo de dependência de que dificilmente conseguiriam sair, por mais empreendedores que fossem. Nesse período, a organização do crédito era bastante deficiente e não permitia a ajuda ao pequeno sitiante. Por outro lado, este era bastante desconfiado em relação às instituições bancárias oficiais, sempre distantes e misteriosas, e aos quais associavam facilmente a tudo que diz respeito à administração e ao governo, contra os quais muniam também certa desconfiança. Recorriam,

mais frequentemente, a bancos locais, aos comerciantes, aos ‘maquinistas’ (gerentes das máquinas de descarregar algodão ou de beneficiar arroz), aos negociantes de café ou de algodão (MONBEIG, 1971, p. 223-225).

Envolvidos nessa teia embaraçosa com os credores, muitos sucumbiram diante das dificuldades, primeiro, de conseguir empréstimos e, depois, de quitá-los. Algumas safras desfavoráveis, o baixo preço do produto no mercado e a erradicação de sua produção na década de 1960 serviram para agravar esse contexto. Assim, alguns abandonavam facilmente sua terra por outra mais distante, escapando, pela fuga, às cobranças dos credores, e criando assim, um contexto de intensa instabilidade. Outros repassavam suas terras a proprietários mais abastados e migravam para as cidades e, desse modo, alguns latifúndios foram se formando a partir da compra de terras de lavradores falidos (MURUMATSU, 1984, p. 57; MONBEIG, 1971, p. 226).

Outro desdobramento destas primeiras crises enfrentadas foi a ocorrência de rebeliões camponesas (como a Revolta do Capim³⁵) e o surgimento do movimento messiânico de Aparecido Galdino Jacinto, que o segue. Contribuíram para essa crise, ainda, a expansão das pastagens e o desemprego consequente de um volume considerável de lavradores que se empregavam nas pequenas médias e grandes propriedades agricultoras como moradores, meeiros e assalariados. Estas rebeliões se espalharam por todo o Brasil sobretudo na década de 1950 em razão das consequências do projeto de modernização da agricultura (MARTINS, 1973, p. 30, 75-76; MURUMATSU, 1984).

Para aqueles que permaneceram nas propriedades, além das culturas de subsistências mantidas em função da necessidade de assegurar a alimentação da família, iniciaram a organização dos cultivos destinados ao mercado. A escolha destes produtos, que seriam sobretudo comercializados, foi determinada por uma série de fatores que necessitam ser analisados. A princípio se preocupavam em produzir mercadorias cujo rendimento proporcionado com a venda possibilitasse o pagamento das prestações anuais referidas à compra da propriedade e aos empréstimos recorrentemente tomados. Desse modo, a produção era determinada também pelo mercado, pela valorização econômica dos cultivos agrícolas. Tais culturas deveriam, ainda, gerar renda a curto prazo (anual) e, no limite, a médio prazo. Essa determinação concorre, entre outras, para explicar porque os pequenos agricultores não

³⁵ A “Revolta do Capim” foi organizada por posseiros a fim de denunciar e combater a espoliação de que eram vítimas por meio dos “contratos de arrendamento” e impedir o iminente despejo das terras em que trabalhavam. “Para isso arrancaram o capim das invernadas, queimaram o opressivo barracão, fundaram cooperativas para defenderem seus direitos, apelaram para o Estado questionando muitas vezes este mesmo Estado” (MURUMATSU, 1984, p. 2).

se limitavam à produção do café: sendo um gênero agrícola que gera frutos a médio prazo, não possibilitava que os pequenos agricultores pagassem suas dívidas anuais. Preferiram as culturas que geravam renda em mais curto prazo, como o arroz, algodão e secundariamente milho, feijão, amendoim e mamona (MURUMATSU, 1984, P. 55-56).

Tais determinações denunciavam que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se desenhava um contexto que sugeria uma maior democratização do acesso à terra e também da produção de café, antes monopólios da burguesia, estabelecia-se uma dinâmica que recolocava os pequenos sítiantes numa condição de extrema dependência com a empresa capitalista, por meio da figura dos loteadores e dos financiadores. Desse modo, Murumatsu (1984, p. 56) ressalta que “na passagem de colono a pequeno proprietário, indiretamente continuou trabalhando para o capitalista” e inserido no centro da economia de mercado.

E, se os sítiantes diversificavam a produção para obter maior liquidez, também o faziam por outras razões: temiam tornarem-se reféns da comercialização de um único produto, e das oscilações do mercado que controlavam seu preço (MONGEIG, 1984, P. 56). Agiam conscientes de que a comercialização dos produtos que ofereciam maiores rendimentos e obtinham maior aceitação no mercado não bastava para lhes garantir estabilidade. Desse modo, diversificavam a produção com diferentes arranjos, que tinham no seu centro nucleador atividades como a criação de gado, o plantio de algodão e o café, se aliavam às culturas de subsistência e se complementavam com outras *experiências* produtivas. Algumas abrangeram produtos que desfrutavam de um mercado mais permanente e mais equilibrado do que a das grandes culturas comerciais; outras não passaram de experiências ligeiras, que surgiram e desapareceram nos campos rapidamente (como o rícino, o tungue, sisal, menta, amoreira, criação de bicho-da-seda).

É também na obra de Monbeig (1971, p. 251-315) que vamos encontrar uma descrição detalhada da produção que era característica da extensa faixa Oeste que vai da Alta Araraquarense, objeto de nosso estudo, até o norte do Paraná, desbravadas naquela primeira metade do século XX. O autor descreve a produção de subsistência composta por gêneros como o feijão, cebola, alho, abóbora, mandioca, a cana-de-açúcar e, quando se pensava em ficar um tempo mais alongado no local, também árvores frutíferas, principalmente bananeiras, laranjeiras e mesmo mangueiras. Havia também preferência por um ou outro produto de acordo com a origem étnica do pequeno agricultor: os japoneses plantavam um pouco de soja e uma variedade de legumes; os baianos, a mandioca; o espanhol, as ervilhas. Por entre essa diversidade de culturas se destacam os dois cereais chamados por ele de “pioneiros”: o milho e o arroz. O milho, quase sempre associado à criação de porcos, teve seu apogeu com a

imigração italiana; o arroz de terreno alto teve um novo estímulo com a chegada dos japoneses. Tais produtos encontravam-se quase sempre associados ao feijão e à mandioca, e são amplamente reconhecidos como os alimentos básicos da mesa do sitiante paulista.

... Pode-se falar do *quatuor de base* do sitiante e a fórmula pode ser estendida ao conjunto dos agricultores pioneiros. Esse é o grupo de ‘cereais’ que aparece obrigatoriamente em toda instalação agrícola e que, em um quadro já definido, constitui a roça. (MONBEIG, 1971, p. 253)

O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz. No entanto, a maioria dos modos de prepará-los não veio do índio: constituem adaptação de técnicas culinárias portuguesas, ou desenvolvimentos próprios do país. (CANDIDO, 1971, p. 52)

Com estas primeiras plantações ocupando o terreno, as últimas faixas de terra desaparecem. Rapidamente, as culturas de subsistência, predominantes nesse primeiro estágio de ocupação do lote, vão perdendo espaço para os gêneros destinados à comercialização. Aquelas, além de terem cumprido importante papel no sustento da família, vendidas como excedentes contribuíram para capitalizar o agricultor minimamente, a ponto de permiti-lo formar um cafezal, secar o solo para semear algodão ou para o preparo da pastagem.

Quanto ao café, com as sucessivas crises de produção e preços na primeira metade do século XX, os plantios foram se deslocando, a partir de 1935, para as regiões pioneiras. Na região da Araraquarense e na Noroeste colheu-se neste ano, respectivamente, 26,99 e 23,97 da produção total do Estado (MILLIET, 1941, p. 26). E as plantações começadas depois da crise eram laboradas sobretudo por pequenos proprietários: em 1937-38, em Tanabi, de 425 cafeicultores, 418 possuíam menos de 50.000 cafeeiros; em Valparaíso havia 160 em um total de 181, em Marília 985 e 1.078 e em Presidente Prudente 1.176 em 1.201 (MONBEIG, 1971, p. 261-262).

De todo modo, a paisagem dos cafeeiros marcou a lembrança daqueles que passaram pelas estradas da região no período, como a do memorialista Pedro Nava, nos anos 30 [ver trecho a seguir]. E o rendimento dos cafeeiros do período áureo da produção na região é também sempre lembrado como um período de crescimento para as famílias, que possibilitou a instalação das estruturas hoje erguidas sobre as propriedades.

À frente, logo do outro lado da rodovia chegavam pés de café parecendo filas de batalhões que fossem invadir a cidade. Os primeiros todos cobertos do poeirão que levantavam os carros, caminhões, carroças e ‘jardineiras’ que passavam a cada instante. Iam paralelos e convergentes como figuras cuja *saiá* roçasse o chão, iam paralelos e convergentes ao limite horizonte céu chão. (NAVA, 1983, p. 111)

Todavia, caem os rendimentos, como nos mostra Monbeig, em todas as regiões cafeeicultoras neste período. Para o conjunto da Alta Araraquarense eles diminuem de 54,6 para 41,1 arrobas por 1.000 pés, comparando as safras de 1934-35 e 1939-40. Ainda segundo o autor, as pequenas propriedades são mais atingidas pela queda da produtividade do que as fazendas, haja vista as diferenças de técnica agrícola e possibilidades de investimentos, que se manifestam desde a plantação dos arbustos jovens, diferenças que são o resultado direto da capacidade econômica. Dessa forma, as regiões onde o número de pequenas propriedades é maior, menores são os rendimentos, como a região da Alta Sorocabana e Alta Araraquarense (MONBEIG, 1971, P. 264-265).

Apesar da queda nos rendimentos o café era ainda um produto que inspirava confiança, sendo a grande riqueza da franja pioneira. Cultura tradicional, havia toda uma organização comercial já plenamente estabelecida ao redor deste produto, o que assegurava a venda e o escoamento da produção. Na década de 1940 o aumento sensível do preço do café dá um novo ímpeto à produção na região

Mas os paulistas não renunciaram ao cafeeiro, como se pode ver nos últimos anos. O preço do saco de 60 kg subiu a Cr\$ 301,00 em 1944, Cr\$ em 1945 e Cr\$ 523,00 em 1946. (...). Tudo era diferente para quem viajasse em 1945 e 1946 de Tupã a Gracianópolis, ou de Tanabi a Jales. Um observador aparentemente bem informado indica, em 1947, que três milhões de cafeeiros novos vão começar a produzir brevemente em Tupã, sete milhões em Osvaldo Cruz, vinte milhões e meio em Lavínia, dois milhões em Fernandópolis e dois em Quatá. A retomada do café é, portanto, bem nítida, principalmente na região tributária da Paulista e de sua rede rodoviária. E isso não é somente o resultado de uma boa organização dos meios de transporte, mas porque lá ainda há muito espaço disponível. (MONBEIG, 1971, p. 259-260)

Mas a produção cafeeira nunca assumira a forma de monocultura nas terras dos pequenos agricultores destas regiões novas. Ela esteve sempre associada a outras culturas comerciais (como o algodão, num primeiro momento, entre outras tentativas de associação com seringueira e amendoim) e as plantas alimentícias, bem como a uma reduzida criação de gado, porque o espaço é muito exíguo. Esta diversificação é determinada por diversas questões: pelo medo de tornar-se refém da comercialização de um único produto (e das oscilações de seu preço no mercado), pela necessidade de abastecimento dos principais gêneros consumidos pela família, pela impossibilidade financeira de cobrir toda sua terra com cafezais, dados os altos custos de produção e exigência de grande empenho de mão de obra e, ainda, porque o pequeno sitiante não pode se dar ao luxo de deixar uma parte de seu terreno

desocupada: precisa produzir e comercializar, pois o rendimento com as culturas comerciais cumpre papel importante na sobrevivência da família (MONBEIG, 1971, p. 270-271).

Com o café veio também o algodão. O período de expansão da fronteira agrícola e de ocupação dos solos mais a Oeste foi também o período de expansão da cultura algodoeira, que veio em socorro dos grandes fazendeiros cafeicultores a partir da crise de 1929 e também se tornou gênero amplamente cultivado nas pequenas propriedades das regiões novas. Monbeig (1971, p. 279-284) chegou a afirmar que a marcha pioneira posterior a 1929 foi, ao mesmo tempo, a marcha do algodão. Mostra como as colheitas aumentaram em pouco tempo, passando de 10.000 toneladas em 1931 para 446.693 toneladas em 1946 e 740.000 toneladas em 1939-40. E a característica mais comum da franja pioneira passa a ser a superposição destes dois produtos: embaixo o algodão, associado à policultura, e acima o café.

Para o pequeno agricultor, sobretudo, a cultura do algodão foi bastante atrativa, porque não imobiliza e nem exige emprego de grande quantidade de capital, e, ainda produz em alguns poucos meses, diferente do café. Ademais o café foi bastante importante naquele momento porque os pequenos agricultores estavam preocupados em quitar as dívidas com a compra da terra e de tudo que foi necessário para colocar em pleno funcionamento a pequena propriedade. Neste período, também, muitos pequenos agricultores adquiriram fragmentos de terras dos fazendeiros a baixos custos, terrenos que eram desprezados por sua aridez, mas onde o algodão, pouco exigente germinava com facilidade (MONBEIG, 1971, p. 283-284).

O cultivo do algodão é bastante associado à figura do japonês a ponto se afirmar que “a história do desenvolvimento comercial do plantio do algodão no estado de São Paulo está intimamente ligada à presença dos imigrantes japoneses nas ‘bocas do sertão’ paulista” (SAKURAI, 2000, P. 234). Os relatos das entrevistas também destacam o importante papel deste grupo de imigrantes no desenvolvimento do cultivo na região de Jales:

Começamos a plantar, milho, arroz, algodão. Isso foi em 1953. Então a gente, principalmente o nortista, ele estava mais preparado para o arroz e milho. O algodão estava mais nas mãos dos japoneses. Os japoneses que dominavam mais a produção de algodão. A roça nossa era conhecida, a roça do japonês também. Eles chegavam na roça e falavam: “Aqui não tem japonês”. Era semiárido, a gente só passava veneno para controlar as lagartas. Eles não, eles combatiam tudo! Quando a gente produzia cem arrobas por alqueires, eles produziam trezentas, quatrocentos. O povo foi se interessando e trabalhando junto com eles. Nós fomos dominando a praga do algodão e fomos produzindo muito algodão. (Entrevista com Gonçalo Machado, 22/09/2010, Urânia/SP)

Desse modo, a cultura do algodão concedeu mais estabilidade ao pequeno agricultor, permitindo que ele fixasse moradia. A tal ponto que se observa que os municípios

cotonicultores são aqueles que mantiveram uma estrutura fundiária mais desconcentrada do que municípios onde predominava a produção cafeeira. Não só essa cultura é a dos pequenos proprietários como é, também, de maneira geral, a dos pequenos cultivadores, donos ou não do solo. Com o seu desenvolvimento, o mundo rural viu nascer os arrendatários e os parceiros. Monbeig mostra como a Alta Araraquarense é o domínio da exploração indireta, variando as taxas de terras cultivadas por arrendatários ou parceiros entre 52% e 70% em toda a região (MONBEIG, 1971, p. 284-285).

“Destruir a floresta virgem para, em seu lugar, instalar campos artificiais, Eis o traço mais original e mais recente do movimento pioneiro dos planaltos ocidentais de São Paulo”, afirma Monbeig (1971, p. 302). A criação de gado é a atividade mais característica do campesinato desta região, aquela que está presente em seus campos desde a chegada dos mineiros. Embora somente nas faixas de terras mais extensas ela fosse praticada de modo extensivo, estava em toda pequena propriedade, de plantadores de algodão e café, para alimentar a família ou ser revendida aos açougueiros das cidades vizinhas ou aos compradores que trabalham por conta própria. Muitos destes para os quais vendiam o gado é que concluíam o trabalho da engorda, já que a exiguidade do pequeno lote muitas vezes os impediam de fazê-lo (MONBEIG, 1971, p. 313). A massa dos plantadores, todavia, eram as propriedades que podemos chamar de médias, entre 100 e 300 alqueires.

Para os grandes e médios plantadores de café, a criação de gado surge como uma solução econômica pra evitar as crises. Exige, também, pouca mão de obra (ao contrário do algodão), questão que se harmonizava com a oferta em decadência de braços para o trabalho, resultante do recente processo de industrialização e urbanização, que passou a atrair grande parte dos trabalhadores do campo sobretudo em função de salários maiores (MONBEIG, 1971, p. 303). Uma série de outras questões atraía toda categoria de criadores: havia mais créditos aos criadores que aos plantadores, o frete rodoviário se lhes tornou mais vantajoso e, por fim, contribuía a alta persistente do preço.

As condições geográficas e climáticas em todo o Estado de São Paulo, por outro lado, eram extremamente favoráveis à criação de gado e criaram as condições para o criador paulista ser reconhecido como o grande especialista na atividade. Toda aquela faixa Oeste aproveitou da proximidade com o triângulo mineiro, região que, ademais de ser tradicionalmente criadora, está numa posição estratégica que favorece a comercialização. Antes mesmo da estrada de ferro Araraquarense chegar até os municípios mais a Oeste, já se utilizavam balsas para o transporte do gado, pelo rio Paraná e Rio Grande. Por outro lado, as pastagens de engorda de São Paulo estão menos expostas aos rigores da seca do que as do

Brasil Central. São conhecidas como invernadas, porque se beneficiam de hibernação bastante longa para não sofrerem com as deficiências pluviométricas. A posição geográfica estratégica destas invernadas as transforma em ponto de passagem e engorda do gado que, então, transita entre um lado e outro dos rios para chegar aos diferentes centros consumidores (MONBEIG, 1971, P. 305).

Outro fator que incentivou a produção ganadeira na região no princípio do século XIX foi a fundação do frigorífico de Barretos em 1913. Seu raio de ação se estende a todos os municípios da Alta Araraquarense, tanto no eixo Mirassol-Fernandópolis como na direção de Monte Aprazível e General Salgado, já nas proximidades da microrregião de Jales. Este frigorífico foi mais um dos negócios empreendidos pela família Prado. Mais tarde, as firmas inglesas Swift, Wilson e Armour assumiram e expandiram os negócios que envolvem a criação de gado. Tais empresas, além da administração do frigorífico, passaram a comprar parte considerável das invernadas, extensas porções de terra perto de São Paulo, outras em Araraquara e a maior parte em Barretos. Também em Mato Grosso e Goiás estes investidores possuíam suas próprias terras de criação de gado e, mais tarde, passaram também a alugar as invernadas, sob contratos de dois anos, pagando proporcionalmente a cabeça de gado. Assim, quando, em 1940, era avaliadas em 12.000 a capacidade das invernadas pertencentes aos frigoríficos, convém adicionar a esse número uma boa parte das 550.000 cabeças atribuídas aos pastos de Barretos e sua região (MONBEIG, 1971, p. 314).

Em tudo isso se pode ver um retorno, ou uma fidelidade, à tradição pastoril paulista. Todavia, não assume mais aquela forma de criação extensiva, e não se vê mais nas suas pastagens animais semisselvagens, laçados com destreza pelo audacioso gaúcho ou mineiro. Nas novas invernadas, os animais pastam pacificamente entre cercas de arame durante cinco ou nove meses, até que engordem. É sempre, e cada vez mais uma atividade vigiada (MONBEIG, 1971, p. 311-312), ademais de inserir-se numa estrutura capitalista hierarquizada e diversificada, como aconteceu com toda a produção agropecuária nesse período de expansão do mercado capitalista.

É importante lembrar, ainda, que a criação de gado foi a grande responsável pela destruição da floresta e seus solos, e que, ainda, expulsou parte significativa da população que ocupava essa região, gerando, como já destacamos, um contexto de crise social que originou diversos levantes populares nestas regiões. Monbeig, mostra como, em quatro anos, à razão de dois alqueires por trabalhador, 110 homens e mulheres viveram da destruição da floresta e, uma vez formado o pasto, eram colocados 900 a 1.000 animais, para cujo cuidado bastavam dois vaqueiros (MONBEIG, 1971, P. 315).

Na tabela 1, abaixo, podemos observar a representatividade de cada produto agropecuário na região de Jales³⁶. Os cultivos do algodão, do arroz, do café e do milho surgiam associados na década de 1960. Já na década de 1970, diminui a produção de arroz e café, provavelmente em função da seca de 1963 (a maior seca do século XX, com 164 dias sem chuvas), enquanto aumentam a produção de milho e algodão. Em 1980 diminui a produção do algodão, do arroz, enquanto aumentam a produção de café e milho, ademais da geada ocorrida em 1975. A presença do gado também é confirmada por meio dos dados colhidos nos Censos Agropecuários do IBGE. A criação de bovinos e a presença de galináceos crescem insistentemente no período. Diminui a presença dos suínos no ano de 1980, e mais significativamente, a criação de equinos e muares, efeito sobretudo da modernização nos meios de transporte. Outras culturas temporárias associadas àquelas principais foram o amendoim, a mamona, a banana e a laranja, cuja produção cresce progressivamente entre 1950 e 1980.

³⁶ Ao tomarmos os dados da tabela mencionada (e também outras informações do CENSO Agropecuário do IBGE para o período de entre 1950 e 1980) é necessário que façamos algumas ressalvas. Os dados do ano de 1940 referem-se ao grande município de Tanabi, que naquele momento abrigava uma área extensa, como o município de Jales e Fernandópolis. Decidimos ilustrar também este dado para demonstrarmos qual era o tipo de produção predominante na grande região do noroeste paulista naquele momento. Em verdade, Jales foi desmembrada de Fernandópolis, que, todavia, recebeu o status de município também entre as décadas de 1950 e 1960. Os dados do ano de 1950 correspondem ao momento em que apenas o município de Jales, da região que hoje conhecemos como MRG de Jales, havia sido emancipado. Vemos que, tomando em comparação o Censo do ano anterior, evidentemente, o município perde em número de estabelecimentos e área, entretanto, acreditamos que os dados apresentados para o ano de 1950 devem ser levados em conta como uma informação válida. Explicaremos. No Censo de 1960 os municípios que passam a figurar como participantes da grande região da “Zona de Pereira Barreto” foram, em sua maioria desmembrados do município de Jales (Santa Fé do Sul, Palmeira D’Oeste, Urânia, Dolcinópolis e Santa Albertina, Três Fronteiras), sendo que apenas 1 pertencia a outra “região”(Populina, que antes compunha o município de Estrela D’Oeste, que era pertencente à “região” de Fernandópolis). Deste modo temos confirmado que o número e a área dos estabelecimentos na década de 1950, bastante inferior á década seguinte, pode ser explicado pelo fato de ainda estar em processamento o parcelamento e venda das pequenas propriedades. Outros municípios compunham a região da Zona de Pereira Barreto em 1960 e sua produção agropecuária não foi levada em conta. No ano de 1970 a divisão administrativa entre os municípios da região é complexificada, conquistando autonomia outros municípios que hoje pertencem a MRG de Jales e que naquele momento compunham a então chamada Alta Araraquarense de Fernandópolis: Aparecida D’Oeste, Marinópolis, Paranapuã, Rubinéia, Santa Clara D’Oeste, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita D’Oeste, São Francisco. Destes apenas 2 foram desmembrados de outras “regiões” (Aparecida D’Oeste e Marinópolis, antes pertencentes à região de Fernandópolis) e por isso a comparação entre os anos de 1960 e 1970 não sofre grande prejuízo. Outros municípios também eram considerados como pertencentes à Alta Araraquarense de Fernandópolis, e sua produção agropecuária não foi levada em conta. O ano de 1980 mantém a mesma divisão administrativa da década anterior, e por isso a comparação é de todo segura. Outra ponderação necessária para a análise desta tabela se refere a mudanças no padrão de quantificação da produção agropecuária pelo IBGE nestas décadas. O maior exemplo é o caso de algumas frutas, que até a década de 1960 eram registradas em “centos”, e a partir da década de 1970 passaram a ser registradas em “mil frutos” (como o caso do abacaxi, da laranja e da abóbora) ou em “toneladas” (como o caso da uva). Não sabemos avaliar qual o impacto desta mudança da unidade de medida para a comparação. De todo modo, acreditamos que ela deve ser mencionada ao leitor.

Tabela 1

Produção agropecuária da região de Jales entre 1940 e 1980						
Ano/Produção Agropecuária	1940	1950	1960	1970	1980	
Estabelecimentos Agropecuários	3.400	1.095	14.102	11.782	10.719	
Área dos estab. Agropecuários (ha)	514.003	194.378	312.647	332.783	346.769	
Criações	Asininos	1714*	11	39	649	27
	Bovino	67.343	19.875	124.098	252.554	375.259
	Bubalinos	-	-	-	171	1.067
	Caprinos	1.494	1.341	2.832	-	862
	Coelhos	-	-	114	107	158
	Colmeias	-	5	188	1	8
	Equinos	9.543	602	20.653	15.602	13.272
	Galos, etc.	139.302	70.201	534.249	539.770	538.570
	Muare	-	44	7.072	7.412	4.402
	Ovinos	902	100	330	2.013	6.279
Suínos	41.016	13.136	87.407	99.589	65.926	
Grãos	Algodão	6.002	830	13.072	51.677	5.418
	Amendoim	-	17	111	10.761	9.723
	Arroz	-	11.430	66.441	7.845	10.846
	Café	2.244	313	15.552	7.951	36.652
	Feijão	734	420	2.078	59	1.855
	Mamona	2	-	126	639	570
	Milho	8.770	3.834	19.486	30.546	36.452
Soja	-	-	-	123	3.353	
Fruticultura	Abacate	-	-	7	3	434
	Abacaxi	-	6	3	6	6
	Banana	250	18.935	532.950	9.669	34
	Cana-de-açúcar	12	82	1	1.718	1.677
	Cana de forragem	-	-	14	4.977	-
	Goiaba	-	-	-	-	1.321
	Laranja	75	190	39.459	10.091	86.330
	Mamão	-	2	-	7	5.781
	Manga	-	-	-	3	4.430
	Melancia	-	-	-	34	161
	Melão	-	-	-	-	60
	Tangerina	-	144	120	0	3.664
Uva	-	4	-	-	79	
Horticultura	Abóbora	-	-	-	29	290
	Abobrinha	-	-	-	-	12
	Aipim	-	111	240	-	-
	Alface	-	-	10	32	88
	Almeirão	-	-	-	1	9
	Cebola	-	-	-	-	632
	Cenoura	-	-	3	-	8
	Couve	-	-	-	5	12
	Fumo	-	14	3	18	-
	Mandioca	16	1	34	2.328	1.372
	Pepino	-	-	-	5	115
	Pimentão	-	-	-	-	407
	Quiabo	-	-	-	-	36
	Repolho	-	2	13	18	156
Tomate	-	-	53	77	975	
Vagem	-	-	1	-	18	

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE. Organização do autor.

*No ano de 1950 a produção de muare e asininos é apresentada conjuntamente

Convém ainda mencionar como caminhava a expansão da cana-de-açúcar no país neste período. Ela começa a crescer já em 1950, em função da crescente demanda que era resultado dos processos de urbanização e industrialização em marcha. É o período em que o

eixo de produção começa a se deslocar do Norte para o Sul, tanto em função da queda dos preços e da produtividade do açúcar nordestino, como pelas características da estrutura fundiária, mais desconcentrada que no Sul e Sudeste, e o problema da mão de obra, que naquele período se deslocava para o Sudeste. É também o momento em que aumenta a quota de exportação da cana-de-açúcar do Brasil em função do crescente demanda internacional e do rompimento das relações entre EUA e Cuba (que anteriormente lhe fornecia o açúcar) quando da revolução Cubana (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 236-244).

Depois de um período de fortes incentivos públicos à produção de açúcar, e a uma crise de superprodução na década de 1960, consequência de um *boom* de crescimento que superou a demanda, têm início estratégias de incentivo à produção do álcool, impulsionadas ainda pela “crise do petróleo” e pela necessidade de dar direcionamento à capacidade ociosa da agroindústria canavieira em ascensão. Criaram-se novas linhas de financiamentos públicos, liberalizou-se a capacidade produtiva, fez-se acordos com a indústria automobilística a fim de ampliar o mercado de consumo para o produto e se iniciou o planejamento da interiorização da produção (leia-se expansão para o Oeste) (SZWRECSÁNYI, 1991).

Após o segundo período de alta nos preços do petróleo surge, em 1975/1979, o Programa Nacional do Álcool ou Proálcool. A segunda fase do programa, iniciada no final da década de 1970, é impulsionada pelo Plano de Desenvolvimento de Expansão da Canavicultura (PROCANA) que, aliado ao Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (PRO-OESTE), daria suporte à expansão da produção para as regiões ainda não tradicionais no cultivo do produto. Além dos programas de incentivo e financiamento à produção, a expansão para o Oeste de São Paulo foi favorecida em função da queda nos preços da arroba do boi, produção agropecuária que já imperava nesta região (OLIVEIRA, 2009, p. 265), e, veremos mais adiante para o caso da MRG de Jales, também da queda na produção do algodão, ocorrida tanto em função da queda da produtividade do produto na região como pela queda dos preços.

O PRO-OESTE, ademais de distribuir recursos entre três principais regiões produtoras no período (Ribeirão Preto, Campinas e Bauru), direcionou de 70 a 80% dos recursos para a instalação de destilarias autônomas nas regiões não tradicionais no cultivo, conhecidas naquele momento como Noroeste (Araçatuba), Alta Araraquarense (São José do Rio Preto) e Alta Sorocabana (Presidente Prudente) (THOMAZ JR., 2002, P. 94). Uma dezena de Usinas foi instalada em cada uma destas regiões entre o final da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980. Na região da Alta Araraquarense, que abarca a região que tomamos como

referência para esta pesquisa, a Usina mais próxima instalada no período foi a Usina Alcoeste, no município de Fernandópolis, distante cerca de 30 km do município de Jales.

Naqueles idos de 1980, portanto, a expansão da cana-de-açúcar industrial era então bastante recente (embora acelerada). Vimos na tabela 1 que a produção era ainda bastante acanhada, embora estivesse presente na região desde que foi colonizada. Era plantada em pequena propriedade, e servia como forragem ou era vendida a engenhos (sempre que havia algum por perto) para obter um pouco de aguardente (MONGEI, 1984, p. 251-153). É nos primeiros anos do século XXI que a primeira usina sucroalcooleira é instalada no território da MRG de Jales, como se verá mais adiante e então alguns sitiantes começam a arrendar sua propriedade para o plantio da cana-de-açúcar. A territorialização das Usina na microrregião de Jales será melhor apresentada no capítulo que segue, e, na segunda parte deste trabalho discutiremos o teor da “mudança social” que chega junto com ela, e as respostas dos sitiantes e mesmo do poder público local a essa mudança.

A história aqui retomada, que se alimentou de diversas fontes, traz uma revelação extremamente valiosa para a compreensão da trajetória deste grupo de sitiantes que ora estudamos. Tratamos aqui de um grupo que esteve sempre resistindo, afrontado pelos projetos de acumulação de outras classes. Empobrecidos em seus países de origem e estimulados por agências de colonização, vieram em direção ao Novo Mundo em busca de melhorar as bases materiais de reprodução de sua vida, e, quem sabe, assim, sentir-se mais realizados (início do século XX). Ao passar pela condição de colonos, etapa intermediária necessária para alcançar a pequena propriedade, foram tratados como escravos e explorados por fazendeiros, agenciadores, mercadores (primeira metade do século XX). Nas “zonas novas” do Estado de São Paulo (neste caso, o extremo noroeste) seguiram perseguindo o sonho de liberdade, concretizado por muitos daqueles que compraram diminutas propriedades comercializadas pelas agências de colonização (1940-1950), contribuindo, ambigualmente, para os projetos de acumulação de um grupo de capitalistas cada vez mais versáteis, que acumulavam as lides de cafeicultores-grileiros-ferroviários-colonizadores. Seguiram-se anos de árduo trabalho para quitar as dívidas adquiridas para a compra da propriedade, a instalação da família e o início das atividades agropecuárias e, nesse período, conheceram outro capataz (representado, algumas vezes, pelos mesmos antigos sujeitos): o mercado e seus agentes, aos quais passaram

a uma subordinação indireta através da comercialização de seus produtos. Quitada a dívida com a aquisição da propriedade, aqueles que agora podemos chamar de sitiantes veem ser questionada a legitimidade da posse de suas terras, numa peleja entre grileiros (1960), contenda que, para alguns, se arrasta até os dias de hoje.

A reflexão construída neste capítulo, ademais de relativamente longa, foi percebida por nós como extremamente necessária: ela situa a análise sociológica da resistência deste grupo de camponeses no tempo, e, certamente, emprestará sua força de sentido para as análises que faremos acerca das estratégias de resistência acionadas mais recentemente na organização das pequenas propriedades da região. Sem esse percurso retrospectivo a reflexão que realizaremos nos capítulos que se seguem, certamente, soaria algo manca, órfã, empobrecida.



Foto 1. 27/07/2010. Sra. Maria Donda, folheando a bíblia em língua italiana recebida por herança de seu pai. Por Elisângela de Jesus Santos



Foto 2. À esquerda, Sra. Maria Dona, pensativa, durante entrevista. À direita, sua neta, folheando a bíblia em língua italiana. Momento de transmissão da história e da cultura entre diferentes gerações. Por Elisângela de Jesus Santos, em 27/07/2010



Foto 3. Cecília Uehara Riga com uma espécie de guarda-sol utilizado também em danças típicas japonesas. O objeto foi trazido do Japão e recebido como herança das mãos de sua mãe. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 15/12/2010.



Foto 4. Ermelinda Combinato Preti, 94 anos, descendente de italianos, durante a entrevista na varanda de sua casa, na área urbana do município de Jales. Ermelinda foi a testemunha de mais idade que contribuiu com nossa investigação. Por Elisângela de Jesus Santos, em 21/07/2010.



Foto 5. Homens da família Riga reunidos para a derrubada da mata, provavelmente no município de Olímpia/SP, local onde a família residiu antes de chegar à MRG de Jales. Foto concedida pela família Riga em 15/12/2010, sem data.



Foto 6. Gonçalo Machado segurando o machado que utilizou para “limpar” o terreno e para lavar os dormentes com que foi construído o trecho da Estrada de Ferro Araraquarense que passa pelos municípios da região. O machado é datado de 1950. Propriedade de Gonçalo Machado. Córrego do Coqueiro, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 20/09/2010.



Foto 7. Integrantes da família Riga, depois de colheita de bananas, um dos produtos de ciclo curto cultivados por parte significativa dos sitiantes quando chegaram à região. Foto concedida pela família Riga em 15/12/2010, sem data.



Foto 8. Maria Machado aponta para o marco deixado por Euphly Jalles quando inaugurou a estrada rural que passa no Bairro Córrego do Coqueiro (Jales/SP) na altura da propriedade de Gonçalo Machado, seu pai, possibilitando o trajeto Jales/Urânia. A estrada foi aberta pelos próprios sitiantes quando chegaram à região. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 20/09/2010.



Foto 9. Fotografia que registra o momento da venda de uma colheita de café, no início da década de 1960. Há, sob o caminhão, cerca de 300 sacos de café. Córrego do Jataí, Urânia/SP. Foto cedida por Luiza Morandim, em 22/07/2010.



Foto 10. José Morandim, 77 anos, e Luiza Morandim, 74 anos, sentados ao pé da mangueira que plantaram logo que chegaram na propriedade, em 1969. Córrego do Jataí, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 22/07/2010.



Foto 11: Edificação originalmente construída para a função de armazenamento do café, conhecida como tulha. Trata-se de um dos marcos do território que se referem ao período de estabelecimento destes sítiantes na região. Propriedade de José e Luiza Morandim, Córrego do Jataí, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 22/07/2010.

**2. O noroeste paulista dos sitiantes
e a expansão da cana: uma atualização**

No capítulo anterior, vimos como o encontro entre os anseios de capitalistas rentistas de reproduzir seu capital e o desejo de imigrantes e seus descendentes, ex-colonos em fazendas de café, de adquirir sua propriedade e de assim se libertar da submissão aos grandes fazendeiros e cumprir o projeto de seus ascendentes, foi responsável pela configuração, no extremo noroeste paulista, de uma paisagem onde predomina a pequena propriedade. Conhecemos, ainda, os primeiros ciclos produtivos da região, cujos rendimentos possibilitaram a fixação do sitiante na pequena propriedade.

Apesar da preponderância da pequena propriedade, e do modo de vida sitiante, mais recentemente proprietários de Usinas de açúcar e álcool vem fazendo esforços de expandir a produção da cana-de-açúcar para esta região. Depois de imperar, soberana, nas regiões de ocupação mais antiga do Estado, onde antes se encontravam grandes fazendas do ciclo do café, os empresários do setor sucroalcooleiro não encontram outra opção que expandir seu Império³⁷ (PLOEG, 2008, p. 20) arremessar-se para a última franja da fronteira agrícola, o Oeste Paulista, disputando espaço com um território tomado por pequenas propriedades.

Veremos neste capítulo que, apesar da relativa homogeneidade que se pode perceber no espaço da MRG de Jales, podemos identificar porções desse território que apresentam características distintas, e mais ou menos homogêneas entre si. Tais diferenças acompanham variações percebidas na localização em relação aos grandes mananciais, na qualidade do solo (muitas vezes decorrente do fator anterior), na caracterização de uma estrutura fundiária mais ou menos homogênea (mais ou menos concentrada), etc. A identificação destas distintas porções do território contribui para a compreensão da localização da pequena agricultura e da territorialização da monocultura da cana.

Nesta seção que, então, encerra a Primeira Parte de nossa exposição, de caráter introdutório, atualizaremos a discussão realizada no capítulo anterior, delineando como estão configuradas, nos tempos atuais, as diferentes regiões produtivas na MRG de Jales e apontando características mais gerais (produção, comercialização, organização da mão de obra) que serão aprofundadas na Segunda Parte desta tese.

³⁷ Segundo PLOEG: “O Império é entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócios, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. Em conjunto, essas expressões (às quais me refiro no plural como *impérios alimentares*) constituem um regime ‘uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e] formas de definir problemas – todas elas integradas em instituições e infraestruturas” (2008, p. 20)

2.1. Estrutura fundiária e transmissão da posse da terra

Elegemos a região de Jales como objeto de estudo depois do reconhecimento de outros estudos, sobretudo do campo da Geografia, sobre a importância da pequena agricultura da região e da observação da expansão recente da cana-de-açúcar neste espaço mais recentemente. A posterior análise de alguns dados da estrutura fundiária reforçou, então, nosso interesse. Comparando os dados desta MRG com as outras MRGs do Estado, vimos ressaltar-se o dado da desconcentração fundiária, construída pela história de ocupação a que fizemos referência no primeiro capítulo.

Para observar e comparar tais dados, delimitamos como unidade mínima de análise a extensão de 20 hectares, já que, em relação aos estratos de terra delimitados pelos Censos Agropecuários do IBGE³⁸, é o que mais se aproxima do módulo fiscal médio delimitado para os municípios pertencentes à microrregião de Jales de 27,5 hectares³⁹. Lembramos que o módulo fiscal foi estabelecido pelo INCRA levando em consideração: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração dominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar (conforme lei 6746 de 10 de setembro de 1979). Desse modo, ademais dos limites apontados por diversos estudiosos no tocante à utilização da extensão da propriedade como critério para definição do módulo fiscal (COSTA & PAULILO, 1992), entre outros limites relativos à eficácia da lei que o estabelece diante de seus pretendidos objetivos (SAYAD, 1982; MENEGUETTI NETO, 1992), temos consciência dos problemas que a comparação da estrutura fundiária de regiões com características produtivas diferentes impõe. Entretanto, observamos que esse problema pode ser relativizado pelo fato de que a variação do módulo fiscal no interior do Estado de São Paulo (escala a que nos limitaremos nessa comparação) é relativamente pequena tomando em

³⁸ Os estratos mais próximos do módulo fiscal determinado pelo INCRA para os municípios microrregião são “de 10 a menos de 20 ha” e “de 20 a menos de 50 ha”.

³⁹ O valor, em hectare, dos módulos fiscais dos municípios pertencentes à microrregião de Jales, determinado pela Instrução Especial INCRA n°20/80 de 28 de maio de 1980 são: para os municípios de Palmeira D’Oeste, Marinópolis e São Francisco: 22 ha; para os municípios de Jales, Três Fronteiras, Urânia, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita D’Oeste: 26 ha; para os municípios de Santa Fé do Sul, Dolcinópolis, Populina, Santa Albertina, Aparecida D’Oeste, Paranapuã, Rubinéia e Santa Clara D’Oeste: 30 ha. Para os municípios emancipados depois de 1980 (Dirce Reis, Aspásia, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Pontalinda, Santa Salete e Vitória Brasil, todos municípios emancipados na década de 1990) ainda não sabemos como o módulo fiscal foi estabelecido. Entretanto, nesse momento, basta a observação do módulo fiscal médio da MRG.

conta a escala nacional. Assim, se um módulo fiscal no Brasil pode variar de 5 a 110 ha, no Estado de São Paulo a variação se limita a extensões entre 5 e 30 ha⁴⁰.

Feitas as ressalvas necessárias, a comparação realizada entre a estrutura fundiária das 64 microrregiões do Estado de São Paulo possibilitou destacar as seguintes questões: embora a microrregião de Jales apresente a 24ª maior extensão territorial total do Estado (com 392.890 hectares), é a 7ª microrregião com maior extensão relativa da área territorial rural (86% da área total). É a segunda microrregião com maior extensão territorial ocupada com propriedades entre 0 a menos de 20 ha (45.875 ha), tendo à sua frente apenas a microrregião de Presidente Prudente, e atrás de si a microrregião de São José do Rio Preto (no mapa abaixo, figura 4, são os três municípios em tons de vermelho escuro)⁴¹. Entretanto, se comparamos a extensão territorial total destes dois municípios, ambos consideravelmente maiores que o território da MRG de Jales, temos evidenciada a importância relativamente maior do espaço rural na MRG em questão.

Em 2006 a MRG de Jales era também a terceira que possuía a maior extensão de terras ocupadas com propriedades de 20 a menos de 100 ha (62.200 ha de propriedades entre 20 a menos de 50 ha e 48.953 ha de propriedades entre 50 a menos de 100 ha), o que aponta a significativa importância das pequenas propriedades nesta localidade. Quando observamos os dados referentes aos estratos de área maiores, a situação se inverte, e, de outro modo, afirma a relativa desconcentração fundiária da região: no estrato de área entre 100 e 500 ha a microrregião de Jales tem apenas a 15ª maior extensão territorial ocupada (101.393 ha); no estrato de área a partir de 500 ha, está na 33ª posição entre as MRGs do Estado (80.606 ha).

⁴⁰ Uma comparação ainda mais eficaz do que a que realizamos entre os dados de número e área, absolutos e relativos, dos estabelecimentos agropecuários em relação com o total da área *rural* do município seria comparar tais informações em relação a área total da unidade territorial. Desse modo, teríamos ainda mais destacada a relevância do universo rural para cada município em particular, tomando o cuidado de tomar em conta a questão das diferentes proporções territoriais. Tal comparação, entretanto, não foi possível de ser realizada nesse primeiro momento porque só encontramos disponível no site do IBGE os dados de extensão territorial total de cada município e microrregião no CENSO Demográfico de 2010, enquanto que estamos usando os dados de estrato de área do Censo Demográfico de 2006. Como houve mudanças na extensão território de algumas MRG do Estado nesse intervalo de tempo, ficamos impossibilitados de realizar tal comparação.

⁴¹ Os dados que deram origem a essa análise comparativa e ao mapa a seguir pode ser encontrados no Item 1 dos Anexos.

Figura 4

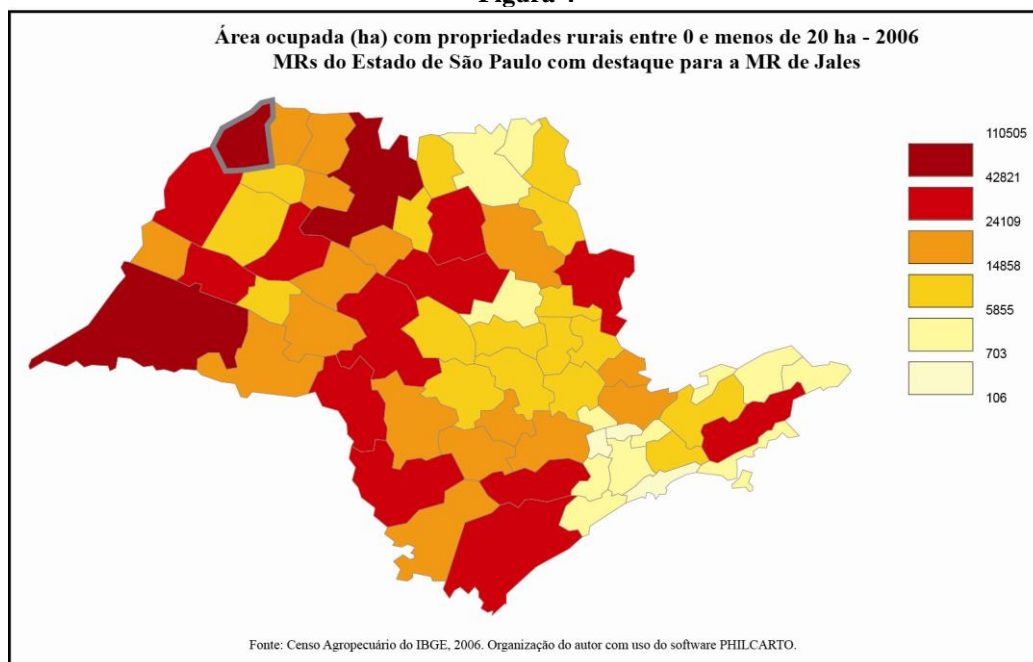
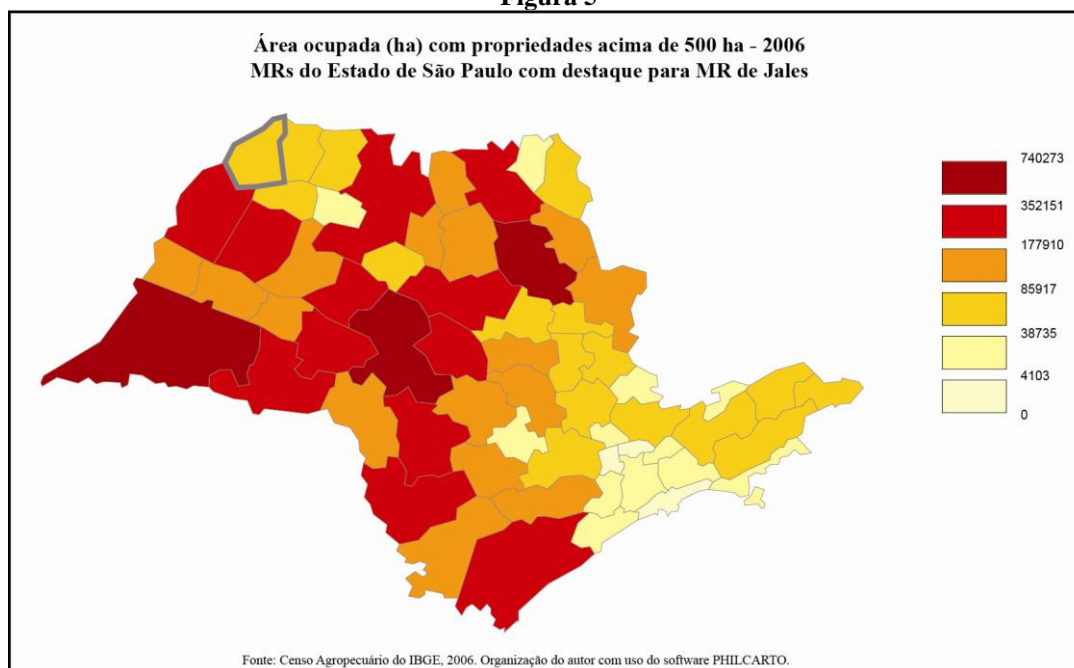


Figura 5



Observando a estrutura fundiária da MRG de Jales em relação ao quadro brasileiro e estadual (ver tabelas 2, 3 e 4, a seguir), novamente observamos a destacada desconcentração fundiária da região. As propriedades de até 100 ha ocupavam, em 2006 (data do último Censo Agropecuário), 48% da área agricultável, número bastante superior ao que se pode observar tanto no Estado de São Paulo (23%) como no Brasil (21%). Ao observamos a

representatividade das classes de área em relação à área total dos estabelecimentos nas três escalas selecionadas vemos que na MRG de Jales predominam, desde a década de 1960, as propriedades de classes entre 10 e 50 ha, e desde a década de 1970 também aquelas de entre 200 a 500 ha. No Estado de São Paulo desde a década de 1950 predominam as propriedades de área acima de 1000 ha, seguidas daquelas de entre 200 e 500 ha. No Brasil o quadro é o mesmo do Estado, com a diferença de que no Estado de São Paulo a razão entre a área ocupada pelas propriedades de entre 200 a 500 ha em relação em relação aquelas de mais de 1000 ha é de 1/51, enquanto que no Brasil ela representa 1/26, ou seja, que há uma distribuição menos distante entre estas e aquelas e, portanto, podemos dizer que o Estado de São Paulo tem, em relação ao Brasil, concentração maior nas classes médias.

Quando observamos o processo por meio do qual a estrutura fundiária que encontramos em cada uma das três escalas foi constituído através do tempo, constatamos que na MRG de Jales o movimento na estrutura fundiária mais destacado foi aquele que ocorreu entre 1950 e 1960, quando diminuiu drasticamente a área das propriedades de acima de 1000 ha e aumentou sobretudo aquela de entre 1 a 10 ha. Na década seguinte (entre 1960 e 1970) a diminuição da proporção da área das propriedades de acima de 1000 ha continua significativa, mas diminui a proporção também das áreas das propriedades de menos de 1 a 10 ha, crescendo a representatividade daquelas com entre 10 e 500 ha, apontando para uma concentração que vai desde os estratos mais diminutos (entre 10 e 100 ha) até os efetivamente médios (de 100 a 500), mas com destaque para aquelas de entre 50 e 200 ha. Essa concentração nos estratos médios pode ser explicada pela anexação de novas propriedades pelos sitiantes que já haviam se instalado na região. Entre 1970 e 1975 segue um processo de concentração/desconcentração concomitantes: diminuem a área e o número das propriedades de entre 1 e 100 ha, e aumentam todas as classes acima de 100 ha, mas em maior proporção cresce a área e o número daquelas de menos de 1 ha. É, provavelmente, aquele período narrado pela literatura que consultamos quando muitos sitiantes abandonaram a região por verem-se impossibilitados de quitar as parcelas da dívida da compra da propriedade. No período seguinte, entre 1975 e 1985 observamos que diminui a proporção da área das propriedades de entre 10 e 50 ha, mas sobretudo da classe de acima de 1000 ha. Esta década é aquela em que ocorre a grande geada que atinge campos de algodão, café e pastos, e é também quando se inicia um período de queda ascendente dos preços do café. Nesse período vemos que abandonam a região sobretudo alguns grandes produtores de algodão (ver queda na produção de algodão entre 1970 e 1980 na tabela 1, ao final do primeiro capítulo), e também uma pequena parte de sitiantes que viviam em propriedades de entre 10 e 50 ha. Estas

áreas abandonadas são incorporadas por todas as outras classes de área, com destaque para aquelas de entre 1 e 10 ha, mantendo certa desconcentração. Entre 1985 e 1996 continua o movimento de concentração nos estratos médios, quando vemos que diminui a proporção das propriedades com área entre menos de 1 e 50 ha, e também daquelas com área acima de 1000 ha, com destaque para a queda da área na classe de entre 1 e 10 ha. Aumentam as propriedades de entre 200 e 500 ha de modo bastante distribuído. Esse processo pode ser explicado, primeiro, pela crise nos preços do café. Por meio das entrevistas soubemos que diversos agricultores abandonaram seus cafeeiros nesse período e migraram para as cidades. Outra explicação remete à partilha da herança. Nesse momento, aqueles que chegaram à região entre 1950 e 1960 em idade adulta, com suas famílias recém-constituídas, alcançavam a faixa de entre 70 e 90 anos, tendo alguns de seus integrantes falecido e outros simplesmente realizado a partilha ainda em vida. E pelo movimento da estrutura fundiária no período observamos que a grande maioria deles vendeu sua parcela da herança a proprietários médios. Na última década do período analisado, entre 1996 e 2006, surpreendentemente o movimento sofre certa inversão, e enquanto diminui a área das propriedades de entre 10 e 200 ha, aumenta a daquelas de mais de 1000 ha mas, com maior força, a daquelas de menos de 1 ha. Sabemos que o processo de partilha das propriedades seguiu durante essa década. Aqueles que chegaram à região na década de 1960 em idade adulta com 30 ou 40 anos estariam alcançando, em 1990, a faixa etária de entre 70 e 80 anos. Entretanto, diferente da década anterior, parece que parte das terras partilhadas foi vendida a outros pequenos proprietários, ou os herdeiros se mantiveram na propriedade, ou mesmo houve o retorno de alguns filhos de migrantes que haviam migrado para cidade. Nos capítulos que seguem mostraremos que as três hipóteses encontram lastro na realidade e que, portanto, parece estar se configurando um contexto em que a vida no campo, e a atividade agropecuária, apesar de ainda subalternizados, se apresentam como alternativas ainda menos degradantes do que a das periferias das grandes cidades.

Quanto à construção da estrutura fundiária no Estado e no Brasil, no primeiro caso observamos que não houve grande alteração entre os anos de 1950 e 2006. Entretanto, se na MRG de Jales houve uma desconcentração acentuada, podemos supor que em outras áreas do Estado certamente ocorreu maior concentração. O movimento na estrutura fundiária mais significativo durante o período foi, surpreendentemente aquele observado na última década analisada. Por um lado, há uma reconcentração da proporção da área ocupada pelas propriedades acima de 1000 ha, superando mesmo a área ocupada pelas propriedades com esta extensão na década de 1950 (antes era de 34% da área do país, em 2006 passou a 35,5%).

Por outro lado a área ocupada pelas propriedades de menos de 1 ha também encontra seu maior índice desde 1950, embora o aumento em número seja muito superior ao aumento em área. Essa concentração nas classes de maiores e menores extensões aconteceu em função da diminuição das propriedades de entre 10 e 1000 ha com destaque para a diminuição daqueles de entre 50 e 200 ha. Desse modo observamos parte do aumento do número de pequenas propriedades pode ter sido decorrente do parcelamento de propriedades também de pequenas e médias extensões, e não necessariamente dos latifúndios.

No Brasil a mudança mais significativa no período foi o diminuição da proporção da área das propriedades de acima de 1000 ha entre as décadas de 1950 e 1970, que foi distribuída entre os estratos de área menores, com maior importância para o aumento da área das propriedades de entre 1 e 10 ha, apontando para um significativo processo de desconcentração no período. Sabemos que esse foi o período de expansão da fronteira agrícola não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil. Entre 1970 e 1975 o Brasil volta a ver crescer a área das pequenas propriedades, mas agora também a daquelas de mais de 1000 ha, crescimento que se deu na mesma proporção, enquanto caiu a representatividade da área de todos os outros estratos, com destaque para aqueles entre 10 e 50 ha, fato que aponta para um processo de reconcentração. Mais recentemente (entre 1996 e 2006) observamos novamente um destaque ao fenômeno da desconcentração, já que diminuiu a área de todos os estratos acima de 100 ha e aumentaram todos aqueles com entre menos de 1 e 100 ha, produto, certamente, do parcelamento de terras resultante das lutas sociais e da ação governamental, cristalizadas nos projetos de Reforma Agrária⁴².

⁴² Não é intenção desta tese realizar uma ampla análise da evolução dos dados da estrutura fundiária. Outros pesquisadores que se dedicaram a essas análises, entretanto, vêm apontando a manutenção do processo de concentração fundiária no conjunto do país. GIRARDI (2008, p. 200-232), analisando a estrutura fundiária das diferentes regiões brasileiras aponta (tomando em conta a avanço/recuo do número e da área ocupada por diferentes estratos de área) que na região Sul o movimento, entre 1992 e 2006 (dado do INCRA) foi desconcentrador; no Sudeste, equilibrado; no Norte e Nordeste foi concentrador.

Tabela 2

Estabelecimentos agropecuários (números relativos) em número e área (ha), por grupos de área - Região de Jales – 1950-2006

Grupos de área / Ano		1950	1960	1970	1975	1985	1996	2006
Menos de 1 ha	Número	0	43	54	138	155	89	179
	Área	0	36	33	61	71	68	76
De 1 a 10 ha	Número	167	8.904	5.285	4.261	5.265	1.453	2.912
	Área	1.064	42.224	30.525	23.218	30.464	15.705	16.689
De 10 a 50 ha	Número	714	4.483	5.478	4.868	4.928	2.423	4.003
	Área	16.946	92.021	115.113	106.975	103.873	100.672	91.310
De 50 a 100 ha	Número	99	371	567	591	628	343	704
	Área	7.624	26.257	39.265	40.784	44.637	50.765	48.953
De 100 a 200 ha	Número	42	140	216	289	298	141	346
	Área	5.505	19.053	28.670	38.863	41.762	48.771	47.230
De 200 a 500 ha	Número	27	96	113	148	168	60	180
	Área	8.344	29.139	34.469	45.486	48.149	55.175	54.163
De 500 a 1000 ha	Número	15	36	39	42	46	18	52
	Área	11.038	26.826	27.820	29.978	33.323	32.122	33.434
Acima de 1000 ha	Número	31	27	29	35	25	10	26
	Área	143.645	77.091	62.386	66.751	45.854	44.031	47.172
total número		1.095	14.100	11.781	10.372	11.513	4.537	8.402
total área		194.166	312.647	338.281	352.116	348.133	347.308	339.027

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE. Organização do autor.

Tabela 3

Estabelecimentos agropecuários (números relativos) em número e área (ha), por grupos de área - Estado de São Paulo – 1950-2006

Grupos de área / Ano		1950	1960	1970	1975	1985	1996	2006
Menos de 1 ha	Número	740	3.159	6.164	5.241	8.480	3.404	11.964
	Área	229	2.147	3.113	2.690	4.130	3.308	4.200
De 1 a 10 ha	Número	64.263	142.601	124.972	92.493	91.718	41.486	72.334
	Área	373.453	761.148	672.083	496.715	479.527	304.337	369.667
De 10 a 50 ha	Número	99.047	113.232	129.889	114.246	113.965	81.471	92.879
	Área	2.479.450	2.700.820	3.043.837	2.760.112	2.751.584	2.294.916	2.163.256
De 50 a 100 ha	Número	25.731	25.789	29.671	29.094	29.798	22.653	20.688
	Área	1.839.867	1.854.565	2.111.600	2.073.073	2.126.458	1.821.948	1.467.925
De 100 a 200 ha	Número	15.149	15.595	17.635	17.977	18.670	14.569	13.124
	Área	2.134.303	2.191.622	2.471.847	2.515.982	2.623.108	2.284.805	1.847.569
De 200 a 500 ha	Número	10.583	4	12.093	12.414	12.659	10.350	9.568
	Área	3.285.344	3.397.470	3.708.711	3.816.966	3.871.438	3.488.959	2.958.092
De 500 a 1000 ha	Número	3.454	3.547	3.875	3.986	3.978	3.164	2.821
	Área	2.423.683	2.500.335	2.703.672	2.772.200	2.759.009	2.414.806	1.958.049
Acima de 1000 ha	Número	2.554	2.486	2.448	2.680	2.590	1.924	2.044
	Área	6.471.253	5.895.841	5.701.142	6.117.850	5.630.031	4.756.126	5.932.711
total Número		221.521	306.413	326.747	278.131	281.858	179.021	225.422
total Área		19.007.582	19.303.948	20.416.005	20.555.588	20.245.285	17.369.204	16.701.469

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Tabela 4
Estabelecimentos agropecuários (números relativos)
em número e área (ha), por grupos de área – Brasil – 1950-2006

Grupos de área / Ano		1950	1960	1970	1975	1985	1996	2006
Menos de 1 ha	Número	50.252	133.477	396.846	455.111	3.084.822	194.806	606.808
	Área	28.492	103.792	236.093	282.227	9.986.537	280.955	264.819
De 1 a 10 ha	Número	660.682	1.361.543	2.122.784	2.146.749	2.427.511	1.196.705	1.870.263
	Área	2.996.880	5.848.589	8.847.403	8.700.419	9.622.205	7.601.239	7.533.789
De 10 a 50 ha	Número	833.229	1.218.754	1.592.538	1.544.899	1.722.510	1.342.329	1.580.703
	Área	20.185.868	28.503.318	36.167.681	35.388.922	39.424.881	35.237.832	36.410.312
De 50 a 100 ha	Número	219.328	272.661	341.854	354.050	437.830	364.783	390.874
	Área	15.376.875	19.062.972	23.902.023	24.782.716	30.140.278	27.455.753	26.482.780
De 100 a 200 ha	Número	131.462	157.442	215.329	236.941	283.004	224.048	220.255
	Área	18.337.278	21.764.444	29.700.402	31.867.177	37.402.698	32.919.190	29.342.738
De 200 a 500 ha	Número	99.599	116.645	151.514	156.736	174.758	148.296	150.859
	Área	31.033.765	35.851.678	45.958.057	47.822.385	53.071.677	50.436.030	46.395.555
De 500 a 1000 ha	Número	37.098	40.764	47.903	52.493	59.669	50.744	53.792
	Área	26.149.674	28.413.333	33.084.216	36.233.482	40.958.293	40.186.297	36.958.185
Acima de 1000 ha	Número	32.628	32.480	55.251	41.468	50.411	40.566	46.911
	Área	118.102.270	110314016	116249591	138818756	163940463	159.493.949	146.553.218
total Número		2.064.278	3.333.766	4.924.019	4.988.447	8.240.515	3.562.277	4.920.465
total Área		232.211.102	249.862.142	294.145.466	323.896.084	384.547.032	353.611.246	329.941.396

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE. Organização do autor.

A análise que realizamos acima sobre as mudanças na estrutura fundiária da MRG de Jales sugere que o movimento de expansão/retração do tamanho das famílias bem como os processos de partilha da herança explicam a mobilidade observada sobretudo entre as classes de área de extensões menores e aquelas de extensões médias. Na análise que realizamos dos processos de transmissão da posse da terra de algumas famílias bem como nas observações realizadas em campo e no diálogo com a literatura que analisa a dinâmica interna das “unidades domésticas”, encontramos algumas explicações para o esse fenômeno.

Nos diálogos travados com os pequenos agricultores mais idosos que vivem nas pequenas propriedades visitadas pudemos vislumbrar um processo de mudança na organização das unidades domésticas que acompanha os ciclos de reprodução do grupo familiar, mas também outras mudanças sociais de alcance mais amplo. No passado era comum que as famílias se organizassem em grupos de famílias extensas com um número elevado de filhos coabitando a mesma propriedade (e muitas vezes a mesma casa) e produzindo juntos, sob a direção da autoridade do pai-patrão (MORAES SILVA, 2008). A medida que os filhos cresciam e a quantidade de força de trabalho disponível (produtores) aumentava, para muitas das famílias foi possível aumentar também os rendimentos com a produção e, muitas vezes, ampliar a propriedade anexando aquelas que eram abandonadas pelos vizinhos pelas mais diversas razões, como endividamento, migração para as áreas urbanas, etc. Esse processo teve lugar sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970. Com o passar do tempo duas mudanças sociais foram responsáveis pela continuidade da fragmentação das propriedades pequenas e médias. Por um lado, o processo de modernização

que se estendeu também aos hábitos da população rural, traduzindo-se numa maior individualização do trabalho e das consciências, realizou uma modificação no padrão de moradia, fazendo com que os filhos que se casavam e constituíam novas famílias nucleares reclamassem seus direitos de herança e passassem a constituir unidades produtivas também independentes. Por outro lado, a diminuição do índice de natalidade, traduzido na diminuição do número de filhos por família, decorrente também dos processos de modernização, teve como consequência inevitável a diminuição da extensão das propriedades, já que o número de produtores diminuía tanto em função da individualização do processo de trabalho como em função da diminuição do número de membros por família.

A relação entre o acesso a terra e o tamanho da família foram esclarecidas pelos apontamentos de Chayanov acerca da importância da análise da diferenciação demográfica para a compreensão da dinâmica interna das unidades domésticas⁴³. Para o autor “son las variaciones en la fuerza de trabajo disponible en cada grupo doméstico las que determinarán el acceso a la tierra” (CHAYANOV, 1974, p. 15), embora “la relación entre el tamaño de la familia y el monto de actividad agrícola debe entenderse como una dependencia del área de tierra disponible con respecto al tamaño de la familia y no a la inversa” (p. 66). Desse modo, tanto a relação produtores/consumidores pode determinar o tamanho da propriedade como as possibilidades de acesso à terra podem influenciar no tamanho da família.

O processo de concentração/desconcentração observado no transcorrer dos ciclos de desenvolvimento das famílias é ilustrado também pela análise dos processos de transmissão da posse da terra de uma das famílias de sítiantes da região (ver figuras na sequência). A família extensa (pai e alguns filhos já adultos, denominados na figura por SITIANTE 1 e seus HERDEIROS), que haviam abandonado uma fazenda de café na região central do Estado (que à época era a maior produtora de café), adquiriu diretamente das mãos de Jonh Byng Paget o equivalente a 178 hectares no ano de 1960 (propriedade 1). Depois disso por duas vezes a família ampliou a área produtiva (entre 1960 e 1970), incorporando outros 65 hectares (propriedade 3) contíguos a essa propriedade, pertencente ao município de Santa Salete, e outros 363 hectares (propriedade 2) também contíguos, mas pertencentes ao município de Urânia (figuras 5 e 6). Segundo relatos de uma das filhas do SITIANTE 1, a primeira porção de terra comprada pela família na microrregião de Jales foi adquirida com o rendimento do beneficiamento de café e arroz feito com máquinas de propriedade da família, bem como pela venda da propriedade onde estavam instaladas tais máquinas e uma área de produção de café,

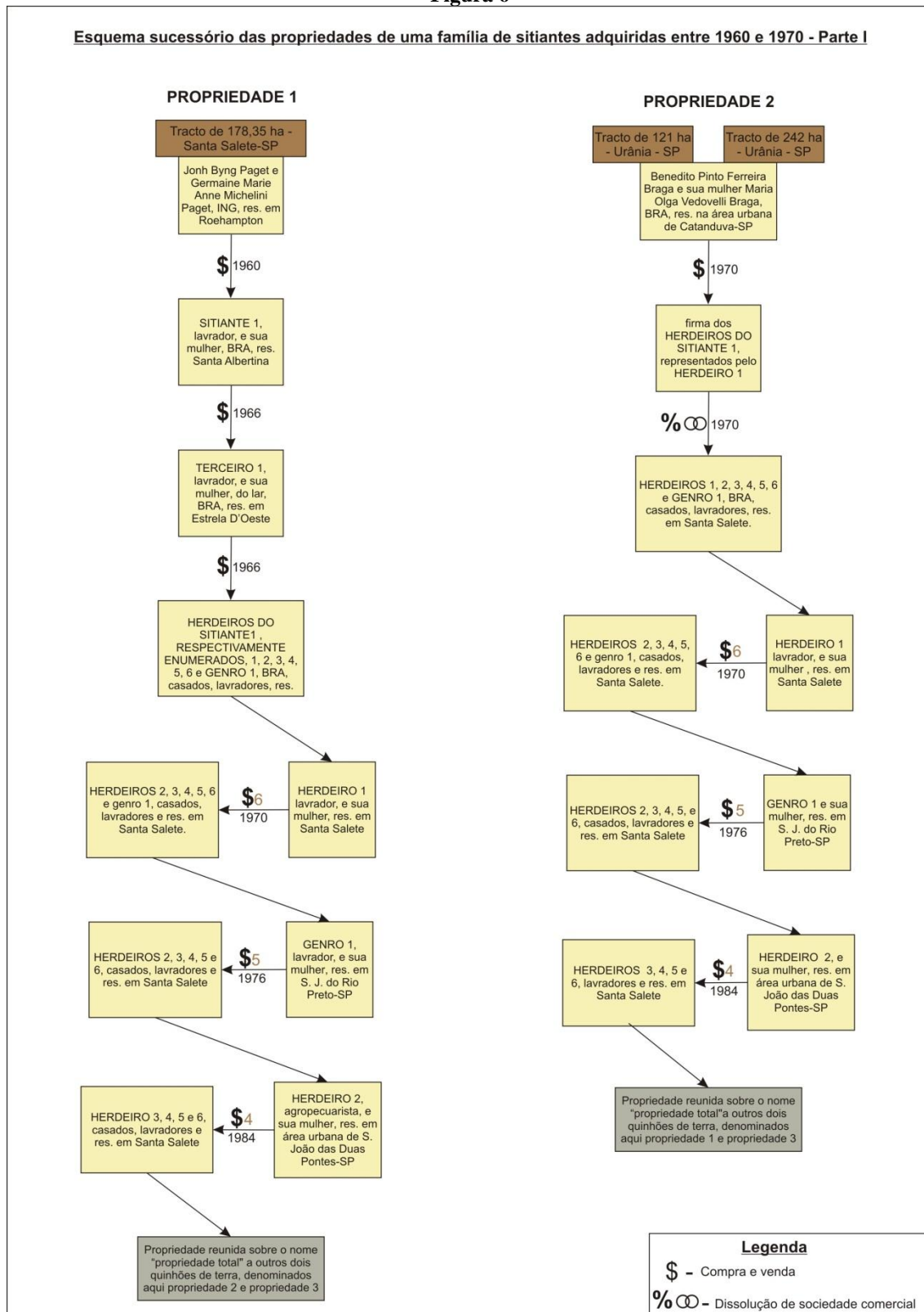
⁴³ WOORTMANN (2001) também realiza discussão importante sobre a relação entre o tamanho da propriedade e a composição do grupo doméstico, comparando as perspectivas de Sahlins e Chayanov.

no município de Estrela D'Oeste, pertencente à MRG de São José do Rio Preto, nas proximidades da MRG de Jales. A segunda e terceira porções de terras anexadas foram adquiridas com o rendimento da produção e comercialização do café nas novas terras.

O que se observa na sequência dos fatos é que, num primeiro momento, cada porção das terras, registrada sob títulos diferentes, foi transferida para o nome dos filhos homens (HERDEIROS 1, 2, 3, 4, 5 e 6) e um genro (GENRO 1) do SITIANTE 1 (figura 6), excluindo as mulheres do processo da partilha. Em seguida, entre 1976 e 1984 três dos herdeiros (HERDEIRO 1 E 2 E GENRO 1) que migraram para a área urbana venderam a seus irmãos as porção de terras a que tinham direito como herdeiros. A área restante foi, então, primeiramente (1991), reunida sob um mesmo título (propriedade total) e em seguida dividida (não apenas de direito, mas também de fato) entre os quatro herdeiros homens que se mantiverem vivendo na propriedade rural (HERDEIROS 3, 4, 5 e 6). Por fim, dois destes últimos herdeiros (HERDEIRO 4 e 6) venderam sua propriedade para pessoas de fora do círculo familiar (figura 8) e, portanto, hoje apenas dois dos herdeiros do SITIANTE 1 (HERDEIROS 3 e 5) vivem ainda da produção agrícola. Um deles, HERDEIRO 3, vive na propriedade em companhia da esposa e de um filho solteiro, com os rendimentos da criação de gado leiteiro e da produção de laranja, contando com a mão de obra também de três famílias de moradores assalariados e com a eventual contratação de diaristas nos períodos de maior volume de trabalho. O outro herdeiro (HERDEIRO 5), mora na área urbana e se dirige todos os dias para a área rural para tratar do gado de corte de onde extrai a renda que sustenta sua família.

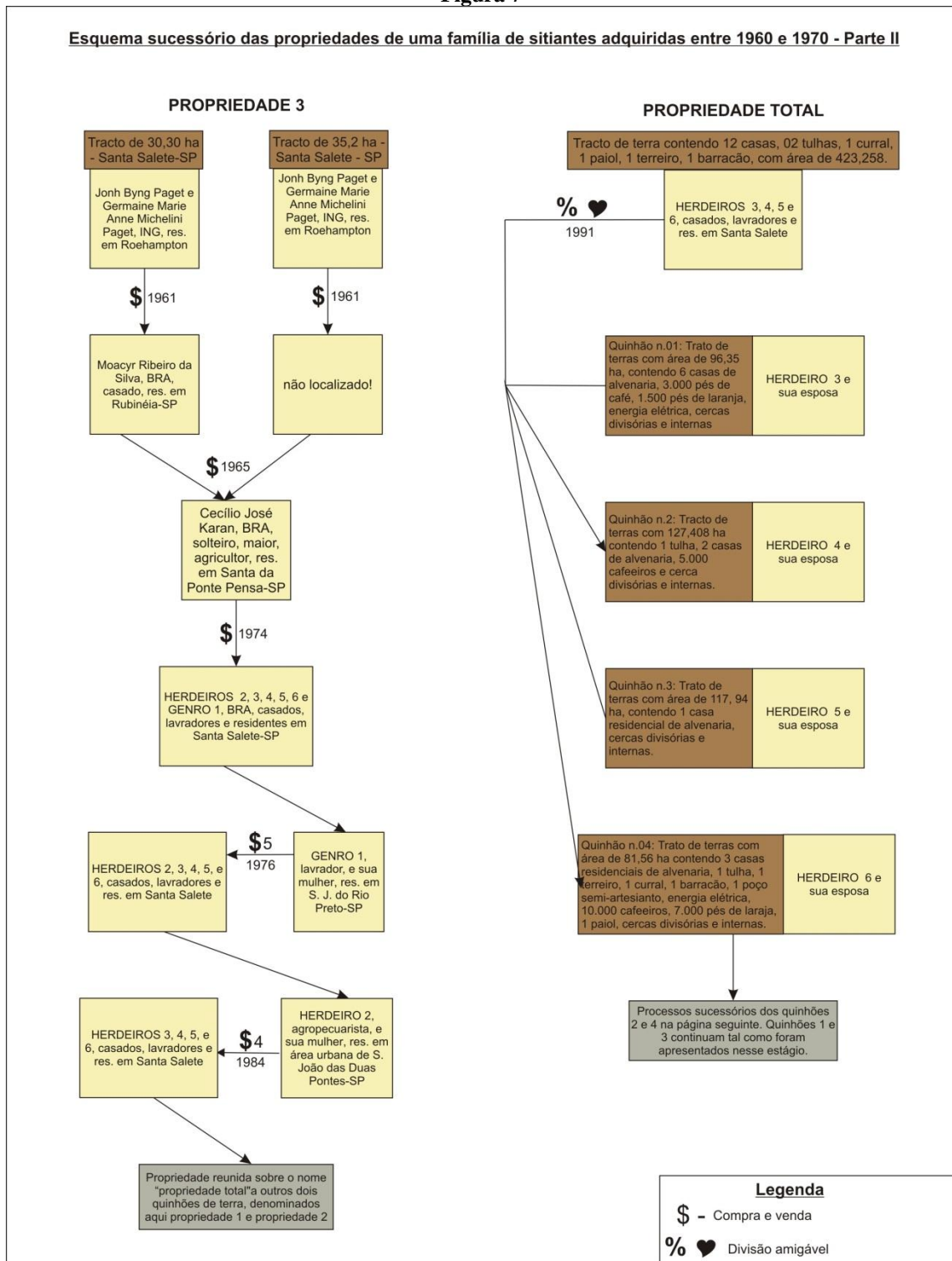
Assim, ademais da redução do índice de natalidade, das consequências da modernização na configuração das famílias rurais e dos sucessivos ciclos de expansão e retração do número de membros das famílias, a estrutura fundiária da região se mantém desconcentrada e a pequena agricultura dinamizada à base da agricultura familiar. Nas 31 famílias que visitamos, observamos que da segunda geração de descendentes de imigrantes já nascida no Brasil, estes que hoje são responsáveis pela organização da

Figura 6



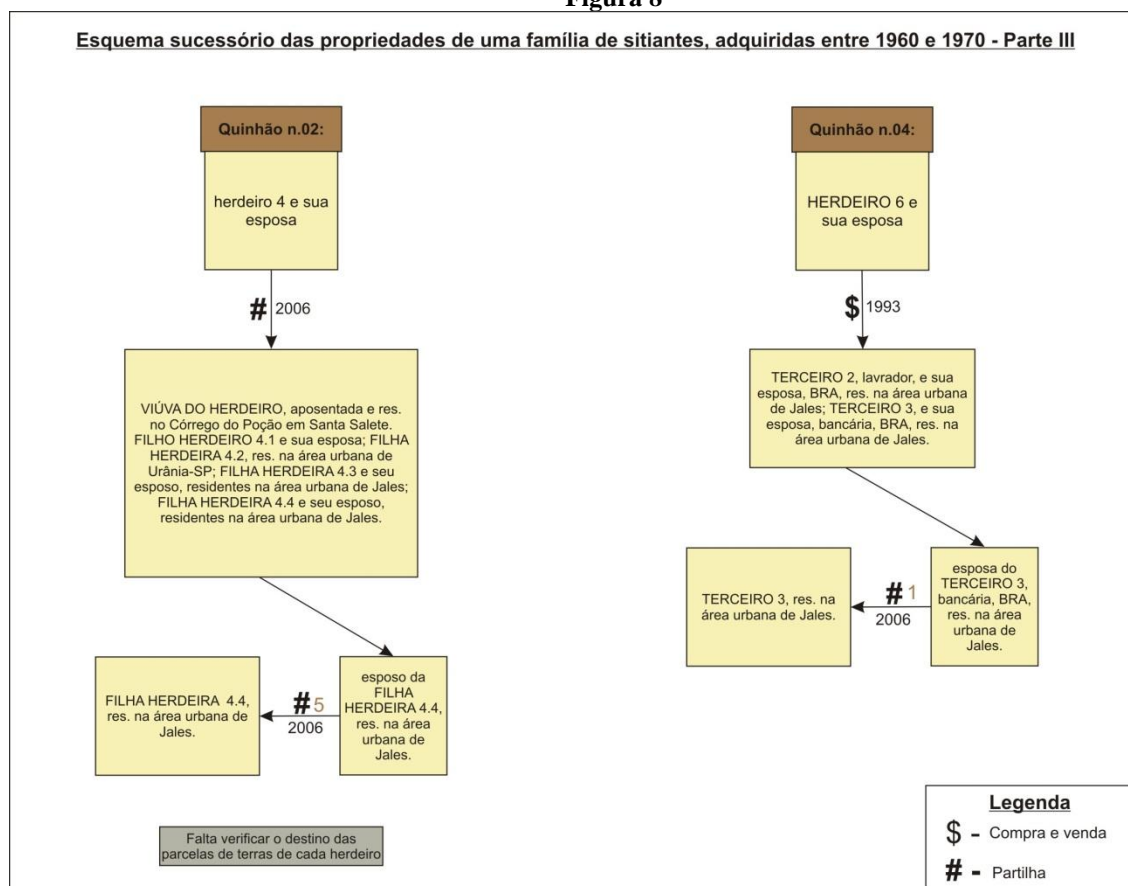
Fonte: Pesquisa no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis do Município de Jales, 2009.

Figura 7



Fonte: Pesquisa no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis do Município de Jales, 2009.

Figura 8



Fonte: Pesquisa no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis do Município de Jales, 2009.

produção, em todas há pelo menos um membro que se mantém vinculado à produção (quase todos vivendo e produzindo no sítio, à exceção de dois agricultores, Nelson Preti e João Silva, que residem na área urbana e mantêm a produção agrícola). A faixa etária deste grupo é bastante variada (entre 35 e 80 anos, e isso pode ser explicado tanto porque seus ascendentes imigraram em diferentes etapas como porque o período de ampliação do ciclo familiar foi também diverso), e por essa razão se supõe que o tempo em que estes se manterão como responsáveis pela produção não será o mesmo para todas as famílias. De todo modo, em muitos destes casos a pequena agricultura certamente será reproduzida por um tempo relativamente longo nas mãos dos herdeiros da segunda geração que estão na faixa dos 30 a 45 anos e figuram como a camada mais representativa de seu grupo. O maior dilema a ser enfrentado pelas famílias é, pois, com a terceira geração, já que tem havido uma redução do número de membros que demonstram interesse pelo trabalho agrícola. Trata-se de uma geração bastante jovem, cuja maior expressão está na faixa etária entre 7 e 25 anos. Ainda assim, em metade das famílias visitadas a continuidade do trabalho produtivo na agricultura está garantida pelo interesse desta geração em continuar vivendo e/ou produzindo e/ou

administrando a produção agrícola. Essas informações serão retomadas nos capítulos seguintes.

Além, então, de alguns membros da segunda geração se manterem vivendo e produzindo no campo na propriedade herdada de seus pais, outros deles têm adquirido novos quinhões de terra, anexos ou não à propriedade de seus pais, onde mais comumente seguem vivendo e produzindo. Em pelo menos quatro famílias encontramos ocorrências como essas. Há também o caso de sítiantes que arrendam outra propriedade porque a de sua família, onde já realiza a produção, tornou-se pequena diante da extensão de sua produção (encontramos pelo menos um caso como esse). A compra de um novo quinhão de terra pode ter ainda outras justificativas: a necessidade de ampliação da produção decorrente da ampliação das famílias, atravessando um ciclo de expansão, com herdeiros casando-se e constituindo suas famílias nucleares; o desejo de ampliação da produção movido pelo desejo de maiores ganhos; o projeto (ou a necessidade) de se tornarem independentes da herança de seus pais (quando ainda vivos) que, em função da modernização das relações sociais, na maioria dos casos será partilhada entre todos os herdeiros (em terras ou capital equivalente), que vivem ou não da agricultura, que moram ou não na propriedade, respeitando o Código Civil Brasileiro. Em contextos de escassez de terras, mais frequentemente a transmissão de sua posse é feita a apenas um dos herdeiros (WOLF, 1976, p. 104-106), mais comumente para aquele que criou maior vínculo com a atividade agropecuária ou, quando há mais de um filho nesta condição, é transmitida ao filho primogênito, e, então, os outros herdeiros que desejam continuar na zona rural adquirem outros quinhões de terra com a parte recebida em dinheiro (do irmão beneficiado ou outro comprador).

Desse modo, embora de modo menos expressivo do que ocorreu nas gerações anteriores (e sobretudo em função da queda nas rendas agrícolas, tema que também será retomado adiante), algumas famílias tem conseguido ampliar sua área produtiva, comprando ou arrendando novos trechos de terra. Algumas vezes as parcelas de terra vendidas na partilha da herança entre uma geração chegam às mãos de membros da mesma geração ou da geração seguinte, sendo adquirida por irmãos, filhos ou sobrinhos. Reconhecemos que é também bastante comum que as terras sejam transmitidas a membros do mesmo grupo familiar como um modo de “preservar” o patrimônio e a memória das conquistas dos ascendentes. Ou, de outro modo, são compradas ou arrendadas por sítiantes avizinados, já que adquirir uma extensão de terra contígua facilita o processo produtivo, reduzindo os custos de produção e o tempo de trabalho necessário para sua ampliação na nova área adquirida. É deste modo, então, que a estrutura fundiária da microrregião se mantém desconcentrada e podemos explicar,

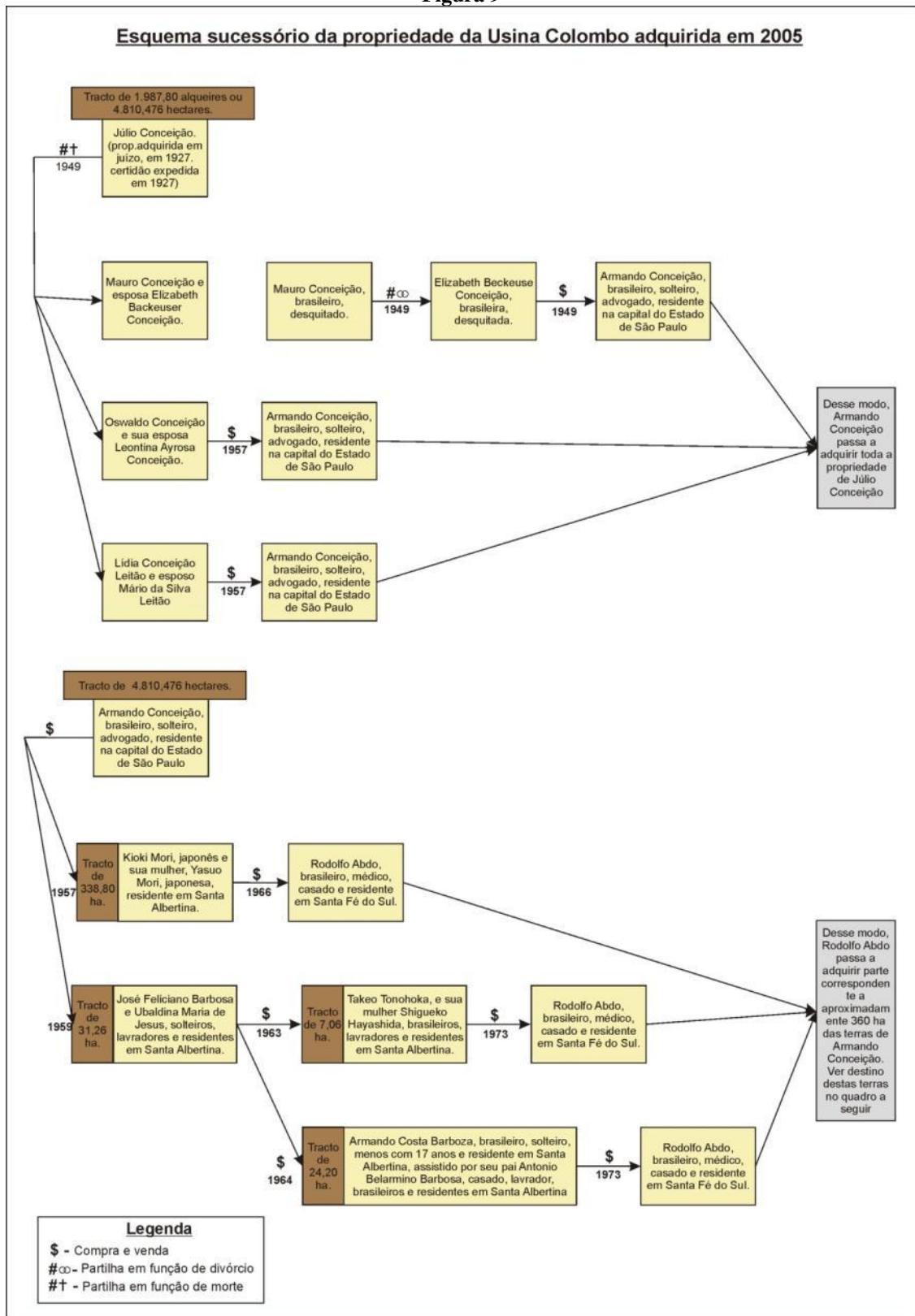
inclusive, o aumento no número de propriedades com até 1 ha observado no período de 1996 e 2006, de acordo com os dados do Censo Agropecuário.

Quanto à formação das poucas propriedades com grandes extensões, sabemos que grande parte delas assim está constituída desde o período de parcelamento das terras da região, quando da constituição das empresas de colonização. Trata-se de terras que foram reservadas para si pelos proprietários das empresas colonizadoras, ou concedidas a profissionais liberais que as adquiriram como pagamento por serviços prestados a tais empresas, ou ainda adquiridas por “investidores” (muitos deles também profissionais liberais que viviam nas grandes capitais) com o fim de especular. É o caso, por exemplo, das terras onde hoje está instalada a única Usina da região (conforme figura abaixo). Ela era parte (331 ha) de uma grande propriedade indivisa (4.810 ha) de propriedade de Júlio Prestes Conceição, herdeiro do Barão de Serra Negra, ou Francisco

José da Conceição, piracicabano que ocupou terras na região no século XIX então chamadas de Fazendas Araras. (NARDOQUE, 2007, p. 46). Com o falecimento de Júlio a herança foi, num primeiro momento, partilhada entre seus filhos que, em seguida, venderam seus quinhões de terra a outro parente (que sabemos não ser filho de Júlio, nem neto, já que não recebeu nenhum dos quinhões de terra por herança) Armando Conceição, advogado, residente na cidade de São Paulo. Depois da venda destes 331 ha, no final da década de 1950, a duas famílias de agricultores, as terras chegaram, por fim (entre as décadas de 1960 e 1970), às mãos de outro profissional liberal, Rodolfo Abdo, médico, residente em São Paulo, e, das mãos dos herdeiros deste passaram à posse da Usina Colombo, já no ano de 2005. Algumas destas extensas porções de terras eram áreas de criação sobretudo de gado de corte, administradas por seu proprietário ou arrendadas a grandes criadores, segundo relatos repetidos em entrevistas.

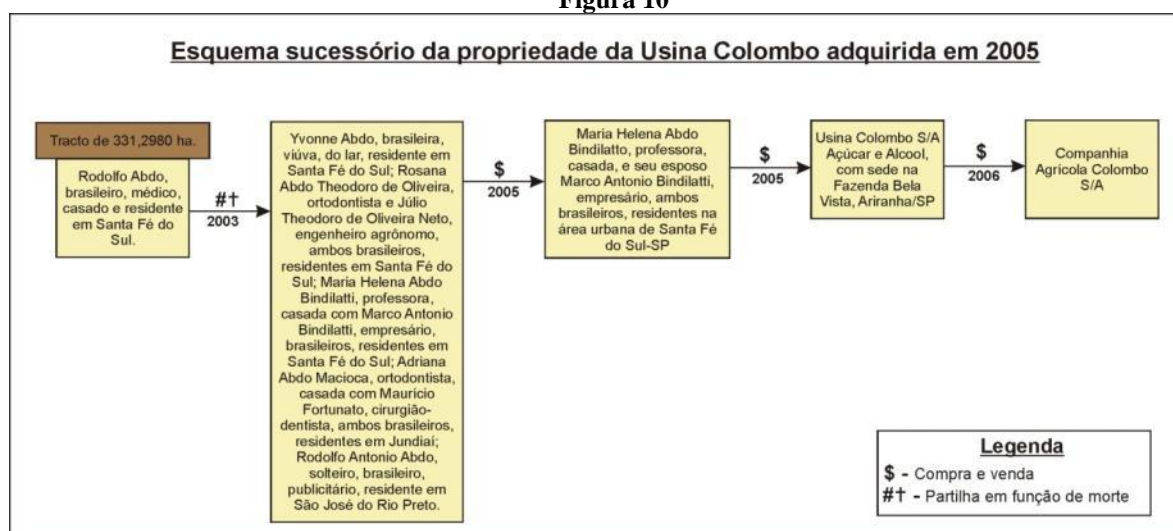
A análise deste último processo de compra e venda evidencia que a cana-de-açúcar ocupou, primeiro, áreas cuja história muitas vezes nem mesmo foi construída pelos sitiantes: os pequenos rincões que se mantiveram como as marcas do poder dos grandes grileiros na região, avançando, em seguida, sobre as médias propriedades, essas sim, algumas vezes constituídas pela anexação de pequenos sítios abandonados por investidores e empresários do ramo agrícola. Sobretudo após a geada de 1975, muitos

Figura 9



Fonte: Pesquisa no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis do Município de Jales, 2009.

Figura 10



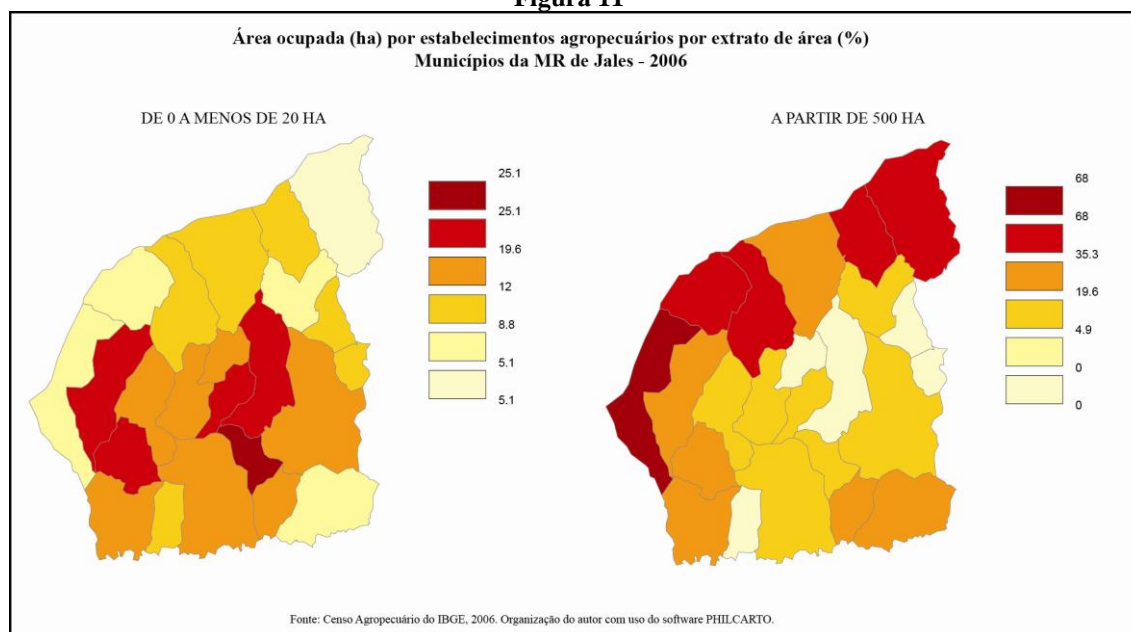
Fonte: Pesquisa no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis do Município de Jales, 2009.

sitiantes empobrecidos e endividados pelas consequências da geada abandonaram os sítios, vendendo-os a pecuaristas e outros empresários do ramo agrícola. Mesmo após este período, ouvimos relatos de famílias cujos parentes venderam os quinhões de terra herdados a grandes criadores de gado e grandes e médios produtores de laranja (neste último caso, sobretudo após a década de 1990, quando passa a crescer as áreas cultivadas com a fruta na região).

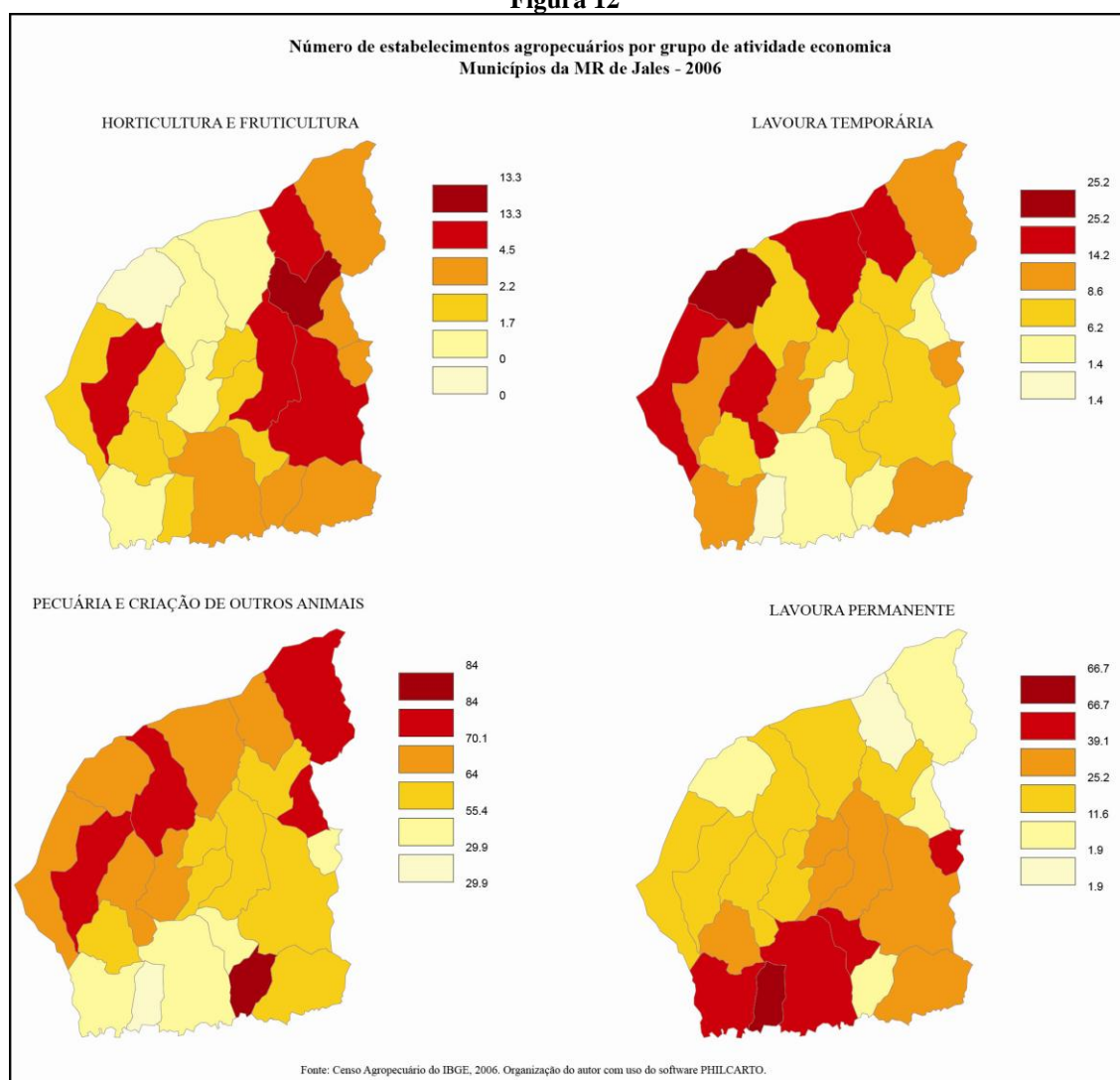
2.2. Alguns aspectos da atividade agropecuária: produção, comercialização, organização do trabalho.

A aparente homogeneidade ilustrada pelos dados agrupados pelo IBGE em microrregiões, analisados na seção anterior, é desconstruída quando analisamos os dados agrupados por município, e os correlacionamos com alguns aspectos produtivos. Foi a observação dessa diferenciação que poderíamos chamar de intra-regional que nos sugeriu a comparação que certamente fortalecerá o potencial analítico de nosso trabalho. Da análise dos dados agropecuários pudemos perceber que a expansão da cana-de-açúcar e a predominância das pequenas propriedades estavam regionalizadas, ou, de outro modo, que havia uma lógica de organização e localização destas distintas características. Em geral, as diferenças no desenho da estrutura fundiária de cada município são acompanhadas de distintas características produtivas.

Figura 11⁴⁴



⁴⁴ Ilustramos por meio destas figuras apenas os dados dos estratos de terras de maiores e menores extensões a fim de ressaltar a concentração-desconcentração fundiária nos municípios da microrregião. Entretanto, nas tabelas 2 e 3 dos Anexos apresentamos os dados referentes aos outros estratos de área.

Figura 12⁴⁵

Da observação dos mapas acima visualizamos a formação de alguns *cinturões* com características produtivas semelhantes, que se repetem na ilustração da estrutura fundiária e dos grupos de atividade econômica. Os municípios que estão às margens dos Rios Grande e Paraná (toda a margem da região à noroeste), que representam os municípios com estrutura fundiária mais concentrada, correspondem também às áreas onde predominam a pecuária e a lavoura temporária. Os municípios onde as pequenas propriedades (entre 0 e menos de 20 hectares) ocupam maior espaço relativo correspondem, principalmente, às áreas onde predominam as lavouras permanentes. Mas ainda poderíamos afirmar que o cinturão produtivo constituído pela produção de hortifruticultura, concentrado no limite Leste da microrregião, compõe uma área onde as pequenas e médias propriedades dividem espaço.

⁴⁵ Nesta figura ilustramos apenas as quatro atividades agropecuárias predominantes na microrregião de Jales. Entretanto na tabela 4 dos Anexos apresentamos os dados referentes às demais classes de atividades registradas no Censo Agropecuário do IBGE.

Dentre os produtos de lavoura temporária e permanente registrados na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE para a MRG de Jales no período de 1990 a 2010 (ver tabelas 5, 6 e 7, a seguir, que podem ser comparadas com a tabela 1, apresentada no capítulo anterior, para o período de 1940 a 1980), para os primeiros destacamos o caso da produção de algodão, que já havia sofrido uma queda bastante acentuada entre 1970 e 1980, período após a grande geadas, volta a crescer na década de 1990 e a partir de então entra num período de queda ascendente até ser totalmente extinto entre 2005 e 2010. Por outro lado, é justamente nesse último período mencionado que a produção de cana-de-açúcar cresce exponencialmente, passando de uma área plantada de 1.900 ha para 31.125 ha em 2010, ampliando sua área produtiva em pouco mais de 16x em 5 anos, o que confirma a o conhecimento retido pelas moradores da região por meio da observação, que nos informou que a cana, num primeiro momento, ocupou sobretudo as grandes áreas de produção de algodão, cujos preços diminuía exponencialmente. É dos que nos fala Luis Floriano:

Em Santa Albertina tinham 3 indústrias de laticínios, entreposto da Nestlé e agora não tem nada, virou tudo cana. Essa produção não é nem 20% do que era 20 anos atrás. Aqui tinha a maior região de culturas anuais. Algodão sumiu de São Paulo e a cana veio com tudo. Quando o algodão entrou em crise, aconteceu o fenômeno da cana. (Entrevista realizada em 10/02/2012, Jales/SP)

O segundo produto de maior destaque na região é o milho. Entretanto, depois de um movimento ascendente na quantidade produzida entre 1940 e 1980 passa a um movimento descendente entre 1990 e 2010 o que, supomos, pode ser explicado tanto pelo arrendamento de áreas de pastagem também para a produção da cana (já que o milho é bastante utilizado na região como forragem) como pela reformulação (e enrijecimento) dos “programas de boas práticas” implantada nas últimas décadas por diversos laticínios, que proíbem a manutenção de outros tipos de criação nas proximidades das áreas de pecuária.

Para a segunda classe de produtos (a lavoura permanente), há destaque para a produção de laranja, que vinha num movimento ascendente desde a década de 1940 e tem presença relativamente estável na região desde a década de 1990. Na sequência, encontramos a banana, que depois de uma queda na produção entre 1980 e 1995, volta a apresentar um movimento ascendente na produção. Também é significativo o aumento da área cultivada com borracha, limão e uva. Aqui uma ressalva deve ser feita: a produtividade de um hectare de uva é superior à produtividade de um hectare de qualquer dos outros produtos. Assim sendo, a representação da quantidade de hectares plantados de um determinado produto não corresponde à relevância deste em quantidades produzidas ou em valores de produção. Ao

observamos a tabela abaixo percebemos que os valores de produção (em mil reais) de uva, superam os valores gerados pela produção de banana e também de limão (produtos que possuem maior área plantada e maior quantidade produzida), embora sejam superados, ainda, pelos valores produzidos de laranja que apresenta, por outro lado, quantidade produzida incomparável à da uva.

Tabela 5

Área plantada (ha) com produtos de lavoura temporária, MRG de Jales.					
Produto / Ano	1990	1995	2000	2005	2010
Total	49.551	43.939	25.678	26.412	38.094
Abacaxi	-	-	0	14	50
Algodão	15.178	12.280	4.280	10.330	-
Alho	30	13	-	-	-
Amendoim	990	140	106	-	6
Arroz	4.685	2.679	1.610	145	93
Cana-de-açúcar	806	757	480	1.900	31.125
Cebola	66	75	24	5	-
Feijão	5.570	4.559	3.382	1.408	10
Fumo	-	-	3	-	-
Mamona	265	11	410	120	-
Mandioca	403	490	428	251	124
Melancia	226	216	129	70	-
Melão	17	21	5	8	-
Milho	19.750	21.115	13.495	11.175	6.002
Soja	1.202	474	690	704	542
Sorgo	50	360	515	185	10
Tomate	313	209	121	97	132

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

Tabela 6

Área plantada (ha) com produtos de lavoura permanente, MRG de Jales					
Produto/Ano	1990	1995	2000	2005	2010
Total	37.754	25.992	24.010	23.970	21.264
Abacate	35	32	46	7	-
Banana	3	70	2.672	1.018	2.546
Borracha	48	270	867	1.069	1.387
Café	30.051	9.799	2.997	3.673	900
Coco-da-baía	3	28	425	295	87
Figo	8	-	-	-	-
Goiaba	-	2	9	10	3
Guaraná	-	-	-	-	-
Laranja	6.254	13.227	11.425	13.664	13.430
Limão	362	609	2.683	2.404	1.281
Mamão	49	34	31	68	17
Manga	835	1.113	1.787	939	439
Maracujá	-	52	35	57	-
Palmito	-	9	10	20	-
Pera	-	16	23	-	-
Pêssego	-	2	-	-	-
Tangerina	32	-	97	82	172
Uva	74	659	903	664	1.002

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

Tabela 7
**Lavoura Permanente, segundo área plantada (ha),
quantidade produzida e valores de produção, 2010, MRG de Jales**

Produto / Variável	Área plantada (ha)	Quantidade produzida	Valor da produção (Mil Reais)
Total	21.264	-	271.986
Banana	2.546	31.828	20.494
Borracha (ton.)	1.387	5.046	11.491
Café (ton.)	900	702	2.270
Coco-da-baía (Mil frutos)	87	1.438	998
Goiaba (ton.)	3	37	38
Laranja (ton.)	13.430	462.983	133.586
Limão (ton.)	1.281	56.612	28.258
Mamão (ton.)	17	447	219
Manga (ton.)	439	4.107	2.482
Tangerina (ton.)	172	6.278	4.825
Uva (ton.)	1.002	26.736	67.325

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

Os mapas e tabelas até aqui apresentados, além de nos possibilitar localizar tais características produtivas distintas, também nos permite afirmar que a pecuária é o tipo de produção que tem presença generalizada na região. Nos valores numéricos expressos ao lado dos mapas, que diferenciam classes de municípios segundo o número de estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica (figura 12, acima), notamos que esta produção é a que apresenta valores mais elevados, chegando a ser encontrada em 84% das propriedades em alguns municípios. Assim, mesmo nas áreas onde predominam a lavoura permanente e temporária, encontramos um número significativo de propriedades que praticam a pecuária, e, podemos afirmar a partir das observações em campo e dos dados apresentados abaixo, que há predomínio da pecuária leiteira. Estes dados nos apontam que esta atividade tem importante papel entre as estratégias de diversificação produtivas dos sítios estudados.

O número de cabeças de gado na região apresenta um crescimento insistente até o ano de 2005, quando, pela primeira vez tem uma queda na produção. Lembremos que este é o período de maior crescimento da produção de cana na região, o que confirma as informações obtidas por outras fontes de que a cana-de-açúcar ocupou, também, áreas de pastagem no extremo noroeste paulista. E mantendo uma tendência observada desde 1980, continua decrescendo a criação de equinos, muaras, galos e galinhas, e a produção de ovos, tanto em função dos efeitos da modernização como dos impedimentos impostos pelos “programas de boas práticas” para a pecuária, já mencionados. Por outro lado, cresce insistente a produção do leite, sobretudo no período 2000-2005, mas também entre 2005-2010, o que, ao mesmo tempo em que aponta para a modernização das técnicas produtivas nas propriedades de pequenos e grandes pecuaristas, pode sugerir que, ademais do interesse da Usina no

arrendamento de tais propriedades, e da queda insistente no preço do leite (assunto de que trataremos com mais detalhes no corpo do trabalho), alguns sitiantes tem preferido modernizar-se a arrendar a propriedade.

Tabela 8

Tipo de Rebanho (cabeças) - MRG de Jales					
Rebanho / Ano	1990	1995	2000	2005	2010
Bovino	358.641	391.066	423.387	443.650	410.761
Equino	15.859	15.284	12.587	11.908	9.754
Bubalino	1.007	935	412	379	117
Asinino	24	16	40	12	40
Muar	4.198	3.747	1.003	773	697
Suíno	57.163	49.879	33.376	29.274	27.234
Caprino	1.262	932	596	405	740
Ovino	6.051	5.420	8.136	6.603	9.949
Galos, frangas, frangos e pintos	223.415	234.168	202.457	194.967	105.131
Galinhas	219.289	214.227	132.996	112.943	76.735

Fonte: Produção Agropecuária Municipal, IBGE.

Tabela 9

Produção de origem animal - MRG de Jales					
Produto / Ano	1990	1995	2000	2005	2010
Leite (Mil litros)	57.976	55.116	53.679	72.605	76.465
Ovos de galinha (Mil dúzias)	3.185	3.171	2.031	1.672	1.009
Mel de abelha (Quilogramas)	10.034	19.126	24.366	24.475	14.149
Casulos do bicho-da-seda (Quilogramas)	11.362	14.646	1.438	-	-

Fonte: Produção Agropecuária Municipal, IBGE.

Outra importante informação que contribui no sentido de afirmar a predominância da pequena agricultura familiar da microrregião de Jales e o fenômeno da concentração de características produtivas distintivas em seu interior é a “condição do produtor” fornecida pelo Censo Agropecuário do IBGE. De acordo com a informação para o ano de 2006, 91% dos responsáveis pela produção nos estabelecimentos agropecuários da microrregião eram os próprios produtores, apenas 5% arrendatários e 1% parceiros (tabela 10). Quando observamos os dados referentes aos municípios tomados como lócus dessa investigação (tabela 11), constatamos que aqueles onde a produção da cana-de-açúcar mais se expandiu (Mesópolis e Santa Albertina) são os que apresentam o maior número (relativo) de arrendatários e o menor número (relativo) de proprietários como os responsáveis pela produção. Como temos dito (e estes dados confirmam), a expansão da cana na região tem se dado sobretudo por meio do arrendamento de propriedades, com raros casos de contratos de fornecimento de cana.

Tabela 10
Número (absoluto e relativo) de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, MRG de Jales, 2006.

Total	8423	100
Proprietário	7691	91,31
Assentado sem titulação definitiva	4	0,05
Arrendatário	483	5,73
Parceiro	116	1,38
Ocupante	108	1,28
Produtor sem área	21	0,25

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE

Tabela 11
Número (absoluto e relativo) de estabelecimentos agropecuários por condição do produtor, municípios tomados como lócus de investigação, 2006.

Condição do produtor	Jales	Urânia	Santa Salete	Mesópolis	Santa Albertina
Total	1.113	592	269	211	482
Proprietário	1.011	541	244	176	427
%	90,8	91,4	90,7	83,4	88,6
Assentado sem titulação definitiva	1	0	0	0	0
%	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Arrendatário	88	30	22	23	36
%	7,9	5,1	8,2	10,9	7,5
Parceiro	5	10	1	2	2
%	0,4	1,7	0,4	0,9	0,4
Ocupante	8	10	1	10	17
%	0,7	1,7	0,4	4,7	3,5
Produtor sem área	0	1	1	0	0
%	0,0	0,2	0,4	0,0	0,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE

Quanto ao destino da produção da MRG de Jales, os trabalhos de campo realizados na região apontam que há pelo menos 3 caminhos distintos. Parte significativa da produção de hortifruticultura e parcela da criação de gado de corte se dirige ao abastecimento interno. E chega a este destino por diferentes vias: pelo trabalho de atravessadores (chamados também de *marreteiros*), que algumas vezes fornecem os alimentos comprados diretamente das mãos dos agricultores a supermercados ou feirantes de outras localidades, ou os vendem a distribuidoras de alimentos, ou são empregados de tais distribuidoras; pelo trabalho dos vendedores ambulantes que compram a produção também diretamente dos pequenos agricultores e vendem em carrinhas ou pequenas bancas na área urbana dos municípios da região; ou são vendidos em feiras livres diretamente pelos agricultores ou por feirantes profissionais, que revendem produtos que adquirem diretamente das mãos daqueles.

Apesar de parte do leite ser comercializada por sitiantes diretamente nas ruas das cidades da região, o volume mais significativo é entregue à indústria de laticínios, diretamente pelos produtores ou por intermédio de cooperativas de produtores de leite. Outros produtos que servem de matéria-prima para a indústria de transformação são: a borracha, que é destinada, sobretudo, à indústria de calçados, e chega até ela diretamente ou por intermédio de

empresas beneficiadoras de látex; a cana-de-açúcar, que chega até as indústrias de açúcar e álcool da região por meio do trabalho de funcionário da própria Usina; uma pequena parte da produção de laranja (segundo alguns agricultores, cerca de 20% da produção), que não alcança os altos padrões produtivos exigidos pelo mercado de consumo direto. Esta “laranja de refugio” é entregue às indústrias de transformação pelas mãos de atravessadores que as compram diretamente do produtor.

Outra parte significativa da produção da região, difícil de mensurar, é a produção para a subsistência. Sabemos que parte do que é produzido para o mercado é também consumido pelas famílias (sobretudo frutas e leite). É também significativa a presença de galos e galinhas, ovos e porcos na totalidade dos municípios da região (como pudemos ver na tabelas 8, acima). Como não há na região produção em larga escala deste tipo de rebanho para o abastecimento industrial, inferimos que tal produção serve à mesa dos sítiantes e dos habitantes das redondezas. Encontramos, ademais, em todas as propriedades visitadas uma diversidade de árvores frutíferas, cereais, grãos (sobretudo o feijão) e hortaliças produzidas em pequena escala (e, por isso, provavelmente ausentes dos registros dos Censos Agropecuários do IBGE). Apesar, então, da redução significativa da produção para subsistência nas últimas décadas, resultado de limites impostos pela legislação ambiental e também pela redução do tempo para o trato de tais culturas, já que o agricultor dedica hoje a maior parte do seu tempo à produção para o mercado, a produção para a subsistência, como veremos adiante, tem papel significativo na reprodução das famílias. Se os dados das agências de pesquisa e estatística falham em fornecer subsídios suficientes para pensar essa questão, os dados recolhidos durante os trabalhos de campo contribuirão nesse sentido.

Algumas características físicas do território contribuem, ainda, para explicar a localização de distintas atividades produtivas, bem como as possibilidades e condições de produção de um ou outro produto. Do ponto de vista da localização, a microrregião favorece o escoamento da produção por estar situada no limite com outros dois Estados brasileiros: ao norte, com o município de Iturama no Estado de Minas Gerais, por onde se chega atravessando o município de Populina, no limite extremo norte; a oeste com o município de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, por onde se chega atravessando o município de Santa Fé do Sul. De outro modo, o clima que predomina na região, de um inverno com temperatura elevadas e clima seco, apesar de dificultar o cultivo de alguns produtos, também facilita o escoamento da produção de entressafra, a produção de inverno, para regiões que encontram mais dificuldade de produzir nessa estação do ano em virtude de seu inverno mais rigoroso. Assim, produtos como a uva, as hortaliças e também a laranja

irrigada encontram facilmente mercado de escoamento da produção, por exemplo, no Sul do país.

Também a qualidade do solo ajuda a explicar a concentração de determinadas atividades agropecuárias no espaço. De acordo com as explicações do engenheiro agrônomo Gilberto, funcionário da CATI do município de Santa Albertina, toda a região é caracterizada por uma camada superficial bastante arenosa, com pouca quantidade de argila, e uma camada inferior com uma quantidade elevada de argila, o que dificulta a penetração da água e aumenta a ocorrência de erosão. Entretanto, há diferenças no interior do território da microrregião: o cinturão à beira dos rios, onde predomina um tipo de solo denominado de latossolo, tem uma camada superior com maior quantidade de argila, e é por essa razão relativamente mais fértil; o restante do território, onde predomina o tipo de solo denominado de argissolo, tem uma camada superior com menor quantidade de argila, mais arenoso, e por isso, apresenta um nível de fertilidade menor. Toda a região necessita de práticas de conservação do solo para evitar a erosão, entretanto a menor fertilidade das áreas continentais impõe aí a necessidade de maiores cuidados. Essas características explicam porque tanto a pecuária como a cana-de-açúcar, culturas caracterizadas pelo uso extensivo da terra, estão localizadas no cinturão à beira dos rios, região com uma fertilidade relativamente superior e menor necessidade de correções.

2.2.1. A expansão da cana-de-açúcar.

A expansão da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo, como já fizemos referência em outro momento, recebeu impulso de um processo de transferência de capital do Estado para os latifundiários e empresas do agronegócio, e através do tempo foi construindo vínculos com outros setores da economia a fim de fortalecer seu domínio, como com a indústria automobilística. Mais recentemente temos assistido ao avanço da construção de oligopólios envolvendo a produção agrícola, dominando a produção de cereais, sementes e insumos, generalizando o modelo produtivo que tem impulso com os processos de modernização, de que é fruto aquela chamada de Revolução Verde. Por meio deste processo alguns poucos conglomerados econômicos têm aperfeiçoado os meios de extração de excedentes, que tem origem tanto dos recursos naturais, como água e a terra, (fenômeno

chamado por alguns de *pilhagem ambiental*⁴⁶) como dos recursos humanos, na pessoa de trabalhadores assalariados, formais e informais, migrantes e locais, todos eles elementos tratados então, desde há muito, como mercadoria (MORAES SILVA, 2008; MORAES SILVA, MARTINS, 2010; PLATAFORMA BNDES, 2008).

Nas últimas décadas, o avanço mais recente da monocultura da cana-de-açúcar no território do Oeste paulista se explica pelo fortalecimento de vínculos da agroindústria com a indústria automobilística e o Estado. Nos últimos anos houve um crescimento desmesurado da venda de carros bicompostível, tendo representado 93% dos veículos vendidos no país entre os meses de junho, julho e agosto de 2012, contabilizando 358.301 automotivos (ÚNICA, 14/09/2012). Além dos recorrentes subsídios às agroindústrias e às indústrias automobilísticas, o Estado tem contribuído para a criação de um mercado de consumo para estes produtos (os automóveis e o etanol) concedendo redução de impostos ao consumidor, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, decretada em maio deste ano de 2012 e prorrogada por duas vezes. Este contexto de aumento da produção e consumo de biocompostível, por outro lado, é sustentado pelo discurso que define esse combustível como um tipo de “energia limpa e renovável”. E a crítica ambiental, produzida pelos movimentos sociais e ambientalistas nas últimas décadas, é também apropriada e revertida em prol do processo de acumulação capitalista.

Também se retroalimentando das críticas produzidas pelos movimentos sociais, a União da Indústria Canavieira (ÚNICA) firmou, por “livre adesão”, com o governo do Estado de São Paulo, o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro no ano de 2007. Por meio do protocolo as Usinas se comprometem a antecipar o prazo para eliminar o processo de queimada da cana-de-açúcar para o ano de 2017, entre outros compromissos, como proteger as áreas de matas ciliares e nascentes de rios, implementar técnicas de conservação do solo e recursos hídricos, minimizar a poluição atmosférica, adotar boas práticas para o descarte de embalagens vazias de agrotóxicos. A eliminação da queima da palha dificulta o corte manual, que tem sido realizado apenas para retirar mudas para o plantio e, desse modo, a assinatura do protocolo supõe a mecanização dessa etapa do processo produtivo. O Estado, em contrapartida, além de comprometer-se a conceder o certificado de Conformidade Agroambiental aos produtores agrícolas que cumprirem as cláusulas do contrato, firma empenhar-se em pesquisas de aproveitamento da palha da cana, apoiar a instalação de infraestrutura logística sustentável para movimentação dos produtos da agroindústria,

⁴⁶ ALLTVATER, 2005, apud MORAES SILVA; MARTINS (2010, p. 209)

contribuir com a adequação ao sistema de colheita de cana crua⁴⁷, transferindo, através destes incentivos, mais uma vez, capital diretamente das mãos do Estado para a agroindústria canavieira.

O acordo certamente é efeito de muitas críticas realizadas por diversos pesquisadores às consequências do processo de acumulação, resultante da constante extração de excedentes retirados da natureza e do trabalho. Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Martins (2010) fazem um levantamento significativo de estudos que apontaram para estas consequências sociais e ambientais. Quanto àquelas que afetam o meio ambiente, os autores citam: a eutrofização dos rios e lagos, acidificação dos solos e contaminação dos aquíferos resultantes do uso intensivo de fertilizantes; sobre-exploração do uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas e reservatórios subterrâneos em virtude, sobretudo, da captação por parte de usuários industriais; aquecimento das águas do curso dos rios em função das altas temperaturas das águas despejadas neles pelas usinas; assoreamento de rios, de várzeas e reservatórios; comprometimento da qualidade do solo e aumento das ocorrências de erosão em função da exploração intensiva; danos à saúde e ao meio ambiente causados pela fuligem resultante da queima da palha da cana (p. 200-212). Do ponto de vista das relações de trabalho as consequências mencionadas são: inviabilização das ocorrências de trabalho análogo a escravo no Sudeste do país; sobre-exploração da mão de obra migrante e feminina; superexploração da força de trabalho para além dos limites físicos, ocasionando frequentes mortes nos canaviais; imobilização dessa força de trabalho nos canaviais em função de dívidas contraídas; precárias condições de habitação nos alojamentos, pensões e periferias das pequenas cidades paulistas; entre outras *correntes invisíveis* que, ao envolver a subjetividade do trabalhador (como a questão da honra e da masculinidade, da força do projeto de ascensão social, da aceitação forçada do contrato jurídico de venda da força de trabalho), os prendem a essa atividade (p. 212-220). Estes pesquisadores, desse modo, reclamam que, no esforço de qualificação do etanol enquanto uma energia “limpa” ou “suja” seja apreciado tanto as técnicas de produção e seu efeitos sobre a natureza como as consequências sociais decorrentes do tratamento da mão de obra⁴⁸.

A exposição de alguns elementos erguidos na discussão sobre as contradições do contexto mais recente de expansão da cana-de-açúcar, respaldado pelo discurso do “ambientalmente e socialmente corretos” faz-se necessária porque é sobre esse pano de fundo

⁴⁷ A íntegra do protocolo pode ser acessada em:

http://www.unica.com.br/userFiles/Protocolo_Assinado_Agroambiental.pdf

⁴⁸ Ver a respeito também OCADA; MELO, 2008, p. 128-129

que chega à MRG de Jales a primeira usina sucroalcooleira da região, cuja licença de funcionamento, concedida sob os termos do Protocolo Ambiental, exige a completa mecanização do corte da cana. Sendo a MRG de Jales uma zona de baixa declividade é, também, zona atrativa nesse novo contexto. Territorializar-se nessa região é então, um modo de enquadrar-se ao Protocolo assinado pela ÚNICA, e, favorecer-se do prestígio de estar, ao mesmo tempo, eliminando as “degradantes condições de trabalho” que pesavam sobre os cortadores manuais. No corpo do trabalho levantaremos elementos que problematizam em que medida as expectativas criadas pelo modelo de licenciamento assinado de fato foram cumpridas, refletindo sobre alguns dados ambientais observados pelos sitiantes e a reprodução de condições de trabalho degradantes, vestidas sobre outras roupagens.

Ademais de já termos sugerido, neste capítulo, algumas características relativas à expansão da cana-de-açúcar na MRG de Jales, trataremos aqui de apresentar alguns dados que as confirmam e melhor as qualificam.

Da observação dos mapas abaixo, percebemos que, ademais da área plantada de cana-de-açúcar para indústria na MRG de Jales não ser tão representativa em relação à produção observada, sobretudo, na região centro-norte e também em alguns corredores à Oeste do Estado, como o Pontal do Paranapanema e Mesorregião de Araçatuba (ver áreas em vermelho na figura 13), a MRG de Jales está localizada na fronteira mais recente de expansão do plantio, o extremo noroeste do Estado de São Paulo (figura 14, a seguir). Depois dos municípios de Votuporanga e Franca, que tiveram uma ampliação de 156 e 142% da área plantada de cana entre os anos de 1990 e 2000, surge a MRG de Jales, com uma ampliação de 38%⁴⁹.

⁴⁹ No quadro que serviu de base à construção das figuras 12 e 13 (tabela 5 dos Anexos) podem ser encontrados os valores aqui mencionados.

Figura 13

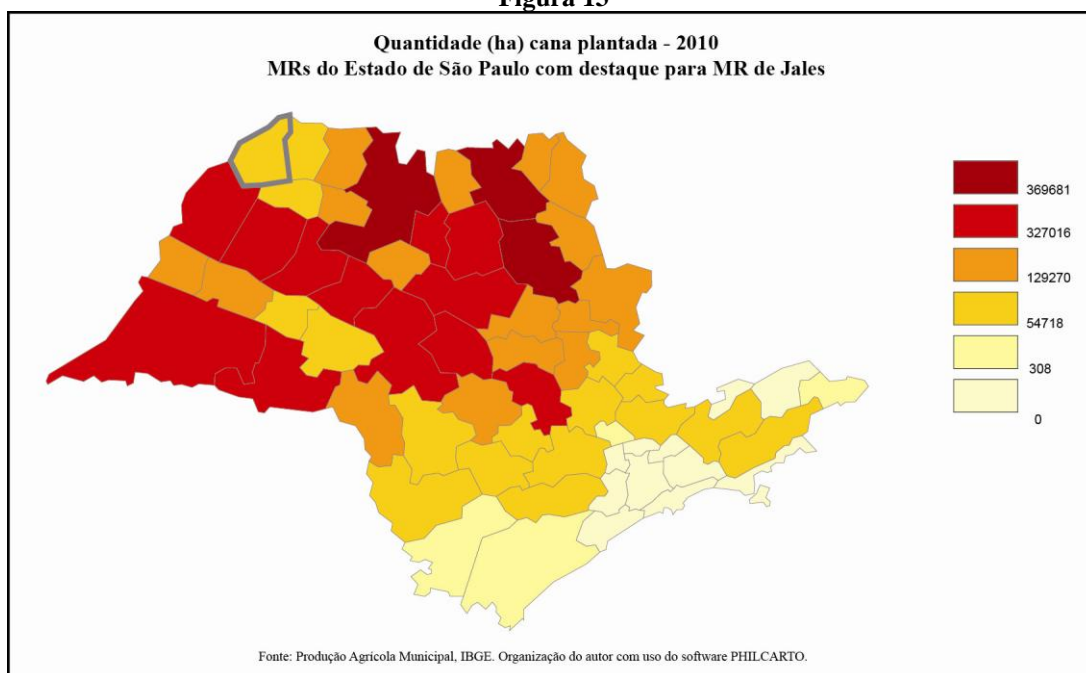
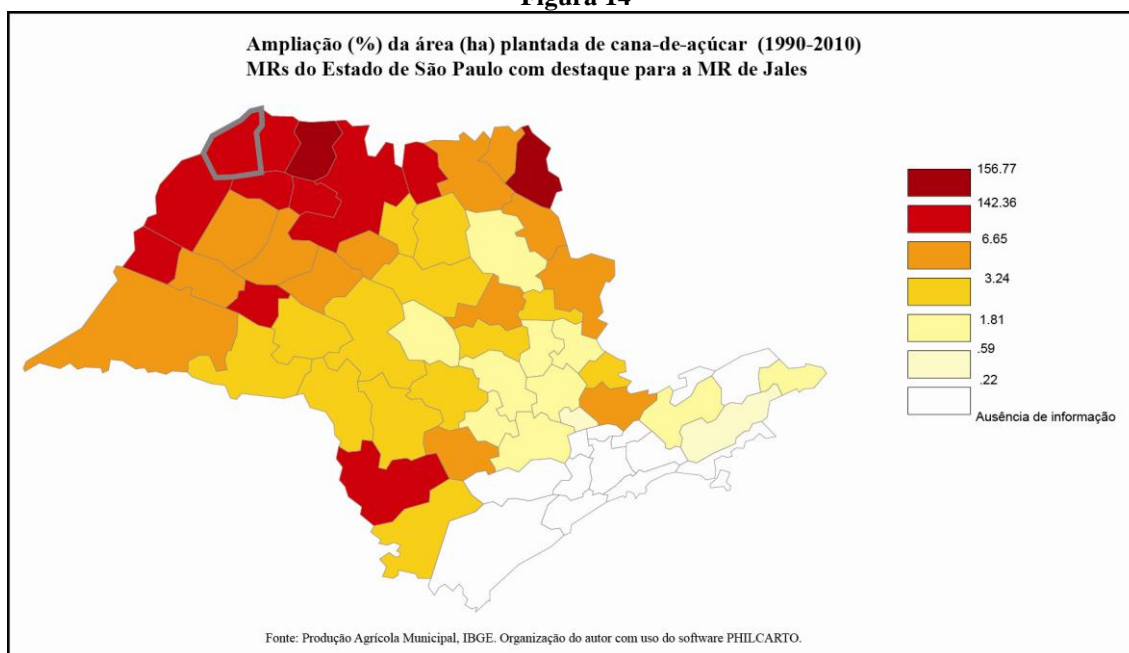


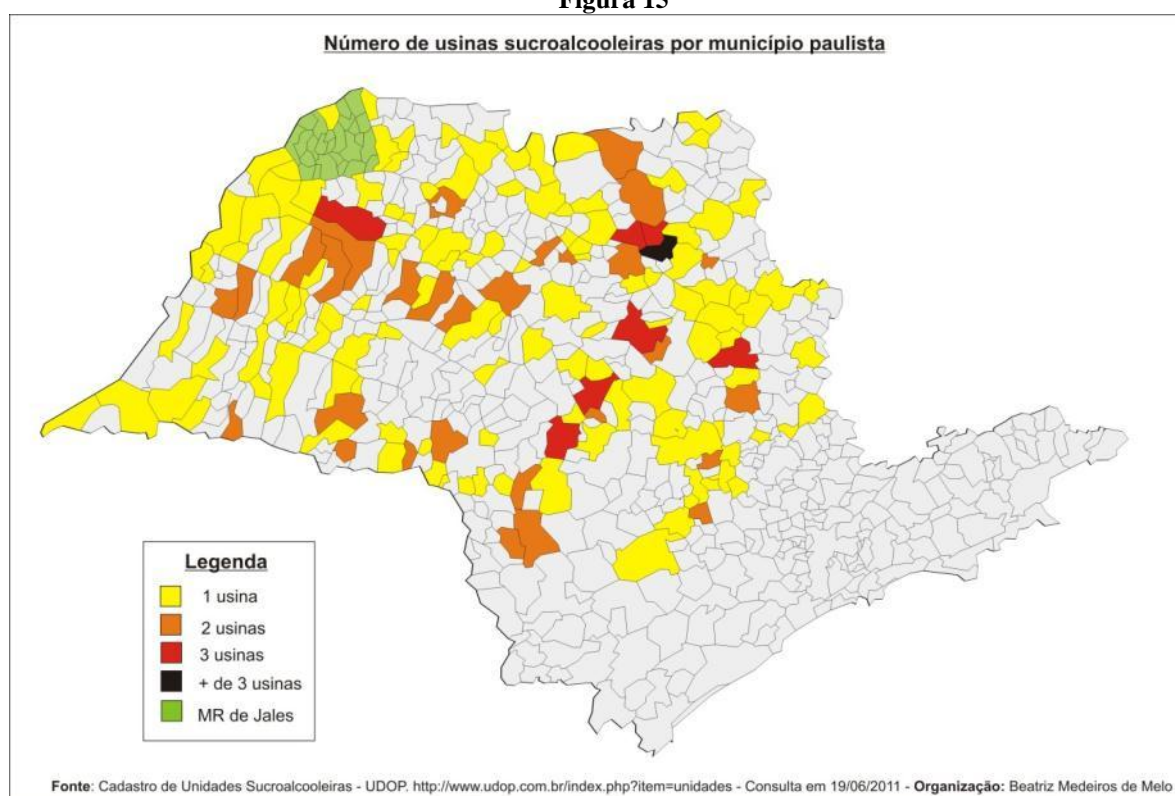
Figura 14



O crescimento da produção de cana-de-açúcar na região pode ser explicado pela instalação mais ou menos recente de diversas usinas sucroalcooleiras nas proximidades. No mapa abaixo (figura 15) verificamos que a microrregião de Jales aparece como uma “ilha” em relação à localização das Usinas nesta porção do extremo noroeste. A única Usina instalada em seu território é a Usina Colombo, fabricante dos açúcares de marca Colombo e Caravelas, produtora de álcool, e, mais recentemente, também geradora de energia. Há, entretanto, nova

usina em instalação, do mesmo Grupo Colombo, já em construção do município de Santa Clara D'Oeste, pertencente a mesma MR. Na mesorregião de Araçatuba (localizada ao Sul da MRG de Jales) encontramos cerca de 20 usinas instaladas, e, na mesorregião de São José do Rio Preto (onde está localizada também a MRG de Jales), encontramos pelo menos mais duas dezenas de Usinas. Grande parte delas instalou-se na região nas décadas de 1980 e 1990 impulsionadas pelo programas PROÁLCOOL e PROOESTE.

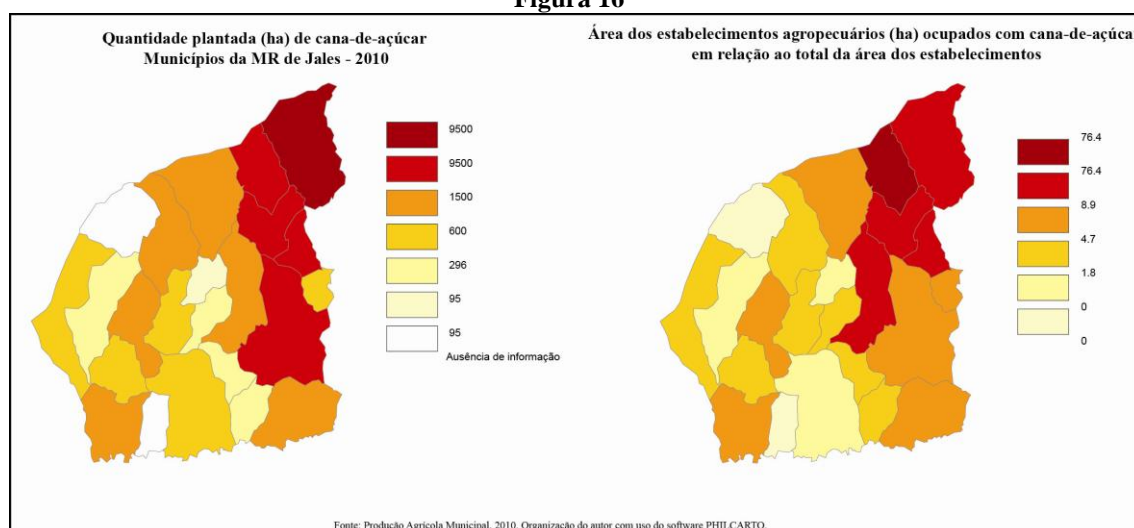
Figura 15



Quando observamos a produção de cana-de-açúcar para indústria no interior da microrregião de Jales (figura 16) em relação à distribuição dos grupos de atividade econômica (figura 12) e estrutura fundiária dos municípios (figura 11) temos, então, algumas hipóteses confirmadas. As áreas onde o plantio de cana mais cresceu nos últimos anos (o triângulo formado na ponta Norte da microrregião) correspondem, por um lado, às áreas onde predominam a pecuária leiteira e a lavoura temporária, com destaque para o algodão (a porção a oeste do triângulo, às margens do Rio Grande, caracterizada, ainda, por um elevado número de propriedades de grandes extensões) e, por outro, à área onde predomina a horticultura (a ponta leste do triângulo, onde encontramos tanto municípios caracterizados por propriedades de grandes extensões, como por pequenas propriedades). Embora não tenhamos realizado um reconhecimento mais detido destas áreas onde predomina a horticultura, sabemos, sobretudo

pelos diálogos travados com Luis Floriano, diretor da Escola Agrícola de Jales e professor da FATEC, que tem orientado trabalhos de investigação na região, que a cana-de-açúcar tem causado forte impacto também entre produtores de tomate. Segundo Luis Floriano, o cultivo da hortaliça, bastante sensível ao ataque de pragas, exige uma constante rotação de culturas e, por isso, os produtores, em geral, arrendam diferentes porções de terra a cada nova safra. Com a chegada da Usina nas redondezas, os proprietários de terra que arrendavam apenas uma porção dela para os produtores de tomate, tem preferido arrendar toda ela para o plantio de cana-de-açúcar, colocando um empecilho à reprodução da vida dos sítiantes arrendatários que produziam, neste mesmo espaço, o tomate.

Figura 16⁵⁰



O triângulo formado pelas áreas de plantio de cana-de-açúcar na MRG de Jales (mais visível no primeiro dos mapas acima) é, ainda, a área que circunda a região onde está localizada a única Usina instalada neste território, a Usina Colombo. Com suas instalações construídas no ano de 2007 no limite entre os municípios de Santa Albertina e Mesópolis, ela tem sua área de expansão mais significativa entre os municípios de Mesópolis (o município ilustrado com o tom de vermelho mais escuro no segundo mapa da figura acima, onde a cana teve uma expansão de 76% entre 1990 e 2010), Populina, Dolcinópolis e Paranapuã (os quatro municípios na ponta do triângulo no limite Norte da MR, que apresentaram um crescimento respectivo de 33,9%, 21,3% e 18,4% entre os anos de 1990 e 2010), todos municípios bastante próximos da Usina, a oeste.

⁵⁰ As dados que deram origem a estes mapas podem ser encontrados na tabela 6 dos Anexos.

Se a expansão da cana limitou-se, num primeiro momento, a estas áreas circunvizinhas, apontando, assim, para a importância da distância e da questão do transporte como um limitador para o encerramento dos contratos de arrendamento, a necessidade de aumento da área plantada para que se alcance a capacidade de moagem da Usina Colombo certamente exigirá um avanço sobre as áreas mais distantes, que, embora esteja em processo, não tomou ainda vulto significativo. Em setembro de 2010 soubemos por um funcionário da empresa que naquele momento a Usina estava moendo cerca de 1 milhão e 400 mil toneladas, plantadas em cerca de 300 propriedades, e que a capacidade de moagem da indústria é de cerca de 4 milhões de toneladas. A Usina não possui áreas de plantio próprias, registradas em seu nome. Toda a produção é cultivada em áreas arrendadas.

Soubemos, por engenheiros agrônomos e sitiantes que vêm acompanhando o processo de expansão da monocultura na região, que as primeiras propriedades arrendadas para o cultivo foram as de maior extensão e que, paulatinamente, foram sendo arrendadas também as médias e pequenas propriedades dos municípios dos arredores da Usina. Também pude observar tal processo durante os anos em que realizei trabalho de campo na região. Entre 2009 e 2010 pouco se escutava sobre arrendamento de pequenas e médias propriedades. Já entre a metade de 2011 e início de 2012 as histórias de arrendamento das terras dos sitiantes (pequenas e médias) começavam a se multiplicar. Foi, portanto, sobretudo nessa última visita a campo, realizada em fevereiro de 2012, que pude melhor reconhecer e acompanhar as consequências deste processo.

Quando questionei um funcionário da Usina sobre o interesse da empresa nas pequenas propriedades, ele me respondeu que elas lhes são interessantes desde que estejam avizinhas a outras áreas já arrendadas. E que empecilho maior do que encerrar contratos com um número grande de pequenas propriedades é encerrar contratos com um sem número de *proprietários*. Desse modo, nos deixa subentender que buscam, primeiro, aqueles proprietários que possuem várias parcelas de terra espalhadas pela região, e, num segundo momento, os sitiantes que possuem apenas uma propriedade.

Outro fator importante na definição das propriedades potencialmente interessantes para o plantio é a quantidade de árvores nativas plantadas em seu território. Além do impedimento a plantar cana-de-açúcar nas áreas de preservação permanente e nas áreas de reflorestamento, a Usina também não tem autorização para a retirada de árvores nativas (a mais comum na região é uma espécie de goiaba da terra), considerada grave infração ambiental. Desse modo, propriedades que possuem muitas destas árvores nativas plantadas,

impedindo a “liberação” do espaço para a circulação do maquinário, são chamadas pelos funcionários da Usina de *áreas sujas*, e desconsideradas⁵¹.

A colheita da cana-de-açúcar produzida pela Usina é 100% mecanizada, condição determinada mesmo pelo licenciamento ambiental que concedeu a autorização para sua instalação. O primeiro plantio foi realizado exclusivamente com o trabalho manual, entretanto, nas propriedades onde em 2011 estava sendo plantado o segundo ciclo da cana-de-açúcar, o trabalho já vinha sendo realizado por maquinário próprio. Atualmente (2012), 50% do plantio está sendo realizado por maquinário, e a projeção é que para a próxima safra todo ele seja realizado sem o uso de trabalho manual.

Quanto aos trabalhadores manuais, aqueles destinados ao trabalho do corte de cana-de-açúcar para mudas e para o plantio, são oriundos, em sua maioria, das áreas onde predomina a horticultura e a produção de algodão, como o município de Paranapuã, Populina e Dolcinópolis. São, muitos deles, migrantes nordestinos que vieram para a região para o trabalho nas lavouras daqueles dois produtos que, sabemos, solicitam um uso intensivo de mão de obra. São contratados por empresa terceirizada que presta serviços para a Usina. Já aqueles destinados a outros trabalhos manuais, como a pulverização do pasto que cresce por entre os canaviais, a retirada de pedras e de cercas e a eliminação de formigas, estes sim são contratados diretamente pela Usina, e em sua maioria são mulheres residentes nos arredores de Santa Albertina e Mesópolis.

E se o número de trabalhadores manuais vem diminuindo com a mecanização da colheita e do plantio de cana-de-açúcar, cresce, de outro modo, a quantidade de motoristas contratados para o manejo dos maquinários agrícolas utilizados para a preparação do solo, o plantio, a colheita e o transporte da cana-de-açúcar. Parte significativa destes motoristas são filhos de sitiantes da região, que, tendo nascido já sob um período de modernização das técnicas produtivas dos sitiantes, aprenderam a manejar tratores e outros implementos agrícolas necessário à preparação do solo e à colheita⁵². Vemos desse modo, a usina sucroalcooleira beneficiar-se de um contexto cuja origem é remetida a outro espaço-tempo: o

⁵¹ Disse um funcionário da Usina (que preferimos preservar a identidade): “Para a gente não interessa *área suja*, com muita árvore. A gente não mexe com áreas desse tipo.” Entrevista realizada no ano de 2011.

⁵² Por meio da pesquisa intitulada “Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas” temos analisado as novas expressões do processo de exploração-dominação e as evidências de insalubridade que remetem à atividade destes novos trabalhadores locais (os que realizam atividades manuais e os que manejam tratores), evidências que apontam para o fato de que a eliminação do corte manual não corresponde à eliminação das degradantes condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. A pesquisa é coordenada pela Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva e tem a participação de um grupo de pesquisadores: em São Paulo, Beatriz Medeiros de Melo, Juliana Dourado Bueno, Jadir Damião e Lúcio de Vasconcellos Verçoza; em Alagoas: Alice Anabuki Plancherel, Charles dos Santos, Márcio Yabe, Rosa Maria Ferro e João Paulo dos Santos. A pesquisa é financiada pelo CNPq através do Edital Universal.

espaço dos sitiante. Trataremos com mais detalhe destas questões no capítulo sobre a “organização do trabalho e a questão da mão de obra”.

2.3. Alguns aspectos da população

Outro dado que atesta a importância da vida rural na microrregião é a observação do movimento de população. A análise dos dados do Censo Demográfico do IBGE evidencia, a seu modo, que na MRG de Jales a dinâmica dos espaços rurais tem importância significativa, se comparados aos dados de população rural tanto do Estado de São Paulo como do Brasil. Observa-se, das tabelas apresentadas abaixo (tabelas 12, 13 e 14), que a proporção da população rural em relação à população urbana na MRG foi sempre superior àquela observada no conjunto do Estado de São Paulo. E que até o Censo Demográfico de 1991 era superior também aquela observada no conjunto do país. No Censo de 1980 houve uma mudança no interior da MR, e a população urbana superou o volume de população rural, que até então era superior àquela. Entretanto os dados de 2010 evidenciam que a população rural (13%) tem ainda destacada relevância tomando em conta o volume de população rural do Estado de São Paulo (4%) e mesmo do Brasil (16%).

Tabela 12

População residente por situação de domicílio Microrregião de Jales					
Situação de domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	69.866	83.325	103.877	120.272	130.073
%	42	61	74	82	87
Rural	96.421	53.349	36.720	26.362	19.124
%	58	39	26	18	13
Total	166.267	136.674	140.597	146.634	149.197

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Tabela 13

População residente por situação de domicílio Estado de São Paulo					
Situação de domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	14.432.244	22.494.328	29.272.927	34.531.635	39.585.251
%	80	89	93	93	96
Rural	3.526.449	2.880.871	2.273.546	2.437.841	1.676.948
%	20	11	7	7	4
Total	17.958.693	25.375.199	31.546.473	36.969.476	41.262.199

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Tabela 14

População residente por situação de domicílio Brasil					
Situação de domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
%	56	68	75	81	84
Rural	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007
%	44	32	25	19	16
Total	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799

Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Quanto às características da população local, trata-se de um grupo étnico bastante diversificado. Como aconteceu em todo o território paulista, o imigrante estrangeiro (na região de Jales falamos predominantemente do italiano, espanhol, entre japoneses e portugueses, em menor volume) veio integrar uma população do campo antes composta pelo elemento branco colonizador, o preto introduzido pelo comércio escravagista e os índios remanescentes dos violentos processos de expropriação e extermínio. Como é largamente aceito para o conjunto do país, também na região de Jales percebemos que os processos de miscigenação foram mais intensos entre alguns grupos que outros. Italianos e espanhóis com mais facilidade se integraram aos grupos de migrantes nacionais, realizando casamentos interétnicos com nordestinos, mineiros e seus descendentes. A relação entre orientais e ocidentais fora, entretanto, sempre mais difícil, tanto em função de mais intensa diferença cultural como em função das perseguições direcionadas contra os primeiros durante e após a Segunda Guerra Mundial. Este contexto explica a ocorrência mais rara de casamentos interétnicos neste grupo, a concentração de orientais em alguns espaços do território nos primórdios da ocupação da região (japoneses se concentraram sobretudo no Córrego do Jataí, bairro rural do município de Jales) e o fato de que este foi o único grupo que logrou organizar-se em torno de uma associação de caráter étnico, a Associação Cultural Nipo-Jalesense.

O distanciamento entre orientais e ocidentais, entretanto, foi se reduzindo com o passar das décadas, sobretudo em virtude do fato de que os japoneses nunca representaram na região um grupo predominante em relação aos outros grupos étnico-culturais. E integrar-se se tornou uma necessidade por representarem um grupo reduzido como por razões relacionadas à produção. Entre os pequenos agricultores, a comunicação é veículo importante de disseminação de conhecimentos sobre técnicas produtivas, dinâmica do mercado, caminhos mais ou menos seguros de escoamento da produção, etc. A disseminação de tais conhecimentos, por outro lado, é também o único caminho para o aumento do volume de

produção de determinado cultivo numa região, o que, por consequência, aumenta as possibilidades de escoamento da produção.

A necessidade de intensa comunicação e também a redução ainda mais drástica deste grupo étnico depois da geada de 1975, dissolveu a concentração que se via no bairro do Jataí até então, aumentou a incidência de casamentos interétnicos no transcorrer das gerações e, assim, atenuou as diferenças culturais. Fala-se que os japoneses de Jales são bastante “abrasileirados”, expressão que traduz o processo de relativa integração realizado pelo grupo. Dizemos relativa porque se, quando os imigrantes chegaram às fazendas de café em São Paulo, o estranhamento em virtude da diferença cultural dificultava até mesmo o convívio, encerrando famílias dentro de suas casas, causando medo e distanciamento (como se pode ver no primeiro trecho a seguir), para seus descendentes as distancias se atenuaram, a convivência se intensificou, o medo foi dissolvido, mas os marcadores das diferenças continuaram a ser reproduzidos.

Quando a gente via um japonês, quando a gente via aquela gente vermelha assim, ou um preto... Nossa Senhora, a gente tinha até medo! Não tinha amizade. (...). A gente achava que era uma diferença grande, porque a gente não tinha amizade. Eles conversavam em outra língua, então eles não entendiam a gente e a gente não entendia eles. (Entrevista com Ermelinda Preti, descendente de italianos que chegou à região no começo do século XX. Jales, dez/2009).

Olha como a comunidade foi constituída bonita. Um grupo de japoneses, abriu ali, um grupo de baianos abriu aqui, os italianos abriram ali. Os italianos vieram para ganhar muito dinheiro. Os italianos eles gastavam. Eu falo pela noção de economia. Os italianos eles trouxeram uma cultura de gasto. Os japoneses trouxeram uma cultura de economia. Os baianos tinham que fazer economia por necessidade. Quem resistiu? Os japoneses e os baianos. Os italianos não resistiram às crises, às geadas. (Entrevista com Maria Machado, descendente de nordestinos que chegaram à região na década de 1950. Jales, dez/2009)

Apesar, então, do estabelecimento de certo diálogo cultural percebido entre os diferentes grupos étnicos na região, as relações estabelecidas entre eles não foram isentas de conflitos e de estranhamento, carregadas de preconceitos e de tensões. Japoneses tratam com diferença os não orientais, chamados de *gaijin* ou “brasileiros”, vistos como preguiçosos, pouco dedicados aos progressos técnicos relativos aos processos produtivos, irresponsáveis, pouco afeitos aos estudos⁵³; brasileiros veem a japoneses como demasiado sistemáticos, fechados, preconceituosos. Também no interior do grupo dos *ocidentais* marcadores culturais de diferença são mencionados de modo pejorativo, sendo assim fonte de reprodução de

⁵³ ECHEVERRIA (2003, p. 76) também menciona este tipo de preconceito, de japoneses para com brasileiros, em seu estudo sobre pequenos agricultores familiares do Vale do Rio Cachoeira-PR

preconceitos. Descendentes de italianos veem a nordestinos como preguiçosos, desorganizados, sujos e algumas vezes também promíscuos; a mineiros como lentos, pouco ambiciosos, e também pouco afeitos ao trabalho⁵⁴. Não está entre nossos objetivos nesse momento desenvolver esta questão em sua amplitude, entretanto, as tensões reproduzidas entre os grupos serão mencionadas aqui outras vezes por serem percebidas como causa, por exemplo, da dificuldade de organização coletiva.

Por outro lado, esta diversidade étnica é também origem de uma intensa diversidade cultural, que favoreceu tanto a agricultura e, portanto, a economia local, como o ambiente cultural da região. Veremos, por exemplo, tipos de cultivos agrícolas que foram fortalecidos pela disseminação da experiência acumulada e do costume alimentar específico de determinados grupos étnico-culturais. Também poderemos perceber que organizações culturais como a dos japoneses foram responsáveis pela introdução na região, não apenas das tradições de seus antepassados, mas também pela invenção de novas tradições, como a Festa do Arroz, que integrava toda a comunidade rural. Ademais, há todo um universo cultural preservado na região, que se refere a costumes atribuídos aos diferentes grupos étnico-culturais presentes na região.

Para concluir com as reflexões introdutórias sobre este tema, se, então, vimos que a concentração dos japoneses foi desfeita com o passar das décadas, hoje o único grupo étnico-cultural que se encontra mais ou menos concentrado no espaço são os migrantes nordestinos e seus descendentes. Este grupo constitui na região mão de obra importante para os cultivos intensivos. Por essa razão por muito tempo se concentrou em áreas onde predominava a produção de algodão e, mais recentemente, se encontram em maior número nas áreas onde predomina a horticultura, ou seja, no cinturão à extremo leste da microrregião, entre os municípios de Populina, Paranapuã e Dolcinópolis. São nestes municípios, por exemplo, que as Usinas de cana-de-açúcar recrutam a mão de obra responsável pelo corte da cana.

O quadro com as informações sobre as propriedades visitadas (item 1 dos Anexos) contém algumas informações sobre as propriedades. Além da caracterização étnica de cada família, que se remete à sua ascendência, o quadro também traz algumas informações resumidas sobre o padrão de moradia dos agricultores do noroeste paulista. Trata-se de um dado que nos possibilitará também refletir sobre as funções hoje atribuídas aos espaços rurais. Alguns pesquisadores dos Estudos Rurais, preocupados com as transformações produzidas pela intensificação das relações campo-cidade e pelos processos de modernização em sentido

⁵⁴ Em MELO (2008, p. 134-135) a autora discute o preconceito de paulistas contra migrantes nordestinos, ainda que num contexto urbano.

mais amplo, chegam a afirmar, por um lado, que o campo tem reduzido sua função de moradia para a população rural. E por outro, que há uma revalorização, pela população urbana, das áreas rurais como segunda moradia (SILVA; GROSSI, CAMPANHOLA, 2002)

O que observamos a partir dos dados coletados em campo é que uma primeira mudança em relação ao padrão de moradia característico do período de ocupação da região diz respeito à organização da família no espaço da propriedade. De um momento em que a família extensa coabitava a mesma casa⁵⁵, passou-se a outro em que cada família nuclear habitava casas separadas. De um momento em que todos os membros viviam e trabalhavam no sítio a um momento em que alguns membros passaram a viver e/ou trabalhar na área urbana. Neste novo contexto, bastante recente, a mudança no padrão de moradia afeta o modelo tradicional de organização da família extensa (ou é produto dele) de modo ainda mais drástico, e já não é mais possível (com raras exceções) encontrar famílias tão extensas, nem mesmo coabitando a mesma propriedade. Se nos relatos dos sitiantes mais antigos escutamos com frequência casos de famílias extensas compostas por famílias nucleares constituídas por um número elevado de filhos, hoje, como podemos verificar no quadro citado, foram raros os casos em que há mais de duas famílias nucleares coabitando uma mesma propriedade (sempre em casas separadas).

A partir desse momento, as estratégias de organização da família no espaço regional se ampliaram, e, com elas, a impossibilidade de nos referirmos a um *padrão* de moradia. Os modelos são os mais variados. Um primeiro fator de mudança foi imposto pelo esvaziamento demográfico das áreas rurais, decorrente dos processos de urbanização, industrialização e modernização que tomaram vulto na década de 1970 e que coincidiram, na região, com crises de produção agrícola ocorridas tanto por fatores naturais (como a geada de 1975) como por fatores econômicos (como a queda nas rendas agrícolas⁵⁶). Como consequência do esvaziamento demográfico no campo, as escolas rurais deixaram de funcionar e, preocupados com a educação escolar dos filhos, uma parte das famílias de sitiantes, sobretudo aquelas que não possuíam parentes próximos vivendo em áreas urbanas, passaram a viver na cidade. Este fenômeno, que se inicia por volta da década de 1970, continua a motivar agricultores a mudar sua residência para a área urbana, impondo a necessidade do deslocamento diário. Repetidos são os casos desta natureza narrados pelos entrevistados na trajetória das famílias. Entretanto,

⁵⁵ Conforme nos relata o engenheiro agrônomo Sérgio Nishimoto, filho de pequenos agricultores da região: “Meu pai tinha cinco filhos, meu tio tinha quatro filhos e meu outro tio tinha também quatro filhos. A princípio moravam numa casa só. Tem oito quartos a nossa casa! No dia em que você for conhecer...” Entrevista realizada em junho de 2010.

⁵⁶ SILVA, 2001.

dentre aquelas que contatamos, apenas uma família levantou como uma das razões de sua decisão de transferir a moradia da família para a área urbana o fato dos filhos terem sido transferidos para escolas da cidade⁵⁷. Trata-se do agricultor Nelson Preti, um dos dois únicos dentre todos os que entrevistamos que tem apenas residência urbana. Ele tem duas filhas que hoje, já formadas, trabalham na área urbana de Jales, município onde também está localizada a propriedade do sitiante. Muitas outras famílias, entretanto, adaptaram-se ao uso do transporte escolar que circula diariamente pelos bairros rurais dos municípios da região, levando e trazendo crianças e jovens entre o sítio e a cidade.

Outro fato que tem pesado sobre a opção pela moradia urbana é o emprego (em tempo parcial ou integral) de algum dos membros do grupo familiar nesta área do município, o que nos remete à discussão também recente sobre a importância da pluriatividade entre famílias camponesas. Wilson Donda, agricultor de 68 anos, resolveu mudar-se para a cidade em 1996 por duas razões: já há alguns anos se deslocava diariamente do sítio para a cidade para exercer suas atividades no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales (onde atualmente exerce a função de presidente), e sua esposa, Maria, bordadeira, tinha já uma clientela significativa (inclusive de municípios mais distantes) e a moradia urbana facilitaria sua atividade comercial. Apesar de Wilson ter reduzido sua jornada de trabalho no sítio, continua contribuindo com algumas atividades produtivas, pelas quais são responsáveis seus dois filhos.

Outro caso de deslocamento diário da área urbana para o trabalho agrícola na área rural é o de Wilson Nishimoto, cuja esposa é funcionária pública, responsável pelo funcionamento de um Posto de Saúde. Wilson se desloca, segundo ele, “de segunda a segunda” para o trabalho na propriedade da família, onde hoje vive apenas sua mãe, de 75 anos, que se recusa a viver na cidade. Os filhos que vivem nos arredores, então, revezam-se na tarefa de pernoitar com a mãe, não permitindo que ela durma sozinha. Outros diversos casos de sítiantes que se deslocam diariamente para o trabalho agrícola na área rural foram mencionados durante as entrevistas.

Encontramos, entretanto, não apenas casos de famílias extensas que se separam entre as áreas urbana e rural (como a família Nishimoto), como também famílias nucleares que optam por fazê-lo. É o caso de um sitiante, amasiado, que possui uma casa no sítio de seu pai,

⁵⁷ Segundo o sitiante, outras das razões que levaram a família a se mudar para a área urbana da cidade foram o desejo de sua esposa de diminuir o acúmulo de atividades que recaía sobre ela, que se desdobrava entre o trato dos cultivos e as atividades domésticas (assim disse Zenaide Preti: “se ficasse lá tinha que trabalhar, estava trabalhando até hoje”), e a necessidade de liberar sua casa no sítio para uma família de parceiros, já que Preti e Zenaide tiveram apenas duas filhas mulheres, e solteiras, que adquiriram profissões urbanas.

onde a esposa, cidadina que trabalha em um consultório médico no centro da cidade de Jales, e a filha, passam apenas alguns dias da semana. O sitiante, além de afirmar não gostar da vida na cidade, se recusa a deixar os pais, também com idade entre 70 e 80 anos, vivendo sozinhos⁵⁸. E sua esposa acha arriscado realizar o trajeto diário necessário do sítio até a cidade, atravessando a rodovia Euclides da Cunha, rodovia de mão dupla conhecida como a “rodovia da morte” pelo alto número de acidentes com vítima, em companhia de sua filha pequena, que é então cuidado por sua mãe, avó materna da criança, que vive na cidade.

Mas se a adaptação ao deslocamento diário é possível, econômica e emocionalmente, para alguns, para outros não. Uma sitiante nos conta, por exemplo, que o quinhão de terras que seu marido herdou de seu sogro (ainda em vida) não possuía uma moradia, e que quando começaram a tocar sua produção independente foram morar na área urbana e se deslocavam diariamente para o sítio. Entretanto, seu marido conta que não suportou os altos custos da vida na cidade naquele período de dificuldades com o trato de sua parreira:

A gente morava na cidade e vinha trabalhar aqui no sítio todos os dias. Aí meu marido falou: “Não vai dar certo.” Ele tinha feito esse barracão já para guardar os implementos, falou: “Nós vamos ter que vender a casa na cidade e construir no sítio. Porque esse negócio de vai-e-volta, vai-e-volta todo dia...” Aqui no sítio a gente não paga aluguel, não paga... A gente só paga a energia, porque água você não paga, você puxa. E lá tinha que pagar tudo, IPTU, etc. Então, era um gasto que a gente não estava conseguindo tirar, sabe, daqui da... Porque não estava produzindo o quanto a gente pensou. Aí foi desgastando a gente, desgastando o nosso patrimônio. A gente teve que vender a casa da cidade para ir comendo e para tentar consertar o erro, o estrago. (Entrevista realizada em dezembro de 2010, Urânia/SP)

Outros agricultores também mencionaram o problema do alto custo de vida na cidade como um empecilho a estabelecer moradia aí. Entretanto, a escolha do local de residência não leva em conta apenas um cálculo monetário, um pensamento que se refere a ganhos e perdas materiais, mas se explica também pela questão do “costume” com o ambiente, e da “qualidade de vida”. Retornaremos a esse assunto no sexto capítulo da tese, onde discutiremos esta e outras questões que se relacionam mais diretamente com as características culturais destes sitiantes.

Além destes casos de sitiantes que vivem na cidade e se deslocam para o sítio diariamente, há também casos de membros das famílias que passam a trabalhar na cidade e continuam residindo no sítio. Este fenômeno é mais comum entre os jovens, membros dessa geração que nasceu num campo mais afetado pelas transformações decorrentes do intenso

⁵⁸ O agricultor tem, inclusive, um terreno na cidade e se recusa a pensar em construir uma casa e viver lá. Afirma que a compra do imóvel teve mais a intenção de servir como um investimento.

contato com a cidade. Mas há também casos de membros da segunda geração das famílias de sitiantes que, descontentes com os baixos rendimentos da produção agrícola ou desiludidos pela baixa produtividade decorrente de dificuldades no manejo das culturas ou de desastres naturais que afetaram a produção, procuraram empregos urbanos enquanto outros membros seguiram trabalhando no sítio. É caso interessante o do agricultor Carlos Alberto Morandim, que, depois de uma safra de pouca produtividade de sua parreira, passou a trabalhar na Cooperativa Jales, que distribui alimentos produzidos pelos sitiantes da região, enquanto seu filho assumiu a responsabilidade pela produção agrícola, em companhia de sua mãe. Há também casos em que uma família nuclear inteira, parte de uma família extensa de sitiantes, continua a estabelecer moradia na propriedade da família apesar de todos os membros desenvolverem atividade produtiva na cidade. Como a família da filha de Paulo Riga: ela e o marido são comerciantes no centro da cidade de Jales e continuam a viver numa casa na propriedade de Paulo, na área rural do mesmo município.

As áreas rurais, ademais, servem como local de residência não apenas para membros de famílias de sitiantes que encontram empregos urbanos, mas também para cidadãos que já não dependem mais de rendas agrícolas ou que nunca dela dependeram. Segundo os relatos de diversos entrevistados, tem sido cada vez mais comum o retorno de aposentados para viver nos bairros rurais da região. Alguns sítios, assim, tem se transformado em pequenos loteamentos de chácaras, onde os proprietários podem gozar de maior qualidade e menor custo de vida (questões que passam a ser valorizadas sobretudo pelos aposentados em função do baixo valor da aposentadoria e dos maiores cuidados necessários à saúde em função do adiantado da idade), reviver hábitos rurais como o trato de hortas, a criação de galinhas e porcos, e, algumas vezes, manter-se próximos de outros parentes que continuaram vivendo nos bairros rurais da região.

As observações quanto às diferentes opções de moradia dos sitiantes evidencia, portanto, que apesar de alguns membros de famílias nucleares que vivem na área rural, ou mesmo de famílias nucleares inteiras ligadas a famílias extensas de sitiantes, optarem pela vida na cidade, mais recorrente do que a mudança de todo um grupo familiar (nuclear ou extenso) é a mudança de apenas alguns membros, enquanto outros seguem vivendo e produzindo no sítio. Destacou-se também o problema do alto custo de vida nas áreas urbanas, bem como o problema da dificuldade de adaptação à vida em um ambiente com uma organização social e espacial tão distintos como importantes empecilhos à generalização do padrão de moradia urbana para famílias de pequenos agricultores.

Assim, apesar do fenômeno relativamente novo dos citadinos (sobretudo, mas não exclusivamente, aposentados) que passam a viver em áreas urbanas, afirmamos que não se trata, na região, de um fenômeno generalizado. A população que ocupa os bairros rurais da microrregião de Jales é quase inteiramente composta de famílias de sitiantes.

Um último dado apresentado no sentido de reforçar a importância do mundo rural para a microrregião de Jales é que, a despeito da drástica diminuição da população rural e do volume da produção agropecuária nos municípios da região, sobretudo após a geada de 1975, o setor primário mantém-se como importante empregador. No quadro abaixo vemos que esse setor emprega mais na MRG de Jales do que no conjunto do Estado e São Paulo e também no Brasil.

Tabela 15

Setores de atividade da economia	Brasil		Estado de São Paulo		MRG de Jales	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e de pesca	11.621.272	18	810.822	5	17.218	27
Indústria de transformação	7.556.550	12	2.560.472	17	4.745	7
Indústria da construção civil	4.283.297	7	1.038.769	7	4.234	7
Outras atividades industriais	750.651	1	120.213	1	531	1
Comércio de mercadorias	8.942.671	14	2.165.630	14	8.551	13
Transporte e comunicação	2.918.400	4	798.876	5	2.416	4
Serviços auxiliares da atividade econômica	2.397.100	4	807.863	5	1.234	2
Prestação de serviços	12.216.752	19	3.122.237	21	11.381	18
Social	6.410.840	10	1.522.497	10	5.445	8
Administração pública	3.086.808	5	560.108	4	4.346	7
Outras atividades	5.445.552	8	1.562.157	10	4.359	7
Total	65.629.893	100	15.069.644	100	64.460	100

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Por outro lado, o estudo detalhado que fez NARDOQUE (2007, p. 67-241) sobre a estrutura fundiária, o movimento de população e a atuação de diferentes setores da economia em cada um dos municípios da MRG demonstra que, para 7 municípios componentes dela o setor primário emprega mais de 50% da população economicamente ativa (Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Paranapuã, Pontalinda, Santa Salete e São Francisco) sendo que em apenas um deles podemos supor que o maior empregador seja a Usina, e não a pequena agricultura, e falamos do município de Mesópolis, aquele onde houve a maior expansão do cultivo. Para outros 7 municípios o setor emprega entre 40 e 50% da população economicamente ativa (Aspásia, Dirce Reis, Marinópolis, Palmeira D'Oeste, Populina, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa), e sugerimos que em apenas um deles o maior empregador seja a Usina, e não a pequena agricultura, caso do município de Populina, nas proximidades da Usina Colombo.

Em apenas dois municípios outro setor da economia emprega mais do que o setor primário: é caso dos municípios de Jales e Santa Fé do Sul, cuja maior parcela da população economicamente ativa (38,9 e 36,3%, respectivamente) está empregada no setor terciário. O fenômeno é explicado pelo fato de que ambos os municípios servem como pequenos centros comerciais para os municípios dos arredores, onde predomina o setor primário. O setor secundário não tem presença destacada em nenhum dos municípios da microrregião.

A análise de alguns dos dados do Censo Agropecuário do IBGE e a transcrição de alguns destes dados no espaço (por meio da confecção dos mapas aqui apresentados que, por não seguirem o rigor cartográfico que exige o apontamento da escala, foram chamados de “figuras”) a princípio serviram para confirmar as hipóteses de uma resistência da pequena agricultura da região. Entretanto, apenas a imersão em campo me fez compreender os sentidos que expressavam e os fenômenos sociais e econômicos que os explicavam.

Eles apontam algumas evidências importantes para a reflexão que aqui nos propomos, tais como: o crescimento das propriedades com área de até 10 ha, expresso nos dados do último Censo Demográfico do IBGE; o crescimento da produção de leite, apesar da redução do volume de gado bovino; embora tenha diminuído a produção de cultivos antes essenciais para a sobrevivência das famílias, como o café, o algodão e o gado, cresceu a produção de outros cultivos agropecuários, alguns dos quais já apontavam na região no passado, como a laranja e banana, e outros que despontaram como estratégia produtiva nos últimos anos, com destaque para o caso da uva e da borracha, informação que ressalta a importância da diversificação agrícola e da reconversão das estratégias produtivas realizada pelos sítiantes. Por outro lado, observamos que a Usina ainda avançou pouco sobre as pequenas propriedades, tendo se territorializado sobre uma área preservada em mãos de rentistas, e arrendando primeiro as grandes propriedades cotonicultoras, depois as grandes propriedades pecuaristas e, apenas mais recentemente, avança sobre as pequenas áreas de pecuária e horticultura. O movimento de população, também atesta a vivacidade do mundo rural: a população rural da MRG de Jales é superior ao conjunto do Estado de São Paulo e pouco inferior ao índice observado no conjunto do país e o setor que mais emprega na região ainda é o setor primário.

O contexto delineado através desse capítulo sugere que a MRG de Jales se sustenta por uma “trama espacial” predominantemente rural, ademais do avultamento do fenômeno urbano

e das consequências da modernização. Os dados aqui apresentados, quando somados aos também apresentados por NARDOQUE (2007) na análise do fenômeno urbano na região reafirmam a força dessa “trama espacial rural”. O autor destaca que “somente quatro municípios da região não tem a atividade agropecuária como maiores valores adicionados” (p. 274-275), sugerindo que o capital que circula pela cidade tem origem nos rendimentos produzidos pelo setor primário.

O que seria essa “trama espacial e social”? Esse termo é desenvolvido por Maria Nazareth Baudel Wanderley partindo do termo “trama espacial” desenvolvido por Bruno Jean para analisar as pequenas cidades canadenses e inspirado no pensamento de Henri Mendras para quem “a sociedade das pequenas cidades está na mesma trama dos povoados e do meio rural” (MENDRAS apud WANDERLEY, 2009, p. 317). Ressaltando a dimensão social que sustenta a organização do espaço, Wanderley, então, pensa na ideia de uma “trama espacial e social” e faz um estudo preliminar bastante interessante para o caso das pequenas cidades pernambucanas. Para ela, essa trama predominantemente rural é tecida pelo entrelaçamento de 5 dimensões complementares: a) uma pequena cidade que é sobretudo o centro do poder municipal; b) um espaço precário se levados em conta os recursos disponíveis, consequência da concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos; c) a importância do mundo rural e suas qualidades (povoamento reduzido, predominância das paisagens ‘naturais’ e das relações sociais de interconhecimento) e das atividades agropecuárias na reprodução da cidade; d) o modo de vida dominante, tomado em suas manifestações concretas e nas representações que faz dele a população local; e) a dinâmica da sociabilidade local, que envolve os conflitos, alianças e associações e também a percepção do espaço “tal qual reiterado pela memória coletiva, dos indivíduos, famílias e grupos sociais e que também funciona como elemento constitutivo de uma identidade local” (p. 318).

Seguindo as trilhas deste pensamento, levantamos no primeiro capítulo algumas considerações sobre a memória coletiva, a história, a trajetória destas famílias. Neste segundo capítulo nos remetemos a alguns aspectos da economia e da população. Na segunda parte desta tese, seguiremos tentando desvendar a “trama social” que faz desse um espaço predominantemente rural, sustentado, então, pela resistência dos sitiantes em fazer do campo um “espaço de vida”.



Foto 12. Unidade Santa Albertina da Usina Colombo, a única indústria sucroalcooleira instalada no território da MRG de Jales. Fonte: site da empresa, <http://www.acucarcaravelas.com.br/site/galeria/images/gallery1/org/3.jpg>



Foto 13. Ao fundo, porção de terras da propriedade da família Ruza que foi arrendada para a Usina Colombo, para o plantio de cana-de-açúcar. À frente, toras de madeira que eram utilizadas como cerca em parte da propriedade arrendada, e que foram retiradas. Município de Mesópolis-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 06/02/2012



Foto 14. Mudanças de cana-de-açúcar recém-plantadas em pequena propriedade. Margens da Rodovia Armindo Pilhalarmi, município de Santa Albertina-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 17/07/2011



Foto 15. Em primeiro plano, a prainha de Santa Albertina-SP. Ao fundo, o Estado de Minas Gerais. A localização da região nas proximidades de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul favorece o escoamento da produção. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 17/07/2011.



Foto 16. Vista da ponte que divide os Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. É por onde circulam gado de corte e outros produtos agropecuários produzidos na MRG de Jales que tem como destinos este e outros Estados do Centro-Oeste do país. Paranaíba/MS. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/09/2010.



Fotos 17. Wilson Donda cortando uma laranja de seu pomar para nos ofertar. A produção de laranja vem crescendo na região desde a década de 1950. Córrego do Quebra-Cabaça II, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 25/07/2010



Foto 18. José e Dalvina Tanaka, ao lado do tanque de resfriamento do leite na propriedade da família. Município de Santa Albertina-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 13/07/2011.



Foto 19. Paulo Riga ao lado de parreira de uva do tipo benisue. O produtor tem cerca de dois mil pés de uva entre diferentes variedades (linda, morena, benitaca, itália, rede globe, niagara e benisue). Por Beatriz Medeiros de Melo, em 15/12/2010.



Foto 20: Em primeiro plano, a plantação baixa é de mandioca, e está na propriedade de Maria Machado para servir ao sustento da família e dos animais. Ao fundo, seringal que está propriedade de seu pai, Gonçalo Machado. O produtor foi um dos primeiros sitiantes da região a cultivar o produto que hoje figura entre as estratégias de diversificação dos sitiantes da região. Córrego do Coqueiro, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 20/09/2010.



Foto 21. A cerca à direita divide dois sítios cujas moradias estão bastante próximas uma da outra. Ilustra a forte presença da pequena propriedade na região. Margens da Estrada Rural do Córrego do Quebra-Cabaça II, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 23/07/2010.



Foto 22. Vista da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães para o laranjal plantado no limite entre a área urbana e rural no município de Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 23/07/2010.



Foto 23. Acesso da Rodovia Jarbas de Moraes para área urbana do município de Santa Albertina/SP. À beira da rodovia, vemos moradores transitando entre a área rural e a área urbana e plantações de laranja e outras árvores frutíferas pelas margens. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 29/07/2010.

SEGUNDA PARTE

**O sitiante num contexto de mudanças:
resistência e vulnerabilidade**

3. Produção:
modos de fazer e estratégias produtivas

Depois de um cuidadoso retorno ao passado e de uma contextualização mais geral sobre as características da MRG de Jales e suas diferenças internas, chegamos nesta Segunda Parte da exposição ao momento de conhecer a dinâmica das pequenas propriedades. Levantaremos neste Terceiro Capítulo diversos aspectos que contribuem, de um lado, para a resistência da pequena agricultura em alguns municípios da região, e outros que tem determinado a escolha pelo arrendamento nas áreas mais próximas à Usina. Seguindo a preocupação de analisar o processo de resistência/adaptação, nos remeteremos aos problemas relativos à inserção no mercado e ao processo de construção dos “modos de fazer” próprios dos sitiantes de extremo noroeste, por meio dos quais as “escolhas produtivas” são tomadas. Num primeiro momento (itens a, b e c do texto a seguir), trataremos de fenômenos e lógicas que afetam/expressam de modo generalizado a dinâmica de organização dos sítios da região. Num segundo momento (itens 3.1 e 3.2.) apresentaremos e discutiremos temas que são próprios a cada uma das áreas eleitas para a comparação a que se propõe esse estudo.

a) A inserção no mercado e os problemas associados à matriz produtiva

Uma das características distintivas dos sitiantes do extremo noroeste paulista em relação a outros grupos de camponeses brasileiros é a generalizada inserção no mercado. Trata-se de um grupo que, diferente daqueles que vivem em regiões de ocupação mais antiga, como a região Nordeste do país, chegaram ali num contexto de generalização das relações capitalistas no campo (LEITE, 1989, p. 32-33). Embora, como afirmamos no primeiro capítulo, seus ascendentes imigrantes tenham uma origem rural que, supomos, pode também ser aquela do camponês tradicional, cuja economia estava ligada estritamente à subsistência, a geração que ocupou a região do noroeste paulista vivenciou um contexto bastante diferente. Atravessou um primeiro período de intensa subordinação aos grandes latifundiários cafeicultores, quando na condição de colonos dividiam seu tempo entre a produção de café nas propriedades dos grandes fazendeiros, destinada à comercialização – pela qual recebiam, num primeiro momento, uma parcela dos rendimentos e, mais tarde, um salário fixo – e a produção para subsistência das famílias, realizada nos quintais das casas de colônia ou nos corredores dos cafezais (MORAES SILVA, 2008). Num segundo momento, com os rendimentos do trabalho como colonos conseguiram adquirir uma pequena propriedade,

livrando-se das teias de subordinação tecidas pelos latifundiários para passar a uma subordinação direta ao mercado (MARTINS, 1973).

Nesta transição, os tempos de produção passam a ser guiados não mais pelo tempo natural do desenvolvimento das espécies que cultivam, mas sobretudo pelos tempos do mercado, derivando daí a “artificialização e desnaturalização das atividades agrícolas e a descosmicização e racionalização de seus tempos de produção” (ECHEVERRIA, 1993, p. 147). Intensamente dependentes das rendas proporcionadas pelos cultivos comerciais, os sitiantes tornaram-se dependentes, também, de técnicas que possibilitam aumentar a produtividade, controlar a disseminação de pragas, e produzir em períodos climáticos de menor produção (como no inverno, que, apesar de quente, é bastante seco na região, exigindo o uso de técnicas de irrigação e de hormônios de crescimento). Assim, a integração ao mercado impôs uma dependência não somente por tornar os agricultores dependentes do mercado de preços dos produtos agrícolas, determinados pela lei da oferta e da procura, mas também do mercado de insumos agrícolas. Fernando Loureço (2001, p. 13-14) nos lembra que a modernização de que estes agricultores são herdeiros, e que guia parte importante de seus “modos de produzir”, antes de ser herança do processo de modernização agrícola que toma força em 1960, é também herdeira da Doutrina Agrônômica planejada pela “ilustração brasileira” desde o Brasil colônia.

Na região em estudo observamos que é bastante comum que os sitiantes busquem orientação sobre uso de insumos e fertilizantes com os engenheiros agrônomos das próprias lojas de produtos agropecuários da região, e, desse modo, parte importante das práticas e técnicas produtivas torna-se refém da sugestão de funcionários cuja preocupação, sabemos, não tem como alvo as reais necessidades dos sitiantes e sua lavoura. Essa intensa dependência é revelada no episódio narrado pelo proprietário de uma distribuidora de alimentos da região:

X.: Um dia, eu estava numa loja de insumos, chegou de tarde o cara perguntou o que eu ia fazer. Ele me convidou pra fazer um churrasquinho... “vai ter uma palestrinha”. E começou uma palestra da empresa. Chegou e falou: “Então nós temos o produto que dá mais faturamento pra empresa...” É aquele produto melhor, o que dá faturamento e vende que nem água. “E então pra cada venda, 20% é de vocês, do valor.”

Pesquisadora: Só para os vendedores?

X.: É! E como tinha muita reclamação dos vendedores, que eles [a empresa produtora] passavam comissão para o dono da loja e ele não repassava [aos vendedores], eles mudaram. “Vai depositar direto na conta dos funcionários a comissão”. Está rico! Um produto que é fácil de vender e você vai ganhar 20%! Só que é o seguinte: tem o primeiro [produto], o segundo, o terceiro e assim vai. Os produtos mais vendidos. Então, pra você ganhar 20% daquele de cima [o primeiro],

tem que vender todos os produtos embaixo, aqueles produtos que não é marca conhecida. Então o produtor vem e você tem que empurrar o produto para o cara.

Pesquisadora: É uma mesma marca que vende todos os produtos? É isso?

X.: É um fabricante que tem um produto e mais dez. Ele tem vinte produtos, mas só que o que ele mais vende é o primeiro. Para o primeiro ele paga 20% de comissão...

Pesquisadora: Desde que ele venda os outros junto?

X.: Desde que ele venda aqueles embaixo. E tem que cumprir toda meta pra poder ganhar pela venda do primeiro produto. Então você chega lá e os caras vendem aquele lá. “O produto é bom”, e empurra, pega um produto que não tem nada a ver e empurra pra você. (Entrevista realizada em dezembro de 2010, Jales/SP)

A generalização dessa matriz produtiva, além de colocar o sitiante numa situação de extrema sujeição e vulnerabilidade em relação ao mercado e seus agentes, é também responsável pela elevação dos custos de produção. O intenso uso de agrotóxicos (que teve impulso sobretudo a partir dos processos de modernização da agricultura da década de 1970) associado à prática de uma agricultura intensiva, tem sido responsável pelo surgimento de novas e numerosas pragas, impondo a necessidade do uso de um número elevado de químicos corretivos e preventivos (TOKESHI, 2002). São generalizadas as reclamações quanto ao preço e a quantidade de insumos e defensivos necessários ou supostamente necessários à produção.

Olímpia Barizon: O veneno é muito caro, tinha que ser um veneno mais barato.

Pesquisadora: Que veneno vocês usam?

Olímpia Barizon: Tem tantos! *Os agrônomos que falam*. Eles vão ver as laranjas e falam quais deve usar. Tem veneno de tudo quanto é jeito: tem para florada, tem para ferrugem, tem para várias coisas. Cada um é dum jeito. (Entrevista com Olímpia e Candido Barizon, 14/07/ 2009, Santa Salete/SP).

Quanto aos riscos do intenso uso de agrotóxicos tanto para sua saúde e de sua família como para o consumidor, os sítiantes os reconhecem. Foram citados diversos casos de enfermidades e de episódios de toxidade causados por seu uso intenso. Quanto aos riscos ao consumidor, eles também reconhecem os cuidados a serem tomados, sobretudo quanto ao respeito ao prazo de carência no uso destes produtos, entretanto, nem todos respeitam as determinações indicadas pelos fabricantes. Como parte significativa de sua produção é direcionada para o consumo *in natura* no mercado interno, para o qual há uma exigência extremamente elevada quanto ao padrão de qualidade, muitos violam os prazos de carência, aplicando veneno até mesmo na véspera da entrega do produto aos compradores, para “garantir a produção”. Evidentemente, tais episódios foram narrados sempre em terceira pessoa. Há referências até mesmo a agricultores que não consomem os alimentos que produzem, carregados de agrotóxicos utilizados fora do prazo de carência.

Essa matriz produtiva que predomina na região é já chamada por muitos, paradoxalmente, de “agricultura convencional”, ou “tradicional” tamanha sua generalização. Essa agricultura “convencional” é contraposta às “novas” técnicas produtivas naturais e agroecológicas. E numa inversão produzida sobretudo pelas transformações impostas pelos processos de modernização da agricultura, o que antes era *tradicional* se torna *novo*, e a agricultura produzida pelo e para o mercado, associado ao campo científico, torna-se *tradicional*.

Trata-se de um modelo produtivo intensivo, baseado no desmatamento, no aproveitamento de cada rincão das diminutas propriedades e no uso de insumos e fertilizantes. A herança desta forma predatória de exploração da terra pode ser localizada, mesmo, nas origens nômades das populações paulistas, com bandeirantes e os povoadores que os seguiam. Como a terra era um meio de sobrevivência provisório, pois praticavam uma agricultura itinerante, não havia uma preocupação com um trato mais racional da terra (CANDIDO, 1971, P. 37, 44-45). Podemos dizer, também, que este tipo de agricultura provisória é herança, ainda, do modelo de agricultura praticado pelas grandes fazendas de monocultura do café, onde grande parte dos agricultores que hoje vivem na região estudada aprenderam as primeiras lições sobre modos de fazer na agricultura. Tal como a agricultura das populações nômades de outrora, os cafeicultores faziam um uso intensivo da terra, procurando áreas novas e mais férteis na fronteira agrícola a Oeste.

Apesar, entretanto, da força desse modelo produtivo, a transformação da condição de realização da agricultura dos sitiantes do noroeste, que passou a apresentar um sentido de permanência desconhecido pelos primeiros habitantes das terras paulista, fez surgir, nas consciências de muitos deles, a compreensão da necessidade de mudança nos modos de fazer. Já não há mais fronteira agrícola para os pequenos agricultores e nem mesmo contexto econômico favorável à compra de novos quinhões de terra (como poderemos observar ao longo desse trabalho) e, então, é preciso, sobretudo, conservar o solo para que ele sirva ao sustento das próximas gerações. Esta tomada de consciência, que ilustra uma forma de *recampesinização* (PLOEG, 2008), já estava presente em alguns sitiantes da segunda geração (os pais destes que hoje são responsáveis pela produção). Os irmãos Nishimoto (Sérgio e Wilson) contam que seu pai tinha uma grande preocupação com o uso intenso dos agrotóxicos, e chegou até mesmo a tentar uma transição para a agricultura agroecológica. Sem conhecimentos suficientes sobre as técnicas produtivas, realizou uma transição precipitada, acelerada, o que foi causa de uma grave crise econômica para a família. Wilson Nishimoto conta, também, que herdou de seu pai, ainda, a preocupação com a conservação do solo.

O ritmo da tomada de consciência da necessidade de mudança dos padrões de vida e produção foi diferente para uns e outros. O pai dos irmãos Nishimoto não tardou a perceber a transição. Entretanto, tantos outros precisaram de um tempo mais longo para apreender as transformações, ou foram levados, pelas necessidades econômicas, a violar preceitos de respeito ao meio-ambiente e equilíbrio agroecológico que já reconheciam. Sr. Gonçalo nos fala da consciência culpada que carrega por ter derrubado tantas árvores, dentre elas um imenso jatobá⁵⁹, para transformar nos dormentes que hoje sustentam a Estrada de Ferro Araraquarense, das motivações que o levaram a fazer as derrubadas, das consequências e das atitudes que tomou para reverter o mau que causou à natureza e à paisagem da região:

Quantas árvores eu derrubei! Uma vez eu falei para o compadre: “Ô compadre, nós derrubamos...” Eu derrubei uma aroeira uma vez, dessa altura! Eu pensei: “Ô crime derrubar um pau desses.” (...). Mas o homem mandou derrubar, nós estávamos ali para ganhar dinheiro, era a sobrevivência da gente, era lavar e vender. Mas eu falei: “Ô crime!”. Eu pensava comigo, mas o homem falava: ”Pode derrubar, eu quero vender.” Agora eu estou pagando. [risos] (Entrevista realizada em 22/09/2010, Jales/SP)

Eu tinha um Jatobá ali. Tinha um Jatobá ali que era uma referência. De Rosalina a gente via aquele Jatobá. Eu não sei o que me deu. Eu estava precisando de dinheiro, derrubei aquele Jatobá e vendi. Depois eu pensei: “Eu tenho uma dívida com esse pedaço de terra”. Eu plantei trinta mudas de aroeiras. Tem até pau- Brasil, Ipê roxo, Ipê amarelo. Está lá, umas quarenta árvores. Eu falei: “Eu tenho uma dívida com essa terra, eu vou fazer isso aqui ser um ponto de referência de novo.” De Jales para cá, o povo vai falar: "Não tem umas aroeiras à direita?" Essas aroeiras vão substituir o jatobá. (Entrevista realizada em 23/09/2010, Jales/SP)

Também os agentes do Estado foram adquirindo consciência das necessidades do novo contexto de fixação do pequeno agricultor à terra e instrumentalizando as instituições que atendem as populações rurais de tal consciência. Assim, os engenheiros e técnicos da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, passaram a orientar os sitiantes quanto à necessidade da prática de técnicas de conservação e correção do solo. A mesma Secretaria Estadual concedeu, por um longo tempo, por meio de um concurso organizado pelo Banco do Estado de São Paulo, o BANESPA, o Prêmio de Conservação do Solo à pequena agricultura. Mais recentemente (2000), o governo do Estado lançou o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que, em sua primeira versão (a segunda edição iniciou suas atividades neste

⁵⁹ Interessante notar que para alguns povos indígenas brasileiros, como os tupi-guarani, o jatobá está relacionado à origem do mundo. Mayra, o herói mítico dos tupinambás, “saiu de um pé de jatobá, em um mundo calcinado por um grande incêndio, plantando novamente tudo o que o fogo queimou. O seu grande feito foi a criação do povo tupi.” (LARAIA, 2005, p. 12) Embora a região não tenha sido ocupada por tupis, mas por Caingangues, da nação jê, imaginamos que os mitos construídos ao redor do jatobá possam também ter sido difundidos por essa região.

ano de 2012), teve como principal função reverter a degradação ambiental que pode ser observada nessa região de uma ocupação já não tão recente, preocupando-se tanto com a preservação dos mananciais quanto com a conservação do solo. O programa ofereceu aos sitiantes mudas para reflorestamento e proteção da mata ciliar, cercas para o isolamento da área, máquina de plantio direto (que revolve menos o solo, evitando a erosão) e incentivou a prática do terraceamento.

E, ademais da predominância do modelo produtivo “convencional”, alguns agricultores têm buscado formas de reduzir o consumo de agroquímicos. Maria Gonçalo, sitiante que vive no município de Jales, acredita que, apesar dos modelos de agricultura agroecológica exigirem um uso de mão de obra mais intensivo, sua prática é possível em pequenos cultivos. A sitiante e seu esposo utilizavam no cultivo da uva, por exemplo, a antiga técnica de ensacar os cachos de uva para proteger do ataque de pássaros e outros animais, ao invés de utilizar um agroquímico que veio substituir essa técnica, cujo uso é bastante disseminado entre os sitiantes da região. Também, em outro trecho de sua propriedade, com a orientação de técnicos da CATI e de informações recolhidas em revistas de agronomia, implantou o modelo dos *ciclos produtivos*, cujos princípios estão baseados numa agricultura de rotação preocupada com a reposição dos nutrientes retirados da terra. Assim, são plantados três produtos em sequência: um tipo de leguminosa (no caso de Maria, a vagem), que repõe nitrogênio no solo, uma produção estritamente comercial (nesse caso, o pepino), e na sequência, o milho, que tem uma propriedade higienizadora, eliminando do solo todo tipo de praga disseminada ou reproduzida por outros cultivos. Trata-se de uma técnica que alia sustentabilidade econômica e ambiental.

Outros agricultores mencionaram lições que aprenderam da agricultura natural, embora tantas vezes tenham dificuldades de implantá-las. José Antônio Morandim conta que teve notícia, num período em que estava plantando maracujá, de uma planta que elimina a praga que comumente ataca a raiz do pé deste fruto, mas que teve dificuldades para implementar seu uso sobretudo em função dos limites de tempo: era necessário aplicá-la durante um tempo mais ou menos longo na terra antes do plantio, e José Morandim tinha necessidade de um modelo produtivo que lhe garantisse retornos mais rápidos.

É generalizada a dificuldade de adaptação ao modelo de agricultura agroecológica. Entretanto, encontramos ao menos um caso (bastante reconhecido nas redondezas, o que confirma ser este um caso bastante isolado) de um sitiante que logrou realizar tal transição. Trata-se do agricultor Wilson Nishimoto, aquele cujo pai já havia feito tal tentativa no passado. Wilson pratica, desde o ano 2000, a “agricultura natural”, modelo instituído por

Mokiti Ocada, e seguido pela Igreja Messiânica, onde Wilson tomou lições de sua aplicação. O princípio deste tipo de agricultora é o de reproduzir os princípios biológicos da própria natureza no controle de pragas e nos processos de fertilização e adubação da agricultura. Assim, além de não utilizar nenhum tipo de defensivo agrícola químico, também não utiliza adubos orgânicos (como é o caso da agricultura *orgânica*), valendo-se algumas vezes de adubos vegetais e, com mais frequência, da própria mata como cobertura vegetal que ao mesmo tempo em que protege o solo, o fertiliza.

O volume de produção de Wilson, que trabalha somente com a ajuda eventual de sua mãe, uma mulher de 75 anos, é pequeno, todavia bastante diversificado. O sítio cultiva sobretudo hortaliças, em pequenas quantidades e de acordo com a estação climática e o gosto do consumidor local: chuchu, abobrinha, berinjela, quiabo, cenoura, alface, couve-manteiga, couve-flor, brócolis, cheiro verde, cebolinha, entre outros produtos. A intensa mão de obra exigida por este modelo produtivo o impede de ampliar a escala de produção. Por outro lado, Wilson hoje tem um mercado de escoamento de seus produtos garantido pelo aumento constante do consumo de produtos orgânicos.

Entretanto, como já afirmamos, Wilson Nishimoto é uma exceção e o modelo produtivo que predomina na região é o da agricultura “convencional”, sendo, então, generalizada a dependência dos sítios em relação ao mercado tanto para alcançar os fins de sua produção (a comercialização, que segue os preços do mercado) como para ter acesso aos meios que tornam possível a produção (maquinários, insumos e defensivos). Se esse processo de mediação realizada pelo capital na agricultura é, por um lado, responsável por certa “artificialização”, ele não consegue impedir, por outro, que os agricultores da região sofram com as intempéries do clima e tenham sua atividade limitada pela natureza. A agricultura, por definição, é uma atividade cujo desenvolvimento encontra seus limites no meio natural, apontado por Eric Wolf (1976, p. 108) como uma das *pressões seletivas* que se impõe sobre o campesinato. E, todavia a sociedade capitalista tenha avançado no sentido de controlar alguns destes limites – interferindo na fertilidade dos solos, no processo de maturação dos frutos, protegendo cultivos de algumas intempéries do clima – não se pode dizer que tenha logrado superá-los. Uma primeira explicação para este fato está no próprio limite do desenvolvimento da ciência e da técnica, mas também em seus interesses. Assim, para os produtos com maior valor comercial, certamente, foram alcançados maiores níveis de desenvolvimento de técnicas de produção (como é o caso da uva). De outro modo, o acesso a tais progressos é também seletivo, limitado a determinadas classes. Assim, enquanto viticultores de algumas regiões do país já utilizam em suas videiras o sistema mais avançado de proteção do cultivo,

impermeável e em formato de “Y”, que protege as uvas dos efeitos de chuvas, granizo e ataque de pássaros de modo mais eficaz, outros tantos nem mesmo possuem um sistema de proteção ou, quando o possuem, fazem uso do sistema mais arcaico das espaldeiras a céu aberto, cujo custo de instalação é cerca de 40% menor (INSTITUTO AGRONÔMICO, 2011).

Está em questão, então, tanto os limites do desenvolvimento da técnica quanto os limites de difusão e democratização de tais técnicas. Desse modo, os episódios de fortes chuvas e ocorrência de granizo, por exemplo, continuam a colocar-se como um limite intransponível para muitos dos pequenos agricultores do noroeste paulista. Rosemari Buzo, conta que um de seus maiores temores são as chuvas fortes: “Nós temos medo de dar uma chuva de pedra. Você nem sabe! As parreiras não estão cobertas. Não tem tela, então é a maior preocupação. Sé dá uma chuva de pedra, acaba com todos os cachinhos, *picota* as uvas” (entrevista realizada em 22/07/2010). Os episódios de videiras tombadas pela força das chuvas também se repetiram. Numa das visitas a um sitiante soubemos que ele perdeu quase toda a produção de sua parreira que estava já carregada, no ponto mais alto da maturação da fruta, o que lhe causou um prejuízo que deixará marcas na economia de sua família por um longo tempo. Mas o agricultor não mencionou o fato durante todo o tempo em que estivemos conversando sobre a agricultura naquela tarde. Soubemos dele por sua mãe, que nos contou como que em segredo, como que contando um assunto de fato bastante tenso, triste, daqueles em que se evita fazer referência.

Os limites no acesso a determinadas técnicas e progressos podem ser percebidos nas ilustrações abaixo. Da ilustração do percentual dos estabelecimentos agropecuários com tratores (figura 18), o que vemos é um foco de tecnificação localizado na região onde, como vimos no segundo capítulo, corresponde à região de mais antiga produção de cana-de-açúcar (os municípios marcados em vermelho). Quanto mais distante desse foco, menor o grau de tecnificação. Quanto aos sistemas de irrigação (figura 17), a microrregião de Jales está entre as localizações com maior número de estabelecimentos agropecuários que se utiliza da técnica, embora esteja distante da região onde ela é mais disseminada (o sudoeste do Estado, onde encontramos o grande cinturão produtivo da horticultura). O que, mais do que afirmar uma capitalização dos sítiantes do noroeste paulista, evidencia a dependência do uso da técnica para o sucesso dos cultivos agrícolas.

Figura 17

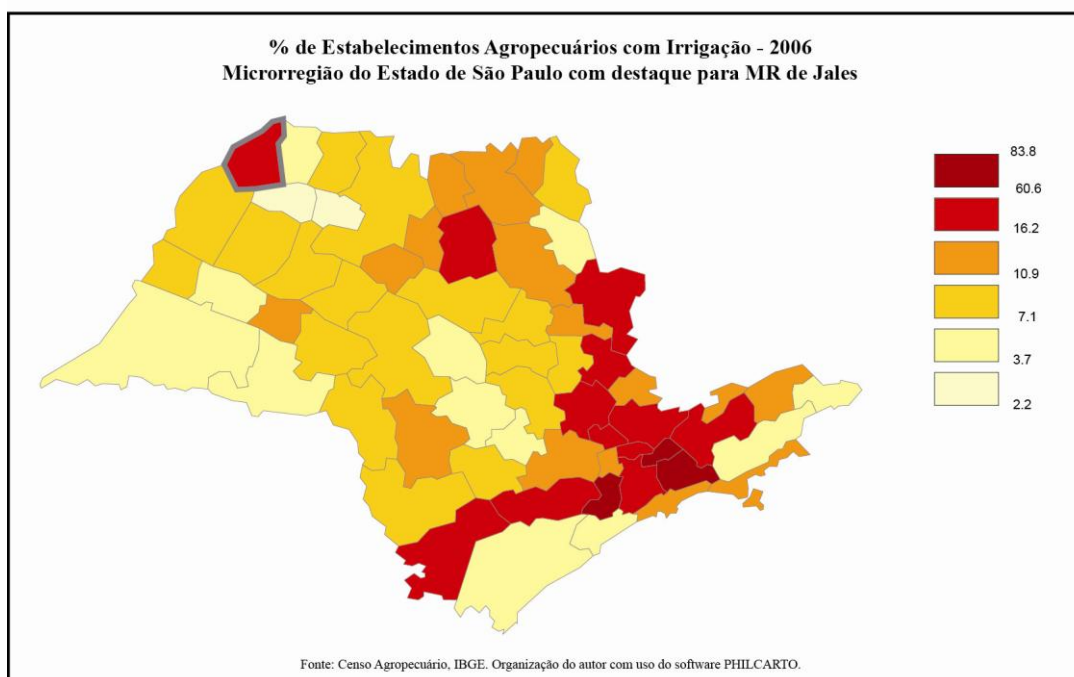
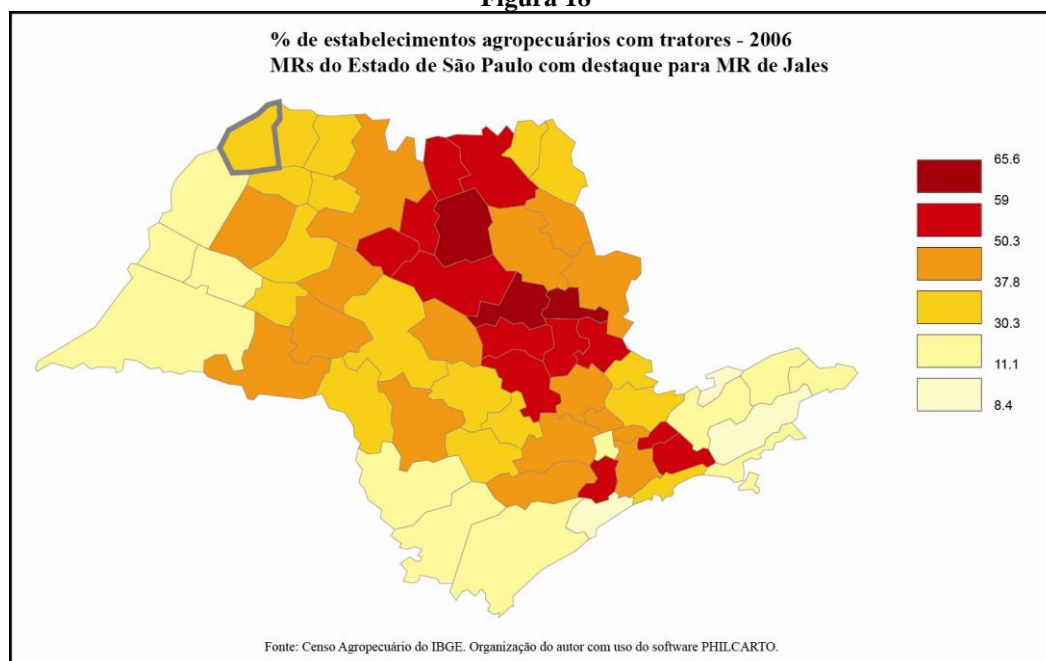


Figura 18



Está posto, assim, um primeiro problema para a análise das estratégias de resistência: os agricultores, apesar das experiências de transformação do modelo produtivo, continuam reféns das técnicas implantadas com a modernização agrícola, e por outro lado, trata-se do grupo em menor condição econômica de adequar-se a elas. Veremos com mais detalhes no capítulo sobre a comercialização, que em virtude dessa intensa dependência e sujeição, parte

do excedente que poderia ser apropriado por aqueles que logram aumentar a produtividade de seus campos de cultivo, são apropriados pelo capital e pelo Estado.

b) A construção de conhecimentos: educação formal e informal; a relação com o Estado, com os agentes do mercado e outros profissionais técnicos

As contínuas mudanças nos processos produtivos, além das consequências já mencionadas acima, impõe um novo desafio aos agricultores: a necessidade de constante atualização. Tal necessidade é imposta, ainda, pelas constantes mudanças no mercado dos preços dos produtos agrícolas, já que a produção para comercialização ocupa espaço importante como fonte de rendimentos que possibilitam a reprodução das famílias de sitiantes do noroeste paulista. Comparado, então, com a figura moderna do profissional especialista, o sitiante é a personificação do tradicional profissional generalista, aquele que necessita conhecer todas as etapas do processo de trabalho: a produção, a organização da mão de obra, a comercialização. Mas se tal característica antes era incorporada pelo pequeno agricultor com bastante naturalidade, sem apresentar-se como fonte de grandes preocupações, agora, diante da velocidade da descoberta e circulação de novos conhecimentos, lhe soa como algo forçosa e penosa.

Mas se essa necessidade assim é percebida, o é sobretudo para a primeira e a segunda geração dos sitiantes do noroeste paulista (os imigrantes e seus filhos, estes que hoje são os mais idosos da comunidade). Alguns membros da terceira geração contribuíram no sentido de aproximar estes diferentes tempos históricos: o passado das técnicas rústicas e do trabalho pesado e o presente da modernização agrícola. Foi nesta geração que se ampliou o nível de escolarização. A melhora do nível de vida dos agricultores – alcançado sobretudo durante o ciclo do café, que se estendeu na região até princípios da década de 1980 e teve momentos de preços bastante elevados, sobretudo no decorrer das décadas de 1960 e 1970 – aliada à fadiga hesitante causada por essa atividade (a agricultura), sujeita a tantas oscilações, e à valorização da escolarização, produto daquele momento histórico de modernização das relações sociais, fez com que muitos dos sitiantes tenham logrado construir condições favoráveis à escolarização dos filhos. Este foi um fenômeno bastante recorrente entre famílias de japoneses e seus descendentes, mas que não se limitou a esse grupo. Veremos que também entre famílias de descendentes de italianos, espanhóis e, mesmo, de migrantes nordestinos, houve um processo de ampliação do nível de escolaridade.

Bastante relevante, neste contexto, ainda, é o fato de que uma parte significativa daqueles que alcançaram os níveis técnico e superior optaram por cursos relacionados à grande subárea das Ciências da Terra, relacionadas sobretudo ao desenvolvimento técnico e científico da agricultura, como a área da Agronomia. As consequências deste processo são um tanto ambíguas: se por um lado, serviu para reforçar o modelo produtivo baseado na Revolução Verde⁶⁰, por outro, possibilitou que estes jovens realizassem a mediação entre o agricultor tradicional e o especialista dos estudos agronômicos desenvolvendo investigações que caminhavam na direção dos interesses de tais sitiantes, buscando soluções para limites técnicos relacionados a seu estágio específico de desenvolvimento e ao contexto climático e geofísico específicos do noroeste paulista. Por outro lado, apropriaram e transformaram numa linguagem científica conhecimentos já difundidos entre estes pequenos agricultores, já que suas investigações partiam muitas vezes dos procedimentos já adotados pelos sitiantes.

A relativa aproximação destes dois universos separados no tempo e no espaço, realizada por estes membros da terceira geração, gerou um “caldo de cultura” propício ao desenvolvimento de importantes avanços técnicos para os sitiantes. É o caso, por exemplo, dos resultados do estudo realizado por Antônio Augusto Fracaro sobre o desenvolvimento de uvas rústicas de entressafra, num momento em que a produção de uva fina decrescia exponencialmente na região. A possibilidade da produção de entressafra, segundo o engenheiro e as narrativas de diversos pequenos produtores na região, foi uma descoberta feita ao acaso por pequenos viticultores da região que, depois da geadas de 1975, podaram os pés de uva e os viram crescer entre os meses de junho e julho, período pouco favorável ao desenvolvimento desta cultura em outras regiões, mas, descobriram tais agricultores, possível nesta região do Estado por seu inverno menos severo, com temperaturas relativamente mais altas. O entusiasmo inicial que esta descoberta produziu, pela possibilidade de comercializar as uvas produzidas no período a um preço relativamente mais alto, não durou muito tempo: logo perceberam que as uvas finas de mesa, que eram tradicionalmente produzidas na região (das espécies rubi, Itália, benitaca, redglobe, etc.), apesar de se desenvolverem mesmo na entressafra, não alcançavam níveis satisfatórios de produtividade. A queda nos rendimentos das videiras levou muitos sitiantes a sucessivas crises, acarretando, novamente, a queda progressiva da produção na região. Antônio Augusto Fracaro, em sua tese de doutorado (FRACARO, 2004), fez experiências em parreiras da região de Jales e descobriu que um dos empecilhos à produtividade das uvas na região era o fato de os sitiantes do noroeste paulista

⁶⁰ LOURENÇO (2001) fala das escolas práticas e teóricas de agricultura, cujos primeiros modelos surgiram ainda na metade do século XIX como veículos de modernização da agricultura.

reproduzirem as práticas produtivas de viticultores da região de Jundiaí, porção do Estado de São Paulo com maior volume de produção da fruta. Sugeriu mudanças no cuidado das parreiras durante o período da brotação, a aplicação de um hormônio (o ethephon) que estimula a brotação, garantindo a produtividade da videira, e, por fim, recomendou a substituição das uvas finas de mesa por uvas rústicas, mais resistentes tanto à proliferação de pragas como às intempéries do clima. Depois da publicação de sua tese e da disseminação das práticas sugeridas nela, a produção de uva voltou a crescer.

Além desse fato mais evidente da contribuição dos membros da terceira geração para o desenvolvimento da pequena agricultura no noroeste paulista (e também em outras regiões de pequena agricultura do Estado, já que as descobertas de Antônio Fracaro foram difundidas e aplicadas também em outros municípios, como Pirapora, região de Jundiaí) é de se supor que este contexto de aproximação entre objeto e sujeito nas reflexões de filhos de sitiantes que se tornaram engenheiros e técnicos da área da agronomia proporcionou um contexto favorável ao desenvolvimento da agricultura de um modo geral. Uma parte significativa dos funcionários técnicos da CATI, e das secretarias de agricultura dos municípios, é composta por pessoas naturais da região e seus arredores. É o caso, por exemplo, de Sérgio Nishimoto, engenheiro agrônomo do município de Mesópolis e vereador no município de Jales, sobre o qual já fizemos referência nas páginas anteriores; Francisco de Paulo Garcia, engenheiro agrônomo do município de Santa Salete, cujo pai é produtor de milho e leite no município de Mira Estrela, pequeno município nas proximidades de Fernandópolis, pertencente à mesorregião de São José do Rio Preto, também no extremo Noroeste paulista; Eduardo Akamatsu, engenheiro agrônomo da prefeitura de Urânia, que reside e produz (frutas e hortaliças) no sítio de propriedade de sua família no mesmo município; Nilton Marques, engenheiro agrônomo que coordena o centro de Educação à Distância do município de Jales, onde é ministrado o curso para tecnólogo em Agricultura Familiar e Sustentabilidade⁶¹. Além destes que passaram a compor o quadro de técnicos da governança e administração municipal, outros filhos de agricultores com nível técnico e superior na área de Agronomia passaram a prestar serviço de assistência técnica aos sitiantes da região (como é o caso de Antônio Augusto Fracaro, a que fizemos referência acima), retornaram ao trabalho agrícola (como o caso de Wilson Nishimoto, que depois de se formar e trabalhar por alguns anos em outra

⁶¹ Não realizamos entrevistas com todos os funcionários técnicos da CATI e Secretaria Municipal de Agricultura. Todavia, estas primeiras evidências, encontradas ao acaso e sem dificuldades, já nos apontam a possibilidade de que estes não sejam casos isolados. De todo modo, apontamos que um estudo sobre a origem destes engenheiros agrônomos, as temáticas de seus estudos monográficos e os fatos que os levaram a pesquisas dessa natureza levantaria questões relevantes.

região, retornou à propriedade da família, e hoje produz hortaliças com do método da agricultura natural) ou passaram a trabalhar em outros ramos de atividades relacionados à agricultura (como o caso de Wilson Katayama, que depois de trabalhar também para órgãos públicos municipais e estaduais, ocasião em que cumpriu papel importante por exemplo na fundação da Cooperativa Jales, tornou-se um pequeno empresário do ramo de distribuição de alimentos).

A educação técnica superior, que passou a ser alcançada pelos membros da terceira geração em princípios da década de 1980, só era possível para aqueles que tinham condições de deslocar-se para outros municípios de São Paulo ou outros Estados⁶². A partir do final da década de 1990 acompanhamos um período de maior democratização sobretudo do ensino técnico (CUNHA, 2000, p. 55), quando se ampliou a oferta de cursos dessa natureza relacionados à agricultura no município de Jales. E embora estudos recentes tenham apontado que a maioria dos sitiantes da região tem o ensino superior incompleto (CLEMENTE, 2006, p. 11), nesse período certamente há um aumento da escolarização.

Nesse contexto, por um lado, alguns membros da terceira geração que se mantiveram vivendo e produzindo no campo voltaram a estudar, e, por outro, aumentaram consideravelmente as possibilidades de profissionalização da quarta geração no ramo da agricultura. No ano de 1989 foi inaugurada a Escola Agrícola de Jales (ETEC, administrada pelo Centro Paula Souza, uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia) que hoje conta com os seguintes cursos relacionados à agricultura: Agroindústria, Agronegócio, Agropecuária, Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Alimentos, Comércio e Produção de Cana-de-Açúcar. No ano de 2007 foram implantados, por diferentes instituições, dois cursos de nível superior (tecnólogo) relacionados à agricultura: o curso presencial de Agronegócio pela FATEC (Faculdades de Tecnologia, também administrada pelo Centro Paula Souza, citado acima); o curso semipresencial de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, pela Universidade Aberta do Brasil, ligado à UFSM (Universidade Federal de Santa Maria-RS). Embora o responsável pela direção da Escola Técnica afirme que a instituição falhou diante de seu objetivo fundador, o de fortalecer a pequena agricultura, já que hoje, segundo ele, a maior parte dos alunos matriculados não tem origem no campo, nossas observações em campo

⁶² Grande parte dos engenheiros agrônomos, filhos de sitiantes, que conhecemos, formaram-se em universidades públicas do Estado de São Paulo, como a Escola Superior de Agricultura da USP, em São Paulo (há 440 quilômetros de Jales), a Faculdade de Agronomia da UNESP, em Ilha Solteira (distante 100 quilômetros de Jales), a Faculdade de Ciências Agrárias da UNESP de Jaboticabal (há 300 quilômetros de Jales) e a Faculdade de Ciências Agrômicas da UNESP de Botucatu (há 400 quilômetros de Jales).

mostraram que o contexto criado por tais instituições foi capaz de realizar transformações importantes em alguns sítios. Ana Márcia Akamatsu, que estava cursando o nível técnico em Alimentos, e Sebastião Santim, que havia concluído há pouco o curso técnico em Agroindústria, iniciaram, a partir dos aprendizados tomados no curso, a atividade de indústria doméstica a partir dos produtos já cultivados em seu sítio. Sebastião Santim, explica a importância que teve o curso em lhe mostrar caminhos para o aperfeiçoamento da qualidade de seu produto (o vinho e o suco de uva). O agricultor demonstra, ademais, bastante clareza quanto à revalorização da esfera local nestes tempos de globalização: para ele, a vantagem comparativa possível ao sítio inserido no mercado é a da qualidade, e da exclusividade⁶³.

O que eu quero é ser profissional, não adianta expandir se não tem produto bom, não adianta. Quando tem produto bom é fácil você melhorar, tem procura. (...) Oferta e procura. Não adianta, você só tem procura quando teu produto é bom. E mesmo com bastante oferta, se teu produto é bom, você consegue vender. Agora se você não tiver um produto bom, mesmo com pouca ou muita oferta, você vai ficar enroscado, porque não vai vender. (...). Hoje, com a globalização que tem aí, principalmente com o Mercosul, o negócio é o seguinte... Por exemplo, o vinho, um vinho com essa qualidade, tem um vinho chileno ou argentino e você tem um que tem pouca diferença desses. O cara vai largar de tomar? Não! Tem que ter concorrência, tem que ter competitividade, senão o cara não vai largar. Com essa globalização tem que se profissionalizar e melhorar. (entrevista realizada em 17/12/2012, Jales/SP)

Sebastião Santim e Ana Márcia Akamatsu são também membros da terceira geração que começaram a estudar já depois de casados, com família constituída e trabalhando no sítio. Mas há também casos de membros da quarta geração se interessando por cursos técnicos e superiores relacionados à agricultura, como Elis, filha de Maria Gonçalo. A jovem está cursando o ensino superior em Agronegócio da FATEC, desenvolvendo uma monografia sobre a industrialização artesanal da geleia de amora, retomando o projeto iniciado por sua mãe há alguns anos atrás, que, entretanto, não teve êxito em função dos limites de capital para o investimento inicial e para adequar-se às regras da vigilância sanitária. Maria, mãe de Elis, acredita que sua filha será herdeira não só do patrimônio material da família, mas que continuará reproduzindo o sonho de seus ascendentes, de seguir vivendo e produzindo no campo.

Entretanto, se os membros da terceira geração e, mais recentemente, da quarta geração tiveram papel importante no desenvolvimento de algumas técnicas, só encontraram condições de fazê-lo em virtude de todo o conhecimento que lhes havia sido transmitido de seus pais e avós, de todo o saber-fazer que lhes fora ensinado pelas gerações anteriores. Paulo Riga,

⁶³ Da revalorização do mundo rural e dos produtos agroecológicos e da pequena agricultura trata o artigo de CARNEIRO (1996) dentre outros artigos já citados aqui, como o de SILVA (2001).

sitiante da região, num esforço de reflexão sobre as diferentes aptidões desenvolvidas por cada uma das gerações, nos explica:

(...) quando está fazendo um serviço e não está dando certo, está muito lento, está atrapalhando, a pessoa tem que mudar isso aí. Mudar pra melhor, mais rápido, mais prático e parece que eles [a geração anterior à sua, dos imigrantes ou filhos de imigrantes que chegaram com seus pais] não tinham essa mobilidade de trabalho não. (...) Já na outra geração, na terceira geração da gente, já é mais assim, de tecnologia. Trabalhar com técnica de produção, digamos, análise do solo e trabalhar com adubação diferenciada. Na minha geração ia plantar o adubo no tanque do trator, na ponta dele saía semeando o adubo e semente. Nessa nova geração já não é assim, é tudo computadorizado: onde precisa adubo vai adubo, onde não precisa vai menos. Então, é tudo controlado o que a gente está fazendo, a terceira geração já faz isso. (Entrevista realizada em 14/12/2010, Jales/SP).

Caminhando na direção apontada pelas reflexões de Paulo Riga podemos construir uma imagem do processo de acúmulo de experiências que aconteceu entre as diferentes gerações de sítiantes do noroeste paulista, daquilo que caracteriza a experiência particular de cada uma das gerações e de sua importância para o processo de harmonização entre o homem, o espaço e sua história. A geração dos pais de Paulo Riga, em sua maioria com origem rural, cumpriram o importante papel de transmitir a seus filhos as técnicas mais primárias e costumeiras relacionadas ao trato da terra em geral, ao trato dos cultivos comerciais e alguns cultivos de subsistência em particular (experiência que traziam sobretudo do trabalho nas colônias de café da região central do Estado, mas também da experiência de seus pais em seus países ou regiões de origem). Entretanto, na Nova Terra pais e filhos vivenciaram juntos o processo de adaptação às peculiaridades do solo e do clima da região. Os pais, herdeiros de um tempo histórico onde as transformações aconteciam num ritmo mais lento e o mercado de produtos agrícolas apresentava relativa estabilidade, provavelmente sentiam-se mais amedrontados diante das mudanças, tal como hoje seus filhos sentem-se em relação a seus netos. A segunda geração foi, assim, aquela que, preparada pelos conhecimentos básicos sobre a agricultura herdado de seus pais, mais intensamente se desafiou a relacionar-se com aquele espaço estranhado, e, experimentando, foi construindo os conhecimentos sobre “os modos-de-fazer do sítiante do noroeste”. Estava, então, construído o pavimento sobre o qual seus filhos (a terceira geração) poderia avançar, aperfeiçoando o saber-fazer do sítiante por meio da reflexão detida sobre cada um de seus aspectos técnicos, realizadas através de cursos de nível técnico e superior, como os que apresentamos acima.

Essa segunda geração deixou como legado também importantes conhecimentos técnicos, alcançados pelas repetidas experimentações realizadas em suas rotinas de trabalho. Um deles foi o desenvolvimento (ou aperfeiçoamento) do pente com haste flexível para a

desbrota (ou desbaste) da uva. Este procedimento é realizado nos cachos de uva fina de mesa para eliminar alguns pequenos frutos germinados para que os remanescentes adquiram cor e formato de melhor padrão. A discussão sobre a autoria dessa “invenção” é um tanto controversa. É bastante comum ouvir dos sitiantes que o pente foi inventado por “um agricultor da região”. Outros dizem que foi um membro da família Nagata, conhecida família de sitiantes japoneses que iniciou a produção da fruta na região. Outros ainda, como o engenheiro agrônomo Gilberto, funcionário da CATI de Santa Albertina afirmam que “parte da ideia” veio do Paraná, onde já se usava um pente com haste de plástico, e que na região de Jales houve (assim, sem se referir à autoria) um aperfeiçoamento da técnica, utilizando uma haste de metal, flexível, com o pente de plástico. Na “história oficial”, de outro modo, a única referencia que encontramos à autoria da invenção a atribui a dois pesquisadores ligados ao Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), que a desenvolveram no ano de 1974 (BULISANI, 1999). Em 1975 a apresentaram num congresso no Chile e em 1976 dois japoneses a patentearam. Ademais da discussão controversa da autoria, as evidencias em campo apontam, no mínimo, que esta pode ter sido uma técnica que tenha surgido em diferentes lugares, por diferentes “inventores” e que pequenos agricultores podem também ter participado do processo de invenção-aperfeiçoamento. O uso do pente no trabalho de desbaste do cacho de uva possibilitou, em todas as áreas, a diminuição significativa (em até 20 vezes, segundo alguns relatos) do tempo utilizado nessa tarefa, possibilitando a ampliação das áreas de cultivos e o incentivo à produção deste cultivar.

Além da participação no desenvolvimento do pente, os sitiantes dessa geração descobriram, pela junção de possibilidades ofertadas ao acaso e experimentações repetidas, a possibilidade da produção da uva de entressafra, como citamos acima. Outra evidência de que a experiência acumulada pelos sitiantes é fonte da consolidação de importantes conhecimentos sobre técnicas de produção é a frequência com que as pequenas propriedades são buscadas como locus de investigações e observações de pesquisadores consolidados e também como ambiente para realização de estágios para estudantes em fase de iniciação científica. Em algumas propriedades tivemos mesmo dificuldade de aproximarmo-nos para a realização de nossa pesquisa, tamanho o incômodo que essa procura constante causa em muitas famílias.

Outra importante via de construção de conhecimento entre os sitiantes é a comunicação entre os vizinhos. A intensa troca de informações sobre técnicas de produção, adaptação de cultivos ao clima e ao solo, programas públicos de incentivo ao cultivo de determinados produtos, preços de equipamentos, insumos e dos produtos cultivados, entre

diversas outras informações sobre técnicas e o contexto político e econômico que afeta a produção, é um fator que contribui para o processo produtivo, na medida em que dissemina o conhecimento. José Antônio Morandim narra os grandes progressos que alcançou depois que um vizinho, em uma visita a sua propriedade, sugeriu mudanças em seus procedimentos na produção da uva:

Quando a gente mexeu com uva... Sempre mexeu, né. Aí teve uma época que eu gostava de deixar minha parreira muito limpa, eu trabalhava com grade, deixava limpinha, carpia... E vinha um japonês e falava que tinha que deixar um pouco de massa, de matéria orgânica. Mas a minha cabeça era contra. Aí um dia veio outro japonês e, conversando, ele falou que eu estava acabando com a minha terra, não tinha mais minhoca, estava ficando dura, estava perdendo matéria orgânica. “Deixa e roça”, ele disse. Foi meio contra a minha vontade, mas eu comecei a deixar. Daquele ano pra cá, faz vários anos, foi deixando, roçando só um pouco. Menina, você pisa lá a terra é fofa, melhorou! Não esquenta tanto a terra porque o sol bate no mato primeiro. Se você pisa num lugar que não tem planta na hora do sol quente, você não aguenta e nem a planta, daí eu comecei a fazer isso. (Entrevista realizada 16/12/2010, Jales/SP)

A comunicação entre os agricultores é responsável, ainda, pela disseminação da produção de algumas culturas, o que, por consequência, aumenta, também, as possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas da região. Foi o que aconteceu com a uva. José Antônio Morandim conta que os Nagata, os primeiros a cultivarem a uva na região, passaram seus conhecimentos aos Fação, que, então, passaram aos Morandim, e, por meio dessa rede, a plantação da fruta foi tomando vulto na região. Sonia Donegá conta que aprendeu as técnicas de produção do tomate com seu vizinho, produtor experiente que visitava todos os dias a primeira parreira plantada pela família, observando, ensinando, corrigindo. Hoje Sonia e seu vizinho comercializam juntos a produção, de um volume considerável, eliminando a dependência em relação ao atravessador.

Na década de 1980 engenheiros agrônomos da CATI e das prefeituras municipais criaram o “Dia de Campo”, institucionalizando essa prática de troca de informações. Tratava-se de um dia em que os agricultores se reuniam ao redor da parreira de algum dos sitiantes viticultores da região para analisar criticamente as técnicas adotadas, sendo possível, assim, o aprendizado por meio da observação tanto dos avanços quanto dos retrocessos, que são produto inevitável dos processos de experimentação. As escolas e universidades técnicas bem como as instituições públicas na região continuam a reproduzir esse modelo do *dia de campo* baseado na “observação e análise” da experiência. Entretanto, notamos que há uma apropriação da força de sentido que este modelo adquiriu, enquanto que sua realização sofreu uma transformação significativa: com mais frequência acontecem em estações e campos

experimentais ou centros comunitários, e possuem mais um caráter de *transmissão* que de *troca* de conhecimentos. É este o modelo hoje utilizado tanto por instituições públicas, como a EMBRAPA e a CATI, quanto por instituições privadas como a FUNDECITRUS e a COOPERCITRUS. Algumas vezes, ainda, órgãos públicos e privados trabalham em parceria, contribuindo para a perpetuação da matriz produtiva baseada nos pacotes tecnológicos, descaracterizando, assim, a razão pela qual os agricultores se reuniam para trocar experiências.

Ademais da institucionalização do “dia de campo”, a CATI foi citado por diversos sítiantes como sendo responsável por fortalecer algumas das cadeias produtivas existentes na região, bem como incentivar a diversificação da produção como estratégia econômica para os pequenos sítiantes. Assim, por um lado, a instituição frequentemente tem apresentado aos sítiantes novas atividades agropecuárias que se acomodam às características climáticas e geofísicas da região, como a pinha, o coco da baía, o maracujá, e, mais recentemente, a piscicultura. Esta última atividade teve um impulso por meio do Programa Tanques-Rede, uma parceria entre a instituição e as prefeituras municipais. Por outro lado, por meio de alguns programas específicos, a instituição tem difundido conhecimentos de ações e tecnologias que podem ser realizadas no sentido de aumentar a produtividade, aprimorar procedimentos e diminuir custos de produção de atividades já desenvolvidas pelos sítiantes da região. Dentre tais programas, o mais destacado foi o programa CATI Leite, que teve importante papel na disseminação de técnicas básicas de manejo, nutrição, reprodução e gerenciamento do gado.

Estes programas de desenvolvimento de cadeias produtivas específicas recebeu importante suporte de programas mais amplos de apoio à produção que têm fornecido subsídios que possibilitam realizar transformações estruturais fundamentais para o desenvolvimento da atividade agrícola. O Programa de Microbacias Hidrográficas-PEMH é o mais importante destes e, além de preocupar-se com a sustentabilidade e a preservação ambiental, tem fornecido subsídios para resolver, em algumas localidades, o problema do abastecimento de água e conservação do solo, favorecendo a produção. No interior deste programa foram construídos diversos poços artesianos. No município de Mesópolis, que se destacou na iniciativa, foram construídos 17 deles, exigindo uma contrapartida financeira simbólica dos proprietários que seriam abastecidos com a estrutura. Também foi oferecido subsídio para ações de conservação do solo, como a preparação de curvas de nível⁶⁴ e a

⁶⁴ As curvas de nível tem a função de reter a água da chuva, mantendo o solo úmido, evitando a erosão e a lixiviação dos nutrientes, preservando sua fertilidade.

correção de voçorocas⁶⁵ que tornaram extensas áreas agricultáveis inadequadas para a produção. Segundo Pedro Ruza, sitiante do município de Mesópolis, estas ações, além de melhorarem as condições de produção, contribuíram para a valorização das terras.

O PEMH, além de fornecer incentivos à produção por meio da extensão rural e subsídios ao melhoramento de infraestruturas e técnicas, tem incentivado a descentralização das decisões sobre os espaços (as microbacias) e as cadeias produtivas a serem beneficiadas, atribuindo tais decisões aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, composto por funcionários da prefeitura, técnicos da CATI, representantes de associações e sindicatos rurais e agricultores. No município de Jales, por exemplo, segundo a engenheira agrônoma da CATI, Neli Nogueira, nos conselhos há a participação de agricultores que representam diferentes cadeias produtivas atuantes na região, como a uva, o gado de corte, o gado de leite, entre membros de cooperativas e associações comerciais. Embora esse não seja objeto central de nossa análise, alguns relatos de agricultores e técnicos agrícolas da região denunciam, por um lado, a frouxa participação dos sitiantes nas reuniões do Conselho e, por outro lado, a reprodução da perspectiva setorial e as assimetrias de poder entre diferentes agentes⁶⁶. Apesar de tais limites, observamos que na região o Conselho tem atuado no sentido de salvaguardar as condições de reprodução da pequena propriedade na região, um exemplo de tal esforço foi a criação de uma lei municipal que limita a expansão da cana-de-açúcar na região. Ademais dos limites desta lei (sobre a qual nos referiremos com mais detalhe adiante), a mera reflexão sobre a questão aponta para o importante papel que os Conselhos Rurais vêm desempenhando.

Também através da CATI o Estado tem incentivado a organização coletiva dos agricultores em associações e cooperativas produtivas, organização esta que pode tanto possibilitar o acolhimento de recursos públicos direcionados à aquisição de equipamentos e tecnologias agrícolas de uso coletivo como favorecer a comercialização da produção. Falaremos sobre as cooperativas no capítulo sobre a comercialização.

Mas se o Estado tem atuado no sentido de construir estruturas e disseminar conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da pequena atividade agropecuária através da CATI, diversos sitiantes e mesmo técnicos da região afirmam que este órgão tem falhado em sua atribuição fundadora, a de realizar ser uma “agência de desenvolvimento

⁶⁵ Voçorocas são desmoronamentos resultante de erosão subterrânea produzidas por águas pluviais ao atingirem regiões de menor permeabilidade.

⁶⁶ MARTINS (2009) realiza uma discussão sociológica bastante qualificada sobre os limites setoriais e as assimetrias de poder percebidas através do estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Paranapanema, no sudoeste do Estado de São Paulo.

capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social” (ABRAMOVAY, 1998) . Nilton Duarte, engenheiro agrônomo natural da região, explica que o órgão iniciou suas atividades com uma atuação bastante dedicada aos sítiantes, realizando visitas frequentes às propriedades e acompanhando os dilemas vividos por cada uma das famílias e que tal atuação, nos últimos anos, foi prejudicada tanto pela intensa burocratização das rotinas de trabalho como pela falta de recursos financeiros e humanos. O apontamento de Nilton ecoa nas falas de diversos dos sítiantes entrevistados, que reclamam uma atuação mais presente da instituição. Neli, técnica da CATI concorda que há um problema de recursos humanos, e que há a necessidade de recursos financeiros para projetos relacionados a necessidades específicas dos sítiantes da região, como o apoio ao desenvolvimento de outras cadeias produtivas, e mesmo a integração entre as diferentes instituições de apoio à população rural que agem localmente, como a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e a EMBRAPA Uva e Vinha, que tem uma estação experimental no município de Jales.

Ademais das críticas às dificuldades que os órgãos públicos encontram para chegar até os agricultores, há também críticas à postura “acomodada” do agricultor, que não tem o costume de procurar estas agências. Nos relatos dos agricultores percebemos, entretanto, que, por um lado, diversos deles afirmam não procurar a assistência técnica porque já conhecerem os principais procedimentos para a manutenção das rotinas estabelecidas para os cultivos. A experiência adquirida do largo tempo de trabalho na atividade os habilita a manter, sobre os padrões conhecidos, as práticas laborais. Rosemari Buzo explica que raramente solicita a orientação de agrônomos porque conhece bem as etapas produtivas da uva, única produção mantida em sua propriedade, cultivo no qual ela trabalha desde a adolescência, quando vendia sua força de trabalho para um sítiante japonês que possuía diversas parreiras em sua propriedade. Por outro lado, seu marido foi se informando sobre a utilização dos insumos e fertilizantes necessários, acumulando conhecimentos que os tornaram relativamente independentes de orientação técnica. Diversos outros agricultores informaram não depender da orientação dos profissionais técnicos do ramo. José Roberto Morandim, adverte, por outro lado, que muitas vezes “o agricultor nem sabe que o problema dele pode ser resolvido lá” ou nem sabe identificar que está passando por um problema em seu cultivo. Encontramos, ainda, casos de agricultores que efetivamente frequentam a Casa de Agricultura do Município em busca de soluções para problemas imediatos ou simplesmente em busca de novas informações, como é o caso de Maria Machado e seu Arnaldo Matias.

E outra, não é só o agrônomo, a CATI também dá informação. Ele [seu esposo] tem o costume de ir lá, buscar revista, leva de volta, traz... Busca informação lá. Um catálogo, a gente lê, devolve, uma revista... Tem essa troca de informação. (...) Ainda esses dias ele trouxe de lá uma revista sobre orgânicos, que o Gilberto deu pra ele. Aquela revista foi de uma utilidade tão grande pra gente! (Entrevista com Maria e Arnaldo Matias realizada em 23/07/2010, Jales/SP)

Quanto àqueles que procuram outros tipos de assistência técnica, observamos que os sitiantes recorrem com mais frequência à orientação dos engenheiros agrônomos e veterinários que trabalham nas lojas de insumos da região, como já citamos anteriormente, acostumados a buscar a solução de um problema sem compreender suas causas, tornando-se, assim, reféns dos pacotes tecnológicos comercializados por essas empresas. Alguns confiam que o trabalho deste técnico é garantido pela necessidade de resolver o problema apresentado, outros tantos escutam suas orientações com reservas, contrapondo-as ao conteúdo acumulado pela experiência, à opinião de outros agricultores, e assim vão construindo e acumulando conhecimentos para resolver novos problemas:

Pesquisadora: Você procura algum técnico quando precisa? Como é que você faz quando precisa de uma orientação?

Antônio Saron: Uso sim. No caso de agricultura, tem as firmas que revendem. Levo sempre as folhas doentes, observo muito... E outra coisa: outros produtores. Trocamos muita ideia, intercâmbio de conhecimento. Porque o vendedor num conta, ele quer vender muito produto, a gente não levam em conta, engenheiro particular não. (entrevista realizada em 26/07/2010, Santa Salete/SP).

Além de procurarem técnicos de lojas de insumos, buscaram também outros caminhos, menos custosos e menos claramente tendenciosos. Os produtores de uva frequentam cursos oferecidos pela EMBRAPA; os produtores de laranja, palestras e “dias de campo” oferecidos pela COOPERCITRUS e FUNDECITRUS (cooperativa e associação de grande porte, de direito privado); outros acumulam conhecimentos transmitidos por estagiários de escolas técnicas e universidades que circulam pelas pequenas propriedades, solicitam a orientação de parentes com cursos técnicos ou superiores na área da agricultura, que lhes cobram um valor simbólico pelo serviço ou mesmo não o cobram; outros, ainda, contratam o serviço de engenheiros agrônomos particulares ou empresas, que frequentam a propriedade em períodos espaçados no tempo para observar, corrigir e orientar os procedimentos no trato com os cultivos.

Quanto ao financiamento à produção, oferecido individualmente ao agricultor no do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), administrado pelo Banco do Brasil, observamos que não são muitos os agricultores que recorrem a ele, sobretudo em

função do temor de perder a propriedade em caso de não conseguir pagar o financiamento. A concessão do financiamento é condicionada pela hipoteca do imóvel ou pela apresentação de um avalista. Poucos são os que utilizam a segunda opção⁶⁷.

A grande maioria dos sitiantes teme perder o único patrimônio da família por uma intempérie climática ou ataque de pragas inesperado que os impeça de quitar os débitos com o banco. O comportamento de “evitar riscos” ilustra o pensamento de autossuficiência e a busca de autonomia típica do pensamento camponês que se contrapõe, por sua vez, ao comportamento tipicamente empresarial. Certa literatura assume esta como uma característica importante para definir a condição camponesa:

As relações externas são orientadas de modo a permitir a contração ou expansão nos momentos apropriados e as armadilhas são evitadas ao máximo. As relações com o mundo exterior – seja com mercados, agências de mercado, autoridades políticas, bandidos ou padres – são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais (ou economias morais) que se centram na questão da desconfiança e, conseqüentemente, levam à construção de autonomia. Neste caso, a desconfiança é claramente um reflexo de ambientes hostis como uma resposta a eles. O envolvimento em relações de dependência, mesmo quando estas podem ajudar a construir algo que pareça impressionante, viril e poderoso, é visto com profunda desconfiança. (PLOEG, 2008, p. 43)

Na fala de Antônio Saron, transcrita abaixo, observamos claramente a distinção entre estes dois comportamentos, e suas conseqüências para a definição do modo de vida do sitiante do noroeste paulista. Também Carlos Eduardo Morandim, um jovem sitiante de 25 anos que assumiu a responsabilidade pelo trato da parreira abandonada por seu pai depois de um período de crise, reproduz a lição de “evitar riscos” aprendida tanto da observação das frustrações vivenciadas pela família como pela necessidade de conquista de autonomia típica do modo de vida camponês:

Uma coisa que nós nunca trabalhamos é com banco. Nunca fiz um PRONAF. Não sou contra quem faz, mas a gente tem visto as pessoas perderem as propriedades. Porque eu penso o seguinte: você pega um dinheiro, o prazo vence, se você não produzir, você tem que ir lá pagar, e quem paga é a propriedade. (...). É a colheita antecipada, eu vejo o financiamento como colheita antecipada. Talvez eu não tenha progredido por causa disso. (...). Equipamento, trator, não pude comprar novo, comprei usado, tudo a vista. (entrevista com Antônio Saron, 26/07/2012, Santa Salete/SP)

⁶⁷ Os sitiantes afirmam que é raro que alguém aceite a condição de avalista, e que há mesmo um constrangimento em solicitar a um parente ou vizinho que assuma tal responsabilidade, tamanhos os riscos a que a produção agrícola está exposta. Somente aqueles que vivem em terras que foram “doadas” por seus pais (que ainda vivos, mantêm o direito de usufruto da propriedade, mas residem em outro lugar, na área urbana ou outra propriedade rural), possuem como única possibilidade de garantia o “avalista”. Encontramos um único caso destes entre todas as famílias conhecidas na região.

Então, porque a gente assusta? A gente vê pessoas que perderam a propriedade por motivos de financiamento. Aí a gente fica pensando... Ter que perder a propriedade... Pra onde eu vou? O que eu vou fazer? Fica tudo martelando na sua cabeça, é um incentivo a mais até pra você próprio trabalhar. (entrevista com Carlos Eduardo Morandim, em 21/09/2012, Urânia/SP)

As narrativas daqueles que perderam parte da propriedade ou toda ela em função de débitos não quitados com o banco circula entre os bairros rurais, reforçando temores e relembrando-os todo o tempo da necessidade de reservar-se na relação com o mundo exterior. Aqueles que recorrem a algum tipo de financiamento mais comumente buscam créditos de menores valores e mais curtos prazos de carência, como o “Crédito de Custeio”, que na maioria dos casos tem um ano de carência e lhes fornece um capital para a manutenção da família ou para aquisição de animais destinados à subsistência da família, como o gado leiteiro. Outros sitiantes, eventualmente, arriscam-se com os “Créditos de Investimento”, de valores mais significativos e prazos de carência mais extensos, quando avaliam que, resguardado o princípio de “evitar riscos” o investimento possibilitará uma melhor posição diante das possibilidades de comercialização oferecidas pelo mercado. Vimos, assim, sitiantes que adquiriram resfriadores e ordenhadeiras mecânicas que lhes permitiram aumentar a produção e conseguir um melhor preço pelo litro do leite; outros que compraram tratores e outros implementos que tornariam mais eficaz o trabalho de preparo do solo (MENEZES, 2011, p. 58)

c) As escolhas produtivas

Outro momento analítico importante na compreensão dos modos de fazer do sitiante é aquele da decisão sobre o que produzir, a observação da lógica que norteia a organização da produção. Ademais das questões já aqui levantadas sobre a dependência dos pequenos agricultores em relação à matriz produtiva dos pacotes tecnológicos disseminados, sobretudo, a partir da Revolução Verde, caminhamos na contramão de estudos que compreendem essa subordinação como suficiente para definir a condição camponesa (embora se trate de característica reconhecida pela literatura como uma das características deste grupo). Entendemos, de outro modo, que o agricultor possui relativa autonomia diante das regras do mercado, construindo diferentes arranjos, que articulam produção para o mercado e produção para subsistência, cultivos de curto e longo ciclo, intensivos e extensivos, atividades agrícolas e não-agrícolas. Trataremos aqui, de alguns dos elementos que, então, compõe estas

estratégias no que se refere à decisão das atividades econômicas que serão desempenhadas no sítio.

Para esta decisão corroboram sobremaneira aqueles conhecimentos acumulados através das gerações sobre o contexto específico em que estão inseridos, que se referem à qualidade do solo, clima, regime de chuvas, mercado de escoamento da produção, desenvolvimento e progresso de técnicas. E certa flexibilidade para lidar com as constantes mudanças em cada um destes elementos, habilidade aprendida, sobretudo, pela segunda geração dos sitiantes do noroeste (estes que hoje são responsáveis pela produção), como já mencionamos. Observamos, aí, a “valorização do conhecimento como fonte estratégica dos valores criados” (PLOEG, 2008, p. 44).

Como foi o caso do café, que a partir da década de 1980, com o “aquecimento” progressivo do clima na região e aumento dos preços no mercado, deixou de apresentar-se como um cultivo viável, tendo sua produção, atualmente, se concentrado nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, plantado nos morros onde se encontra um clima mais ameno e menores riscos de geada. Também o caso das uvas finais de mesa que, depois do predomínio da produção de entressafra, deixou de apresentar níveis satisfatórios de produtividade, levando os sitiantes a mudar a variedade plantada para aquelas mais rústicas, mais resistentes a mudanças climáticas e com menores custos de produção. O mesmo processo de experimentação lhes foi apontando novos cultivos adaptáveis à região, como o caso da laranja. Diferente do que tem acontecido na maior região produtora da fruta do Estado de São Paulo, a região Central, os arbustos plantados no Noroeste paulista não tem sido atingidos pelo ataque do *greening* (um tipo de bactéria que afeta os citrus, deixando suas folhas amareladas e mosqueadas), embora ainda não se reconheça as razões deste fenômeno. Esta é uma das razões que explica o aumento da produção de laranja na região.

Além do reconhecimento das possibilidades de adaptação de determinados cultivos ao clima e ao solo da região, os agricultores tomam em conta a relação entre custos e volume de produção, preços praticados no mercado, extensão da propriedade e, assim, a possibilidade da implantação de um cultivo intensivo ou extensivo, e ainda a disponibilidade de mão de obra. Foi assim que Rosemari Buzo e Cleber Mártir, por exemplo, apostaram, para este momento da vida em que podem explorar de modo intensivo sua mão de obra, já que são bastante jovens (Rosemari tem 37 anos e seu esposo 42), e possuem uma propriedade de pequenas extensões (3 alqueires), no cultivo da uva como aquele responsável por lhes possibilitar a sobrevivência. Além deste cultivo, estabelecido na propriedade da família desde a década de 1980, recentemente plantaram mil pés de laranja numa “chacarazinha” de um alqueire e meio que

compraram há poucos anos nas proximidades desta outra propriedade onde vivem, que, em realidade, é de propriedade de sua mãe, viúva. Rosemari compara a rentabilidade alcançada com os dois cultivos para nos ilustrar o papel que cada um deles exerce na reprodução da família.

Os mil pés de laranja recentemente plantados ocupam uma área de 7 X 3.5 metros, e, nesse momento em que o arbusto está jovem e não é equipado com sistema de irrigação, consegue produzir apenas 2 caixas por pé em cada safra. A caixa de laranja (que pesa 40.8 kg) estava custando, na safra de 2010/2011, R\$ 10 reais, o que lhes dava um retorno econômico de aproximadamente R\$ 20 mil reais por safra. Os mil pés de uva fina de mesa (do tipo centennial, rubi e italia, espécies que exigem uso intensivo de mão de obra por conta da necessidade da penteação, a atividade de desbastar os cachos para que os frutos remanescentes adquiriram tamanho e qualidade exigida pelo mercado consumidor) plantados na propriedade de seu pai (onde sua família nuclear ainda reside) ocupam 2 X 5 metros, dão um rendimento de aproximadamente 25 quilos de uva por pé (podendo chegar a até 40 quilos em condições ótimas de produtividade), sendo o preço do quilo naquele momento de aproximadamente R\$ 3,70 reais, o que lhes dava um rendimento de cerca de R\$ 92.500,00 reais por safra. Rosemari explica que mesmo com custos de produção significativamente maiores, a produção da uva continua apresentando-se mais rentável. Quanto à questão da necessidade de mão de obra intensiva, Rosemari explica que eles plantaram a quantidade de pés que conseguem cuidar utilizando apenas o trabalho dos membros da família (ela, seu marido e, eventualmente, seu filho adolescente), que ainda são bastante jovens, como já destacamos. Entretanto, Rose admite as dificuldades que certamente se imporão à família para responder à exigência de tão intensa disposição para o trabalho na parreira com o passar dos anos. A laranja, desse modo, é o “projeto de aposentadoria” do casal.

Observamos, na explicação de Rosemari, que a disponibilidade de mão de obra teve papel importante para a definição da escolha produtiva. Este elemento fundamental para o trabalho do sítio sofre transformações de acordo com ciclos de expansão/retração da relação entre o número de produtores/consumidores, delineando “ciclos” de reprodução da família, diferente do que ocorre com uma unidade econômica estritamente capitalista, que pode manter a quantidade constante e variável de capital por um tempo indefinidamente largo.

Cualquier unidad agrícola capitalista cuyo tamaño es determinado por una cantidad constante e invariable de capital y de tierra, puede mantener el mismo volumen durante un período indefinidamente largo (con límites infinitos): pero la unidad económica campesina, en condiciones análogas a las de la realidad rusa, varía constantemente su volumen a lo largo de décadas, de acuerdo con las fases del

desarrollo familiar, y sus elementos describen una curva con ondulaciones. (CHAYANOV, 1974, p. 67)

É, então, os limites de disponibilidade de mão de obra que impõe que os agricultores cujos filhos não se mantiveram no campo optem, por uma atividade extensiva, mas menos exigente de mão de obra (como o gado leiteiro, gado de corte, ou mesmo o cultivo de arbustos como a laranja, como nos explicou Rosemari Buzo), ou por uma atividade intensiva cultivada em pequena extensão de terra (como a uva). Além do exemplo de Rosemari, também a situação vivenciada por Nelson e Edna Ryugo é ilustrativa dos limites que a disponibilidade de mão de obra impõe à definição da atividade econômica. Depois de uma temporada vivendo e trabalhando no Japão, decisão tomada pelo casal depois do insucesso na produção de uva, um cultivo sobre o qual não tinham experiência produtiva, retornaram ao sítio no município de Urânia, para retomar a atividade agrícola. Embora tenham feito planos de retomar a parreira que havia sido deixada em melhores condições de produção pelo sítiante que arrendou suas terras durante o tempo que estiveram ausentes, admitiram os limites de disponibilidade de mão de obra que enfrentariam para tocar a parreira, já que seus dois filhos mantiveram-se vivendo e trabalhando no Japão, e então optaram pela criação de gado leiteiro, uma atividade que, ademais, sempre agradou a seu esposo.

Além da força determinante da ausência dos filhos, o avançar dos anos destes que se mantiveram na propriedade também impõe reestruturações. Observamos, sobretudo nas áreas de expansão da monocultura da cana, onde ademais predomina a pecuária leiteira e de corte, que costumeiramente há a transferência da atividade de extração de leite para a criação de gado, já que, embora se tratem de duas culturas de característica extensiva (em comparação às lavouras de frutas, cereais ou hortaliças), esta última é ainda menos exigente da disposição para o trabalho. É o que nos explica o senhor Octavio Contro:

Gato de leite pode ser uma área menor, mas tem que trabalhar 24 horas por dia, tem que ser novo. Eu, com 70 anos, trabalhar 24 horas por dia não dá. Tem que tirar leite, tratar de vaca, fazer silo, ainda mais nesse tempo, acaba o pasto, comprar ração, que está um preço absurdo. Mesmo você fazendo e não pagando para ninguém, você tira seu sustento dali, mas fica uma pessoa cansada. (Entrevista realizada em 14/07/2012, Santa Albertina/SP)

Outras vezes, ainda, é a necessidade premente de capital que determina a atividade econômica. Assim, alguns sítiantes, levados por projetos de expansão (compra de equipamentos para o trabalho agrícola ou novas áreas de cultivo), de consumo (compra de automóvel, eletroeletrônico de uso doméstico, construção de uma casa) ou de criação de

outras formas de geração de renda (investimento na compra de um imóvel rural ou urbano com a intenção de alugar ou arrendar), optam por atividades de ciclo curto e, portanto, retorno econômico rápido, como o caso da horticultura. Rica ilustração deste caso é o narrado por Sonia Donegá. Ela conta que a construção da casa onde hoje vive sua filha recém-casada, na propriedade da família, foi possível em função do rendimento de uma safra de tomate. “Plantamos e foi de onde saiu a casa da menina, de 6 mil pés de tomate”.

Também a necessidade de maior liquidez ou de uma fonte de geração de renda mais frequente do que a proporcionada pelas safras sugere alternativas produtivas. É o caso bastante comum do gado leiteiro, que, como já afirmamos na seção anterior, é atividade econômica generalizada nos municípios da MRG de Jales, que proporciona à família sitiante um fundo de capital mensal que tem papel importante no financiamento das despesas cotidianas necessárias à reprodução da família, como o abastecimento de gêneros alimentícios, compra de medicamentos, pagamento de contas de consumo de água e energia, etc. A expressão “vaquinha de leite”, disseminada entre os sítiantes da região, para se referir a qualquer atividade que proporcione um capital constante ou um capital indispensável à reprodução da família, ilustra a força de sentido desta atividade entre as estratégias produtivas acionadas pelas famílias camponesas. Outros produtos, além do leite, podem proporcionar uma renda mensal, como algumas frutas que, se irrigadas, produzem durante todo o ano⁶⁸. Também algumas hortaliças, como o pepino, que possuem um ciclo de apenas 40 dias.

Além da importância da reflexão sobre a razão pela qual um ou outro destes produtos agropecuários é escolhido, convém destacar que raramente os sítiantes do noroeste decidem pela reprodução de uma única atividade econômica para fins comerciais. Como poderemos ver com mais destaque nos quadros que serão apresentados nas subseções que seguirão, são muito raros os casos de sítiantes monocultores. Mais precisamente, das 31 famílias reconhecidas, tanto nas áreas onde predomina a pequena agricultura como naquelas onde mais recentemente vêm expandindo a produção canavieira, em apenas 7 delas se pratica uma única atividade agropecuária. Muitos deles recorrem não somente à produção de diferentes produtos de um mesmo tipo de cultivo (diversidade de frutas, diferentes tipos de árvores extrativas, diferentes hortaliças), mas também a diferentes tipos de produtos agropecuários, construindo diferentes arranjos entre a fruticultura, a pecuária de leite, pecuária de corte, hortaliças e árvores extrativas. Alguns arranjos são mais comuns em determinadas áreas (como pecuária

⁶⁸ Observamos, entretanto, que embora a irrigação seja generalizada nos pomares de uva, ainda não o é nos cultivos de outras frutas, em função mesmo de ocuparem uma extensão de terra maior (como vimos na comparação entre a uva e a laranja) e, assim, demandarem maior investimento de capital.

associada ao cultivo de laranja no município de Santa Salete; pecuária leiteira associada à pecuária de corte ou, mais recentemente, ao cultivo de seringueira no município de Mesópolis; uva, associada à laranja, pecuária leiteira ou horticultura entre os municípios de Jales e Urânia), e são difundidos localmente por razões que já foram aqui elencadas, como através do conhecimento compartilhado entre vizinhos e necessidade de consolidação de um mercado local de escoamento da produção.

A diversificação produtiva, que Mendras (1984, apud WANDERLEY, 1996) chama da “arte do bom camponês”, surge, para estes sitiantes, como estratégia fundamental dentre aquelas que buscam “evitar riscos” e, desse modo, contribuem para o processo de resistência das famílias de sitiantes em seguir vivendo e produzindo no campo. O fato de alguns cultivos oferecerem mais “segurança” e garantia de rendimentos, a despeito da oscilação de preços que é comum a todo produto agropecuário sob as condições de uma economia capitalista neoliberal, explica porque em algumas áreas se encontra uma maior ou menor diversificação produtiva. Nas áreas onde predomina a pecuária leiteira e de corte (aquelas onde têm se expandido a produção canavieira), que, como já destacamos, fornecem maior “estabilidade” ao sitiante por proporcionar-lhe uma remuneração mensal, diversificar torna-se menos urgente. Nas áreas onde predomina a fruticultura, cultivo de ciclo mais longo, que gera rendimentos de mais longo prazo, são aquelas onde a diversificação cumpre papel mais importante no sentido de oferecer uma maior margem de segurança à reprodução material das famílias de sitiantes. Este fenômeno está claramente ilustrado nos quadros que apresentaremos nas subseções deste capítulo: das 7 famílias de sitiantes monocultores, 5 delas estão localizadas nesta segunda área, onde vêm se expandindo a monocultura da cana, e se trata de criadores de gado leiteiro.

Quanto aos sitiantes monocultores que estão na área onde predomina a fruticultura, o único sitiante monocultor reconhece os riscos de sua eleição produtiva, mas procura resguardar a garantia de rendimentos por meio da intensificação da tecnificação e modernização do processo produtivo. José Saraiva, que há alguns anos atrás associava pecuária leiteira à produção de laranja, foi progressivamente eliminando aquela primeira atividade e expandindo a segunda. Como a laranja tem dificuldades de gerar frutos o ano todo, tanto em função de seus ciclos naturais como em função das altas temperaturas predominantes na região e pela falta de chuva no inverno, Saraiva optou por irrigar toda sua produção, garantindo, assim, colheita para todo o ano e estabilidade de rendimentos. Ele explica:

Foi eliminando até entrar a laranja, aí ficamos com essa monocultura aqui. A gente sabe que é um perigo terrível, mas está dando lucro até agora. Só que também é assim: o investimento é muito grande, tem que investir pra ter lucro, se não investir não ganha nada. (entrevista realizada em 17/12/2012, Jales/SP).

A diversificação produtiva encontrada em alguns sítios é fruto, tantas vezes, dos processos de experimentação. Aqueles produtos que demonstram maior adaptabilidade têm, algumas vezes, sua produção ampliada. Aqueles menos adaptáveis, ou que apresentaram uma relação custo/benefício insatisfatória, muitas das vezes são mantidos na propriedade por algum tempo (como, no caso dos cultivos perenes, até o encerramento do primeiro ciclo da planta) ampliando o cenário da diversificação produtiva do sítio. Em pelo menos dois sítios visitados encontramos uma variedade significativa de cultivos destinados à comercialização, muitos deles tratando-se de produtos pouco comuns, exóticos, que são vendidos a melhores preços que os demais. Antônio Saron possui pelos menos cinco tipos de frutas produzidas em média escala (carambola, goiaba, manga, canistel e sapoti) que associa ao cultivo de árvores extrativas (eucalipto e teca) e a uma pequena criação de gado de corte. Paulo Riga cultiva pelo menos cinco diferentes tipos de frutas (uva, coco da baía, laranja, lixia e palmito) destinadas à comercialização, três diferentes tipos de hortaliças (tomate, berinjela e bucha) e uma produção de coco triangular (comercializado para ornamentação). Além destes cultivos principais, encontramos uma variedade de outros tipos de plantas espalhadas pelas propriedades, fruto, também, de tais processos de experimentação. Outros dois casos de diversificação produtiva realizados, entretanto, com produtos agropecuários mais comuns é o de Eduardo Akamatsu, que associa a produção de três tipos de fruta (caju, manga e uva), quatro tipos de hortaliças (pepino, berinjela, jiló e pimentão), gado de corte, piscicultura e produtos de indústria doméstica (produtos à base caju, como licor, molho, patê) e o de Nelson Preti, que produz 6 diferentes tipos de árvores frutíferas em escalas de produção razoáveis, algumas delas com irrigação.

Mas a escolha dos produtos a serem cultivados não é estabelecida levando em conta apenas aspectos objetivos, produzidos por uma lógica racional, que leva em conta questões como a relação custo/benefício, a disponibilidade de mão de obra e de terras. Muitas vezes pode ser explicada pela questão do *hobby* ou do gosto do agricultor. A “paixão”, o “costume”, “o gosto”, “o apego”, a “vocaçãõ”, a “lembrança” são erguidos em diversos dos discursos de sitiantes para explicar as razões pelas quais mantém determinados cultivos, alguns dos quais nem mesmo são apontados entre os que proporcionam maior rentabilidade na região, dão prejuízo ou é como “trocar cebola”, expressão proferida por Lúcia Ruza que, traduzida para o

contexto da produção agrícola, significa que os rendimentos obtidos com a venda do produto são suficientes apenas para cobrir seus custos, sem proporcionar um lucro líquido. O papel dessa lógica subjetiva orientadora das escolhas vem sendo observada e destacada por diversos estudos, entre eles o de Ploeg:

Mesmo em sociedades altamente modernizada (“secularizadas”), tais como a holandesa, especialmente no setor agrícola, onde aparentemente apenas são permitidos argumentos econômicos (do tipo neoclássico), a maioria dos agricultores descreve cuidadosamente aquilo a que chama o seu ‘hobby’. Esse hobby (por exemplo, o melhoramento de gado em unidades agrícolas) é a *zona cinzenta* (conforme “zonas cinzentas deliberadas” como descreve Croziet, 1964) onde o trabalho, o conhecimento, a experiência e os desejos próprios são as fontes de inspiração orientadoras (onde a prescrição externa introduzida através de relações de dependência não é aceita) e onde elementos de superioridade e beleza são construídos de forma a trazer satisfação e orgulho. (PLOEG, 2008, p. 45)

Embora a expressão *hobby* se refira a uma atividade feita regularmente tão somente por prazer, o exemplo oferecido pelo autor (o melhoramento de gado em unidades agrícolas) nos sugere que aí também podem ser levadas em conta atividades que, ademais de terem relação com as afecções daqueles que as realizam, podem também gerar retornos econômicos significativos. No caso de nosso universo de estudo, percebemos que embora justificativas dessa natureza sejam mais compreendidas para explicar as razões pelas quais alguns agricultores mantêm culturas de subsistência – já que a disponibilidade de tempo, de recursos naturais e condições climáticas tem se apresentado como limites à manutenção destes cultivos, como veremos adiante – também a manutenção de algumas culturas comerciais encontram explicação em aspectos da subjetividade dos sítiantes.

Antônio Saron nos explica que não tem vocação pra coisas de cipó, melancia, uva, que se “enrola um pouco”, e que gosta mesmo é de árvore, de arbusto. A mãe de Antônio, refletindo sobre a opção do filho de ter “um pouco de cada coisa” (diversificar sua produção) entende que, embora esse comportamento não gere um retorno econômico dos mais altos, “ele se sente bem assim” e que “é melhor do que ele viver contrariado”. Fernando Donda explica que apesar do baixo preço do leite e suas frequentes oscilações mantém sua criação “pra não perder o costume”. Outros produtores de leite, também “acostumados” com o trabalho de “retiro” se mantêm na atividade durante toda uma vida, não apenas porque lhes fornece certa estabilidade, mas porque “gostam”, “estão acostumados”, como o caso de Otacílio Alves. Antônio Fracaro nos conta que seu pai mantém no sítio “um quadrinho” de produção de café, sua “paixão”, a despeito da baixa produtividade que a planta tem encontrado em função das mudanças climáticas observadas na região, apresentando baixa produtividade e preços de

comercialização também baixos no mercado. Carlinhos, um dos sitiantes mais jovens que encontramos em campo, de 25 anos, explica que plantar um cultivo pelo qual se tem um “gosto” resulta até mesmo em maior produtividade, porque “passa uma autoestima um pelo outro” [produtor e produto]. Alguns agricultores, de outro modo, se lamentam por não conseguirem manter (por falta de forças para o trabalho) os cultivos pelos quais tem afeição, como o caso de Gonçalo que diz que “se fosse jovem só plantaria árvore, madeira”.

Por fim, observamos que a escolha por determinada atividade econômica se relaciona com a necessidade de preservar “certa margem de lazer”. É assim que José Antônio Morandim explica porque escolhe produtos de ciclo curto, como o maracujá: “Maracujá, chuchu, essas coisas é serviço pesado, em compensação é uma coisa que não te prende. Uva é uma coisa que fica preso.” A observação de José nos remete à outra das lógicas estruturadoras da vida do sitiante paulista, também chamado de caipira: a “margem de lazer” tornada possível numa cultura assentada em bases mínimas. Antônio Candido procura explicar, assim, a origem do estereótipo construído pelo homem da cidade em relação ao homem do campo como preguiçoso, insolente, e pouco afeito ao trabalho.

A este respeito, em primeiro lugar, convém buscar esclarecimento numa das características principais da sua existência econômica: a margem de lazer – tornada possível numa cultura organizada em torno de padrões mínimos. Ela merece consideração mais detalhada, não só porque motivou aquele estereótipo, nas representações do homem da cidade, mas porque de fato fez com que o caipira se tornasse muitas vezes desajustado a formas posteriores de trabalho rural, principalmente quando se combinaram outros fatores de ordem biológica, como saúde e nutrição, quase sempre consideradas causas únicas. (CANDIDO, 1971, p. 84)

Retornaremos, na última seção desta tese, à discussão sobre como esta “margem de lazer” compõe um dos importantes elementos da identidade do camponês e, particularmente, do sitiante do noroeste paulista. Neste momento basta que se compreenda que se trata de um elemento que participa das decisões sobre as estratégias produtivas.

Além dos fatores aqui já erguidos na tentativa de explicar a lógica norteadora destas estratégias produtivas, o “gosto pela agricultura” explica, no limite, também a resistência de alguns agricultores em seguir vivendo e produzindo no campo ademais das dificuldades sobre as quais nos remetemos e seguiremos nos remetendo no corpo deste texto. Paulo Riga julga que, esses que ali se mantiveram “nasceram pra isso [a agricultura]. Tem um gosto, uma vocação pra produzir, aí continua”. “Mas são cada vez menos”, adverte o agricultor.

Malgrado a intensa inserção no mercado que caracteriza a produção dos sitiantes do noroeste no mercado, que, como já anunciamos, ao mesmo tempo em que lhes oferece

condições de sustentação econômica lhes coloca numa relação de intensa subordinação, observamos que comercialização e subsistência estão sempre imbricados, e a associação entre eles constitui mesmo, para alguns autores, “o patrimônio sociocultural do campesinato” (WANDERLEY, 1996, p. 11). Os produtos agropecuários destinados fundamentalmente à comercialização são também consumidos pelas famílias (como as frutas, o leite, as hortaliças) e os excedentes de alguns cultivos de subsistência são também comercializados (como o ovo, a carne de boi ou porco, as galinhas). E tanto uns como outros cumprem importante papel na reprodução das famílias. Embora não estejamos tratando aqui de uma *economia de subsistência*, e nem mesmo de uma *economia de excedentes*, tal como definidas por José de Souza Martins (1996), observamos que a produção de subsistência ainda cumpre papel importante como definidora da condição “sitiente” e também como um meio de rebaixar os custos de reprodução das famílias.

No primeiro capítulo desta tese advertimos para o fato de que os sitiantes no noroeste paulista, inseridos nas teias do mercado desde sua chegada à região, sempre tiveram um tempo reduzido para a manutenção de cultivos de subsistência. Entretanto, com o passar das décadas diversos fatores contribuíram para a diminuição ainda mais significativa da importância desta produção. A queda generalizada nos preços dos produtos agrícolas diminuiu o rendimento médio das colheitas, intensificando a subordinação dos produtores e ampliando o grau de precarização da vida do sitiente. Passou a ser necessário produzir um volume maior para alcançar um nível de rendimentos que possibilitasse a reprodução da família, reduzindo ainda mais drasticamente o tempo disponível para a manutenção das roças de subsistência. Também as restrições impostas pela legislação florestal e ambiental, estadual e federal, limitaram o acesso dos agricultores às áreas de mananciais, onde mais comumente se cultivava produtos que ocupam papel importante na dieta do sitiente paulista, como o arroz. Wilson Donda, sitiente que reside no município de Jales, nos conta que produziu arroz até as proximidades do ano de 1975. Outras restrições foram impostas pelos laticínios que compram o leite produzido pelos sitiantes, como a Nestlé, que proíbe a manutenção de outras criações nas proximidades da área do pasto. Por fim, o desgaste do solo e a proliferação de pragas impede o desenvolvimento de diversos dos cultivos de subsistência, como o caso do feijão. Desse modo, embora a subsistência nunca tenha sido o sustentáculo das pequenas propriedades do noroeste paulista, o exercício do olhar retrospectivo, realizado por diversos de nossos depoentes, evidenciou a transição aqui descrita. A imagem que muitos deles construíram sobre o passado foi de um tempo de “fartura” que ficou para trás, de um tempo “em que se comia tudo nativo da terra”, nas palavras da Ermelinta Preti, de 86 anos.

Apesar das transformações recentes, nas falas de diversos depoentes percebemos que a subsistência se mantém como uma característica definidora daquilo que se entende por “sítio”. Quando questiono Carlos Morandim sobre a manutenção de uma produção para a subsistência na propriedade de seu pai, no município de Jales, ele me explica: “Se você chegar numa propriedade dessa e não tiver vaca de leite, galinha, porco, não é sítio”. Ana Barbieri, sitiante que se dedica exclusivamente à criação de gado leiteiro no município de Mesópolis, no mesmo caminho afirma que “pra morar no sítio e não ter uma carne é melhor mudar para a cidade”. A produção para subsistência, desse modo, se não exerce a importância econômica de outrora (e que continua exercendo para outras regiões agrícolas do país), carrega, para estes sitiantes, o sentido de “tradição”, de “costume”. Gonçalo Machado um dos poucos sitiantes que segue plantando milho exclusivamente para subsistência, explica porque o faz: “Você tem gosto de ver a planta crescer. Comer milho verde assado, cozido, curau... A gente que tem ainda essa tradição, a gente gosta.” Também Olímpia Candinho nos explica que, à revelia das limitações impostas pela Nestlé quanto à manutenção de outras criações nas proximidades do pasto, cria algumas galinhas no terreiro ao redor de sua casa no sítio “só pra não esquecer” delas.

Mas esta produção não se limita, na região estudada, a carregar os sentidos simbólicos que definem a vida do sitiante. Observamos que os cultivos e criações ainda mantidos tem papel importante na redução do custo de reprodução destas famílias. A expressão de José Morandim “aqui não falta nada, só falta dinheiro” é reveladora da importância destes alimentos que não são comprados no mercado, mas produzidos pela família. Remetem à ideia da “fatura” que se afirma comumente encontrar nestes sítios. Como poderemos ver nos quadros a seguir com mais detalhes, é bastante difundida entre as pequenas propriedades a criação de porcos (quase sempre num número bastante reduzido) e de galos e galinhas, e, menos comumente a criação de carneiros. Aqueles que mantêm a criação de gado leiteiro para fins comerciais, periodicamente abatem uma vaca já velha, que não lhes oferece um rendimento econômico satisfatório, ou uma novilha, e passam longos meses se alimentando de sua carne. Alguns daqueles que não tem a pecuária leiteira como atividade econômica também criam uma vaca ou um boi com a exclusiva finalidade de servir de alimento. Como é o caso de Rosemari Buzo, que tem como únicas atividades agrícolas para fins comerciais a viticultura e a citricultura, mas que, além de algumas galinhas, cria vacas que, quanto abatidas, são consumidas por algumas famílias e por famílias de vizinhos:

A gente cria vaca também, para o gasto. (...) Vaca só para carne mesmo. (...). Uma inteira é muito pra gente, a gente vende uma parte e fica com a outra. Separa, o que é

pra moer, mói, separa carne boa da carne de segunda. E põe tudo no freezer, e tem carne para cinco, seis meses. Acabou aquela, você já tem outra no jeito pra matar, tudo controladinho. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP)

A prática de compartilhar a carne de uma mesma vaca ou boi é bastante comum entre os sitiantes. Mas nem todos vendem a porção de carne excedente. Muitas das famílias conhecidas “dividem” um mesmo boi, construindo assim uma rede de reciprocidade vinculada à subsistência: um sitiante, quando abate o “seu” boi, entrega uma parte a um ou mais vizinhos que, por sua vez, quando abatem o “seu”, também o compartilham. Esta troca de produtos de subsistência acontece, sobretudo, com as criações abatidas de médio e grande porte, como porcos e vacas. Quanto aos galos e galinhas, a maioria dos sitiantes mantêm suas criações substancialmente para o consumo das famílias, vendendo tão somente os excedentes, e quase sempre quando os compradores lhes procuram, sobretudo em períodos de festas e fins de semana. Mas há também aqueles que produzem uma quantidade excedente justamente nesses períodos de maior procura, exclusivamente para comercializar, como o caso de Dirce Paz. A vizinhança e “o povo da cidade” sabe que em seu sítio, em períodos de festas, sobretudo entre o final e o começo do ano, pode encontrar porcos, carneiros e galinhas em oferta. A renda obtida com estas vendas contribui para os gastos excedentes comuns neste período do ano. Algumas famílias, aquelas que possuem um número maior de galinhas e que, por isso, produzem muitos ovos, semanalmente vendem também dúzias deles. É o caso de Lúcia Ruza, cujas galinhas produzem cerca de 12 a 13 dúzias por semana nos períodos de maior produção, a maioria das quais é vendida a vizinhos e citadinos. Também as galinhas de Luiza Morandim produzem muitos ovos, que são vendidos semanalmente pela Cooperativa Jales, onde trabalha seu filho, Carlos Morandim.

Além das criações, encontramos pelos sítios visitados uma diversidade de árvores frutíferas cujos frutos são destinos exclusivamente à alimentação da família e de parentes e vizinhos que frequentam a propriedade e estão sempre, pela economia moral ali dominante, autorizados a retirar frutos e levar consigo. Expressão desta “regra” imposta pela economia moral do sitiante foi expressa, por exemplo, na indignação de um casal de sitiantes ao ver sua cunhada, que morava na casa ao lado da sua, nas mesmas terras, negando um fruto do pé a seus filhos.

Sitiantes (marido): Ela falou para os meninos não pegarem nenhuma fruta de lá. Tudo bem! Agora eles estão morando na cidade e quando eles vêm aí, eles levam de tudo. Você acha que me faz falta!?

Sitiantes (esposa): Ela chega e não espera a gente falar, vai já catando [as frutas]. A gente fala: “Vai catar?”. Aqui tem abacate, tem banana, tem de tudo. Ai ela já fala:

“O [filho da cunhada], vai catar as frutas para a gente levar”. Aí ele cata de tudo. Se tiver carambola ele cata, se tiver acerola ele cata, abacate...”

Elisangela⁶⁹: Ele faz a feira.

Sitiante (marido): Não faz falta. Ele leva e não me faz falta.

Sitiante (esposa): Você acha? Ela negar uma fruta para os meninos?! (entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP)

Notamos, através desse relato, ademais da questão acima destacada, que além da *oferta* de parte da produção de subsistência construir um círculo de reciprocidade entre os sitiantes, que muito frequentemente “trocam” os frutos destas árvores, o que contribui para uma diversificação da alimentação da família sitiante, ela constrói elos também entre citadinos e sitiantes. Diversos sitiantes nos relatam que seus filhos e parentes que moram na cidade e também em outros municípios mais distantes levam parte dos alimentos (porco, vaca, ovos, galinha, frutas) consigo quando retornam a seus lares depois das frequentes visitas à família.

Menos fáceis de serem encontradas nas propriedades são as hortas de inverno e outros cereais, como o feijão ou o milho. Estas culturas, como tantas outras, têm dificuldades de se reproduzir na região sem irrigação por conta do clima excessivamente quente. Embora alguns sitiantes se animem na tarefa de manter, mesmo em períodos mais quentes, alguns cultivos que lhes servem de condimento, (como a salsinha, a cebolinha e a pimenta), outras folhas, verduras e legumes costumam ser plantados mais comumente no período do inverno, entre os meses de maio e julho. O feijão e o produto das hortas são unicamente cultivados para a subsistência da família. O milho também foi encontrado em poucas propriedades, e, em geral, serve de alimento às galinhas, porcos e outras crias que servem à subsistência. Em algumas propriedades encontramos também a produção de mandioca. Os japoneses, que, mantendo um traço cultural herdado de seus pais, valorizam o consumo de verduras e legumes nas refeições diárias, com mais frequência plantam tais alimentos nas hortas de subsistência.

Diversos depoentes nos afirmaram que esta produção para subsistência tem papel importante na redução dos custos de reprodução da família, já que algumas delas, por exemplo, esporadicamente necessitam comprar carne, ovos, e também algumas frutas. Mas, além do valor econômico destes alimentos, destacam seu valor nutricional e sua qualidade. Lucia Ruza explica que produz esses alimentos “mais pra comer saudável, coisa de boa qualidade”. Sonia Donegá, por outro lado, afirma que, se não fosse por essa produção de subsistência mantida no sítio, certamente a alimentação seria menos diversificada. No mesmo sentido, Wilson Barbon nos conta que “o bom de morar aqui [no sítio] é que você sabe o que

⁶⁹ Elisangela Santos me acompanhou em um dos trabalhos de campo, no mês de julho de 2010. É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP de Araraquara.

está comendo”. Assim, observamos que a produção mantida nestes pequenos sítios contribui, significativamente, para a soberania alimentar e para elevar a qualidade nutricional da alimentação do sitiante.

A discussão realizada até esse momento, que teve a intenção última de revelar o conteúdo das estratégias produtivas dos sitiantes, discutindo, também, elementos que fortalecem ou fragilizam estas estratégias, servirão, então, como pano de fundo para a leitura dessa próxima sessão. Tais elementos estão presentes em todo o universo sitiante que, a despeito da expansão recente da monocultura da cana-de-açúcar, predomina na região. Entretanto, acreditamos que a distinção analítica proposta nesta tese, entre os espaços de predomínio da pequena agricultura e aqueles de expansão recente da produção canavieira, pode nos fornecer elementos importantes para a compreensão das razões pelas quais uns, e não outros, optam pelo arrendamento de uma parte de seu sítio, e das consequências deste processo de mudança para a reprodução da vida das famílias de sitiantes.

3.1. A produção agropecuária nas áreas de predomínio da pequena agricultura familiar diversificada.

A observação do quadro abaixo ilustra a intensa diversificação típica das áreas onde predomina a produção dinamizada pela mão de obra familiar. Embora não se tratem de dados recolhidos a partir de rigorosa técnica amostral, como explicamos na apresentação desta tese, o quadro constituído a partir das visitas nas pequenas propriedades da região reproduz as observações que podem ser verificadas também nas tabelas com dados de produção agropecuária construídas a partir de informações recolhidas dos Censos Agropecuários, da Produção Agrícola Municipal da e Produção Agropecuária Municipal do IBGE⁷⁰. De um lado, predomina o cultivo de algumas frutas, como a laranja, a uva, seguidas pela borracha e pela banana. De outro, é também significativa a presença de gado leiteiro e gado de corte. Temos, desse modo o predomínio do modelo chamado por alguns autores de sistema policultura-criação, caracterizado pelo uso intensivo de mão de obra.

O predomínio de culturas perenes (uva e laranja) segue certa “tradição” na região noroeste. O cultivo da uva, na maioria das pequenas propriedades da região, veio substituir o cultivo do café, reestabelecendo certa estabilidade econômica. A MRG de Jales é a maior

⁷⁰ Ver tabelas 4 dos Anexos e as tabelas de produção apresentadas no segundo capítulo.

região produtora de uvas de mesa do Estado de São Paulo. Apesar de tratar-se de um cultivo, que, diferente da produção de leite, oferece rendimentos menos regulares (apenas no período de safra anual), trata-se de um arbusto que tem um tempo médio de vida de 10 anos, e, como já exemplificamos anteriormente, oferece rendimentos significativos se comparados aos outros produtos cultivados na região. A produção de uva, segundo diversos de nossos depoentes, têm sido responsável por fixar o homem no campo, ademais de refazer as esperanças de diversos jovens da região em manter-se vivendo e produzindo no campo. Os únicos dois jovens encontrados nos sítios visitados que tem como única atividade econômica a atividade agropecuária (Carlos Eduardo Morandim, de 25 anos, e Adalberto Santim, 19 anos) animaram-se com a possibilidade de manter-se na propriedade da família, tocando as atividades agrícolas, em função dos altos rendimentos proporcionados pelo cultivo da uva. Ricardo Santim, justificando a escolha profissional do irmão, retoma as palavras proferidas por um comprador de uva que atua na região: “mais dinheiro que isso, só drogas”. Carlos Eduardo assumiu a parreira de seu pai quando este, depois de uma safra mal sucedida, decidiu aceitar um emprego na Cooperativa Jales. Adalberto, que já participava ativamente dos trabalhos na parreira de seu pai, quando de nossa última visita à família organizava-se para iniciar a plantação de *sua* primeira parreira.

Quadro 1. Produção para comercialização e subsistência nas propriedades visitadas de sítiantes da área de predomínio da pequena agricultura.

Famílias	Comercialização							Subsistência (além dos produtos comercializados)
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria doméstica	
Akamatsu, Eduardo	uva (1.160 pés) + caju (400 pés) + manga (50 pés)	pepino japonês, pimentão, berinjela, jiló	-	-	-	carneiro (20 cabeças), peixe (irregular)	produtos à base de caju (licor, compota, molho para churrasco), mandioca frita., em quantidades irregulares.	milho, mandioca, feijão, pés de fruta diversos, horta diversificada, galos e galinhas, porcos
Alves, Otacílio	uva (800 pés)	-	-	-	gado leiteiro (10 cabeças, 15 litros/dia), bezerros (irregular)	-	-	alface, mandioca
Barizon, Candido	laranja (800 pés)	-	-	-	gado leiteiro (2 mil litros/dia)	-	-	horta modesta, poucos pés de fruta, galos e galinhas
Buzo, Ivani	uva (1 mil pés) + laranja (1 mil pés)	-	-	-	-	-	-	galinhas (poucas), gado de corte (eventualmente), pés de fruta (poucos)
Donda, Fernando	uva (2.500 pés) + laranja (6 mil pés)	-	-	-	gado leiteiro (20 cabeças - 70 litros), mel (irregular)	-	vinho e suco de uva (irregular)	pés de fruta (poucos), horta (modesta)
Machado, Gonçalo	-	-	-	seringueira (3 mil pés)	-	-	-	mandioca, milho, palmito, pés de fruta diversos, horta diversificada, galinha
Machado, Maria	uva (200 pés)	vagem (irregular), pepino (irregular)	milho (irregular)	-	-	-	-	mandioca, pés de frutas (cerca de 20 espécies), horta, galinhas, gado leiteiro (2 cabeças)
Morandim, José	uva (1 mil pés) laranja (500 pés)	chuchu (200 pés)	-	-	-	-	-	feijão, gado leiteiro, galinhas, galos, porcos, árvores frutíferas diversas, horta diversificada
Nishimoto, Cecília	-	jiló, quiabo, berinjela, broto de bambu, couve, repolho, abóbora, pepino, alface, almeirão (agricultura natural, quantidades variadas)	milho (irregular)	-	-	-	-	árvores frutíferas (poucas), galinhas, galos, porcos

Famílias	Comercialização							Subsistência (além dos produtos comercializados)
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria doméstica	
Preti, Nelson	uva (5 mil pés), goiaba (400 pés), laranja (1 mil pés), limão (400 pés), manga (200 pés), temóia (150 pés)	-	-	-	-	-	-	horta modesta, galinhas, galos, árvores frutíferas (poucas)
Riga, Paulo e José	uva (2 mil pés), coco da bahia (3 mil pés), laranja (3 mil pés), lixia (450 pés), palmito (50 pés)	bucha (3 mil pés), tomate (150 pés), berinjela (80 pés)	-	coco triangular (500 pés)	-	-	-	horta modesta, árvores frutíferas diversas, galinhas e galos, peixes
Ryugo, Nelson	-	-	-	-	gado leiteiro (20 cabeças / 250 litros por dia)	-	-	galinhas, e algumas árvores frutíferas
Santim, Sebastião	uva (800 pés)	-	-	-	-	-	vinho e suco de uva (irregular)	galinhas (poucas), gado leiteiro (3 cabeças), poucas árvores frutíferas
Saraiva, Arnaldo	laranja (23 mil pés)	-	-	-	gado leiteiro (17 cabeças)	-	-	galinhas (cerca de 100 cabeças), carneiros (7 cabeças), porcos (15 cabeças) árvores frutíferas (poucas)
Saron, José	carambola (300 pés), goiaba (200 pés), manga (50 pés), canistel (40 pés), sapoti (20 pés)	-	-	eucalipto (2 mil pés), teca (1 mil pés)	-	gado de corte (8 novilhas)	-	árvores frutíferas (diversas), gado leiteiro (poucos), galinhas, galos, horta, legumes diversos

Fonte: informações coletadas em trabalho de campo.

Também os desenvolvimentos técnicos que já citamos anteriormente (aperfeiçoamento do pente de desbastar, substituição da antiga técnica de envolver o cacho de uva com papel jornal pela tela, aplicação de hormônio para garantir a brotação do fruto e da substituição de uvas finas por uvas rústicas) deram um novo impulso à produção da uva, que, já nos primeiros anos deste século, apresentava nova tendência de queda. Desse modo, hoje, a região está passando pela progressiva substituição da variedade de uva produzida: daquelas uvas que necessitavam de maior utilização de mão de obra e apresentavam maior custo de produção – por mais sensíveis a mudanças de temperatura, mais suscetíveis ao ataque de pragas e por necessitarem serem desbastadas –, como as uvas finas de mesa, por uvas niágara, de menor custo de produção e menor exigência de mão de obra. Apesar de ser possível a identificação desta característica mais geral da produção de uva, observamos que grande parte dos sítiantes produz mais de uma variedade de uva, entre uvas finas e rústicas, buscando, assim, resguardar-se das constantes oscilações nos preços de cada uma delas.

Outra importante cultura perene que, do mesmo modo, vem contribuindo para fixar o sítiante à sua terra, concedendo-lhe certa margem de segurança é a laranja, cuja produção cresce progressivamente desde 2010, tendo sua área cultivada recebido novo impulso de crescimento depois que, em 2004, foram encontrados os primeiros sintomas de contaminação por *greening* nos pomares na região Central do Estado (COOPERCITRUS, 2011), a maior região produtora da fruta e a região do Estado mais afetada pela bactéria (em 2010, 61,7% dos talhões possuíam pelo menos um planta contaminada, segundo SAMORRA, 2011). Também as ocorrências constantes de neve e frio intenso na Flórida (maior produtora mundial de laranja) concedem impulsos esporádicos à produção do cultivo na região noroeste do Estado.

A estabilidade proporcionada pelos pomares de laranja à reprodução das famílias de sítiantes da região foi demonstrada na reflexão já citada de Rosemari Buzo, que tem o cultivo como um “projeto de aposentadoria”, já que exige menor uso de mão de obra e trata-se, ademais, de uma planta perene que pode chegar a até cerca de 40 anos de vida. Outras frutas de ciclo de vida perene presentes na região são o limão, a goiaba, a manga. Também a banana, fruta de ciclo curto, têm sido cultivada sobretudo em áreas arrendadas.

Outro tipo de cultivo comercial cuja produção tem crescido significativamente é o cultivo de seringueira. Embora tenha sido encontrada em apenas três das propriedades visitadas, ouvimos com frequência comentários sobre diversos outros sítiantes que estavam iniciando ou planejando

iniciar seus plantios, e de alguns outros que estavam produzindo mudas de seringueira para serem comercializadas na região. Também durante as andanças pelas estradas rurais e rodovias avistamos diversos seringais. Observamos que sua produção tem sido maior, entretanto, nos municípios localizados no cinturão à beira dos rios, como Santa Albertina e Mesópolis, onde predomina a produção leiteira e o gado de corte. Alguns acreditam, mesmo, que a produção de seringueira tem concorrido com a expansão da monocultura da cana na região. E, embora engendre outra forma de subordinação ao capital agroindustrial, pode compor uma forma de resistência (chamada por alguns autores de *passiva*) ou *desistência* que coloca em risco o sucesso da direção dos projetos de desenvolvimento para a agricultura num determinado momento. SCOTT narra situação semelhante na Malaca colonial:

Mesmo uma leitura rápida sobre o desenvolvimento rural revela como uma rica safra e os esquemas impopulares de governos tem sido levados à extinção pela resistência passiva de camponeses. Em algumas ocasiões, essa resistência tem se tornado ativa e até mesmo violenta. A regra geral, porém, é a forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, e evasão e de engano. O permanente esforço do governo colonial da Malaca para desencorajar os camponeses de aumentar a produção de borracha, que poderia competir com o setor de *plantations*, principalmente pela terra e pelos mercados, é um caso exemplo. (SCOTT, 1992, p. 12-13)

O aumento dos plantios da seringa nos últimos anos é explicado, sobretudo, pelo aumento da demanda, fruto do crescimento da indústria automobilística nos principais mercados mundiais (e também nacional), problemas climáticos nas principais regiões produtoras, como o Sudoeste Asiático, dentre outros fatores. Segundo Gustavo Firmo, chefe da Divisão de Florestas Plantadas e Culturas Permanentes do Ministério da Agricultura, o Brasil atende apenas 30% da demanda nacional. Desse modo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento recentemente ampliou o crédito e facilitou as condições de financiamento para novas safras (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011). O aumento da demanda e baixo volume de oferta têm elevado significativamente os preços de comercialização do produto, que passou de R\$ 1,10 o Kg, em 2008, alcançando R\$ 2,23 em fevereiro de 2010, e uma média de R\$ 3,70 durante o ano de 2011 (SIQUEIRA, 2011).

Os sitiantes do Noroeste têm encontrado, então, na borracha, um novo estímulo em função de seus rendimentos. A expectativa (e muitas vezes o desejo) de sitiantes e engenheiros agrônomos da CATI é que a seringueira venha a ser um novo produto que estimule a fixação do homem no campo e seja mais uma alternativa em busca de estabilidade econômica. Além da

seringueira, encontramos propriedades com cultivos de eucalipto e também outras árvores madeireiras, como a teca.

Também a horticultura ocupa lugar relativamente importante para estes sitiantes, embora raramente represente o cultivo comercial principal (caso de apenas o caso da família Nishimoto). Cabe destacar, entretanto, que a região tem um forte cinturão horticultor no triângulo à nordeste da MR, como demonstramos no capítulo anterior. Para os sitiantes desta área que ora apresentamos, a horticultura representa, quase sempre uma estratégia de diversificação dos rendimentos.

Também figuram como produção comercial utilizada com estratégia de diversificação o gado de leite, o gado de corte e a indústria doméstica. Quanto a este último produto, cabe algumas considerações importantes. Embora a produção seja pequena, pode apontar para um processo de “negação da especialização” que lhes foi imposto no processo de modernização da agricultura (PERONDI, 2011). Encontramos apenas 3 propriedades que beneficiam produtos agrícolas cultivados em seus próprios sítios e os comercializam. É o caso das famílias Donda e Santim, de descendentes de italianos, que produzem suco de uva e vinho. Trata-se de uma produção bastante recente, iniciada no ano de 2009. Wilson Donda explica que o impulso à produção foi dado depois uma excursão preparada pela Secretaria da Agricultura em áreas de produção de suco de uva e vinho na região de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul. Depois da excursão, os sitiantes compraram os equipamentos necessários lá mesmo em Bento Gonçalves e iniciaram sua produção. Ainda segundo os agricultores, a EMBRAPA Uva e Vinho tem contribuído com esta produção, desenvolvendo variedades de uva próprias para suco e vinho. Outra família que desenvolve a indústria doméstica é a família Akamatsu, que prepara uma diversidade de produtos à base de caju (licor, compota, molho para churrasco e patê), e mandioca frita (tipo chips) embalada, além de esporadicamente vender filés de peixe pescados por Eduardo Akamatsu nos rios da região.

A renda obtida por estes produtos de indústria doméstica é ainda pequena, segundo as famílias visitadas. Os produtos são pouco conhecidos na cidade, e os sitiantes ainda não lograram construir um mercado de escoamento da produção. Nenhum destes agricultores possui autorização da vigilância sanitária para vender seus produtos. Reclamam dos altos custos das licenças necessárias para colocar seu produto no mercado. Sebastião Santim, de todo modo, afirma que não pretende fornecer seu produto para lojas ou supermercados, que acabam por se

apropriar de parte considerável da renda possível ao sitiante. Todavia, afirma que pretende se especializar, aprimorar seu produto para, assim, conquistar uma clientela local.

Duas características principais, entretanto, diferenciam esta área daquela onde se expande mais recentemente os plantios de cana. A primeira delas é a intensa diversificação produtiva. Vemos, num primeiro momento, que estas famílias desenvolvem, geralmente, mais de um *tipo de produção* agropecuária: 1 família realiza 4 atividades (Akamatsu): fruticultura, horticultura, gado de corte e indústria doméstica⁷¹; 3 famílias diversificam entre 3 atividades agropecuárias distintas (Donda, Riga e Saron) construindo cada qual diferentes arranjos entre a fruticultura, gado de leite, indústria doméstica, horticultura, atividade madeireira e extrativista e gado de corte; 6 famílias desenvolvem pelo menos dois tipos de produção agropecuária (Alves, Barizon, Machado, Morandim, Santim, Saraiva), construindo diferentes arranjos. Apenas 5 famílias desenvolvem apenas um tipo de produção agropecuária (Buzo, Machado, Nishimoto, Preti, Ryugo). Entretanto, se levarmos em conta o número de *produtos* que estas últimas famílias cultivam, veremos que em apenas duas delas (Machado e Ryugo) trata-se de um único produto (leite e borracha, respectivamente). No capítulo sobre a “comercialização e outras rendas” veremos que, entretanto, apenas a família Ryugo (cujo casal responsável pela produção é bastante jovem, na faixa dos 40 anos) tem apenas um rendimento. Gonçalo Machado, de outro modo, é um senhor de pouco mais de 80 anos, que vive apenas com sua mulher que tem problemas de saúde e, por isso, dificuldades de se locomover. Uma das filhas de Gonçalo vive na propriedade localizada à frente da sua, e frequentemente o auxilia nas atividades agrícolas. Ademais, Gonçalo arrenda parte de sua propriedade e “cede” outros trechos a parentes ou amigos.

Entre as famílias que desenvolvem mais de um *tipo de produção* agropecuária, encontramos também uma intensa diversificação de *produtos*: uma das famílias chega a cultivar 11 produtos diferentes (Nishimoto), 2 famílias possuem 9 tipos de produtos agropecuários comerciais (Riga e Akamatsu); 1 família cultiva 6 tipos de frutas (Preti). As demais (excluindo os casos já citados de Ryugo e Machado), trabalham com entre 2 e 6 tipos de produtos agropecuários distintos.

A segunda característica distintiva dos sítios da área é a presença generalizada da produção de subsistência, característica que os concede, segundo a população local, a definição

⁷¹ Embora saibamos que a “indústria doméstica” não seja propriamente uma “produção agropecuária”, mas uma atividade do setor terciário, de transformação, optamos por apresentá-la no mesmo quadro da “produção agropecuária” por derivar-se sempre dela.

mais apropriada de “sítios”. Todos eles apresentam uma significativa produção de subsistência, que associa diversos tipos de produção agropecuária. As mais encontradas foram as árvores frutíferas e os galos e galinhas, presente em quase todas as propriedades visitadas; depois surgem as hortas domésticas, que incluem os legumes, as verduras e as ervas aromáticas, encontrados em 10 das 15 propriedades; o gado de leite e gado de corte foram encontrados em 4 das 15 propriedades e os cereais e leguminosas (milho e feijão), em 3 propriedades. Destacamos, ademais, que os produtos comerciais destes sítios são também consumidos pelas famílias. Sendo a produção comercial bastante diversificada, incrementa, certamente, a alimentação da família.

3.1.1. A cana-de-açúcar nas áreas de predomínio da pequena agricultura

Quanto à expansão da cana nessa área de predomínio da pequena agricultura, observamos que, no conjunto dos municípios selecionados nesta área, a expansão da cana não é representativa. No município de Jales, apesar da quantidade plantada ser a mais elevada dentre os municípios da MR, representa apenas 5,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em Santa Salete e Urânia os baixos índices da presença da cana se repetem, representando, respectivamente, 2% e 8,9% da área total dos estabelecimentos agropecuários⁷².

Nessas áreas de predomínio da pequena agricultura diversificada preocupamo-nos tão somente em analisar as condições de reprodução do sítiante que não está arrendando suas terras para as usinas sucroalcooleiras, recaindo a análise sobre os que o estão fazendo para aqueles sítiantes que vivem mais próximos às áreas de expansão da monocultura da cana (questão que discutiremos mais detidamente, então, na próxima subseção). De todo modo, levantamos, entre esses agricultores que vivem nas áreas de predomínio da pequena agricultura, alguns elementos que podem nos ajudar a compreender porque, ao contrário do que tem acontecido com diversos agricultores que vivem em municípios como Mesópolis e Santa Albertina (como veremos no tópico seguinte), estes ainda não estão arrendando sua propriedade, ou parte dela, para as usinas sucroalcooleiras da região.

Começemos pela questão da “análise dos riscos”, já que, como apontamos em outro momento, é esta uma questão estruturadora da lógica camponesa. Circulam pela região diversos

⁷² Ver valores de produção de cana entre 1990 e 2010 na tabela 6 dos Anexos.

boatos a respeito das consequências da expansão da cana para a reprodução das famílias, a fertilidade dos solos, o meio ambiente, a dinâmica econômica dos municípios, e mesmo de impactos de cunho mais abrangente, como a questão do abastecimento. Nas rodas de conversa que acontecem nos bares, nas reuniões familiares, nos locais de trabalho, nas filas de bancos, e em outros diversos momentos, os sitiantes têm discutido o impacto da chegada da cana na região em seus mais diversos aspectos. Nos diálogos que travamos durante minhas visitas a suas propriedades observei também o clima de temor. A disseminação destes rumores é percebida por nós, tal qual por outros estudiosos das estratégias de resistência das classes populares, também como uma forma de discurso oculto que representa uma crítica ao poder dos dominadores.

Cada grupo subordinado produce, a partir de su sufrimiento, un discurso oculto que representa una crítica del poder a espaldas del dominador (...). Así pues, siguiendo esta línea de razonamiento, sugiero que interpretemos los rumores, el chisme, los cuentos populares, las canciones, los gestos, los chistes y el teatro como vehículos que sirven, entre otras cosas, para que los desvalidos insinúen sus críticas al poder al tiempo que se protegen en el anonimato o tras explicaciones inocentes de su conducta. (SCOTT, 2004, p. 20-22)⁷³

De um modo geral, a imagem que os sitiantes têm a respeito da Usina é de que ela é como um grande trator que tudo vai destruindo. Uma expressão forte dessa imagem está na fala de Virtudes Saron, sitiante do município de Jales: “Porque aonde planta cana, acaba tudo. Derruba casa, derruba rede elétrica... Tudo que tem, pelo que eu escuto”. E se um dia o sitiante decidir (ou necessitar) tomar de volta sua propriedade e retomar a atividade agropecuária sobre as antigas bases? Se a Usina desistir do arrendamento, ou se o preço da tonelada de cana alcançar preços demasiadamente baixos que não justifiquem mais o arrendamento... “Como reconstruir todas as estruturas?”, se pergunta o sitiante. Vemos que para eles não se trata, então, de uma decisão que deve ser tomada como num impulso, e nem mesmo que deva levar em conta apenas os rendimentos recebidos da Usina pelo arrendamento, mas também o risco de que, repentinamente, o contrato seja encerrado e que, então, o sitiante se sinta impelido a retomar sua pequena produção. Com o arrendamento vão-se estruturas construídas durante gerações, e os altos custos para reerguê-las faz com que os sitiantes acreditem que o arrendamento é “um caminho sem volta”.

⁷³ A respeito ver também SCOTT (2002) e MENEZES (2002).

Outra impressão que circula entre os sitiantes a respeito da Usina, captada nas entrelinhas de seus discursos, é o de que a Usina se relaciona com a propriedade percebendo-a, simplesmente, como um meio de alcançar seus fins últimos: os maiores níveis de lucratividade. Não nutre nem afeto nem responsabilidade com aquele espaço, e, portanto, não se preocupa com as consequências que o uso intensivo dela pode trazer⁷⁴. José Morandim, afirma que: “As usinas querem saber disso: elas querem saber de tirar o lucro delas. Aí depois quando eles vão entregar, eles já entregam a terra que não produz mais nada.” Outros dizem que: “a Usina usa um tipo de herbicida que você nunca mais vai conseguir produzir na terra, depois a gente gasta o dobro pra voltar a cultivar”. Essa preocupação com o desgaste da terra é reproduzido em inúmeros discursos. E, algumas vezes, comprovados pela observação e a experiência⁷⁵. Edilson Donda conta que seu pai recentemente plantou laranja onde antes estava uma área de cana para forragem, e que “não está querendo sair laranja lá”. “E laranja é praga!”, ressalta Edilson. E embora outros sitiantes (em número não menos significativo) acreditem que a Usina tem realizado a reposição de compostos e a proteção do solo de maneira até mesmo mais eficaz do que eles eram capazes de fazer, por seus limites econômicos, todos se preocupam, sobretudo, com a intensificação da captação de água subterrânea pela Usina, preocupação que, como temos acompanhado em diversos estudos, é bastante pertinente, como vimos no artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins (2010).

A mesma observação sobre a falta de responsabilidade dos Usineiros em relação à sua terra faz que os sitiantes temam ser responsabilizados por irregularidades cometidas pela empresa durante o período do arrendamento, como o desrespeito às leis ambientais e florestais. Este temor é alimentado pelas diversos comentários sobre as descobertas de “cemitérios” de árvores assentados pela Usina nas áreas arrendadas. Antônio Fiorili nos narra: “Eles iam a noite, faziam aquela cavaleta, e faziam o *cemitério*, que eles falam. Derrubavam! Aí a ambiental deu em cima e pegaram eles a noite”. Embora não tenhamos encontrado registro oficial deste fato na região, sabemos que esta é uma prática comum realizada pelas Usinas sucroalcooleiras em diversas

⁷⁴ PERES (2003, p. 23) retomando a obra de MILL (1983) reproduz um pensamento que relaciona os cuidados com a terra à forma de utilização do solo. O autor afirma: “Dê-se a uma pessoa a posse segura de uma rocha desolada e ela transformará em um jardim; arrende-se-lhe um jardim por nove anos e ela o transformará em um deserto”.

⁷⁵ E, podemos dizer, também por investigações realizadas em diversas áreas do conhecimento, como aquelas mencionadas no capítulo anterior, levantadas por MORAES SILVA e MARTINS (2010)

regiões⁷⁶. Alguns também afirmam, dentre eles os próprios engenheiros que circulam diariamente pelas propriedades da região, que as Usinas não tem respeitado os limites determinados pela legislação ambiental para a reserva das áreas de preservação permanente. Os sitiante sabem quem pagará pelos crimes ambientais cometidos pela Usina, e, então, decidir pelo arrendamento é também assumir este tipo de risco.

Mas os temores não se direcionam apenas às consequências diretas, aquelas que recaem sobre o que é de sua responsabilidade e direito, como a fertilidade de *sua* terra, *seus* bens imóveis e *seus* rendimentos, e, desse modo, à reprodução de *seu* modo de vida, mas também às consequências indiretas, aquelas que ao alcançar aquilo que o cerca, também o toca. Como a possibilidade de que a instalação da Usina atraia levas de migrantes e que, tal como se afirma em relação às regiões mais antigas de produção canavieira, aumente a violência nas cidades da região. Os sitiante sabem que 100% da colheita da cana-de-açúcar na região já é mecanizada. Entretanto, temem a chegada de migrantes para a atividade de plantio, esta sim, ainda manual. Além do suposto risco do aumento da violência, afirmam que os migrantes não contribuem para o desenvolvimento regional, e, que, ao contrário, acarretam o aumento de gastos públicos (como educação e saúde) e, em contrapartida, transferem seus rendimentos para seu local de origem.

E o mesmo “espírito” de estranhamento que observam na relação da Usina com sua propriedade, é atribuído à relação da Usina para com a cidade e à região como um todo. Antônio Saraiva diz: “O usineiro não é daqui, ele só explora, ele vai investir em outro lugar. Muito pouco ele investe na região.” Esta preocupação remete à possibilidade de persistência de uma economia moral local e regional, tal como observara Thompson (1998, P. 67) para o caso dos camponeses da Inglaterra do século XVIII. Com o monopólio do uso da terra, reconhecem os sitiante, há o risco do monopólio dos serviços de que a Usina necessita para seu funcionamento. Associada a outros conglomerados econômicos que detém o monopólio da produção e comercialização de sementes, insumos e fertilizantes e também do serviço de manutenção de equipamentos e veículos, a Usina se abstém da construção de relações com aqueles que oferecem os mesmos produtos e serviços na região. E como sobreviverá o proprietário e os empregados das oficinas mecânicas, das lojas de autopeças e insumos agrícolas quando reduzir-se a área cultivada pela pequena agricultura e o número de tratores e outros equipamentos utilizados pelos pequenos

⁷⁶ CASTILLO (2009) afirma que este fato pode ser observado também nas terras de pequenos produtores na região do Cerrado: “...também arrancam árvores isoladas, cobrem o buraco com a lenha picada e depois plantam a cana por cima, ocasionando o que se costuma chamar de 'cemitério de árvores'”.

agricultores que solicitavam frequentemente seus serviços? Com a mecanização da colheita, por outro lado, supõe os sitiantes que não haverá empregos para todos aqueles que arrendam as propriedades e migram para as cidades, e, então, com o risco da diminuição do volume de população como sobreviverão o proprietário e os empregados dos estabelecimentos que comercializam bens de consumo (supermercados, farmácias, restaurantes, papelarias, etc.)? Vimos no capítulo anterior que o segundo setor de atividade que mais emprega na MRG é o setor terciário que, então, sem integrar o circuito das relações comerciais estabelecidas pela Usina e desconstruído o vínculo com os pequenos proprietários, torna-se também um setor ameaçado pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Está posto então um “problema social” cujas dimensões os sitiantes da região reconhecem:

E os donos das usinas, eles vão levar o lucro para a cidade onde eles moram. E o comércio, eles não... Essas grandes empresas de cana, eles não vão comprar adubo, defensivo, nas lojinhas da cidade, eles vão comprar direto da fábrica. Então, quer dizer, o município pára de gerar dinheiro, não roda dinheiro. Pode ser que tenham empregos, só que não vira dinheiro. (...). Socialmente é inviável. (Entrevista com Nelson Ryugo, 15/12/2010, Urânia/SP)

Alguns sitiantes vão ainda mais adiante e se preocupam com questões bastante amplas como a questão do abastecimento. José Morandim, observando a forte migração dos jovens da região (do qual trataremos como mais cuidado na próxima sessão) e as investidas da cana na região se questiona:

“Todo mundo vai mudando para cidade. Vai *empiando* para cidade. Agora produzir, ninguém quer saber de produzir mais. Como que fica? Comer todo mundo tem que comer. Quer dizer, se o pequeno produtor não assumir, quer dizer que fica ruim para o povo da cidade.” (entrevista realizada em 22/07/2010).

E a “guerra de alimentos” de que nos fala PLOEG coloca em risco a reprodução material da sociedade, impondo o risco da carestia e do desequilíbrio na balança comercial em função da imposição da necessidade de importações frequentes de produtos da alimentação básica do brasileiro.

Estes temores se aliam a outros argumentos, subjetivos e objetivos, que se contrapõe à possibilidade do arrendamento para a Usina. Por um lado, o pequeno sitiante dessa área já ouviu comentários – que, como veremos, são mais reconhecidos nas áreas de expansão da cana-de-açúcar – de que “não compensa arrendar propriedades com menos de 10 hectares”. Veremos, a

seguir, que pelos cálculos que os sitiantes das áreas de expansão da cana frequentemente tem feito, trata-se de uma informação coerente. Afonso Voltan, Secretário da Agricultura do município acredita, de outro modo, que o cultivo da uva, da seringueira, e mesmo da laranja irrigada e outros tantos produtos agrícolas vêm resultando em rendimentos maiores do que os têm sido gerados pelo arrendamento para Usina. Os cálculos feitos por Rosemari Buzo, que a guiaram na escolha dos produtos que escolheu cultivar em seu sítio (demonstrados anteriormente) dão uma amostra de que a suposição de Afonso Voltan tem realmente lastro na realidade. Também não pensam na possibilidade de arrendar aqueles que fizeram grandes investimentos na lavoura ou no gado. Como é o caso dos produtores de uva e daqueles que investiram na tecnificação da produção leiteira, comprando resfriadores e ordenhadeiras mecânicas. Estes sitiantes, além de obterem um rendimento acima da média como retorno de seu investimento, também possuem imortalizado nestes equipamentos certo capital e potencial de trabalho.

Por outro, o sítio não é apenas terra de rendimento, é também terra de trabalho, de vida. Um bem de valores simbólicos que precisa ser preservado. É do que nos fala Carlos Eduardo Morandim, jovem agricultor: “... se eu pegar, arrendar pra cana pra ela me dar o que a uva me dá, eu vou fazer o que da minha vida? Só viver do dinheiro? Mas um dia isso pode acabar também. Fica um ponto de interrogação”. (entrevista realizada em 21/09/2010). Para a reflexão sobre este aspecto contribuem, sobremaneira, as discussões realizadas tanto no primeiro capítulo como no último capítulo, que será apresentado adiante.

Outros tantos, imbuídos por certa ideologia do trabalho, e associando sua capacidade de trabalho e seus conhecimentos diretamente e estritamente ao campo, se questionam sobre o sentido da vida na cidade. Para eles, arrendar é uma decisão compreensível, e até moralmente autorizada, apenas para aqueles que, em função do avançado da idade, lhes viram retiradas as forças para trabalhar. Para os jovens (aquelas da terceira e quarta geração), que não tem outra profissão, e cuja propriedade abriga a capacidade de conceder-lhe trabalho e reprodução da vida sem necessidade de vender sua força de trabalho para outros (o que representaria um retrocesso diante das conquistas obtidas por seus ascendentes), não há razões facilmente compreensíveis para optar pelo arrendamento. Ademais do potencial de trabalho contido na terra, há ainda uma forte relação de identidade do sitiante com aquele lugar, uma relação definida por muitos deles como de dependência quase que orgânica entre o homem e aquele espaço. Nas palavras de Paulo

Riga: “Difícilmente acontece isso aí, porque quem está aqui enraizou, criou tronco, agora é difícil sair. Desde 1958 eu estou lá e não penso em me mudar.”

São estes temores, por um lado, e o papel do sítio como terra de trabalho, terra de morada e referência identitária, por outro, que fazem com que grande parte dos sitiantes acreditem que a cana não chegará nas proximidades. Sentem que aquele aglomerado de pequenas propriedades, aquela diversidade de tons de verde, e de cores de frutos, a intensa e significativa ocupação do espaço realizada pelos sitiantes, formou uma espécie de “barreira natural” à expansão da cana. Como nos explica Gonçalo Machado: “Na minha avaliação (...) a cana não vai vir aqui, eu não tenho receio da cana. (...) Para fazer isso aqui é muito difícil. (...). Parece que para nós a borracha, a seringueira, a laranja, a uva, o eucalipto está fazendo uma cerca para que a cana não entre” (entrevista realizada em 23/09/2012).

Alguns sitiantes, entretanto, olhando para o futuro e para as transformações recentes no campo na região acreditam que a chegada da cana é uma questão de tempo, é um “caminho sem volta”. Aquela observação feita por José Morandim, de que os jovens têm sido cada vez mais atraídos pelos empregos e pela vida urbana, a observação da degradação das condições econômicas da vida do sitiante, fazem agricultores como Sebastião Santim acreditarem que, nestas condições, o arrendamento é a melhor opção:

O pai vai ficando velho, não está dando conta mais de trabalhar, e o filho não vem ajudar. O cara vai arrendar pra cana! O cara analisa que vai morrer mesmo, chega lá nos seus 60 anos e vê que vai viver bem mais uns 10 anos. Arrenda pra cana, se filho nenhum mais quer. Está certo, experiência do meu pai. Arrendou um pouco pra banana, mexia com criação... Se não num ia dar conta, tinha que pagar alguém pra ajudar. Se não pode pagar, não tem jeito, já é programado. Então, automaticamente vai perdendo as condições de tomar conta disso e arrenda. (Entrevista realizada em 17/12/2010, Jales/SP).

As suspeitas de Sebastião Santim e as avaliações feitas por outros entrevistados são confirmadas pela realidade. Embora, nesta área, não tenhamos realizado entrevistas com aqueles que arrendaram suas propriedades, as notícias que ouvimos sobre aqueles que o fizeram nessa área onde ainda predomina a pequena agricultura se repetem: trata-se quase sempre de sitiantes de idade mais avançada, cujos filhos não se mantiveram no campo, e que tinham como atividade econômica quase sempre a pecuária leiteira ou pecuária de corte. Essas informações corroboram os dados apresentados na seção anterior e serão também confirmadas pela discussão dos casos daquele que arrendaram suas terras nos municípios de Mesópolis e Santa Albertina. São

comentados ainda, casos de sitiantes que arrendaram suas terras após algum evento inesperado que o retirou as condições de reprodução, como aquele que teve sua ordenhadeira mecânica roubada e não tinha condições de tirar o leite do gado (sua única atividade econômica) sozinho.

O que encontramos nessa área no momento atual, desse modo, é um contexto ainda bastante desfavorável à expansão da cana: os rendimentos com os produtos cultivados são relativamente altos, possibilitando que as novas gerações se mantenham no campo e se reproduzam com o trabalho agrícola; a idade média daqueles que ficaram nas propriedades é ainda baixa (a maioria deles tem entre 35 e 50 anos), sugerindo que poderão tocar os trabalhos na lavoura por ainda longos anos; alguns jovens (ainda que pareçam poucos) vêm se interessando em manter a atividade produtiva iniciada, mais frequentemente, por seus bisavós (sobretudo em função dos altos rendimentos). Se há algum risco de a região se transforme num grande mar de cana, tanto aos sitiantes como a nós, pareceu ser um risco posto num futuro relativamente distante.

Entretanto, imbuídos das mesmas preocupações que rondam o pensamento dos sitiantes, representantes políticos do setor começaram a manifestar-se desde que a Usina Colombo se instalou na microrregião. Em 2007, o então Secretário da Agricultura, Nilton Aparecido Marques de Oliveira, encaminhou um extenso documento ao Ministério Público Estadual solicitando providências no sentido de preservar a “vocação” escolhida pela Região de Jales: “a agropecuária focada na explora o familiar, dentro de uma reforma agrária natural”. A carta de apresenta o que faz tal defesa é seguida de uma série de impressos de textos e matérias de jornais eletr nicos que apontam para as possíveis consequências da expansão da monocultura da cana-de-a o, que reproduzem as preocupa es percebidas no pensamento dos sitiantes: os danos ambientais, o problema das migra es, o monopólio e a conseqüente concentra o de renda, que, por sua vez, ameaça a produ o das economias locais, a questão da segurança alimentar e do abastecimento, e, ainda, notícias sobre municípios que criaram leis que limitam a expansão da cana na região, como o município de Rio Verde, no Estado de Goiás. Segundo Nilton Marques, a iniciativa não teve nenhum efeito prático.

Num segundo momento (fevereiro de 2008), alguns representantes dos setores rurais (entre engenheiros agrônomos da CATI, representantes de cooperativas e sindicatos rurais, dentre alguns sitiantes) reunidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, depois de uma discussão sobre as consequências da chegada da Usina Colombo na região (suscitada pelo

requerimento do “certificado de conformidade do uso do solo” feito pela usina Colombo), sugeriram a representantes políticos locais que criassem uma lei municipal que limitasse a expansão da monocultura da cana na região⁷⁷.

O projeto de lei foi, então, elaborado pela vereadora Aracy de Oliveira Murari Cardozo (que naquele momento assumia também o cargo de Presidente da Câmara). O documento que segue à redação do projeto de lei é bastante semelhante àquele já apresentado por Nilton Marques no ano de 2007: textos e notícias destacando as consequências danosas da expansão da cana ao município, entre cartas de manifestação de apoio à criação da lei, elaboradas pelo bispo Dom Demétrio, um estudante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios da ETEC do município e representantes de órgãos de classe dos setores rurais (Sindicato Rural da Região Oeste Paulista, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales, da Associação dos Engenheiros da Região de Jales). A lei, aprovada pela Câmara dos Vereadores em 24/03/2008 e regulamentada em 26 de março de 2008, sob o número 3.396, sugere que o plantio de cana-de-açúcar destinado à indústria sucroalcooleira fique limitado a 10%⁷⁸ da área agricultável do município, e que toda nova área de plantio está sujeita à autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente do município.

Segundo o relato da vereadora Tatinha (Aracy de Oliveira Murari Cardozo), embora a lei tenha sido aprovada sem grandes dificuldades, tendo recebido a adesão de 2/3 dos vereadores do município, o dia da votação foi tensionado pela visita do prefeito de Santa Albertina, o município onde está instalada a Usina Colombo. “Aí o Tao [Antonio Pavarini de Matos] o prefeito, vinha e falava: ‘Pelo amor de Deus! Vocês não podem aprovar esse projeto! Vai trancar o desenvolvimento, nós precisamos de área pra cultivar a cana-de-açúcar pra abastecer a Usina Colombo.’”. Esse episódio ilustra a intensa disputa política em torno do modelo de desenvolvimento econômico. De um lado, sitiantes (individuais, sindicalizados, cooperados), comerciantes, funcionários públicos que prestam assistência aos pequenos proprietários, vão em

⁷⁷ O texto da ata da reunião diz: “... outro assunto de muita importância também foi discutido, onde o Engenheiro Agrônomo Tadeu Calvoso Paulon [funcionário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Município] falou sobre a solicitação da Usina Colombo, que está se estabelecendo na cidade de Santa Albertina que pede o Certificado de Conformidade do Uso do Solo para a atividade de cultivo e produção de cana-de-açúcar no município de Jales com a finalidade industrial. Frente a esse assunto, os conselheiros DELIBERARAM que o poder executivo deve criar lei específica limitando a expansão dessa cultura em 5% da área do município que é de aproximadamente 36.000 hectares, pois o município em sua maioria é constituído de mini e pequenas propriedades rurais, podendo causar grave problema social no campo e na cidade. Face a essa posição, decidiu-se que não se deve fornecer o Certificado requerido pela Usina Colombo até a implantação da referida lei.”

⁷⁸ A proposta original sugere 5% da área. Esse valor foi modificado pela subemenda modificativa 05/2008.

defesa de uma agricultura que é a base da reprodução de milhares de famílias de sítiantes e da economia local; de outro, representantes políticos que apresentam como solução para o empobrecimento da população do campo e do êxodo rural, o “progresso” prometido pela instalação da Usina na região.

Dois anos depois de regulamentada a lei, ergue-se nova discussão a partir da suspeita de que, em verdade, a área plantada do município já havia ultrapassado o limite de 10% da área agricultável, disposto na lei 3.396 de 26 de março de 2008. Solicitados esclarecimentos à Secretaria Municipal de Agricultura, o vereador requerente (Sérgio Nishimoto) recebe a informação de que, naquele momento (ano de 2010) haviam já 1.793 hectares de cana plantada (o equivalente a 5.2% da área total do município), mas que apenas 7 propriedades, que perfazem 950 hectares, tinha autorização para o plantio. Nova tensão é gerada, e novamente a vereadora Tatinha ingressa, na Promotoria de Justiça de Jales, com uma representação contra o prefeito em exercício, Humberto Parini, por improbidade administrativa, acusação sustentada na afirmação de que o prefeito não criou instrumentos de fiscalização do cumprimento desta lei e também de outras leis municipais, referidas a outras questões de ordem pública. A promotoria pública indefere a representação apresentada, apurando, desse modo, que não houve “qualquer ato ilegal, ou lesivo ao Município. E se existisse, não se demonstrou dolo ou culpa na ação do investigado, pois existem evidências de que para execução destas leis mudanças devem existir no âmbito da Administração para facilitar a execução destes dispositivos legais”. As opiniões se dividem: alguns realmente acreditam que os limites orçamentários do município impediram o prefeito de cumprir com sua função; outros, como a própria redatora da lei, ao contrário, acredita que se trata de uma decisão política.

Uma última polêmica erguida em torno das disposições da lei n. 3.396 de 2008 aconteceu quando, em princípios de 2011, o Secretário da Agricultura de Jales, Afonso Voltan, indeferiu um pedido administrativo de autorização para o plantio de cana-de-açúcar em áreas do município de Jales, solicitado pelo Grupo Noble, com base no disposto no corpo da lei. O grupo possui Usinas instaladas em três municípios das proximidades: Meridiano (distante cerca de 45 km de Jales), Sebastianópolis (distante cerca de 110 km) e Catanduva (há 205 km). A empresa ingressou, então, no Tribunal de Justiça de Jales, com um “mandato de segurança” contra o secretário da agricultura. A sentença proferida pelo juiz Eduardo Henrique de Moraes Nogueira, dispõe que “o indeferimento da autoridade impetrada está amparado em legislação municipal em vigor, em

obediência ao princípio de legalidade”, que “ao contrário do sustentado pela impetrante, o Município de Jales, enquanto Poder Público, tem competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente em seu território”, “e que a Lei Municipal 3.396 não contraria nem afronta dispositivos constitucionais ou estaduais.” E conclui:

Com efeito, não se pode negar seu predominate assunto de interesse local, em face não só das peculiaridades da agricultura familiar diversificada do Município, que é a base de sua economia, mas também às implicações sociais da monocultura da cana-de-açúcar, como bem destacou o representante do Ministério Público.

Afonso Voltan acredita que o Grupo Noble, certamente ancorado no resultado do julgamento de ações movidas por usinas sucroalcooleiras contra outras prefeituras que por meio de leis da mesma natureza tentaram limitar a expansão da cultura da cana-de-açúcar em seus municípios⁷⁹, acreditava na inconstitucionalidade da lei em questão quando ingressou com o “mandato de segurança” contra o secretário da agricultura de Jales, e nos informou que a empresa havia anunciado que, antes de seguir com o litígio, tentaria um acordo entre as partes. Para isto, solicitou uma reunião com os proponentes da lei, as autoridades municipais e agricultores e órgãos representativos de setores rurais para explicar suas “intenções” para com o município e abrir um debate. O desenrolar desse processo ainda é desconhecido.

Os embates aqui narrados certamente nos servirão para construir reflexões mais aprofundadas sobre as disputas ao redor do modelo de desenvolvimento adotado nacionalmente, e entre este e o modelo já predominante nas localidades. Tais disputas, pois, em função do esforço de justificação que exigem, tem o efeito de realçar os significados e dar relevo ao tema.

⁷⁹ O primeiro caso conhecido a respeito é o da imputação de “inconstitucionalidade” à lei 5200/2006, que restringia o plantio de cana-de-açúcar no município de Rio Verde-GO a 10% da área agricultável de cada propriedade agricultável. A sentença do juiz, segundo SCHUTZ (2001), inicia seu argumento afirmando reconhecer o interesse do município em assegurar “manutenção dos elevados índices de desenvolvimento que a economia graneleira já instalada na comuna tem proporcionado”. E segue: “Entretanto, por se tratar de assunto de repercussão geopolítica e estratégica mais ampla, mormente com a anunciada falência da matriz energética global baseada nos combustíveis fósseis, e a assunção pelo Brasil de liderança no mercado internacional de biocombustíveis, com destaque para o etanol, conclui-se pela predominância do interesse nacional.” Ademais desse julgamento explicitamente ideológico, o juiz afirma que “a limitação ao direito de propriedade inserida na lei municipal é de competência privativa da União Federal, ex vi do que dispõe o artigo 22, inciso I, da Carta da República.” Há casos conhecidos de outros municípios que criaram leis que limitam a expansão da cana, como o município de Santa Fé do Sul (em 2009), nesta mesma microrregião de Jales, e o município de Jataí, vizinho do município de Rio Verde-GO (em 2010), onde primeiro se legislou a respeito. Suspeitamos que esses não sejam os únicos casos conhecidos.

3.2. A produção agropecuária nas áreas de expansão da monocultura da cana.

Da análise dos dois quadros a seguir (de número 2 e 3), podemos observar a diferença entre as estratégias produtivas dos agricultores que vivem em áreas onde predomina a pequena agricultura e daqueles que vivem em áreas de expansão da cana-de-açúcar. Das 13 propriedades que ainda mantêm alguma produção agropecuária para comercialização (ou seja, que ainda não arrendaram suas terras para o plantio de cana para a Usina) em todas elas se pratica pecuária leiteira ou de corte. Destas, cinco desenvolvem uma única atividade agropecuária, e em todas elas trata-se da pecuária leiteira. Quatro diversificam as atividades entre pecuária leiteira e de corte. E apenas em quatro propriedades encontramos cultivos agrícolas para comercialização. Neste espaço da MRG da Jales, portanto, encontramos, de um modo geral, menor diversificação agrícola.

Como já destacamos anteriormente, a liquidez proporcionada pela comercialização do leite, mas também do gado de corte, possui, acreditam tantos sitiantes, a vantagem de proporcionar estabilidade e permitir a permanência da família na propriedade⁸⁰. Embora os sitiantes que desenvolvem a atividade reclamem frequentemente dos altos custos de produção e dos baixos preços do leite no mercado, também defendem que a criação de gado é um “capital seguro”. Nos momentos de crise ou queda dos preços de comercialização do leite é possível vender uma vaca ou um boi para “aliviar as despesas”, nas palavras de Dirce Paz. Os sitiantes mais jovens, com mais disposição ao trabalho, podem optar, ainda, pela coleta de leite duas vezes ao dia, aumentando a produção e alcançando maiores rendimentos, como o caso da família Bianco e da família Barbieri.

A fruticultura, a horticultura e a produção de árvores madeireiras e extrativas ocupa pouco espaço nesta área de expansão da cana: cada um destes produtos foi encontrado em apenas 2 propriedades. Sendo a pecuária leiteira e de corte caracterizadas pelo uso extensivo do solo, e aquela primeira também pelo uso intensivo de mão de obra, os sitiantes da área têm seu espaço e seu tempo limitado para o desenvolvimento de outras atividades.

⁸⁰ CLEMENTE (2006) ao estudar a cadeia produtiva do leite na região também aponta a questão da liquidez proporcionada pela venda do leite como uma razão que faz com que este produto seja preferido pelos sitiantes da região.

Também nessa área já encontramos sítios cultivando seringueira. São apenas 2 dos 16 visitados, mas ali também circulavam informações sobre os altos preços do produto no mercado e as facilidades de financiamento da produção, bem como as narrativas sobre outros tantos agricultores que estão iniciando a sua produção. Aqueles que estão produzindo seringueira não arrendam nenhuma porção de sua propriedade para a Usina, o que, embora não seja um dado estatisticamente representativo, vai de encontro às projeções de alguns de que a produção de borracha venha a apresentar-se como forte concorrente à atuação das Usinas.

Outra observação a ser notada no primeiro dos quadros a seguir diz respeito à produção para subsistência. De um lado, notamos que é ela menos relevante nestas propriedades dedicadas, sobretudo, à criação de gado. Também nos sítios localizados na área de predomínio da pequena agricultura observamos que, aqueles que têm na criação de gado sua atividade principal, também possuem uma produção para subsistência menos significativa. Por outro lado, encontramos o caso destacado de uma propriedade integralmente arrendada para a cana que todavia apresenta uma produção de subsistência. Trata-se da propriedade do senhor Antônio Fiorili. Trataremos dos sentidos evidenciados por esse caso mais adiante.

Resta-nos, compreender, então, a outra das atividades econômicas que vem tomando vulto na área: o arrendamento para a cana-de-açúcar. Tal como fizemos até então para as outras atividades buscaremos compreender as razões pelas quais estes agricultores fazem essa opção que, neste caso, não se trata de uma opção produtiva, mas de uma estratégia econômica, já que o arrendamento não é definido como atividade agropecuária. Além de compreender as razões pelas quais os sítiantes arrendam suas terras, buscaremos compreender as consequências desse processo para a reprodução do modo de vida do sítiante do noroeste paulista.

Quadro 2. Produção para comercialização e subsistências na área de expansão do plantio de cana-de-açúcar

Famílias	Comercialização							Subsistência (além dos produtos comercializados)
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeireiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria doméstica	
Barbieri, João					100 cabeças de gado (130 litros-dia)			árvores frutíferas (várias), galinha (50 cabeças)
Barbon, Wilson	-	-	-	-	20 cabeças (100 litros/dia)	-	-	galinhas (50 cabeças), porco (6 cabeças), árvores frutíferas (poucas), horta
Bianco, Octávio	-	-	-	-	26 cabeças (296 litros-dia)	porco (25 cabeças), vacas (20 cabeças)	-	galinha carijó (40 cabeças), árvores frutíferas (poucas), horta
Birilli, Antônio	-	-	-	-	35 cabeças (100 litros-dia)	porco (70 cabeças)	-	galinha (50 cabeças), árvores frutíferas (poucas)
Contro, Octávio	-	-	-	-	-	-	-	árvores frutíferas (poucas)
Donegá, Celso	laranja (2 mil pés), limão (700 pés)	tomate (500 pés)	-	seringueira (1.500 pés), eucalipto (70 pés)	-	boi (35 cabeças)	-	árvores frutíferas (poucas), horta, galinhas (30 cabeças), porco (3 cabeças)
Fiorilli, Antônio	-	-	-	-	-	-	-	6 cabeças de gado (leite), horta, galinhas (20 cabeças), árvores frutíferas (poucas)
Matos, Armando	-	-	-	-	-	-	-	árvores frutíferas (poucas)
Paz, João	-	-	-	-	15 cabeças (60 litros)	porco (30 cabeças), carneiro (15 cabeças), galinhas (90 cabeças)	-	árvores frutíferas (poucas), horta
Ruza, Pedro	-	-	-	-	20 cabeças (70 litros/dia)	-	-	árvores frutíferas (poucas), galinhas (30 cabeças), porco (1 cabeça), horta
Sertorio, Silvio	-	-	-	-	-	-	-	árvores frutíferas (poucas), galinhas (15 cabeças)
Silva, João	-	-	-	eucalipto (12 mil pés), seringueira (2 mil pés)	-	boi (300 cabeças)	-	árvores frutíferas (poucas)
Tanaka, José	-	-	-	-	14 cabeças (70 litros-dia)	-	-	árvores frutíferas (poucas), galinhas (poucas)
Tanaka, Leonilda	manga (100 pés)	-	-	-	10 cabeças (80 litros-dia)	boi (40 cabeças)	-	galinhas (50 cabeças), porco (3 cabeças), peixe (irregular), horta, árvores frutíferas (diversas), mandioca

Famílias	Comercialização							Subsistência (além dos produtos comercializados)
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeireiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria doméstica	
Yamada, Coiti	-	abóbora (750 pés)	-	-	-	boi (23 cabeças)	-	galinhas (60 cabeças), porco (2 cabeças), horta, hortaliças (irregular), mandioca (200 pés)
Zequine, Otávio					30 cabeças (100 litros-dia)			galinha (30 cabeças), porco (9 cabeças), árvores frutíferas (poucas), mandioca (30 pés), palmito guariroba (50 pés)

Fonte: Informações coletadas em trabalho de campo.

Quadro 3

Situação de arrendamento dos sítios localizados na área de expansão recente da cana-de-açúcar						
Famílias	Arrendamento como única fonte de renda	Arrendamento e atividade agropecuária	Apenas atividade agropecuária	Extensão total do sítio (ha)	Extensão total da área arrendada (ha)	Município de localização
Barbieri, João	-	-	X	53	-	Mesópolis
Donegá, Celso	-	-	X	36	-	Mesópolis
Paz, João	-	X	-	39	34	Mesópolis
Ruza, Pedro	-	X	-	39	24	Mesópolis
Sertorio, Silvio	X	-	-	29	24	Mesópolis
Silva, João	-	-	X	149	-	Mesópolis
Yamada, Coiti	-	X	-	77	55	Mesópolis
Zequine, Otávio	-	X	-	60	41	Mesópolis
Barbon, Wilson	-	X	-	54	33	Santa Albertina
Bianco, Octávio	-	-	X	24	-	Santa Albertina
Birulli, Antônio	-	X	-	70	22	Santa Albertina
Contro, Octávio	X	-	-	111	72	Santa Albertina
Fiorilli, Antônio	X	-	-	82	75	Santa Albertina
Matos, Armando	X	-	-	103	63	Santa Albertina
Tanaka, José	-	-	X	39	-	Santa Albertina
Tanaka, Leonilde	-	-	X	29	-	Santa Albertina

Fonte: Informações coletadas em trabalho de campo.

3.2.1. O arrendamento para o plantio de cana-de-açúcar

Para reconhecer e analisar a situação daqueles que estão vivendo na área de expansão mais recente da cana-de-açúcar realizamos investigações em dois municípios que vivem situações distintas: o município de Mesópolis, aquele que possui a maior proporção da área agricultável ocupada com cana em toda a microrregião (76%), e o município de Santa Albertina que, apesar de ter instalada em seu território a única usina sucroalcooleira presente na região, até o ano de 2010 possuía apenas 7% de sua área agricultável ocupada com a monocultura da cana destinada à agroindústria.

Nestes municípios encontramos, entre os sitiantes, pelos menos 3 reações diferentes à expansão da cana (como se poder ver no quadro 3, acima): aqueles que arrendaram toda a propriedade, os que arrendaram parte dela e aqueles que não arrendaram nenhuma porção de terras, insistindo na atividade agropecuária. Em ambos os municípios analisamos estas três situações. Todavia, a sorte de distinções percebida na observação da história de cada uma das famílias é bastante mais ampla: há os sitiantes que arrendaram praticamente toda a propriedade e continuam utilizando-a apenas como lugar de moradia; há os que a arrendaram e se mudaram para a cidade; aqueles que, apesar de terem passado a residir na cidade (ou na vila, como se diz entre alguns destes sitiantes) depois da opção pelo arrendamento, vão todos os dias ao sítio cuidar de uma pequena produção de subsistência; também os que arrendaram parte significativa do lote, ou apenas uma porção diminuta dele; aqueles que continuam trabalhando exclusivamente com atividades agropecuárias, mas cujos filhos estão trabalhando para a Usina; os que não arrendam e não possuem nenhum membro da família empregado na Usina. Encontramos, como se vê, uma diversidade de estratégias econômicas acionadas por estas famílias.

Como veremos com mais detalhe na seção seguinte, um fator que pesa sobre a opção do arrendamento é a questão do potencial de trabalho acumulado no interior do grupo familiar. Para estas questões, concorrem, por exemplo, o número de componentes do grupo familiar e também a idade daqueles que são os responsáveis pela produção. Veremos que, nesse tema, há diferenças significativas entre as famílias das duas áreas destacadas como universo empírico desta investigação: por um lado, a média do número de membros de cada família é significativamente menor nas áreas de expansão recente da cana, onde predomina a pecuária; por outro, a idade daqueles que hoje são os responsáveis pela produção é significativamente mais alta. Antecipar este dado se faz necessário porque o problema da mão de obra é apontado, tantas vezes, como o “grande deflagrador” da decisão de arrendar a

propriedade para o plantio de cana-de-açúcar. Os dados apresentados sobre as escolhas produtivas dos sitiantes da área entretanto, questionam esta assertiva. Perguntamo-nos se não foi, em verdade, a opção pela pecuária, a menor diversificação agrícola e a menor presença da produção de subsistência que, juntos, fragilizaram estas famílias. A pecuária leiteira, como vimos, não tem se apresentando como uma atividade capaz de oferecer rendimentos suficientes para a manutenção de um maior número de membros. A extrema confiança que algumas famílias depositaram na “vaquinha de leite”, tendo-a, muitas vezes, como a única fonte de rendimentos, parece as ter colocado numa situação de maior fragilidade justamente na medida em que, apesar de proporcionar ao sitiante uma renda mais frequente, não produziu valores suficientes para garantir a reprodução dos filhos e, algumas vezes, nem mesmo para reproduzir a atividade produtiva. Há casos de sitiantes que alegam ter optado pelo arrendamento porque não tinham capital suficiente para reformar o pasto, ou para reflorestar as áreas de APP. Nestes casos vemos, portanto, que se o problema da mão de obra pesou sobre aqueles que arrendaram a propriedade, ele é explicado, antes, porque a estratégia produtiva adotada não foi eficaz no sentido de possibilitar a reprodução dos membros de todo o grupo familiar.

As quatro famílias de sitiantes que arrendaram toda a propriedade para o plantio de cana desenvolviam uma única atividade produtiva em seu sítio. Antônio Fiorili, Armando Matos e Silvio Sertório praticavam a pecuária leiteira; Otávio Contro, a pecuária de corte. Estes dois últimos pequenos proprietários de terras (aos quais hesitamos, nesse momento, chamar de modo generalizado de sitiantes) já moravam na cidade antes mesmo de arrendar sua propriedade. Armando, filho de um comerciante que comprou terras de sitiantes endividados com as consequências da geada de 1975, nunca trabalhou na agricultura. Seu pai sempre manteve a produção de leite que implantou nessas terras com mão de obra assalariada. Durante a juventude, então, Armando foi viver em uma cidade média (São José do Rio Preto), graduou-se em Engenharia Mecânica e, depois de algum tempo trabalhando na área urbana, decidiu retornar à Santa Albertina para administrar as terras de seu pai. Silvio Sertório, filho de um sitiante da região, aí viveu até a década de 1990, quando decidiu tentar a vida na cidade. Em São Bernardo do Campo viveu por 16 anos, trabalhando como motorista, e há quatro anos (depois de ter comprado as terras de seu pai, que estava endividado) retornou para o sítio do pai e criava gado de leite.

Antônio Fiorili, de outro modo, nunca saiu dessa região, e sempre viveu da atividade agropecuária, tendo se limitado, já há alguns anos, à criação de gado leiteiro em função do adiantado da idade (o sitiante tem 82 anos). Depois que seus dois filhos saíram de casa para

estudar (uma filha advogada e um filho mecânico vivem em São Paulo; outra filha é comerciante e vive em Mato Grosso) Antônio se mudou, acompanhado de sua esposa, para a “vila” (como ele diz), a área urbana do município, e se dirigia todos os dias à propriedade para o trabalho de retiro de leite, acompanhado de um empregado assalariado. Há apenas quatro atrás arrendou suas terras para o plantio de cana, decisão tomada, sobretudo, pelo problema na coluna que o impedia de continuar trabalhando. Todavia, frequenta a propriedade todos os dias. Na área de APP mantém uma pequena criação de gado de corte e uma diminuta horta. Antônio não se adaptou à sociabilidade típica da cidade, dos encontros nos bares, dos passeios pela rua, dos jogos de dominó ou baralho nas praças. O caminhar até a propriedade todos os dias é o que dá sentido a seu cotidiano, mesmo depois de arrendada toda a área agricultável do sítio. E embora há cerca de duas décadas vivesse na vila, o sofrimento causado pela necessidade do arrendamento é evidente. Quando pedi que me levasse até a propriedade Antônio relutou, justificando-se que “não havia nada para ver lá”. E me convidou a conhecer sua propriedade quando ela efetivamente tinha “vida”, olhando a grande fotografia enquadrada exposta na sala de sua casa da vila, onde conversávamos. Ficamos alguns longos minutos observando aquela imagem, e Antônio, enquanto narrava a história de constituição do sítio e recordava os tempos em que sua família ali vivia e produzia, novamente se emociona, tal como tinha se emocionado algumas vezes durante a entrevista quando refletia sobre a forçosa necessidade de ter arrendado suas terras.

Estes sitiantes que arrendaram seus sítios não praticam nenhuma outra atividade agropecuária, mas buscam associar os ganhos com o arrendamento da terra com outras atividades não-agrícolas. Antônio Fiorili e sua esposa são aposentados; Silvio Sertório está procurando trabalho na Usina, e também sua esposa tem um emprego urbano (é professora da escola pública municipal). Armando Matos é único que tem no arrendamento sua única fonte de renda. A necessidade de busca de outros rendimentos por aqueles que arrendam a propriedade aponta, então, para a hipótese de que a renda proporcionada pelo aluguel das terras à Usina não seja suficiente para a reprodução das famílias de seus proprietários.

Também das seis famílias que arrendaram uma parte da propriedade, todas tem na pecuária (de leite ou de corte) a atividade que gera o principal rendimento. Três delas tem como única atividade agropecuária a pecuária leiteira (a família Barbon, Ruza e Zequine); duas associam pecuária leiteira e pecuária de corte (Biroli e Paz) e apenas uma diversifica sua produção entre a pecuária leiteira e a horticultura (família Yamada).

É interessante notar que uma das famílias (a família Ruza) pretende utilizar-se dos rendimentos do arrendamento para irrigar a área de pasto agora reduzida. Pedro Ruza acredita

que a irrigação vai lhe permitir manter o volume de produção que tinha antes do arrendamento em uma extensão de terras menor. Este exemplo mostra como algumas famílias se utilizam da estratégia do aluguel da terra para a Usina não apenas como estratégia para aumentar sua renda, mas também como fonte de reestruturação de sua produção agropecuária. Quanto às famílias Zequine e Barbon, outras das famílias que, além de arrendarem a propriedade, possuem uma única atividade agropecuária, ambas manifestaram a possibilidade latente de, num curto espaço de tempo, arrendarem o restante da área agricultável do sítio. Observamos, no quadro da produção apresentado anteriormente, que o volume de sua produção é já reduzido.

Quanto às estratégias produtivas das famílias Biroli e Paz, aquelas que associam pecuária de leite e de corte, para uma delas a distribuição dos esforços no desenvolvimento das duas atividades lhes proporciona um equilíbrio relativo, que é ampliado pela renda recebida pelo aluguel das terras e pelo fato de que um dos filhos de Biroli, de 31 anos, se manteve na propriedade. Já a família Paz, se encontra numa situação mais fragilizada. Sua reprodução está fortemente ancorada na pecuária leiteira, tendo a pecuária de corte pequena importância. Por outro lado, o casal de idade já avançada (61 e 82 anos) não possui nenhum filho vivendo e trabalhando no sítio. Dessa forma, o arrendamento para a cana representou, para eles, importante estratégia econômica de diversificação dos rendimentos.

Nas famílias que decidiram não arrendar nenhuma parte de sua propriedade é onde encontramos mais frequentemente a diversificação produtiva. Das 6 famílias conhecidas, 3 desenvolvem pelos menos dois diferentes tipos de atividade agropecuária, associando gado de corte, fruticultura, horticultura e extrativismo vegetal (como no caso da família Donegá), pecuária de corte e extrativismo vegetal (no caso da família Silva) e pecuária de corte e fruticultura (caso da família de Leonilde Tanaka). Duas famílias associam pecuária de leite à pecuária de corte (a família de Otávio Bianco e José Tanaka) e apenas uma (a família Barbieri) desenvolve uma única atividade, a pecuária leiteira.

Quanto a estas três últimas famílias, aquelas que, dentre as que não optaram pelo arrendamento, se encontram numa situação de maior vulnerabilidade em função da menor diversificação produtiva, podemos perceber diferenças nas estratégias de busca de maior estabilidade. No caso da família Bianco, apenas o casal, relativamente jovem (com 42 e 52 anos) trabalha no trato do gado e no retiro de leite. Reconhecendo os baixos preços da comercialização do produto, o casal retira leite de seu rebanho duas vezes ao dia, alcançando uma produção das mais elevadas entre os produtores que conhecemos (296 litros ao dia). Ademais da produção relativamente elevada, o casal afirma que o sítio não oferece

rendimentos suficientes para as necessidades do filho. Desse modo, o jovem de 22 anos empregou-se como tratorista na Usina Colombo. A mesma estratégia foi adotada pela família Tanaka. José e Dalvina são os únicos responsáveis pelo trato do gado leiteiro e o filho jovem, de 21 anos, que também vive na propriedade, empregou-se como tratorista na Usina.

Convém, ainda, destacar que, além dos sitiantes arrendatários, há uma nova classe de proprietários de terras ocupando a região. São pequenos ou médios investidores que compram a terra de sitiantes empobrecidos com a única finalidade de arrendar para a cana. Em algumas raras vezes trata-se também de sitiantes em busca de adquirir uma nova propriedade para arrendar para a cana e, assim, complementar a renda da família. Engenheiros agrônomos da região também suspeitam que alguns destes compradores são “laranjas” da Usina, informação que é confirmada, indiretamente, por um corretor de imóveis da cidade. Quando o questionei sobre o interesse da Usina Colombo em comprar terras na região, o corretor responde: “Não compra porque eles arrendam, mas algum parente entre eles talvez compre. Já vendi pra parente. Agora a usina mesmo não compra.” (entrevista realizada em 15/07/2011).

Vemos, então, que embora a Usina não esteja comprando terras, a venda tem sido feita a outros agentes do capital, os rentistas. De todo modo, não nos parece ainda um fenômeno generalizado. Nenhum dos sitiantes que entrevistamos nessa área planejava vender suas terras. Elas são, para eles, um patrimônio material, uma reserva de valor importante que pode servir às próximas gerações. É um capital imobilizado, que, ademais, vem sofrendo intensa valorização depois da chegada da Usina. Todo o consumo que seria possível com o capital recebido por sua venda não parece mais atrativo do que o que ele representa imobilizado na propriedade. Silvio Sertório, que arrendou toda a extensão de terras de sua família para a Usina e se mudou para a cidade nos explica: “Eu compro um carro e vou fazer o que com o resto do dinheiro? Não convém ficar com o dinheiro na mão”. Mas a propriedade é também e (para aqueles que negaram a possibilidade do arrendamento ou arrendaram apenas um trecho de sua propriedade) sobretudo um patrimônio imaterial, que materializa a conquista da liberdade, da autonomia, além de ser o lugar por excelência dos encontros familiares, quando se reforçam os vínculos de parentesco e se revive e se fortalece (para aqueles que moram nos meios urbanos) a identidade com aquele espaço (questão sobre a qual retornaremos a falar no capítulo sobre os aspectos da cultura dos sitiantes).

Ademais do diferente papel que o arrendamento às Usinas cumpre para uma e outra das famílias, nos diálogos com os sitiantes de Mesópolis e Santa Albertina vimos reproduzidos diversos dos temores já manifestados pelos sitiantes dos municípios mais distantes da área de expansão da cana e reconhecemos tantos outros. Ouvimos o mesmo temor

de não encontrar condições de refazer as estruturas do sítio, retiradas para a implantação da monocultura, caso um dia decidam suspender o aluguel da terra. Também se preocupam com a responsabilidade sobre eventuais irregularidades cometidas pela Usina em sua propriedade e também com a questão da segurança alimentar e o abastecimento. Para estes sitiantes que já arrendaram sua propriedade, entretanto, surgem novas preocupações.

Os sitiantes arrendatários temem as oscilações do preço da tonelada da cana, que pode levar a que os rendimentos obtidos sejam menores do que aqueles que conseguiam produzir com a atividade agropecuária. Durante o tempo em que realizamos os trabalhos de campo pudemos observar, já, uma forte oscilação. Em julho de 2011 a quantidade de toneladas recebidas por alqueire era exatamente a mesma de quando retornei a campo em fevereiro deste ano de 2012 (45 toneladas). Entretanto, o montante recebido pelos arrendatários nos dois períodos alcançava uma variação de cerca R\$ 1.000 reais. Isto porque o aluguel da terras é remunerado em função do preço da tonelada da cana, que sofreu uma variação bastante grande entre esses dois períodos. Outro temor que se refere à estabilidade da economia nacional, é o de que uma queda muito rigorosa nos preços de comercialização da cana leve a Usina a crises econômicas que justifiquem o descumprimento das cláusulas encerradas nos contratos ou, até mesmo, a decisão de encerrar tais contratos. Os agricultores têm assumido diversos compromissos econômicos (investimento na produção agropecuária, aquisição de imóvel urbano ou bens de consumo) com o rendimento do aluguel da terra, e temem que uma situação inesperada os impeça de cumpri-los.

Além destes novos *temores*, estes sitiantes tem sido afetados diretamente pelas consequências da expansão da monocultura no entorno de sua propriedade. Sofrimentos estes que evidenciam o descumprimento de algumas cláusulas do Protocolo Ambiental firmado, e apontam para danos que nem sequer foram previstos no interior desse acordo. Engenheiros e sitiantes da região contam que a Usina não estava cumprindo o compromisso de conservar as estradas rurais que vêm utilizando. O faziam apenas no período da seca, que é o período de colheita, quando também o trabalho para a conservação é menos exigente. Mas no período das chuvas abandonavam tal responsabilidade, deixando que as águas “carreassem” para as propriedades que a margeiam e as irregularidades no terreno dificultassem o tráfego. Foi enviado um relatório com a reclamação, pela CATI, à Prefeitura, à Usina e ao Ministério Público.

Outro problema causado pela intensa circulação de tratores e colheitadeiras pelas estradas rurais da região diz respeito às consequências da poeira que sobe sobretudo aos finais de tarde, quando os tratores começam a circular mais entre as propriedades onde estão

localizados os cultivos e a Usina. Além do incômodo causado nas moradias dos sitiantes, a poeira tem causado problemas aos pecuaristas. Assentando-se sobre as pastagens, impede que o gado se alimente, o que afeta, inevitavelmente, a produtividade, tanto do leite como da carne. Vendo prejudicada sua atividade agropecuária, alguns sitiantes se veem “forçados” a arrendar sua propriedade para a monocultura. Foi o que aconteceu a uma família de sitiantes. Depois de vender uma porção de sua propriedade (no meio dela) para a Usina, para a abertura de uma estrada rural, viu abater-se seu gado:

Sitiantes (esposa): Nossa propriedade não tinha estrada no meio, era junta. Pra tirar a circulação da frota, abriram a estrada, pagaram uma mixaria. Queriam pagar arrendamento pra fazer estrada. (...). Ele [o vizinho] vendeu. (...). Queriam primeiro arrendar, 51 reais por mês! Isso não é nada!

Pesquisadora: E aí o que aconteceu?

Sitiantes (marido): Abriu [a estrada], e a poeira e a terra acabou com a nossa pastagem, o gado perdeu meio pasto, aí a gente foi obrigado a arrendar.

Sitiantes (esposa): Nós não queríamos arrendar não, deu uma tristeza.

Sitiantes (marido): Pra viver no prejuízo eu arrendei. Ficava marrom de terra, o gado nem chegava!

Pesquisadora: Será que muita gente foi obrigado a arrendar por contas de fatos como esses?

Sitiantes (marido): Sim. No meu caso, eu era o último a arrendar. (entrevista realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP)

Não bastando o trecho de terra que se viram obrigados a arrendar por conta das consequências da poeira da estrada rural, os sitiantes contam o mesmo se passou com outra área afetada pelo veneno utilizado pela Usina:

Sitiantes (marido): Queira ou não o povo é judiado. Eu tiro por mim. Meu vizinho arrendou [para o plantio de cana para a Usina] tem 5 anos, e ele passa veneno, e com o veneno o pasto não vai. A cana é um pau, com o veneno ela chega mais rápido.

Sitiantes (esposa): O capim resseca e pronto, e o gado...

Pesquisadora: Esse veneno que madura a cana estraga o pasto?

Sitiantes (esposa): É! E é passado de avião.

Pesquisadora: De quanto em quanto tempo?

Sitiantes (marido): Uma vez por ano, estão passando já.

Pesquisadora: O capim de vocês já estava prejudicado?

Sitiantes (esposa): Muito! Acaba o suco do capim, ele [o gado] não engordava mais.

Sitiantes (marido): Fica um trem seco, não vai. Esse da cana é um veneno, um produto pra cana madurar mais rápido, ainda mais quando chove muito.

Pesquisadora: Diminuiu a produção de vocês?

Sitiantes (marido): Muito! Aí chegaram, fizeram a oferta e a solução era arrendar. (entrevista realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP)

Outro sério problema causado pela atuação da Usina na área aconteceu no ano de 2010, quando por uma negligência daqueles responsáveis pela distribuição da vinhaça, proliferou-se a presença da “mosca do estábulo”, inseto bastante agressivo que passou a vitimar diversos animais nesta área, sobretudo o gado, causando um prejuízo bastante pesado

para diversos sitiante. Sergio Nishimoto, engenheiro agrônomo da CATI, e um sitiante de Mesópolis nos narram o ocorrido:

Sitante: Faz, uns 3 anos. (...). Não sei o que fui fazer lá [na propriedade de seu vizinho], tinha uma reunião do SEBRAE, uma vez em cada lugar. Eu fui de carro, cheguei até lá perto, fui ver a lagoa, assim que eu passei no curral do homem o carro ficou pretinho de mosca! O cara do SEBRAE tirou foto! Ficou pretinho de mosca, aí a reunião foi dali três dias. Eu nunca vi um trem daquele! O Sérgio viu, quem tinha gado fraco perdeu.

Pesquisadora: E não dava doença?

Pedro: Não, porque a gente cuida, mas se deixasse... Gado calombava, entrava em um lugar que não tinha defesa. Muito gado entrava na água e no barreiro, aí deram prejuízo de todo lado, era um exagero, assustador. Só quem viu pra creditar! (entrevista realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP)

Sérgio: Nós tivemos um problema sério ano passado com mosca de estábulo. O pessoal quis matar os usineiros! Nós tivemos uma reunião em Mesópolis e eu nunca vi aquela Câmara tão lotada. E a revolta foi grande, o pessoal estava muito tenso. (...). Aconteceu em Mesópolis, Ouroeste, Fernandópolis... Em todo lugar que tem cana por aqui. Ano passado choveu muito e daí proliferou muito a mosca do estábulo. A mosca é muito agressiva para os animais: matou animal, cachorro, gato, tamanha a severidade do ataque deles. Então nós tivemos vários produtores que tiveram problemas por estarem entre as canas. (...). Ela [a mosca] aonde... Aquela vinhaça que sobra hoje eles são obrigados a jogar no campo, então (...) jogou nas terras perto da usina, por causa do transporte deles. Como chovia muito, eles não faziam o trabalho que tinha que ser feito, que era chegar lá, pegar na usina essa vinhaça, ia na propriedade e irrigava. Como chegava na propriedade, vamos dizer assim, atolava [o trator, por causa da chuva], eles soltavam nos sulcos, e concentrava demais. Na nossa região a colheita é totalmente mecanizada, então sobra muita matéria orgânica. A matéria orgânica com essa vinhaça faz aquele curtidão. Então aí a mosca deposita os ovos, onde vira larva e prolifera muito, muito, muito! Nessa época estão aplicando a vinhaça, mas não está chovendo, (...) não está prejudicando em nada. Mas quando chegar no final do ano, outubro, novembro e dezembro e começar a chover, o risco de voltar a mosca do estábulo é muito grande. Tinha pessoas assim... só vendo. A fisionomia de alguns senhores de idade falando que eles tinham invadido o município, querendo expulsar, um tom de conversa assim... Até chorando lá (...), querendo abandonar... Porque elas começavam a atacar as pessoas, essas moscas. É uma picada, tipo rasga, mas é doido demais! Você precisava ver os cachorros. As vacas, elas não comiam, se aglomeravam, de preferência, dentro da lama, porque o ataque era nas pernas, e tinha vaca que estava meio fraca e estava morrendo. (entrevista com Sérgio Nishimoto, 22/06/2010, Mesópolis/SP).

Também na área urbana ecoam consequências danosas: embora a valorização das terras favoreça aos proprietários de imóveis urbanos e rurais, inquilinos reclamam do aumento do preço dos aluguéis; houve também o caso de uma oficina de tratores que fechou porque o volume de trabalho (e de rendimentos) diminuiu, já que a Usina não solicitava seus serviços. Ademais, a chegada da Usina tem afetado uma “trama espacial e social” que, como anunciados no segundo capítulo, nas pequenas cidades é tantas vezes dominada pela lógica de organização do espaço e das relações típica do mundo rural. Osmar Guimarães, técnico da CATI de Santa Albertina é quem observa:

... a maioria das pessoas aqui tem trabalho pro ano inteiro. Mesmo que a usina dispense em dezembro e contrate em fevereiro, março, mas nesse período fazem acerto e a pessoa tem dinheiro. Mas diminuiu muito o tempo do pessoal do lazer, porque usina é 10 ou 11 por 1. Então tem gente que estranha, porque a turma não está acostumada. Não tem sábado, domingo, feriado, nem dia santo. Só se morrer alguém mesmo. (entrevista realizada em 29/07/2010, Santa Albertina/SP)

Entretanto, diferente do que acontece na área onde predomina a pequena agricultura, onde sobressai uma percepção bastante negativa a respeito da chegada da Usina, nestes municípios onde a agroindústria se instalou as opiniões se dividem. A população da cidade, tem encontrado emprego como tratoristas (homens, sobretudo) ou nas turmas de diária (em maioria mulheres). Em 2012 falava-se em 660 habitantes empregados pela Usina Colombo. As autoescolas encontram novos clientes naqueles que almejam empregar-se no manejo de tratores, colheitadeiras e caminhões. Aumentando o poder de compra da população da cidade, ampliaram-se os ganhos de comerciantes de bens de consumo. Aqueceu-se o mercado imobiliário, sendo abertos novos loteamentos nos municípios de Santa Albertina e Mesópolis. A Prefeitura tem expectativas de que os impostos pagos pela empresa contribuam para o melhoramento da oferta de serviços públicos. As expectativas, como se vê, parecem atraentes para rentistas, alguns poucos grupos de comerciantes e, talvez, para o poder público. E se confirmarem, apenas, e talvez, se não se repetirem os casos de sonegação de impostos de usinas e distribuidoras (ROLLI & BERNARDES, 14 de março de 2010), e se a Usina se mantiver na região por um tempo mais alongado. Para os trabalhadores assalariados, sobretudo aqueles contratados pela diária (o grupo de empregados mais significativo, por exemplo, no município de Santa Albertina), para os sitiante da região e para o desenvolvimento regional como um todo os danos se tornam evidentes. Esperamos que esta investigação contribua para tal avaliação no que toda à situação dos sitiante.

Retomemos alguns elementos aqui tratados para que possamos, mais esclarecidos, passar ao próximo momento da análise. O estudo que realizamos sobre as questões que envolvem a dinâmica produtiva das pequenas propriedades revelou algumas relações e elementos que, por um lado, envolvem, depauperam e ameaçam a reprodução dos sítios do

extremo noroeste paulista, e outros que evidenciam um processo de resistência e transformação das mentalidades.

Vimos que a profunda dependência em relação ao mercado e sua dinâmica determina parcela importante daquilo que compõe “os modos de fazer” do sitiante do noroeste, e, ao determiná-los e envolvê-los, produz e reproduz formas de extração de parcela do lucro médio que se destinaria à reprodução da família sitiante se não fosse usurpado pelo Estado, o mercado e seus agentes. Embora estejam em processo (em algumas pequenas propriedades) experiências de transformação da matriz produtiva sob bases que representam menor sujeição ao mercado, a prática da “agricultura convencional” ainda predomina.

Entretanto, embora os sítiantes sejam intensamente dependentes da produção destinada ao mercado, seus “modos de fazer” são determinados e fortalecidos por outras relações e escolhas por meio das quais os sítiantes constituem estratégias de uma *resistência possível*, algumas mais eficazes que outras. A comunidade surge como uma *proteção*. As relações de confiança e as redes de relações constituídas entre sítiantes, e entre esses e alguns mercadores, busca apartar os agentes que lhes oferecem maiores riscos, e algumas vezes suavizam os processos de extração de rendimentos. A abstenção ao uso de financiamento público ou privado também possibilita uma situação de relativa autonomia. A lógica que guia as escolhas produtivas é sustentada e fortalecida também por uma diversidade de fatores e conhecimentos que escapam, e algumas das vezes negam, a lógica mercantil. Para resistir como sitiante é necessário não apenas conhecer a dinâmica do mercado, dos preços dos produtos agrícolas e seus insumos (que influem nos custos e rendimentos da produção), mas também as peculiaridades regionais: o clima, o solo, o regime das águas, e a adaptação dos cultivos a esse arranjo particular de elementos naturais. Tais saberes são garantidos pela transmissão/construção de conhecimentos através das gerações. Por outro lado, a produção sitiante encontra limites na disponibilidade de mão de obra, no ciclo de desenvolvimento das famílias ao longo do tempo e nas necessidades de consumo, ao mesmo tempo em que é determinada por tais fatores. Mas não apenas estes aspectos *objetivos* (o mercado, as redes, os conhecimentos) constroem as escolhas produtivas, mas também aspectos propriamente *subjetivos*, como a ideologia do trabalho, o “gosto”, o “costume”, a “vocaçã”, a “lembrança”, e o desejo de preservar certa margem de lazer.

O pano de fundo que inspira a construção das estratégias produtivas é, decisivamente, a busca de maior autonomia. É preciso produzir segundo a capacidade de trabalho acumulada nos membros da família disponíveis e dispostos ao trabalho agrícola. É preciso evitar as situações de risco todo o tempo apresentadas pelas intempéries naturais e pelas oscilações do

mercado. Nesse caminho, a diversificação produtiva e os cultivos de subsistência são importantes *proteções* contra a falência das estratégias de sobrevivência e, desse modo, contra a fome. Vimos como os cultivos de subsistência reduzem os custos de reprodução do grupo familiar e abastecem a mesa do sitiante. Mas materializam, ainda, a própria *condição sitiante*, sendo indissociável e definidora dela. Por fim, também reforçam importantes laços de reciprocidade, tanto no interior da comunidade rural como na relação entre ela e a população urbana circundante.

A diferenciação entre as duas áreas da MRG em comparação, por outro lado, nos ajuda a compreender porque as respostas à expansão da cana têm sido diversas em uma e outra. Vimos que, nos municípios de Jales, Urânia e Santa Saete, a persistência da pequena agricultura diversificada e baseada sobretudo na mão de obra familiar é explicada tanto pelos elementos elencados acima como por alguns outros: os rumores que multiplicam as desconfianças em relação às consequências da expansão da monocultura da cana-de-açúcar; o papel da terra como patrimônio material e imaterial (questão sobre a qual levantaremos outras evidências no decorrer do trabalho); a articulação política local que se esforça por limitar a expansão da cana-de-açúcar na região (que, todavia, tem esbarrado no “direito sagrado à propriedade privada” e na força do pensamento neoliberal). Por outro lado, nos municípios mais próximos à Usina, como Mesópolis e Santa Albertina há um contexto que tem impellido os sítiantes ao arrendamento: o ciclo de desenvolvimento das famílias, fragmentado sobretudo em função da migração dos filhos para zonas e empregos urbanos; a situação de maior sujeição em relação aos agentes do mercado (como as indústrias de alimentos, já que a atividade produtiva predominante aí é a pecuária) e, assim, à mais intensa extração de excedentes; a maior proximidade em relação à Usina; os danos causados pela expansão dos cultivos de cana-de-açúcar às propriedades e à produção agropecuária dos sítios do entorno. Destacamos, por fim, que mesmo nessa área onde há maior exposição às investidas da Usina, encontramos expressões de resistência: entre sítiantes que negam arrendar suas propriedades; em outros que arrendam apenas uma parte dela, utilizando da renda recebida como uma forma de diversificar os ingressos e, algumas vezes, reinvestir no melhoramento de sua pequena produção agropecuária; até mesmo na negação à possibilidade de vender o sítio para os novos rentistas que têm sido atraídos pela chegada da Usina. Negar-se a vender a propriedade pode ser também expressão da recusa a realizar a efetiva desvinculação da história e da reprodução da família em relação àquele território.



Foto 24. Depósito de insumos e fertilizantes utilizados para o trato da lavoura e do gado. Propriedade de Wilson Donda, Córrego do Quebra-Cabaça II, Jales/SP. Por Elisângela de Jesus Santos, em 25/07/2010.



Foto 25. Prêmios recebidos pela família Nishimoto na década de 1980, concedidos pelo Banco Banespa e pelo INCRA em função de adequações ambientais, produtividade e qualidade da produção. Córrego do Jataí, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, 19/12/2010



Foto 26. Maria Machado explicando-me o funcionamento de seu cultivo sob as bases do “ciclo produtivo”, realizado com a rotação de milho, vagem e pepino. Para ela, os cultivos orgânicos tem o importante papel de reduzir os custos de produção. À sua frente, plantação de milho. Propriedade de Maria e Arnaldo Matias. Córrego do Coqueiro, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 20/09/2010.



Foto 27. Em primeiro plano, produção de pepino japonês. A matéria orgânica seca no solo ao redor do plantio é capim colônio, que serve como adubo orgânico e proteção para o solo contra o sol e o calor. Trata-se da técnica da “agricultura natural”, que dispensa defensivos e adubos químicos. Propriedade da família Nishimoto. Córrego do Jataí, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/12/2010.



Foto 28. À esquerda, Eduardo Nishimoto, sitiante e engenheiro agrônomo do município de Urânia/SP. A mulher à sua direita é sua esposa Sandra Akamatsu, que neste ano frequentava o curso Técnico em Alimentos, da ETEC. Por Beatriz Medeiros de Melo, 16/12/2010.



Foto 29. Lucas Bianco, de 11 anos, buscando silo que será levado ao cocho para alimentação do gado leiteiro. Propriedade da família Bianco, município de Santa Albertina/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 14/07/2011



Foto 30. Mandioca tipo chips. O produto é plantado, colhido e preparado para comercialização exclusivamente pelo trabalho da família. Costumam vender a bares e supermercados da região. O produto não possui uma licença para comercialização. Córrego do Cascavel, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 11/02/2012.



Foto 31. Adalberto Saraiva e seu cão Bradock, no local onde está o pomar mais jovem da propriedade. Adalberto é um dos poucos produtores que tem apenas um cultivo comercial. Ao fundo se vê outros pomares de laranja, nas propriedades vizinhas. Propriedade da família Saraiva, Córrego das Perobas, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, 19/12/2010



Foto 32. Antônio Saron sob o pé de graviola. Em sua propriedade há uma dezena de outros tipos de frutas, entre as convencionais e as exóticas. Propriedade dos Saron. Córrego das Perdizes, Santa Salete/SP. Por Elisângela de Jesus Santos, em 26/07/2010.



Foto 33. José e Dalvina Tanaka servindo o silo ao gado leiteiro, a única atividade produtiva da família. Município de Santa Albertina-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 13/07/2011.



Foto 34. José Morandim, contente, mostrando-nos mais um pouco do feijão plantado por ele e armazenado para o consumo da família. O móvel que está abrigando essas garrafas pet é uma cômoda que fora da mãe de José Morandim. Córrego do Jataí, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 22/07/2010.

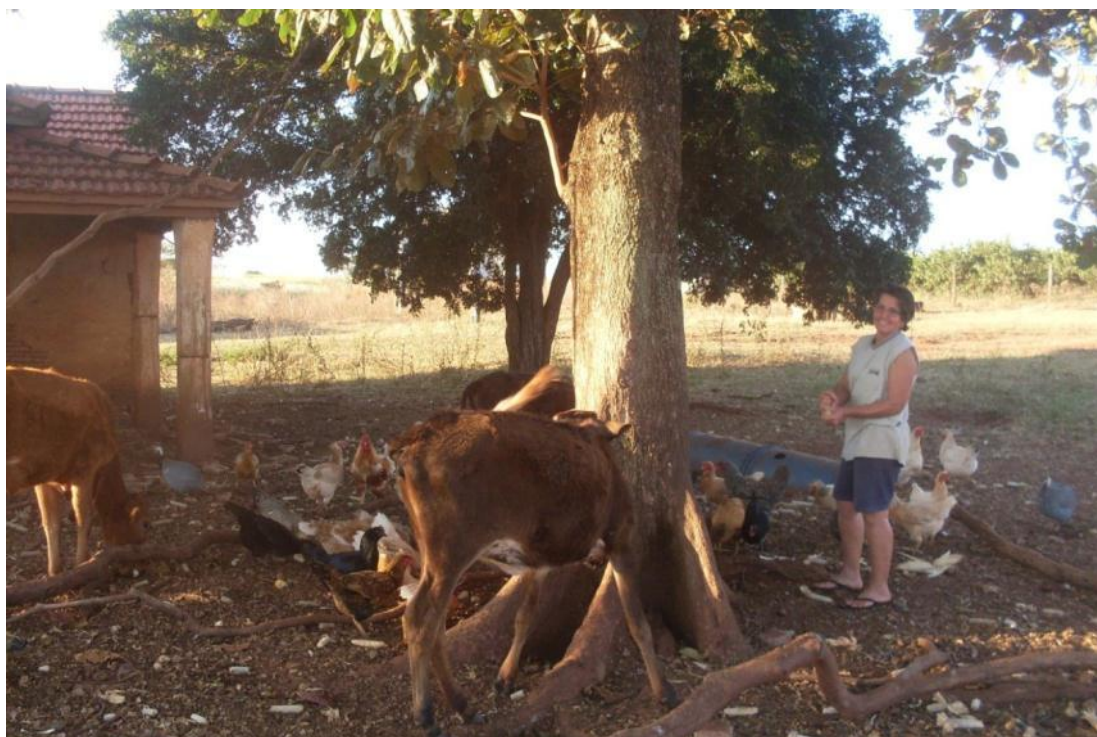


Foto 35. 16/07/2011. Conceição Barbon alimentando gado de leite e galinhas no terreiro de sua propriedade. As criações servem de alimento à família. Município de Santa Albertina/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 16/07/2011.



Foto 36. Propriedade rural com porção de terras arrendada para o plantio de cana-de-açúcar para a Usina Colombo. Na foto, à direita, a casa da família Barbon. À esquerda, plantio de cana, bastante próximo da moradia. Município de Santa Albertina/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 16/07/2011.



Foto 37. Antonio Fiorili mostrando-me o quadro na parede com a foto da propriedade rural onde morou até poucos anos atrás. Toda a propriedade foi arrendada para o plantio de cana-de-açúcar para a Usina Colombo. Antônio se emocionou por diversas vezes ao mencionar o momento em que optou pelo arrendamento. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 13/07/2011.

4. A questão da mão de obra e a organização do trabalho

Passaremos agora à discussão do papel que a disponibilidade de mão de obra e a organização do trabalho cumprem para a definição das estratégias produtivas do sitiante. Tais questões, como veremos adiante, tanto podem contribuir para fortalecer as possibilidades de resistência do sitiante em seguir vivendo e produzindo no campo, como para fragilizá-las.

Neste tópico, num primeiro momento discutiremos o problema do envelhecimento da população, produto da forte migração campo-cidade observado na região sobretudo a partir da década de 1980. Também os diferentes contextos que impulsionam membros das famílias a abandonarem o trabalho produtivo nos sítios, levando-as à migração para o trabalho urbano nas cidades maiores, no mercado de trabalho local e, até mesmo, no exterior, ou favorecem a manutenção destes membros na atividade agropecuária dinamizada pelas famílias. Num segundo momento, nos remeteremos à organização do trabalho no sítio, destacando a importância da mão de obra familiar para o desenvolvimento dos trabalhos produtivos nos sítios, o papel tão somente auxiliar que cumpre a mão de obra não familiar e os diferentes papéis desempenhados por cada um dos membros nas atividades produtivas que garantem a reprodução da família.

a) A disponibilidade de mão de obra e o destino das diferentes gerações

Tal como é reconhecido para todo o espaço rural brasileiro, o envelhecimento da população é um fenômeno percebido também na MRG de Jales. A pirâmide etária construída levando em conta tão somente o município de Jales, que nos servirá aqui de ilustração⁸¹, aponta para esse processo, tanto quando comparamos a pirâmide elaborada para os anos de 1970 e 2010 (figuras 19 e 20) para o mesmo município, como quando comparada à distribuição etária da população residente nos espaços rurais no conjunto do Estado de São Paulo para o mesmo ano de 2010 (figura 21).

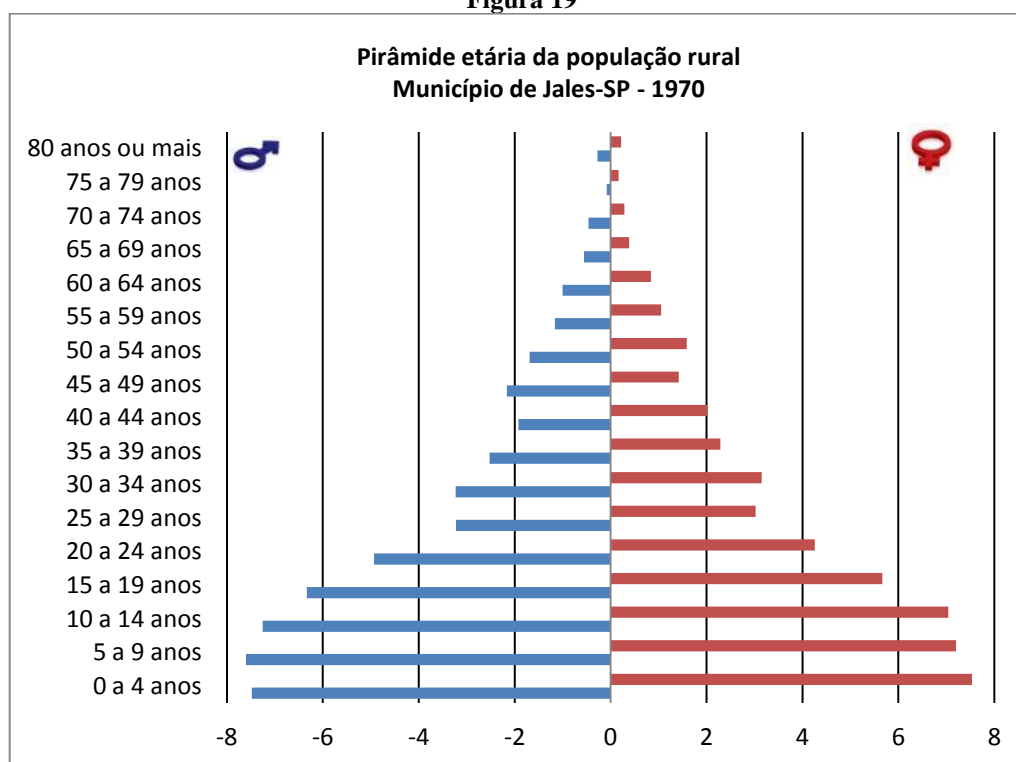
A mudança ocorrida entre 1970 e 2010 é evidente: ademais da redução do volume da população rural, diminui a representatividade da população jovem (entre 0 e 24 anos) e aumenta a representatividade dos grupos etários superiores. Quando observamos a pirâmide etária do município de Jales comparando-a ao quadro observado naquele mesmo momento no Estado de São Paulo em seu conjunto, temos a dimensão do impacto dos processos de

⁸¹ Como o CENSO do IBGE não fornece dados de população por grupos de idade para o conjunto das microrregiões, tomamos como exemplo um único município. Este município sofreu alguns desmembramentos, como já anunciamos em outro momento, entretanto, como aqui não nos importa o volume da população, mas sim a representatividade de cada grupo de idade, acreditamos que esse limite não prejudicará nossa análise.

envelhecimentos no campo: enquanto no Estado de São Paulo vemos uma representatividade decrescente para a população rural com faixa etária a partir dos 30 anos, sendo a faixa etária mais representativa aquela entre os 15 e 34 anos, em Jales a população mais representativa estava entre os 40 e 64 anos, e somente no grupo a partir dos 65 anos vemos uma queda de representatividade significativa. Uma comparação mais sistemática sobre a representatividade de cada faixa etária no Estado de São Paulo e no município de Jales traz uma revelação cuja força explicativa é ainda maior: Jales tem uma população menos representativa que o Estado na faixa entre 0 e 39 anos; a partir dessa idade e até as faixas etárias mais elevadas, passa a ter uma população mais representativa. Esse dado evidencia a força da migração campo-cidade entre os anos 1970 e 2010.

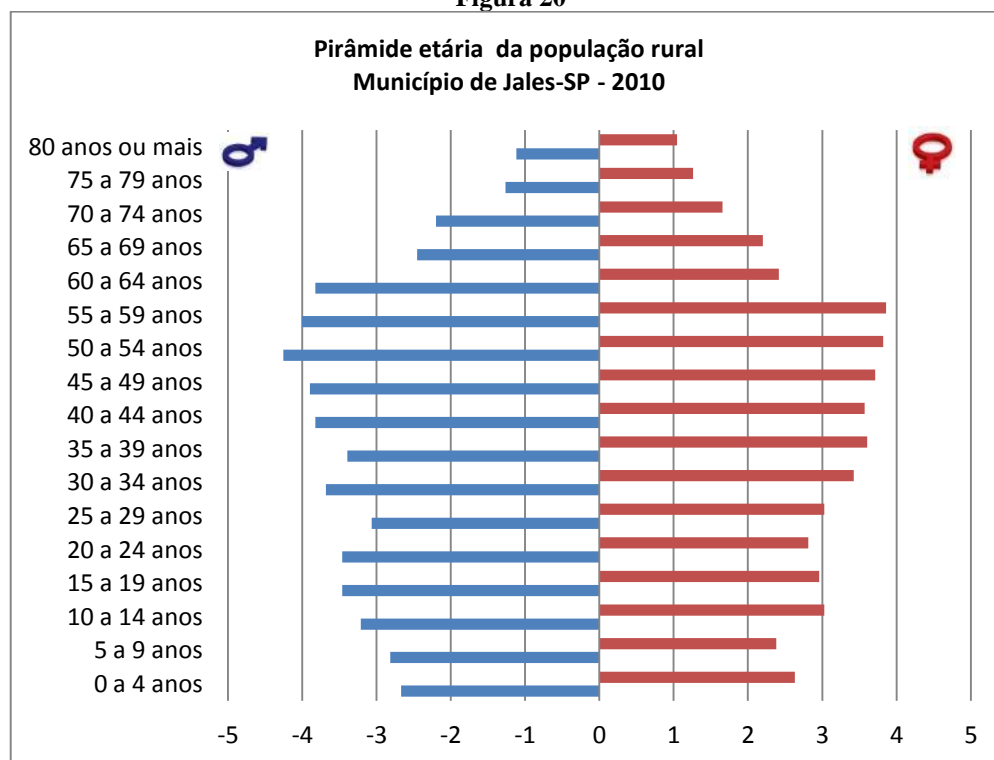
O avultado estreitamento da base da pirâmide etária do município de Jales, bem como o alargamento de seu “corpo” entre os anos de 1970 e 2010 tem diversas explicações: os reflexos da destacada queda da mortalidade observada entre as décadas de 1940-1950, que foi resultado da ampliação dos serviços públicos de saúde; um surpreendente declínio da fecundidade entre as décadas de 1970 a 1980, alcançando a taxa de 48% no país, declínio este que foi resultado indiscutível da democratização do acesso a métodos contraceptivos (BERQUÓ, 1987; PEDRO, 2003). Mas se a diminuição do número de filhos por família foi *possível* através do uso de contraceptivos, teve impulso no paulatino processo de empobrecimento destas famílias. O período entre as décadas de 1970 e 1980 foi também um período de desaceleração do crescimento (BERQUÓ, 1987). E ainda hoje os sitiantes recorrentemente explicam a decisão de constituir uma família menor em função dos baixos rendimentos do trabalho agrícola.

Figura 19



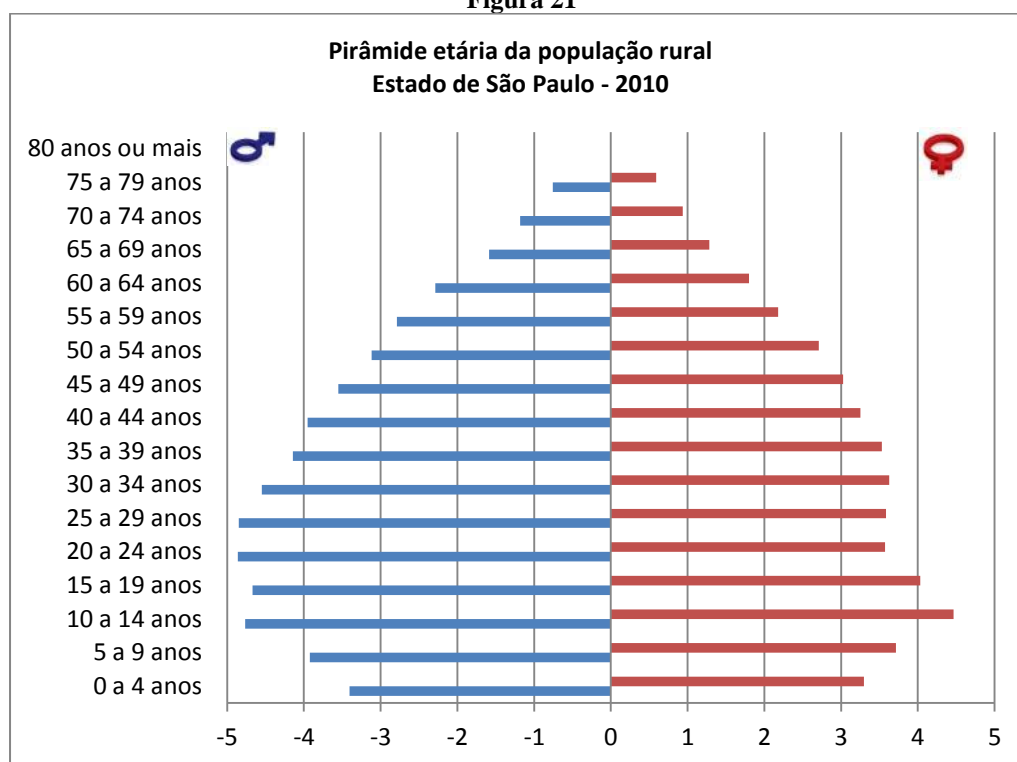
Fonte: Censo Demográfico, IBGE.

Figura 20



Fonte: Censo Demográfico do IBGE.

Figura 21



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE

O êxodo de jovens e adultos percebido na análise das pirâmides etárias foi ilustrado recorrentemente na trajetória de cada família. A título de exemplo, apresentamos a seguir a genealogia da família Akamatsu⁸², que traz informações sobre a escolaridade, curso de formação, profissão, país/município de moradia e situação de moradia (rural/urbana) de cada um de seus membros. Observando a ilustração veremos que a intensidade do êxodo rural sofre variações em cada uma das quatro gerações que se reproduziram na região. De modo geral, os imigrantes e descendentes de imigrantes que chegaram à região por volta da década de 1950 se mantiveram no campo durante quase toda uma vida. Sobretudo no período da expansão do café, período de grande prosperidade econômica na região, muitas das famílias conseguiram adquirir novos quinhões de terra que, no momento da divisão da herança, foram parceladas entre estes membros. No caso da Família Akamatsu, entre aqueles que estamos considerando

⁸² A estrutura da genealogia da família, contendo os nomes dos integrantes e o desenho do fluxograma com os diferentes troncos familiares identificados, já havia sido construída por um membro da família Akamatsu. Com o auxílio de Sayoko, Eduardo, Sandra e Rhayane Akamatsu atualizei as transformações ocorridas nos últimos anos (casamentos, separações, nascimento de filhos e falecimentos) e inseri outras informações que contribuirão particularmente com as reflexões propostas pela tese: nacionalidade, profissão, nível de escolaridade, curso de formação, cidade de residência atual e situação de domicílio (rural/urbana). Faltam dados sobre a trajetória de alguns membros sobre os quais não conseguimos maiores informações. Ressaltamos, ainda, que há muitas variações entre as famílias da MRG de Jales, mas que o movimento mais geral percebido na genealogia da família Akamatsu ilustra o movimento ocorrido em grande parte delas.

como a *1ª geração* por tratar-se dos membros que primeiro chegaram à região (Yasugiro Masuda⁸³ e seus filhos, alguns dos quais chegaram ao Brasil ainda pequenos e outros nasceram nestas terras), todos viveram a maior parte da vida no campo, tendo migrado para a cidade já com o avançado da idade apenas aqueles cujos filhos todos também já o haviam feito. Há apenas um membro dessa geração da família ainda vivo: trata-se de Kimiko Akamatsu, viúva, que hoje vive com os filhos no município de Araçatuba.

Há variações, entretanto, quando observamos o destino dos membros dessa geração em outras famílias: há aquelas em que todos os membros conseguiram comprar sua pequena propriedade (já que não seria possível que todos a adquirissem por meio da partilha da herança) e ainda hoje vivem no campo (como a família Gonçalo Machado, de 80 anos, cujos 7 dos 8 membros são sitiantes, todos com pequenas propriedades no Noroeste Paulista, e também o caso da família de Nelson Preti, na qual 7 irmãos se mantiveram na atividade agrícola, embora residindo em moradias urbanas nas proximidades), e outras em que parte importante dos membros migraram para a cidade e para as atividades urbanas quando da partilha da herança (como o caso da família da qual apresentamos o fluxograma do processo de partilha da herança no capítulo 2; também a de Wilson Donda, na qual apenas 2 de 11 irmãos vivem no campo, na propriedade herdada do pai).

Na informação sobre a escolaridade dos membros da família Akamatsu observamos que os filhos de Yasugiro passam a frequentar, já entre as décadas de 1950 e 1960, as escolas primárias instaladas nos bairros rurais, não ultrapassando, todavia, quatro anos de escolarização, o que antes era conhecido como “Ensino Primário”. Nesse período, a democratização do ensino que principiara na década de 1930 atinge o interior do país com a construção das Escolas Rurais (FARIA FILHO; VIDAL; 2000).

⁸³ Yasugiro adotou o sobrenome Akamatsu ao se casar com Uno pelo fato de que ela provinha de uma família que só possuía herdeiras mulheres, e, por isso, corria o risco de ter findado o uso do sobrenome (que, todavia, corresponde ao sobrenome do pai de Uno, e portanto, falamos ainda da persistência do patriarcado). Uno não chegou ao Brasil, tendo falecido durante a viagem.

Figura 22. INSERIR A GENEALOGIA

Na geração seguinte daqueles que viveram na região, todos já aí nascidos, começamos a observar mudanças quanto ao nível de escolaridade, a sucessão da posse da terra e a situação de moradia. Embora 26 dos 27 membros da família Akamatsu tenham vivido no campo durante parte considerável de suas vidas, apenas 4 efetivamente viveram toda ela no sítio. 8 membros são já falecidos, e dos que estão vivos, apenas 1 reside no campo. A migração dos membros dessa geração é consequência da queda dos rendimentos agrícolas, da impossibilidade de fragmentar a propriedade entre todos os herdeiros e do aumento do nível de escolaridade.

Nesta geração, os filhos de sitiantes começam a alcançar o Ensino Médio. E também surgem casos de membros que, ainda na década de 1980 e 1990, quando uma pequena parcela da população do país alcançava o nível de escolaridade superior, começam a frequentar universidades públicas e privadas que, naquele período, estavam circunscritas às capitais e regiões metropolitanas. Estes jovens, então, se mudavam para estas localidades, onde viviam na casa de parentes ou em apartamentos comprados pelos sitiantes de maior poder aquisitivo exclusivamente para uso dos filhos que ingressavam na universidade ou em cursos preparatórios. O investimento na escolarização dos filhos teve impulso, por um lado, nos sofrimentos vivenciados pelos pais, produto tanto das constantes oscilações que atingem os rendimentos na agricultura, como pelos processos de extração da renda produzida pelo trabalho dos sitiantes, realizada pelos mais diversos agentes do mercado. A possibilidade de “fazer estudar” os filhos expressava a impossibilidade de dar-lhes terras e, também, o projeto de romper um ciclo de dependência. José de Souza Martins, prefaciando o livro de José Tavares dos Santos destacou: “... o colono tem cada vez mais dificuldade para entregar um dote ao filho, limitando-se quando pode a dar-lhe uma profissão, isto é, prepará-lo para o destino inevitável da proletarização” (MARTINS, 1984, p. XV).

Na genealogia da família Akamatsu podemos acompanhar o aumento progressivo da escolarização dos membros da segunda geração: os primeiros cumpriram, tal qual seus ascendentes, apenas o ensino primário e, com o avançar dos anos, vemos os membros mais jovens alcançarem níveis de escolaridade progressivamente mais elevados: a partir do 10º membro se começa a alcançar o Ensino Médio e Técnico, e a partir do 18º membro logra-se chegar à universidade. Dentre os membros dessa geração, 4 optaram por cursos superiores relacionados às Ciências da Terra e Agricultura, todos eles filhos de sitiantes que herdaram parte da propriedade da família. E aqueles que retornaram ao campo depois de formados cumpriram papel importante no desenvolvimento das pequenas propriedades da região, como já demonstramos em outro momento. Além dos casos já citados no capítulo sobre a produção,

de membros de outras famílias que fizeram cursos dessa natureza e se mantiveram na propriedade, diversos outros casos de membros que alcançaram o nível de escolaridade superior foram relatados, como o irmão de Gonçalo Machado, formado em Agronomia, e seus cunhados, um agrônomo e um engenheiro, e de uma geração inteira de filhos que se formaram professores, como os 6 dos 7 tios de Eurico Bianco.

Quando observamos a profissão dos membros da 2ª geração outro dado interessante à análise das situações de resistência se mostra. Parte significativa daqueles membros dessa geração da família Akamatsu que migraram para as cidades buscaram profissões “autônomas”, abrindo seu negócio próprio e, muitas das vezes, aproveitando da experiência adquirida nas atividades produtivas antes desenvolvidas pela família no sítio, como o comércio (que já realizavam com os produtos agrícolas produzidos na propriedade da família), a manutenção de máquinas e sistemas elétricos (que praticavam ao realizar a manutenção de tratores, sistemas de irrigação e outros serviços de manutenção de equipamentos), e mesmo a costura (que outrora era atividade comumente realizada pelas mulheres sítiantes). A busca mais comum por profissões autônomas e liberais dá relevo a um traço de continuidade bastante claro: os sítiantes e filhos de sítiantes, apesar de atraídos para as cidades ou forçados a para ela migrar, mantinham nas consciências o desejo de preservar uma margem importante de autonomia⁸⁴. Da família Akamatsu, 8 membros que migraram para a cidade se tornaram comerciantes, 3 eletricitistas, 1 costureira, 1 contadora e 1 aculpulturista, e representam, juntos, 51% dos membros da geração. Há também alguns que passaram a empregados, entretanto mais frequentemente atuando como profissionais liberais e de alta qualificação: 1 se tornou professor universitário, 1 fiscal de renda e apenas um hoje ainda exerce a função de “operário”, trabalhando em indústrias no Japão.

É na terceira geração destes sítiantes que o fenômeno da migração campo-cidade se afirma, e sua explicação repousa tanto na questão dos limites da extensão da propriedade para a reprodução das famílias como na intensificação dos processos de urbanização e industrialização entre as décadas de 1970 e 1980. De outro modo, as construções ideológicas que sustentaram as transformações que ocorreram neste período, responsáveis pela valorização das ideias do progresso, da modernidade, e do urbano e industrial como signos de tais valores, atingiram também a população do campo, levando muitos jovens às cidades. Dos 59 membros da terceira geração da família Akamatsu, apenas 6 ainda vivem e trabalham no campo, embora alguns, além de sítiantes, exerçam também outras atividades produtivas, como

⁸⁴ SANTOS (1984, p. 155-157) também notou tal tendência entre os filhos de pequenos agricultores do sul do país.

comerciantes (pequenos intermediários) ou engenheiros agrônomos; 44 membros são filhos daqueles que já haviam migrado para área urbana e aí nasceram; e apenas 9 membros viveram parte da vida no campo e depois migraram para a cidade junto à sua família. Daqueles que ficaram no campo, apenas 1 família extensa vive na propriedade que foi herdada de seus ascendentes: ela é constituída pelas famílias nucleares dos irmãos Eduardo e Nilce, que vivem com sua mãe já viúva, Sayoko, e duas das três filhas de Eduardo. As demais famílias vivem em terras adquiridas com a parcela da herança recebida em dinheiro ou em propriedades herdadas por seus cônjuges, na MRG de Jales ou em outras regiões agrícolas do Estado. Cabe notar ainda que, nessa geração, há casos frequentes de jovens e adultos que nasceram no campo, migraram para a cidade para estudar ou trabalhar e retornaram ao campo. Na família Akamatsu é este o caso de 4 dos 6 membros que vivem atualmente no campo. Também o de Wilson Nishimoto, caso a que já nos referimos em outros momentos, que nos explica: “Em cidade pequena, geralmente o pessoal sai e eu voltei. Sei lá, é uma questão de família também, envolve muita coisa.” Eduardo é o único filho homem de sua família nuclear. Wilson foi o único filho que retornou à propriedade da família para dar continuidade aos trabalhos agrícolas.

A escolarização da terceira geração se eleva, seguindo a tendência já apontada na geração anterior: 39 membros (69%) alcançaram o Ensino Superior; 13 membros (23%) chegaram ao Ensino Médio e Técnico. E já não há tantos autônomos como na geração anterior, embora sua representatividade não seja irrelevante. No caso da família Akamatsu, 17 membros (30%) possuem negócios próprios (13 comerciantes, 1 eletricitista, 2 contadores e 1 costureira). Também ainda é elevado o número de “profissionais liberais” de nível superior ou técnico (30% dos membros dessa geração), condição que lhes concede a possibilidade de usufruir de uma margem de autonomia relativamente superior se tomamos em conta os profissionais de baixas qualificações empregados na indústria ou no comércio. Entretanto, a grande parte desses profissionais liberais são hoje também empregados da indústria ou do comércio. Encontramos engenheiros, bancários, administradores de empresas, agrônomos, analistas de sistemas, gerente, professor universitário, projetista de móveis, técnico em informática, nutricionista, advogado, técnico de computadores. Nesta geração também 4 filhos de sítiantes da família Akamatsu buscaram profissões relacionadas às Ciências da Terra, cursando Engenharia Agrônoma, ou Agronomia. Destes, 2 realizam uma dupla jornada de trabalho, como sítiantes e engenheiros agrônomos contratados, e 2 trabalham como decasségus em indústrias no Japão. Também 7 membros são operários, todos trabalhando em

indústrias do ramo automobilístico ou de informática no Japão. 11 membros não trabalham, a maioria deles ainda jovem, fazendo cursos de nível superior ou o Ensino Médio.

A quarta geração destas famílias está no processo de construção das possibilidades do futuro. São bastante jovens e, por isso, parte significativa deles (21 membros, ou 58% desta geração da família Akamatsu) estão ainda cursando o Ensino Fundamental ou nem sequer começaram a estudar; 10 membros (17%) estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio ou Técnico, e apenas 5 membros já alcançaram o Ensino Superior (9%). Nenhum deles até o momento optou por cursos relacionados às Ciências da Terra. São mais numerosos nessa geração os membros que ainda vivem no campo (9 membros ou 16% dessa geração), o que nos parece ser explicado sobretudo pelo fato de tratar-se de membros jovens e solteiros, dependentes de seus pais. Mas estes não são todos os casos. Vimos no capítulo sobre a produção o caso de jovens que compõem a quarta geração das famílias investigadas que decidiram manter-se no campo e dar continuidade aos trabalhos produtivos do sítio, como o caso de Vanessa Donegá, Carlinhos Morandim, Elis Machado, Arnaldo Santim, o filho de Adalberto Saraiva e de Otacílio Alves. Alguns destes jovens têm nível superior completo ou em andamento, e algumas famílias continuam fazendo grandes sacrifícios econômicos em prol da escolarização de seus filhos. Como o caso de Coiti Yamada, que financiou os estudos de dois de seus filhos, hoje engenheiros, em instituições privadas de ensino em São Paulo.

O êxodo rural que foi tomando vulto desde a década de 1960 não foi apenas *reflexo* das mudanças sociais mais recentes (industrialização, urbanização e expansão das relações capitalistas), mas foi também sua condição. Apenas o êxodo rural poderia consolidar a formação de um mercado de trabalho urbano. E o contexto que impulsionou a migração de camponeses para as cidades já estava claramente delineado naquela metade do século XX: um primeiro elemento de tal contexto foi o esgotamento das terras, consequência inevitável da expansão da fronteira agrícola; também os processos de extração da renda gerada pelo trabalho do camponês tencionava a reprodução da família, empobrecendo-a; por fim, a transformação da força de trabalho em mercadoria levava a um progressivo afrouxamento das relações sociais de parentesco.

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista. Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade. (POLANYI, 2000, p. 198).

Os efeitos do afrouxamento destas relações não contratuais de parentesco foram notados no seio das famílias sitiantes. A diminuição da autoridade do pai-patrão e do filho primogênito é uma de suas expressões, percebida mesmo em famílias mais tradicionais, como alguns descendentes de japoneses da região. Wilson Nishimoto nos conta porque as relações de parceria produtiva entre seus tios foi rompida, inserindo o problema do comportamento geracional com relação às relações parentais no centro da discussão sobre as mudanças sociais:

Quando eram 3 irmãos era uma coisa, o que a geração dele pensa é uma coisa, o que a nossa geração pensa é outra coisa, os nossos filhos é outra coisa. Meu pai era praticamente mais velho [dos que ficaram na propriedade], então o que ele falava, os outros marcavam. Agora a nossa geração já não é mais assim. (...). Na geração do meu pai, o que o pai dele falava, ficava quietinho, respeitava. Não era assim a geração sua e do seu pai também. Essa geração já começa a retrucar. (entrevista realizada em 19/12/2010).

As consequências mais drásticas deste fenômeno foram a progressiva individualização da produção e da posse da terra, que mais recentemente passou a ser controlada apenas por famílias nucleares (e não por famílias extensas, como antes), e a busca do assalariamento nas cidades.

Embora não se possa questionar o vigor e a persistência do êxodo rural no país, o retorno de membros de algumas famílias para os sítios depois de uma experiência de migração para a cidade, evidencia, por outro lado, a incapacidade dos mercados de trabalho urbanos de absorverem a mão de obra que sai do campo para a cidade em busca de emprego, ou, ainda, a intensa precarização do trabalho experimentada de modo generalizado neste espaço, tanto por aqueles que concluíram o Ensino Superior como por aqueles que não alcançaram esse nível de escolarização. Registramos diversos casos nesse sentido. Como o de um primo de Rosemari Buzo, formado em Matemática, que, em virtude dos baixos salários recebidos na escola estadual onde lecionava, decidiu voltar a tocar sua parreira de uva no sítio da família no município de Urânia. Também o caso do filho de Otacílio Alves que, depois de concluído o curso superior de Química, retornou ao sítio do pai, no município de Santa Albertina, para montar também uma parreira de uva. Arnaldo Saraiva, depois de passar dois anos vivendo em Americana-SP, onde trabalhou numa transportadora, e mais 8 anos em São Paulo-SP, quando foi aprovado em um concurso público para a Polícia Militar, consegue uma transferência para Jales e passa a conciliar o trabalho de policial com as atividades produtivas no sítio, trabalhando sobretudo com o plantio de laranja irrigada. O filho de Arnaldo Saraiva,

formado em Ciências da Computação, depois de passar dois anos procurando emprego em São Paulo, não o tendo encontrado se muda para a Irlanda, onde primeiro trabalha como ajudante de limpeza, depois como vendedor de joias num pequeno comércio, e por fim, decide voltar ao sítio da família no município de Jales, onde passa a residir com sua família nuclear e investir na produção de laranja irrigada em parceria com o pai e o tio. Diversos outros casos significativos de sitiantes que retornaram ao campo em função dos baixos salários recebidos na cidade foram relatados.

Também o caso de jovens que se mantêm na área rural reforça o argumento anterior, embora tais casos sejam mais comuns na área onde predomina a pequena agricultura. Estes jovens, tal como aqueles que tentaram a vida na cidade e retornaram ao campo, se veem atraídos sobretudo pelos altos rendimentos proporcionados por algumas culturas. Diversos casos nesse sentido já foram apontados no capítulo em que discutimos a questão da produção.

E embora a migração se imponha como uma necessidade e também como um desejo para muitos, não o é para todos. Há também, em algumas famílias, um estigma que pesa sobre aquele que toma tal decisão, estigma que relaciona o trabalho na cidade, por um lado, ao “trabalho fácil”, ao “trabalho leve”, e aquele que o procura a alguém que está “fazendo corpo mole”. A busca de um salário, e da *garantia* do salário e de um rendimento individual é percebido também como expressão de um espírito “ganancioso”, e também “sujeitável”, propenso a dobrar-se para alcançar seus projetos, característica que, sabemos, se opõe ao pensamento camponês e à luta pela autonomia que deu possibilidade de existência aos sitiantes da região. Um sitiante assim explica porque seu filho mais velho optou pelo trabalho na cidade: “Aquele é *malandro*, ele saiu fora da roça. Ele não gosta da roça.”. Outro jovem sitiante de 28 anos se nega ao trabalho assalariado porque bem reconhece a *natureza* do mercado de trabalho: “Não, eu nunca me iludi com isso. Não pelo fato de que eu sei que na cidade... como se diz... a gente é uma *carta no baralho*. Hoje você está empregado, amanhã pode não estar.” E mesmo aqueles que adotam uma atitude mais compreensível ante os que optaram por abandonar o sítio e buscar trabalho assalariado, expressam lamentos em nome dos que fizeram tal escolha e das consequências dela para a reprodução da pequena propriedade: “Ele escolheu, não é? Às vezes fiquei aborrecido, porque eu queria ajeitar para ele tomar conta, tocar aqui mesmo, tudo organizado. Mas se não gosta vai fazer o quê? Não tem jeito”, diz o pai de um jovem que hoje trabalha como tratorista na Usina.

Ademais destes casos que ilustram a vontade de permanência expressando-se nas consciências e na prática de muitos sitiantes e jovens sitiantes, há que se levar em conta ainda que a maioria dos que se mantêm no campo e que hoje são responsáveis pela produção se

encontram na faixa de 35 a 60 anos. Os mais jovens pertencem à terceira geração daqueles que viveram na região, e nos parecem ser a maioria na porção da MRG de Jales onde ainda persiste a pequena agricultura dinamizada à base da agricultura familiar e da diversificação produtiva. Nas mãos da terceira geração, a pequena agricultura encontra possibilidades de reprodução por um tempo entre 15 a 25 anos. É uma geração bastante jovem, que nasceu inclusive em décadas bastante recentes, como a década de 1970, período de expansão da escolarização no país e de intensa urbanização, e que contrariou a tendência dominante do êxodo rural. Os de mais idade são membros da segunda geração cujos filhos não se interessaram pelo trabalho na lavoura, e nos parecem ser a maioria na porção da MRG onde se expande a monocultura da cana-de-açúcar.

Enquanto alguns mercados de trabalho urbano se fecham e expulsam a população do campo sobrando, forçando o retorno de sitiantes ao campo, outros mercados de trabalho se abrem. A possibilidade do assalariamento dos homens jovens foi ampliada com a chegada da Usina na região. Como já anunciamos no segundo capítulo, os filhos dos sitiantes compõem grande parte da mão de obra responsável pelos trabalhos de preparação do solo, plantio, colheita e transporte da cana-de-açúcar. Estes jovens são atraídos a tais empregos tanto em função da incapacidade dos sítios de gerar renda suficiente para a manutenção de todos os membros como pelo desejo destes de conseguir uma renda mensal “individual” por meio do salário. Sobretudo nas áreas de expansão da monocultura da cana, onde predomina a pecuária leiteira, frequentemente escutávamos histórias de famílias cujos filhos, que antes contribuíam para o trabalho agrícola na propriedade, abandonaram esta atividade para vender sua força de trabalho para a Usina.

Nessa área, raramente encontramos alguma família que não possuía nenhum parente, próximo ou distante, trabalhando para a Usina. Há jovens trabalhando na portaria (como o filho de José Tanaka), no almoxarifado (como o filho de Armando Matos), mas a grande parte deles encontra emprego como tratoristas, como o filho de José Tanaka, o neto de Antônio Fiorili, o filho de Otávio Bianco, o genro de Wilson Barbon, entre tantos outros. Mas a opção pelo trabalho assalariado no setor sucroalcooleiro não é feita apenas por jovens solteiros que ainda vivem nos sítios de seus pais (embora estes tenham sido os casos mais comumente encontrados). Em algumas situações também o responsável pela produção, chefe de família, recorre a esta opção. Como o caso de Eurico, que em nossos primeiros contatos estava empregado na Usina como tratorista durante as safras. Nesse período, sua mulher se tornava a grande responsável pelo trato do gado de corte, a opção produtiva da família. Este caso traz uma evidência sobre a qual faremos referência mais adiante: a de que, nesse contexto de

precarização das condições de vida nos sítios e intensa migração de homens para os trabalhos assalariados, tem adquirido destaque o papel das mulheres na reprodução dos sítios. E que, tal como o arrendamento de parcela da propriedade para o plantio de cana-de-açúcar, também a busca de trabalho na Usina pode representar uma das muitas estratégias (contraditórias) dos pequenos sítiantes para resolver o problema da queda nas rendas agrícolas.

Entretanto, a adaptação ao trabalho assalariado não acontece sem entrar em conflito com o *habitus* incorporado por estes jovens sítiantes durante toda uma vida construída no espaço rural e em meio às relações entre homens do campo. Conflito que para alguns chega ao limite, como que desafiando a integridade de sua identidade, contrapondo-se a valores que sustentavam um modo de vida que, se não materialmente equilibrado, lhes concediam o equilíbrio mental necessário à continuidade da vida. Foi o que aconteceu com o filho de dois sítiantes da região onde se expande o cultivo de cana-de-açúcar. Um dos jovens trabalhou apenas uma safra e abandonou o emprego. Outro planejava abandonar. A vigilância constante de um “superior”, a rotação de turnos (que acontecia a cada três meses), a intensidade da carga de trabalho (5 dias de trabalho com apenas uma folga, 13 horas de trabalho na safra e 8 horas na entressafra) se contrapõe à autonomia que antes tinha o filho do sítiante no trabalho produtivo no sítio, cuja carga era compartilhada com os pais. Para aqueles que são os responsáveis pela produção, o trabalho na Usina muitas vezes inviabiliza a reprodução das atividades agrícolas do sítio, ameaçando a própria existência dele. Por isso, em nossa última visita à Santa Albertina, já na metade do ano de 2012, soubemos que aquele que planejava abandonar o trabalho na usina o havia feito, para voltar a dedicar-se à pecuária de corte, atividade principal desenvolvida pela família.

Além do emprego nas cidades e nas Usinas sucroalcooleiras recém-instaladas na região, outro fenômeno recorrentemente percebido, neste caso, entre os descendentes de japoneses é a busca pelo trabalho como operários e operárias no Japão, mais frequentemente nas montadoras de automóveis, indústrias de autopeças e empresas do ramo alimentício. Trata-se de um tipo de migração para o trabalho inaugurado pela terceira geração das famílias de japoneses que vivem na região (como bem ilustra a genealogia da família Akamatsu), e que, ademais das condições hoje menos favoráveis em função, sobretudo, da valorização da moeda brasileira no mercado internacional e da intensificação e precarização das condições de trabalho, alcançou também a quarta geração destes sítiantes⁸⁵. Migram com mais frequência

⁸⁵ A composição de um “território migratório” constituído pelas idas e vindas de membros de famílias de ascendentes japoneses entre Brasil e Japão não nos autoriza a falar em uma “comunidade transnacional”, tal

aqueles que não concluíram o Ensino Superior, mas também aqueles que o fizeram, como podemos notar no caso da genealogia da família Akamatsu (dos 11 integrantes que hoje são decasséguis, 5 concluíram do Ensino Médio e 4 o Ensino Superior). Para alguns membros das famílias orientais a migração para o Japão teve um caráter definitivo. Migraram e ainda hoje lá se mantêm, há uma ou duas décadas, com toda a família nuclear. É o caso de dois dos quatro filhos de José Ryugo que foram em busca de trabalho no Japão. Para outros sitiantes, a migração para o Japão, na condição de decasségui, figura como um refúgio em períodos de crise de rendimentos, ou em episódios de perda de safras em função de eventos climáticos, ataque de pragas ou dificuldades no trato das culturas que decorrem em grandes perdas de produção. Paulo Riga define o trabalho como decasségui como uma “válvula de escape”. Como foi o caso de um casal de sitiantes que duas vezes recorreram à migração para o trabalho no Japão. Numa primeira vez, recém-casados, migraram com a ilusão de “ficarem milionários”, nas palavras do sitiante. Passado um ano, desiludidos com os rendimentos que se mostravam insuficientes para cobrir o alto custo de vida e, ainda, suprir as necessidades dos filhos que ficaram sob a guarda dos avós no Brasil, retornam ao país sem nem mesmo ter conseguido quitar as dívidas adquiridas com a compra das passagens aéreas. Três anos depois, quando uma parreira erguida pelo casal apresentou sérios problemas de produtividade em função da falta de experiência com o trato do cultivo, retornaram ao Japão, desta vez com os filhos já adolescentes. Todos os membros da família passaram a trabalhar como operários e lá se mantiveram por mais 8 anos. Reencontrando-se com as desilusões experimentadas no passado e já com o corpo desgastado pelo trabalho intenso e precário⁸⁶, o casal e um filho retornaram ao sítio herdado da família. E retomaram a atividade agropecuária, não por meio dos rendimentos trazidos do Japão, porque não lhes foi possível poupar quantidade de capital significativa, mas a partir de financiamento bancário para a compra de gado de leite, ordenhadeira mecânica e refrigerador.

como se verifica no caso da migração México-EUA (BESSERER, 2004), mas talvez em “famílias transnacionais”.

⁸⁶ Embora não seja objetivo desta investigação tratar da situação de trabalho dos decasséguis, a referência a ela pode nos dar a dimensão das situações a que os sitiantes se sujeitaram para garantir a reprodução da vida. O casal, segundo suas próprias palavras “tem a mente jovem, mas o corpo envelheceu muito”. Falaram de problemas de bursite, tendinite, coluna e nervo ciático, adquiridos durante o tempo de trabalho no Japão. A mulher, depois de passar alguns anos trabalhando na linha de produção de uma indústria automobilística, passou ao controle de qualidade da mesma indústria. Embora tenha passado a uma atividade menos extenuante, trabalhava dois turnos, chegando, em alguns períodos, a 18 horas de trabalho por dia. O sitiante passou um tempo longo grampeando carpetes em automóveis, um a cada 60 segundos, numa posição bastante desconfortável, com as costas curvadas todo o tempo e fazendo repetidas pressões com a mão e o grampo. O homem recebia 2.500 dólares, e a mulher, 1.500 dólares. Os gastos com supermercado consumiam todo o salário de mulher. Os gastos com aluguel, água, gás, energia elétrica e impostos consumiam parte substancial do salário do homem. A mulher explica que “Lá no Japão, primeiro lugar é a fábrica, depois vem a família”. As opções de lazer eram caras e tinham de ser programadas com muitos meses de antecedência.

As decepções experimentadas pelo casal foram repetidamente recontadas a nós por aqueles que optaram pela condição temporária de decasséguis, ou por seus parentes. Percorrendo as propriedades de famílias de descendentes de japoneses escutávamos as dezenas de histórias daqueles que, recém-retornados de uma temporada de trabalho no Japão em função das precárias condições de trabalho e rendimentos lá experimentadas, voltaram a contribuir com os trabalhos no sítio, ou andavam em busca de outros empregos urbanos. Desse modo, se, num momento de maior crise estrutural da economia brasileira esta opção lhes parecia mais interessante, e, comentam os sitiantes, de fato ofereciam melhores rendimentos, que possibilitavam até mesmo o envio de divisas que eram investidas na produção e no melhoramento das estruturas do sítio, ou revertidas na construção de uma nova forma de reprodução da vida (a filha de Paulo Riga conseguiu comprar uma casa e abrir um comércio na cidade), ademais das condições permanentemente precárias, hoje esta opção não garante nem mesmo a reprodução da família decasségui.

Então, se apenas alguns poucos filhos se mantêm na propriedade herdada, resta-nos remetermos ao padrão de divisão da herança nesta comunidade, que aponta aquele que tem o direito de se manter no sítio. Observamos que uma série de fatores tencionam as regras de transmissão da herança, como a composição de gênero das famílias, o crescimento de um mercado de trabalho local restrito à participação dos homens e a ideologia do trabalho. Tais tensões resultam que não seja possível identificar, na região, uma unidade no tocante às regras de transmissão da herança, mas apenas algumas tendências.

Mais frequentemente a herança é transmitida a um filho homem, mas há exceções a essa regra, por exemplo, no caso de famílias que não tiveram filhos do sexo masculino. Encontramos pelo menos dois casos como este. O da família Buzo, que teve, na terceira geração apenas herdeiras mulheres e as três se mantêm vivendo e produzindo no sítio herdado de seu pai (duas delas também tiveram experiências frustradas de trabalho na cidade). Também o caso de Leonilde Tanaka, que levou seu marido consigo para as terras herdadas de seu pai, já que ele não recebera herança em terras significativa. Há ainda outros casos semelhantes.

A questão do gênero tem papel importante do desenvolvimento do ciclo das famílias e na definição das regras de herança. Entretanto, o preceito da transmissão preferencial ao homem, fundamentado na tradição e na força do patriarcado, vem sendo ameaçado em função do maior procura dos filhos homens por empregos assalariados, rurais ou urbanos. Como no caso da família Donegá. O único herdeiro homem, técnico agrícola formado na escola técnica do município de Jales, optou pelo emprego na Usina instalada na região. Desse modo, as

expectativas futuras de transmissão da herança e de continuidade da atividade produtiva foram depositadas na também única herdeira mulher, Vanessa, de 17 anos. De todo modo, há traços daquele costume que sustentava o antigo sistema de herança, ilustrado no discurso de Sônia Donegá, mãe destes jovens. Ela nos fala sobre a decepção quanto à escolha do filho:

Lutamos pra ver se ele ficava com a gente, aproveitava a formação pra desenvolver na propriedade. Mas quando um vizinho chamava [para ajudar numa atividade eventual em troca do pagamento de diárias] ele gostava de ir. Se formou e teve a sorte de achar o emprego e saiu da escola trabalhando. (Entrevista realizada em 09/02/2012, Mesópolis/SP)

Estes casos contrariam, então, as tendências historicamente apontadas de emigração de mulheres do campo para as cidades, fenômeno que pode interromper o ciclo de reprodução sobretudo daquelas famílias que tiveram apenas herdeiras mulheres. A forte atração que o mundo urbano vem suscitando nas famílias de modo generalizado coloca em risco tanto aquelas compostas por herdeiros homens como aquelas compostas exclusivamente por herdeiras mulheres. Sugerimos, então, que as dificuldades de reprodução das famílias e a queda nos rendimentos dos pequenos sítios, têm levado muitos jovens homens em busca do trabalho assalariado, como no caso do filho de Sonia Donegá, sendo as esperanças de reprodução de alguns sítios depositadas nas mãos das filhas herdeiras.

Nos casos em que herdeiros homens se interessam pela atividade agrícola, não recorrendo ao assalariamento, há ainda uma clara tendência a que seja o homem o sucessor da posse (como o caso da família Donda, cujos dois filhos homens ficaram na propriedade e as três filhas mulheres casaram-se com citadinos). Entretanto, nem sempre se trata do primogênito. Este último, no caso de muitas das famílias, migrou para a cidade no período de crescimento da indústria e da urbanização, para diminuir a pressão sobre a reprodução do grupo familiar e possibilitar, assim, o restabelecimento do equilíbrio da unidade doméstica. Vemos, então, também filhos mais jovens sendo portadores da herança da família e, então, a regra da primogenitura dá lugar a outro sistema de referências para a escolha do sucessor. Para estas famílias que possuem herdeiros homens, o eleito a ser o titular da posse das terras da família e adquirir o direito de nela viver e produzir é quase sempre aquele que possui uma relação de identidade mais consolidada com o campo e o trabalho agrícola, e que se manteve, por mais tempo, vivendo e trabalhando no sítio junto a seus pais. Tratam-se de referências baseadas tanto em elementos da subjetividade dos herdeiros, que levam em conta a questão da “vocaçãõ”, do “gosto”, da identidade com os elementos do mundo rural e com a atividade

agrícola, como por certa ideologia do trabalho. Aquele que mais se dedicou aos trabalhos no sítio é o que “merece” ser o herdeiro.

Essa regra é tensionada quando há mais de um herdeiro com os requisitos necessários para ocupar o lugar do pai na sucessão da propriedade da terra e, por outro lado, extensão de terra insuficiente para a reprodução de suas respectivas famílias nucleares. Também a legislação civil brasileira, que estabelece o direito igualitário à herança de todos os filhos, independente do sexo, ao patrimônio constituído pelos pais, tenciona frequentemente as regras do “direito costumeiro” (DEERE, LÉON, 2002). Embora não tenhamos conhecido casos em que filhos contrariaram o desejo de seus pais, quando estes o expressaram verbalmente antes do falecimento, os constantes conflitos vividos por herdeiros homens e mulheres em função do descontentamento dos termos da partilha, têm levado muitos dos responsáveis pela propriedade com idade já avançada a formalizar a distribuição da herança antes de seu falecimento. Temem que o equilíbrio das relações entre herdeiros seja ameaçada em função destes recorrentes conflitos, fruto de um acordo tácito não respeitado. Assim, tem sido cada vez mais recorrente na região a “doação em vida” com direito vitalício de usufruto do titular da posse. Neste caso, ao mesmo tempo em que os proprietários desoneram seus filhos de gastos futuros com impostos sobre transações de transmissão e doação de bens (como o imposto conhecido como *causa mortis*), buscam evitar peijas futuras ao redor da partilha. Em outros casos são feitos acordos escritos, mas não reconhecidos legalmente. Como fez Gonçalo Machado, que redigiu (de próprio punho) um documento com a descrição da partilha de suas terras e demais bens entre as filhas, que o assinaram, firmando ciência da vontade do pai.

Um sitiante explica porque deseja fazer a divisão da herança antes de falecer, “...porque a gente já conhece cada filho, sabe o *valor* que tem” e “porque se deixar por conta, talvez entra em complicação”. Também José Ryugo fez a divisão dos bens de acordo com o merecimento e as aptidões de cada um dos filhos: o apartamento em São Paulo para um filho homem que vive na cidade; a terra para dois filhos que se mantiveram vivendo e produzindo no sítio; a casa da cidade onde ele e sua mulher hoje residem para duas filhas mulheres.

Não há também padrão reconhecido no tocante às compensações aos herdeiros que saíram da propriedade (espontânea ou forçosamente). Na região de estudo ela se expressou pelo menos de duas formas distintas. Uma delas é a compensação na forma de “prestação de auxílio” em momentos de dificuldade. Nesse caso não há compensação financeira estabelecida de antemão. Apenas o compromisso firmado verbalmente entre herdeiros de que aqueles que não foram beneficiados com a posse da terra recebam auxílio financeiro de seus

irmãos para se estabelecerem na atividade econômica que elegeram ou em momentos de dificuldade. No caso da família de Sérgio Nishimoto, a transmissão da posse da terra de seu avô paterno entre seu pai e tios foi firmada numa espécie de *negociação* entre os donos da posse e seus herdeiros:

Porque no sitio do meu avô eram 24 alqueires, e tinha 9 filhos, só que alguns mais novos estudaram, casaram e só ficaram 3 no sítio. Aí o meu avô um dia chamou os 9 filhos e disse: “O que eu tenho são esses 24 alqueires, e esses 24 alqueires é pros 9 filhos”. Meus tios todos falaram: “Não, o sitio é dos 3 daqui [os que ficaram no sítio]. Os outros estão fora, cada um já pode tomar conta, já tem seus bens”. O meu avô respondeu: “Então fica pros 3, com uma condição...” Na condição verbal, que se algum irmão precisasse, eles ajudariam. Na época 3 dos tios que tinham saído da propriedade precisaram e os que ficaram puderam ajudar. (entrevista realizada em 22/06/2010, Jales/SP).

Outra forma de compensação é o pagamento da equivalência em dinheiro da parte que cabe aos herdeiros que não puderam (ou não desejaram) manter-se na propriedade. Tanto homens que migraram para as cidades como aqueles que decidiram permanecer na atividade agrícola recebem esse tipo de compensação. Os primeiros mais frequentemente investem a herança recebida na aquisição da casa própria, e os segundos comumente a utilizam para comprar sua propriedade. Também mulheres recebem compensações dessa natureza, e o investimento do capital recebido também é investido na compra da moradia na cidade ou da terra própria. Conhecemos casos em que a parcela em dinheiro recebida pela mulher sitiante teve papel fundamental na constituição do patrimônio de sua família nuclear, no campo ou na cidade.

No processo de partilha da herança são reproduzidas, entretanto, antigas desigualdades já largamente registradas por outros estudos sobre os direitos de propriedade. Eles afirmam que embora a maioria dos Estados latino-americanos tenham revisto, entre o final década de 1970 e começo da década de 1980, suas constituições a fim de garantir a igualdade entre homem e mulher na chefia da família e na administração da propriedade comum, há ainda uma lacuna entre o estabelecimentos de tais direitos e sua posse real. “Os mecanismos de exclusão da mulher dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais”, afirmam. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 27-30). Entre as famílias do noroeste de Jales observamos que há mais igualdade mais comumente na divisão da propriedade comum entre marido e esposa, titulares do bem. Entretanto, as herdeiras mulheres continuam desfavorecidas nos processos de partilha, cabendo a elas uma parcela menor do equivalente em dinheiro, ou em outras compensações, da propriedade da família. Em duas situações encontramos um mesmo fato: filhas herdeiras receberam parcela da partilha que correspondia

à primeira porção de terras adquiridas pela família na região. Entretanto, foram excluídas da partilha dos bens e propriedades adquiridos posteriormente. Uma sitiante já idosa, que acompanhou a partilha dos bens realizada pelos filhos depois do falecimento de seu esposo, explica: “elas [as filhas mulheres] não tinham nem o direito de reclamar”, “não merecem nada, elas não pegaram nada”. Outra mulher, filha de sitiantes, ouviu a explicação das razões porque não estava participando da segunda etapa da partilha: “... meu pai falou que eu não tinha direito, porque eu não tinha trabalhado. Lógico, eu nasci por último, nasci mulher, é lógico que eu não tinha trabalhado.”

As explicações que buscam dar legitimidade a tais desequilíbrios, como se pode ver, quase sempre se referem à participação menos atuante das mulheres (sobretudo as mais jovens da família) nas atividades agrícolas. Sua “ajuda”, sendo residual e sempre subordinada à direção dos homens, equivale a uma parcela também residual da herança. Por outro lado, sob o patriarcado alimenta-se a expectativa de que a mulher seja “provida” por seu esposo. Embora o contexto atual de crescente precarização do trabalho tenha impossibilitado a reprodução desse modelo, ele ainda tem força nas mentalidades, produto da descontinuidade do tempo.

Os diferentes destinos tomados pelos membros das famílias sitiantes e as diferenças no tocante à divisão da herança não nos possibilita fazer “previsões” seguras quanto ao destino da pequena agricultura na região. As relações e escolhas constituídas ora apontam para seu fim, ora para sua reprodução. Somente o desenrolar dos fatos poderá nos indicar qual será a tendência predominante. Entre os sitiantes, as opiniões também se dividem.

Alguns acreditam que o fim da pequena agricultura já está anunciado. Como fizeram as gerações anteriores, ao incentivarem a escolarização dos filhos, ameaçam a reprodução de seu modo de vida. Conscientes da situação de subordinação que vivenciam na relação com o mercado, declaram “a agricultura é muito bom, para os grandes” (Coiti Yamada, em 06/02/2012) e incentivam os filhos a procurar outros caminhos. Nestas condições, manter-se na roça é um castigo, reproduzido em ameaças simbólicas a aqueles que “se acomodam” às condições de vida no campo. “Olha, se você não estudar, se você não... Você vai ficar na roça.” (Afonso Voltan, secretário da agricultura, em 12/07/2011). A força de sentido da expressão “estar na roça” é percebida no fato de ter sido amplamente incorporada como uma expressão popular (tanto no campo como na cidade) que significa estar numa situação ou numa condição difícil, enfrentando graves problemas. Alguns filhos de sitiantes se agradam da possibilidade de continuar vivendo no sítio (como as filhas de Eduardo Akamatsu, ou de Eurico Tanaka) mas empregados na cidade, em atividades urbanas.

Outros seguem acreditando na possibilidade de continuidade da história que construíram naquele território. Percebem a atividade produtiva no campo como capaz de oferecer rendimentos, algumas vezes, mais promissores do que algumas atividades urbanas, e incentivam os filhos a se manter no sítio. As “doações em vida” oferecem uma maior sensação de segurança aos herdeiros beneficiados pela posse da terra, que passam a investir em melhorias e antecipar planos para a administração do sítio. Os diversos casos de filhos de sítiantes que retornaram ao campo depois de uma temporada na cidade, de jovens que começam a participar das atividades produtivas e manifestam o desejo de manter-se na condição de sítiante, e também o desejo reconhecido de parentes que estão vivendo na cidade em condições (materiais e simbólicas) precárias de retornar ao campo quando do falecimento dos pais para retomar a atividade agrícola ou ao menos administrá-la, para preservar o patrimônio da família e as possibilidades de rendimentos que ele oferece, sustentam a possibilidade da continuidade da pequena agricultura na região. Antônio Saron acredita que seu irmão mais jovem, professor universitário que vive na área urbana de outro estado, que mantém um forte sentimento de pertencimento àquele lugar e de respeito à história e ao patrimônio constituído pela família, não irá se desfazer do patrimônio que ela constituiu. Maria Gonçalo explica que as duas irmãs que hoje vivem e trabalham na área urbana planejam retornar ao sítio quando receberem a parcela da herança que lhes corresponde. Andréa, que hoje trabalha com manutenção de computadores nos EUA, “sonha em voltar e morar naquela casa e fazer a terra dela”, diz sua irmã Maria Gonçalo. Nas últimas férias trouxe o marido para conhecer o lugar e, assim, envolvê-lo em seu projeto de vida. Outra irmã, engenheira agrônoma que hoje tem um pequeno comércio de alimentos na cidade de Jales, também já manifestou o desejo de retornar à propriedade e assumir a herança. “Você vê que tem possibilidade de continuidade do sonho do meu avô”, explica Maria Machado.

As tendências apontadas se expressam com medidas diferentes quando tomamos em conta as duas áreas eleitas para comparação nesse estudo. Já nos referimos, aqui, a algumas destas diferenças. Na terceira seção retornaremos a elas.

b) A organização do trabalho

Como já apontamos no segundo capítulo desta tese, que apresentou as características produtivas mais amplas da pequena agricultura na MRG de Jales, trata-se de uma região onde as pequenas propriedades são dinamizadas, sobretudo, pelo trabalho dos membros das

famílias de sitiantes. Esta informação está ilustrada nos dados sobre a “condição do produtor” dos CENSOS Agropecuários do IBGE, onde é destacada a condição de *proprietário*, tanto nas áreas de expansão recente da cana-de-açúcar, como nas áreas onde predomina a pequena agricultura familiar e diversificada, se comparada à escala estadual e mesmo nacional.

A importância da mão de obra familiar expressa uma característica percebida, historicamente, como parte das estratégias de “evitar riscos”, tão próprias à lógica camponesa. Diversos estudiosos já apontaram essa (a utilização de mão de obra familiar, exclusiva ou principalmente) como uma das principais características de grupos camponeses, ao lado da posse dos meios de produção⁸⁷. Teodor Shanin, depois de uma extensa reflexão sobre as características de grupos e famílias camponesas chega mesmo a afirmar que “quando (e se) fosse utilizada uma *navalha Ocam*, seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira”. Esse modo de organização da vida e do trabalho, transmitida no transcorrer das gerações, ao mesmo tempo em que se apresenta como um atributo cultural, que ilustra uma forma de pensamento que pode ser compreendida na oposição ao pensamento característico da empresa capitalista, é reafirmado pela situação de pauperismo experimentada de modo generalizado pelos pequenos agricultores.

Todos aqueles sitiantes mais modestos, que são, veremos nos quadros a seguir, a maioria de nossos entrevistados, e sugerimos (em virtude das observações e impressões captadas nos diálogos com diversos sitiantes e funcionários do Estado que prestam serviço à população do campo), são também a maioria no universo estudado, reclamam recorrentemente de diversos empecilhos colocados mais recentemente ao emprego de mão de obra não-familiar. Sobretudo após o período de extensão dos direitos trabalhistas à população do campo (década de 1980), tornou-se mais difícil recorrer ao emprego sistemático de mão de obra remunerada. Alguns dos que mantiveram tais práticas sem, no entanto, cumprir todas as exigências legais referentes à regulamentação do empregado, chegaram mesmo a responder processos trabalhistas e perderam parte significativa dos rendimentos de uma ou outra lavoura no pagamento da indenização ao trabalhador que lhe oferecia trabalho sistemático, mas não registrado. Tais episódios tiveram forte impacto na estabilidade econômica de algumas famílias e serviram, tantas vezes, para recolocar sitiantes mais empreendedores nos rumos do pensamento e do modo de vida estritamente camponês (processo que podemos chamar de *recampesinização*), muitos deles tendo sido forçados a reduzir sua área de plantio para a

⁸⁷ WOORTMANN, 2001, p. 3. CHAYANOV, 1974.

quantidade tão somente adequada à capacidade de trabalho acumulada nos braços dos membros da família, quando não sucumbiram diante de tamanhas crises e abandonaram o campo. Uma conhecida família de japoneses da região que tinha uma das maiores produções de uva cujo trabalho era realizado sobretudo com mão de obra não-familiar não resistiu à crise de produção da década de 1980, entrando numa profunda crise econômica. A família Nishimoto chegou a contratar cerca de 100 funcionários de uma só vez em períodos de colheita: cerca de 30 a 40 mensalistas que tratavam das lavouras de uva, e outros cerca de 60 diaristas nas culturas anuais de feijão, melão e cebola. Com a crise da produção de uva da década de 1980 e a desestruturação produtiva que sofreram quando seu patriarca tentou uma transição por demais acelerada à agricultura orgânica, a família teve de reestruturar toda a produção, e hoje os únicos que se mantêm desenvolvendo atividades agrícolas na propriedade são Wilson Nishimoto e sua mãe, a única a também viver na propriedade.

Além dos riscos legais do emprego sistemático do trabalho de “diaristas” ou mensalistas assalariados, também a expansão da cana tem causado impactos no mercado de trabalho local que dificultam, ainda mais, o emprego deste tipo de trabalho pelos sitiantes. O “aquecimento” do mercado de trabalho local produzido pela oferta de emprego nas Usinas reduziu a disponibilidade e aumentou o custo da mão de obra para o auxílio nos períodos de maior acúmulo de trabalho, como o período da colheita e, eventualmente, do plantio. Aqueles que se dispunham a realizar tais tarefas de modo eventual (alguns residentes das periferias urbanas destas pequenas cidade e também filhos de sitiantes) sentem-se cada vez mais atraídos pelos trabalhos nas Usinas. Alguns destes cidadãos tem se empregado em atividades acessórias ao plantio e à colheita (como a retirada de pedras para o trabalho das máquinas, a pulverização de fungicida e inseticida que limpa as áreas de plantio da presença de capim, entre outras atividades), já os filhos dos sitiantes mais frequentemente empregam-se no trabalho com o maquinário.

Alguns poucos sitiantes mantêm empregados mensalistas, mais frequentemente aqueles cujos filhos não optaram pelo trabalho no sítio, ou cuja extensão da produção exige dispêndio de trabalho maior do que a capacidade de trabalho acumulado nos membros da família. É o caso de Nelson Preti que tem 7 empregados mensalistas. Suas duas filhas dedicam-se ao trabalho de professoras em colégios técnicos da região, e sua produção é uma das de maior volume na área onde predomina a pequena agricultura diversificada. Também é o caso da família Barizon, que possui 5 empregados mensalistas. O único filho que se manteve no sítio não é capaz de dar continuidade à relativamente extensa criação de gado leiteiro (trata-se do maior produtor de leite da área de expansão da cana) e do pomar de

laranja cujos rendimentos são revertidos para sua reprodução e a reprodução dos pais, que já não trabalham nos cultivos comerciais em função do adiantado da idade. Ademais destes casos que destoam do quadro mais geral, há uma ou outra família que emprega mais frequentemente um único trabalhador assalariado para o trabalho agrícola no sítio, como os casos de Wilson Donda e Paulo Riga. Quando há a necessidade de emprego de um maior número de trabalhadores, por exemplo em períodos de colheita de pomares relativamente extensos, utiliza-se o serviço de uma empresa terceirizada, que é, então, a responsável legal pelos assalariados que executam o trabalho.

Para a grande maioria das famílias, entretanto, as dificuldades impostas ao emprego sistemático de mão de obra não-familiar resultam que estas não empreguem nem mesmo o trabalho remunerado mais eventual, como o trabalho dos diaristas, como poderemos melhor visualizar nos quadros abaixo. A tradição de “alugar trabalho” (WANDERLEY, 1996, p. 13), desse modo, já não tem a força que outrora tivera nesta região, e que, sabemos, ainda possui em outras regiões do país. Alguns jovens ainda o fazem, como o filho de José Tanaka, que é empregado na Usina mas faz “bicos” nas férias nos sítios vizinhos preparando silos; Nelson Ryugo, em função dos problemas de saúde adquiridos durante o período de trabalho no Japão, utiliza eventualmente o trabalho de um vizinho para a reforma de cercas e outros serviços gerais; Edson Donda contrata frequentemente o trabalho de uma vizinha para a preparação das linguiças que comercializa nas feiras da região. Estes casos, nos parecem, são exceções. Muitos agricultores preferem arrendar parte da propriedade a ampliar a produção para além das capacidades de trabalho dos membros das famílias. Na seção seguinte, quando nos remetermos ao papel dos rendimentos recebidos da atividade agropecuária e de atividades não-agropecuárias, retornaremos a esta questão.

Além do trabalho cada vez mais eventual do diarista, outra forma de trabalho menos expressiva que no passado mais que ainda resiste é a atividade da parceria, que pode ser encontrada sobretudo nos sítios das áreas de predomínio da fruticultura. É uma estratégia de que lançam mão tantos sitiantes que expandem a área de produção de cultivos que, como a uva, demandam muitos cuidados e emprego intensivo de mão de obra, ou que não possuem membros das novas gerações participando das atividades produtivas do sítio, necessitando do auxílio de alguém de fora do círculo familiar para preservá-las. É muito comum encontrarmos, como parceiros, migrantes nordestinos ou membros de famílias da região que atravessaram dificuldades econômicas e tiveram que vender a propriedade, ou ainda parentes, parte de famílias nucleares aparentadas cuja extensão da propriedade não comporta a reprodução de todos os membros ou que também foram forçadas a vender a propriedade

depois de períodos de crise econômica. Como o caso de Nelson Preti e seus sobrinhos. Nelson construiu relação de parceria produtiva com 3 sobrinhos, filhos do irmão de sua mulher que perdeu a propriedade em Minas Gerais em função de uma crise nos preços do algodão, principal cultura comercial da família. Wilson Donda estabeleceu contrato de parceria com um vizinho, filho de uma família de sitiantes da região que vendeu a propriedade e seguiu para a cidade. Para os parceiros, esta continua sendo uma estratégia, que, tal como no passado, afigura tantas vezes como uma etapa no caminho para a aquisição de sua propriedade e, desse modo, para a conquista da autonomia. Um dos jovens sobrinhos de Nelson Preti já havia acumulado pecúlio suficiente para comprar sua propriedade e anunciado o fim da relação de parceria, que é também o início de seu tão almejado projeto de autonomia.

Há, por fim, o trabalho do “morador”, que algumas vezes se funde com a figura do assalariado mensalista ou do parceiro. Muitos dos mensalistas residem em moradia no próprio sítio onde são empregados, e a cessão dela figura como parte de sua remuneração. O mesmo acontece com algumas famílias de parceiros, que têm descontado do valor estabelecido para a parceira (que na região corresponde a algo em torno de 25 a 35% do rendimento da safra) o equivalente em dinheiro do “aluguel” da moradia. E há também o morador que não é propriamente empregado do proprietário das terras onde mora (algumas vezes sendo empregado de outros sítios das redondezas), mas que em troca do direito de moradia, presta serviços a seu locador.

As formas de trabalho remunerado encontradas nos sítios da região, na quase totalidade dos casos, não convertem seus empregadores (os sitiantes) em empresários capitalistas. Não há apropriação de mais-valia, nem acúmulo de capital não se configurando, portanto, uma situação de *reprodução ampliada*⁸⁸. Preserva-se, desse modo, características próximas ao que alguns autores chamam de *modo de produção mercantil simples*, baseado na *reprodução simples* de capital⁸⁹. Não se constitui capital acumulado capaz de possibilitar a compra de novas propriedades ou a ampliação da escala de produção, com raras exceções.

E se há empecilhos à contratação de mão de obra assalariada e mesmo de diaristas, tem importância outras formas de trabalho não-remunerado: as “trocas de trabalho” e outras

⁸⁸ “De um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então, sua forma e transforma-se, segundo a expressão de Sismondi, em espiral.” (MARX, 2011, p. 679)

⁸⁹ “Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, no corrente ano, transforma 100 libras esterlinas em capital e produz 20 de mais-valia, terá, no próximo ano e nos subsequentes, de repetir a mesma operação. Como acréscimo ao valor do capital, ou fruto periódico do capital em movimento, a mais-valia toma a forma de um rendimento que tem sua origem no capital. Se o capitalista só utiliza esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que o ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, reprodução simples.” (MARX, 2011, p. 662).

formas de “ajuda”, bem vindas nos períodos de intensificação da necessidade de emprego de mão de obra, sobretudo em regiões tão afetadas pelo êxodo rural com a MRG de Jales⁹⁰. Tais formas de solidariedade entre os sítiantes são percebidas não apenas na ajuda mútua, mas também na troca de instrumentos necessários ao trabalho, no empréstimo de insumos, na “doação” de pequenas porções nas franjas do sítio para o uso produtivo de parentes citadinos ou empregados diaristas, no socorro prestado entre uns e outros para recompor plantações arrasadas por eventos climáticos extremos, como chuvas e ventos forte, entre outras situações. Trata-se de uma prática também bastante comum nesta área, como nos narram Rosemari Buzo e Cleber Mártir e também Francisca Yamada:

Rosemari: Em tempo de vento, caiu parreiras, uvas... A uva todinha, no ponto de colher chegou a cair. Meu primo mesmo, teve um ano que chegou a deitar as parreiras dele, a sorte que só encostou no chão. Aí juntamos todos nós, colhemos a uva pra ele, deu tempo de tirar, se não ele tinha perdido as parreiras de uva.

Pesquisadora: E vocês se ajudam sempre?

Rosemari: Ajuda. Sempre quando precisa. Cada um tem o seu, mas um ficou doente e precisou, o outro vai lá e ajuda.

Cleber: Até mesmo vizinhos aqui, vizinhos. A gente vai ajudar.

Rosemari: Implemento que precisa... Aqui é tudo unido. Vamos supor, nosso vizinho vai colher uva, não tem caixa, ou esses “contentores”. Vem aqui: “Olha, eu quero tanto”. “Pode pegar”. Se precisou, vai lá. Então, é tudo assim. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP).

Ano retrasado a gente estava com um funcionário, plantamos um pouco de pimenta, pepino japonês e caipira, vagem e abobrinha e ainda tinha cana pra cortar pro gado. Aí o funcionário deixou a gente na mão, quando tinha plantado tudo, deixou na mão, e aí você não dá conta. Nossa salvação foi que os vizinhos que moram ali na baixada vieram e deram uma mão pra gente, no horário que eles podiam vir. Foi a nossa salvação. E mesmo assim não demos conta de tudo. (Entrevista com Francisca Yamada, realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP)

A mão de obra remunerada e não-remunerada são auxílios importantes mas, como já anunciamos, não representam o baluarte da reprodução dos sítios. Este é representado pela mão de obra familiar, que realiza tanto as atividades produtivas destinadas à comercialização como aquelas destinadas à subsistência. Passaremos a algumas considerações sobre ela, quando poderemos observar a importância de cada um dos membros da família para o sucesso das experiências de resistência dos sítios da região.

A reprodução do trabalho familiar é garantida pela transmissão e renovação dos modos de fazer no transcorrer das gerações. Chayanov (1974, p. 134) afirma que, mais do que sobre “estruturas lógicas relacionadas e de cálculos” a unidade campesina se organiza pela força da sucessão e “imitação da experiência”. Acompanhamos no capítulo anterior o processo de

⁹⁰ Outros trabalhos mencionam as trocas de trabalho e o mutirão como formas de resolver o problema da falta de mão de obra (SANTOS, 1984, p. 34-35).

seleção dos métodos mais exitosos de trabalho, realizado através das diferentes gerações. A construção desse conhecimento é realizada na comunicação com esferas que vão além do círculo familiar, envolvendo a troca de saberes entre a vizinhança, bem como aqueles construídos no contato com técnicos de órgãos públicos e também de empresas de insumos agrícolas. Todavia, somente a transmissão e reconfiguração destes conhecimentos no interior do grupo familiar consolidam e convertem em práticas tais conhecimentos.

Essa transmissão de conhecimentos principia, em geral, na infância, importante momento de socialização das crianças, quando estas aprendem as técnicas e os valores relacionados à atividade agropecuária, aquela que dá sentido à existência de seu grupo familiar, ao mesmo tempo em que elas se tornam “personagens da divisão social do trabalho” (SANTOS, 1984, p. 45). Nos primeiros anos, a aprendizagem dos pequenos acontece na fronteira entre a brincadeira e o trabalho. Colocá-los a realizar atividades na lavoura é um modo de distraí-los, diverti-los e mantê-los próximos aos olhares de seus pais, já que ambos (pai e mãe) mais comumente estão envolvidos com os trabalhos agrícolas diariamente. Com o avançar dos anos, *assumir* tarefas e ser percebida como parte importante da mão de obra do trabalho agrícola desenvolvido pela família sinaliza que a criança caminha em direção ao mundo dos adultos, o que para ela é motivo de distinção, ao mesmo tempo em que confirma que o processo de socialização iniciado nos primeiros anos teve a eficácia esperada pelos pais. José Morandim conta como, aos 5 anos de idade, começou a trabalhar no algodão junto aos pais, aprendendo diversas das etapas de produção. Rosemari Buzo também nos primeiros anos da infância foi inserida, aos poucos, nas tarefas no trato do café. E ainda muito cedo passaram a figurar como mão de obra indispensável para o trabalho agrícola desenvolvido pela família.

Eu de pequeno, com 5 anos de idade, já ia na roça catar algodão, catava uma rua de algodão por dia. (...). Depois meu pai fez uma carriolinha. Todo dia de tarde eu pegava o saquinho de algodão, colocava em cima da carriolinha e levava pra casa. Meu pai e minha mãe catavam e levavam o deles, eu levava o meu. (Entrevista com José Morandim, em 21/09/2010, Urânia/SP)

Com 5 anos mais ou menos a gente já trabalhava catando os pauzinhos. Porque o café você abana fica cheio de pauzinho. Ele [meu pai] trabalhava com 3 peneiras, era um homem muito trabalhador. Abanava o café e colocava lá, dava uma peneira pra mim e outra pra minha irmã e falava: “Vamos ver quem acaba primeiro”. Tudo na brincadeira. E a gente corria catar os pauzinhos pra ver quem dava a peneira primeiro pra ele, aquela competição. Quem dava primeiro pra ele era o mais trabalhador, ganhava o elogio dele. Cresci nesse regime de que desde criança tinha que trabalhar. (entrevista com Maria Machado, 23/07/2010, Jales/SP).

É, ele [o pai] ensinava, mostrando. Vamos supor: começava a carpir, ele pegava uma rua de carpir já colocava a gente do lado. Ele carpia mais da metade e deixava sempre aquele pedacinho pequenininho, pra gente ir acostumando. Café também,

apanhar café, plantar cebola, tudo eles ensinavam. Falava: “É assim, assim...”
(entrevista com Rosemari Buzo, 22/07/2010, Urânia/SP)

Embora em todas as gerações as crianças tenham sido socializadas no trabalho durante a infância, foram sendo inseridas na atividade agrícola cada vez mais tarde, com mais idade. Os membros da segunda e terceira geração mais frequentemente começavam a receber as primeiras lições sobre os modos de fazer já nos primeiros anos da infância (por volta dos 5 anos de idade) e, alguns deles, já nesse período passavam a desenvolver importantes tarefas nos cultivos comerciais e de subsistência que possibilitavam a reprodução do grupo familiar, como vimos nos casos acima. Já na quarta geração há mudanças na inserção dos pequenos, e, embora eles continuassem acumulando conhecimentos na observação do trabalho realizado pelos pais enquanto brincavam com instrumentos de trabalho e com os frutos das lavouras e criações, e também tivessem atribuídas tarefas mais leves, mais raramente passam a desempenhar papel importante nos trabalhos produtivos antes que principie a adolescência. A explicação para essa mudança pode repousar tanto na maior valorização da escolarização como na maior difusão e fiscalização das leis que sustentam o Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbem, por exemplo, o trabalho infantil sistemático. A transformação observada no decorrer dessas gerações pode, supomos, ter contribuído para um maior distanciamento dos membros da quarta geração das atividades agropecuárias desenvolvidas pela família. Carlos Eduardo Morandim, um jovem sitiante, constatou esse processo de mudança no transcorrer das gerações. Foi inserido mais tardiamente nos trabalhos produtivos do sítio do que, por exemplo, seu avô.

Carlinhos: ... eu comecei a trabalhar muito tarde, a partir dos 12, 13 anos. (...). Meu avô mesmo, acho que a partir dos 5 anos trabalhava na roça, ia “catar” algodão. (...). Eu estudava. De manhã tinha escola e depois ficava em casa ou me divertia com os amigos, vizinhos, ou ficava vendo televisão. (...). A gente ia quando era menor. Ia lá fazia uma coisinha e vinha embora, começava a reclamar, era criança, não tinha aquela responsabilidade. Queria se divertir, brincar.

Pesquisadora: Você lembra o que você fazia no sítio quando você era pequeno?

Carlinhos: É, ajudava na uva... Eu gostava muito de trator quando era criança, então qualquer serviço que eu ia fazer na uva eu ajudava guiando o trator. Na verdade eu não assumi o serviço de um adulto, né. Pnhava o adulto pra fazer o serviço mais pesado e eu fazia um mais leve. Minha fase era mais ajudar na uva, esse serviço leve. (...). Tinha uma dificuldade por ser criança, mas sempre tinha disposição pra aprender.

Além do aprendizado sobre as etapas do processo produtivo, os adolescentes muito cedo experimentam comercializar os produtos, e nesse processo descobrem a importância da relação de dependência estabelecida com o mercado de produtos agrícolas para a reprodução

do grupo familiar. Esta etapa do processo produtivo é aprendizado fundamental para as crianças e jovens deste grupo, cuja produção destinada ao mercado sempre teve prevalência sobre a produção de subsistência, já que o dinheiro (capital) já estava instituído como a moeda de troca por excelência, necessária tanta à satisfação das necessidades mais imediatas (ou da carência) como dos desejos de consumo de toda ordem.

É coisa tudo de criança. Se eu falar pra você do que eu lembro... Quando eu tinha meus 14, 15 anos essa área aqui era um bananal que meu avô tinha plantado. Eu pedi pra ele se podia plantar um pé de abóbora entre uma banana e outra, pra mim ganhar um dinheiro. Aí eu peguei e plantei, comecei a irrigar a abóbora e irrigar a banana, eram duas culturas num lugar só. Aí eu peguei, comprei uma televisão pra mim. Foi um dos primeiros investimentos meu. (entrevista com Carlinhos Morandim, 21/09/2010, Urânia/SP).

Ainda na infância (para aqueles da 2ª e 3ª geração) ou na adolescência (para aqueles da 4ª geração) as crianças passam a “alugar trabalho” ou assalariar-se como mensalistas de outros sítios, momento em que também adquirem importantes conhecimentos e passam a contribuir com o rendimento que possibilita a reprodução do grupo familiar. Aprendem sobre o processo de produção de culturas que lhes eram desconhecidas, conhecimentos que são compartilhados com o grupo familiar e incorporadas, tantas vezes, no rol das estratégias de diversificação produtiva do sítio. Ademais, os rendimentos que recebem passam a integrar as estratégias de diversificação dos rendimentos da família.

Com sete anos já trabalhava, plantava cebola para os vizinhos. (...). Depois, com onze, doze anos eu já trabalhava para eles [os Nagata, uma das primeiras famílias a plantar uva na região]. (...). Quando eu plantava cebola, parava o serviço aqui, eu ia trabalhar lá para ganhar uns “troquinhos”. Aí depois que eu casei que a gente formou a nossa uva, aí fiquei só aqui. (entrevista com Rosemari Buzo, 22/07/2010, Urânia/SP).

Isso tudo... na verdade... tudo tem um ponto inicial, e o meu foi trabalhar para os outros, pegava... trabalhava de diarista aqui, fazia um biquinho ali, enchia balainho de terra pra fazer muda de café. Aquilo lá foi meu ponto inicial. (...). Vizinho meu aqui, ele tinha lavoura de café e ele arrumou serviço na cidade e deixou o café por conta da mulher tocar, aí eles chamaram eu pra trabalhar com eles. (...) Acho que eu não tinha 18 anos, acho que eu tinha uns 16, 17 anos. Aí eu fui dar uma mão pra eles. Foi uma outra profissão...uma outra cultura que eu gostei de trabalhar. (entrevista com Carlinhos Morandim, 21/09/2010, Urânia/SP).

Hoje o trabalho de crianças nas lavouras dos sítiantes é, então, residual. Algumas continuam, tal como aconteceu com Carlinhos Morandim, realizando tarefas leves, dirigindo tratores, ajudando a alimentar os animais (como o filho de 9 anos de Otávio e Marli Bianco). Mas é na adolescência que eles passam a participar efetivamente dos trabalhos agrícolas e, na

área, sua mão de obra se mostrou bastante importante em dezenas de sítios visitados. Trabalham um período do dia (manhã ou tarde), ocupando os outros dois com as atividades escolares, quando frequentam a escola e realizam as tarefas diárias. É o caso do filho de Rosemari Buzo, que trabalha com os pais na parreira de uva até as 10h da manhã; também do jovem de 14 anos, filho de Fernando Donda, que participa ativamente dos trabalhos nas parreiras da família; e dos filhos de Edilson Donda, de 14 e 18 anos, que contribuem com o trato dos animais (bois, porcos e galinhas) e com o preparo da carne que é comercializada nas feiras.

Também o trabalho dos idosos tem bastante relevância nesse contexto já delineado de envelhecimento da população do campo. Num sem-número de sítios aqueles com idade acima de 60 anos são a única força de trabalho que se dedica à atividade agrícola (como se verá nos quadros a seguir). Em tantos outros, é mão de obra fundamental tanto para o trabalho sistemático nos cultivos comerciais (mesmo naqueles que exigem maior cuidado e que demandam esforços físicos significativos, como o trato das parreiras de uva) como nos cultivos de subsistência. Nos casos em que há outros membros adultos responsáveis pelo trabalho produtivo, os idosos realizam “trabalhos leves”. No sítio dos Nishimoto, Wilson trabalha acompanhado apenas de sua mãe, de 70 anos. No sítio dos Morandim, José e Luiza Morandim, de 77 e 74 anos respectivamente, são os responsáveis pelas culturas de subsistência e contribuem mais eventualmente com o trato das culturas comerciais, de que são responsáveis um filho, um neto e uma nora. Já na área de expansão da cana-de-açúcar, Pedro e Lúcia Ruza, de 67 e 65 anos, respectivamente, são os únicos responsáveis pelo trato do gado de leite e das culturas de subsistência.

As mulheres figuram como mão de obra fundamental na reprodução das atividades agrícolas desde o período do colonato, passando pelo momento de ocupação da MRG e estabelecimento das pequenas propriedades e até os dias atuais⁹¹. No período do colonato as mulheres realizavam uma dupla jornada de trabalho, desenvolvendo atividades tanto no trato dos cafezais como no trabalho doméstico (inclusive buscando lenha e água) e no cultivo de produtos para a subsistência (como a horta dos quintais) enquanto os homens eram responsáveis somente pelo trato dos cafezais, tal como foi analisado por MORAES SILVA

⁹¹ Uma primeira reflexão sobre essa questão foi realizada em para o relatório da pesquisa (MELO, 2011) intitulada “Mulheres em três tempo: um estudo do trabalho feminino no contexto do agronegócio canavieiro paulista”, financiada pelo CNPq, coordenada pela Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva e com participação também da pesquisadora Lara Abrão de Moraes. Além de refletir sobre o papel das mulheres nas atividades agropecuárias fiz incursões sobre a questão da patrilinidade e a inviabilização da história das mulheres, e sobre trajetórias femininas, herança e sucessão da posse da terra. Fragmentos dessa discussão foram publicados também em dois artigos: MORAES SILVA; MELO; MORAES, 2012 e MORAES SILVA; MELO, 2011.

(1998, p. 83). Apesar do peso da rotina, seu trabalho sempre foi entendido como “ajuda”, já que o homem era o grande responsável pelo contrato firmado com o fazendeiro e, ademais, aquele que distribuía as responsabilidades entre os integrantes da família.

Na contraposição entre a *casa* e o *roçado*, construída por Heredia (1984) em seu estudo sobre os pequenos produtores ligados à plantação açucareira na Nordeste, tal desvalorização também é ressaltada. No *roçado*, onde se produz a farinha, o feijão, o milho, considerados fundamentais à sobrevivência, é feita a atividade considerada como trabalho, pelo homem, o pai da família. Na *casa*, o lugar da mulher, são realizadas as atividades consideradas como não-trabalho. É a “ajuda” que a mulher oferece à reprodução da família. Paulilo concede uma contribuição crítica também bastante relevante para a reflexão sobre a questão. Analisando os trabalhos agrícolas no sertão e no brejo paraibano, e na cultura de fumo na região sul de Santa Catarina, observa que nesse contexto é frequentemente realizada uma distinção entre *trabalho leve* e *trabalho pesado*, sendo o primeiro atribuído às atividades realizadas por mulheres, e o segundo às atividades realizadas por homens. Entretanto, depois de analisar uma diversidade de tarefas realizadas por mulheres, tanto no âmbito da casa como na agricultura – alguns destes trabalhos considerados, inclusive, bastante pesados (como a tarefa de buscar água em lugares distantes da moradia, concertar cercas, capinar, etc.) – a autora conclui que o trabalho “leve” (e a remuneração baixa) assim é considerado não em função de suas próprias características, “mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho” (p. 70).

Os trabalhos de campo realizados por nossas investigações e também por diversas outras têm reafirmando tal tese, desvelando o trabalho *pesado* que é realizado pelas mulheres nas pequenas propriedades de sítiantes. Os estudos de Nobre (1998) e de Paulilo (2000) apontam, por exemplo, para o importante papel que cumprem as mulheres na produção de leite, esse que é tido como “assunto de mulher”. São elas as responsáveis por quase todas as etapas produtivas (porque são responsáveis por aquelas atividades tidas como cotidianas) enquanto o homem fica responsável apenas pelas atividades não-cotidianas. Ainda segundo Paulilo, o homem só se responsabiliza pela produção quando ela se torna uma atividade mais rentável. Analisando os impactos da reestruturação produtiva leiteira, a autora analisa a dupla condição de marginalização que esse processo impõe sobre as mulheres, enquanto mulheres e enquanto produtoras (p. 26-27).

Na pesquisa em Jales, encontramos situações bem similares a essa de Santa Catarina. Muitas mulheres executam pesadas tarefas. A Sra. Aiko Ryugo, de 75 anos, lembrando-se do tempo em que ela e o marido ainda viviam e trabalhavam na propriedade rural, quando os

filhos ainda eram pequenos, nos fala de como se desdobrava para dar conta do acúmulo de atividades diárias, entre a casa, o cuidado dos filhos e o trabalho na roça. Realizava trabalhos pesados que acreditava-se tratar de atribuições sobretudo masculinas:

Antigamente a gente trabalhava muito. O que homem fazia, eu fazia [risos da depoente]. Eu arava a terra de trator de cavalo! No terreiro tinha cem sacos, cento e cinquenta sacos. Eu corria, ajuntava café com trator. Eu pegava o trator, ia para roça trazer café. Igual a um homem. Eu carregava uma criança nas costas e trabalhava. Amarrava com pano. A comadre Isabel até hoje ela fala: “A senhora trabalhou hein!” A criança nas costas, apanhando algodão. De domingo não descansava, era o dia inteiro lavando roupas da família toda, passando roupas. Na segunda já ia para roça (...). Porque as mulheres fazem mais do que homem. Tem que fazer comida tem que lavar roupas... Não é? Eu ainda tinha criança dando mamã! Lá de cima, na roça, na hora de almoço eu corria para casa. Eu dando de mamar e comendo. (...). Na roça também. A gente pegava os “pretos” para apanhar o café. De tarde eu juntava o café no terreiro, juntava e colocava o encerado. O outro catava o trator e mandava para roça. Aí está tudo na beira do carreador lá. Os homens que abanavam café eles deixavam tudo no carreador. Eu pegava, eu e ele [o marido], eu colocava na cabeça dele e ele colocava na carreta (...). Sacos de arroz de sessenta quilos. (entrevista realizada em 13/12/2010, Jales/SP).

Ademais do trabalho *pesado* realizado pelas mulheres, que pode ser observado na fala de Aiko como também de diversas outras agricultoras, a mulher é mão de obra fundamental no trato de culturas que exigem determinadas habilidades que costumeiramente se atribuem às mulheres. Brumer (2004, p. 212-213) lista diversas destas qualidades, que são atribuídas às mulheres tanto nas atividades rurais como urbanas: a capacidade de realizar tarefas repetitivas e intensivas; de realizar várias tarefas ao mesmo tempo; de associar ao trabalho suas responsabilidades na esfera da reprodução; sua disponibilidade para envolver-se preferencialmente em trabalhos temporários; habilidade para desenvolver tarefas que requerem dedos pequenos e ágeis, assim como a permanência em posição desconfortável; aceitação de remuneração relativamente inferior; maior docilidade. Na região de estudo, tantas destas “habilidades femininas” são reconhecidas como fundamentais. Ermelinda Preti diz que o homem “mata o pai e deixa o filho. Quer dizer, fazia o serviço, mas fazia o serviço porco. Mulher era mais caprichosa.”

Identificamos, nos sítios da MRG de Jales, pelo menos duas atividades agrícolas que solicitam características como essas que são atribuídas às mulheres e, que, portanto, as tem como mão de obra importante. Uma delas é o trato das parreiras de uva, a outra o trato da pecuária leiteira, como também já observou Paulilo (2000). A uva, seja ela de qualquer espécie, é uma fruta bastante delicada e que exige, por isso, uma vigilância constante. Nas redondezas da microrregião de Jales se diz que “se casa com a parreira”, porque “é necessário trabalhar todo dia nela”, segundo as palavras do agricultor Cleber Mártir (descendente de

espanhóis, 40 anos). Há fases de seu crescimento em que é necessário passar veneno mais de uma vez ao dia; todo o tempo é necessário estar atento às mudanças climáticas, porque uma chuva forte pode derrubar a parreira; e, ainda, é preciso acompanhar a formação dos cachos e raleá-los para que os frutos tenham espaço suficiente para alcançar um formato e tamanho adequados. Algumas destas atividades são realizadas por toda a família, outras são especificamente femininas ou masculinas.

Conheçamos, então, as diferentes etapas do processo do trato de uma parreira de uva. Inicialmente é necessário plantar o *cavalo*, que é o tronco do pé da uva. Formado o tronco, ali se enxerta a espécie de uva que se quer ver florescer. Passam-se cerca de 40 dias para que comece a brotar os galhos da uva. Cada *cavalo* pode dar origem a até 40 galhos. E uma porção de *cavalos* e seus galhos juntos formam a parreira. Durante o crescimento dos galhos, a parreira vai sendo como que desenhada pela/o sitiante, que vai retirando os galhos tortos, fracos, e deixando somente aqueles que crescem retos, a fim de facilitar o trabalho da colheita. Essa tarefa é denominada *desbastar*. Deixam o galho crescer até o tamanho que lhes aprouver e, então, cortam sua ponta, abaixam os galhos de cima da estrutura de madeira e ferro que forma a parreira e passam o *dormex* (hormônio de crescimento) nos tocos que foram deixados por todo o galho. Esse hormônio faz *borbulhar*, faz surgir o broto do cacho de uva, que se assemelha a um amontoado de bolhas minúsculas.

A segunda etapa é a atividade da *desbrotação* ou *raleamento*. Naqueles pequenos tocos onde foi aplicado o hormônio brotam de cinco a oito cachos e, então, é necessário eliminar diversos deles, deixando apenas dois, para que eles alcancem o tamanho adequado para comercialização e para que não comprometam o galho com seu peso. Estes cachos escolhidos são amarrados ou grampeados (atividade chamada de *amarração* ou *grampeação*) ao galho para que não caiam com o peso dos gomos. Trinta dias seguidos ao surgimento dos cachos é iniciada a etapa que Rosemari (sitiante que nos narrou todo esse processo produtivo em companhia de seu esposo) julga a mais pesada de todas: a *penteação*, que é o momento de ralar o cacho para que os gomos da uva tenham espaço para crescer e adquiram a estética exigida pelo mercado. Cerca de 60% dos gomos são retirados durante esse processo. Algumas espécies de uva necessitam da *penteação*, acarretando uma maior necessidade de mão de obra, e outras não, pois à medida que os gomos vão crescendo alguns caem naturalmente, formando o cacho sem a necessidade de intervenção humana. Rosemari e Cleber cultivam duas espécies que necessitam da *penteação* (uva *rubi e itália*) e uma que não necessita (*centenial*, uma espécie de uva sem semente). É esse um momento muito importante do trato da uva. A

penteação deve ser feita com muita “delicadeza” para que o galho não quebre e, assim, não seja descartado.

Desde o *raleamento* do pé e durante todo o período da *penteação*, a aplicação de veneno tem também uma importância muito grande, e deve ser realizada diariamente a fim de impedir a proliferação de pragas. E sempre depois de um episódio de chuva, quando o veneno é carregado pelas águas, o mesmo deve ser reaplicado. Segundo Cleber, durante os primeiros 120 dias, que correspondem ao período de brotação e amadurecimento do cacho, o veneno é aplicado diariamente. Quando a fruta alcança certo ponto de sua maturação já se pode diminuir a frequência, aplicando veneno no máximo uma ou duas vezes na semana.

As tarefas de desbastar e desbrotar são realizadas pelo casal com a contribuição do filho adolescente. A amarração, a *penteação* e a aplicação de veneno são atividades que acontecem simultaneamente. Rosemari realiza a amarração e a *penteação* enquanto seu marido participa da etapa da amarração e da aplicação de veneno. Finda a atividade da *penteação*, Rosemari passa a se ocupar do controle diário de pragas e uvas estragadas, retirando-as do cacho para que não comprometam o desenvolvimento dos galhos e o padrão estético das uvas. Cleber continua aplicando o veneno.

Quando os questionamos sobre o “peso” do trabalho realizado por cada um (a entrevista foi realizada com marido e mulher juntos), ambos admitem que a fase mais penosa é a da *penteação*, aquela executada exclusivamente por Rosemari. Ela explica que, numa parreira bem carregada penteia 10 pés por dia. O casal tem 1.000 pés plantados na propriedade, solicitando, então, 100 dias de trabalho praticamente ininterruptos, de aproximadamente seis horas por pé, com os braços todo o tempo erguidos e, muitas das vezes, com as costas curvadas, já que com o peso dos cachos a parreira tende a ficar menor do que a estatura de Rosemari. Além disso, é necessária atenção e cuidado todo o tempo. Cada cacho foi escolhido entre cerca de oito que brotaram e precisa ser valorizado. Um descuido representa um prejuízo para os rendimentos da família. Apesar do trabalho pesado da *penteação*, Rosemari fala do imenso prazer que tem em realizá-lo e da importância dessa etapa produtiva para o sucesso da colheita. Segundo ela, é esse o momento em que “desenha” o cacho. Se o trabalho não é bem feito, certamente terão dificuldades de comercializar o produto.

Enquanto Rosemari caminha, cacho a cacho, fazendo o trabalho da *penteação*, seu marido dirige o trator pelos corredores da parreira, borrifando veneno na plantação. Quando solicito que o casal compare as duas atividades, não hesitam em concordar que passar veneno é um trabalho mais “leve” que o trabalho da *penteação*. Mas quando questiono a agricultora

sobre as razões pelas quais ela não passa o veneno, ela explica: “Porque trator é mais serviço de homem”.

Desta sorte vemos ratificada a afirmação de Paulilo (1987) de que as atividades realizadas pelas mulheres são consideradas leves não porque de fato o sejam, mas porque o trabalho delas tende a ser desvalorizado pelo homem. Nobre (1998), refletindo sobre essa questão mostra que, contraditoriamente, “toda vez que essas tarefas (agrícolas) são mecanizadas e, portanto, exigem menos força física, as mulheres são excluídas” (p. 4). Na maior parte das entrevistas que realizamos, quando questionamos sobre a atribuição das tarefas, soubemos que os homens são quase sempre os únicos responsáveis pelo trabalho mecanizado.

Além das mulheres realizarem, então, trabalhos efetivamente “pesados”, são praticamente as únicas responsáveis pelo controle das pragas e, também, pelo trabalho de administração do plantio e da colheita. São elas que guardam os “cadernos de anotações” onde o calendário de cada etapa produtiva, as despesas e as receitas são apontados. Disso nos fala a Sra. Maria Machado, quando explica sua participação no “ciclo produtivo” que ela e o marido desenvolvem (vagem, pepino e milho, na sequência):

Pesquisadora: E como é o trabalho nessas três plantações? Tem alguma coisa que seja só você quem faça ou que você faz melhor?

Arnaldo: Tem coisa que ela faz melhor que eu.

Maria: A mulher, administração, não tenha dúvida. Controle administrativo tanto das contas, como lá dentro [da roça], procurar uma doença... Mulher é mais perfeccionista, mais detalhista.

Arnaldo: O homem é mais afobado, tem mais coisa pra fazer, então sempre fica uma coisa pra trás. Ela não, ela já sabe que tem que fazer aquilo e vai fazer, e a outra parte deixa comigo. A parte de doença, amarrar a vagem, é tudo na base do barbante, amarrar pé por pé. Ela faz isso e o serviço burocrático.

Maria: Controle de contas, entrada e saída, entregas... Tudo bem controlado. Caderno de saída, de entregas, tudo muito bem... Depósito no banco, dinheiro que depositou, tudo muito bem controlado.

Pesquisadora: Você faz o trabalho mais detalhista?

Maria: É, pode até achar: “não trabalha, não pega no pesado”. Mas conta, conta e muito. Porque você chega ali, você procura uma doença, vê o pé, evita uma doença... Porque pode passar pro outro pé e estragar tudo. E você está evitando jogar veneno. (Entrevista com Maria e Arnaldo, 23/07/2010, Jales/SP, 2010).

Trabalho *leve* e *pesado*, *essencial* e em caráter de *ajuda*, são, portanto, construções culturais, que fazem sentido apenas nessa sociedade dominada pelo patriarcado, pela dominância do sexo masculino, valorização de seu papel na sociedade e a consequente desvalorização do feminino. É importante recordar, para compreender essa questão e desnaturalizá-la, que as relações sociais de gênero não são construídas e reconstruídas apenas no âmbito do trabalho. São, portanto, os processos de socialização vivenciados por homens e

mulheres os responsáveis pela construção social da diferença e pela valorização diferencial das características atribuídas a uns e outros.

Contradizendo as afirmações de que as mulheres realizam tão somente as atividades consideradas “reprodutivas” (aquelas que se referem ao cuidado da casa e dos filhos), o trabalho da mulher, como vemos, é essencial à reprodução também dos cultivos comerciais. A situação vivida por Edilson e Silva Donda dá uma ilustração deste fato. Impossibilitada de continuar trabalhando no trato da uva, Silvia, que é mão de obra indispensável no seio de sua família nuclear, forçou toda ela a mudar de atividade produtiva, e adaptar-se à suas limitações, ampliadas em função da gravidez. Mesmo grávida, Silvia não podia deixar de trabalhar.

Edilson: Tudo começou por causa que a minha mulher intoxicou com o veneno. (...) Veneno de uva. Quando ela estava grávida do meu moleque mais novo, na gravidez ela intoxicou.

Silvia: Dava tontura, a pressão começou a alterar, dava alergia, coceira...

Edilson: Então vinha passando mal, ela não aguentava me ajudar em mais nada. Aí meu sogro propôs um negócio melhor aqui pra mim, aí onde que eu saí de lá. (Entrevista realizada em 23/09/2010, Jales/SP)

O trabalho das mulheres, tantas vezes, desobrigam as famílias da necessidade de contratar mão de obra não familiar para as atividades produtivas. Quando inquirimos Zenaide Preti sobre a importância de sua mão de obra para o trato da roça, indagando se sua família conseguiria realizar as atividades somente com o trabalho do marido e das filhas ela responde: “Não, não dava. Tinha que pôr peão e na época a gente não podia pagar mais”. Por outro lado, elas têm sido mão de obra fundamental no contexto mais recente de escassez de mão de obra e de aumento do assalariamento dos homens pertencentes ao grupo familiar. Como no caso de Vanessa Donegá, de 17 anos, que optou por manter-se no sítio e dedicar-se à atividade agrícola junto a seu esposo, também bastante jovem, enquanto seu irmão optou pelo emprego na Usina Colombo. Também é ilustrativo o caso de Leonilda Tanaka, que passou a ser a maior responsável pelo trato do gado de corte (principal atividade comercial desempenhada em seu sítio) depois que o marido, Eurico, empregou-se também na Usina, como tratorista. No sítio da família Akamatsu, o trabalho tanto nos tratos comerciais como nos cultivos de subsistência é realizada por Sayoko, de 69 anos, Sandra, sua nora, de 42 anos, e Carolina e Rayane, suas netas de 20 e 15 anos, respectivamente, enquanto seu filho, Eduardo Akamatsu (marido de Sandra e pai de Carolina e Rayane) se divide entre as atividades produtivas do sítio e o trabalho como agrônomo do município de Urânia.

Como trabalhadoras nos cultivos comerciais elas são, entretanto, quase sempre “chefiadas” pelo marido, o pai ou os irmãos mais velhos. E o afastamento tomado em relação

à atividade agrícola ou a decisão de viver em outras terras (aquela herdada pelo marido ou adquirida depois do casamento) são explicados, por tantas delas, pela insatisfação com a situação de marginalidade vivenciada, por exemplo, nos processos decisórios relacionados à atividade produtiva. Maria Gonçalo nos conta que duas de suas irmãs, que fizeram cursos técnicos agrícolas e tinham a intenção de manter-se na propriedade do pai, foram desestimuladas por ele:

Arnaldo: As duas irmãs fizeram técnico agrícola. Aí quando acabaram, minha cunhada, essa que está nos Estados Unidos, começou a fazer muda das plantas.

Maria: Ela era sonhadora...

Arnaldo: Laranja... queria trabalhar. Ele podia falar: “Vamos plantar...” Mas não...

Maria: Elas começaram a fazer muda de pupunha, não foi, Arnaldo? Sonhadoras. Mas meu pai não falou assim: “Toma um pedaço de terras pra vocês”. Ele não acreditou no sonho delas.

Arnaldo: Ele foi radical. “Ao invés de você ir trabalhar na roça, porque você não faz faculdade?” Aí ela foi pra Araçatuba e...

Maria: Foi aí que ela mudou o rumo da vida...não achou o apoio com meu pai e aí foi fazer computação. (entrevista com Arnaldo e Maria realizada em 23/07/2010, Jales/SP)

É apenas no cuidado dos cultivos de subsistência que as mulheres sitiantes reinam, decidindo o que será plantado e sendo (junto aos idosos, homens e mulheres) responsáveis pelo trato de tais culturas. Associadas sempre, por um lado, à ideia do *cuidado*, da *maternagem*, e, por outro, à responsabilidade sobre a manutenção das atividades *secundárias*, que servem de *ajuda* e complemento à atividade principal à reprodução da família que, no caso destes sitiantes, são os cultivos comerciais, as mulheres são, invariavelmente, as responsáveis pelo trato das hortas e alimentação de porcos e galinhas. Esta atribuição de papéis é explicada, por exemplo, na distinção entre “casa” e “roçado” (HEREDIA, 1984), “trabalho leve” e “trabalho pesado” (PAULILO, 1987). A subestimação do valor das atividades realizadas por mulheres, produzida por tais qualificações distintivas é, sabemos, mais um dos mecanismos por meio do qual a sociedade patriarcal produz a *invisibilização* do valor de seu trabalho. Entretanto, os dados apresentados no capítulo sobre a produção acerca da importância dos cultivos de subsistência para a redução dos custos de reprodução da família e para a elevação da qualidade nutricional da dieta do sitiante elucidam o contrassenso contido na reprodução de tal mecanismo, expondo sua violência e conteúdo tão-somente ideológico. Sendo, então, a produção de subsistência um dos elementos que contribuem tanto para a reprodução material da família sitiante, como um dos elementos importantes na afirmação do conteúdo cultural e simbólico que sustenta esse modo de vida, é a mulher peça importante das estratégias de resistência deste grupo.

Por fim, as mulheres são também as maiores responsáveis pelo trabalho de indústria doméstica, tanto daquele destinado exclusivamente à comercialização como de atividades de transformação realizadas mais eventualmente com os excedentes dos cultivos comerciais e de subsistência, que servem à alimentação da família e que são, algumas vezes, também comercializados. Na MRG de Jales elas participam ativamente dos processos do manuseio dos latões de fermentação dos sucos de uva e dos vinhos; da embalagem destes produtos e também de outros, como o mel; da preparação de patês, doces, licores e molhos de caju, dos chips de mandioca e batata; das linguiças de carne e de porco. Algumas mulheres sitiantes comumente preparam, ainda, doces de leite e de frutas e diversos tipo de bolos, que servem sobretudo ao alimento das famílias, mas que algumas vezes são também comercializados. A importância da mão de obra feminina nas atividades de transformação foi destacada também, em outras investigações realizadas em comunidades rurais no interior do Estado de São Paulo e em comunidade rurais no Nordeste do país⁹².

Para alguns autores (como em Tepicht apud WOORTMANN, 2001), é no trabalho de idosos, mulheres e crianças que repousa a “especificidade camponesa”. Eles são as *forças marginais*, em oposição às *forças plenas* (homens em idade adulta), e, quando estes últimos tantas vezes buscam trabalho em atividades produtivas foram da unidade camponesa, aqueles continuam operativos no interior da propriedade. Tepicht, desta forma, ultrapassa a concepção de Chayanov de que as propriedades camponesas são constituídas de unidades de produção e de unidades de consumo, e de que essas últimas mais consomem do que produzem. Para ele trata-se de mão de obra fundamental para a reprodução das características do modo de vida camponês, tal como confirma a investigação que realizamos também na MRG de Jales.

Além do trabalho destes membros que vivem nas pequenas propriedades e do trabalho daqueles que, como já anunciamos em outro momento, se deslocam diariamente de suas moradias urbanas nas pequenas cidades da região para os sítios, dedicando-se exclusivamente à atividade agrícola, também outros membros das famílias dividem-se entre o emprego urbano e as atividades agropecuárias desenvolvidas por suas famílias nos sítios. Alguns vivem no campo, outros na cidade. Tanto na área onde predomina a pequena agricultura como naquela onde se expande a produção de cana-de-açúcar para indústria há alguns casos, que não ultrapassam, entretanto, 40% das famílias. O trabalho fora da unidade doméstica, que

⁹² Maria Aparecida de Moraes Silva e Lara Abraão de Moraes (MORAES SILVA; MELO; MORAES, 2012) destacam a importância da mão de obra feminina na indústria doméstica dos sitiantes do Nordeste paulista, mais especificamente dos descendentes de libaneses. Maria Aparecida de Moraes Silva e Beatriz Medeiros de Melo mencionam, também, a importância da produção de farinha entre mulheres quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão (MORAES SILVA; MELO, 2012).

representa o que é chamado por diversos estudiosos hoje de “pluriatividade”, é prática camponesa que atravessou tempos e espaços. Wolf (1976) fala da “ocupação parcial” exercida fora da propriedade, que tem a função tanto de proporcionar maior segurança diante das “pressões seletivas” como de satisfazer as aspirações de consumo (p. 70). Mais recentemente, Maria José Carneiro e Renato Maluf (2005) afirmam que a pluriatividade, como fonte de renda complementar, tantas vezes, aumenta as chances de que os jovens se mantenham no campo, por possibilitar-lhes aferir renda complementar que lhes possibilita acesso a bens e serviços que não lhes seria disponível apenas com o rendimento da agricultura. Um sem número de outros Estudos Rurais apontam para este fato⁹³. Entretanto, como veremos com mais detalhes no capítulo sobre a “comercialização e outras rendas”, se tratam, no caso da MRG de Jales, de atividades acessórias, não sendo seus rendimentos aquele de maior peso na reprodução da família sitiante do noroeste paulista.

Nas próximas sessões veremos que há diferenças significativas no tocante à disponibilidade de mão de obra entre as áreas onde predomina a pequena agricultura e aquelas onde a cana-de-açúcar tem se expandido. Tais diferenças contribuirão sobremaneira para a identificação dos elementos que fortalecem ou fragilizam as estratégias produtivas dos sítiantes.

4.1. A organização do trabalho e questão da mão de obra nas áreas onde predomina a pequena agricultura familiar.

A pirâmide etária da população destas áreas segue, em geral, o modelo apresentado no início deste capítulo para o município de Jales. Ademais da forte migração campo-cidade e do envelhecimento da população do campo, evidente na comparação entre os quadros para o ano de 1970 e 2010, se comparamos a pirâmide etária do ano de 2010 para as duas áreas em análise neste estudo, veremos que na área onde predomina a pequena agricultura há uma distribuição da população por idade bastante mais homogênea havendo destaque para a população na faixa entre 30 e 64 anos.

Entretanto, ademais da tendência generalizada de migração campo-cidade, percebemos que, em muitas das pequenas propriedades visitadas nessa área de predomínio da pequena agricultura, há jovens interessando-se em seguir trabalhando no sítio, sobretudo em função

⁹³ Como o estudo de WANDERLEY, 1996, p. 6.

dos altos rendimentos proporcionados por alguns produtos cultivados na região (com destaque para a uva). Foi aí que encontramos mais frequentemente casos de jovens que se mantiveram no sítio e dedicam-se ao trabalho na lavoura, alguns dos quais são já responsáveis pela organização da produção. Também a maioria dos casos conhecidos de membros das famílias sítiantes que foram para a cidade e voltaram para o campo foram encontrados nessa área. Ademais, há aí um grupo significativo de sítiantes responsáveis pela produção compondo uma faixa etária de menor idade, e também um número médio de moradores por sítio (5,46) superior ao encontrado nas áreas de expansão da cana.

Quadro 4 – Composição da mão de obra utilizada no trabalho dos sítios localizados nas áreas de predomínio da pequena agricultura.

Propriedade (identificação pelo herdeiro mais idoso, ou responsável)	Composição da família que vive na propriedade rural				Composição da mão de obra utilizada para o trabalho na propriedade						
	Número de famílias nucleares e membros independentes	Número de membros adultos (entre 18 e 59 anos)	Idosos (+ de 60 anos)	Crianças e adolescentes (menores de 18 anos)	Membros da família que vivem na área rural	Membros da família que vivem na área urbana	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) aparentados	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) não aparentados	Parceiros ou meeiros (não residentes na propriedade)	Mensalistas (trabalhadores individuais)	Há emprego de diaristas ocasionais pelo prop.? (Sim/Não)
Akamatsu, Eduardo	2 + idosa	6 (prop., esposa, irmã, cunhado, 2 filhas)	1 (mãe)	1 (filha)	7 (prop., esposa, irmã, cunhado, mãe, 2 filhas)	-	-	-	-	-	Sim
Alves, Otacilio	1	5 (prop., esposa, 2 filhas, 1 filho)	-	-	3 (prop., esposa, filho)	-	-	-	-	-	Não
Barizon, Candido	1	1 (filho)	2 (prop., esposa)	-	3 (todos os membros)	-	-	3	-	6	Sim
Buzo, Ivani	3 + idosa	6 (3 filhas, 3 genros)	1 (prop.)	2 (neta, neto)	6 (filhas e genros)	-	-	-	-	-	Não
Donda, Fernando	1	2 (prop., esposa)	-	2 (filho, filha)	3 (prop., esposa, filho)	2 (pai, irmão)	-	1	1	-	Não

Propriedade (identificação pelo herdeiro mais idoso, ou responsável)	Composição da família que vive na propriedade rural				Composição da mão de obra utilizada para o trabalho na propriedade						
	Número de famílias nucleares e membros independentes	Número de membros adultos (entre 18 e 59 anos)	Idosos (+ de 60 anos)	Crianças e adolescentes (menores de 18 anos)	Membros da família que vivem na área rural	Membros da família que vivem na área urbana	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) aparentados	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) não aparentados	Parceiros ou meeiros (não residentes na propriedade)	Mensalistas (trabalhadores individuais)	Há emprego de diaristas ocasionais pelo prop.? (Sim/Não)
Machado, Gonçalo	1	-	2 (prop., esposa)	-	1 (prop.)	-	-	-	4	-	Sim
Machado, Maria	1	3 (prop., esposo, filha)	-	-	2 (prop., esposo)	-	-	-	-	-	Sim
Morandim, José	3	4 (2 filhos, nora, neto)	2 (prop., esposa)	-	4 (2 filhos, nora, neto)	-	-	-	-	-	Sim
Nishimoto, Cecília	idosa	-	1 (prop.)	-	1 (prop.)	1 (filho)	-	-	-	-	Não
Preti, Nelson	0	-	-	-	-	1 (prop.)	3	-	-	6	Sim
Riga, Paulo e José	2	2 (filha, filho)	4 (props., esposas)	-	6 (todos os membros)	-	-	-	-	1	Não
Ryugo, Nelson	1	3 (prop., esposa, filho)	-	-	3 (prop., esposa, filho)	-	-	-	-	-	Não
Santim, Sebastião	1 + idosa	3 (prop., esposa, filho)	1 (sogra)	1 (filha)	3 (prop., esposa, filho)	-	-	-	-	-	Não
Saraiva, José	1 + idosa	2 (prop., esposa)	1 (mãe)	-	1 (prop.)	3 (irmão, irmão, filho)	-	2	-	-	Sim
Saron, José	2	2 (filho, nora)	2 (prop., esposa)	-	2 (prop., esposa, filho, nora)	-	-	-	-	-	Sim

Fonte: dados recolhidos em trabalho de campo.

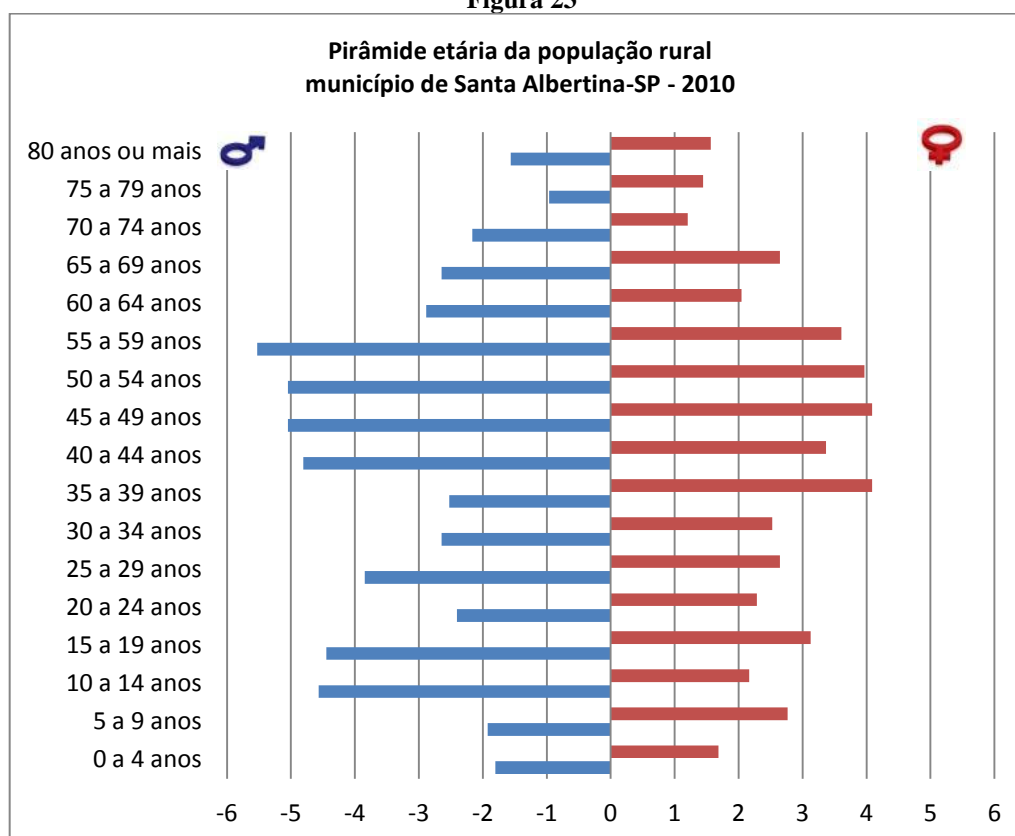
Podemos ver ilustradas no quadro acima diversas das questões já mencionadas neste capítulo. Para a maioria dos sítios desta área (9 dos 15 visitados) a mão de obra familiar é praticamente a única força de trabalho empregada, ocorrendo a contratação eventual de

diaristas em período de maior acúmulo de trabalho. Em uma propriedade de maior extensão e cujo sitiante possui apenas herdeiras mulheres que vivem e trabalham na cidade (família Preti), há o emprego de 3 famílias de sitiante aparentados, que dividem o rendimento de parreiras de uvas das quais são corresponsáveis. Em outras três propriedades há a presença de famílias de moradores não-aparentados (Barizon, Donda, Saraiva), que recebem um pagamento mensal na forma de salário, além da cessão das moradias. Tais moradores se dedicam tanto às atividades agropecuárias (trato de gado leiteiro e cultivo de laranja) como aos serviços gerais necessários à manutenção de estruturas do sítio (como o reparo de cercas e equipamentos). Nestas três propriedades há a presença de herdeiros da terceira e da quarta geração, e a contratação de mão de obra suplementar foi explicada pelo intenso volume de trabalho solicitado pelas áreas mais extensas de cultivo como também pela quantidade relativamente elevada de criações. Também em apenas três outras propriedades (Barizon, Preti, Riga) encontramos o emprego de mensalistas assalariados, registrados pela CLT. Duas destas propriedades são as de maior extensão e maior volume de produção encontrado na região. Em outra delas, o emprego desta força de trabalho tornou-se necessário em função da migração de todos os membros da quarta geração para os trabalhos urbanos.

4.2.A organização do trabalho e a questão da mão de obra nas áreas de predomínio da pequena agricultura familiar.

Para analisar e comparar a questão do envelhecimento da população desta área de expansão recente da cana-de-açúcar em relação à área onde predomina a pequena agricultura construímos a pirâmide etária do município de Santa Albertina (onde está instalada a Usina Colombo e onde predomina, como atividade econômica da pequena propriedade, também a pecuária leiteira, como em outros municípios da área de expansão da cana). A partir desse material observamos que esta é a área onde há um maior desequilíbrio entre as diferentes faixas etárias com um destaque para a população entre 40 e 60 anos.

Figura 23



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

O problema da mão de obra é ainda melhor evidenciado quando observamos, no quadro construído com informações recolhidas nas visitas aos sítios de Mesópolis e Santa Albertina, que os municípios daquela área estão de fato vivenciando um processo de esvaziamento de população sendo significativamente menor a média do número de membros que vivem nas pequenas propriedades rurais (2,87). Há menos idosos, menos jovens e menos crianças. Mas, enquanto nos outros municípios analisados não encontramos sequer um sítio onde vivem apenas pessoas com mais de 60 anos, nesta área encontramos 4 propriedades com esta composição da mão de obra. Outras 4 propriedades não desenvolvem mais nenhuma atividade agropecuária, vivendo exclusivamente da renda proporcionada pelo arrendamento da propriedade para o plantio de cana-de-açúcar destinado à indústria sucroalcooleira. Também em nenhuma destas propriedades encontramos mais de quatro pessoas participando dos trabalhos produtivos desenvolvidos no sítio (na área citada anteriormente há propriedades que contam com o trabalho de até 7 membros da família). E o número de famílias nucleares vivendo na mesma propriedade é significativamente inferior: em apenas duas delas encontramos mais de uma família. Aquela que utiliza maior número de braços para o trabalho agropecuário desenvolvido no sítio é uma das que optou por não arrendar nenhuma porção de

terra de seu sítio e que, ademais, tem a maior expressão de diversificação produtiva (a família Donegá).

Quanto à utilização de mão de obra não familiar, observamos que é bastante rara nessa área, ocorrendo ocasionalmente a contratação de diaristas, tanto em função das condições econômicas mais precárias encontradas entre as famílias de sítiantes dessa área como pela menor quantidade de trabalho necessária para o trato do gado de corte e de leite, característica produtiva que predomina na região.

Quadro 5 – Composição da mão de obra utilizada no trabalho dos sítios localizados nas áreas de predomínio da pequena agricultura.

Propriedade (identificação pelo herdeiro mais idoso, ou responsável)	Composição da família que vive na propriedade rural				Composição da mão de obra utilizada para o trabalho na propriedade						
	Número de famílias nucleares e membros independentes	Número de membros adultos (entre 18 e 59 anos)	Idosos (+ de 60 anos)	Crianças e adolescentes (menores de 18 anos)	Membros da família que vivem na área rural (eventual ou permanentemente)	Membros da família que vivem na área urbana	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) aparentados	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) não aparentados	Parceiros ou meeiros (não residentes na propriedade)	Mensalistas (trabalhadores individuais)	Há emprego de diaristas ocasionais pelo prop.?(Sim/Não)
Barbieri, João	1	-	2 (prop., esposa)	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	1	Não
Barbon, Wilson	1	3 (prop., esposa e filho)	-	-	3 (todos os integrantes)	-	-	-	-	-	Não
Bianco, Octávio	1	3 (prop., esposa e filho)	-	1 (filho)	4 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Não
Biroli, Antônio	2	3 (prop., esposa e filho)	-	1 (neto)	3 (prop., esposa e filho)	-	-	-	-	-	Não
Contro, Octávio	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Donegá, Celso	2	3 (prop., esposa e genro)	-	1 (filha)	4 (prop., esposa, filha, genro)	-	-	-	-	-	Sim
Fiorili, Antônio	0	-	-	-	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	Sim
Matos, Armando	1	1 (prop.)	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Paz, João	1	-	2 (prop., esposa)	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Sim
Ruza, Pedro	1	-	2 (prop., esposa)	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Não

Propriedade (identificação pelo herdeiro mais idoso, ou responsável)	Composição da família que vive na propriedade rural				Composição da mão de obra utilizada para o trabalho na propriedade						
	Número de famílias nucleares e membros independentes	Número de membros adultos (entre 18 e 59 anos)	Idosos (+ de 60 anos)	Crianças e adolescentes (menores de 18 anos)	Membros da família que vivem na área rural (eventual ou permanentemente)	Membros da família que vivem na área urbana	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) aparentados	Famílias de moradores (parceiros ou mensalistas) não aparentados	Parceiros ou meeiros (não residentes na propriedade)	Mensalistas (trabalhadores individuais)	Há emprego de diaristas ocasionais pelo prop.?(Sim/Não)
Sertório, Silvio	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não
Silva, João	0	-	-	-	-	1 (prop., esposa)	-	-	-	-	Não
Tanaka, José	1	3 (prop., esposa, filho)	-	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Não
Tanaka, Leonilda	1	3 (prop., esposo e filha)	-	1 (neto)	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Não
Yamada, Coiti	1	2 (prop., esposa)	-	-	2 (prop., esposa)	-	-	-	-	-	Sim
Zequine, Otávio	1	1 (filho)	2 (prop., esposa)	-	3 (prop., esposa e filho)	-	-	-	-	-	Não

Fonte: Informações recolhidas em trabalho de campo.

A análise do problema da mão de obra nesta área elucidada as dificuldades que a emigração de herdeiros para as áreas urbanas e a pouca disponibilidade de mão de obra impõe para a reprodução das famílias de sitiantes. Entretanto, acreditamos que esse fenômeno não é em si a causa da condição de maior fragilidade destas famílias, mas, inversamente, é produto das estratégias produtivas empreendidas pelas famílias da área. Para nós estes problemas estão localizados, portanto, no âmbito da produção, no qual já nos remetemos anteriormente, e da comercialização, de que trataremos no tópico seguinte.

Neste capítulo demos conta de evidenciar que a questão da mão de obra e da organização do trabalho no interior dos sítios (que nos impõe, inevitavelmente, pensar também no problema da herança e da sucessão da posse da terra) são temas fundamentais

quando o que nos importa é refletir sobre as estratégias de reprodução camponesa. Se a mão de obra familiar é seu baluarte, fenômenos como o envelhecimento da população, o aumento da escolarização das novas gerações, a busca por empregos urbanos, a abertura de novos mercados de trabalho assalariados locais com a chegada da Usina, a maior ocorrência de assalariamento dos homens sitiantes na Usina, a inserção mais tardia das crianças nas atividades agropecuárias desenvolvidas no sítio e outros fenômenos aqui citados tencionam a reprodução do grupo, ameaçando sua existência. Com o mais frequente assalariamento dos homens, que agora encontram emprego também no mercado de trabalho local, as mulheres passam a ocupar papel importante na sucessão da posse da terra e na reprodução das atividades produtivas do sítio, sendo depositárias, assim, das últimas esperanças de continuidade do grupo. Entretanto, enquanto algumas destas mulheres encontram apoio de suas famílias para permanecer no campo, outras continuam marginalizadas nos processos sucessórios e decisórios, o que resulta no enfraquecimento das estratégias de resistência das famílias.

Mas o cenário que observamos no tocante à questão da mão de obra não reproduz com fidelidade as previsões mais pessimistas e fatalistas sobre o futuro da pequena agricultura no extremo noroeste paulista. Vimos que ademais dos problemas mencionados acima, a geração hoje responsável pela organização da produção é ainda bastante jovem e pode manter-se trabalhando com as atividades agropecuárias na propriedade da família (caso as demais condições não se alterem) por pelo mais duas décadas. Também há membros das famílias que, sem encontrar espaço de reprodução sob bases mínimas na cidade, tem retornado à atividade agropecuária. E jovens da quarta geração participam do trabalho produtivo do sítio e planejam ali manter-se, sobretudo em função dos altos rendimentos de algumas culturas (como a uva, a seringueira e a laranja). Filhos de sitiantes que vivem na cidade também expressam descontentamento pelas condições materiais e pela qualidade de vida nas cidades e planejam o retorno à propriedade da família quando do momento da partilha da herança. A partilha realizada com base, sobretudo, no “gosto” e na “vocaçãõ” dos filhos realiza uma seleção que beneficia os processos de resistência. E as “doações em vida” incentivam os filhos beneficiados pela herança a envolver-se com as atividades do sítio, e planejar os passos seguintes com mais segurança.

Quanto à organização do trabalho, vimos que a mulher é peça importante da divisão social do trabalho na pequena propriedade. Sua atividade, e também a dos idosos e adolescentes (que em seu conjunto representam as “forças marginais”), é indispensável em diversas atividades agropecuárias destinadas à comercialização (como nas plantações de uva,

na produção de leite e na indústria doméstica) e à subsistência, estas última sendo, ademais, as depositárias não apenas da reprodução econômica do sítio mas daquilo que define o “modo de vida sitiante”, como vimos no capítulo anterior. Com a mais recente agudização do problema da disponibilidade de mão de obra não-familiar, as formas de trabalho não-remuneradas, como a ajuda mútua e as trocas de trabalho, ganham importância entre as famílias sítiantes. E a manutenção dos sistemas de *parceria* e *moradia* abrem espaço para a *recampesinização* de famílias empobrecidas, já que tais sistemas continuam a figurar como etapas no caminho da aquisição da terra própria. Por fim, a busca de trabalho fora da propriedade (no mercado de trabalho local, em mercados de trabalhos nacionais e até mesmo no exterior, como o caso dos sítiantes decasséguis), ambigualmente, ao mesmo tempo em que ameaça a reprodução de alguns grupos, contribui para a fortalecimento das experiências de resistência de outros, possibilitando a diversificação dos rendimentos e a superação de ciclos de grave crise econômica.

Por fim pudemos ampliar a compreensão das razões pelas quais a cana-de-açúcar têm se expandido sobre os municípios de Mesópolis, Santa Albertina e outros municípios contíguos. Eles sofreram de um esvaziamento do campo mais intenso, apresentam uma média de número de moradores por sítio bastante inferior àquela área onde predomina a pequena agricultura diversificada, e a média de idade dos sítiantes aí é também superior a dos sítiantes daquela área. Compreendemos entretanto, que estes dados são apenas expressões de um processo que encontra explicação, antes, nos momentos da produção e da circulação.



Foto 38. Wilson Nishimoto, sitiante, membro de uma família que já chegou a ter cerca de 100 empregados na década de 1980. Hoje, na propriedade, trabalham apenas ele e sua mãe, de 70 anos, nos cultivos realizadas com a técnica da agricultura natural. Wilson se formou em engenharia elétrica e depois de viver um tempo na cidade, retornou à propriedade da família. Córrego do Jataí, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/12/2010.



Foto 39. Rosemari Buzo e Cleber Mártir, membros da 3ª geração que se mantém vivendo e produzindo no campo. O casal tem a ajuda de um filho adolescente nos trabalhos agrícolas. Vivem na propriedade herdada do pai de Rosemari também outras 2 herdeiras, com marido e filhos. Córrego do Jataí, Urânia/SP. Por Elisângela de Jesus Santos, em 22/07/2010.



Foto 40. Família Santim. Da esquerda para a direita, Arnaldo, Shirley, Ana, Ricardo, Selma e Sebastião. O jovem Arnaldo, de 19 anos, trabalha na propriedade da família e planejava montar “sua” primeira parreira de uva. Seu irmão, Ricardo faz curso de Mestrado em Física. Córrego do Quebra Cabaça, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 14/12/2010.



Foto 41. Carlinhos Morandim, de 26 anos, assumiu a parreira de uvas da família depois que seu pai optou por empregar-se na Cooperativa Jales. A mãe do jovem também trabalha nos tratos da parreira. Na propriedade moram também um tio, o avô e a avó. Córrego do Jatahí, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 22/07/2010.



Foto 42. Nelson Ryugo duas vezes migrou com sua família para o Japão, na condição de decasségui. Há cerca de 2 anos retornou ao sítio que herdou de seu pai, ainda vivo, e trabalha, em companhia da esposa e do filho adolescente, com pecuária leiteira. Uma filha ainda vive e trabalha no Japão. Córrego do Cascavel, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 15/12/2010.



Foto 43. Família Donegá. Da esquerda para a direita: esposo de Vanessa, Vanessa Donegá, Celso e Sonia Donegá. A jovem Vanessa, de 17 anos, permaneceu no sítio, para onde levou seu jovem esposo, enquanto seu único irmão, mais velho, empregou-se como tratorista na Usina. Mesópolis/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 09/02/2012.



Foto 44. Eurico e Leonilda Tanaka vivem na propriedade herdada por Leonilda. Eurico empregou-se na usina durante algumas safras como tratorista. Naquele momento, Leonilda ficou responsável pelo trato do gato de corte. Em nossa última visita à família Eurico havia abandonado o emprego na Usina porque via ameaçada a reprodução de seu sítio. Vivem apenas com uma filha, que trabalha num supermercado da cidade, e com um neto pequeno. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 16/07/2011.



Foto 45. Trabalhadora mensalista contratada pela família Lopez para o trabalho na parreira de uva. A família não possui membros em idade produtiva que possam manter o trato do cultivo, embora contribuam financeiramente para o seu sustento. Município de Mesópolis-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 12/02/2012



Foto 46. Anderson, filho de um dos casais de parceiros moradores de Nelson Preti. Nesse momento, fazia uma vistoria em uma das parreiras, retirando as uvas muito pequenas ou podres, para que não comprometessem o cacho. Trabalha como empregado mensalista de Nelson de segunda a sábado, tratando de todos os cultivos da propriedade e aos domingos auxilia o pai na parreira de uva na qual a família é parceira. Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 24/09/2010.

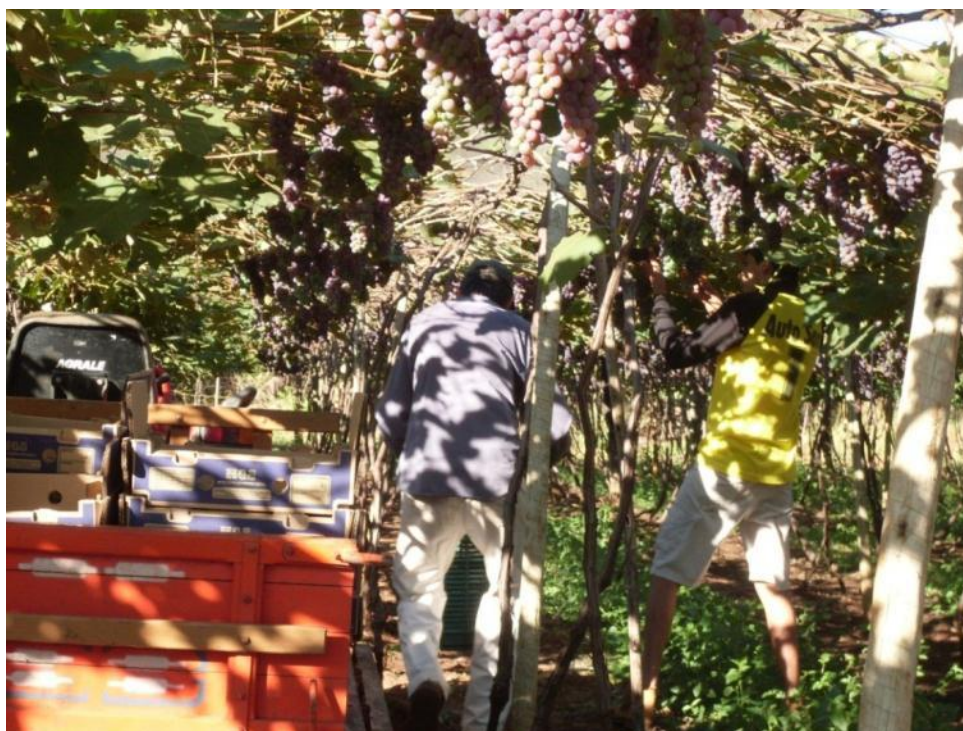


Foto 47. Fernando Donda e o filho adolescente, mão de obra importante no trato das parreiras de uva. Córrego do Quebra-Cabaça, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo,



Foto 48. Pedro e Lúcia Ruza, sitiantes que vivem na área de expansão da cana. São os únicos a viver e trabalhar na propriedade. Seus filhos todos migraram para a cidade e para profissões urbanas. Mesópolis/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 06/02/2012.



Foto 49. José Morandim, senhor de 76 anos, responsável, junto à sua esposa Luiza, pelos cultivos de subsistência da família. Com eles vivem na propriedade um filho, um neto e uma nora que se mantiveram sendo os principais responsáveis pelo trato das culturas comerciais. Por Beatriz Medeiros de Melo, 22/07/2010.



Foto 50. Mulheres da família Akamatsu. Da esquerda para a direita, Rhayane Megumi, Caroline Midori, Sayoko (abaixo), Thaíse Mitiko e Sandra Miyabara. Enquanto Eduardo Akamatsu, filho de Sayoko trabalha como engenheiro agrônomo do município de Urânia, elas (sua mãe, esposa e filhas) cuidam das atividades produtivas do sítio. Córrego do Cascavel, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 11/02/2012



Foto 51. Francisca Yamada ao lado de um dos primeiros arbustos plantados na propriedade. Ela trabalha, apenas em companhia do esposo, em pequena propriedade na área de expansão da cana. Um dos filhos trabalha na portaria da Usina, e outros dois fizeram o curso superior de engenharia e vivem em São Paulo. Mesópolis/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 06/02/2012.



Foto 52. Rosemari Buzo, orgulhosa, ao lado do cacho de uva rubi que ela mesma desbrotou e penteou. Córrego do Jataí, Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 22/07/2010

**5. Comercialização
e outras rendas**

Os elementos que se relacionam à circulação das mercadorias produzidas pelos sitiantes são, dada a intensa dependência deste grupo em relação ao mercado, definidores das condições de reprodução de sua vida. Veremos, neste capítulo, os aspectos que se relacionam a este “momento da produção”. Analisaremos as relações que se impõe sobre os sitiantes, extorquindo-os e fragilizando sua reprodução, e, por outro lado, a batalha cotidiana deste grupo para construir uma situação de menor sujeição na relação com o mercado. Levantaremos elementos, ainda, que evidenciam que a situação de maior fragilidade daqueles sitiantes que decidem pelo arrendamento à produção de cana-de-açúcar é explicada também por sua posição neste momento da circulação.

a) A inserção no mercado e seus desdobramentos

Quando tratamos dos aspectos da produção, no primeiro capítulo dessa segunda parte, destacamos já a intensa dependência dos sitiantes do noroeste paulista em relação ao mercado. Vimos que a “matriz” produtiva que se impõe sobre eles os torna bastantes suscetíveis aos agentes do mercado, encarece os custos de produção, diminui seus rendimentos, e tem sido causa do empobrecimento e redução dos níveis de autonomia. Outro momento em que essa intensa dependência em relação ao mercado se revela é o da circulação, que se dá por meio da comercialização dos produtos agropecuários, questão de que trataremos neste capítulo.

Para os sitiantes da microrregião de Jales, o momento da distribuição foi sempre intermediado por outros agentes, e dependente de outras escalas de produção. Nas primeiras décadas, quando predominava o cultivo de cereais e outros produtos agropecuários de ciclo curto e se iniciava a produção de café, parte dela era entregue àqueles que possuíam máquinas de beneficiamento (sobretudo de café, arroz e algodão) ou casas comerciais instaladas nas vilas, outra parte aos poucos intermediários que iam até os sítios, e outra era vendida diretamente aos consumidores, nas feiras livres nas “vilas” em crescimento ou mesmo no próprio sítio (SEIXAS, 2006, p. 137). No momento de ocupação da região, entre as décadas de 1950 e 1970, a indústria de transformação, impulsionada pelo período da “revolução industrial” (1930-1956), era ainda bastante descentralizada. Até mesmo famílias de sitiantes que, por possuírem maior número de membros alcançavam um maior volume de produção e maiores rendimentos, adquiriam máquinas de beneficiamento de café, arroz ou algodão que

havam sido produzidas no contexto do primeiro impulso à industrialização no país⁹⁴, grande parte delas trazidas à região pelos comerciantes de terras, os “colonizadores” (SEIXAS, 2006, p. 121). Os excedentes produzidos com o beneficiamento, eram, então, reinvestidos na produção agropecuária. Foi assim que muitas famílias de sitiantes conseguiram comprar novos quinhões de terra, ampliar a produção, investir em maquinário. Os produtos beneficiados por estes sitiantes, bem como aqueles beneficiados por pequenas empresas (as “casas de máquinas”), depois de embalados manualmente ou com pequenas máquinas, eram vendidos diretamente ao consumidor, também a indústrias de alimentos ou a intermediários empregados por empresas exportadoras de café. Nesse primeiro período, quando a produção da região não tinha um vulto considerável ou reconhecido, poucos intermediários circulavam pela região, e alguns sitiantes, quando não forneciam seus produtos para indústrias de transformação da região, despendiam um tempo considerável para transportar seus produtos agropecuários até os compradores (supermercados, atravessadores, varejistas, ou até mesmo os armazéns do Estado). Todavia, como o número de membros nas famílias da região era mais elevado naquele momento, tratava-se de um trabalho que não comprometia a produção. José Ryugo nos conta quando, ainda jovem, começa a fazer o trabalho de transporte da produção de algodão, feita até então apenas por seu pai:

Naquele tempo a gente caprichava para apanhar algodão limpo. Naquele ano o governo estava comprando algodão, aqueles podres e tudo eram o mesmo preço. Aí falaram para que levasse lá em Tanabi o algodão. Era particular. Disseram que se você tiver algodão bom, eles pagavam melhor. Eu levei um caminhão de viagem. Eu arrumei um caminhão de viagem e lotamos. A intenção era levar no Cosmorama, no governo, mas como falaram que algodão bom e bonito era melhor em Tanabi, eu resolvi levar para Tanabi. Aí seguimos viagem para Tanabi. Chegamos lá já estava a noite, mas ainda estava funcionando. Aí ele falou: “Eu preciso ver esse algodão”. Eles arrancaram uma saca e disseram: “Nossa! Esse algodão está bonito demais”. Não tinha nenhum cisco quase. “Eu pago tanto”. Eu falei: “Está bom”. À noite mesmo descarregou tudo. (...). A primeira venda que eu fiz na minha vida. Eu nunca tinha feito negócio, eu deixava para o pai, o pai que fazia. (Entrevista realizada em 22/09/2012, Urânia/SP).

O período posterior, aquele que vai de 1965 a 1980, quando se concluiu o processo de substituição de importações iniciado há meio século, se ampliam as exportações e se realiza a efetiva integração agricultura-indústria, é o período de aumento da centralização da produção industrial, financiado sobretudo com capital externo (MULLER, 1989, p. 28-37). Neste período, alguns pequenos empresários ou famílias de sitiantes que adquiriram máquinas

⁹⁴ MULLER (1989, p.28) esclarece no período entre 1870 e 1920 o impulso à industrialização “não se reduziu à produção de bens de consumo, mas incluiu a produção de insumos e bens leves de capital para os setores agrícola-exportador e de transporte, e para o processamento de produtos de exportação”.

ampliaram sua escala de produção, especializando-se ou na fabricação e manutenção de máquinas (como a família Uehara, que começou seus trabalhos na região), ou na industrialização do café. Associados a estas indústrias e também às distribuidoras de alimentos que se multiplicavam no entorno, ao mesmo tempo em que ampliava a produção do noroeste paulista, ampliava-se também o número de intermediários atuando aí. E enquanto as famílias extensas fragmentavam-se em propriedades e moradas isoladas, e tomava vulto o processo de individualização da produção entre famílias nucleares, aumentava a dependência em relação a este fortalecido agente do mercado: o intermediário. O crescimento e apoio estatal ao processo de industrialização, instrumentalizado também por uma mais severa legislação sanitária, dificultou a continuidade da comercialização de uma parte considerável dos produtos da pequena agricultura, realizada diretamente pelo produtor, por exemplo, nas charretes que vendiam o leite nas vilas urbanas e bairro rurais. Desse modo, a única opção disposta ao sitiante era a venda de tais produtos às indústrias de transformação, ampliando o processo de dependência em relação ao grande capital.

Embora a dependência em relação ao mercado seja uma característica comum ao campesinato da região, visto em oposição às sociedades primitivas, importa a nós aqui, destacar como este grupo específico, os sitiante do noroeste paulista, experimentou o processo de intensificação desta subordinação, realizado através do processo de modernização (conversadora) da agricultura, industrialização e, mais recentemente, da mundialização do capitalismo, que atinge o noroeste paulista com a expansão das Usinas sucroalcooleiras. Desse modo, poderemos desvendar a mistificação que envolve a noção de “mercado”, fazendo referência às desigualdades e relações de poder que ela oculta, lembrando algumas colocações de Thompson:

Com todos os conflitos e contradições afastados do raio de visão, o mercado é, na verdade, para as energias liberadas e para as novas necessidades (e opções) abertas pelas formas capitalistas de troca, uma soberba e mistificadora metáfora. Quando visto sob esse aspecto, o mercado é uma máscara usada pelos interesses particulares que não coincidem com os da ‘nação’ ou da ‘comunidade’, mas que querem, acima de tudo, ser confundidos com esses interesses coletivos. Os historiadores que supõem ser realmente possível encontrar esse mercado, cabe a tarefa de nos mostrar as evidências nas fontes. Uma metáfora, por mais grandioso que seu pedigree intelectual, não é o suficiente. (THOMPSON, 1998, p. 235).

A expansão do capitalismo nos campos da região noroeste vem acontecendo de modo distinto ao que ocorreu em diversas outras regiões do Estado de São Paulo. Enquanto em regiões de ocupação mais antiga o capitalismo agrário se expandiu fundindo sua figura com o do proprietário de terras, no noroeste paulista o fez por meio da sujeição do camponês no

momento da circulação, deixando-o presos às teias de intermediários, financiamentos e indústrias de transformação. Desse modo, no momento em que os frutos do trabalho na terra são distribuídos (a circulação), o capital e também o Estado se apropriam de parte significativa deles sem ser proprietário, sem que tenha necessitado imobilizar capital na compra de terras para extrair a renda proveniente dela, entendida como mais-valia social (OLIVEIRA, 2010, p. 5-9; SANTOS, 1984, P. 110). Essa extração há muito vem sendo realizada pelo capital no noroeste paulista através da teia de intermediários que ligam os sitiante ao mercado, cada um dos quais se apropria de parte do valor do trabalho produzido pela família sitiante. Mais recentemente o tem realizado também através do “aluguel de terras” para o plantio da monocultura da cana, pago em valores nitidamente inferiores àquele produzido pela renda diferencial produzida socialmente. Quanto ao Estado, realiza essa extração sobretudo por meio do encerramento de contratos de financiamentos à produção, extração que é realizada por meio de cobrança de juros. E se o sitiante, que em função da baixa composição do valor de seu trabalho, que é realizado com mão de obra familiar, potencialmente poderia se apropriar de um excedente maior do que aquele gerado pela produção capitalista mecanizada, vê, ao contrário disso, parte de seu rendimento usurpado e reduzido ao mínimo necessário à sua sobrevivência. É um dos mecanismos do processo, denominado por José de Souza Martins (2010) de “reprodução das relações não-capitalistas de produção”.

Está posto, então, um paradoxo, ao menos do ponto de vista do cenário que se poderia construir não fossem os efeitos da expansão do capitalismo no campo. Num momento em que parte da população migra para o campo, aumenta a disponibilidade de capital e terras que, associados à maior tecnificação, poderiam gerar um aumento da renda das famílias (situação hipotética sugerida por WOLF, 1976, P. 102-102), o processo é outro: intensificação dos processos de extração da renda da terra. Desse modo, a população rural...

...se vê confrontada com um *squeeze* da agricultura cada vez maior. Os preços estagnam, os custos disparam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade. (...). Uma das consequências mais visíveis desse processo é o fortalecimento dramático das já existentes manobras especulativas, conhecidas como *squeeze* da agricultura: os preços pagos aos produtores encontram-se sob pressão praticamente em todo o lugar. Isso introduz fortes tendências para a marginalização e para novos padrões de dependência (...). (PLOEG, 2008, p. 6; 23).

O desenvolvimento dos mecanismos de extração da renda da terra, dos juros (parte da mais-valia) e daquele que seria um tipo de lucro médio⁹⁵ leva a reprodução das famílias de sitiantes a uma permanente instabilidade. As crises cíclicas dos preços dos produtos, consequência do equilíbrio sempre cambaleante entre oferta e demanda, que dirige a economia de mercado, os expõe a eventos de evidente prejuízo, quando, por exemplo, o preço pago pelos produtos não é suficiente nem mesmo para cobrir os custos de produção, ou a rendimentos ínfimos, que permitem apenas repor os meios de produção da próxima safra. Ainda se fosse possível a eles comercializar seus produtos nos momentos de preços mais elevados (oferta menor que a demanda), como puderam fazer com a produção do café e do algodão... Mas não se lhes é garantido o “poder de recusa” (termo utilizado por WOLF, 1976, p. 69): como produzem atualmente sobretudo produtos perecíveis, e poucos possuem algum sistema de armazenamento que mantenha as características do produto por um longo tempo, precisam comercializá-los assim que é feita a colheita; por outro lado, o baixo valor pago pelos produtos no mercado não lhes possibilita a formação de um “fundo de subsistência” (termo utilizado por WOLF, 1976, P. 74) que poderia garanti-lhes a reprodução até que chegasse o momento mais vantajoso na balança do mercado. Diversos estudos ressaltam a instabilidade imposta à reprodução da vida de diferentes grupos camponeses pelas crises cíclicas do preço dos produtos e pela negação deste “poder de recusa” (WOLF, 1976, p. 68-69; SANTOS, 1984, P. 113). E, para retornar aos problemas inerentes à economia de mercado, ainda que lhes fosse possível esperar esse “momento mais vantajoso”, não seria garantia de restauração permanente da estabilidade. Tomemos em conta as constantes crises do chamado “ciclo do café”, que desembocaram em sua derrocada.

Os baixos rendimentos e a permanente instabilidade gerada têm sido responsável pela transformação da organização das famílias de sitiantes, tema que tratamos com mais detalhes no capítulo sobre a “organização do trabalho”: redução do número de filhos; reagregação de famílias extensas gerado pelo medo instaurado nos homens, que ainda sofrem com o peso da reprodução do papel de “provedores”, de contrair matrimônio e gerar filhos.

Retornando ao tema da comercialização, veremos a seguir, com mais detalhes, as diferentes formas de inserção do sitiante no mercado e os diferentes modos por meio dos

⁹⁵ Camponeses não produzem propriamente lucro médio porque a mão de obra nos sítios não é remunerada com capital. Chamamos de “uma espécie de lucro médio” o excedente gerado pela produção agropecuária do sitiante que é, comparado ao funcionamento de uma empresa capitalista, mais bem um tipo de salário. A distinção entre lucro médio e taxa de lucro, realizada por Marx (MARX, 2008, III/1, p. 187-259), nos ajuda a compreender que, além da extração da renda da terra, os capitalistas se apropriam de parte da renda do sitiante na forma de juros (por exemplo, pelos financiamentos) e, ainda, de parte do rendimento que caberia ao sitiante, tomado como capitalista (comparado a um empresário), chamado por Marx de “lucro médio”.

quais parte de sua renda é extraída, desvelando assim, os caminhos por meio dos quais é sujeitado. Todavia, a natureza das relações construídas com o mundo exterior e seus efeitos, como já advertimos por diversas vezes, se o identificam enquanto classe, não são suficientes para defini-lo de forma mais abrangente, como sujeito histórico. Enquanto tal, o sitiante se construiu através de um longo percurso temporal, anterior mesmo ao capitalismo. E mesmo sob a égide deste, produziu e reproduziu projetos e valores tantas vezes paralelos aos do tipo capitalista, lógicas estruturadoras da ação que tantas vezes se chocaram e continuam chocando-se com os projetos daqueles, reagiram às tentativas de implantação de tais projetos, retardando ou mesmo impedindo sua realização.

Há uma gama de ricos registros históricos e reflexões sociológicas que trouxeram a nosso conhecimento estes momentos onde as diferenças entre camponeses e capitalistas foram posta a nu, chegando a embates mais ou menos duradouros, mais ou menos drásticos. Eduard Palmer Thompson fez estudos de destaque dentro dessa perspectiva: analisando as transformações impulsionadas pela implantação do capitalista na Inglaterra do século XVIII, deu visibilidade ao modo como a população do campo as percebia, e reagia a elas, questionando, por exemplo, a liberalização da regulação da comercialização dos grãos (que deu origem aos “motins da fome”, estudado por THOMPSON, 1998) e a proibição da utilização da madeira em terras comuns (instituída pela “Lei Negra”, estabelecida em 1783, analisada por THOMPSON, 1987⁹⁶), etc. Também Karl Polanyi (2000), em seu clássico “A grande transformação”, fala da reação de camponeses, também na Inglaterra do século XVIII, aos cercamentos das terras até então de uso comum por mercadores de terras.

Neste momento em que nos debruçamos sobre os problemas que envolvem a questão da comercialização, a reflexão a partir de tais estudos trouxe luz a discursos e práticas de resistência que se reproduzem ainda hoje entre os sitiantes do noroeste paulista, evidenciando elementos de “continuidade”, lógicas estruturadoras da ação e do pensamento que são anteriores à generalização das relações capitalistas e que ainda hoje são reproduzidas. Thompson (1998) mostrou que, no final do século XVIII a população tinha uma consciência muito clara “de que os preços deveriam ser regulados em tempos de escassez” e que os comerciantes de alimentos aproveitavam-se deste período para aferir grandes quantias em dinheiro (p. 180).

⁹⁶ Também Marx (2007) discute a questão do “furto de lenha” na Prússia de 1840, discutindo, ao contrário, o modo como a instituição da propriedade privada altera o interpretação do Estado com relação ao que antes figurava como direito costumeiro.

No Brasil, passado o primeiro século de intensificação das relações capitalistas, século este em que houve um evidente enfraquecimento da organização popular e das instituições representativas de classe (ALVES, 2000), as revoltas e manifestações populares contra as consequências deste processo são cada vez mais raras. No Noroeste Paulista, as últimas duas revoltas de que tivemos conhecimento foram: a Revolta do Capim, organizada por associações de bairro do município de Santa Fé do Sul⁹⁷ (1959-1970) e a greve do leite, que aconteceu no município de Jales na década de 1990⁹⁸. Não soubemos de nenhuma outra manifestação de revolta de amplo alcance depois desta última.

Entretanto, sobreleva-se do discurso de diversos dos camponeses entrevistados uma indignação que tem origem na observação da posição claramente desfavorável com a qual se inserem no “mercado”, desfavorecidos na voraz concorrência que mobiliza a economia liberal. Não lhes é possível produzir o arroz, o feijão e o açúcar com os mesmos custos com que os produzem os grandes latifundiários e as indústrias de alimentos, que utilizam tecnologia moderna, menos mão de obra, recebem isenções e subsídios estatais de todo tipo, quando não reduzem substancialmente os custos de produção por serem os próprios produtores de diversos dos meios de produção (energia, insumos, água, etc.). E quando os sitiantes buscam identificar os possíveis responsáveis por sua posição desprivilegiada no “jogo do mercado”, ademais de apontar os próprios capitalistas, também responsabilizam o Estado, o que remete à “antiga economia moral paternalista” mencionada por THOMPSON (1998, p. 256-257). Um sem-número de vezes acompanhamos sitiantes construindo ideias de soluções para a minimização de seu problema e quase sempre tais ideias giravam em torno de uma política de preços mínimos mais favorável ao agricultor, de um melhor planejamento territorial da produção agrícola, salvaguardando o “espaço” de atuação do pequeno agricultor, da necessidade de novas linhas de crédito públicas e subsídios à produção, etc.

Transformações drásticas das leis que regem o mercado? Talvez Revolução? Nenhuma construção que alcançasse um nível de abstração ou transcendência em relação ao funcionamento da sociedade nos termos em que vivemos hoje foi vislumbrada ou desenhada.

⁹⁷ A Revolta do Capim foi organizada por posseiros a fim de denunciar e combater a espoliação de que eram vítimas por meio dos “contratos de arrendamento” e impedir o iminente despejo das terras em que trabalhavam. “Para isso arrancaram o capim das invernadas, queimaram o opressivo barracão, fundaram cooperativas para defenderem seus direitos, apelaram para o Estado questionando muitas vezes este mesmo Estado” (MURUMATSU, 1984, p. 2)

⁹⁸ Conforme relato do sitiante Wilson Donda (entrevista realizada em 27/07/2010), os produtores de leite da região, insatisfeitos com a baixa remuneração do litro de leite oferecido pelos laticínios, bloquearam a passagem dos caminhões de transporte do produto por mais de uma vez. Para reduzir as perdas que teriam os sitiantes em decorrência da greve, avisavam o dia da paralização com antecedência, assim se poderia providenciar o armazenamento do produto por alguns dias.

E, sabemos, este não é um mal restrito aos sitiantes do noroeste paulista. De todo modo, a consciência de sua posição subalterna no “jogo do mercado” está ali, claramente identificada. E todavia não seja suficiente para libertar o pensamento das amarras das lógicas estruturadoras da sociedade, impulsiona a ação, desdobrando-se em ações cotidianas de negociação e de busca de espaços onde se possa ser menos prejudicado ou construir situações de maior autonomia. Nas situações narradas a seguir nos remeteremos a estas ações, que contribuirão no sentido de pensar as estratégias de resistência dos sitiantes do noroeste paulista.

b) A integração a diferentes redes de circulação dos produtos

Os sitiantes do noroeste paulista comercializam seus produtos agropecuários em diferentes espaços, integrados em redes mais ou menos complexas, atravessadas por um número maior ou menor de intermediários e construindo, dependendo das escolhas comerciais que realizam, uma situação de maior ou menor autonomia e exposição às investidas do capital de apropriar-se dos rendimentos de seu trabalho. Como mencionamos no capítulo sobre a produção, a avaliação do quanto se ganha ou se perde (leia-se, dos maiores ou menores níveis de subordinação ou exploração) participando de uma ou de outra destas cadeias produtivas direciona as escolhas produtivas de cada família. A integração a estes diferentes circuitos é matéria de grande debate sobretudo entre sociólogos, alguns dos quais constroem até mesmo “tipologias” de grupos camponeses em função dessa integração. Fala-se, por exemplo, no agricultor “associado” ou “não-associado” ao capital (DELGADO, apud LEITE, 1989, p. 48). Afastamo-nos destes esforços de definir o camponês a partir das relações que constrói com estes diferentes circuitos comerciais. Para nós, ademais da subordinação ao mercado, que atinge todos os camponeses em seu conjunto, é sobretudo a utilização da mão de obra familiar, a associação entre cultivos comerciais e de subsistência e os rendimentos limitados à reprodução do grupo familiar as principais características desse grupo historicamente constituído, ademais das mudanças que os vem atingindo mais recentemente. De todo modo, é necessário nos atentarmos para os diferentes níveis de subordinação percebidos nas diferentes estratégias de escoamento da produção disponíveis aos pequenos produtores rurais, pois este é o terreno no qual se desdobram diversas das práticas de resistência. Como nos lembra PLOEG:

As interligações entre os três grupos agrários [agricultura camponesa, agricultura empresaria e agricultura camponesa] e a sociedade em geral são estruturadas em muitas formas distintas. Porém, é possível destacar aqui dois modelos dominantes. Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. (...) a agricultura camponesa é, essencialmente, embora longe de exclusivamente, baseada em circuitos curtos e descentralizados que, pelo menos, escapam ao controle direto do capital (embora o controle indireto seja, obviamente, considerável e abrangente). (PLOEG, 2008, p. 20-21).

Se o camponês não possui o “poder de recusa” em relação ao momento de vender seu produto, pode ao menos decidir com que agente do mercado negociará sua produção, levando em consideração os circuitos disponíveis ao escoamento do tipo de produção agropecuária que desenvolve. Ele pode “fazer negócio” com as indústrias de transformação (no caso específico do leite, da laranja, da borracha e do caju), com intermediários autônomos que prestam serviços às distribuidoras de alimentos (de administração privada ou pública, no caso do CEAGESP ou CEASA), com os agentes destas distribuidoras, com vendedores ambulantes de alimentos, que circulam com suas carriolas pelas ruas da cidade, ou diretamente com os consumidores, nas feiras livres das redondezas.

A situação identificada como de maior subordinação e menor margem de negociação é aquela na qual os sitiantes fornecem seus produtos para grandes **empresas de processamento e transformação**, o mais centralizado dos circuitos. Tais empresas detém maior poder de ditar os preços dos produtos e, em função da intensa centralização das indústrias, as possibilidades de escolha são sempre reduzidas.

No caso dos sitiantes que trabalham com a pecuária leiteira, não lhes resta outra alternativa do que negociar com os laticínios da região. No território da microrregião atuam apenas dois: Naraleite, no município de Jales, e Laticínios Catupiry, em Santa Fé do Sul. Há outros laticínios nas redondezas: a Nestlé, com planta em Araçatuba; a Laticínios Estrela, do município de Estrela D’Oeste; a Laticínios Bom dia, de Votuporanga; a Shefa, com um entreposto em Fernandópolis, e a Perdigão⁹⁹. Estes eram os laticínios que alcançavam os sitiantes do noroeste quando estivemos circulando pela região entre 2009 e o início de 2011. Essa “oferta” de indústrias de transformação com que os sitiantes podem negociar varia no decorrer do tempo de acordo com a movimentação de investimentos feitos por estas grandes empresas, que iniciam e encerram acordos com entrepostos de acordo com seus projetos de

⁹⁹ Não conseguimos identificar, através das entrevistas, onde está localizado o entreposto desta indústria mais próximo.

expansão/retração da produção. Entretanto, trata-se de um número reduzido de compradores para um número bastante elevado de fornecedores, configurando um tipo particular de oligopólio, o oligopsônio (CLEMENTE, 2006, p. 66).

A escolha dos sitiantes em trabalhar com uma ou outra dessas empresas é limitada, por um lado, pelas possibilidades de adequar-se a uma ou outra das regras adotadas por elas referentes à forma de armazenamento do leite (granelizado ou não-granelizado) e aplicação de algum tipo de *sistema de boas práticas agropecuárias*. O mais conhecido deles é o Programa de Boas Práticas na Fazenda (BPF) criado pela DPA Nestlé/Fonterra (Dairy Partners Americas) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Programa Alimento Seguro (PAS) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que vem sendo adotado também pelas empresas da fusão Brasil Foods (Sadia, Batavo, Elegê e Perdigão, esta última com atuação também na microrregião de Jales). Para os sitiantes que produzem pequena quantidade de leite, e não o granelizam (resfriam), há a possibilidade de vender seus produtos (individual ou coletivamente, por meio das associações e cooperativas de leite) para laticínios menos exigentes quanto à questão da qualidade da entrega do produto (que, muitas vezes, não fornecem o leite longa vida ou pasteurizado de tipo A ou B, mas aqueles de qualidade C, e mesmo produtos derivados do leite, como o catupiry, o queijo, o requeijão, etc.), embora obtenham, frequentemente, menor preço pelo litro do leite. Para aqueles que possuem resfriadores e condições de se adequarem a programas de boas práticas mais exigentes, as possibilidades se ampliam, e podem recorrer também à venda para empresas de maior porte, que beneficiam um tipo de leite mais valorizado no mercado, como o caso da Nestlé, Perdigão e Bom Dia, e recebem delas melhores preços por litro.

Entretanto, embora circule entre estes pequenos produtores de leite a informação de que aqueles pequenos produtores que conseguiram modernizar-se, ampliar a escala de produção e adequar-se aos programas de boas práticas encontrem melhores preços a seus produtos no mercado, estes produtores supostamente mais favorecidos encontram, também, muitos problemas. Grande parte deles logrou modernizar-se com financiamentos de longo prazo concedidos, algumas vezes, pelos próprios laticínios. Desse modo, parte de seus rendimentos é apropriado por estes, na forma de juros e correções monetárias, além de serem obrigados a manter o contrato de fornecimento com a empresa até a quitação do financiamento, sujeitando-se, desse modo, aos preços praticados por ela durante todo o

período¹⁰⁰. Os abusos na composição dos preços pagos aos sitiantes são denunciadas por Nelson Ryugo, que no momento de nossa entrevista, entregava seu leite à Nestlé:

Ah, boas práticas, ecologicamente correto, não sei o quê... Só que muita gente está desistindo, porque eles exigem muitas coisas diferenciadas do produtor, mas eles não repassam. Dão bonificação de três centavos o litro, só que outros laticínios, sem exigir nada disso, estão pagando mais. Então, tem até o vizinho aqui, que acho que tira 1.500 litros por dia, o outro 700 litros, o outro 800 litros. Estão tudo mudando. O daqui vai mudar acho que para a Perdigão. (...). Se for o programa da Embrapa, de boas práticas, aí são mais rigorosos, não pode ter cachorro, gato, galinha, porco, nada. Agora, no plano que a gente está de boas práticas é sistema da Nova Zelândia, aí já é mais aberto, tem prazo para investir, essas coisas assim. Só que o investimento que a gente precisa fazer, pela bonificação é muito pouco. (...). Ontem mesmo fui visitar um produtor aqui perto, ele entrega para a Nara Leite, ele tira mais de 1.000 litros, ela está pagando setenta e oito centavos. A Nestlé está pagando pra mim setenta e seis centavos, e com um monte de exigências. (...). Então, por isso que o pessoal está preferindo sair fora. (Entrevista realizada em 15/12/2010, Urânia/SP)

Os preços pagos aos sitiantes variam em função da quantidade e qualidade do produto (resfriamento e análise de microrganismos). Aqueles que não possuem sistema de resfriamento, recebem valores maiores apenas em função da quantidade produzida. Aqueles que o possuem, recebem valores superiores pela quantidade e qualidade do leite. Apesar desta diferenciação, a reclamação quanto ao nível de preços pagos pelo litro de leite é generalizada. No capítulo sobre a produção já havíamos mencionado as reclamações quanto aos altos custos de produção do leite. Agora, ao tratarmos do preço pago pelos produtos comercializados, vale retornar à questão. Pedro Ruza nos explica que, embora os preços pagos tenham subido nas últimas décadas, o aumento dos custos de produção foram ainda maiores, impedindo que os sitiantes possam se apropriar de uma parcela maior de rendimentos:

Pedro Ruza: O leite subiu pra 75 centavos, mas quando vendia o leite a 45 centavos, comprava um saco de ração a 4 reais. Hoje não o saco de ração custa 35 reais, sal mineral hoje custa 40, 45 reais. O custo do insumo subiu muito, triplicou. Por isso que hoje não dá. Está todo mundo com piquete¹⁰¹, a gente sabe que a ideia é boa, mas quando começa a pagar é que vê a coisa: o custo é muito alto e o povo desanima. O leite não paga nada.

Pesquisadora: E por que será que o preço dos insumos aumentou tanto?

Pedro Ruza: A gente não sabe, dizem que valorizou, mas o gado parou nesse mapa, o leite parou nessa faixa. Deveria valer R\$ 1,20, R\$ 1,30, pra acompanhar esse custo de insumo que é muito alto. Há 12, 13 anos atrás um litro de diesel era 65 centavos

¹⁰⁰ CLEMENTE (2006, p. 157), em seu estudo sobre a cadeia produtiva do leite, também se refere aos financiamentos fornecidos pelos laticínios para a modernização do processo produtivos realizado pelos sitiantes.

¹⁰¹ O sitiante se refere a uma mudança recente no sistema de pastoreio, que foi implementada para melhorar a rentabilidade da exploração leiteira: do antigo pastoreio num potreiro, para o pastoreio rotativo. Se antes o gado ocupava um mesmo espaço de pastagem durante todo o tempo, este novo método divide o pasto em pequenas porções (os piquetes), protegidas por cercas elétricas, por onde o gado circula, fazendo um sistema de rotatividade que permite a recuperação do solo e do capim que alimenta os animais.

hoje é dois reais e pouco, vai quase 200 reais só na lavoura. *Tirou tudo em cima dos agricultores*¹⁰². (Entrevista realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP).

Outro sitiante, Otacílio Alves, também realiza o esforço de explicar os reduzidos valores pagos pelo litro de leite:

O leite eu estou recebendo 61 centavos. No mercado, você vê lá que está custando R\$ 1,69, mais ou menos assim. O leite no mercado ficou neste preço e o nosso baixou. Então eles estão ganhando 300% a mais! Se a gente tivesse condição de embalar este leite, a gente ia vender a R\$ 1,50, até R\$ 1,60 o litro e ganhava o dobro. Por que quem está ganhando mais é o atravessador. No caso aqui, o leiteiro pega e leva lá [na cooperativa de leite de Santa Albertina] e resfria e depois, vem um caminhão e leva para lá [para o laticínio], onde eles empacotam, e depois vai para o mercado. Quer dizer, passa por vários. Se conseguisse tirar este pessoal, talvez ficasse melhor.

Através da fala dos três sitiantes pequenos produtores de leite que citamos acima erguem-se as razões pela quais os preços pagos pelo litro do leite são tão baixos. Por um lado, é exigida a modernização das práticas produtivas, tantas vezes financiada pelos próprios laticínios, que por meio da cobrança de juros e correções monetários, se apropriam de parte dos rendimentos da pequena produção. Todavia, conforme nos alerta Nelson Ryugo, as bonificações pagas aos agricultores que logram modernizar-se não compensam, efetivamente, os custos desta modernização. Outra parte dos rendimentos é apropriada pelas indústrias de insumos, rações e agroquímicos que servem ao tratamento e alimentação do gado, como destacou Pedro Ruza. E, por último, cada um dos intermediários que se interpõe entre o produtor e o consumidor final (intermediários, cooperativas, laticínios, transportadoras) retiram uma porção do rendimento realizado pela produção.

O cálculo que um casal de sitiantes fizeram de seus ganhos mensais com a produção do leite colocam às claras as consequências econômicas desse processo. Retirando leite de suas poucas cabeças de gado duas vezes ao dia (procedimento realizado por poucas das famílias em virtude da decorrente intensificação do trabalho) alcançam a produtividade de 100 litros/dia. Tomando como referência o valor de R\$ 0,70, valor médio entre os que vinham sendo praticados na região no ano de 2010, temos que a renda bruta da família gira em torno de R\$ 2.100,00. Dessa renda bruta é retirado o valor necessário para pagamento de ração, insumos, vacinas, etc., e, então, resta-lhes muito pouco. A venda de bezerros e de outras criações cumpre papel importante na complementação da renda familiar, mas não resolve por completo o problema dos baixos rendimentos. Em função, então, da reduzida renda

¹⁰² Grifo da autora.

proporcionada pela produção agropecuária é que o filho do casal decidiu por empregar-se como tratorista na Usina instalada na região.

Os preços pagos pela produção de leite, então, explicam parte do problema vivenciado pelos sitiantes que se especializaram nessa produção, que como já anunciamos anteriormente, se concentram nas margens do Rio Grande, entre os municípios de Mesópolis e Santa Albertina, embora existam pequenos pecuaristas em toda a microrregião de Jales. Mas os problemas vividos pelos produtores não se resumem ao empobrecimento fruto deste processo. A legislação sanitária e a implementação dos *programas de boas práticas*, por um lado, vêm ampliando as exigências quanto aos procedimentos produtivos e tecnificação, agindo, desse modo, em favor daqueles mais capitalizados que conseguem adequar-se às determinações legais (as grandes empresas do setor). Por outro, a tentativa dos pequenos sitiantes de adequar-se a estas regras impõe uma transformação radical na lógica de organização da propriedade, dificultando a reprodução de elementos que tradicionalmente caracterizam a “cultura sitiante”, como a criação de porcos, galos e galinhas que, como já advertimos em outro momento, cumprem importante papel na redução dos custos de reprodução das famílias. É do que nos fala Olímpia Barizon:

Porque agora a Nestlé diz que não pode mais criar galinha, eu vendia muita galinha. Diz que não pode, nem porco e nem galinha. Nem porco e nem galinha pode ficar perto do gado. Então eu parei de criar, eu tenho umas poucas só para eu não esquecer das minhas galinhas. (Entrevista realizada em 14/07/2009, Santa Salete/SP)

Embora, como nos mostra a Sra. Olímpia, alguns sitiantes produtores de leite resistam em manter uma parte, ainda que pequena, da criação proibida pelas regras de boas práticas da empresa, a consequência inevitável deste processo é que os sitiantes são forçados a restringir sua produção à pecuária leiteira, expondo-se mais drasticamente aos riscos decorrentes das práticas monocultoras para pequenos agricultores.

Os pequenos produtores de leite são, assim, aqueles mais subordinados às imposições das indústrias de processamento. Alguns produtores de laranja também fornecem seu produto para tais indústrias (sobretudo para a Citrusuco, de São José do Rio Preto). Mas apenas uma pequena parte dele, o “refugo”, aquelas laranjas que não alcançam a qualidade necessária para serem comercializadas como “laranjas de mesa”. Também alguns produtores de caju vendem parte de sua produção para as indústrias de suco, doces e compotas (ARAUJO et. all., 2010, p. 447). São desse modo, menos subordinados à relação constituída com tais indústrias, sendo o rendimento obtido da relação comercial estabelecida com elas tão somente complementar.

Já a situação dos produtores de borracha, cujo número vem se ampliando nos últimos anos, é bastante ambígua. Enquanto, de um lado, como afirmamos no capítulo sobre a produção, o cultivo de seringueira, que vêm alcançando preços de venda bastante atrativos, têm surgido como uma alternativa à subordinação às usinas sucroalcooleiras, por outro, anuncia a reprodução de outra relação de dependência, que será construída com as usinas de beneficiamento da borracha. Sendo a borracha um produto vendido às indústrias (automobilística, calçados, etc.) apenas depois de passar por um primeiro processo de beneficiamento, os produtores da seringueira são forçados a vender seu produto às usinas. Os produtores mais antigos (poucos entre os sitiantes da região) já estabeleceram relações com algumas delas: uma usina de borracha instalada no município de Jales, a Borracha Brasil, que beneficia o látex que abastece sobretudo a indústria calçadista, e também com usinas instaladas no município de São José do Rio Preto, município que possui uma produção de seringueira bastante significativa¹⁰³.

Enquanto parte dos produtos agropecuários do extremo noroeste paulista serve, então, de matéria-prima para indústrias de transformação, outra parte ainda mais significativa se destina ao **abastecimento interno**. As frutas, verduras, legumes, hortaliças e também o gado de corte chegam às mesas dos consumidores por meio da atuação de intermediários, distribuidoras de alimentos e transportadoras. Trata-se de circuitos mais curtos e descentralizados do que aqueles constituídos pelas indústrias de transformação. Os sitiantes encontram, assim, um número maior de compradores em busca de seus produtos (que têm qualidade reconhecida nacionalmente, sobretudo na produção de uva e laranja de mesa, e horticultura) e, então, maior poder de barganha. O destaque na fala de diversos sitiantes para o fato de sua produção ser destinada sobretudo para a “mesa do consumidor”, feito repetidas vezes em conversas formais e informais, abriga, compreendemos mais tarde, pelo menos dois sentidos importantes: o *orgulho* de cumprir a importante missão de prover as mesas das famílias brasileiras de alimento, consumido *in natura*, e de serem menos sujeitados pelos grandes empresários do ramo alimentício do que aqueles agricultores que abastecem as grandes indústrias de transformação. É como se por isso fossem mais *dignos*, como se assim fossem, de certa forma, *mais camponeses*, por terem maior parte de sua autonomia resguardada.

O leque de possibilidades de estabelecimento de relações comerciais com os intermediários é bastante amplo. Os sitiantes podem “fazer negócio” com atravessadores

¹⁰³ Na região de São José do Rio Preto há diversas usinas de beneficiamento da borracha: SOLBOR, RIOBOR, Heavea-tec, PRABOR, entre outras.

(particulares ou contratados) que entregam sua produção diretamente a um atacadista, a um supermercado ou a um entreposto. E há dezenas deles que circulam pela região. São chamados mais comumente de *marreteiros*¹⁰⁴ e sua definição abriga tanto conteúdos de simples *nominação* da função exercida por esse sujeito, um comerciante informal que compra produtos em pequena quantidade e faz a intermediação entre o fornecedor e outros médios e grandes compradores (sentido que se aproxima da definição que encontramos nos dicionários da língua portuguesa), como sentidos que qualificam e dão significado a tal função, explicados por meio da associação com outros adjetivos, tais como “ladrão”, “golpista”, “enganador”, “trambiqueiro”.

Sobretudo este segundo significado, remete à já antiga suspeita de camponeses em relação aos intermediários. E. P. Thompson, ao analisar o período de liberalização da economia na Inglaterra do século XVIII, já se referia à desconfiança que permeava tal relação. “De fato, na maior parte do século XVIII, o intermediário continuava a ser legalmente suspeito, e suas operações eram, então, severamente restringidas” (1998, p. 156). Também Erick Wolff fala do “mercador” e do “lojista” como categorias de referência negativa do camponês. “Onde encontramos camponeses envolvidos em mercados em rede, encontramos também o mercador e o lojista olhando como estranhos, mesmo que residam na aldeia. Eles pertencem à categoria de referência negativa do camponês.” (1976, p. 73). E a metáfora construída pelo Sr. José Morandim, baseada na associação com elementos do próprio universo rural, define de modo bastante claro o modo como os sitiantes percebem a ação dos *marreteiros*. “Vem o comprador, saliva e... como fala, foi jogando milho, milho, até pegar o frango. Foi indo, foi indo, até a gente pegar confiança. Depois que pegou confiança, a gente mandava uva pra lá e depois não pagou, não recebeu.” (entrevista realizada em 21/09/2010, Urânia/SP).

Os sitiantes resguardam maior margem de segurança, então, buscando referências por meio de suas redes de relações e conservando relações de confiança construídas com estes mercadores. Com frequência encontramos sitiantes que comercializam com um mesmo intermediário há mais de uma década. Descartam a oportunidade de maiores ganhos que poderiam aferir explorando a concorrência entre mercados em busca de melhores preços em nome da garantia de segurança. Muitos sitiantes repetem a afirmação de que os mais gananciosos, que querem ganhar mais, são os que levam os maiores prejuízos. São aqueles

¹⁰⁴ Outra expressão utilizada, ainda que com menos frequência, é *mateiro*.

que apresentam um comportamento mais próximo do empreendedor capitalista, que corre riscos em busca de maiores lucros.

Francisca Yamada: É aquela ganância, e aí eu acho que perde.

Coiti Yamada.: Caloteiro é quem vai pagar mais, o que paga menos está com o pé no chão.

Francisca Yamada: Que nem a abóbora, a gente vende há 15 anos para o Anderson, de Araçatuba. Ele paga menos do que os outros, mas paga. Tem uns que vem às vezes paga mais, mas leva duas vezes e do resto não paga mais. (Entrevista com Francisca e Coiti Yamada, 06/02/2012, Mesópolis/SP)

Enquanto alguns, assim, encontram segurança na estabilidade de sua rede de relações, outros buscam resguardar-se das consequências de “enganos” e possíveis “trapaças” entregando sua produção há mais de um intermediário. Encontramos casos de sitiantes que dividem sua produção em até quatro compradores, como o caso Sr. Arnaldo Saraiva, produtor de laranja de mesa. Buscam assim, diminuir a chance de que um prejuízo de grandes escalas comprometa a reprodução da família.

As suspeitas com relação aos *marreteiros*, entretanto, não tem origem apenas nas narrativas contadas e recontadas através da história, mas também em eventos que se repetiram ali mesmo, na própria região noroeste, desde os tempos mais remotos. Não me recordo de ter encontrado algum sitiante que não me tenha narrado, sempre com certa emoção e indignação, o caso de um “calote” de que foi vítima. As histórias se repetem, e, em algumas ocasiões, atingiram de uma só vez toda a região, dando origem a episódios de crises que devastaram famílias e pequenas propriedades. O ano de 1997, por exemplo, ano de um grande volume de produção de uva e preços baixos no mercado, quando poucos intermediários estavam interessados em comprar o produto e os sitiantes ansiosos por vendê-lo, um mesmo intermediário “roubou” a produção de dezenas de famílias, que, se supõe, equivaliam, reunidas, a cerca de 1 milhão de reais.

As consequências destes calotes são, muitas vezes, devastadoras. José Ruza conta que, para quitar dívidas adquiridas durante o processo de produção das 800 sacas de café que lhe foram “roubadas” (por um caloteiro) teve de vender uma parte de sua propriedade. O dono da distribuidora de alimentos a quem havia vendido sua produção abriu concordata e passou todos os seus bens para o nome dos filhos, não tendo Ruza como reclamar o que lhe fora roubado. Outra sitiante, naquele mesmo ano de 1997, viu a reprodução de sua família ser duramente comprometida. Seu relato foi carregado de emoção e tristeza, e por comunicar o sofrimento de maneira tão crua é que o transcrevermos na íntegra:

Sitiantes: A gente levou um calote, menina, a gente vendeu a uva e os caras não pagaram. (...). Aí nós tivemos que arrancar. (...). Nós perdemos tudo. Eles compraram, eles foram comprando, comprando, comprando e em torno de 40 dias eles não voltaram. Quando o cheque ia cair, eles sumiram. E nós ficamos... (...). Se foi a renda de um ano, e ficou uma dívida que a gente tinha. A gente trabalhou... Nós tínhamos comprado a tela pra pagar com a produção. “A gente vende a uva e paga.” Porque a uva já tava pendurada. Pra passarinho não comer, nós compramos a tela. “Então, daqui 40, 50 dias a gente paga.” Aí a gente perdeu o dinheiro e ficou devendo a tela, e uma bomba que a gente tinha comprado. Aí nós trabalhamos todos esses anos no vermelho, todos esses anos *no vermelho, no vermelho*, desde 1997. Muitas dificuldades, muitas dificuldades. [a depoente começa a chorar]. Todos esses anos pagando essa dívida. Às vezes eu lembro e penso: “Meu Deus, como que a gente sobreviveu? Como que a gente sobreviveu?” Quando eu lembro do que a gente passou... Foi uma injustiça muito grande, misericórdia! Que injustiça! Comprarem nossa uva, chegarem aqui, levar e quando chegou nos 40 dias, a gente foi depositar o cheque e eles ainda falaram: “Não, deve ser problema no banco.” Eles [os caloteiros] ainda levaram um caminhão naquele dia! E naquele dia ninguém mais viu eles. [ainda chorando bastante]. Aquilo foi uma injustiça muito grande! Eu não vou esquecer nunca! Por causa disso nós passamos dias terríveis! [chorando muito].
 Pesquisadora: Essa produção era de vocês e do seu pai juntos?

Sitiantes: Não, meu pai tinha lá.

Pesquisadora: E ele comprou do seu pai também?

Sitiantes: Comprou do meu pai também. Comprou de todo mundo. Só quem ficou com a parreira em pé foi o Leonardo. Todo mundo... (...). Os outros venderam parreira pra pagar a dívida, venderam bomba, venderam tela, venderam tudo. Eu e meu marido não. Nós falamos: “Nós não vamos vender nada, nós vamos trabalhar pra pagar!” Trabalhamos, trabalhamos... E achamos um amigo muito leal, muito sincero, muito correto, que um dia o [marido] tava precisando de mil reais e ele falou: “Eu te empresto o dinheiro, aí você vai trabalhando pra mim e eu vou descontando.” Cara corretíssimo! Emprestou mil reais para o [marido], [marido] ia trabalhando pra ele, [recomeça a chorar, bastante emocionada], ele dava o dinheiro pra gente comer na semana e o [marido] ia pagando a dívida com ele. Foi aí que nós saímos! Aí nós fomos trabalhando no vermelho, trabalhando no vermelho... Agora que nós conseguimos nos safar pra fazer um poço esse ano. A nossa história foi triste, viu!

Embora os sitiantes que fornecem alimentos para esse circuito mais descentralizado tenham maior poder de barganha, continuam reféns, assim, da ação dos caloteiros, das oscilações de preços, da política neoliberal que “dirige” também a produção agrícola. Todavia se afirme que estes sitiantes tem menor parte de seu rendimento raptado, comparativamente aos sitiantes que fornecem produtos à indústria, parte importante do excedente produzido é apropriado por essa rede de intermediários, mais ou menos densa. Um distribuidor de alimentos que atua na região de Jales nos dá dois valiosos exemplos nesse sentido, para o caso da comercialização da uva e também para o caso da comercialização da cenoura:

Vendeu a R\$ 20 [a caixa de uva], aí vai vir o desconto: menos R\$ 3,40 [17% de comissão do permissionário da “pedra” do CEAGESP], menos R\$0,44 [2,2% de fundo rural], menos R\$ 1,50 do frete, menos R\$ 0,30 da descarga, menos R\$ 2,40 da caixa... Vai receber [o produtor] 12 reais. (...). Dividido por 7 kg [peso da caixa], então a uva para o produtor saía R\$ 1,72 o kg. (...) No CEAGESP funciona dessa maneira: se você pegar R\$ 12 em 7 kg, 12 dividido por 7 kg, então a uva para o produtor saía R\$ 1,72 o kg. (...). Aí você pega o feirante ou o mercado que comprou

a 20 reais, ele pagou R\$ 2,85. (...). Então quando o preço é 2,85 o mercado vai vender essa mercadoria por uns 6,7 reais o quilo. (...). Se você for na feira você deve encontrar a uva de 6 a 8 reais o kg, o mercado coloca 100% em cima (preferimos preservar a identidade do depoente)¹⁰⁵.

Eu entreguei cenoura a R\$ 0,68 o kg. (...). Eles vão vender isso em torno de R\$ 1,60-1,70 o kg. Paguei para o produtor R\$ 0,34. Então você vê daqui pra cá quanto ele [o mercado] não lucrou! (preservamos a identidade do depoente).

No caso do valor da caixa de uva sugerida pelo intermediário, ele foi claramente subestimado¹⁰⁶. De todo, ajustando o valor pago pela caixa para R\$ 28,98 (levando em conta os preços indicados pelo CEAGESP no início de agosto de 2012, vide nota de roda pé), e tomando o preço de venda do Kg no supermercado para R\$ 8,00, observamos que, o valor pago ao produtor (R\$ 2,74, retirados os descontos indicados pelo intermediário) representa 34% do preço pago pelo consumidor final nos supermercados ou feiras livres. Tomando os valores sugeridos para o caso da cenoura, o produtor receber 20% do valor pago pelo consumidor final. Se comparamos com o caso dos produtores de leite, que em nossa última visita a campo estavam recebendo cerca de R\$ 0,80 pelo litro de leite (no caso daqueles que produzem leite de melhor qualidade, granelizado), em relação ao preço que paga o consumidor final pela caixa de 1 litro do leite longa vida (cerca de R\$ 3,80 para as marcas mais conceituadas no mercado) seu pagamento equivale também a cerca de R\$ 21% desse valor. Se é o fornecedor (o pequeno produtor sitiante) que arca com aqueles considerados os maiores custos de produção, como os insumos, fertilizantes, rações e agroquímicos, se compreende porque o rendimento recebido pelos sítiantes possibilita, tão somente, a reprodução da família.

Os cálculos representados acima certamente apresentam diversas imprecisões e, talvez, uma outra afirmação do intermediário demonstre com maior clareza o destino dos rendimentos derivados da comercialização dos produtos agropecuários. Ele nos conta que seu trabalho...

Intermediário: Dá um lucro bruto aqui de 50 a 60 mil reais.
Pesquisadora: Lucro líquido?

¹⁰⁵ Vale lembrar, ainda, que os intermediários efetuam o pagamento ao produtor por meio do sistema de prazos, sem lhes restituir os juros correspondentes, e que também dessa forma se apropriam de parte dos rendimentos deste capital utilizado na forma de “capital de terceiros” (SANTOS, 1984, p. 98).

¹⁰⁶ Evidentemente o valor hipotético utilizado nesse exemplo, de R\$ 20 reais por caixa de uva, foi subestimado, sobretudo tendo em vista que o intermediário utilizava como exemplo o caso do único sitiante da região que vende uvas Tipo A diretamente ao CEASA. No começo do mês de agosto de 2012, o valor base de uma caixa de uva Itália do tipo A, de mesa, estava sendo vendida pelo CEAGESP a R\$ 4,14 o quilo. Se uma caixa tem 7 Kg, valeria cerca de 29 reais.

Intermediário: Não, bruto. Eu tenho custo de uns 40 mil. Sobra uns 15 a 20 mil reais por mês. Não dá pra trabalhar... E outra, eu tenho um potencial grande de crescer aqui, por isso que eu te falo é uma atividade que num é ruim não. (preservamos a identidade do depoente).

Trata-se do lucro aproximado de uma pequena distribuidora de alimentos! Desnecessário fazer referência aos lucros obtidos por redes de supermercados e indústrias de alimentos¹⁰⁷. Os caminhos disponíveis aos sitiantes para se livrarem das teias de sujeição a estes grandes capitais são reduzidos, todavia sempre reelaborados.

Quando possuem um volume de produção significativo, ou conseguem fazer um tipo de consórcio informal com outros sitiantes para o transporte dos produtos, o intermediário é descartado. Não foram poucos os casos dessa natureza reconhecidos: como o de diversos produtores de gado de corte que entregam seu produto diretamente a frigoríficos, sitiantes que entregam frutas e verduras em grande quantidade diretamente a distribuidoras e entrepostos, realizando eles mesmo o transporte. Enquanto estratégia de impedir a extração de parte de seu rendimento por alguns intermediários e assim, garantir maiores ganhos, esta ação tem relativa eficácia.

Outra forma de terceirizar o trabalho de distribuição reduzindo prejuízos é entregar os produtos a vendedores ambulantes, estes que circulam em carrinhas pelas ruas das cidades vendendo sobretudo frutas *in natura*. A relação estabelecida entre sitiantes e vendedores ambulantes tem uma natureza bastante diferente daquela constituída com intermediários e indústrias de alimentos: há uma relação de confiança bastante estreita. Antônio Saron os chama de “parceiros”. Pegam o produto diretamente em sua propriedade e pagam à vista, “a vantagem é essa”, afirma Saron. Esse rendimento líquido que chega a suas mãos toda semana, é sua “vaquinha de leite”. Também Nelson Preti, aquele sitiante reconhecido por sua significativa produção de frutas, comercializa parte dela com estes vendedores de “carrinhas”. Eles vão praticamente todos os dias à sua propriedade, chegam sem avisar, vão até os pomares, recolhem as frutas (muitas vezes com ajuda dos empregados do sítio), comunicam a quantidade colhida e pagam semanalmente. Estes comerciantes ambulantes não possuem alvará de funcionamento. Instalam-se por um tempo num determinado “ponto”, até o momento em que a fiscalização os pressiona, então se retiram e passam a circular pelas ruas

¹⁰⁷ Em todo caso, vamos a eles: no ano de 2010, o grupo Nestlé registrou lucro líquido de R\$ 35,7 bilhões de reais, o triplo do registrado no ano anterior (<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/lucro-da-nestle-triplica-em-2010-a-us-35-7-bilhoes>); no primeiro trimestre deste ano de 2012, o grupo Pão-de-açúcar registrou um lucro líquido de R\$ 167,5 milhões de reais (<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/lucro-do-pao-de-acucar-atinge-r-167-milhoes-no-1o-tri>).

até que encontram um outro ponto, e assim segue essa situação bastante instável, todavia rotineira.

Mas os sitiantes efetivamente tem um maior rendimento quando realizam, eles mesmo, a comercialização: quando entregam seus produtos diretamente ao consumidor, a domicílio, ou os levam até as feiras livres. Este caminho de distribuição sofre, todavia, com as contradições próprias do universo das leis: por um lado, o rigor da legislação sanitária, que, sabemos, redundava num claro favorecimento aos grandes capitais, cria impedimentos para a comercialização de produtos sem o licenciamento sanitário, ao exigir adequações e investimentos com os quais os sitiantes na maioria das vezes não podem arcar; por outro, haja vista a avultada presença da agricultura familiar na região, sobretudo os governos municipais têm aberto novos caminhos à relação comercial direta entre produtores e consumidores. Nas brechas abertas por esta contradição os sitiantes encontram formas de se apropriar de uma parcela maior dos excedentes de sua produção.

Nesta arena de tensões mais ou menos constantes, os sitiantes que produzem e comercializam produtos de origem animal, que podem ser contaminados com material fecal, são os que encontram menor “margem de manobra”. É o caso, por exemplo, dos produtores de leite. Além da rigorosa legislação sanitária federal que regula a comercialização desses produtos, também os municípios podem legislar sobre a comercialização ambulante deles em seu âmbito territorial. E o comércio ambulante do leite foi proibido em praticamente todos os municípios da região, com exceção de Urânia, segundo informações do engenheiro agrônomo da CATI do município. Em uma conversa com o único vendedor de leite de carriola que encontrei pelas ruas de Urânia, o Sr. Eleozino Cazaroti, ficou bastante evidente a diferença entre os rendimentos dele (e de outros vendedores ambulantes de leite que atuam no município) e daqueles que entregam para as indústrias de alimentos: enquanto estes últimos, como já mencionamos, recebem cerca de R\$ 0,80 centavos por litro dos laticínios, aqueles recebem R\$ 1,50 diretamente do consumidor final. Além do valor de venda mais elevado, estes sitiantes também têm um custo de distribuição menor, já que a maioria deles faz as entregas com charretes de tração animal (boi ou cavalo). Eleozino vende cerca de 30 litros de leite por dia, a clientes que atende há cerca de 25 anos. Também vende parte de sua produção para as indústrias de alimentos, para “complementar a renda”, além de bezerros, garrotes e novilhas.

Já os sitiantes que criam e vendem carne de origem animal (mais frequentemente galináceos, bovinos e suínos) nas feiras livres dos municípios da região, embora mais recentemente venham sendo abordados por agentes da vigilância sanitária federal, foram até

então tranquilamente tolerados pela governança municipal, e sua presença vista com bastante simpatia também pelos consumidores, que encontram possibilidade de comprar carne efetivamente “caipira” (como as galinhas), de animais criados sem rações e hormônios, ou ao menos carne de procedência mais confiável. Silvia Donda indigna-se com as exigências do fiscal da vigilância, e percebe que, desse modo, vão fazer “da feira um comércio”. A oposição entre “feira” e “comércio” fala de uma distinção importante. A feira, entre outras coisas, é o espaço de relações sociais face-a-face, sem o intermédio do Estado e das leis. É o lugar do estabelecimento de relações de confiança, e as exigências da vigilância sanitária obstaculizam a reprodução de tais relações.

Aqueles que produzem e vendem produtos de origem vegetal (frutas, legumes, verduras, hortaliças) e também de indústria doméstica (vinhos, suco de uva, doces, licores, mel embalado, chips de mandioca, molhos, patês, etc.) são os que atuam no espaço do comércio face-a-face com mais tranquilidade. Alguns circulam pelas feiras que acontecem semanalmente, e de forma intercalada, em diferentes municípios e bairros. Outros afixam um “ponto” em apenas uma localidade, e em menor número de dias. No município de Jales, por exemplo, há feiras livres às terças e quintas em bairros residenciais urbanos, e às quartas a noite e sábados pela manhã e tarde acontece a conhecida Feira do Comboio, na área central da cidade. A maioria dos feirantes que expõe seus produtos aí são sitiantes, mas há também “feirantes profissionais”, que compram produtos dos sitiantes e revendem nas feiras. Alguns sitiantes reclamam da atuação desses agentes, cuja presença descaracteriza o objetivo fundador destes espaços, abertos como canal de diálogo direto entre sitiantes e o consumidor final. Enquanto estes “feirantes profissionais” começam a atuar, diversos sitiantes reclamam a necessidade de ampliação destes espaços de comercialização face-a-face.

Também a venda de produtos de origem vegetal é feita por meio do “comércio ambulante” sem intermediários, entregues pelo próprio sitiante aos consumidores. Como faz Wilson Nishimoto, o único produtor do universo de nossa investigação que pratica a “agricultura natural”. Por trabalhar com uma produção de qualidade superior, produzida sem nenhum agrotóxico ou fertilizante, possui uma clientela fiel, para a qual entrega, semanalmente, uma diversidade de legumes e hortaliças. E adverte a seus clientes: “meu preço é meu preço, o preço do mercado é o preço do mercado”. A maioria de seus produtos tem preço superior ao estabelecido no mercado, pois a agricultura natural demanda um trabalho (mão de obra) intensivo e, ademais, Wilson arca com os custos do transporte do produto.

Estabelecer uma relação direta com o consumidor (seja por meio do comércio ambulante ou em pontos nas feiras livres) representa, ademais de maiores ganhos, maior autonomia. A fala de Sebastião Santim expressa esse fato com bastante convicção. Quando o questionei se ele pretendia distribuir o vinho que produz aos supermercados ele responde:

Não, nem quero. Se for pra produzir pra mercado eu paro. Ele [o mercado] quer do jeito dele, a hora que ele quer, do jeito que ele quer, no preço que ele quer. Não! Eles judiam da gente. Quem trabalha é escravo e quem fornece pra mercado também é escravo, não adianta. (Entrevista realizada em 17/12/2010, Jales/SP).

Este comércio face-a-face ocupa papel importante nas estratégias de reprodução das famílias de sitiantes do extremo noroeste paulista. Aqueles que não o realizam sistematicamente, o fazem eventualmente, nas festas e feiras anuais (como a Festa da Uva e a Feira Agropecuária) e em seu próprio sítio, onde vizinhos, parentes e também desconhecidos chegam para comprar “frutas do pé”, criações vivas, caipiras ou não, produtos de indústria doméstica, ou os excedentes da produção de subsistência (gordura de porco, feijão, mandioca, milho, etc.) Alguns destes que vão em busca de alimentos diretamente nos sítios levam produtos não apenas para si, mas também “encomendas” ou “presentes” para parentes e vizinhos. E raros são os sitiantes que não participam de alguma destas vias de distribuição direta de alimentos, mais ou menos frequentemente. Outros estudos realizados na região confirmam a importância da venda direta ao consumidor na reprodução das famílias de sitiantes (a exemplo de MODENESE et al., 2010).

Cabe destacar, também nesta sessão, a importância do trabalho da mulher. Além de ser a responsável (junto aos idosos e crianças) pela produção de subsistência e realizar tarefas indispensáveis nos cultivos comerciais (como já advertimos no capítulo sobre a organização da mão de obra), a mulher tem destacada importância na comercialização face-a-face. Esta habilidade feminina é reconhecida de há muito, e sem dúvida tem explicação no importante papel que cumpre a mulher na reprodução da família. Thompson (1998, p. 243) já notava a presença de muitas mulheres nos mercados como vendedoras de bens alimentícios e “o mercado de aves, frutas e legumes eras às vezes conhecido como o ‘mercado das mulheres’” (p. 243). Ademais, são também elas as mais presentes enquanto consumidoras nas feiras livres e, enquanto elo essencial para o estreitamento de relações sociais na comunidade, pergunta Thompson, “como é que não tomariam parte numa ocasião tão importante...?”

... o mercado era uma grande ocasião de sociabilidade. Será que ninguém ousa sugerir que o dia do mercado podia ser realmente divertido? Se as mulheres tinham

um papel tão importante na criação das redes de relações entre as famílias na comunidade, como é que não tomariam parte numa ocasião tão importante para a socialização da comunidade (e para as fofocas) como o mercado? (THOMPSON, 1998, p. 245)

Outra via de distribuição de produtos disponível aos sitiantes é o **fornecimento a instituições públicas de assistência social**, por meio de programas de escoamento da produção intermediados pelo Estado. Este é um caminho construído recentemente, integrado ao Programa Fome Zero, baseado no conceito de “segurança alimentar e nutricional sustentável” (SAN) que busca agir sobre duas questões principais: as práticas alimentares e o escoamento da produção de alimentos dos camponeses (chamados pelas políticas públicas de ‘agricultores familiares’). A intenção última é ampliar o acesso ao alimento e apoiar a pequena agricultura familiar, fortalecendo as cadeias produtivas regionais. No interior desta proposta governamental mais ampla, foram criados alguns programas por meio dos quais os sitiantes que se enquadram na definição de “agricultor familiar” (renda bruta de até 110 mil reais líquido por ano e no máximo dois empregados assalariados) podem escoar sua produção: 1) o Programa de Alimentação Escolar – PAE, que define que 30% da alimentação consumida nas escolas estaduais e municipais deve, obrigatoriamente, ter origem nos produtos da “agricultura familiar”. 2) o Programa Aquisição de Alimentos – PAA, que estabelece a mesma regra para a alimentação fornecida a instituições públicas de assistência social (TRICHES et al., 2011).

A implantação desses programas tem sido avaliada pelos sitiantes, mais comumente, de um modo positivo. Percebi em muitos deles certa simpatia com as políticas públicas voltadas à pequena agricultura, embora também formulem críticas. De todo modo, diversos sitiantes destacaram o papel destas políticas públicas em fixar o homem no campo e ampliar suas chances de resistência em seguir vivendo nas áreas rurais e produzindo alimentos.

... e o Governo, nessa proposta está sendo feliz, porque consegue fazer com que o produtor fique na terra dele. Como quem diz, ‘não saia da sua propriedade, você é importante, sua produção é importante’. Pelo menos eu entendo assim. “Tudo o que eu puder fazer pra garantir o escoamento da sua produção, e você ter uma rentabilidade, você terá”. É isso que eu vejo. (Entrevista com Lúcio, presidente da Cooperativa Jales, realizada em 23/06/2010).

E o Estado tem cumprido este papel não apenas garantindo o escoamento da produção, mas também fomentado a organização coletiva. Somente cooperativas, associações, ou, em algumas situações, grupos informais, podem submeter projetos aos programas de aquisição de alimentos, e/ou solicitar financiamento para intervenções estruturais (aquisição de

computadores, móveis e equipamentos), fornecidos, por exemplo, no interior do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH. Assim, os sitiantes dessa região que, como veremos adiante, têm diversas reservas para com o trabalho cooperativo formalizado vem recebendo um novo estímulo para repensar e reexperimentar o trabalho coletivo e, acreditamos, seja a consequência mais significativa destes programas governamentais. Trataremos disso logo a seguir.

Por outro lado, limites foram apontados. Alguns sitiantes têm dificuldades em se enquadrar na caracterização tomada pelo Ministério do Desenvolvimento Social para “agricultura familiar” ou mesmo em reunir toda a documentação necessária pela burocracia estatal para garantir esse enquadramento. Outro limite para o caso específico da aplicação destes programas no Estado de São Paulo, é que não são incluídos os produtos agropecuários de origem animal, embora o sejam em outros Estados¹⁰⁸. Desse modo, os produtores de leite da região, por exemplo, que são os mais empobrecidos e estão mais sujeitos a abdicar da condição de produtores para se transformarem em rentistas, não são contemplados por esta possibilidade alternativa de escoamento da produção. Uma restrição inerente a tais programas é que, como são voltados tão-somente à questão da “segurança alimentar”, limitam os valores das propostas submetidas pelos sitiantes¹⁰⁹, girando em torno de um salário mínimo por família, por mês, em cada projeto. Desse modo, os programas servem como uma complementação da renda familiar, ou como forma de prevenir episódios extremos de fome.

Todavia, a crítica mais radical a esse programa, de nosso ponto de vista, é que ele não promove nenhuma reforma estrutural significativa que altere as “regras do jogo” do mercado e possibilite a inserção, em efetiva situação de igualdade, de pequenos, médios e grandes produtores e empresas no mercado de produtos agrícolas. O que o Estado realiza é uma espécie de “reserva de mercado” à pequena agricultura, que, se não deixa de cumprir um papel “emergencial” importante, representa, por outro lado, a negação de reformas estruturais mais radicais.

Embora os sitiantes, como já afirmamos, vejam estes programas de aquisição de alimentos com bons olhos, também reclamam a necessidade de assistência do Estado no momento da produção e da comercialização, aquele que define o processo final de apropriação de excedentes. Os sitiantes e engenheiros agrônomos que atuam na região falam da necessidade de um maior planejamento regional da produção agropecuária que fortalecesse

¹⁰⁸ A socióloga da CATI de Jales, Rute Bernardo Pinto, informou-nos que no Estado do Paraná este tipo de alimento é incluído nos programas de aquisição e alimentos.

¹⁰⁹ Rute no informou que esse valor alcança o máximo de R\$ 4.500 por sitiante, por projeto, que pode ter duração de entre 6 e 10 meses.

cadeias específicas de produção, resguardasse o território da pequena agricultura dos investimentos de grandes conglomerados agroindustriais e fornecesse assessoria no planejamento das safras. Além da recorrente reclamação de falta de uma política eficaz de preços mínimos.

c) A organização coletiva da comercialização.

E, por fim, a organização coletiva é outra das formas por meio das quais os agricultores podem reduzir custos com a distribuição de seu produto, aumentar seu grau de autonomia e construir alianças que permitam o fortalecimento de suas relações comerciais. Wolf (1976, p. 109-113) ao discutir “as pressões seletivas e as estratégias defensivas” do campesinato, fala da “associação” como o tipo de coalizção mais duradoura:

Em toda parte, os camponeses tendem a entrar em alianças que se mantêm frouxamente, de modo a permitir a sua dispensa num período de provação severa. Embora as famílias camponesas tendam a aumentar sua segurança ampliando seus recursos em bens e pessoas, devem manter também suficiente autonomia funcional para resguardar sua própria sobrevivência. Chamarei de coalizações tais alianças, entendendo por isso ‘uma combinação ou ligação entre pessoas, facções e Estados, em geral temporária’ (p. 112). (...) As relações de quarto tipo, poliádicas e horizontais – que ligam um número de pessoas em relações equivalentes e estão organizadas em torno de um único interesse – efetivam coalizções duradouras. O melhor exemplo de tal coalizção é a confraria ou associação (p. 116).

Os sitiantes reconhecem o potencial da organização coletiva no sentido de melhorar suas condições de vida. Paulo Riga, explica que se o sitiante “tinha tudo que ficar na mão do intermediário”, a cooperativa, de outro modo “trabalha com preço justo”. Essa é, para ele, a grande vantagem do trabalho cooperativo. Outros, como Wilson Nishimoto, afirmam que confiam na cooperativa “porque ela não dá calote”. E a cooperativa ou associação produtiva serve, então, para resguardar os sitiantes dos maiores riscos que assumem quando se expõe a relações comerciais: o de serem “explorados” e “enganados” por intermediários e outros agentes do mercado.

Mas se o associativismo e cooperativismo são percebidos como práticas comuns e até necessárias a grupos camponeses há séculos, também muito se fala da contradição entre a tendência deste grupo a limitar-se às atividades cotidianas da propriedade e sua necessidade de construir alianças:

Em nossa discussão sobre campesinato, ressaltam-se duas características da organização social: primeiro, a forte tendência à autonomia das famílias camponesas; segundo, a também forte tendência a formar coalizões numa base mais ou menos instável para objetivos a curto prazo. Entretanto, numa coalização, a família não pode perpetuar-se a si própria. Agindo numa coalizão, mostrará uma tendência a subordinar os interesses mais amplos e a longo prazo aos mais estreitos e a curto prazo. Essa combinação de aspectos tem sido perfeitamente compreendida pelas personalidades políticas modernas, que percebem o poder potencial do campesinato, quando estimulado à ação conjunta, ainda que também estão cômnicos de sua inabilidade em manter-se organizados tanto na ação quanto depois dela. (WOLF, 1976, p. 126).

Na sequência do texto (p. 126), o autor retoma o trecho de “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” em que Marx registra a polêmica frase: “...a grande massa da nação francesa é formada pela simples adição de magnitudes homólogas, tal como batatas num saco formam um saco de batatas”. A comparação soa um tanto exagerada, e nem mesmo a história confirma que os camponeses sejam assim tão *disjuntos*. Preferimos as palavras do próprio Wolf (transcritas acima), que, mais cauteloso, esclarece melhor a contradição que ouvir ser narrada por tantos camponeses quando lhes questionei sobre as razões da dificuldade de se trabalhar coletivamente. Disse um sitiante:

Então, são desorganizados [os sitiantes], porque o tempo nosso é pouco. O sitiante trabalha de dia e de noite ele vai... No sítio hoje não tem telefone. A cultura de reunião... Tá difícil juntar até em reunião, viu Beatriz. (Entrevista com Sr. Antônio Saron, em 26/07/2010, Santa Salete/SP)

A afirmação de Antônio Saron é, sem dúvida, compreensível. Se diminuíram os rendimentos na agricultura e os braços disponíveis para o trabalho, podemos supor o quadro que se desdobra: mais trabalho acumulado sobre os ombros e braços de menos sitiantes. Mas esse não é todo o problema. Afinal, já anunciamos que a defesa e preservação do tempo de lazer é uma das características da população rural paulista, já apontada em diversos outros estudos e também pelos sitiantes do noroeste. Mais frequentemente explicam o desinteresse generalizado pelo trabalho coletivo como expressão de um processo de individualização que, sugerem alguns, esteja se espalhando por toda a sociedade. O mesmo Sr. Antônio Saron nos fala sobre isso: “Aqui é muito difícil de funcionar associação (...), os vizinhos aqui é um de cara virada pro outro, não sei se tá acontecendo isso no mundo inteiro, é muito difícil” (entrevistada realizada em 26/07/2010). Nelson Ryugo também explica o fenômeno:

Aqui quando fala assim: “Precisa fazer, vamos juntar, tal, tal para adquirir tal coisa.” O produtor chega assim e fala: “Mas o que eu vou ganhar com isso?”. (...). Então, por isso que hoje, se reunir bastante gente e falar assim, “nós vamos pegar tantos caminhões por mês [de calcário]”, que seja, até facilitaria. Mas, produtor é assim,

hoje se pensa assim: “Eu estou levando vantagem? Então tudo bem.” Isso enquanto não afetar o bolso deles. (...). E às vezes precisa de um esforço para se reunir, precisa de alguém sair daqui e ir lá conversar, conversar com outro e ninguém quer fazer. Ninguém quer dividir o trabalho também. No fim acaba, às vezes, pesando mais para um. (...). E tem que perder tempo, tem que... E os outros querem receber todas as vantagens mas ficar sentado ali, dentro da sua propriedade, sem esquentar a cabeça. E ainda reclamam. (Entrevista realizada em 15/12/2010, Urânia/SP)

Alguns ainda atribuem a dificuldade de realizar trabalhos coletivamente às diferenças étnicas. Comparam-se com os camponeses descendentes de imigrantes da região Sul do país: afirmam que lá há cooperativas e associações de produtores que funcionam melhor e há muito mais tempo e que, por outro lado, alguns grupos, durante algum tempo, mantiveram-se mais isolados em comunidades étnicas e, então, concluem que a homogeneidade étnica os favoreceu. Ouvimos o mesmo discurso ser construído por diferentes sítiantes. Não podemos dizer que diferenças com respeito às formações sociais e culturais não expliquem, de modo algum, os desentendimentos. Entretanto, como vimos nas explicações de outros sítiantes, expostas acima, a explicação não se reduz desse modo. A tentativa mesma de reduzi-la nos pareceu, tantas vezes, uma esforço de “simplificar” as inúmeras causas, ou negar a participação “consciente” dos sujeitos nelas, atribuindo a explicação à “natureza das coisas”.

Mas, a explicação mais contundente para o fato surgiu mesmo da história, das situações repetidas por todos os lados sobre as cooperativas e associações que faliram ou se endividaram. Retomando o conteúdo dessas narrativas reconheceremos sua força explicativa.

São várias as histórias, mas retomaremos apenas duas delas, por tratar-se daquelas cujos desdobramentos deixaram consequências mais graves e marcas mais profundas na memória. A primeira delas é a da Cooperativa Pecuária e de Eletrificação Rural Urânia-Jales, fundada em 1985 e fechada no começo da década de 1990¹¹⁰. Diversas foram as razões, levantadas por Maria Machado e seu pai, Gonçalo Machado, que foi presidente da cooperativa, para os problemas vividos naquele momento. Uma ampliação para alguns, um tanto ambiciosa, das atividades da cooperativa, que passou, num curto espaço de tempo, de uma produção de 1.500 litros para 8.000 litros e incluiu também a pasteurização, a embalagem do leite e outros processos de transformação, como a industrialização do leite. Um queijeiro que não acertou o ponto da mussarela e se perdeu uma quantidade enorme de leite, e se contraiu uma quantidade considerável de dívida. A importação do leite em pó argentino naquela década de 1990, a preços bastante baixos, com os quais não se poderia competir. A

¹¹⁰ O nome, pouco comum, se explica por ter sua origem ligada a uma antiga cooperativa de eletrificação rural que foi responsável pela implantação da rede de energia elétrica nos bairros rurais. Essa cooperativa de eletrificação faliu em função da concorrência com a Companhia Energética de São Paulo – CESP e passou, então, a funcionar como cooperativa de produção agropecuária.

pouca aceitação do produto no comércio local, que expressa o espírito suspeitoso com relação às coisas do lugar, bem expresso pela sabedoria popular no ditado “santo de casa que não faz milagre”. O acidente que queimou três tratores de refrigeração. E, por fim, a sindicância levada a cabo pelo Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - DENACOOOP, que, depois de uma denúncia anônima, investigou todas as cooperativas que, naquele período, tinham recebido financiamento público da instituição. Com a sindicância reuniram-se provas que configuraram “desvio de função”, irregularidade para a qual respondeu seu presidente, o Sr. Gonçalo Machado. O sitiante foi indiciado e preso num julgamento criminal, mas sua advogada conseguiu inocentá-lo utilizando como argumento principal a idade avançada do acusado. O processo foi reaberto como um processo cível, de desvio de verba pública, e Gonçalo ainda responde por ele. Ademais, parte das dívidas da cooperativa, que não abriu falência a tempo, como sugeriu seu presidente, continuam ativas. Foi quitada uma dívida com o BNDS e ainda há duas outras abertas: com o Banco do Brasil e com a DENACOOOP. A maioria dos cooperados que tinham rendimentos aplicados em conta poupança e bens que poderiam ser confiscados, os transferiu a suas esposas e filhos, para evitar seu “sequestro” para a quitação da dívida. Outros, entretanto, desavisados, não o fizeram a tempo e perderam valores significativos em dinheiro, com um sitiante que teve uma aplicação de R\$ 52 mil sequestrada pelo BNDES. Outros sítiantes cooperados também tiveram o pagamento de sua aposentadoria bloqueados.

Estas foram algumas das consequências que reconhecemos no diálogo com os sítiantes. Como desdobramentos delas, vínculos estreitos de amizade foram rompidos e relações de confiança, entre sítiantes e deles com as cooperativas de produção, estremecidas. Entretanto, na conversa com o Sr. José Aparecido Lopez e com a engenharia agrônoma Neli, da CATI de Jales, que estiveram envolvidos ou acompanharam o processo, pudemos contextualizar o ocorrido num quadro mais amplo de acontecimentos. Sr. José nos explicou que o financiamento concedido pela DENACOOOP foi uma espécie de “moeda de troca” conseguida por um deputado federal (Vadão Gomes) para angariar votos na região. Prometeu facilidades no encerramento de contratos de financiamento para as cooperativas da região, e cumpriu as promessas. O dinheiro chegou às contas das cooperativas sem muitas burocracias, mas também sem muitas esclarecimentos referentes ao contrato. Tratava-se de um financiamento que deveria ser investido exclusivamente na “formação de pessoal”, na qualificação dos sítiantes para a administração da cooperativa ou para o desenvolvimento das atividades produtivas. Desavisadas, mal orientadas, ou sem reconhecer as possíveis consequências legais, muitas cooperativas investiram o financiamento em equipamentos

algumas vezes bastante caros, ampliando a capacidade de refrigeração ou iniciando a atividade de beneficiamento do leite recolhido na região, como foi o caso da Cooperativa Pecuarista e de Eletrificação Rural de que tratamos aqui. Mas, ao que parece, parte desse financiamento chegou também às mãos de outras pessoas, como políticos da região. Estes sim, efetivamente “desviaram verba pública” para outros fins que não diretamente relacionados à produção agropecuária, suspeita-se que incorrendo no crime de “lavagem de capitais” para a apropriação pessoal destes valores, comprando veículos e propriedades. Suspeita-se que a “denúncia anônima” que deu origem à tal sindicância tenha sido feita num contexto de disputas políticas mais amplas. E se alguns efetivamente “desviaram verbas públicas” para favorecimento pessoal, outros, como grande parte das cooperativas agrícolas, acredita-se que tenha simplesmente ocorrido no erro chamado por “desvio de função”, que todavia caracteriza-se como “crime contra o Estado Democrático de Direito”. Mas alegam, o fizeram sobretudo em função do desconhecimento da natureza e das regras do financiamento.

É no contexto, portanto, de favorecimentos e disputas políticas e de concorrência desleal com os grandes laticínios que o problema vivido pelas cooperativas produtivas do noroeste paulista devem ser entendidas. Compreensão que, todavia, não ameniza ou suprime os diversos conflitos e problemas decorrentes.

Outro caso paradigmático é o da Associação de Viticultores da Regional de Jales, fundada em 1982, que mudou sua razão social (e sua finalidade) para Cooperativa Jales em 1989. A associação, instalada em terreno doado pela prefeitura do município¹¹¹, constituída entre pequenos e médios produtores de uva da região, tinha o projeto de construir uma estrutura que possibilitasse a exportação da uva, já que a moeda brasileira estava numa situação bastante favorável no mercado internacional naquele momento. Inspirados na experiência de produtores chilenos (depois de uma visita à exportadores de uva deste país), solicitaram um financiamento público de valor considerável para iniciar as atividades, financiamento contratado à custa da hipoteca das propriedades de todos os sócios (que naquele momento eram em número de 40). Com o financiamento adquiriram todo o equipamento necessário ao armazenamento, refrigeração, embalagem e distribuição do produto, estrutura hoje avaliada em cerca de 6 milhões de reais, e criaram a marca Uvas Grandes Lagos. Quando toda a estrutura estava montada e, então, começariam o trabalho de exportação, a moeda brasileira perde valor no mercado internacional e os projetos de exportação ameaçam desdobrar-se em prejuízo. Foi também um período de crise para a

¹¹¹ O terreno, que era de propriedade do fundador do município, Euphly Jales, hoje está em litígio, aberto por sua esposa. Ela alega que a prefeitura não pagou o valor integral da venda do terreno.

produção regional de uva. Os cooperados deixaram, então, ociosa toda a estrutura montada e não lograram pagar as parcelas do financiamento, que foi se acumulando em forma de dívida. No ano 2000, os sócios a renegociaram: obtiveram um desconto de 40% e a dividiram em 25 parcelas a serem pagas anualmente. O valor das parcelas anuais é dividida entre os sitiantes respeitando a proporção de suas cotas.

Não nos foi possível reconhecer todos os eventos que levaram os sitiantes a desistir do projeto da exportação, mas ele foi explicado por alguns como um problema sobretudo econômico. Todavia, alguns desentendimentos surgiram em função destes fatos, e são explicados, de maneira mais vaga, como decorrência de opiniões e posturas administrativas divergentes que apoiavam ou discordavam dos planos de expansão das atividades da associação. De todo modo, as consequências foram pesadas e, nesse caso, também um tanto paradoxais. Por um lado, diversos sitiantes estão com suas propriedades penhoradas pelo financiamento. Não podem vendê-las e, no caso daqueles que não ampliaram a extensão de terra depois do financiamento, nem aliená-las em outras transações comerciais, o que acarreta para estes, o inconveniente de, no caso de necessitar de um financiamento para a produção, por exemplo, depender da hipoteca da propriedade de outra pessoa, de sua rede de relações, que ainda não o tenho feito. Para aqueles que adquiriram novos quinhões de terra, anexos ou não à propriedade hipotecada, há uma maior margem de autonomia preservada. De todo modo, como nenhum destes dois grupos pode vender sua propriedade, a dívida teve o efeito paradoxal de manter os sitiantes em suas propriedades. Jamais poderíamos saber se estes sitiantes continuariam aí caso tivessem a liberdade de vender suas terras, e obviamente essa não é a única explicação para que aí se mantenham vivendo e produzindo. Pelo menos dois outros fatos nos servem para relativizar a importância desta dívida para explicação da permanência: há muitos outros sitiantes, que não têm suas propriedades hipotecadas num processo de dívida, que vivem e produzem na região; estes que a tem, poderiam simplesmente tê-las arrendado, alugado, ou emprestado, e se mudado para a cidade, e muitos não o fizeram. Por outro lado, também não podemos negar que este fato tenha algum impacto nas decisões dos sócios da Cooperativa Jales, “esse casamento que não deu certo, mas que gerou um filho”, nas palavras de Carlos Morandim.

O fato mais importante que podemos extrair desse processo, entretanto, é a compreensão de que estes foram mais alguns dos eventos responsáveis pela relutância que encontramos entre muitos sitiantes da região em construir propostas coletivas de distribuição da produção. E se o sitiante (camponês), como já dissemos, alimenta uma relação de estranhamento para com os agentes do mercado, e para com o próprio mercado, tais episódios

confirmaram e alargaram tais desconfianças¹¹². Os sitiante temem que a cooperativa seja mais um “elefante branco” nas mãos de presidentes golpistas e desonestos; que pela condição de competitividade claramente desfavorável no mercado, a cooperativa atravessasse crises que gerem dívidas, processos criminais e sequestro de rendimentos; que, por planos ambiciosos e inconsequentes decididos, todavia, “democraticamente”, todos tenham que arcar um desdobramento desfavorável; que a cooperativa “saia ganhando” (leia-se, extraía parte considerável dos excedentes da produção camponesa) com a comercialização dos produtos.

Ademais, há também um incômodo, já bastante relatado pela literatura e reproduzido no discurso dos sitiante, que tem explicação na contradição entre a lógica estruturadora do pensamento camponês e a lógica que rege as cooperativas inseridas no mercado capitalista: o sitiante busca autonomia, quando a cooperativa supõe a existência de um quadro de “dirigentes” muitas vezes confundidos com “chefes”, ou que efetivamente tomam atitudes que remetem a esta figura típica das empresas capitalistas¹¹³. Recorda, portanto, uma relação de subordinação cuja negação explica a própria existência destes sitiante. Foi a luta para libertar-se da sujeição a um “patrão” (os fazendeiros de café) que levou-os às terras do extremo noroeste paulista. Esta “recordação”, se pode imaginar, tem um peso considerável na memória coletiva.

Mas o paradoxal dos desdobramentos do caso da Cooperativa Jales não se limita ao fato de corroborar para que os sitiante se mantenham na propriedade. Mais recentemente, os sócios trataram de reestruturar os planos de atuação da cooperativa, contrariando as expectativas de que os problemas vivenciados desarticulassem completamente a possibilidade de manutenção de sua atividade. Num primeiro momento, contrataram um gerente, *profissionalizando* a administração. Este novo sujeito, por um lado personifica o caráter evidentemente capitalista das cooperativas de produtores rurais inseridas no mercado, e, por outro, age como um mediador entre os sócios e o corpo dirigente (que foi preservado), ponderando e problematizando as decisões, sugerindo rumos e intermediando conflitos. Ao mesmo tempo, redirecionaram as atividades de distribuição para o fornecimento de uma

¹¹² Lembramos que, embora estes eventos já pareçam suficientes para a explicação que construímos aqui, não foram os únicos casos relatados de cooperativas que faliram em função de problemas de administração ou dificuldades econômicas. Pelo menos mais uma história significativa nos foi relatado: o caso da Cooperativa CAFEALTA (Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Araraquarense), que, depois de um ser vítima de um *calote* de proporções significativas, e das ameaças sofridas por alguns dos sócios que foram em busca dos golpistas para cobrar a dívida, abriu falência e, mais uma vez, os sócios tiveram de arcar com os custos, e, reclamam alguns, sem o respeito aos valores proporcionais às cotas de cada sócio.

¹¹³ Vale recordar, a título de exemplo, a definição de SANTOS (1984) para as cooperativa. “Configurando-se a cooperativa como componente da reprodução ampliada do capital, nela vão-se constituir também as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista” (p. 120)

ampla diversidade de produtos (entre frutas, legumes, verduras, hortaliças, e, eventualmente, produtos de origem animal, como os ovos), que entregam diretamente a redes de supermercados de municípios dos arredores (como um supermercado de Assis) e também de Estados da região Centro Oeste (como um supermercado no Estado do Mato Grosso do Sul). Hoje diversos sítiantes cooperados e não-cooperados entregam parte de sua produção para a cooperativa.

Contrataram ainda um quadro de funcionários permanentes: dois realizam tarefas administrativas, três são responsáveis pelo estabelecimento de relações comerciais e quatro pessoas trabalham nas atividades chamadas de “produtivas”, que se referem à busca (transporte), separação e carregamento dos alimentos nos caminhões de entrega, e, por fim, o transporte até os compradores. E fazem planos de ampliação, tanto da distribuição (que esperam alcançar também a região Sul do país), e, conseqüentemente, do quadro de funcionários, como da estrutura, estes últimos, todavia, menos ambiciosos que aqueles da década de 1980. No ano de 2011, quando de minha última visita à cooperativa, submetiam a editais de programas integrados às políticas públicas de segurança alimentar (como o PEMH) um projeto para montar uma estrutura para a industrialização do suco de laranja, que seria fornecido para a merenda escolar (PAE) e também comercializado no mercado de produtos agrícolas mais amplo, aproveitando a ampliação da produção da fruta na região e a estrutura que é herança dos antigos projetos de exportação da uva. Também reorganizaram o quadro de sócios, retirando aqueles que não estavam participando do pagamento da dívida, e abrindo a oportunidade para a entrada de novos sócios. Como a adesão de sócios cotistas, em função mesmo dos eventos já relatados, estava estancada, abriram a possibilidade de cadastrar “cooperados participativos”, que apenas possuem um acordo de abastecimento com a cooperativa. E planejam integrar-se aos programas de aquisição de alimentos do Governo Federal, providenciando a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) a pelo menos 70% de seus sócios, cumprindo assim, com as exigências do programa para o cadastro de associações e cooperativas de produção. E há também projetos de longo prazo mais ambiciosos: o de que a cooperativa adquira proporções de um mini ponto de distribuição de alimentos, como um CEAGESP.

A reestruturação da Cooperativa Jales e o bom andamento de outras cooperativas regionais oferecem material, de outro modo, para repensarmos a disposição dos sítiantes para a organização coletiva, e para compreendermos o que torna possível tal disposição. E, por outro lado, oferece o contraponto necessário para que possamos, ao menos, sugerir a causa do

insucesso ou das dificuldades que se desdobraram nas experiências de organização coletiva da produção já citadas anteriormente.

Não há um número representativo de produtores rurais associados a cooperativas na região. Segundo dados fornecidos pela CATI, são cerca de 8,7% (829 unidades de produção agropecuárias), e existem apenas 3 cooperativas. Já os que estão filiados a associações, são em número relativamente maior, alcançando os 29,3%, (2.774 unidades de produção agropecuária) que estão distribuídos entre as cerca de 50 associações da região (CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO, ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE JALES, 2011). Segundo Neli, engenheira agrônoma da CATI, a regional de Jales é a segunda com maior número de associações de pequenos produtores, sendo superada apenas pela regional de Presidente Prudente. Como já vimos no segundo capítulo desta tese, trata-se das duas regiões com maior extensão territorial ocupada com propriedades de até 20 hectares.

O primeiro impulso à formação de cooperativas e associações na região foi dado nos finais da década de 1980, mobilizado por um momento de grande crise e transição: o preço do café e do leite baixava, famílias se empobreciam e começavam as experiências de substituição de culturas. Então técnicos da CATI, apoiados naquele momento pelo Instituto de Cooperativismo e Associativismo (INCA) da Secretaria da Agricultura, elaboraram e ofereceram aos sitiantes o Curso de Lideranças. Segundo Neli, naquele momento a discussão sobre a extensão rural, a partir do governo, apenas se iniciava e o curso foi preparado de modo “intuitivo”, impulsionado tão somente pelo desejo de técnicos de contribuir com a superação daquele momento de tensão. Aconteciam encontros em intervalos de dois ou três meses, quando eram travadas discussões sobre a importância do trabalho coletivo e fornecidas informações sobre os caminhos legais para a institucionalização das associações e cooperativas. Depois do curso, entre os finais da década de 1980 e começo da década de 1990, surgiram na região 25 associações e 1 cooperativa, dentre as que ainda continuam atuando.

Um novo impulso ao associativismo foi dado pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas - PEMH, que iniciou sua atuação no começo dos anos 2000. Dentre seus objetivos mais amplos está a “descentralização das ações governamentais, a participação dos setores da sociedade civil na sua implantação e a incorporação da dimensão ambiental nas políticas públicas.” (NETO & HESPANHOL, 2009, p. 1-2). Além de disseminar informações e disponibilizar estruturas (a sitiantes individualmente) que contribuíssem para a diminuição da degradação ambiental, o programa, em sua primeira versão, incentivou o associativismo, fornecendo equipamentos (máquinas agrícolas, computadores, móveis de escritório) apenas a

grupos de sitiantes formalizados. Como resultado das ações do programa, surgiram na região, a partir dos anos 2000, mais 24 associações e 2 cooperativas.

Grande parte dessas associações hoje em funcionamento serve de apoio ao trabalho do pequeno agricultor. Elas, que hoje são em número de 30, disponibilizam implementos agrícolas (máquinas utilizadas sobretudo para o preparo do solo, mas também para pulverização) algumas vezes cobrando um aluguel, outras vezes os custos do combustível e do trabalho do maquinista; organizam compras conjuntas (calcário, sementes, vacinas, sal, etc.); contribuem para a capacitação dos sitiantes, promovendo cursos relacionados à produção agropecuária (manuseio de máquinas e agroquímicos, instruções sobre práticas de cultivo e de tratamento de criações). Algumas se restringem à assistência a cadeias produtivas específicas (são em número de 5, com destaque para a cadeira do leite)¹¹⁴, outras atendem aos pequenos produtores rurais em geral (em número de 25)¹¹⁵.

E há também um número bastante representativo de organizações coletivas (21) que, ou realizam diretamente a comercialização dos produtos, ou contribuem com o processo de comercialização na medida em que fornecem equipamentos (resfriadores, máquinas de beneficiamento) que preparam os produtos para a comercialização ou, ainda, têm representado os sitiantes diante dos programas governamentais de apoio à comercialização da agricultura familiar (PNAE, PAA). Dentre estas cooperativas e associações que chamamos, então, de “produtivas”, também há aquelas que representam cadeias produtivas específicas (em número

¹¹⁴ São 5 as associações desta natureza: Associação dos Produtores de Leite de Aspásia, Associação dos Produtores de Leite da Região de Jales, Associação de Pescadores de Santa Albertina “SAAP”, Associação dos Produtores Rurais e Trabalhadores na Cadeia Produtiva da Piscicultura de Santa Rita d’Oeste, Associação dos Produtores de Leite de Santana da Ponte Pensa, Associação dos Produtores de Borracha Natural – (Aprobon),

¹¹⁵ São 25 as associações desta natureza: Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Aparecida D’Oeste, Associação dos Produtores Rurais de Dirce Reis, Associação Comunitária de Desenvolvimento do Bairro do Jataí (Urânia e Jales), Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis, Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Loro (Nova Canaã Paulista), Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Pebá (Nova Canaã Paulista), Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais do Povoado de Socimbra (Nova Canaã Paulista), Associação dos Pequenos Proprietários e Produtores Rurais do Córrego do Cervo (Nova Canaã Paulista), Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Botelho (Palmeira D’Oeste), Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Bairro Cavaco (Palmeira D’Oeste), Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Sucuri (Palmeira D’Oeste), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rubinéia (APRR), Associação de Produtores Rurais de Santa Albertina (Aprusa), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Clara d’Oeste, Associação dos Produtores Rurais “Dr. Hélio de Oliveira” (Santa Fé do Sul), Associação dos Produtores Rurais dos Bairros Unidos ao Bonito (Santa Fé do Sul), Associação de Fruticultores da Estância Turística de Santa Fé e região, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego do Poção e do Pocinho (Santa Salete), Associação dos Produtores Rurais de Santana da Ponte Pensa, Associação de Produtores e Trabalhadores Rurais do Município de São Francisco, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Três Fronteiras Valter Teodoro Lemes, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego Comprido (Urania), Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Manoel Baiano (Urania), Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Três Córregos (Urania), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vitória Brasil.

de 13), e novamente vemos o destaque para a cadeia do leite (12 destas)¹¹⁶, e outras comercializam uma diversidade de produtos (representadas por 9 associações)¹¹⁷.

A quantidade de associações e cooperativas relacionadas à cadeia produtiva do leite tem uma destacada importância na região. E perguntamo-nos, então, porque os sitiantes do leite em maior medida praticam o associativismo em relação aos sitiantes da fruticultura ou da horticultura? Entendemos que a resposta não está somente na importância da bacia leiteira regional, mas, sobretudo, na situação de maior subordinação aos capitais agroindustriais e às condições econômicas menos favoráveis disponíveis a este grupo de produtores. Aqueles que granelizam o leite (possuem sistema de refrigeração) e o produzem em maiores quantidades, por exemplo, não estão associados. Os laticínios vão em busca de seu leite, de melhor qualidade, e, por isso, remunerado a preços superiores. São, então, sobretudo aqueles que utilizam o antigo sistema dos “latões” de alumínio e que não possuem grandes quantidades de produção (os laticínios também vão em busca do leite de sitiantes que produzem leite em grande quantidades, ainda que não granelizados) que recorrem ao associativismo. Reunindo a produção de diversos sitiantes nos resfriadores das cooperativas ou associações, acumulam também condições de barganhar os preços do produto.

Se a situação desfavorável em relação ao mercado explica a maior ocorrência de ações de associativismo entre os produtores do leite, também nos serve para explicar tais ações em sitiantes que comercializam outros produtos, já que, como viemos discutindo, eles compõem uma classe que, por definição, está toda ela em situação de subordinação. Assim, todos os sitiantes, de alguma forma, associam-se para conquistar melhores condições de concorrência no mercado. Entretanto, dizer que o comportamento que os leva em direção ao associativismo é explicado simplesmente por uma “racionalidade econômica” seria reduzir a amplitude deste fenômeno à sua aparência imediata. Se associar-se, para eles, é uma necessidade econômica, representa, do mesmo modo, uma disposição à colaboração mútua entre sujeitos ocupando um

¹¹⁶ São 13 as associações e cooperativas que participam da comercialização de produtos agropecuários específicos: Associação dos Produtores de Leite de Aparecida d'Oeste, Associação dos Produtores de Leite de Dirce Reis, Associação dos Produtores Rurais de Dolcinópolis - APRUD, Associação dos Produtores Rurais de Mesópolis, Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Paranapuã (Aspror), Associação de Produtores de Leite do Bacuri (Aplub-Rubinéia), Associação de Produtores de Leite de Rubinéia (Aproler), Associação de Produtores de Leite de Esmeralda (Aproleite- Rubinéia), Cooperativa Agropecuária de Santa Albertina (Coasa), Associação dos Produtores Rurais e Trabalhadores na Cadeia Produtiva da Piscicultura de Santa Rita d'Oeste, Associação dos Produtores de Leite de Santa Salete, Associação de Produtores de Leite de Três Fronteiras (Aproleite), Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul e Região.

¹¹⁷ São 9 as associações e cooperativas que comercializam produtos agropecuários em geral: Associação dos Produtores Rurais de Aspásia – APRA, Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales, Associação dos Produtores de Leite de Nova Canaã Paulista, Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho (Paranapuã), Associação de Produtores Rurais de Pontalinda, Associação Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul, Associação Produtores Rurais do Alto do Bacuri, Associação Municipal dos Produtores Rurais Santa Salete (Ampruss),

mesmo “lugar social”. Assim, embora alguns sitiantes alimentem um sentimento bastante ambíguo com relação à necessidade de associar-se a outros sitiantes, que poderíamos definir como um trânsito constante entre os sentimentos de conformidade e contrariedade, diversos depoentes mostraram-se bastante convictos, e alguns até mesmo regozijados pelo sucesso do trabalho coletivo. A expressão mais evidente (e não por isso mais genuína) desse espírito de “boa vontade” para o trabalho coletivo está naqueles que, por seu volume de produção e melhor colocação no mercado (que, algumas vezes, lhes permite conseguir preços, no mercado, superiores aos pagos pela cooperativa) entregam parte de sua produção para a cooperativa, como é o caso do Sr. Nelson Preti. Mas também diversos outros agricultores, superando as marcas deixadas pelas experiências frustradas do passado, expressaram um sentimento de confiança e entusiasmo pelas organizações coletivas enquanto expressões, também, de uma disposição ao trabalho coletivo e às causas coletivas, como no caso de Maria Machado e Paulo Riga.

Mas, se esta disposição ao trabalho coletivo está posta tanto pela *maior situação de subordinação* como por um espírito de coletividade, a forma como o farão é determinada, ainda, pela opção que os expõe a menores riscos, como, ademais, ocorre com diversas das decisões relativas à produção. Isso explica porque o número de sitiantes filiados a associações é expressivamente maior do que os filiados a cooperativas (821 para 2.774 em toda a MRG de Jales). As cooperativas, cuja natureza mais se aproxima a das empresas capitalistas por permitir a apropriação de lucros, são constituídas, em maior medida, pelo investimento econômico de seus sócios, representados por cotas¹¹⁸. A apropriação dos possíveis lucros é realizada por cada sócio em valores proporcionais a suas cotas. Mas a regra é válida também para as responsabilidades no caso de prejuízos e dívidas, e a esse tipo de risco os sitiantes temem se expor. As histórias sobre as cooperativas que faliram e arruinaram a vida de sitiantes reafirmam estes temores. Ademais, todos os valores referentes às cotas-partes são intransferíveis a qualquer “terceiro” (não-associado), como parentes. Trata-se, portanto, de um investimento que não retorna, necessariamente, ao sujeito que o constituiu, em caso de abandono do projeto.

Os sitiantes, temem, ademais, planos de expansão por demais ambiciosos e investimentos que demandem grande volume de capital privado. Desse modo, as cooperativas e associações que hoje atuam na comercialização dos produtos apostam, para a construção

¹¹⁸ As “sociedades cooperativas” são reguladas pela Lei n. 5.764 que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui seu regime jurídico. De acordo com a lei, o “capital social” das cooperativas são representados por cotas-partes.

daquilo que compõe seu capital constante, nos “investimentos a fundo perdido”, ou com cobrança de um pequeno percentual de contrapartida¹¹⁹, que vêm sendo concedidos por meio de projetos submetidos a editais relacionados aos programas do PEMH, PAA, e PNAE.

O que nosso estudo destaca, então, no tocante à organização coletiva dos sitiantes da região noroeste é que, embora haja um temor generalizado quanto às formas de associativismo (na forma, sobretudo, do cooperativismo) e um discurso que representa os sitiantes como individualistas, pouco dispostos ao trabalho coletivo, notamos, nesta investigação, que as formas de associativismo têm crescido desde os finais da década de 1980, e que elas têm servido de ponto de apoio importante sobretudo para os sitiantes mais desfavorecidos nas relações constituídas com o mercado, como aqueles pouco modernizados, e com menores escalas de produção. Por outro lado, não é apenas a *necessidade* que determina o sucesso do trabalho coletivo. Acreditamos que a maior ocorrência de associações e cooperativas nessa região se deve à força de um “espírito de coletividade” que pode ter origem no sentimento de pertença a um espaço social e físico (de localização) que compartilham e que construíram juntos ao longo do tempo. Para não incorrerem, ainda, no erro da negligência histórica, cabe admitir que incentivos estatais tiveram papel importante neste processo, cujos resultados foram mais destacados, acreditamos nós, tanto em função da natureza do envolvimento de agentes desta regional com sua clientela, como em função de uma disposição diferencial dos sujeitos alvo destes programas.

Quanto à presença dos sindicatos, há um número também representativo de sitiantes associados a eles em toda a MRG de Jales. São em número de 1.781, representando 18% do número de unidades de produção agropecuária. Entretanto, tais instituições não cumprem papel relevante na reprodução das pequenas propriedades, já que não se envolvem diretamente com processos que contribuem para a reprodução das atividades de produção ou comercialização. Com poucas exceções, estes sindicatos restringem-se à prestação de serviços administrativos (emissão de notas fiscais, elaboração e encerramento de contratos, declarações, solicitação de aposentadoria, etc.) e ao oferecimento de convênios de utilização de uma diversidade de serviços (sobretudo médicos e estéticos). Nas conversas que travei com sitiantes, a menção à existência dos sindicatos nunca surgia espontaneamente, emaranhada, por acaso, em alguma das dimensões da reprodução de sua vida. Era sempre feita apenas após nosso questionamento. E as referências a eles, sempre acanhadas. No máximo a lembrança de que, naquele dia em que se precisou ir ao médico, ou ao barbeiro, pagou-se menos por isso.

¹¹⁹ Como os financiamentos concedidos pelo PEMH, de acordo com o decreto n. 41990 de 23 de julho de 1997, São Paulo.

Há 7 sindicatos na região¹²⁰, e ora representam apenas os pequenos produtores rurais, como o caso dos “sindicatos rurais”, ora apenas os trabalhadores assalariados rurais, como os “sindicatos de trabalhadores rurais”, ora representam as duas categorias. A maioria deles (4) são filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, e outros também à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo-FETAESP (3), a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil-CNA (3) e a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo-FAESP (1).

d) Rendas agrícolas e não-agrícolas

Até o momento tratamos sobretudo de questões que se relacionam com a produção agrícola e seus rendimentos. Entretanto, ao analisar as estratégias de resistência dos sítiantes do noroeste paulista em seguir vivendo no campo, também nos cabe avaliar a origem das rendas que possibilitam a reprodução das famílias da região. Trataremos, então, da importância de rendimentos advindos de atividades agrícolas e não-agrícolas num primeiro momento, de modo generalizado, e, nos tópicos a seguir, apontaremos o peso diferencial que umas e outras apresentam na reprodução de famílias que vivem nas diferentes porções do território que selecionamos para comparação neste trabalho.

Este debate tem importância central em estudos mais recentes que apontam a configuração de uma “nova ruralidade” nos campos brasileiros. Tendo impulso sobretudo depois de iniciado o projeto de investigação denominado RURUBANO, realizado por José Graziano da Silva, Mauro del Grossi e Clayton Campanhola, tais estudos apontam que esta nova ruralidade, que para os autores se define melhor a partir de meados dos anos 80, é composta por três grandes grupos de atividades: “a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities intimamente ligadas a agroindústria; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, relacionadas à moradia, ao ócio, e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercado” (SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p. 39).

No que toca ao objeto de nossa investigação, os pequenos produtores rurais, apontam tais estudos para a maior incidência de emprego de integrantes de famílias que vivem rurais

¹²⁰ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida D’Oeste, Sindicato Rural de Jales, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jales, Sindicato Rural de Palmeira d’Oeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira d’Oeste, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé, Sindicato Rural de Santa Fé do Sul.

em atividades não agrícolas (processo que é fruto do progresso técnico e da decorrente liberação de tempo e mão de obra), o crescimento da categoria de desempregados e aposentados no meio rural, e para a intensificação do processo de mercantilização das atividades não-agrícolas, que resultam numa maior dependência das famílias rurais não apenas aos capitais associados aos mercados agrícolas, mas também a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros. Alguns resultados desse processo são: o meio rural se converte em um lugar de residência dissociado do local de trabalho; crescimento do número de famílias pluriativas; maior contingente, nas áreas rurais, de empregados não-agrícolas do que agrícolas; tendência à estagnação das categorias que compõe a “agricultura familiar” e crescimento da categoria de “empregados rurais”; famílias pluriativas com renda superior a das famílias agrícolas; crescimento da importância da aposentadoria (SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002). A tendência mais geral desse processo, para os autores, não é exatamente um aumento do êxodo rural, mas um aumento da população que vive no campo, mas não da agricultura. Desse modo, rural deixa de ser sinônimo de agrícola (SILVA, 2001)

O contexto observado na MRG de Jales se afasta desse quadro mais geral, que, embora reproduza a realidade em algumas porções do território, hesitamos em afirmar que atingiu extensão tal que nos coloque em um novo paradigma, digno de ser chamado de “novo”. O que nos importa esclarecer, então, para que nos sirva de matéria para o entendimento da questão da resistência, que aqui nos importa, e também desta questão mais ampla em discussão no campo da Sociologia Rural, é em que medida a MRG de Jales destoa do quadro mais geral definido pelos estudiosos da “nova ruralidade”.

Por um lado, no tocante à questão dos rendimentos que possibilitam a reprodução dos sítiantes da região, embora apenas 2 das 31 famílias com as quais estabelecemos contato não recebam nenhum rendimento de natureza não-agrícola, as rendas agrícolas são as mais elevadas, e possuem maior importância na reprodução do grupo, sobretudo para aqueles que vivem nas áreas onde a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola ainda se mantém. É, portanto, nas áreas onde a monocultura da cana-de-açúcar têm se expandido que as rendas-agrícolas são sobrevalorizadas. Veremos essa diferenciação explicitada mais adiante.

Embora não tenhamos feito um registro sistemático da composição dos rendimentos das famílias com as quais estabelecemos contato, outros estudos confirmam esta observação que foi captada por nós através da repetição dos casos e do reconhecimento a nós permitido depois de recolher diversas informações, formal e informalmente, nas andanças pelos bairros

rurais do noroeste paulista. O estudo de PETINARI (2007, p. 125-135), realizado também recentemente, no ano de 2010, confirma a diferenciação citada: tomados os exemplos dos municípios de Marinópolis (onde predomina a diversificação agrícola e a mão de obra familiar) e Santa Albertina (a área de expansão da monocultura da cana), no primeiro, apenas 40% das famílias recebiam rendimentos não-agrícolas (entre atividades não-agrícolas e aposentadoria) e para 80% delas a renda não-agrícola era apenas complementar. Já no segundo município, para um número maior de famílias (68%) as rendas não-agrícolas são as rendas mais importantes para a reprodução do grupo.

A engenheira agrônoma Neli, que trabalha na CATI desde o início da década de 1980 e acompanhou as mudanças que atingiram a região, nos explica que há algumas décadas atrás os sitiantes trabalhavam unicamente na agricultura, e que hoje vários membros da família procuram pelas atividades não-agrícolas porque os rendimentos na agricultura não são mais suficientes para o sustento de todos. De todo modo, a produção agrícola e a renda dela proveniente é ainda muito importante para as famílias.

Além das observações de sitiantes e técnicos da região sobre os rendimentos, também o retorno para o trabalho agrícola de alguns membros de famílias de sitiantes que haviam migrado para as cidades, e para trabalhos urbanos (como demonstramos no capítulo sobre a questão da mão de obra), aponta para outros “desvios” em relação ao quadro mais geral desenhado pelos estudiosos das novas ruralidades. Enquanto estes afirmam, de modo geral, que “a maioria parte das ocupações não-agrícolas no Brasil geram um rendimento maior do que as atividades agrícolas”, embora representem “trabalhos precários e de baixa qualificação” (SILVA, 2001, p. 43-44), sitiantes e filhos de sitiantes abandonam trabalhos urbanos (até mesmo cargos de nível superior) para voltar a produzir na propriedade da família. Esse retorno ao campo não se dá, portanto, apenas entre aqueles que buscam um “lugar de moradia”, mas também entre alguns que procuram uma “terra de trabalho”. Como o exemplo do primo de Rosemari Buzo, ex-professor de Matemática que voltou a produzir uva; o filho de Otacílio Alves, com formação superior em Química, que voltou para a propriedade do pai para plantar uva; o filho de Arnaldo Saraiva, formado em Ciências da Computação, que depois da busca por trabalho no exterior, retornou a propriedade da família para trabalhar com o cultivo da laranja. Estes exemplos, apontados no capítulo sobre a organização da mão de obra demonstraram que alguns tipos de produção agropecuária produzem maiores rendimentos do que empregos urbanos, até mesmo a alguns daqueles que exigem nível superior. Que diremos em relação a empregos menos exigentes no tocante ao grau de escolarização! E questionam, ainda, a real capacidade das cidades de absorverem a mão de

obra que têm sido liberada do campo depois dos processos de tecnificação e modernização agrícola.

Estes casos, todavia, não devem obscurecer a realidade daqueles que, emboprecidos, se mantêm limitados às atividades agropecuárias, cujos rendimentos lhes possibilitam apenas a reprodução da vida, ou que decidem pelo arrendamento de sua propriedade para a produção de cana-de-açúcar. De nossa perspectiva, um dos riscos da insistência na existência de um “novo rural”, e no fenômeno do aumento da “pluriatividade”, é a negligência quanto ao alcance dos processos que continuam a explorar e subordinar o campesinato brasileiro, e o risco da reprodução de um pensamento fatalista, que se furta a denunciar tais processos e propor caminhos de transformação.

Outro fato observado em campo, ainda, problematiza e relativiza a importância das rendas não-agrícolas na reprodução de famílias rurais. Sabemos que as rendas agrícolas, no passado (e fazemos referência, aqui, ao período que vai até meados da década de 1980), sustentavam um maior número de membros por família. Hoje estas mesmas rendas agrícolas servem ao sustento de um número menor de membros, o que é explicado tanto pela redução do tamanho das famílias como pelo fenômeno do *squeeze* da agricultura, a que já fizemos referência neste capítulo. Entretanto, se, por outro lado, as rendas agrícolas não possibilitam o sustento de todos os membros da família, e alguns sitiantes e seus filhos buscam empregar-se em atividades não-agrícolas, por outro, tais rendimentos, ao menos no caso do noroeste paulista, muito raramente contribuem para a reprodução das atividades agrícolas, limitando seu papel à satisfação das necessidades de consumo do indivíduo que as recebe em pagamento por seus serviços.

A maioria das famílias que possuem membros com empregos assalariados urbanos ou rurais afirmou que o salário que tais membros recebem contribuem, muito esporadicamente, para as despesas mais gerais da casa (como quando os filhos repassam, aos pais, o ticket alimentação, como é o caso do filho de José Tanaka, empregado como tratorista na Usina Colombo), para transformações e melhoramentos estruturais (alguns contribuíram com a reforma de sua casa, como o caso da filha de Antônio Saron), e, ainda mais raramente, contribuem para o financiamento das atividades agropecuárias. A contribuição destes membros, neste último caso, chega em momentos pontuais, como no momento de custear melhoramentos estruturais (como o caso da filha de Maria Machado, que contribuiu com a construção de um poço artesiano). Há também alguns poucos casos de filhos de sitiantes que, vivendo na cidade e realizando trabalhos rurais ou urbanos, realizam inversões de capital constantes na produção agropecuária realizada pelos membros da família que se mantiveram

vivendo na área rural. O único caso deste tipo encontrado por nós foi o de um filho de sitiantes formado em Agronomia, Antônio Augusto Fracaro, que alimenta certo “gosto” pela atividade agropecuária. Em todo caso, também os rendimentos da atividade agrícola são compartilhados pelo sitiante e seu filho. Por último, poderíamos citar ainda o caso de sitiantes “chefes de família” que vivem na área rural, onde sua família vive e produz, e trabalham em empregos urbanos. Também apenas um caso deste foi encontrado, o de Eduardo Akamatsu, engenheiro agrônomo da CATI.

Ressaltamos que, se as rendas não-agrícolas contribuem para a reprodução da família, os investimentos de capital originados de tais rendas e investidos na atividade agropecuária das famílias de sitiantes, citados no exemplo anterior, foram realizados esporadicamente, e não foram essenciais para a reprodução das atividades agropecuárias. Diferente do que acontece em outras regiões, como o Nordeste do Brasil ou os *ejidales* mexicanos. Para estes grupos, as remessas enviadas ao campo por membros da família empregados em atividades urbanas ou rurais, são muitas vezes fundamentais para a reprodução da atividade agropecuária¹²¹. E, nestes casos, então, o fenômeno da “nova ruralidade” tem contornos mais evidentes.

O fenômeno acima citado é produto, como se pôde notar, de uma maior “individualização” dos rendimentos nos espaços rurais do noroeste paulista. Os rendimentos não são mais centralizados nas mãos do pai-patrão, que garante as necessidades essenciais à reprodução da vida de seus membros (alimentação, moradia e seus custos decorrentes, investimentos em saúde, etc.) e realiza os investimentos necessários à reprodução das atividades de produção, esporadicamente distribuindo uma parte dos excedentes. Agora, os filhos são “donos” de seus salários, e o utilizam para suas necessidades de consumo, ou para custear seus estudos. Mas o processo de “individualização” dos rendimentos não é observado apenas entre famílias que possuem membros empregados em trabalhos urbanos, mas também entre famílias extensas trabalhando um mesmo cultivo. Alguns casos dessa natureza foram encontrados, como o de Carlinhos Morandim, que paga uma remuneração mensal a sua mãe pelo trabalho executado no trato das parreiras durante meio período do dia. Parte dos rendimentos de suas colheitas (10%) também é repassado a seu avós, José e Luiza Morandim, proprietários e moradores daquelas terras. Há também o caso de Edilson Donda, que divide o

¹²¹ “No México, as remessas são a segunda maior fonte de divisas (depois do petróleo) e, em alguns países da América Central, cerca de 25% das famílias recebem remessas. Existem comunidades no Brasil, como no norte de Minas Gerais ou no Nordeste, onde as remessas também são significativas. A literatura internacional demonstra que as remessas são fundamentais não só para manter o consumo corrente, mas também como fonte de receita para investimento em habitação, terra ou para iniciar um pequeno negócio.” (HELFAND; PEREIRA, 2012). Referências a respeito também são encontradas no trabalho de GRAMMONT (2004).

rendimento do pomar de laranja entre sua família nuclear (composta por ele, a mulher e dois filhos) e a de seu pai, seu “sócio” (composta por ele e a esposa, mãe de Edilson). Não nos foi possível analisar, em profundidade, todas as consequências deste processo generalizado de “individualização” dos rendimentos, mas sugerimos que ele tenha impactos sobre a capacidade das rendas agrícolas de possibilitar a reprodução de populações de pequenos agricultores rurais.

Como os aspectos referentes às atividades agropecuárias já foram exaustivamente tratados no capítulo sobre a produção e neste que o segue, resta-nos qualificar as atividades não-agrícolas.

Aquela encontrada em maior número de famílias (20 dentre as 31 registradas, representando então uma proporção de 64/100) é a aposentadoria. Todavia, sua importância é mais representativa para os sitiantes da área às margens dos rios (aquela onde cresce a monocultura da cana). Outros estudos quantitativamente mais rigorosos (como o de PETINARI, 2007) confirmam este dado.

A segunda estratégia de diversificação dos rendimentos mais frequente é o arrendamento de terras, que foi acionada em 13 das 31 famílias (41% delas). Em todos os casos encontrados nos municípios de Jales, Santa Salete e Urânia, se trata de aluguel de terras a outros sitiantes, sobretudo para a criação de gado. Entre aqueles que estão nas áreas de expansão da monocultura da cana (município de Mesópolis e Santa Albertina), os contratos de arrendamento foram lavrados com a Usina Colombo, para a plantio da monocultura de cana-de-açúcar. Estes últimos são, ademais, em maior número: registramos 9 famílias que arrendam a totalidade ou parte da propriedade para a usina; foram 6 os que arrendam parte de sua propriedade a outros sitiantes.

O terceiro tipo de renda não-agrícola mais encontrado entre as famílias rurais da região é o emprego urbano, presente em 12 das 31 propriedades (38%), e distribuído de modo equilibrado nas duas regiões. No caso de famílias extensas ocupando a mesma propriedade, levamos em conta as atividades realizadas pelos membros de todas as famílias nucleares que a compõe. Desse modo, este número representa efetivamente 12 propriedades, e não 12 famílias nucleares.

Outros tipos de atividades desta natureza encontradas foram: o aluguel de imóveis urbanos, que participa da composição da renda de 10% das famílias (3 das 31); o caso de dois sitiantes que, além de trabalhar com a agricultura junto de sua família extensa, atuam também como intermediários, transportando alimentos comercializados na região até as distribuidoras

de alimentos; também foram encontrados dois casos de mulheres que contribuem com a renda doméstica produzindo e vendendo artigos de artesanato (crochê, tricô, *bisqui*, etc.)

Como já afirmamos anteriormente, com exceção das famílias cujos únicos rendimentos advêm de atividades não-agrícolas, como o caso das famílias que arrendaram suas propriedades para o plantio de cana-de-açúcar, para todas as outras este tipo de rendimento é apenas complementar, e compõe as estratégias de “diversificação de atividades”. Ambígua como, ademais, toda forma de resistência cotidiana (MENEZES, 2002, p. 43) a dinamização destas estratégias, ao mesmo em que melhora as condições de reprodução da família, diminui a pressão sobre os rendimentos agrícolas e a possibilidade de uma pressão popular para a mudança deste quadro.

Independente, entretanto, da composição dos rendimentos de uns e outros, a reprodução dos sitiantes do Noroeste paulista é limitada, quase sempre, ao mínimo necessário à reprodução das atividades agropecuárias e das necessidades mais basilares, como alimentar-se, vestir-se com modéstia, pagar as despesas de utilização de energia elétrica, etc. José Ryugo diz que “até a sobrevivência está difícil. Só se for fruta ou alguma coisa diferente. Se não, não dá.” Olímpia Barizon acredita que só é possível mesmo sobreviver: “Olha que do tempo que a gente trabalha nunca sobrou para comprar um alqueire de terra. Não sobra.” Esta situação foi relatada também por outros estudiosos, que investigaram outras regiões de pequena agricultura no país¹²². E, para a maioria dos sitiantes da região, essa é também a situação relatada. As únicas exceções encontradas, de famílias que conseguiram comprar novos pedaços de terras no espaço rural ou bens imóveis na cidade, tratam-se de produtores de uva, que, além de trabalhar com o produto que traz os melhores rendimentos, também possuem famílias diminutas: é o caso de uma família de sitiantes que tem apenas um filho adolescente e já comprou uma chácara de 1 alqueire e meio, uma caminhonete e um carro; também um jovem sitante solteiro que com os rendimentos de seus pomares de uva comprou um terreno urbano, um carro, uma moto, e está poupando parte do rendimento das colheitas para comprar “sua” propriedade rural, já que trabalha em terras de propriedade de seu avô; Nelson Preti, que vez ou outra investe parte dos rendimentos de seus pomares (uva, goiaba, laranja, etc.) na compra de um imóvel urbano.

Estas exceções por um lado ilustram que alguns produtos agropecuários, ademais de todos os processos de extração de rendimentos, possibilitam a sobrevivência das famílias em

¹²² “Como resultado, observa-se que a atual geração de camponeses depara-se com a real impossibilidade de adquirir mais terras para ampliar suas propriedades, o que vem a constituir-se num dos fatores de estagnação de sua situação social, pois a terra ainda é o meio fundamental de produção da unidade camponesa.” (SANTOS, 1984, p. 49)

níveis razoáveis, e explicam parte da força de resistência das famílias da região. Por outro lado, mesmo aqueles que, numa eventual safra de preços mais elevados, conseguem poupar ou realizar investimentos, vivem num esforço diário de contenção de gastos, com um nível de consumo tão somente elementar. A explicação de Rosemari Buzo e Cleber Martir é uma ilustração bastante clara disso:

Cleber: Gasta só o principal, não vai naquela aventura de “vamos comprar isso, vamos comprar aquilo”. A gente só faz as coisas na certeza, a hora que você está com o dinheiro na mão. Não é assim: “Eu vendo a uva, tenho tanto pra receber, vai lá e compra”. Quando o dinheiro estiver na mão que a gente vai comprar.

Rosemari: E outra, vamos supor, se você faz um bom ano de uva, você guarda a tua reserva. Sobra um bom dinheiro pra você investir na uva e pra você comprar alguma coisa. O ano que a uva barateia é só pra comer, você não vai investir em nada. É só pra passar o ano, então é isso que a gente controla. O ano que dá um dinheiro melhor você pode investir em alguma coisa, mas o ano que o preço é pouco, você já tem que só falar: “Olha, esse ano você não faz nada.” [risos]. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP)

São também apenas estes agricultores fruticultores (ou em alguns casos alguns sitiantes que possuem um volume considerável de gado de leite) que, ademais, fazem planos de expansão de suas atividades. Esperam, com isso, aumentar a área de produção, para aumentar os rendimentos em queda, garantir o futuro de seus filhos, deixando como herança bens imóveis (rurais ou urbanos). Parecem poucos os que, imbuídos de um pensamento do tipo empresarial, planejam fazer da agricultura um “negócio” de maiores dimensões, maiores rendimentos, e até mesmo com a utilização tão-somente de mão de obra assalariada. A frustração de planos dessa natureza, experimentada por diversas das famílias, parece ser um conteúdo transmitido com bastante eficácia entre os membros de diferentes gerações, conteúdo este que carrega uma das lições mais essenciais ao campesinato: a parcimônia, que evita correr maiores riscos, e a busca de autonomia.

Nas duas sessões seguintes, trataremos mais alguns detalhes sobre o papel das rendas agrícolas e não-agrícolas em cada uma das porções do território do noroeste paulista que estão aqui em comparação.

5.1. Comercialização e outras rendas na área de predomínio da pequena agricultura familiar diversificada

Os sitiantes que encontramos entre os municípios de Jales, Santa Salete e Urânia, produtores sobretudo de frutas e hortaliças (13 das 15 famílias), são os que preservam uma

margem de autonomia comparativamente maior do que aqueles que se encontram nas áreas de expansão da monocultura da cana por seus produtos, em geral, serem consumidos *in natura*, destinados à mesa dos consumidores finais. Possuem um maior leque de possibilidades de escoamento de sua produção: as vendem a intermediários, (os *marreteiros*), vendedores ambulantes (que utilizam as carrinhas ou charretes), a distribuidoras de alimentos (sem o intermédio dos marreteiros) ou diretamente ao consumidor, nas feiras livres da região. Alguns (3 das 15 famílias) vendem, também, produtos de indústria doméstica derivados da produção primária realizada no sítio. Há também alguns produtores de leite, que estão, então, numa relação de subordinação mais intensa em relação às indústrias de alimentos, todavia apenas em 1 dos casos trata-se do único tipo de produção agropecuária mantida na propriedade (acompanhar quadro na página seguinte).

Quadro 6 – Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola.

Propriedades	Rendas agrícolas							Rendas não-agrícolas					
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria Doméstica	Aposentadoria	Emprego Urbano	Aluguel urbano	Arrendamento	Comercialização de produtos agropecuários	Artesanato
Akamatsu, Eduardo	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X	X
Alves, Otacílio	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X
Barizon, Candido	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Buzo, Ivani	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Donda, Fernando	X	-	-	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-
Machado, Gonçalo	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Machado, Maria	X	X	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Morandim, José	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Nishimoto, Cecília	X	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Preti, Nelson	X	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Riga, Paulo e José	X	X	-	X	-	-	-	X	X	-	X	-	-
Ryugo, Nelson	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Santim, Sebastião	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-
Saraiva, Arnaldo	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Saron, José	X	-	-	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-

Fonte: informações recolhidas em campo

O produto que oferece melhor rendimento e que, por isso, é um dos responsáveis pela preservação das pequenas propriedades na região é a uva. Entre os anos de 2010 e 2011, o preço da uva na região girava em torno de R\$ 2,40 a R\$ 4,00, dependendo da variedade plantada. Dois sítios, que possuem cerca de 1.000 pés de uva cada um, afirmaram conseguir um rendimento líquido entre 60 e 70 mil reais por safra. Deste valor, reservam cerca de 40% para custear a safra seguinte, e o restante lhes serve para o sustento da família

durante todo o ano. Tomando em conta o valor máximo sugerido, de 70 mil reais, os 60% que servem à reprodução da família correspondem a uma renda mensal máxima de R\$ 3.500. Falamos, aqui, de sitiantes que possuem um nível de produtividade reconhecidamente alto. E levemos em consideração que um desses sitiantes repassa parte dos rendimentos à sua mãe, proprietária das terras, e que sua família nuclear (que vive exclusivamente do rendimento da produção agropecuária) tem três integrantes. No caso do outro sitiante, ele retira 10% do rendimento da safra para seu avô, proprietário das terras, e paga um salário mensal à sua mãe. Em ambos os casos, os sitiantes contam, também, com os rendimentos da produção de laranja.

Não podemos dizer que se trate de um rendimento que possibilita o acúmulo de capital, ou mesmo uma ascensão de classe, todavia possibilita a reprodução do grupo familiar. Entretanto, esse produto sofreu uma queda de preços bastante grande no decorrer do tempo. Esse fato é ilustrado de maneira bastante evidente, por um lado, na mudança de equivalência de seu preço em relação a outros produtos, como nos mostra o Sr. Nelson Preti, e também na mudança dos padrões de consumo, apontada pela Sr. Aiko Ryugo.

Eu naquele tempo vendia uma caixa de uva e era... O preço de uma caixa de uva, a arroba do boi e o saco de café era o mesmo preço. Você vê o tanto que... Um pé de uva dá umas dez caixas de uva. Então, quer dizer que você tinha duzentos pés de uva, era que nem você ter duzentos bois. Eu sei que fazia um dinheirão, era bom tudo ali. Eu sei que... aí depois logo foi aumentando, aumentando... Aí uns quatro, cinco anos, eu com mil e trezentos pés de uva comprava dez alqueires de terra por ano, sobrava dinheiro pra fazer... Hoje você vê, hoje não sobra pra comprar cinco alqueires com cinco mil pés. Porque um exemplo, naquele tempo a terra tava... A caixa de uva era dezessete, dezoito “conto” [reais]. Agora esse ano está bom, que teve pouca uva, mas teve tempo aí, há três anos atrás, tava cinco reais a caixa de uva. Então, você vê como que o “trem” ficou pra trás. (Entrevista com Nelson Preti, realizada em 24/07/2010, Jales/SP)

Naqueles tempos era bom. Era para ele [o marido] estar mais ou menos de vida. Trabalhava muito, mas tinha dinheiro. Todo ano ele trocava de carro. Agora que não. Quantos anos que está com essa Belina [modelo de veículo da marca Ford, que foi fabricado entre os anos de 1971 e 1991]? Esses dias ele foi na irmã dele e o sobrinho dele disse: “Como que o tio veio com esse carro velho? [risos]. (Entrevista com José e Aiko Ryugo, realizada em 13/12/2010, Urânia/SP).

Outro dos produtos que oferece rendimentos razoáveis é a laranja, sobretudo as laranjas de entressafra, cultivadas com sistema de irrigação. No terceiro capítulo, quando explicávamos as escolhas produtivas de diversos sitiantes, mencionamos um cálculo efetuado por uma sitiante acerca do rendimento da laranja. Para seu pomar de 1.000 pés, que era ainda bastante jovem, e não possuía sistema de irrigação, sendo a laranja comercializada, então, apenas durante a safra, quando o volume do produto disponível no mercado é maior e os preços, portanto, menores, ela conseguia um preço de R\$ 10 reais a caixa. Como cada pé

jovem produzia apenas 2 caixas, lhe proporcionava um rendimento de R\$ 20.000 reais ao ano. Todavia, uma laranjeira adulta pode chegar a produzir até 6 caixas por safra (nas condições de produtividade próprias à pequena agricultura), e a caixa de laranja de entressafra foi vendida por alguns sitiantes, como o Sr. Antônio Saraiva, por R\$ 20 reais. Desse modo, um pomar de mil pés, tomando como preço médio o valor de R\$ 15 reais (já que é impossível se comercializar toda a produção somente na entressafra) pode chegar a produzir valores superior ao de um pomar de uva, chegando a cerca de R\$ 90.000. Sendo seu custo de produção ainda menor, nos fica evidente porque a produção do produto tem aumentado na região.

Outro produto que tem oferecido promessas de grandes rendimentos, se tomarmos em conta os preços que estão sendo oferecidos atualmente, é a borracha, cujos rendimentos, segundo alguns sitiantes, pode chegar a R\$ 1.800 por hectare nos meses de safra. Os produtos agropecuários de menores rendimentos, e que, mais frequentemente, complementam a renda retirada de outros tipos de produção, são as verduras, os legumes e o leite. Também a indústria doméstica e, para aqueles que produzem leite, a venda de bezerros, garrotes e novilhas tem um papel suplementar na renda familiar, e apresenta produção bastante irregular.

Quanto às rendas não-agrícolas, a mais importante para este grupo é, sem dúvida a aposentadoria. Embora, como já ressaltamos, estes rendimentos não contribuam para a reprodução das atividades agropecuárias, servem à diminuição da pressão sobre as rendas agrícolas, diminuindo o número de membros da família que sobrevivem exclusivamente dela. Nas últimas décadas, com o aumento do piso salarial¹²³, um casal de aposentados consegue se reproduzir, ainda que sobre bases mínimas, com o valor correspondente de R\$ 1.244,00. Entretanto, foram raras as situações em que ambos conseguiram se aposentar. Muitos dos que já alcançaram idade para receber o benefício encontram dificuldades de comprovar o direito a ele, e este fato é ainda mais grave para o caso das mulheres, já que as notas fiscais de venda dos produtos agropecuários, utilizadas como comprovante de tempo de trabalho e contribuição, são emitidas quase sempre em nome dos homens, seus esposos, pais ou irmãos. Aqueles idosos que possuem filhos que assumiram o trabalho agrícola na propriedade da família recebem destes uma complementação advinda da produção agropecuária. Tantos outros que não possuem herdeiros vivendo e produzindo na área rural estendem o tempo de trabalho na agricultura ou arrendam a propriedade. O trecho da entrevista de Maria Machado,

¹²³ No ano 2000, o salário mínimo equivalia a R\$ 151,00. Em 2012 alcançou os R\$ 622,00, um aumento de 411% em 12 anos.

transcrito abaixo, fala dos limites deste tipo de rendimento para a sobrevivência de uma família de pequenos agricultores:

A aposentadoria na zona rural é diferenciada da zona urbana. Quem aposenta na zona urbana não quer trabalhar mais. E outra, a aposentadoria na zona urbana é maior, enquanto que na zona rural o cara aposenta e tem que trabalhar, porque não tem condições de sobreviver só com a aposentadoria, é muito pequena. (...). Ela é só um complemento, e vai desgastando com o tempo. (...). Aposentadoria na zona rural acaba sendo um meio de investimento, você pode investir na propriedade, comprar uma coisa, um bezerro, melhorar a casa, comprar uma vaca, fazer as coisas que não dá pra fazer com a produção. (Entrevista realizada em 23/07/2010, Jales/SP).

Quanto aos casos de famílias onde encontramos membros recebendo salários pela realização de atividades não-agropecuárias (7 ocorrências), em alguns casos (3) estão empregados homens casados. Nestes casos, há, então, outros membros da família que realizam as atividades agropecuárias. Nos três casos, todavia, os homens estão empregados em atividades que também se relacionam com as atividades agropecuárias da região: Eduardo Akamatsu é engenheiro agrônomo na CATI de Urânia, Carlos Morandim é funcionário da Cooperativa Jales; o cunhado de Rosemari Buzo trabalha meio período no cultivo de uvas de um outro sítio das proximidades. Há apenas dois casos de mulheres recebendo rendimentos pela realização sistemática de trabalho não-agrícola: a esposa de Fernando Donda, que é agente de saúde; a sobrinha de Paulo Riga, empregada no comércio da cidade. Os outros dois casos são de filhos de sítiantes: a filha de Maria Machado, que trabalhava como estagiária da Cooperativa Jales e a filha de Antônio Saron, professora da prefeitura do município de Pereira Barreto.

Quanto à importância dos rendimentos para o sustento das famílias, o salário de homens ou mulheres, que compõe o núcleo de uma família, efetivamente contribuem de maneira mais ou menos decisiva com a reprodução do grupo, mas em apenas alguns poucos casos são investidos na produção agropecuária, como o caso de Eduardo Akamatsu. Já o salário recebido pelos filhos, como anunciamos anteriormente, apenas eventualmente contribuem para a reprodução de sua família.

Além destas atividades não-agrícolas realizadas sistematicamente, há outras cujos rendimentos são menos constantes, mas também inserem pequenas quantias de dinheiro que compõe as estratégias de diversificação dos rendimentos: os “bicos” de mecânica que realiza José Antônio Morandim, e o artesanato das filhas de Otacílio e da mãe de Eduardo Akamatsu.

Outra forma de diversificação de rendimentos é o aluguel urbano, encontrado em apenas 2 dos 15 casos analisados nessa área. Para uma das famílias, que possuem como outro

rendimento apenas a produção da uva, cujos rendimentos são concentrados apenas no período da safra, o “aluguelzinho” concede maior margem de segurança na medida em que garante liquidez para o pagamento de despesas cotidianas, como alimentação, medicamentos, conta de energia elétrica, etc. Para outro dos sitiantes, a compra de imóveis urbanos para locação tem se convertido em estratégia de *reconversão*¹²⁴ diante da perspectiva latente de não-continuidade da atividade agropecuária. É o caso de um sitiante que possui apenas duas filhas solteiras, que já se estabeleceram enquanto profissionais em atividades urbanas. O sitiante já possui duas casas alugadas, que juntas representam um rendimento mensal de R\$ 1.500. E nos contou que planeja converter parte do rendimento da produção agropecuária neste tipo de “investimento”. Também suas filhas, com os salários recebidos em empregos urbanos, estão investindo na compra e aluguel de imóveis urbano. Desse modo, a família efetivamente pretende passar à condição de rentistas.

Um outro grupo de atividades não-agropecuárias é o arrendamento de terras. Dentre as famílias desta área onde predomina a pequena agricultura, os contratos de aluguel de terras são realizados entre sitiantes, sobretudo para a criação de gado. Paulo Riga arrenda 18 alqueires de seu sítio, reservando o restante do espaço (7 alqueires) para a produção agropecuária, realizada em parceira com o irmão. Sebastião Santim também arrenda 3 alqueires de sua terra para outro sitiante criar seu gado. Ainda nesta categoria de “aluguel” é necessário recordarmos os casos de sitiantes que recebem rendas de sistemas de parcerias, que algumas vezes também chamam de “arrendamento”. Gonçalo Machado, que cedeu para um parceiro uma área plantada de 1.400 pés de banana, a uma renda de 18% da colheita; também outra área de 2 hectares de manga, com 400 pés, a uma renda de R\$ 2.500 reais por ano; e outro hectare a um afilhado, que o sitiante define como “doação”, recebendo em troca, no momento da colheita, uma pequena parte da produção de subsistência mantida pelo rapaz. Também há os casos de Eduardo Akamatsu e Antônio Saron, que arrendam uma pequena área plantada de caju, também recebendo parte dos rendimentos das colheitas. Em todos estes casos, não há braços suficientes para o trabalho sobre a terra, ou sobre o cultivo já iniciado pela família e, então, ao invés de vender parte da propriedade, preferem arrendá-la, garantindo a diversificação dos rendimentos e preservando o patrimônio da família. Em nenhum dos casos citados, o dinheiro recebido pelo aluguel de terras tem papel fundamental na reprodução do grupo.

¹²⁴ O termo está sendo utilizado conforme GARCIA (1988), no sentido de “deslocamento percorridos no espaço social”.

Outra atividade não-agrícola realizada pelo membro de uma das famílias é o comércio de alimentos. A irmã de Eduardo Akamatsu, como já indicamos, reúne a produção de alguns sitiantes e, com seu caminhão, os revende para distribuidoras de alimentos, atividade que realiza, portanto, de forma não sistemática, servindo tão somente à complementação do rendimento agrícola.

5.2. Comercialização e outras rendas na área de expansão da monocultura da cana-de-açúcar

Entre os sitiantes que reconhecemos na área de expansão da monocultura da cana, nos municípios de Santa Albertina e Mesópolis, a atividade agropecuária predominante é a produção de leite. Dada a rigidez da legislação sanitária que rege a comercialização do leite, e as dificuldades encontradas pelo sitiantes em concorrer com os preços praticados pelos grandes laticínios, a única opção disponível é entregar sua produção a estas indústrias de beneficiamento. A formação de oligopsônio na região pressiona os preços para baixo, oferecendo uma remuneração bastante baixa pelo litro do leite. Estes sitiantes, são, então, os mais intensamente subordinados ao capital e, em decorrência os mais empobrecidos. No quadro abaixo, verificamos que 9 dentre as 16 famílias visitadas tem como atividade agropecuária a produção de leite, e que para 6 dessas trata-se da único rendimento advindo de atividade agropecuária. Outros três sitiantes diversificam as atividades com gado de corte e um quarto sitiante com produção de fruticultura. Para todos estes, entretanto, o gado leiteiro é a principal atividade agropecuária. No texto acima, já nos remetemos ao problema da composição dos preços de leite e suas consequências.

Dentre aqueles que ainda mantém algum tipo de produção agropecuária (12 das 16 famílias), os que não produzem leite trabalham com criação de gado de corte, diversificando sua atividade com fruticultura, horticultura ou silvicultura. Apenas 4 famílias vivem hoje tão-somente de rendas não-agrícolas, sendo a mais importante delas o arrendamento para a usina sucroalcooleira.

O segundo tipo de rendimento não-agrícola importante para os sitiantes desta área é a aposentadoria, recebida por pelo menos um membro de 10 das 16 famílias. Para metade destas, a aposentadoria complementa outras formas de rendimento não-agrícola: como o arrendamento para a Usina e o comércio de alimentos. Neste último caso, trata-se de um sitiante que eventualmente compra gado de corte e revende a frigoríficos da região. Para as

demais famílias, a aposentadoria compõe um dos elementos de uma estratégia diversificação de rendimentos mais ampla, que envolve o arrendamento para a usina, rendas agrícolas e não-agrícolas. Nesta área, as mulheres sitiadas reclamam da mesma dificuldade de comprovar trabalho e contribuição ao INSS que lhes garanta a aposentadoria. A fala da Sr. Dirce Paz é ilustrativa neste sentido:

A mulher faz serviço de homem e mulher e não é valorizada pela roça. Agora que a Dilma abriu exceção, 29 reais por mês pra mulher aposentar. Mas nem esse direito de contribuir tinha a dona-de-casa. Ela não tem nem documento. Pra aposentar se não tiver um documento que prove que é da agricultura, não aposenta. Eu precisei procurar, é tudo “de casa”, “do lar”, registra “a esposa”, “o filho”, “do lar”... Aí vai achar documento onde? Aí eu comecei a fazer crediário em loja e colocava “agricultora”, e agora estou tentando aposentar por idade. (Entrevista realizada em 09/02/2012, Mesópolis/SP)

Quadro 7 – Rendas agrícolas e não-agrícolas nas áreas onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da diversificação agrícola.

Propriedades	Rendas agrícolas							Rendas não-agrícolas						
	Fruticultura	Horticultura	Cereais	Árvores madeiras e extrativas	Gado de leite	Gado de corte	Indústria Doméstica	Aposentadoria	Emprego Urbano	Aluguel urbano	Arrendamento para a Usina	Arrendamento para outros	Comercialização de produtos agropecuários	Artesanato
Barbieri, João	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Barbon, Wilson	-	-	-	-	X	-	-	X	X	-	X	-	-	-
Bianco, Octávio	-	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Birolli, Antônio	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Contro, Octávio	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	-	X	-
Donegá, Celso	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiorilli, Antônio	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Matos, Armando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Paz, João	-	-	-	-	X	X	-	X	-	-	X	-	-	-
Ruza, Pedro	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Sertorio, Silvio	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Silva, João	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-
Tanaka, José	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Tanaka, Leonilda	X	-	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-
Yamada, Coiti	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Zequine, Otávio	-	-	-	-	X	-	-	X	-	-	X	-	-	-

Fonte: trabalho de campo

Um terceiro grupo de rendimentos importante é o trabalho assalariado. Nos 5 casos encontrados, o único membro da família que recebe salários está empregado na Usina, trabalhando como tratorista. Quatro destas famílias têm como atividade agropecuária principal a produção do leite. Desse forma, a busca de trabalho fora da propriedade da família foi

necessária dados os baixos rendimentos oferecidos pela produção de leite. Uma destas famílias, além de buscar trabalho assalariado na Usina, arrendou toda a propriedade.

O arrendamento é, nessa área, a atividade econômica não-agrícola mais importante. Das 16 famílias que visitamos, 10 fizeram contratos de arrendamento com a Usina Colombo, e outra com produtores de horticultura. Como já anunciamos no capítulo sobre a produção, apenas 1 destas famílias vive exclusivamente deste rendimento; outras 3 o utilizam para complementar a renda advinda tão-somente de atividades agropecuárias; outras 4 têm o arrendamento como uma dentre outras estratégias de diversificação e rendimentos não-agrícolas, complementando o rendimento agrícola; outras 3 vivem exclusivamente de renda não-agrícola.

O arrendamento é definido por muitos sitiantes como um “dinheiro livre”, que não exige investimento e não os expõe a grandes riscos, como o de perder toda uma lavoura. O contrato estabelecido com a Usina Colombo, que tem a vigência de um ciclo de produção da cana, durando, então, no mínimo 5 e no máximo 7 anos, estabelece na região: 1) um valor fixo de tonelada/alqueire, variando em função da distância da propriedade em relação à Usina; 2) remuneração por alqueire de acordo com os preços estabelecidos pela CONSECANA no último dia de cada mês¹²⁵; 3) garantia de remuneração mínima de R\$ 1.500 reais por alqueire por ano, no caso de perda da lavoura; 4) forma de pagamento ao proprietário estabelecida por contrato, podendo ser anual, mensal ou semestral; 5) para os contratos com “arrendatários”, que alugam propriedades de até 10 alqueires, o pagamento do IR incorre por conta do proprietário; para os contratos com “sócios”, aqueles que arrendam mais de 10 alqueires, os impostos incorrem por conta da Usina; 5) no final do contrato a terra é entregue simplesmente gradeada, sem reposição de pasto.

Um primeiro mecanismo por meio do qual a Usina pode estar extraindo renda da terra (e também renda diferencial), essa “mais valia social” (OLIVEIRA, 2010, p. 6), que seria apropriada pelo sitiante, é por meio do pagamento de um valor de ATR/kg fixo por tonelada (embutido nos preços estabelecidos pela CONSECANA). Este valor, representando tão somente uma média, certamente equivale a valores inferiores à quantidade de cana extraída

¹²⁵ SACHS (2007, p. 64) explica que, nos contratos de arrendamento em que o pagamento é feito em toneladas/alqueire, se está levando em consideração um valor fixo de ATR estabelecido pela CONSECANA com o nome de “cana equivalente”, que, de acordo com a última revisão registrada pelo autor, equivalia a algo em torno de 124 Kg/ATR.

dos plantios do extremo noroeste paulista, que, por serem plantios jovens, apresentam produtividade superior ao observado em regiões de produção mais antigas¹²⁶.

Essa extração de renda diferencial é realizada, de outro modo, através do cálculo da unidade de medida utilizada para o pagamento das toneladas e, ainda, na quantidade de toneladas paga por alqueire. O primeiro destes mecanismos nos foi esclarecido, de maneira bastante sutil, por um funcionário da Usina. Ele nos explicou que embora todos os cálculos realizados pela Usina (como o cálculo de produtividade) sejam realizados tomando como unidade de medida o hectare, o pagamento do arrendamento ao proprietário é o único cálculo que tem como unidade de medida o alqueire. Tardei a compreender o que esta “conversão” poderia significar. Depois de pedir que me explicasse essa operação por algumas vezes, e de refletir sobre ela, sugeri: como o alqueire é uma unidade de medida maior (equivalente a 2,42 hectares), apresentar o “ganho” que receberá o arrendatário por meio daquela unidade de medida causa a impressão de “mais ganhos”, embora não seja o caso. Minha sugestão não foi negada pelo depoente.

O segundo destes mecanismos de extração de rendimentos, realizado por meio do cálculo de toneladas pagas por alqueire, nos foi desvendado pelas explicações de diversos sitiantes, direta ou indiretamente. A comparação entre a quantidade de toneladas pagas no primeiro e no segundo contrato de arrendamento (haja vista que a Usina está colhendo a segunda safra para moagem) expõe, num primeiro momento, um contrassenso revelador: naquele primeiro contrato pagavam um valor equivalente de 30 toneladas por alqueire, e no segundo passou-se à remuneração de 45 toneladas por alqueire. Se a produtividade, evidentemente, é maior na primeira safra, seria mais lógico, do ponto de vista da relação entre os valores de produtividade/remuneração ao proprietário, que eles estivessem invertidos. Alguns sitiantes explicaram essa “inversão” como uma estratégia da Usina para, na primeira safra, recuperar parte dos gastos com a instalação da Usina. Entretanto, como o rendimento recebido pelo arrendamento da terra para o plantio de cana com a remuneração equivalente de 30 toneladas por alqueire não superava o rendimento da produção agropecuária menos rentável na região, como o caso da produção de leite, começou-se a oferecer cerca de 45 toneladas por alqueire no segundo contrato. Essa último valor de remuneração, segundo os sitiantes, é equivalente ao que a Usina Colombo vem pagando nas regiões mais próximas, como Fernandópolis e Ouroeste, mas inferior ao que se paga em regiões mais distantes, como Santa Adélia, município onde está instalada a unidade matriz da Usina Colombo, onde se

¹²⁶ Entre 2005 e 2008 a região apresentou uma produtividade média superior à média do Estado de São Paulo: respectivamente 107 ton/hec e 85 ton/hectare. (DANIEL & TARSITANO & ZANON, 2010, p.6)

paga cerca de 60 toneladas por alqueire. No Centro-Oeste, se pode encontrar remunerações ainda maiores, variando entre 60 e 90 toneladas por alqueire¹²⁷. E está posto outro contrassenso: maior remuneração em uma região de produção mais antiga, onde a produtividade evidentemente é menor.

Se estes fenômenos soam como incoerências do ponto de vista da lógica matemática mais geral, são coerentes com a “lei da oferta e da procura”. Os sitiantes da região compreendem que sua remuneração pelo arrendamento é menor porque são “vítimas” das regras do mercado. Como não há outras Usinas nas proximidades, e se supõe que haja um acordo entre elas com relação à área de exploração territorial, os sitiantes são forçados a aceitar os preços sugeridos pela empresa. Pedro Ruza conclui, então, que o que “judia” dos sitiantes da região é a falta de concorrência. Também o Sr. Antônio Fiorilli nos esclarece a mesma questão:

Lá [em Santa Adélia] que a produção é mais baixa, só porque tem concorrência eles pagam 60 reais a tonelada. (...)Lógico que eles estão ganhando muito aqui, e a terra aqui é bem melhor, a produção é mais alta. O pessoal que veio cortar cana disse que até parecia bambu, é facinho de cortar, um mundo de cana. A cana produz mais. E estão pagando menos, não tem concorrência, é só eles na região, e aí aproveitam. E veio numa época em que a roça estava ruim, então tiveram facilidade de arrendar a terra. Quantas propriedades que estavam montadas em Mesópolis, Populina, e arrancou tudo, curral, pasto, e plantou cana (Entrevista realizada em 15/07/2011, Mesópolis/SP).

É também a “lei da oferta e da procura” que regula o preço da tonelada de cana-de-açúcar e essa variação de preços é o fator que determina a instabilidade dos rendimentos do proprietário da terra arrendada. Desde os primeiros anos de contrato, os sitiantes acompanharam uma variação de preços de entre 27 e 47 reais. Assim, uma propriedade de 10 alqueires remunerada a 40 toneladas por alqueire recebeu remuneração que variou entre R\$ 10.800 e R\$ 18.800, equivalente a uma renda mensal entre R\$ 900 e R\$ 1.566, variação que sem dúvida afeta as condições de reprodução do grupo. Ademais, estes cálculos realizados sobre uma propriedade de 10 alqueires demonstram porque é amplamente reconhecido pelos sitiantes da região que para aqueles que possuem propriedades de até esta extensão o arrendamento não é interessante. A produção de leite, para muitas destas famílias, ultrapassa o valor de R\$ 900 reais, valor equivalente ao arrendamento pago com os preços mínimos praticados no mercado até então, e ainda sem o desconto do Imposto de Renda que, como já

¹²⁷ Este valores se referem a contratos em vigência no ano de 2010, conforme TEIXEIRA; BARREIRA; RIBEIRO, 2011.

esclarecemos, no contrato com propriedades de até 10 ha, são de responsabilidade do proprietário “arrendatário”.

Além das prejuízos relacionadas ao mecanismo de remuneração, há outras perdas materiais, que possuem tanto sentidos econômicos quanto simbólicos, embutidas no contrato. Geralmente os sítiantes entregam sua terra à Usina com o pasto, e a recebem apenas gradeada. Também outras estruturas retiradas, como as divisões de currais e outras cercas no interior da propriedade, árvores frutíferas e outros cultivos, não são repostos quando da entrega do contrato. E é justamente nestas transformações estruturais realizadas na propriedade que estão a fonte de grande fragilidade à reprodução do sítiante. Porque embora os “arrendatários” reconheçam os diversos outros riscos de prejuízos que envolvem os contratos de arrendamento, sabem que estão expostos a estes riscos também ao preservarem sua antiga produção agropecuária, quando se lhes extrai rendimentos sobretudo no momento da reposição dos meios de produção (financiamento, máquinas e equipamentos, insumos, agroquímicos...). Entretanto, se a Usina perde o interesse nas propriedades da região, o sítiante teria de refazer estruturas que demandam tempo e dinheiro consideráveis para serem repostas.

Vimos, ao analisar os aspectos da circulação das mercadorias, a intensa dependência dos sítiantes do extremo noroeste paulista em relação ao mercado de produtos agrícolas e à atuação de intermediários e das indústrias de transformação. Neste momento são realizadas diversas formas de extração dos rendimentos dos sítiantes: por meio dos financiamentos à produção e à modernização do processo de trabalho, dos correntes aumentos nos custos dos meios de produção (insumos, fertilizantes, máquinas, etc.), do escoamento das mercadorias produzidas. Também as constantes oscilações nos preços dos produtos agrícolas, os limites impostos pelas indústrias de transformação à manutenção de culturas de subsistência, as dificuldades impostas a que o sítiante realize a comercialização diretamente ao consumidor e as mudanças estruturais realizadas nos sítios quando do arrendamento para a Usina expõe a reprodução deste grupo a maiores riscos.

Entretanto, apesar da intensa dependência, vimos que não a relação com o mercado não é suficiente para definir o sítiante enquanto um tipo específico de camponês. Conscientes da exploração a que estão sujeitos e sempre suspeitosos em relação aos agentes do mercado,

em alguns episódios manifestaram-se contra seus abusos, e, cotidianamente, buscam formas de resguardar maior margem de autonomia. Encontram segurança nas redes de confiança estabelecida entre sitiantes, e entre eles e alguns mercadores. Diversificam as estratégias de circulação da produção a fim de evitar maiores riscos e buscam a forma de integração ao mercado que lhes reserve uma situação de menor subordinação. Os produtores de leite e de outros produtos de origem animal, como a carne (que são maioria na área de expansão da cana-de-açúcar) são os mais sujeitos ao mercado porque a comercialização direta lhe é restringida pela legislação sanitária. Aqueles sitiantes que trabalham com produtos de origem vegetal (como as frutas, legumes, verduras) encontram um rol mais amplo de possibilidades de escoamento da produção: podem escolher entre os diversos intermediários interessados em sua produção; entregá-la diretamente às distribuidoras ou entrepostos, eliminando o intermediário; utilizar-se do trabalho dos vendedores ambulantes; vender diretamente ao consumidor (nas feiras livres ou mesmo no próprio sítio); participar dos programas de aquisição de alimentos promovidos pelo Estado. Vimos, que, entre os sitiantes da região como um todo raros são aqueles que não realizam algum tipo de comércio face-a-face, e, nesse momento, encontram possibilidades de escapar das teias de sujeição ao mercado. Destacamos, também, o importante papel da mulher no comércio face-a-face.

A ação coletiva, que poderia minimizar ou reverter a situação de subordinação vivida pelos sitiantes, encontra limites em diversos fenômenos apontados pelos sitiantes: a falta de tempo livre que encontra explicação no acúmulo de trabalho, consequência da escassez de mão de obra e da migração de membros da família para a cidade; na penetração cada vez maior de atitudes individualistas que encontram legitimidade no liberalismo que “desgoverna” a economia; nas desconfianças de sitiantes em relação à estrutura administrativa das cooperativas, que reproduzem as hierarquias de comando de uma empresa capitalista; na lembrança traumática das cooperativas que faliram em função de dificuldades de diferentes ordens e que causaram grandes prejuízos às famílias sitiantes. Entretanto, apesar das declarações historicamente reconhecidas sobre a *passividade* do campesinato enquanto classe, observamos em diversos deles uma disposição bastante clara em relação à colaboração mútua e à disposição ao trabalho coletivo. E ademais da força das lembranças traumáticas relacionadas às cooperativas, vimos como estas e as associações produtivas se fortaleceram na região desde a década de 1980, em consequência, entre outros fatores, do incentivo estatal.

As rendas agrícolas são, sobretudo para as famílias que vivem na área onde predomina a pequena agricultura diversificada e dinamizada à base do trabalho familiar, as mais elevadas e, por isso, as que cumprem papel central na reprodução do grupo. Para estas, a renda não-

agrícola é tão somente complementar. Evidência da importância dos rendimentos agrícolas é o retorno de membros que viviam na cidade e a permanência de jovens agricultores nos sítios. De outro modo, as rendas não-agrícolas, embora contribuam para diminuir a pressão sobre as rendas agrícolas, na medida em que somam-se a estas para possibilitar a reprodução dos membros das famílias, não tem papel importante na reprodução da atividade agrícola, ou o tem esporadicamente. Entre as rendas não-agrícolas destaca-se a aposentadoria (64% dos sítios), sobretudo na área de recente expansão da cana, também o arrendamento (42% das propriedades), e o emprego urbano (38% das famílias), além de outras rendas que surgem em um ou outro dos sítios, como o aluguel de imóveis urbanos, o trabalho como intermediários, a renda advinda de artesanatos. Independentemente da origem das rendas (rurais ou urbanas) elas possibilitam a reprodução do grupo tão somente ao nível da reprodução simples. Há raros casos de ampliação da escala de produção. A diversificação dos rendimentos compõe o rol das estratégias de resistência dos sitiantes, ainda que ambígua, como, em geral se pode dizer de outras formas de resistência cotidiana.

Por fim, tomando as duas áreas em comparação neste estudo, observamos que aquela onde predomina a pequena agricultura dinamizada à base da mão de obra familiar e da diversificação produtiva é onde os sitiantes encontram maiores possibilidades de escolha na relação com o mercado, maior acesso às formas de comercialização diretas com o consumidor e possibilidades de maiores rendimentos, já que em geral cultivam produtos de maior valor no mercado (como as frutas de mesa e a borracha) porque sujeitos a uma cadeia menos densa de intermediários. Na área de expansão da cana-de-açúcar, onde predomina a produção do leite e do gado de corte, os sitiantes encontram-se numa situação de maior sujeição ao mercado, e mais empobrecidos, por serem vítimas de processos de extração de seus rendimentos ainda mais intensos. Nesse contexto, o arrendamento surge quase como a última tábua de salvação da pequena propriedade. E, através dos contratos de arrendamento, são mais uma vez extorquidos: por meio do estabelecimento de um ATR fixo; pela conversão da unidade de medida no momento do pagamento do arrendamento; no cálculo da quantidade de toneladas afixadas nos contratos. E seguem correndo riscos inerentes ao funcionamento do mercado, por exemplo, em função da variação do preço da cana-de-açúcar, que altera também o valor do arrendamento.



Foto 53. Rosemari Buzo e Cleber Mártir embalando uva de mesa para entregar ao atravessador que as revende em mercados de São José do Rio Preto. Por Elisângela de Jesus Santos, 22/07/2010



Foto 54. Uvas Riga sendo descarregadas no CEASA, na cidade de São Paulo. Paulo Riga é um dos poucos sitiantes que comercializa uvas do tipo A neste mercado. Foto cedida pela família Riga, em 15/12/2010.



Foto 55. Latão de resfriamento de leite de um dos sitiantes da área de expansão da produção de cana-de-açúcar. A modernização do processo de produção do leite é exigência de alguns laticínios. O financiamento do processo de modernização (por laticínios ou bancos) é uma das formas através das quais se extrai parte dos rendimentos dos sitiantes. Por Beatriz Medeiros de Melo.



Foto 56. Eleozino Cazaroti, descendente de italianos, entrega leite nas áreas urbana e rural do município de Urânia há 25 anos. No município não há proibição para atividade. Entrega cerca de 30 litros de leite por dia, ao preço de R\$ 1,50 o litro. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 14/12/2010.



Foto 57. Vista da Feira do Comboio. Em primeiro plano, Sr. Antonio, nordestino, que veio com a família para a região de Jales em 1970 e vende diversos tipos de farinha na feira do Comboio. Jales/SP. Por Elisângela de Jesus Santos, em 24/07/2010.



Foto 58. Produtos do grupo Delícias do Caju, da família Akamatsu, sitiantes do município de Urânia/SP. Em exposição na feira do Comboio, na área reservada à agroindústria. De pé, a Sra. Sayoko Akamatsu. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 24/07/2010.



Foto 59. À esquerda, as sitiantes Benedita e sua filha Eliane, vendendo legumes e verduras na Feira do Comboio, Jales/SP. Como vimos, as mulheres são as maiores responsáveis pelo comércio face-a-face. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 23/06/2010.



Foto 60. Funcionário da Cooperativa Jales recolhendo caixas para o carregamento da produção de um sítante associado que será comercializada por meio da cooperativa. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 23/06/2010.



Foto 61. Fachada do Posto de Resfriamento do Leite, pertencente à Cooperativa Agropecuária de Santa Albertina-SP. A cooperativa recolhe o leite dos sítantes que possuem resfriadores e comercializa a produção diretamente com os laticínios. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 08/02/2012.



Foto 62. Fachada da Associação de Produtores Rurais de Santa Albertina-SP, responsável pela administração e cuidado da “patrulha agrícola”. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 08/02/2012.



Foto 63. Veículo da frota de tratores da Associação de Produtores Rurais de Santa Albertina-SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, 08/02/2012.

**6. Outros aspectos
da cultura do sitiante**

O que queremos dizer quando anunciamos este capítulo com a expressão “*outros aspectos da cultura do sitiante*”? Que todos os elementos que trouxemos até então, que se referem à história, aos aspectos da produção, da comercialização, da organização da mão de obra, constituem também o universo da *cultura*? Justamente. Os elementos de *cultura* que traremos neste capítulo que ora se apresenta, que envolvem a relação subjetiva construída com a terra, com o espaço em que se vive e se trabalha, o sentido de comunidade construído e reconstruído através das festividades, dos ritos, do lazer, são apenas alguns dos aspectos deste universo que é constituído e constituidor da vida material em seu sentido mais amplo, da organização social dos sítiantes e de suas consciências. A concepção de cultura que adotamos aqui, então, é herdeira, sobretudo, dos pensadores ingleses do século XX que, criticando as concepções iluministas, idealistas e também aquelas imbuídas de um materialismo mecanicista, pensaram um tipo de *materialismo cultural*.

Falamos de autores como Raymond Williams e Eduard P. Thompson. O primeiro, em sua obra *Marxismo e Literatura* (2009), anunciava um incômodo para a com a ideia de “mediação” entre *base* e *superestrutura*, sugerindo que ela reforçava o dualismo entre estes dois supostos “universos distintos” (p. 131-138). Thompson, também partindo do pensamento marxista, questionava suas expressões mais economicistas, denunciando o risco de a distinção entre *base* e *superestrutura* aproximar o pensamento marxista da ideologia burguesa, afastando-o de suas proposições centrais:

Por mais sofisticada que seja a ideia, por mais sutil que tenha sido o seu emprego nas mais várias ocasiões, a analogia ‘base e superestrutura’ é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, moralidade), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flamar, desgraçadamente, no meio (linguística, disciplina de trabalho). Nesse sentido, possui um pendor para aliar-se com o pensamento positivista e utilitarista, isto é, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa. (Thompson, 2001, p. 256)

De acordo com o pensamento criticado por esses autores, a cultura, considerada um tipo de *superestrutura*, seria determinada por sua *base*, a sociedade (ou infraestrutura), acompanhando a fórmula tomada como base do pensamento marxista vulgar que informa que “o ser social determina a consciência social”. Para tais autores, esta fórmula anunciava uma estreiteza que não encontrava lastro na realidade. Williams, analisando sobretudo produtos culturais como a literatura, percebia que o que se expressava neles não era simplesmente reprodução de uma consciência, produto de um contexto, mas também desejos, projetos e

valores que não se conformavam com os valores postos em voga, que vislumbravam uma sociedade organizada sobre outras bases (são inúmeros os exemplos na obra reeditada em 2011). Thompson (1987, 1998), de outro modo, observava camponeses, trabalhadores rurais, operários, e outros que poderiam ser incluídos entre “os de baixo”, se manifestarem, de diversas maneiras, contra as regras do jogo que vinham sendo postas pelo capitalismo que se instaurava na passagem do século XVII para o século XVIII. As expressões que eles analisavam manifestavam, desse modo, uma consciência social divergente dos valores que conduziam a organização da vida material naquele momento. Então, essa *determinação*, que conduz a organização social dos sujeitos, não poderia ser simplesmente conduzida pela base. Para Williams a cultura é uma “força produtiva”...

...é todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vívido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLIAMNS,2009, p. 113)

Thompson, de outro modo, refletindo sobre a formação da “consciência de classe” percebe que ela é constituída através da *experiência*. Que cada mudança, cada transformação que, atingindo a sociedade na qual ele está inserido, também o alcança, é tratada pelo filtro da *cultura* e dos valores construídos por um longo percurso histórico. E que é das reações destes sujeitos às manifestações do mundo exterior que surge a “determinação” da vida. Esta, é, então, determinada, mas também determinante.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. (...). Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 2009, p. 225-226).

Mantendo como pano de fundo estas reflexões é que cada reação às determinações do mundo exterior, vivenciadas pelos sujeitos desta pesquisa por meio de sua inevitável inserção no mercado, no âmbito da produção, da comercialização ou dos princípios que norteiam a organização do trabalho, é percebida também como parte de sua cultura, enquanto parte de uma organização social mais ampla. Se elas são, em parte, determinadas pela vida material

deste *agora*, o são também, por valores construídos em outros espaços-tempos¹²⁸. Poderíamos dizer melhor: pelo encontro entre o passado e o presente, entre as necessidades e valores postos neste momento e aqueles herdados.

E recorreremos novamente a Williams, para quem a “estrutura de sentimento” é formada neste complexo e determinante processo. Analisando as mudanças sociais mais amplas, compreende o autor que tais mudanças, como experiências sociais, podem ser definidas também como mudanças na “estrutura de sentimentos”. E que esta última, enquanto um tipo de consciência social, se constitui na tensão entre a interpretação recebida, que, podemos dizer, foi construída num largo processo histórico, e a experiência prática.

Por cierto, justamente porque toda consciencia es social, sus procesos tienen lugar no sólo entre, sino dentro de la relación y de lo relacionado. Y esta consciencia práctica es siempre algo más que una manipulación de formas unidas fijas. Suele haber una tensión entre la interpretación recibida y la experiencia práctica. Donde esta tensión pueda hacerse directa y explícita o donde es útil alguna interpretación alternativa, nos hallamos todavía dentro de una dimensión de formas relativamente fijas. Sin embargo, la tensión es a menudo una inquietud, una presión, un desplazamiento, una latencia: el momento de comparación consciente que aún no ha llegado, que incluso ni siquiera está en camino. (WILLIAMS, 2009, p. 178)

Tales cambios pueden ser definidos como cambios en las *estructuras de sentimientos*. El término resulta difícil; sin embargo, “sentimiento” ha sido elegido con la finalidad de acentuar una distinción respecto de conceptos más formales como “concepción del mundo” o “ideología”. (...). Una definición alternativa sería la de estructuras de la *experiencia* (...). Estamos hablando de los elementos característicos del impulso, restricción y tono; elementos específicamente afectivos de la consciencia y las relaciones, y no del sentimiento contra el pensamiento, sino del pensamiento tal como es sentido y el sentimiento tal como es pensado. (WILLIAMS, 2009, p. 180-181)

Caminhamos então, na busca por reconhecer esta “estrutura de sentimentos” e suas contradições, que norteiam a reprodução da vida dos sujeitos e suas respostas às mudanças sociais. Se já o fizemos, dentro de nossos limites, para os aspectos relacionados mais imediatamente à reprodução da vida material, vamos, neste capítulo, em busca dos sentidos encontrados em outras manifestações de sua organização social, como os ritos, as festividades, a religiosidade, os momentos de lazer, as relações de identidade e diferença construídas. Não é intenção deste trabalho aprofundar o estudo destas manifestações, mas tão

¹²⁸ Lembremos a colocação de importante autora dos Estudos Rurais brasileiros, que em seu conhecido livro intitulado “Campesinato Brasileiro” falava sobre as heranças do passado como balizadoras do presente, e do futuro desse grupo: “Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.” (WANDERLEY, 1996, p. 4)

somente observar em que medida elas *falam* sobre o que sentem os sitiante em relação às mudanças sociais que afetam não somente a organização da produção, mas toda uma organização social.

Outros importantes estudiosos do mundo rural e suas transformações, por compartilharem desta mesma visão de mundo, serão para nós também referências importantes, embora suas investigações se refiram a outros espaços e outros tempos históricos. Eric Wolf (1976, p.130-146) percebia em expressões culturais como a religião, os cerimoniais, as manifestações de protesto, elementos de uma *ideologia* responsável pela sustentação de toda uma “organização social”. Estas expressões, para o autor,

...tem significado moral. Ela sustenta a ‘vida reta’ que assegura os laços sociais que mantêm unida a sociedade; ajuda no controle das tensões que nascem no seio das transações entre os homens. E ainda reforça os sentimentos dos quais depende a continuidade social. (WOLF, 1976, p. 130)

São, desse modo, importantes norteadores das respostas que são elaboradas às *pressões seletivas*. José Vicente Tavares dos Santos (1984), retomando o pensamento de Wolf, fala da “crença na comunidade” como forma de proteção, de resistência diante da mudança, que se objetiva nas relações de vizinhança, no sentimento de localidade, na prestação e retribuição de trabalho, nas instituições que ordenam o cotidiano dos camponeses, nas manifestações de lazer (p. 157-164). Todavia discordemos da afirmação de que se organize dessa forma uma “resistência defensiva, passiva”, que simplesmente “absorve os impactos da pauperização”, sabemos que tais expressões culturais são também importantes formas de proteção.

Também Antônio Candido (1971, p. 23-25), analisando os sentidos mais profundos que envolvem os “problemas de subsistência”, nega a dicotomia entre mundo natural e social (ou material e social), compreendendo que as respostas estão postas no problema mais amplo da “organização social”. E, nas reflexões que faremos a seguir, seu trabalho, embora analisando outro tempo histórico, será contraponto importante para a compreensão da forma contemporânea de expressão do “sentimento de localidade”. Sua investigação teve impacto fundamental nos estudos rurais a seu tempo. Por ela, fundamentalmente, sabemos que os caipiras paulistas (grupo cultura no qual o sitiante que aqui analisamos se integra) não são grupos isolados, tal como surgiam na representação de viajantes e observadores menos atentos, pois que “se integram em conjuntos que se alargam em diferentes graus: a) relações

dos bairros entre si; b) relações com a região; c) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região).” (QUEIROZ, 1973, p. 12-13).

Certamente os tempos são outros. A intensidade e a recorrência dos ritos que unem a comunidade nos espaços rurais são menos recorrentes, envolvem uma população menor, tiveram seus conteúdos transformados através do tempo. Os sitiantes mais antigos lembram, com saudosismo, um tempo em que o campo era o centro da vida social, e os “bairros rurais” concentravam as atividades mais importantes, como as mais famigeradas festividades, os frequentes jogos de futebol que movimentavam a sociabilidade do lugar, os bailes onde as diferentes gerações se reuniam num mesmo espaço, cada qual participando da forma particular de lazer e diversão de seu grupo. Eram nestes espaços que os jovens se conheciam, se aproximavam, e constituíam novas famílias, garantindo a reprodução social do grupo. As práticas de reciprocidade eram mais intensas, a vizinhança e o bairro constituíam uma “organização social” de contornos mais definidos.

A população do campo diminuiu, os valores produzidos pelo novo contexto de reprodução da vida material contribuiu para a produção de uma subjetividade transformada. Mas não nos atreveríamos a dizer uma *outra* subjetividade, no sentido de não encontrar lastro algum da subjetividade que neste espaço estava constituída há tempos atrás. As reflexões que faremos a seguir tratarão de explicar porque uma afirmação desta nos parece por demais arriscada.

6.1. Nós, eles e a terra

Compreender a relação de identidade compartilhada, bem como o papel das relações de diferença, e os vínculos construídos entre os sujeitos e seu território ou, em outras palavras, o que estamos chamando por *sentimento de ruralidade*, é tarefa indispensável para os intentos dessa pesquisa. As mudanças sociais que despontam no noroeste paulista com a chegada da monocultura da cana terão maior ou menor penetração à medida que tais relações estejam mais ou menos constituídas. Forjadas através de valores e sentimentos, elas compõe o universo cultural destes sitiantes.

Estudos mais recentes têm destacado que o processo de integração cada vez mais intenso da população rural à economia global resulta, tantas vezes, ambigualmente, no fortalecimento das identidades e das localidades. Contrapondo-se tanto à visão dicotômica quanto à do *continuum*, tais estudos, ao invés de anunciar a diluição das diferenças, fala em sua afirmação, em seu reforço. Tais estudos apontam para um processo de dupla direção...

...no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1998, p. 55)

A ruralidade é, então, um processo dinâmico, reestruturado constantemente através dos processos de dependência e antagonismo entre campo e cidade. Embora reconheçamos esse processo de dupla direção (e esperamos construir futuramente reflexões mais amadurecidas sobre a questão), procuramos neste trabalho, em que nos propomos explicar o fenômeno da persistência da pequena agricultura e do modo de vida rural, sobretudo, compreender os elementos que, *a partir do campo*, e a partir da cidade (embora mais residualmente), reafirmam os elementos próprios do universo rural, a *ruralidade*.

Uma primeira pergunta que podemos nos formular, nesse sentido é se ainda podemos encontrar aí “bairros rurais” tais como pensados por Antônio Candido na primeira metade do século XX. Além de uma “base territorial”, ou uma delimitação física e espacial reconhecida, o bairro rural consistia...

... no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo *sentimento de localidade*¹²⁹, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. O viajante, de antigamente e de agora, por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não integrado em agrupamento de vizinhança. Há, de fato, bairros de unidade frouxa, que poderíamos denominar centrífugos, propiciando um mínimo de interação; outros, ao contrário, de vida social e cultura mais rica, favorecendo a convergência dos vizinhos em atividades comuns, num ritmo que permite chama-los centrípetos. (1971, p. 62)

Os relatos do passado recolhidos no noroeste paulista remetem a uma organização social nos moldes desenhados por Antônio Candido. Havia um nítido “*sentimento de localidade*” expresso, por exemplo, nos jogos de futebol mencionados por quase todos os sitiantes que, quando crianças ou adultos, participaram deste que se configurava como o maior dos momentos de sociabilidade. E dizemos o “maior dos momentos” porque acontecia com relativa frequência, e envolvia todo o grupo familiar e toda a comunidade. Os homens

¹²⁹ Grifo do autor.

compunham os times que se dividiam em “times de bairro”. Nesse momento rivalizavam, defendendo a “honra” dos moradores daquela “naçãozinha”¹³⁰, e também confraternizavam com parentes espalhados pelos outros bairros rurais e com aqueles com os quais compartilhavam uma mesma identidade de homens e mulheres do campo.

Mas os jogos de futebol eram apenas uma das instituições de uma organização muito mais ampla, chamada por “bairro” ou “comunidade” rural. Padre Giuliano, hoje pároco da Igreja Católica do município de Santa Albertina, que teve importante papel na organização destas comunidades, nos esclareceu:

Pesquisadora: O que o senhor chama de “comunidade rural”? Como delimita uma comunidade rural? O que ela é?

Padre Giuliano: Antes nas comunidades rurais tinha tudo, tinha máquina de café, máquina de arroz, tinha escola, campos de futebol, igreja e máquinas de café e de arroz. Em certos pontos tinham essa comunidade, a comunidade abrangia muitos terrenos. (...). Era uma pequena cidade, uma pequena aldeia. Eram muitas, só em Santa Fé nós tínhamos trinta comunidades rurais. Eram muito grandes. Então a comunidade rural era isso. (...). O principal era a igreja, a escola era controlada pelo Estado, depois a máquina de arroz, máquina de café, os botecos e as vendinhas. A professora ia lá de charrete. Eram centros que envolviam a vida da comunidade e todo mundo. Os jovens arrumavam as suas namoradas e namorados e a família acompanhava. Tinha bailes e festas. Era uma vida interessante. (...). Eles faziam as suas festas para manter seus times [de futebol]. Tinha muita rivalidade entre um time e outro. Tinha uma vida com outro aspecto interessante. Era a comunidade que formava as pessoas. O jovem era educado pela comunidade. A comunidade que indicava o caminho. Ninguém podia fazer besteira, todo mundo estava de olho, era aquela formação comunitária com aquela simplicidade incrível. (Entrevista realizada em 30/07/2010, Santa Albertina/SP).

No noroeste paulista, neste momento já bastante adiantado no tempo em relação ao estudado por Antônio Candido, a Igreja teve, então, papel importante na organização destas que chamam de “comunidades rurais”. Além dos jogos de futebol, também outras instituições dispostas no território dos bairros reforçavam o sentido de “nação”, de espaço delimitado e identificado por seus moradores, como as “escolas rurais”, mais conhecidas como “grupo escolar”, que funcionaram na região até meados da década de 1980.

Com a migração campo-cidade, que na região toma vulto na década de 1980, as instituições que fortaleciam o sentimento de comunidade começam a esvaziar-se. As escolas rurais encerram suas atividades. Nos campos de futebol já não tantos pisoteios, times, correrias, crianças brincando, mulheres conversando... Em seu lugar, cresce a grama, ou os

¹³⁰ “O que é um bairro – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores tem consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.” (CANDIDO, 1971, p. 64-65).

cultivos comerciais, que agora precisam ser mais numerosos, para compensar o aumento dos custos de produção e a queda dos preços dos produtos agrícolas.

Entretanto, naqueles idos de 80, se a vida comunitária era ameaçada, por outro era também defendida por aqueles que permaneciam na área rural. Foi nesse momento que, como já dissemos, aconteceram os “cursos de lideranças” organizados por agentes da CATI e se fundaram “associações” em cada um dos bairros. A população do campo diminuía, mas a precarização da vida daqueles que ficavam exigia a reorganização do “sentimento de localidade”, do sentido de comunidade. Era preciso fortalecer-se diante das instituições do mercado capitalistas, que ameaçavam a reprodução da vida do grupo. Além das associações de bairro, também uma divisão espacial mais ou menos delineada dos cultivos comerciais criava e recriava esse sentimento de comunidade e alimentava as relações entre a vizinhança. No capítulo sobre a produção mencionamos que alguns cultivos se concentram em determinados bairros, e que o compartilhar de experiências sobre as técnicas produtivas foi sempre importante via de construção de conhecimentos acerca de técnicas produtivas. Enquanto se intercambiavam conhecimentos e técnicas, também se reforçavam laços de reciprocidade, relações de interdependência, laços afetivos. Há, assim, um processo de mão dupla entre a reprodução da vida material e da vida social, tal qual anunciavam os pensadores do “materialismo cultural”.

Não podemos esperar que, hoje, os espaços rurais tenham a vivacidade de outrora, e nem mesmo que, num momento em que as barreiras campo-cidade são tão mais fluídas, se encontre um sentimento de unidade tão intenso. Entretanto, com diferentes magnitudes, e estruturado de maneiras distintas, os “bairros rurais” e continuam existindo para os sitiantes do noroeste. Sua delimitação espacial continua sendo identificada e reconhecida pela população do lugar, mantendo assim uma “base territorial”. Sebastião Santim, morador do bairro rural mais habitado da região, o Córrego do Quebra-Cabaça, aponta para isso. Também Sr. Gonçalo fala sobre os limites territoriais dos bairros da região:

Tem um córrego, o Quebra Cabaça, que nasce lá em cima, perto daquelas torres. Aí ele desce nos Maribondos [Córrego do Marimbondo, também nome de bairro]. Aí como tem uma ribada que desce ali... e aí ficou está gleba aqui. Aí ficou o nome do córrego, botaram o Quebra Cabaça, por que aquele lado ali plantam pimenta. Aí o pessoal fala “Quebra cabaça”, mas tem um lá no final e lá no início. Então o pessoal que tá ali no córrego, ali ficou Quebra Cabaça Dois, por que fica mais fácil de localizar, que é este pedaço aqui. (Entrevista com Sebastião Santim, realizada em 23/07/2010, Jales/SP)

É, dali pra lá. É “dos Bonfim”, a colônia nossa tinha o apelido de Colônia Bonfim. Pra lá, eram japoneses, é Córrego... É que é dividido assim, aqui é o Córrego do

Coqueiro. Dali daquela caixa para lá, daquele bairro pra lá, é o Córrego Manuel Baiano. Até na encruzilhada lá, dá dois quilômetros de distancia, é Córrego Manuel Baiano. Depois o Córrego Fandango. No Córrego Fandango é onde moram os japoneses. (Entrevista com Gonçalo Machado, realizada em 23/09/2010, Jales/SP)

Mas esse “sentimento de localidade” não é expresso apenas na identificação das delimitações geográficas do lugar. Também na reprodução de relações endógenas, como os casamentos entre jovens descendentes de famílias rurais, esta comunidade desponta como um espaço onde ainda se compartilham identidades. Ademais do papel das relações endógenas construídas no passado para a reprodução da comunidade no presente (a grande maioria das famílias que conhecemos foram constituídas nos bailes, jogos de futebol e festividades do lugar¹³¹, e, em função dos matrimônios endógenos, muitas famílias da área rural da região são aparentadas) alguns jovens ainda buscam “segurança” nas relações matrimoniais constituídas entre “iguais”. Carlinhos Morandim, jovem de 28 anos, namora há 11 anos uma jovem cuja família já havia sido parceira de sua família na produção de uva, tendo compartilhado do espaço da propriedade de seu avô por alguns anos. Quando pergunto a Carlinhos se pretendia se casar com a jovem ele responde: “Eu pretendo, pelo fato de que hoje está muito mudado e a criação dela é igual a minha, é do jeito que eu queria. (...). Ela é parecida comigo.” Evidentemente se trata de um fato que já não acontece com a frequência de tempos atrás, sobretudo se levarmos em conta a tendência apontada de que as mulheres procurem parceiros nas áreas urbanas¹³². Entretanto, que ainda aconteça nestes tempos urbano-moderno-industriais nos parece bastante revelador.

Antônio Candido, analisando um bairro rural no interior de São Paulo num período de mudanças intensas, a metade do século XX, quando se assistiu a um processo de mais intensa urbanização e industrialização, também tratou de apontar mudanças na configuração daquele “sentimento de localidade”: observou que enquanto as relações entre a vizinhança imediata se enfraqueciam, fruto também do esvaziamento do campo, fortaleciam-se as aglomeração em grupos de parentesco, que ele chamou de “blocos familiares”, “o apoio mais certo dos

¹³¹ Apenas algumas ilustrações. Ivani Buzo e sua filha Rosemary Buzo conheceram seus esposos nos jogos de futebol dos bairros rurais. Paulo Riga e seus dois irmãos mais velhos casaram-se com as três filhas de um mesmo sitiante, passando a constituir uma família extensa que coabitava a propriedade dos Riga. Ele nos explica: “Aí por coincidência nós casamos... Três irmãos casamos com três irmãs. (...). É, um confiava no outro porque...O sogro falava que a nossa família era unida, que merecia, que não tinha perigo de deixar a filha dele passar fome e um conhecendo o outro, deu certo as três irmãs com três irmãos.” Antônio Saron também faz uma interessante explicação dos critérios que utilizou para a “escolha” de sua esposa: “Ah sim, mesma cultura. A gente vê que tem muitos casamentos que não dão certo porque a cultura não fala a mesma língua. Não sei o que é, mas eu via que a gente falava a mesma língua, procurei uma da minha praia. (...). Eu conheci ela nas paqueras de jardim. Ela era vizinha de uma tia minha. Eu procurei saber se ela era trabalhadeira, dedicada, tive informação e daí comecei a paquerar. E com uma certa resistência eu consegui.” Wilson Donda e seu filho, Edilson, conheceram suas esposas entre os *footings* que aconteciam na avenida principal da cidade e nos corredores da sala de cinema.

¹³² Tal como apontado por Pierre Bourdieu (2006) para o caso de um pequeno município no sudoeste da França.

indivíduos e das famílias nucleares” (p. 204). Para ele, as relações de vizinhança não desapareciam, mas encontravam maior capacidade de resistência “quando reforçadas pelo parentesco, tornando-a uma espécie de estrutura de solidariedade que compensam em parte o enfraquecimento da vizinhança meramente geográfica do bairro” (p. 205).

Nos bairros rurais do noroeste, algumas décadas depois, observamos que a suposição do autor se confirma, e efetivamente aquelas famílias cujo maior número de membros se manteve no campo, vivendo e produzindo, certamente encontraram maior força de resistência. Mais braços para o trabalho significam maiores rendimentos. Mais parentes nas proximidades representam, também, relações de reciprocidade e ajuda mútua mais intensas. Entretanto, perguntamo-nos o que se passou com aquelas famílias “isoladas”, que se mantiveram na zona rural como uma família nuclear “solteira”, sem outras famílias nucleares de seu tronco? Para estas, reforça-se o vínculo com uma comunidade rural agora mais extensa, mais alargada no espaço. Embora os contatos sejam menos intensos e frequentes que dantes, espalham-se por um território maior, e assim, ainda persistem, tal como também já anunciava Antônio Candido.

Nessa fase atual, os traços tradicionais, que vão se perdendo, são muitas vezes mantidos graças a certa cooperação interbairros, na qual cada um fornece elementos para a preservação das práticas. (...). Assim (...) podemos ver fatores de preservação grupal, na medida em que permitem aos grupos rurais de vizinhança – agrupamentos de sitiantes ou de parceiros – resistirem, enquanto estrutura, ao impacto da mudança causada pela urbanização. Neste sentido, funcionam como regulador da mudança, permitindo tender àquele ritmo satisfatório em que ela encontra melhores condições para se processar, podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural. (1971, p. 211).

Percebemos, desse modo, que os mecanismos de resistência e preservação observados por Antônio Candido na década de 1950 anunciavam, assim, uma tendência que continuou a reproduzir-se pelo interior paulista como mecanismo de resistência diante das mudanças, cada vez mais intensas, impostas pelos processos de modernização e urbanização mais amplos.

As relações entre “iguais” são reproduzidas na região não apenas nas relações entre vizinhos e parentes, mas também em outros espaços sociais. Como numa associação de cunho étnico, que, entre outras importantes funções, contribui para a reprodução de ritos e práticas culturais específicas do grupo que representa: a Associação Cultural e Desportiva Nipo Jalesense. Podemos afirmar que se trata de uma associação poliádica e horizontal, tal como definida por Wolf (1976, p. 116), que contribui para resistir às *pressões seletivas*. Algumas famílias se formaram nos encontros deste grupo (como Eduardo e Márcia Akamatsu, que se conheceram nas aulas de japonês, e também Nelson e Edna, que se encontravam

frequentemente nos eventos da Associação), garantindo, então, a reprodução social do grupo como um todo. A instituição, ademais, teve papel importante na reprodução da vida material dos sítiantes da região. Contribuiu, por um lado, para o fortalecimento das atividades produtivas, tendo exercido importante papel no fortalecimento dos viticultores da região (que, como já anunciamos, tinham representação importante entre os “japoneses”). Por outro lado, garantiu e fomentou espaço de reprodução de atividades culturais que reforçaram o sentimento de pertencimento deste grupo de sítiantes de ascendência japonesa à sua cultura particular e também à localidade. As atividades mais rotineiras eram restritas à participação dos componentes do grupo étnico, como a prática de esportes, repartida em grupos geracionais (como gateball, baseball, “futebol brasileiro”, karaokê, atletismo, entre outros), a reprodução de manifestações culturais (o tae ko e o karaokê) e as festividades de datas comemorativas (como o Dia dos Pais e Dia das Mães), onde aconteciam gincanas e as famílias compartilhavam do alimento preparado pelas mulheres com o dinheiro arrecadado pelas mensalidades e outras festividades. Outras atividades, entretanto, envolviam toda a comunidade, como a Festa do Arroz, que surgiu como iniciativa dos japoneses, a Festa da Lanterna (ou Bon Odori), e a Festa da Uva, que contou sempre com uma intensa participação desse grupo.

A Associação, como todas as instituições que envolvem o mundo rural no noroeste paulista, sofreu um relativo esvaziamento, que acompanhou o aumento da migração campocidade e o estreitamento das relações com o mundo urbano, que passou a oferecer diversas outras opções de lazer e sociabilidade aos jovens. Diversos grupos esportivos e culturais sobrevivem em função dos esforços de alguns membros e da participação das crianças. Outros mantêm sua força em função do reconhecimento que adquiriu nos campeonatos regionais e brasileiros, como o Taeko, cujos membros já conquistaram medalhas de ouro em competições nacionais. Entretanto o grupo se mantém enquanto importante espaço de sociabilidade. As famílias se reúnem sobretudo nas datas comemorativas e diversos membros delas continuam a participar das atividades oferecidas semanalmente. Como se reduziram os frequentadores de tais atividades, os grupos já não são separados em faixas etárias, nem mesmo em grupos de gênero. Homens e mulheres, jovens, adultos e crianças compartilham o mesmo espaço, por exemplo, nos jogos de gatebol, futebol e vôlei.

Esta relação entre “iguais”, expressa e reproduz, de outro modo, as diferenças entre os grupos de sítiantes que ocupam a região. Há os “japoneses”, mas também os “italianos”, os “espanhóis”, os “nordestinos” e os “mineiros” (dentre aqueles grupos étnicos mais delineados e identificados pela comunidade). Os primeiros, pela diferença mais evidente, tanto na

fisionomia como nos costumes, tiveram mais dificuldade de compor de modo indistinto a comunidade mais ampla, de passarem despercebidos como componentes desta “massa”. E também reproduziram a diferença, em nome, algumas vezes, da preservação das tradições e, em outras, de preconceitos que estabeleciam posições distintas para uns e outros naquele espaço social. O casamento endógeno, desse modo, era preferido por muitas famílias como modo de garantir a reprodução dos valores e costumes próprios do grupo. Nas conversas com os membros mais antigos das famílias de descendentes de japoneses ressaltava-se sempre o caso daqueles que casaram com “brasileiros”, como o irmão mais jovem de um depoente (sitiente descendente de japoneses) que, segundo ele, “destrilhou”, “casou com uma brasileira”, e também o do único filho de Sayoko Akamatsu que se casou com uma brasileira. Dos porta-retratos dispostos num móvel do quarto de Sayoko, uma senhora viúva de cerca de 70 anos, ela destaca: “essa é minha única netinha brasileira”. Embora esta regra tenha se afrouxado, como os demais costumes da população rural, o “gosto” pelo casamento entre ascendentes de uma mesma origem étnica ainda é mantido. Eduardo Akamatsu, filho de Sayoko, que teve apenas filhas mulheres, que hoje são três adolescentes, diz que não “há problema nenhum” se uma das suas filhas gostarem de “não oriental”, “mas se casar com oriental é melhor pra gente, pra manter um pouco mais da tradição”.

A reprodução do discurso sobre as diferenças tenciona – não há dúvida – algumas relações. Por vezes tais discursos naturalizam elementos de caráter, valores morais e costumes. E tais “construções ideológicas” circulam, se chocam, se contradizem. Um mesmo conjunto de elementos “morais” é reclamado por diferentes grupos. Outras vezes, estes discursos reproduzem preconceitos que circulam num contexto social mais amplo. As consequências deixadas pela reprodução de tais diferenças são mais pesadas para uns, mais brandas para outros. O que sabemos é que aqueles que, compondo grupos (familiares ou étnicos) que reproduzem tais hierarquias, se recusam a fazê-lo, muitas vezes sofrem as consequências mais pesadas, algumas delas com tons de crueldade. A maior expressão destas nos veio pela narrativa de Aiko e José Riygo sobre uma senhora japonesa que “perambula” pela região:

Aiko: Tem uma velhinha catando papelão e latinhas. Ela diz que não tem documento. Ela não tem nada. Viveu até agora. Veio do Japão. Veio do Japão com a família, mas depois ela começou a namorar com brasileiro e fugiu. Fugiu sem nada. Depois a mãe e o pai disseram que não era mais filha. (Entrevista realizada em 16/12/2010, Urânia/SP)

José: Ela não sabe dá aonde que ela veio. Lá no Japão sabe de onde eles vieram. Cada tem o seu. Cada um é de um lugar. Não tem essa documentação, ela perdeu. Ela tem família que veio, então é para ter.

Aiko: Procura e não sabe nem onde está. “A senhora vai lá ao consulado e pergunta. Se têm documento, se tem passaporte. Alguma coisa tem lá no consulado”, eu falo pra ela. Eu pergunto, em japonês: “Quantos anos a senhora tem?” “Eu não sei, eu não tenho documento”. Não tem nada. (...)Eu guardo garrafa para ela. (...). Ela não fala o português, mas se eu falar ela entende. (13/12/2010, Urânia/SP)

Evidentemente, não se trata de um comportamento reproduzido por todo o grupo de ascendentes de japoneses. Muitas famílias e membros de famílias, assumindo seu pertencimento àquela coletividade, revoltam-se com a distinção entre grupos étnicos, e destacam mesmo a “impossibilidade” prática de reproduzi-la, dado o contexto da região povoada por descendentes de diferentes grupos étnicos e a redução, no decorrer do tempo, do número de descendentes de japoneses na região. Edna Ryugo é uma das tantas que se incomodam com a imposição do casamento endógeno, e nos conta que sua avó (falecida há cerca de 5 anos, já com 83 anos), destoando dos membros de sua geração, também percebia a impossibilidade prática desta imposição. Dizia ela: “A gente está no Brasil, como é que vai casar só com japonês? Japonês uma hora vai acabar.” Também se incomodava com aqueles que se limitavam a estabelecer relações tão somente com seu grupo étnico, negando-se inclusive a aprender a língua portuguesa.

Desse modo, apontando para a complexidade da formação da identidade, construída sempre na relação com o outro, os sitiantes, apesar das diferenças, compartilham uma identidade comum. Não houve quem, dos diferentes grupos étnicos, negasse algo de “brasilidade”. Os ascendentes de imigrantes que conhecemos são nascidos no Brasil, se orgulham de sua nacionalidade particular, e até mesmo incomodam-se quando outros grupos os negam o direito a ela, o que é destacado, novamente, no caso dos japoneses. Edna Ryugo nos fala de seu incômodo com a distinção que se faz àqueles que possuem nítida ascendência japonesa.

Edna: Eu ia falar para você que eu sempre fico meio revoltada, sabe por quê? A gente é japonês, você é brasileira, só que você não é brasileira, você tem alguma descendência europeia, não é?

Pesquisadora: Tenho também.

Edna: Então. Por que a gente é japonês e você é brasileira? (...). Mesma coisa, chamar de negão, ou chegar pra você e falar: “ô branquela.”, ou chegar pra nós e falar e aí japonesada, japonês. Mesma coisa, eu acho. (...). É uma discriminação. (Entrevista realizada em 15/12/2010, Urânia/SP)

O incômodo expresso pela fala de Edna é amplamente reconhecido pelos estudiosos da questão. SAYAD (1998), entre outros “paradoxos da alteridade”, fala da crise de identidade vivenciadas por alguns grupos de imigrantes, como os ascendentes de japoneses, que no Japão

são percebidos como brasileiros, e no Brasil, como japoneses, vivendo numa espécie de “não-lugar” identitário. Diversos japoneses com os quais tivemos contato expressaram o mesmo incômodo. Mas não apenas estes o manifestam. Outros grupos, apesar de mais indistintos do todo, também lutaram para afirmar sua “nacionalidade brasileira”, luta que certamente se enraizou em seus descendentes. José Morandim conta a luta de seu pai, filho de italianos nascido no Brasil, e registrado como italiano, para conquistar o reconhecimento de sua nacionalidade brasileira:

José Morandim: O que eu sei... Eu conheci o finado meu avô, mas ele já estava bem velho. Ele veio da Itália. Mas meu pai não, ele veio daqui da região. Ele falava que ele era italiano. Ele falava que meu avô colocou ele como italiano por causa da guerra que teve uma vez. Para ele não ir guerrilhar meu avô colocou ele italiano. Os italianos não iam. Ele detestava isso aí.

Luiza Morandim: Ele lutou muito para ele passar a ser brasileiro. Ele falava que ele não era italiano, porque ele nasceu aqui no Brasil.

José Morandim: Ele tinha o documento, aí ele arrumou o advogado para passar para brasileiro, mas o advogado só comeu o dinheiro dele. Ele queria ser brasileiro [depoente dá risada].

Luiza Morandim: Ele não queria de jeito nenhum ser italiano. Falasse para ele que ele era italiano que ele não aceitava. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP).

Outros reclamam sua identidade “regional”, reforçando a constituição de um “sentimento de localidade”. Japoneses, italianos, espanhóis e nordestinos não são apenas “brasileiros”, mas, em outros momentos, são também “jecas”, caipiras paulistas. E, nesse momento, é, então, uma comunidade que compartilha valores morais, costumes e uma história construída conjuntamente, no encontro e no compartilhamento de suas diferenças. É do que nos fala o casal de sitiantes Arnaldo e Maria Machado, e também Otacílio Alves, todos descendentes de nordestinos, refletindo sobre sua identidade.

Pesquisadora: E você acha que tem alguma coisa do nordestino, no seu modo de ser?
Maria: Nada. (...). Eu sou jeca mesmo, jeca paulista. Você sabia que o jeca é paulista? Jeca paulista. (...).

Pesquisadora: Você nunca foi no Nordeste?

Maria: Nunca fui.

Pesquisadora: E você, Arnaldo, você foi?

Arnaldo: Não. (...). O modo de vida deles lá num tem nada a ver com o nosso, é completamente diferente.

Maria: Ah eu não convivo com ninguém, menina, pra te falar a verdade eu nunca convivi com ninguém nordestino, então eu não sei nada deles. (...). Nordeste que veio de lá que eu sei é meu pai e minha mãe, mas a gente não tem essa convivência não. Aqui é os caipiras de Jales que nós convive, é diferente. (Entrevista realizada em 20/09/2010, Jales/SP).

Pesquisadora: O senhor conhece a cultura nordestina, o senhor se sente um nordestino de alguma forma?

Otacílio Alves: Mais ou menos, mas não tanto... por que a gente é mais pro lado paulista. Então este pessoal da nossa geração, isto já não existe mais. E quando existia a gente era tudo criança. Tudo pequeno. Então pouca lembrança tem. (Entrevista realizada em 27/06/2010, Santa Salete/SP)

Essa porção da identidade compartilhada em muitos momentos os aproximam, permite o estabelecimento de relações afetivas e de reciprocidade bastante intensas, algumas das quais são eleitas para constituírem uma espécie de “relação de parentesco por afinidade”, constituída por meio do estabelecimento de *relações de compadrio*, de reciprocidade, de vizinhança. E o compartilhamento desta história comum faz destes sujeitos, ademais de suas diferenças, membros de uma mesma comunidade de origem. Ilustração narrada a nós com bastante emotividade é a estreita relação de amizade constituída entre o Sr. José Ryugo, descendentes de japoneses, e Gonçalo Machado, descendentes de nordestino. Maria Machado, filha deste último sitiante, nos fala da descoberta da importância desta relação na trajetória de seu pai, enquanto preparava a festa de seu aniversário de 80 anos.

O mais importante dos oitenta anos dele o que foi? O que ficou muito claro para nós que estávamos fazendo a pesquisa para fazer os oitenta anos dele: a festa girou em torno da amizade deles. Uma amizade de cinquenta anos. (...). O amigo número um dele foi José Ryugo (...). Todo assunto que a gente tocava, o José Ryugo estava no meio. Todas as conversas tinham ele. Durante seis meses a gente foi fazendo uma pesquisa, como seria os oitenta anos dele. (Entrevista realizada em 22/09/2010, Jales/SP).

Podemos nos perguntar, ainda, se há uma identificação deste grupo de sitiantes com os espaços rurais, e em que medida o fenômeno da maior fluidez entre o “rural” e o “urbano” transforma também sua relação de identidade com esse espaço. Nesse sentido, devemos lembrar que os sitiantes do noroeste paulista ali se estabeleceram em um momento em que a sociedade urbano-industrial espriava-se pelo Estado de São Paulo. Cresciam os conglomerados agroindustriais, a produção para exportação, a indústrias de bens de consumo, e, concomitantemente, desmantelavam-se as relações de trabalho que legitimavam a existência das *colônias* nas fazendas de café. Desse modo, parcela significativa da população rural migrava para as cidades, tornando-se assalariados rurais, e deixando de produzir diretamente sua subsistência. Aqueles que conseguiram escapar ao assalariamento adquirindo, pelo mercado de terras, sua propriedade privada, foram, paulatinamente, encaminhando-se à produção alimentos que supriam as necessidades da população da cidade que crescia¹³³.

¹³³ Mostramos, em diversos trechos deste trabalho, que os sitiantes começaram a produzir alimentos primeiro em função da necessidade de pagar as parcelas anuais da compra da pequena propriedade. Em seguida, com o desmantelamento das condições de reprodução de sua produção de subsistência, produto de uma legislação

Se os camponeses, como já anunciamos em outro momento, são uma classe caracterizada por uma posição subalterna na estrutura das classes sociais, aqueles que vivem em áreas onde predominam os grandes latifúndios, estão, em geral, mais diretamente subordinados a estes. Já aqueles que estão em territórios onde predomina a pequena propriedade, ao mesmo tempo em que são subordinados indiretamente pela grande propriedade, que lhes indicam a limitação de sua ação, dada a impossibilidade de concorrerem com os preços praticados pelas grandes indústrias, estão mais diretamente subordinados à dinâmica dos centros urbanos, aos quais garantem o abastecimento¹³⁴. Mesmo quando sua predominância no espaço regional é tal que mesmo a dinâmica das cidades mais próximas são determinadas pela dinâmica da produção agropecuária local – como é o caso do noroeste paulista, onde a dinâmica das cidades da região são sustentadas sobretudo pelo comércio e serviços prestados à pequena produção agropecuária – estes sítiantes estão subordinados à dinâmica de outros centros urbanos maiores, aos quais servem de celeiro de produção de alimentos.

Este último é o caso dos sítiantes do noroeste paulista. Dependentes da cidade, mantém com ela uma relação notória de ambiguidade. Por um lado, reconhecem que é a população da cidade que lhes garante a reprodução da vida, e por isso os valorizam. Ademais dessa relação de “necessidade” e “dependência”, entre as décadas de 1960 e 1970, quando as vilas urbanas e as cidades despontavam com centros regionais importantes, parte importante do espaço de sociabilidade da população do campo foi se transferindo para a cidade, estreitando relações entre estes grupos. O *footing*, conhecido em todo o interior paulista, foi uma das expressões da mudança do centro da organização da sociedade, do campo para a cidade.

Por outro lado, os camponeses identificam na cidade e na população urbana a razão da desarticulação de seu modo de vida, a difusão de práticas e costumes que vão na contramão daqueles que sustentam a organização social da vida no campo¹³⁵. São associados, então, a

ambiental mais severa, de mudanças climáticas e da concorrência com os preços reduzidos de produção das indústrias de alimentos que despontavam, os sítiantes foram tornando-se cada vez mais dependentes do mercado, e do dinheiro – e, portanto, desta produção agrícola comercial que abastecia a população da cidade - para suprir parte de suas necessidades de subsistência e consumo.

¹³⁴ QUEIROZ (1973, p. 30-31) reflete sobre essa questão, comparando a primeira situação narrada com o campesinato francês tradicional, analisados por Marc Bloc e Henri Mendras, e também com um campesinato existente ainda hoje; e a segunda situação narrada, com as situações analisadas por Roberto Redfield e Richar P. Schaedel.

¹³⁵ Esta oposição entre população rural e urbano é também amplamente reconhecida, como podemos ver na transcrição de um trecho da obra de QUEIROZ (1973): “Subordinado à cidade, o camponês tem para como ela atitudes de manifesta ambiguidade: reconhece sua própria subordinação a ela e de certo modo a valoriza; porém também a encara de maneira negativa, como centro de difusão de erros e vícios. Assim, antagonismo e conflito

adjetivos como “individualistas”, “desrespeitosos”, “materialistas”, “gananciosos”, “desonestos”. Também citadinos associam o campo e a população rural ao atraso, ao retrógrado, ao avesso da civilização, onde vive a gente ignorante (com pouca escolarização) e rústica (no sentido de constituinte de uma cultura menos “sofisticada”). Chamam, assim, à população do campo de “pé-vermelhos”, “bobos”, “ignorantes”, “caipiras”, etc. Carlinhos Morandim acredita que as mulheres em geral, tanto do campo como da cidade, preferem os homens da cidade porque veem de maneira positiva a *malandragem* e a *esperteza* que a eles é atribuída, em oposição aos “bobos” homens caipiras. As adolescentes Akamatsu contam que seus colegas de escola veem os camponeses como uma “gente suja”, analisando os costumes da população rural pelo filtro dos padrões higienistas impostos pela burguesia urbana ao campo. Assim, mesmo nesta região do Estado onde a vida no campo tem tal força, parte da identidade da população do campo e da cidade continua sendo construída na oposição entre estes e aqueles.

Hoje, embora o campo contenha muitas das estruturas encontradas na cidade (energia elétrica, água encanada, em alguns casos também internet e TV a cabo, como encontramos em algumas pequenas propriedades da região) e os padrões de consumo estejam bastante aproximados, é também sob o filtro da oposição campo-cidade que se constrói, ainda, a valorização da vida no campo por muitos dos sitiantes entrevistados. E estas qualidades, que se contrapõem ao modo de vida urbano, fortalecem o desejo destes sitiantes de se manterem na propriedade, e no campo. Se avaliações como estas já eram comuns entre os mais idosos, mais apegados às tradições e costumes do mundo rural, com a revalorização mais recente da qualidade de vida no campo (questão que é herdeira do crescimento dos movimentos ambientalistas e das reflexões sobre as “deseconomias urbanas”) também entre os mais jovens ouvimos discursos realçam as “vantagens” de se viver nos espaços rurais. Quando questionados sobre as razões porque estes sitiantes se mantêm vivendo na terra, essas avaliações comparativas estão sempre presentes, no discurso de uns e outros. No campo os vizinhos estão mais distantes, e, desse modo, se tem mais privacidade, e também mais espaço para se circular. José Morandim, de seus 70 anos, nos explica: “Aqui a gente tem tudo a liberdade, a gente sai de casa... Agora na cidade você sai e já está com a cara no vizinho, se o vizinho é bom tudo bem, agora se o vizinho é ruim como é que faz, viver perto de um vizinho ruim é ruim, é ou não é?” Também se tem um clima mais ameno, porque há mais árvores e

são comuns entre citadinos e camponeses: ‘as relações entre a gente da cidade e a gente do campo formam uma grande separação, uma das principais fronteiras das relações humanas’. Acha o camponês que a gente da cidade é uma gente ‘sem tradições nem religião, inteiramente prosaica, astuta, improdutiva e que despreza profundamente o homem do campo’ (apud Redfield, 1956 1964)”. (p. 23-24)

plantas, e menos asfalto. A jovem Mariana, de 17 anos, filha do sitiante Edilson Donda se pergunta: “Na cidade o que é que a gente faz com um sol desse? Eu não consigo ficar trancada dentro de casa, eu gosto de morar no sítio, ter liberdade.” Menos habitado, o campo também é um espaço de “menos tumulto”, “menos barulho” e, por consequência, “mais tranquilidade”. Paulo Riga, sitiante também idoso, nos afirma que “a tranquilidade que a gente tem lá [no sítio] não se vende”. Além do valor econômico da propriedade em si, é a qualidade de vida que se encontra nos espaços rurais, em contraposição à vida nas cidades, que não pode ser vendida.

Estas avaliações e ponderações não são fruto apenas da disseminação de discursos que caminham da cidade para o campo e vice-versa, mas da *experiência* mesma de diversos sitiantes, que em algum momento de sua trajetória viveram temporariamente na cidade. Foram levados pela necessidade de buscar outras fontes de renda, ou de estar mais próximos de serviços oferecidos nos espaços urbanos (de saúde ou educacionais, por exemplo), ou em função da limitação do espaço da propriedade, ou, ainda, pela crença temporária nas vantagens oferecidas pela organização do espaço urbano. Ivani Buzo conta que em função da impossibilidade de construir uma nova casa para a filha que havia casado recentemente, foi viver com o marido numa casa na cidade. Mas que não se acostumou a estar presa naquele espaço tão restrito, acordar “e ver só telhado”, quando ela estava acostumada com maior liberdade e com a paisagem verde das áreas rurais. Cecília Riga, quando jovem, também foi levada por seu pai para uma casa na cidade de Fernandópolis, para que pudesse estar mais próxima de uma boa escola, mas ela, não se adaptando à organização do espaço e à paisagem urbana, pediu ao pai para retornar ao sítio, e o fez. Maria Machado foi morar em São Paulo, na área urbana, quando, depois da geada da década de 1970 a família de seu marido vendeu a propriedade e ele encontrou um trabalho como operário de uma metalúrgica. Quando perguntei a Maria o que ela fazia durante o dia, enquanto seu marido trabalhava, ela responde, sem hesitar: “só chorava”. E, depois de explicar com mais detalhes o problema de sua inadaptação ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ela conclui: “eu não nasci pra isso, pra cidade”. Eurico também foi levado à cidade por um período, quando sua mãe, que não conseguia se curar de uma diabetes, foi levada pela família a viver em uma casa na cidade para facilitar seu tratamento. O sitiante conta que viveu lá por três anos, que não foram suficientes para completar seu processo de adaptação àquele espaço. O barulho das ruas e da vizinhança o impediam de dormir, e, nos primeiros meses, voltava todas as noites à propriedade de seu pai, que se manteve vivendo na área rural. Com o tempo, aprendeu a dormir com o barulho, mas jamais se convenceu de que deveria se acostumar com a dinâmica

daquele espaço. E hoje Eurico afirma: “enquanto a gente der conta de andar, dirigir um carrinho, a gente fica aqui [no sítio]”. Outra história reveladora é de Zenaide Preti. Desejosa de facilitar o trânsito constante de suas filhas, que estudavam na cidade e viviam no sítio, mas também sobrecarregada com o acúmulo do trabalho doméstico e nos cultivos agrícolas da família, incentiva o marido a construir uma casa na cidade. Sua filha Márcia Preti lembra que, naquele momento, ainda criança, gostava de viver no sítio, e a decisão de ir pra cidade foi sobretudo de sua mãe. “Hoje ela quer voltar e todo mundo quer ficar”, explica Márcia. Quando pergunto a Zenaide porque sente falta daquele espaço ela explica, sucinta: “Ah... não sei, acho que porque fui acostumada lá”.

Também a partir da experiência vivida pessoalmente, ou das narrativas da experiência alheia, os sitiantes contrapõe as condições de sobrevivência encontradas na cidade às do campo e se reafirma a “liberdade” de ser “dono da própria terra”, de não se ter “chefe” e de poder controlar “o tempo do trabalho” e o “tempo do lazer”. Referências a estas questões foram também muito recorrentes, e contribuem para explicar a insistência de alguns sitiantes em se manter vivendo e produzindo na terra da família. Quando questiono a Rosemari sobre as razões pelas quais ela não se adaptou à vida na cidade, no curto tempo em que viveu numa casa que sua mãe tinha por lá e trabalhou como atendente numa locadora, ela explica:

Na cidade a gente fala, se você não é dona do seu próprio serviço, lá você tem que aguentar o patrão. Você tem que... Você estando triste ou não estando, você tem que receber bem as pessoas, é um *serviço trancado*¹³⁶. Aqui se eu falar assim: “Eu vou hoje viajar, eu vou para a cidade”, eu não preciso perguntar para ninguém, *eu sou livre*¹³⁷. E na cidade você tem um compromisso, você tem que cumprir horário, tem que fazer tudo certinho. Foi principalmente por isso, pela liberdade que você tem. Trabalha no sol, é duro, não é fácil, mas nós temos também as horas... Nós falamos: “Vamos pescar, vamos para o rancho”, nós vamos, pode ser segunda, terça, quarta, ou o dia que for. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP).

Rose opõe o *serviço trancado* no emprego assalariado urbano à *liberdade* de ser dono de suas terras e de trabalhar com a agricultura. José Antônio Morandim, sitiante de 45 anos (filho de José Morandim, a quem já fizemos referência outras vezes) dá outra ilustração valiosa de sua liberdade: “se eu fosse empregado, não ia poder parar pra conversar com você, não é verdade?”. E completa,

Cidade é muito... Pra gente que é acostumado aqui... Sei lá, vai ser difícil, heim, acostumar lá. Aqui tem sossego. Eu conheço os dois lados, eu já trabalhei na cidade e lá também não é fácil. Sítio tem o lado bom, mas o sol te acaba. Cidade você tem o

¹³⁶ Grifo da autora.

¹³⁷ Grifo da autora

seu salário, ali é garantido, e sítio você fica na incerteza. Só que na cidade tem que aguentar bucha de patrão, quem é empregado, e quem é dono tem concorrência. Então... toda rosa tem espinho. Não é só rosa, tem espinho. (...). Eu num vou voltar a estudar não, eu não gosto de cidade, pra se trabalhar de empregado para os outros... Já estou com 45 anos! Se eu não ganhar dinheiro aqui, então pode esquecer. Eu vou tentar, vamos cuidar direito do que tem, pra ver se ganha mais. Se não ganhar, vou trabalhar aqui para o resto da vida, que nem estou trabalhando agora. (...). Eu falo, eu estou no sítio porque isso é nosso, eu num sou mandado aqui, faço por minha conta, saio a hora que eu quero... Só que se um dia isso aqui não der certo, eu vou embora pra cidade. Trabalhar para os outros de empregado no sítio, nunca! Trabalhar o dia inteiro com o sol nas costas pra ganhar pouco?! Pára, menina! (...). Aqui é gostoso porque eu sou dono, mas um dia se for pra eu ser mandado vou embora, quero ver eu trabalhar. (...). Já que é pra ser mandado vai logo pra cidade, pelo menos lá você está perto do povo. E roça é difícil, não é fácil não. (Entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP)

Para José Antônio Morandim, como para muitos outros sitiantes, a vida no campo é indissociável desse sentimento de “liberdade”. Ele explica que prefere o trabalho na roça do que ser empregado na cidade. Mas que prefere ser empregado na cidade do que no campo. É como se fosse uma desonra, uma humilhação, retornar à condição de empregado da agricultura que, ele sabe, se trata de atividade desvalorizada, sofrida. E, ademais, certamente recorda a situação anterior vivida por seus ascendentes. Seria como retroceder na história¹³⁸.

As experiências de inadaptação vividas na mais ou menos curta temporada na cidade, ou mesmo os temores, também encontrados muito frequentemente entre os sitiantes, do simples risco de ser retirado deste ambiente, mostram que não podemos reduzir este “sentimento de localidade” ao produto de uma avaliação racional entre vantagens e desvantagens de se viver no campo. Trata-se de uma relação de afetividade bastante profunda com a paisagem e a organização destes espaços, que passa a marcar a identidade destes sujeitos.

Diversos agricultores (também os jovens, mas sobremaneira os idosos) expressaram um forte apego à propriedade como espaço de vida. Alguns se permitem pensar que a necessidade de viver na cidade um dia pode alcançá-los, mas não a desejam. Como nos explica Antônio Saron, de cerca de 60 anos: “Posso até viver, porque o ser humano se adapta, mas não tenho nenhuma vontade de viver na cidade não. *Aqui come coisa natural, domina, vê*

¹³⁸ ECHEVERRIA, analisando o significado da perda da terra para os grupos de sitiantes que estudou, afirma: “Perder a terra significa, com perfis diferentes, para os dois grupos, perder a ‘honra’, tal como foi retratado por Woortman (1990) em seu estudo sobre a campesinidade no Brasil, ou por Peristiany (1968) e Bourdieu (1972), referindo-se às sociedades mediterrâneas. O sentimento de honra se expressa em suas imagens ideais de ‘ser livre’, ser ‘dono do seu próprio tempo’, associadas ao sentimento de autonomia que a condição de sitiantes lhes proporciona, à maneira dos ‘caipiras’, ou em imagens ideais de prosperidade e continuidade da tradição familiar, pensada em termos da manutenção tanto ‘do nome da família’, como dos negócios familiares, à maneira dos japoneses. Perder a terra significa também, para eles, uma ruptura de suas identidades sociais e de suas imagens públicas, de sitiantes ou de membros da colônia de Nazaré, ambas referidas ao lugar de suas terras: o sítio e a colônia, e ao ofício de agricultores.” (p. 185).

*a planta crescer, pega amor pela coisa, cria raiz*¹³⁹.” Outros, que já foram forçados a se mudar para a área urbana, buscaram aproximar os dois espaços, e assim reduzir o sofrimento vivenciado pelas transformações a que foram sujeitos. Como o caso de um casal de sitiantes que teve de abandonar a propriedade rural para vender uma fração dela para a quitação de uma dívida, e que reproduziu, no espaço urbano, a organização do espaço de uma pequena chácara. Comprou dois lotes contíguos e tem uma horta relativamente grande em seu quintal, maior do que muitas das que encontramos em pequenos sítios. Cultiva importantes alimentos para a subsistência da família, como a mandioca, o feijão, legumes, verduras e frutas. Aiko Ryugo, a principal responsável pela manutenção destes cultivos nos explica: “Eu acostumei desde criança no sítio. Eu gosto muito. Eu gosto de plantar. No fundo da casa tem dois lotes, eu plantei tantas coisas!”

Para outros sitiantes, parece ser mesmo impensável a vida fora daquele espaço tão familiar. Sobretudo para aqueles com uma idade mais ou menos avançada, que nasceram e viveram a maior parte de suas vidas no campo, pensar na possibilidade de viver longe dele é causa de muitas angústias. José Morandim conta que seus filhos vivem a planejar retirá-los do sítio e levá-los para a cidade, já que imaginam que lá seus pais terão mais fácil acesso a alguns serviços (como serviços médicos), e se tratar de um espaço menos insalubre para os idosos, já com a saúde mais frágil. Por outro lado, desse modo podem mantê-los afastados da possibilidade de realizar atividades pesadas, como as que eventualmente se arriscam a fazer no sítio. E José pensa: “Mas nós estamos bem aqui! A gente trabalha bastante, mas a gente gosta daqui (...). Quarenta anos que a gente está aqui, não tem mais vontade de sair não”. Sua esposa, Luiza Morandim, completa: “Aqui a gente é livre. A gente chega de tarde, vai dar uma volta, está livre.” Quando a família viu aproximar-se o risco de perder a propriedade (em função de dificuldades financeiras) e o temor de ter de abandonar o lugar chegou, então, muito próximo de José e Luiza, puderam perceber o quanto a relação com aquele lugar lhes era essencial para a vida. E José nos conta: “Nós vendemos três alqueires que já deu pra pagar e ficar livre [da dívida]. Agora ninguém tira nós daqui mais! (...). Você já pensou depois de velho ter que sair? Nossa! Deus me livre!”

Maria Machado, que também insiste em viver e produzir no campo, ademais de todas as adversidades que já atravessaram a trajetória da família, indica-nos o lugar que ocuparia na cidade: o cemitério.

¹³⁹ Grifo da autora.

Não dá pra você falar assim: “eu vou morar na cidade”. O que eu vou fazer na cidade? A terra está aqui, na pele. Se falar pra mim hoje, “vai pra cidade”, eu faço a minha opção: é o cemitério, porque é o único lugar que o agricultor cabe na cidade, é o cemitério, em outra área acho que é meio complicado. Porque quem tem vocação para terra, tem mesmo, não tem outra opção. (entrevista realizada em 22/07/2010, Jales/SP)

Alguns resistem enquanto podem, e muitos mais conseguem resistir nos municípios onde predomina a fruticultura e a diversificação de atividades (entre os municípios de Jales, Santa Salete e Urânia, por exemplo). Outros, que estão também nesta área, mas sobretudo naquelas onde predomina a pecuária leiteira e que também estão mais próximos das Usinas, sofrem as consequências de uma saída forçada do campo. Vimos alguns agricultores, como o Sr. Antônio Fiorili narrarem, entre lágrimas, o momento em que foram forçados a sair do sítio e arrendar sua propriedade para o plantio de cana-de-açúcar. Ele nos diz: “*Sítio é bonito e triste, dá mais trabalho do que lucro.*” O que lhe dá um pequeno alento é o fato de manter a propriedade de sua terra, que é então “uma garantia de futuro”.

Também da narrativa de Maria Machado escutamos as histórias dos sitiante que não tardaram a morrer quando foram forçados a sair do sítio. E também a de um sitiante que comoveu a vizinhança quando, num lapso de memória, esqueceu que tinha vendido sua propriedade, e refez sua rotina como se nunca dali tivesse saído. Constrangeu-se diante da comunidade, e sensibilizou os que testemunharam a cena. Um relato que merece ser reproduzido com a emoção da testemunha:

Principalmente pessoas idosas, isso aconteceu com todos que saíram da minha comunidade. Eu te conto todos: o Seu Zé Ramos, o Seu Antonio Pepino... Todos que deixaram de trabalhar na roça morreram cedo. (...). O Seu Zé Ramos ele vendeu a propriedade... Deixa eu te dizer uma coisa, o que aconteceu com Seu Zé Ramos dói no coração. Ele vendeu a propriedade, mas a neta dele ficou morando lá, ficou morando no sítio. Ele veio visitar a neta, mas a casa que ele morava ficou fechada. Ele esqueceu que tinha vendido a propriedade dele e botou o carro na garagem. Chegou, botou o carro na garagem e partiu pra casa. Aí a dona Josefa [esposa do sitiante] falou pra ele: “Zé, nós vendemos o sítio”. (...). Ele tinha uns 70 anos. Aí logo voltou pra Urânia, foi embora, ficou muito doente. Voltou e morreu. Teve uma doença crônica, e morreu. Logo em seguida ela [a esposa] também morreu. Isso foi uma história verdadeira que eu assisti! Que o dia que seu Zé Ramos chegou e botou o carro na garagem, a comunidade toda ficou sabendo. Muitos viram e foram falar: “aconteceu isso com seu Zé Ramos”. Ele veio pra ir na casa dos vizinhos todos e não teve nem coragem de ir, porque aquilo tocou o coração dele que ele foi embora rapidamente. Foi uma coisa que... O que aconteceu com Seu Zé Ramos é uma história do agricultor que tem vínculo eterno com a terra, a terra pra ele é tudo. Mesmo que ele aposente, envelhece, que não dá conta daquela extensão, daquela propriedade, mas a terra pra ele... faz parte da vida dele, está debaixo da unha, na sola do sapato, na poeira da roupa. (entrevista realizada em 22/07/2010, Jales/SP)

Outros desequilíbrios vivenciados por pessoas, sobretudo de idade avançada, que deixaram a propriedade, foram narrados. Maria Donda conta que seus pais, que viveram toda a vida no campo, com o agravamento de problemas de saúde degenerativos, tiveram de se mudar para a cidade. O mal de Alzheimer afetou a memória de ambos, que se esqueceram até mesmo dos filhos. De apenas uma coisa sua mãe, e também seu pai, não se esqueceram: da casa onde moravam no sítio do patrão (o casal era empregado). Sua mãe pedia todos os dias para voltar para lá. Seu pai, além da casa no sítio, lembrava-se da esposa e do cigarro.

O que pudemos perceber, então, das relações de identidade e diferença constituídas entre os sitiantes e das relações constituídas com o espaço em que vivem, é que, a despeito das muitas transformações porque passou a região de Jales com o crescimento do fenômeno urbano, da industrialização e da modernização no campo, preservou-se um *sentimento de ruralidade*, (termo inspirado no *sentimento de localidade* de que fala Antônio Candido), caracterizado por uma relação de identidade com o espaço rural e entre os sujeitos que compõe este espaço. Certamente tais sentimentos são mais fortes entre os idosos, mas não se restringem a eles. Presentes também entre os adultos, que estão hoje na faixa dos 30 aos 60, foram e ainda são vínculos essenciais para a constituição desta comunidade rural. Mais fortes em alguns jovens do que em outros, podem ser uma ameaça à reprodução do grupo. Entretanto, as possibilidades estão aí, abertas. Nas sessões seguintes veremos que, apesar de alguns membros das famílias viverem na cidade e exercerem trabalhos urbanos, mantém uma relação afetiva com este espaço, como o espaço que congrega a família, e que a representa. Estão sempre por perto, mais frequentemente nos finais de semana e feriados, para disfrutar momentos de lazer costumeiros com a família, ou menos frequentemente, nas festas que, de todo modo, celebram o mundo rural e os valores compartilhados neste universo.

6.2. A cultura no cotidiano: lazer, comida e religiosidade.

Já anunciamos, no capítulo sobre a produção, que o desejo de resguardar certa margem de lazer é característica reconhecida dos caipiras paulistas, tornada possível “num cultura organizada sob bases mínimas” (CANDIDO, 1971, p. 84). Tal característica ainda hoje se apresenta como norteadora, inclusive, das escolhas produtivas. E como no passado, continua a oferecer um “equilíbrio bio-social” importante para o grupo, na medida em que mobiliza as relações sociais e cria oportunidade, também, para o tratamento da vida material. Nas palavras do autor:

... resultava larga margem de lazer que, vista de certo ângulo, funcionava como fator positivo de equilíbrio bio-social. Realmente, uma vez aceito que tal equilíbrio se definia em termos mínimos, vemos que (...) ela proporcionava oportunidade para caca, coleta, pesca, indústria doméstica – no setor da cultura material. E para cooperação, festas, celebrações, que mobilizavam as relações sociais. O lazer era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser *julgado* no terreno ético, isto é, ser *condenado* ou *desculpado*, segundo é costume. (CANDIDO, 1971, p. 86-87)

O sentimento de identidade dos sítiantes dos bairros rurais de Jales com aquele espaço (ou o *sentimento de localidade*), e entre eles e seus parentes citadinos são reforçados nos momentos de lazer compartilhados nos pequenos sítios da região. Mencionamos o importante papel dos jogos de futebol no momento em que o campo era mais povoado. Cabe retomá-los nesse momento em que nos detemos sobre o papel das práticas de lazer na conformação da identidade do homem do campo do noroeste paulista.

Os jogos reuniam toda a comunidade rural da localidade bem como os parentes que se instalavam progressivamente nas vilas da cidade e também nos campos e vilas de municípios do entorno. Eles marcaram verdadeiros ciclos na vida das famílias. Maria Barizon conta que nasceu no dia de um jogo de futebol, e na ocasião foi apresentada à comunidade a qual passava a pertencer. “Foi em um domingo à tarde. Minha mãe falava que estava tendo um jogo de futebol em frente da casa.” Era muitas vezes nesses jogos de futebol que os jovens sítiantes se conheciam e iniciam a “paquera” que tantas vezes se desdobrava na constituição de uma nova família rural. Nestes encontros se compartilhava informações, se debatiam problemas vividos no campo, as mulheres acessavam o espaço público e dividiam seus dilemas, as crianças se encontravam e brincavam todo o dia. Era realmente uma grande festa, que durava todo um dia. Olímpia e Candido Barizon, cuja família possuía um campo de futebol conhecido por toda a comunidade, onde aconteciam tantos destes jogos, nos narram, animados, aqueles tempos:

Olímpia: Ali saia cada festa! Naquele lugar aonde vocês entraram, ali tinha campo de futebol. Nem cidade juntava gente como juntava ali!

Pesquisadora: Vinha a família? Não eram só os homens?

Olímpia: Não, vinha tudo. Criança, mulher... Era a família inteira.

Cândido: Tinha um freezer no barracão, tinha sorvete...

Olímpia: Vinha perua vender doce, vender sorvete, verdura, sabe? Eles misturavam tudo ali.

Pesquisadora: Era quando as famílias se encontravam? O time era time de família?

Cada time era uma família?

Olímpia: Eram as colônias.

Cândido: O time de Santana, Urânia, esses bairros que tinham aí vinham tudo jogar aí. Os bairros rurais. Começava cedo e terminava de noite.

Pesquisadora: O que as mulheres faziam enquanto os homens jogavam?

Olímpia: Ficavam assistindo. Batendo papo.

Pesquisadora: Tinha comida? Como era?

Olímpia: Fazia. Era doce e comidas. O pessoal trazia. Os donos da festa eram os times. Os times de futebol, eles que faziam as festas. Nós matávamos aquele monte de galinha, fazia leilão.

Candido: Vinha tudo de caminhão. Chegavam os caminhões com as carrocerias cheias de gente!

Olímpia: Gente de cavalo, gente que vinha a pé. Aqui nessa região aqui vinha gente até de Fernandópolis. (Entrevista realizada em 14/07/2009, Santa Salete/SP)

Apesar da intensidade dos encontros nos sítios ter diminuído com o passar do tempo, consequência de parte da comunidade para as cidades, do aumento de ofertas de lazer aos jovens na cidade, e do acréscimo de tempo de trabalho dispendido aos cultivos comerciais, que passam a ocupar cada vez maior importância na reprodução das famílias, o sítio continua representando lugar de referência importante para os encontros do grupo familiar, na medida em que simboliza o reservatório de sua história. Filhos que vivem na área urbana dos municípios da MRG retornam aos finais de semana para disfrutar momentos em família, como o caso da filha de Maria Machado e o neto de José Morandim. Maria Machado acredita que suas irmãs sofrem por terem sido forçadas a abandonar o campo e migrar para a cidade, e, então, todo o tempo livre disponível é momento de retornar, e aliviar um pouco desse insistente sentimento de ausência. Ela explica que “lá [na cidade] é só questão de sobrevivência, renda... Mas o coração está aqui. Chega janeiro eles já começam a ver quantos feriados prolongados tem para se programar pra voltar pra cá”.

Diversos sítiantes falaram de parentes que buscam a propriedade da família como refúgio em feriados e férias prolongadas, quando se reencontram com o espaço de referência que conforma parte de sua identidade, e reforçam os laços sociais com os familiares que, por se manterem na propriedade da família, resguardam sua memória e seu patrimônio. É do que nos fala também Coiti e Francisca Yamada, que frequentemente recebem os parentes no sítio da família, e também Sra. Edeléia Fiorili, que, embora tenha arrendado toda a propriedade para o plantio de cana-de-açúcar, tem a área de preservação permanente (APP) como um espaço onde cultiva produtos para a subsistência e disfruta de momentos de lazer com seu esposo, Antônio Fiorili, com quem vive na vila do município de Santa Albertina, e também com os filhos, que vivem em municípios distantes no Estado e habitualmente retornam para vivenciar momentos de lazer à beira do rio e compartilhar momentos de sociabilidade com seus pais.

Coiti: Sempre que tem um feriado eles [os irmãos] vêm. Uns gostam de pescar, outros de namorar... Dorme o dia todo e sai a noite. Os irmãos que foram criados aqui vêm, vão pescar.

Francisca: Meu cunhado mesmo passou as férias todas aqui, de 26 de dezembro a 23 de janeiro. Como ele é solteiro, tem 50 anos, falei que se ele quiser pode vir morar com a gente. (Entrevista realizada em 06/02/2012, Mesópolis/SP)

Edeléia: É, eu acho que aquilo lá vai ser uma recordação pra eles, e um lazer. Porque eu tenho um filho só né, e tenho um neto com 22 anos que tá trabalhando na Usina. E ele tem todo o equipamento de pescaria, na folga ele vai pra lá. (Entrevista realizada em 13/07/2011, Santa Albertina/SP)

Além de conservar-se como importante espaço de referência para a família, reunindo os laços afrouxados pelo êxodo rural, os sitiantes disfrutam cotidianamente da “margem de lazer” que resguardam por serem os proprietários dos meios de produção e responsáveis pelos resultados de seu trabalho (a despeito da intensa dependência em relação ao mercado, como já insistimos por diversas vezes). O fazem às vezes solitários, durante as horas tranquilas à beira dos rios à espera do peixe que tantas vezes alimenta a família, e outras vezes em grupo, momento de sociabilidade e de reforçar laços com os que os acompanham e com o ambiente. É comum encontrarmos, entre os sitiantes, o hábito de prostrar-se na beira dos rios para a prática da pescaria. Também se reúnem em encontros de grupos de famílias (aparentados ou não) que mantêm relações estreitas de amizade e cooperação, momento chamado por muitos na região de “sacolinha”¹⁴⁰. Ele acontece muitas vezes no meio da semana, após a jornada de trabalho na lavoura. Cada uma das famílias traz uma parte do alimento e das bebidas que serão consumidas e passam horas a conversar. Rosemari nos diz: “Churrasco é difícil a semana que você não tem. Às vezes tem duas vezes por semana. Um chama os colegas, os vizinhos, os parentes... Nós fazemos a *sacolinha*, cada família vem traz a sua carne, sua bebida e passa as horas.” Eduardo Akamatsu reúne os amigos semanalmente para os jogos de baralho em seu sítio. Carlinhos Morandim frequentemente recebe os amigos, camponeses e citadinos, no sítio de seu avô, onde mora e trabalha.

Tantos desses momentos de lazer acontecem, como talvez o leitor já tenha notado, ao redor da comida e da preparação dos alimentos. Trata-se de temática que, analisada por antropólogos e sociólogos desde os princípios do século XX, tem um potencial bastante revelador quando o que nos preocupa é reconstituir os vínculos sociais dos sujeitos¹⁴¹. Não foi

¹⁴⁰ SANTOS (1984, p. 159) fala de prática semelhantes entre os colonos do sul, chamada na região de “filó”.

¹⁴¹ Mintz (2001) faz um interessante levantamento dos esforços de reflexão (a nível internacional) sobre a temática no campo da antropologia, desde os estudos de Audrey Richards (*Land, Labour y diet in Northern Rhodesia*, 1930), aluna de Malinowski, que discute a comida e suas funções entre povos tradicionais, até os estudos que estão condensados no livro de James Watson (*Golden Arches East*, 1997) acerca da invasão dos *fast foods* na Ásia. Através do texto de Canesqui (1988), pudemos acompanhar a discussão realizada no Brasil, desde a década de 1930, sobre a questão da alimentação, tratada sob diferentes enfoques entre sociólogos e antropólogos: nas observações de Gilberto Freyre sobre a comida e o espaço da cozinha em *Casa Grande & Senzala* (publicado originalmente em 1933) e os estudos de “folcloristas” como Câmara Cascudo (*História da*

sem razão que os estudos sobre o tema tiveram tal relevo no interior das Ciências Sociais. No Brasil, sobretudo a partir dos estudos de comunidade, passou a se perceber o potencial explicativo da comida para definir determinado grupo social e cultural relativamente homogêneo. Ela exprimia um “carácter de continuidade nas relações entre um grupo e seu meio” (CANDIDO, 1971, p. 28). Desse modo a alimentação estaria estreitamente ligada à noção de cultura, já que aquilo que se come, o modo como se adquire o alimento e os “modos de fazer” são bastante diversos, relativos a modos de vida particulares. Antônio Candido explica que “há, com efeito, para cada cultura uma técnica de viver de que a alimentação faz parte, e a que deve submeter-se a fome para ser satisfeita, não obstante o seu carácter inelutável (p. 29).”

Célia Lucena (2008) faz referencia a autores que, no mesmo período, na França, faziam essa associação entre alimentação e cultura, embora em outros termos:

Moulin (1975) acredita que comemos nossas lembranças, as mais seguras, temperadas com ritos, que marcam a primeira infância. O que diz respeito à comida são objetos de “aprendizagem precoce”. Segundo Bourdieu (1979), não são retomadas no modelo escolar, sendo assim, continua-se mais estreita e significativamente tributário do habitus de classe originariamente recebido. A natureza dos produtos utilizados na elaboração das comidas parece ser menos importante do que a maneira de prepará-los e, sobretudo, de consumi-los, se se pensar no modo de servir, apresentar, oferecer e partilhar. (p. 69).

O modo como a comida se relaciona com uma gama muito mais extensa de relações é percebida, por exemplo, nas memórias que o tema “comida” ergue, que quase sempre ultrapassam a simples referência a aquilo que se come. Daí alcança, por exemplo, memórias de todo o tipo sobre aqueles de quem herdaram o gosto pelo modo de preparação e degustação daquele alimento: as conversas que se mantinham ao redor da mesa de jantar, os ensinamentos transmitidos nesse momento significativo de reunião da família, a origem nacional ou regional de seus ascendentes (que quase sempre remete também a um conteúdo étnico) de onde veio o “costume” de se comer determinado alimento, preparado de um modo bastante particular, e a

alimentação no Brasil, 1968); no período marcado por investigações de *orientação social* (até meados da década de 1970), como os *estudos de comunidade* que trataram a alimentação como um modo de compreender a reprodução material e as representações sociais dos sujeitos (cuja maior expressão é Antônio Candido e seu *Parceiros do Rio Bonito*, 1971); nos estudos de uma orientação mais técnica, solicitados pelo Estado no contexto das mudanças ocorridas com a industrialização e urbanização (entre as décadas de 1960 e 1970); no período de revigoração da temática no interior das áreas das ciências sociais e nutrição, quando se discutia uma diversidade de enfoques em torno da alimentação: desde questões do universo mais simbólico e cultural (como o estudo de Carlos Rodrigues Brandão, *Plantar, colher e comer*, 1981), até questões mais diretamente materiais, como os estudos sobre a alimentação entre os trabalhadores urbanos, recém emigrados do campo (como os estudos de Klaus Woortmann, *Hábitos e ideologias alimentares em grupos de baixa renda*, 1978, e a introdução do relatório de Octavio Guilherme Velho para o projeto *Hábitos alimentares em camadas de baixa renda*, 1977).

uma infinidade de outras lembranças que retomam a trajetória da família. Remete à forma de aquisição do alimento: ao processo produtivo que é realizado na propriedade, à coleta ou caça do alimento (como é o caso bastante comum daqueles que pescam peixes, sobretudo japoneses), ou à disponibilidade e preço do alimento quando adquirido no mercado. Faz referência também, à divisão do trabalho no interior da família: quem prepara o alimento e, enquanto isso, que atividades desenvolvem os outros membros da família; quem realiza as diversas etapas do processo produtivo do alimento consumido; quem são os responsáveis pela administração das contas domésticas e, desse modo, quem faz as compras dos alimentos que serão consumidos. Recorda, ainda, os momentos específicos em que se come determinado alimento: festividades diversas, dietas específicas, ou mesmo o próprio cotidiano. Desse modo, remeter ao tema da “alimentação” foi veículo importante para alcançarmos diversas outros temas que explicam o modo de vida sitiante, sua história e seus vínculos sociais e espaciais.

Neste capítulo, mais do que nos preocuparmos com as referências que dizem respeito às questões mais diretamente materiais (aqueles que se envolvem nos processos mais amplos de obtenção do alimento), nos preocupamos com o modo como a alimentação se torna um marcador de cultura e de identidade. Mintz (2001, p. 31) fala sobre como o comportamento relativo à comida se liga ao sentido de nós mesmos e de nossa identidade social, e, de um modo mais amplo, como as comidas são associadas a povos em particular, e portanto à noção de identidade nacional e regional (p. 32). O estudo de Lucena (2008) sobre as práticas culinárias de imigrantes peruanos na cidade de São Paulo também dá significativos exemplos sobre o modo como a culinária e a alimentação participam do processo de afirmação e reconstrução das identidades de migrantes.

Essa associação entre alimentação e identidade étnica foi instrumento importante também em nossa pesquisa para reconhecer o universo cultural que caracteriza os sujeitos de nossa pesquisa (descendentes de imigrantes italianos, espanhóis, japoneses e também migrantes nordestinos). Ao questionar diversos dos entrevistados sobre o que ainda preservavam da cultura de seus ascendentes, com bastante frequência se fazia referência à alimentação, ademais das questões relativas aos valores ligados a terra e à família (já citados no capítulo anterior). Quanto àquilo que se come, os descendentes de italianos associam a sua identidade a alimentos como: os diversos embutidos tipicamente italianos, como a *panceta* e o *chouriço*, a *menestra* (um cozido de arroz com legumes e feijão), a *tortei* (torta feita com massa de abóbora, farelo de pão e vinho, recheada com carne e recheio de carne), a *taiadela* (massa de macarrão caseira), o *pão* italiano, o *vinho*, dentre outros alimentos que não foram exatamente

trazidos por seus ascendentes, mas que são expressão mais recente da culinária italiana, como a *pizza*¹⁴². Os espanhóis identificam como heranças dos ascendentes o uso do azeite e a preparação do *mantecal*. Já no caso dos japoneses, o rol de alimentos que atribuem à sua identidade étnica é ainda mais extensa, dada a maior distancia de seus padrões culturais em relação aos padrões locais: falam do *mandiú* (bolinho doce de feijão), do *sushi* (arroz enrolado com algas marinhas e recheios diversos), do *sashimi* (peixe cru), do *misô* (sopa feita com pasta de soja), do *tofu* (queijo de soja), do arroz japonês (cozido somente com água, sem óleo e sem condimentos) e do *shoyo* (molho de soja).

Todos esses são alimentos que marcam sua identidade étnica. Entretanto, nem todos são consumidos cotidianamente. Grande parte deles o são apenas em momentos *rituais*: nas comemorações de início e final de ano, em datas comemorativas do ciclo reprodutivo dos indivíduos e das famílias (aniversários, batizados, noivados, etc.), ou naqueles almoços de domingo em que as famílias se reúnem. O ritual que vai desde a preparação dos alimentos até o consumo, com a família reunida ao redor da mesa, no interior da cozinha, constitui momento importante de afirmação da identidade étnica e também da identidade relacionada ao mundo rural. Aquele alimento, cujo modo de preparação característico foi transmitido de geração a geração, e que, em função de diversas razões¹⁴³ não pode ser preparado cotidianamente, reafirma uma história, uma trajetória familiar que se iniciou com a imigração – impulsionada muitas vezes por situações de extrema pobreza e pelo desejo de ascensão nestas terras tropicais – e que encontra plena realização com a conquista da propriedade da terra, essa sobre a qual seus descendentes hoje ainda vivem e produzem. Esse alimento ao mesmo tempo em que celebra as origens étnicas, remete à concretização da possibilidade de reprodução do modo de vida rural nestas terras paulistas, corporificada também na ideia de *fartura*.

Assim, se as celebrações em torno da comida no passado eram um modo de celebrar o “alimento produzido com esforço e irregularmente” (CANDIDO, 1971, p. 30), agora eles passam a ser um modo de celebrar uma identidade cuja origem já está distante no tempo e no

¹⁴² OLIVEIRA (2006, p. 49) afirma que “as diversas cozinhas regionais italianas hoje conhecidas só começaram a se configurar enquanto tais no curso do século XIX, com a geração que precedeu aquela que veio a ter uma experiência emigratória. Entre elas podemos citar o macarrão e a *pizza* (Nápoles), o risoto (Milão), a polenta e a minestra.” Não sabemos se os ascendentes de nossos entrevistados já preparavam a minestra e a polenta em seus países de origem. Todavia, todos os depoentes se referiam a estas formas de preparar o alimento como tendo sido aprendidas por meio deles.

¹⁴³ Dificuldade de obtenção de alguns ingredientes no mercado, falta de tempo para preparar cotidianamente receitas mais elaboradas, já que as mulheres, como vimos no tópico anterior, na maioria das vezes também estão envolvidas nas atividades produtivas do sítio, etc. CANDIDO (1971, p. 48) também explica que o caipira “se contenta com o mínimo para não demorar nas interrupções da jornada de trabalho”.

espaço, e que é, então, reafirmada através do sentido simbólico materializado nestes alimentos. Tais alimentos, de outra forma, também são produzidos com “certo esforço e irregularmente”, já que, como já vimos, grande parte do tempo de trabalho dos agricultores é dedicado à produção para o mercado.

Se estes alimentos que marcam a identidade étnica dos imigrantes não são mais consumidos diariamente, não o são porque sua alimentação cotidiana se fundiu de tal modo à alimentação já comum do caipira paulista que se torna tarefa difícil distinguir aquilo que é característico de um grupo ou de outro. Algumas coincidências históricas colaboraram com esta relativa indistinção. Como, por exemplo, o uso comum do milho e do arroz pelo caipira paulista caboclo (sobretudo a partir do século XVIII, quando o agricultor passou a se fixar mais na terra¹⁴⁴), pelo italiano (o arroz, consumido nas menstras e risotos sobretudo na Itália do Norte; o milho, consumido como polenta mais costumeiramente na Itália setentrional e como broa na Itália Meridional¹⁴⁵) e pelo japonês (o arroz cozido simplesmente com água, sem condimentos, chamado assim, de *gohan*). Estes alimentos, com o feijão e a mandioca constituíram a base da alimentação do caipira paulista moderno, do encontro dos costumes de paulistas e descendentes de imigrantes japoneses e italianos, sobretudo.

A mandioca sempre aparece associada à imigração de nordestinos que, como sabemos, teve também destacada importância na composição étnica do caipira paulista, sobretudo a partir da metade do século XX. Quando interrogamos famílias de descendentes de nordestinos no extremo noroeste paulista não tivemos dúvida da força que carrega esse alimento como condensador da identidade desta cultura regional na localidade¹⁴⁶. O feijão, outra planta aborígine (junto com o arroz e o milho), esteve associado sempre de modo generalizado à alimentação do caipira paulista, por ser produto de fácil cultivo e curto ciclo produtivo (CANDIDO, 1971, p. 52-53). Tanto japoneses como italianos mostraram, desde períodos mais remotos, terem se adaptado ao consumo destes dois artigos, que se lhes pareciam mais estranhos a princípio (o feijão, menos estranho ao japonês, que já o consumia, todavia com um modo de preparo distinto).

Além destes alimentos mais comuns, outros apareciam com frequência na dieta do caipira paulista, e ainda aparecem: é o caso da abóbora. Dona Ermelinda Preti nos mostra como esse alimento, também autóctone, foi importante para a alimentação da família. “Eu

¹⁴⁴ CANDIDO, 1971, p. 51.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, 2006, p. 48, 50, 54.

¹⁴⁶ A família Machado, proveniente da Bahia, foi grande produtora de farinha de mandioca na região, entregando o produto em diversos municípios das redondezas (através de atravessadores). Também na Feira do Comboio encontramos um agricultor, originário do Estado do Pernambuco, vendendo o produto.

passsei muita necessidade. Não passei fome porque eu comi muita abóbora e polenta” (entrevista realizada em 21/07/2010), diz ela¹⁴⁷. A abóbora, hoje, ainda é bastante cultivada nas hortas (embora Olímpia se ressinta que “nem a abóbora parece que quer sair”, ou, em outras palavras, quer germinar no solo já desgastado pelos sucessivos ciclos produtivos), consumida diariamente nas refeições e também utilizada como ingrediente de comidas mais elaboradas, como na *tortei* italiana, ou cozida com bacalhau, ao gosto dos descendentes de nordestinos, ou nos típicos doces de abóbora dos caipiras. Outros alimentos comuns no cotidiano são a batata-doce (tipicamente consumida pelos japoneses, e também nas *menstras* italianas, junto com a batata de sal) entre folhas como o couve, a chicória, o alface. Também outros modos de preparar os alimentos consumidos diariamente foram se tornando comuns na região, de que é exemplo o bolo de fubá, consumido frequentemente pela maioria das famílias.

Nas refeições cotidianas, entretanto, apesar da relativa indistinção referente à origem étnica do produto consumido ou de seus modos particulares de preparo, algumas marcas distintivas ainda são encontradas, destacando a influencia de um ou outro grupo no consumo de determinados alimentos. Assim, se associa o arroz à presença do japonês, que deu novo impulso à sua produção e consumo, como já vimos; o pão, o macarrão caseiro, e a poenta, ao italiano, frequentemente chamado de “polenteiro”¹⁴⁸; a farinha de mandioca ao nordestino. Ademais, alguns poucos produtos caracteristicamente étnicos são consumidos diariamente, como o *shoyo*, as conservas e o *gohan*, preparado ao modo tradicional (somente com água), pelo japoneses; o azeite por alguns espanhóis; o pão caseiro e o macarrão pelos italianos.

Encerrando, então, a caracterização da alimentação do sitiante do extremo noroeste paulista restaria falar sobre aqueles alimentos pouco consumidos. Apontando mais um traço de continuidade, os alimentos menos consumidos são a carne bovina ou suína, restritas aos momentos em que algum vizinho ou parente resolve matar uma vaca ou um boi, ou algum porco em criação (como vimos, é comum as famílias criarem sempre ao menos um porco para o consumo da família) ou, nos casos das famílias economicamente melhor estabelecidas, ao finais de semana. O mais comum é o consumo de “mistura” produzida no próprio sítio, como a carne de galinha, o ovo caipira e os legumes refogados.

¹⁴⁷ OLIVEIRA (2006, p. 56) também afirma que os imigrantes italianos que vieram trabalhar como colonos, diariamente se alimentavam de feijão, polenta e *abóbora*, não porque lhes agradasse, mas em função da condição de extrema pobreza. CANDIDO (1971, p. 54) também cita a abóbora, entre outros autóctones, como um importante alimento da família caipira.

¹⁴⁸ Se a expressão fora utilizada outrora para estigmatizar o imigrante italiano (OLIVEIRA, 2006, p. 50) hoje parece ter sido incorporada com alguns descendentes como símbolo de sua identidade. Assim, quando perguntei ao Sr. José Morandim de onde vieram seus ascendentes, eles responderam: “Meus avós vieram da Itália. Somos todos *polenteiros*.” (Entrevista realizada em 22/07/2010).

E se a identidade é celebrada nos alimentos consumidos no interior do grupo familiar, também o é em alguns dos alimentos comercializados em feiras livres ou mesmo por meio de uma rede de contatos construída pela família. Desse modo, além de agregarem valor monetário a alguns produtos por meio do processo de beneficiamento e industrialização, lhes agregam também um valor simbólico, que remete à história de imigração e de ocupação da região. Trata-se, assim, de um alimento especial porque produzido pelas mãos de *verdadeiros* descendentes dos imigrantes. Algumas vezes os modos de fazer foram transmitidos numa cadeira de gerações. Outras vezes tratou-se de um aprendizado posterior. Como exemplos do primeiro caso, estão o peixe pescado, as conservas preparadas e alguns legumes produzidos pelos japoneses; os embutidos preparados pelos italianos; a farinha de mandioca produzida pelos nordestinos. Como exemplos do segundo caso estão a uva e o vinho produzidos, em geral, pelos descendentes de italianos.

Resta ainda destacar o importante papel das mulheres na preparação dos alimentos. Além de cumprirem funções indispensáveis no cultivo de alguns dos produtos comercializados pela família, e também no cultivo e trato das criações que servem para a subsistência (como já anunciamos no capítulo sobre a organização da mão de obra), no momento de preparação dos alimentos vê-se reafirmado o papel das mulheres na reprodução material e imaterial (cultural) do grupo familiar. São elas, por um lado, as responsáveis pela preparação da comida diária, a comida de todo dia, importante para a reprodução biológica de todos os membros da família. Foram muito raras as menções à presença do homem na preparação dos alimentos. Por outro lado, são elas também as guardiãs dos “modos de fazer” o alimento, transmitido de geração a geração, e que, como vimos, tem papel tão importante para a afirmação da identidade do homem do campo.

Por seu vínculo tão estreito com a preparação da comida, é a mulher a principal portadora daquela gama de lembranças que envolvem o cultivo e a preparação dos alimentos. Porque se, por lado, eles, os alimentos, estão no centro dos principais momentos de sociabilidade dos sítiantes, por outro, remetem aos principais dilemas reprodutivos da família. Desse modo, por intermédio da comida a mulher reconhece os diversos aspectos da vida cultural do sítiante, de sua história, bem como os principais problemas produtivos que afetam a reprodução da família, como a carestia, os ciclos de aumento e diminuição da produção de determinados artigos importantes para a reprodução, e as causas mais diversas que envolvem a transformação dos hábitos alimentares da família. Se não reconhece com mais detalhes as transformações no mercado dos produtos agrícolas, assunto no qual mais frequentemente estão envolvidos os homens, reconhecem as mulheres as consequências destas transformações

na reprodução da família, além de guardarem memória de outras causas de transformação na alimentação, como as mudanças climáticas, a influência dos costumes urbanos, entre outros. Thompson menciona que a “opinião pública” que se forma entre mulheres a partir da relação constituída com o alimento e a reprodução da família tantas vezes concedeu matéria importante para a organização de ações coletivas.

A esfera da autoridade feminina provavelmente se encarregava da maior parte das compras de alimentos, e dentro da casa era responsabilidade das mulheres assar o pão, preparar a cerveja e cuidar da alimentação da família. Elas eram, portanto, especialmente sensíveis aos preços e à qualidade das mercadorias, e as primeiras a terem de elaborar economias e estratégias de sobrevivência diante da ameaça de desabastecimento. Esse papel as tornava guardiãs da sobrevivência da família em pé de igualdade com os homens, que talvez ganhassem a maior parte da renda familiar. Discutiam os problemas, raivas ou ansiedades com as outras mulheres, não apenas no dia do mercado, mas diariamente nos encontros cotidianos. Isso favorecia – Alice Clark escreveu há muito tempo – ‘a formação de uma opinião pública feminina sobre os acontecimentos presentes’. As famílias eram assim unidas, e preparava-se o núcleo para as ações diretas (1998, p. 247).

Pudemos observar o papel da comida como símbolo de identidade e o papel das mulheres como guardiãs de uma memória privilegiada sobre a vida no sítio em todas as entrevistas que realizamos, mas, sobretudo em dois momentos pontuais. Em duas situações mulheres sitiantes (Virtudes Saron e Luiza Morandim) nos prepararam alimentos que, para elas, remetem, por um lado, à identidade étnica e, por outro, às memórias mais amplas da história e da reprodução das famílias.

A primeira destas situações foi proposta pelo filho de Virtudes, Antônio Saron. Durante uma de nossas conversas, quando falávamos das comidas mais tradicionais para o italiano e o espanhol (Antônio é filho de um descendente de italiano com uma descendente de espanhóis), Antônio se recordou, com imenso saudosismo, do bolinho de manteiga (*mantecal*) que sua mãe fazia frequentemente quando ele era solteiro e que hoje prepara somente em situações muito especiais. E propôs: “Minha mãe poderia fazer para você, se quiser, pra você ver como é”. Virtudes Saron se agradou da ideia, e se prontificou a prepará-lo em minha presença. Senti-me lisonjeada pela proposta e logo imaginei a quantidade de lembranças que jorrariam de um momento como esse¹⁴⁹. Comprariam, então, a banha de porco, o ingrediente mais difícil de ser adquirido por eles. Ademais, precisariam de farinha de trigo e açúcar, itens

¹⁴⁹ Esta oportunidade me lembrou uma atividade que nós, no interior do grupo de pesquisa *Terra, Trabalho, Memória e Migração*, temos o costume de desenvolver em nossas investigações: as oficinas de memória. Trata-se de momento em que, ao refazer uma atividade comum a seu universo cultural, os sujeitos recordam mais facilmente momentos, lugares e acontecimentos do passado. Mais referências a respeito podem ser encontradas em MORAES SILVA (2005).

que costumam ter estocado em casa. Dois meses depois, em meu retorno a campo, pude, então, acompanhar a fazedura do famoso biscoito espanhol.

Como a preparação do *mantecal* fora um momento de recordações bastante fortes para Virtudes Saron, decidi repetir, mais adiante, a mesma experiência com uma família de italianos. Propus a Sra. Luiza Morandim, com quem já tinha construído uma relação de confiança mais sólida, que me preparasse a tão famosa *menestra*. Luiza se encantou com a proposta e, assim, em meu retorno a campo, acompanhei a preparação do alimento. Os ingredientes utilizados foram o feijão cozido e triturado (como um caldo), arroz, batata-doce, “batata de sal” e pequenos pedaços de carne de porco.

Em ambas as situações, o momento de preparar o alimento, de refazer essa atividade transmitida de geração a geração retomou, então, memórias preciosas para nossa investigação. Luiza e Virtudes lembraram-se de seus pais e avós, já falecidos, de seus costumes, das palavras que costumavam pronunciar na língua nativa (italiano ou espanhol), da razão pela qual alguns alimentos deixaram de ser produzidos e, por isso, não são mais encontrados facilmente para a preparação das receitas tradicionais, da divisão do trabalho no lote, entre diversas outras memórias que foram narradas no corpo desta tese.

As comidas, ademais, são elementos importantes em rituais que concedem à reprodução da família, sua história e ascendência, um sentido sagrado. Diversas expressões religiosas têm na comida o veículo por excelência de comunhão importante com o divino, com os antepassados e mesmo com aqueles que comungam de uma mesma fé. Thompson lembra o exemplo do catolicismo, reafirmando o que viemos dizendo até então acerca do risco de reduzir o alimento à sua função de subsistência:

Dissecar uma área da atividade econômica e chamá-la de “subsistência” é separar as ligações sociais, sacras e até cósmicas que o preparo das refeições e a comensalidade podem representar. Por essas razões, Greenough suspeita que “a economia moral do arroz em grande parte da Ásia é mais verdadeiramente moral, mais fértil de implicações, do que os historiadores econômicos e políticos tem se disposto a admitir”. Mas não há razão para restringir essas ideias à Ásia ou ao arroz. O pão, que é o “esteio da vida”, tem papel importante no Pai-Nosso; pão e sal eram os presentes com que os camponeses europeus acolhiam outrora os visitantes; e a hóstia do sacramento da eucaristia era feito de pão ázimo. (1998, p. 265)

Em outros grupos religiosos presentes na região, como entre os budistas, representados em sua maioria pelos descendentes de japoneses, reconhecemos o importante papel do alimento como oferenda aos antepassados. Há uma relação quase que de reciprocidade entre os vivos e os mortos. Aqueles têm obrigações para com estes no sentido de lhes iluminar o caminho da “vida eterna”, ajudar sua alma a encontrar um caminho de luz. Alimentam em

relação a eles também um sentimento de gratidão pela vida, quando se reforça o sentido de continuidade do grupo e o sentimento de fidelidade parental e filial. Como símbolo da gratidão oferecem aos ancestrais, por exemplo, o alimento que lhes agradava quando em vida. De outro modo, se acredita que os mortos continuam a proteger seus descendentes, a propriedade e as colheitas. Sayoko, que herdou do marido a obrigação de perpetuar as práticas budistas no seio de sua família, explica que o primeiro alimento de cada lavoura e o primeiro pedaço daqueles preparados para o consumo da família são ofertados no oratório budista como um modo de solicitar sua purificação e abundância. A religião budista, deste modo, tem no alimento veículo importante de cerimônias memorialistas que celebram a continuidade do grupo e concedem um conteúdo sagrado à reprodução do grupo.

Pesquisadora: Mas o que a senhora aprendeu a fazer do budismo?

Sayoko: Pra agradecer os antepassados pra não esquecer.

Pesquisadora: E quais são os rituais que se deve fazer?

Sayoko: A gente oferece as novidades que tem que, arroz, café... Quando fizer arroz novo, leva no altar, café da manhã leva lá primeiro. Todo dia. Também a água. Seicho-No-Ie também é água. Poe também no altar, café, chá, bolo. Se faz bolo o primeiro pedaço é pros mortos.

Sandra: Arroz significa prosperidade, então a gente oferece para os mortos pra nunca faltar arroz, é uma coisa próspera. Agora água é pra não passar sede, agora o resto vai fazendo por que... Porque sempre fez isso. (...). As frutas a gente também oferece pra nunca faltar aqui no sítio, o que a gente tem. Da uva, oferece o cacho mais bonitinho.

Sayoko: Primeira uva que a gente coisa já põe, agradecendo.

Pesquisadora: Tem o altar, não é? Depois eu quero ver.

Sayoko: Isso. Acende vela assim todo dia, de manhã, de tarde e a noite assim.

Pesquisadora: Pra que a senhora acende?

Sayoko: É para os antepassados.

Sandra: Forma de agradecer e sempre ter claridade pra eles.

Sayoko: Agradecimento pra tudo dar certo nessa vida, e que eles vão pro plano espiritual. Então agradece eles e pede que eles ajudam aqui na terra (Entrevista realizada com as mulheres da família Akamatsu, em 14/12/2010, Urânia/SP)

E não apenas através da comida a cultura se reproduz no cotidiano. Outros símbolos e práticas cerimoniais “sublimam a continuidade da unidade familiar” (WOLF, 1976, p. 131). Os oratórios budistas, por exemplo, abrigam os *ihais*, as tábuas mortuárias que remetem a cada um dos antepassados que, ao morrer, se converte em entidade guardiã da casa e da família (OCADA, 2006). Católicos também preservam em altares imagens de santos cuja devoção foi herdada de seus ascendentes, como o caso de Edilson Donda, devoto de Santo Antônio, tal como seu avô materno. Também em cerimônias realizadas cotidianamente ou para celebrar ciclos relacionados à trajetória da família ou datas comemorativas de santos e outras divindades, os camponeses se mantêm reunidos em torno de valores e crenças, reafirmando a ordem comunitária. Budistas celebram as missas aos mortos, frequentam cultos

em templos budistas ou em reuniões da filosofia seicho-no-ie. Soubemos que na região há, inclusive, um templo que ainda celebra cultos em japonês, uma vez ao mês. Católicos vão aos terços, às missas, realizam novenas dedicadas aos santos de sua devoção, quando cumprem as dívidas e solicitam proteção e auxílio. Embora a migração de parte da comunidade para as cidades tenha resultado numa menor atividade nas igrejas dos bairros rurais, em alguns deles, com o Córrego do Viadinho, um dos mais povoados do município de Jales, se realizam ainda celebrações semanais.

O sincretismo religioso, por fim, é outra das formas através das quais os diferentes grupos étnicos e culturais compartilham valores comuns. Tal sincretismo é mais forte entre japoneses, que, portadores de práticas culturais mais estranhadas entre os sitiantes paulistas, perceberam no diálogo cultural e religioso um modo de integrar-se à comunidade de destino. Os descendentes de japoneses comumente participam de rituais católicos e budistas. Muitos são filhos de budistas e batizados e crismados em Igrejas Católicas. Frequentam os *cultos* e as *missas*.

6.3. Festas e cerimônias

A natureza das festas que acontecem na região como que esclarecem ao observador menos atento o “espírito do lugar”, na medida em que celebram e fortalecem as identidades, da comunidade como um todo e de grupos específicos, oferecem oportunidade para a celebração de um estilo de vida, de valores compartilhados, e frequentemente se referem ao conteúdo da vida material que possibilita a reprodução da comunidade. Nas festas camponesas, ademais, “frequentemente celebra-se a interdependência e celebra-se as regras que as governam” (WOLF, 1976, p. 132).

Na MRG de Jales veremos que as festas mais conhecidas e frequentadas pela população, tanto do campo como da cidade, remetem ao universo camponês, à agricultura, à religiosidade e à família. Começamos, então, com as festas relacionadas aos ciclos agrícolas.

A festa agrícola mais antiga mencionada pelos sitiantes da região é a Festa do Arroz, que teve suas primeiras versões já em finais da década de 1950, quando a região começava a ser ocupada pelos antigos colonos das fazendas de café. Tinha esse nome porque, segundo Sergio Nishimoto, o arroz era uma cultura bastante importante para aqueles novos sitiantes, por seu ciclo curto e por ser produto que servia tanto à subsistência como à comercialização. A festa foi iniciada por sitiantes japoneses que, ademais, deram impulso ao cultivo do arroz na

região. Todavia, esta era, segundo Sérgio, a “festa da agricultura”, que abrigava e representava a diversidade étnica e produtiva da região. Eram expostos e comercializados uma diversidade de produtos, de comidas típicas da região e também da comunidade japonesa, e chegou até mesmo a abrigar, mais recentemente, uma exposição sobre a história de ocupação da região, com mostras de fotos e objetos, momento de rememoração e celebração das famílias sitiantes. Comerciantes e sitiantes fazem doações que são revertidas em prêmios sorteados durante a festa. São utensílios domésticos, instrumentos agrícolas e ferramentas.

Desde 1960 a Festa do Arroz passou a compor a Feira Agrícola Comercial Industrial e Pecuária de Jales – FACIP, que acontece todos os anos no dia do aniversário da cidade, em 15 de abril. Nesta grande festa, além da Festa do Arroz, há exposições de estabelecimentos comerciais e industriais ligados a atividades urbanas e rurais, rodeiros e também shows de reconhecidos músicos que cantam ritmos ligados ao mundo rural, como o sertanejo. No ano de 2011 os sitiantes (sobretudo japoneses) se retiraram da organização por discordarem da decisão pela terceirização da administração. Em virtude do distanciamento dos sitiantes, a festa teve um público bastante reduzido em relação aos anos anteriores. Os sitiantes negociavam seu retorno à organização para o ano de 2012.

Outra festa bastante conhecida e esperada na região é a Festa da Uva, que acontece anualmente entre os meses de agosto e setembro, período da colheita da uva que, na região, é plantada entre os meses de junho e julho. Pude acompanhar uma de suas edições, no ano de 2010. Frequentam a festa, que acontece todos os anos num espaço na área urbana do município, tanto sitiantes quanto cidadãos e, desse modo, toda a cidade celebra a importância da população rural e da produção agropecuária para a reprodução daquela sociedade em seu conjunto. O show musical realizado anualmente reafirma a ruralidade que a festa representa: naquele ano de 2010 os convidados foram a dupla Liu e Léo, cantores do estilo sertanejo, que, tal como os sitiantes de Jales, nasceram nas colônias de café do interior paulista. Além do show, há barracas com comidas típicas, com produtos da agroindústria familiar, há também as barracas das indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas (representando, ali, a presença do mercado e da economia), um parque de diversões para as crianças e o barracão de exposições.

É um momento importante de afirmação dos produtos da região, destacadamente da uva, mas também de outros produtos agrícolas. O festejo gira em torno de um concurso de cachos de uva. São dispostos, num grande galpão, os cachos inscritos pelos produtores da região, que são julgados e premiados segundo as categorias nas quais foram inscritos. Elas são diferenciadas por espécies de uva (há cerca de oito espécies cultivadas na região), e, cada uma

delas, também por tamanho do cacho (no sentido de localizar os maiores) e pela qualidade do cacho (no sentido de localizar os melhores). Além disso, é eleito um cacho “campeão geral”, o “maior cacho” e o “melhor cacho” de uva entre todas as espécies inscritas. Os eleitos recebem prêmios em dinheiro e, ademais, cada cacho de uva inscrito recebe um cupom que lhe dá direito de participar do sorteio de uma diversidade de brindes (entre suplementos e equipamentos agrícolas, utensílios domésticos e ferramentas, tal como acontecia na Festa do Arroz).

Sendo importante momento de reconhecimento do trabalho do sitiante, diante de sua comunidade (rural) e também diante da população urbana, são reproduzidas nesse espaço também algumas tensões que participam da luta pelo reconhecimento. Elas se expressam, por exemplo, no momento de escolher o nome do integrante da família com o qual o cacho de uva será inscrito. Como pudemos observar nos trabalhos de campo realizados nos sítios, as mulheres cumprem importante papel nos trabalhos na parreira de uva, sendo as principais responsáveis pelas tarefas que exigem os maiores cuidados, como a desbrotação e penteação. Segundo uma depoente são também as mulheres que selecionam e embalam os cachos que participarão do concurso na Festa da Uva, enquanto os homens ficam responsáveis por levar os cachos até a sede da exposição e, ali, indicam a Comissão Organizadora do evento em nome de que integrante da família cada cacho deve ser inscrito. Embora a família desta depoente participe da Feira há cerca de 5 anos, somente em 2009 é que um dos cachos foi inscrito com o nome dela. Antes disso, todos eram inscritos como o nome de seu esposo ou de seu cunhado.

Sitiantes (mulher): Eu embalei a uva e falei: “Agora você escolha a melhor e põe teu nome.” Só que quem cuida dos cachos sou eu. Eu pensei: “Olha, Deus, como que é: eu é que cuidei desses cachos.” Até aí ele sempre chingando, reclamando. Eu embalei a uva e falei: “Você pega a mais bonita e põe teu nome”. Nunca tinha exposto meu nome. Ele fez. Chegou lá deram as duas minhas em primeiro lugar, sendo que as duas dele era a mais bonita.

Pesquisadora: Olha, vocês são bons mesmo, caprichosos.

Sitiantes (mulher): É tudo eu. [risos]

Sitiantes (esposos): Eu não faço nada. [risos]

Sitiantes (mulher): Eu só levei o nome o ano passado, ele pôs meu nome. Mas só ele que levava o nome, porque eu que só arrumava. [risos]

Sitiantes (esposos): Eu não tenho paciência para essas coisas.

Sitiantes (mulher): Eu que escolho o cacho, eu que embalo o papel, tem o jeito, tudo cuidadinho delas. Aí ele leva, ele vai arrumar, eu falo: “Cléber, leva com cuidado.” Ele já vai jogando. [risos]. É um trabalho persistente: os cachos apodreciam, todo dia dava aquele vento, levantava o papel. Eu ia no dia seguinte, cobria o cacho de novo. Se no outro dia arrancava, eu ia lá cobria, perdia tempo para fazer isso, mas compensou. [risos] (entrevista realizada em 22/07/2010, Urânia/SP)

Na narração desta sitiante, percebemos o quanto aquele momento de exposição dos frutos de seu trabalho, das uvas que ela dá a forma com o trabalho da penteação, torna-se importante para que ela se sinta valorizada. Mesmo que durante anos seu marido não tenha tido a iniciativa de colocar seu nome nos cachos de uva, e que também ela autorizasse o marido a colocar seu próprio nome nos cachos mais bonitos, ela insistia em cumprir todos os passos do ritual da preparação da participação da família no concurso. Até que, por um acaso (ou por uma atitude premeditada da comissão organizadora, disso não podemos saber) os primeiros cachos inscritos com seu nome ganharam o primeiro e o segundo lugar nas categorias que foram inscritos. A sensação percebida nos risos e reclamações proferidos pela sitiante na presença de seu marido enquanto me narrava estes fatos demonstram a satisfação que teve ao ver seu trabalho publicamente reconhecido. A alegria que sentiu nesta ocasião parecia maior do que a alegria de ver os cachos premiados com o nome do marido.

No ano em que acompanhamos a festa (2010) pude atestar, mais uma vez, a invisibilidade do trabalho feminino. Dos 27 cachos de uva premiados em 11 categorias diferentes, apenas dois estavam inscritos com o nome de uma mulher: era o de Rosemari Buzo, que ganhara o segundo lugar da uva rubi e o terceiro lugar da uva benitaka. A família Buzo foi premiada também em outras categorias: campeã geral e 1º lugar entre as uvas itália, no nome de Cleber Martir, seu esposo; 1º lugar entre as uvas rubi e 2º lugar entre as uvas itália, no nome de seu filho. Lembramos que estas duas espécies de uva (rubi e itália) necessitam da penteação, a tarefa mais árdua no cultivo da fruta e que é executada quase exclusivamente pelas mulheres.

Também a Festa do Caminhoneiro remete, indiretamente, à produção agrícola. Ela celebra a atividades daqueles que são os responsáveis por fazer circular a produção dos sitiantes da região, e acontece desde a década de 1980, no mês de julho, data comemorativa do profissional motorista, e está em sua 25ª edição.

As festas religiosas, ao mesmo tempo em que evidenciam a importância do catolicismo entre os sitiantes paulistas, são momentos de celebração que sempre remetem, indireta ou diretamente, ao calendário agrícola e à agricultura. Anualmente acontecem: a Romaria no mês de agosto, data de aniversário da Diocese de Jales; as festas juninas e julhinas, quando se comemora os “dias de santo”, se pagam promessas e se realizam as quermesses; a Folia de Reis, que tradicionalmente acontece entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, relacionadas às comemorações do Natal e Ano Novo; e o Bon Odore, a comemoração do “dia dos mortos” dos japoneses que acontece na região também desde a década de 1960.

Diversas destas festas, direta ou indiretamente, são também momentos de afirmação e celebração do mundo rural e sua população. As festas juninas, sabemos, além de estarem relacionadas ao calendário católico, quando se celebra os dias de São João, São Pedro e Santa Antônio, também se relacionam com o calendário agrícola, já que acontecem no período de colheita de culturas como o milho e o feijão. As comidas típicas das festas juninas são aquelas tradicionalmente preparadas com o milho (como a canjica, a pamonha e o curau), feitas tantas das vezes pelos sitiantes da região. Outras festas religiosas, mesmo que indiretamente, se remetem e representam o mundo rural por se este um espaço onde ela se mantém bastante preservada. Ilustração do papel destas festas na representação da agricultura da região veio, por exemplo, da indignação de um sitiante ao afirmar que, em uma das romarias, o bispo Dom Demétrio levou em suas mãos, “puxando” a Romaria (que acontece desde 1985), um feixe de cana. Disse o sitiante: “...levou um feixe de cana, representando a agricultura familiar! Ao invés de levar leite, que aqui é muito forte a bacia leiteira, ou fruta...” Não encontramos confirmação da informação do fato narrado pelo sitiante, e muito menos explicações sobre o fato por qualquer meio. O que sabemos é que o bispo tem se manifestado publicamente contra a expansão da cana-de-açúcar na região, como mencionamos no primeiro capítulo da tese. De todo modo, a preocupação do sitiante ilustra o papel que cumprem tais festividades em representar o “espírito” da região. Também no texto encontrado no portal da internet da diocese se anuncia que a celebração da Romaria é, também, parte das celebrações da fundação daquela porção do Estado hoje conhecida como MRG de Jales:

As Romarias começaram em 1985, por ocasião do Jubileu de Prata da Diocese, quando solenemente foi reimplantado na Praça da Catedral o cruzeiro de fundação da cidade de Jales. A partir de lá todos os anos a Diocese volta a se reunir ao redor do cruzeiro para reviver sua história, celebrar sua unidade e renovar seus compromissos de Igreja que quer abraçar a missão que Cristo lhe confia em nosso tempo. (DIOCESE DE JALES, 2011)

Outra importante festa é o Bon Odori, também chamada de “festa da lanterna” ou “festa aos mortos” realizada também no Japão no mesmo mês de agosto, herança de tradições budistas. As festas comemoram a sabedoria dos ancestrais (representada pelas lanternas), e danças tradicionais são feitas em sua homenagem. É uma festa anual que está em sua 46^a edição, tendo se iniciado, portanto, na metade da década de 1960. A festa circula entre diferentes cidades da região (Urânia, Votuporanga, Jales, Rio Preto, Palmeira D’Oeste, Fernandópolis, Santa Fé do Sul, entre outras), mas sobretudo naquelas onde os descendentes de japoneses são mais numerosos. Não se trata, entretanto, de festa restrita à comunidade

budista e aos descendentes de japoneses. José Ryugo nos conta que muitos “brasileiros” já participam da “dança aos mortos”. Teme, com isso, que as tradições sofram mudanças muito radicais, embora compreenda que a festa é um momento de integração entre diferentes culturas.

Há, também, as festas comemorativas realizadas pelas famílias para celebrar seus ciclos de reprodução e os ritos de passagem de seus integrantes, como nascimentos, batismos, casamentos, aniversários, bodas, etc. Antigamente tais festas (realizadas ao som de uma pequena banda local, quase sempre comandada pelo sanfoneiro) reuniam toda a comunidade rural, eram momentos importantes de socialização e também cumpriam papel na reprodução do grupo, na medida em que tantas das novas famílias nucleares se formavam nestas festas. Sua função sofreu mudanças, o público já não é o mesmo e talvez nem mesmo tenha a extensão de outrora. Mas elas permanecem, tal como os outros festejos típicos da região. Hoje retornam para participar deles os parentes dos sitiantes que vivem próximos e distantes, e são convidados também aqueles cidadãos locais com os quais construíram laços importantes (como os ex-vizinhos que migraram para a cidade, comerciantes, professores, parentes). Assim, tais festas, tal como as outras preservadas no espaço da MR, cumprem o importante papel de reforçar os laços entre sitiantes, seus parentes distantes, e a população urbana do entorno.

Este capítulo que encerra nossas reflexões sobre a resistência da pequena agricultura à expansão da cana-de-açúcar na região teve o importante cargo de evidenciar o papel da cultura e das relações de identidade na afirmação do modo de vida sitiante na MRG de Jales. Pudemos acompanhar diversas expressões de um “sentimento de ruralidade” que, ademais do fenômeno da migração campo-cidade e do fortalecimento do fenômeno urbano, pôde resistir em função do fortalecimento de instituições que serviram à reprodução de relações endógenas, como as associações de bairro, a associação nipo-jalesense, os matrimônios entre filhos de sitiantes e o fortalecimento dos blocos familiares.

A despeito das diferenças percebidas no interior deste grupo, composto por famílias de diferentes características étnicas e culturais, pudemos verificar o delineamento de uma “identidade regional”, de homens e mulheres caipiras ou jecas paulistas, e mesmo de uma “identidade nacional”, reclamada pelos descendentes de diferentes grupos étnicos que, todavia, nasceram e se reproduziram nestas terras.

Apontamos, ainda, a profunda relação de identidade construída pelas famílias com o “modo de vida rural” e seus signos, os sofrimentos vivenciados por aqueles forçados a migrar para as cidades em função do arrendamento para a produção de cana-de-açúcar, e a relação de ambiguidade (dependência e antagonismo) construída com o mundo urbano.

Por fim, as formas de lazer, construídas no espaço rural e ao redor da preparação dos alimentos, e as festividades que se mantêm na região desde o período da ocupação, reforçam a identidade camponesa e também a identidade particular de alguns grupos étnicos, delineando um “espírito” da região, dominada, como já apontamos em outro momento, por uma “trama social e espacial rural”. As características culturais e os sentimentos expressos em relação ao mundo rural, aqui discutidos, certamente contribuíram para a persistência da pequena agricultura nesta porção do Estado de São Paulo.



Foto 64: Plantação de milho (seca) sobre o campo de futebol onde aconteciam os torneios entre bairros rurais. Fazenda São João, Córrego do Poção, Santa Salete/SP. Por Luis Paulo Valente, 14/07/2009



Foto 65. Igreja católica onde acontecem missas semanais até os dias de hoje, embora com um público bem menor do que em décadas atrás. Segundo Edilson, em todo bairro pode ser encontrado uma igrejinha, mas na maioria delas não há mais celebração de missas. Córrego do Viadinho, Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, 23/09/2010.



Foto 66: Chapéu do sitiante Antônio Saron, um símbolo do homem do campo. Santa Salete/SP. Por Elisângela de Jesus Santos,



Fotos 67. Sayoko Akamatsu ao lado do oratório que lhe foi entregue como herança pela sogra. Até hoje a família faz oferendas de todos os alimentos colhidos e preparados, e preserva os ihais (tábuas mortuárias, onde são gravados o nome de ascendentes). Córrego do Cascavel, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, 16/12/2010.



Foto 68. *Ihais* onde estão gravados os nomes dos ancestrais da família Akamatsu, que vieram para o Brasil do Japão em por volta de 1905. município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 16/12/2010



Foto 69. José Saron e Virtudes Gutierrez Saron, na cozinha da casa da família, logo depois da preparação do *mantecal*. Propriedade da família Saron, Córrego das Perdizes, Santa Salete/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/09/2010.



Foto 70. Mantecal, biscoito preparado por Virtudes Gutierrez Saron, muito conhecido pelos espanhóis da região. Propriedade da família Saron, Córrego das Perdizes, Santa Saete/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/09/2010.



Foto 71. Prêmios recebidos pela família Nishimoto em concursos de uvas ocorridos nas Festas do Arroz e Festa da Uva e do Mel, no município de Jales. Córrego do Jatahi, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 19/12/2010.



Foto 72. 2º Encontro da Família Akamatsu no ano de 2006. Poucos foram os ausentes. Além destes grandes encontros, tantos outros acontecem frequentemente nas propriedades rurais da região. Córrego do Cascavel, município de Urânia/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, por 16/12/2010



Foto 73. Festa da Uva, galpão de exposição de uvas, antes do início da festa. Um dos organizadores da festa borrifa água nas uvas para que elas se mantenham frescas durante todo o dia. Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 18/09/2010



Foto 74. Pessoas visitando a ala de exposições da Festa da Uva durante a noite. Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo, em 18/09/2010



Foto 75. Praça de Alimentação da Festa da Uva. Foram servidos pastéis, espetinhos de carnes diversas, mandioca cozida, refrigerante e cerveja. Jales/SP. Por Beatriz Medeiros de Melo. Por 18/09/2010



Foto 76. Uva premiada com o nome de Rosemari Buzo. Neste ano, dentre as 26 caixas de uva, apenas 2 estavam identificadas com o nome de mulheres. Festa da Uva, Jales/SP, 18/09/2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que realizamos levantou diversas expressões tanto dos fenômenos que recorrentemente atentam contra a reprodução dos sítios e dos sitiantes como das reações dos sujeitos em tais contextos. As conclusões parciais apresentadas ao final de cada capítulo deram conta de ir agregando-as e oferecendo certa explicação. Desse modo, nestas considerações finais buscamos, apenas, retomar uma breve reflexão sobre o fenômeno que nos propomos explicar, ainda que provisoriamente.

No transcorrer das narrativas apresentadas e das reflexões realizadas neste trabalho pudemos visualizar as trilhas da resistência inscritas na história destes sitiantes do extremo noroeste paulista, como um enredo cujo fio condutor é o desejo de resguardar a maior parcela possível de autonomia, de garantir a reprodução do grupo familiar, de afastar ameaças que poderiam trazer graves desequilíbrios à sua identidade, seu modo de vida e sua estrutura de sentimentos. Este enredo foi sendo reforçado a cada pequena vitória, e retornar, desistir, quebrar o ciclo, impõe um grande peso àquele que o realiza: o peso da história. As pequenas-grandes vitórias aconteceram nas passagens da Itália ao Brasil, das colônias de café à posse da pequena propriedade, do questionamento da posse da terra à reafirmação dos direitos, das crises dos ciclos agrícolas à sua superação, entre tantas outras. E quando hoje o sitiante analisa a possibilidade de arrendar sua propriedade para o plantio de cana-de-açúcar, se mudar para a cidade, e desistir do trabalho na agropecuária... Como não sentir o peso das lutas do passado?

Ele surge, assim, como uma arma de luta no presente e impulsiona as estratégias cotidianas de resistência que, como vimos, se expressam e se reafirmam das mais diferentes formas: na diversificação da produção, da comercialização e dos rendimentos; na abstenção aos financiamentos; no acúmulo de conhecimentos através das gerações; na resistência de alguns sitiantes (inclusive de tantos jovens) em se manter vivendo e produzindo no campo; no trabalho agrícola incessante realizado por homens, mas também mulheres, adolescentes e idosos; nas regras de parentesco baseadas na “vocação” dos filhos; na busca de formas de comercialização direta; na reorganização de organizações coletivas de apoio à produção e à comercialização; no fortalecimento das redes de confiança construídas entre vizinhos, parentes e mercados, que surgem como uma forma de proteção. Outras manifestações indiretas e sutis de resistência são percebidas nos boatos que circulam denegrindo a imagem da usina e propagando os “males” que chegam junto com ela; e nas desconfianças com relação ao mercado e seus agentes. Estas resistências veladas, ocultas, criam uma “atmosfera” desfavorável à atuação daqueles a que condena.

A força destas estratégias de ação para a resistência tem amplas consequências, que ultrapassam a reprodução das famílias para afetar, também, e alcançam a organização do espaço regional. O comércio e os serviços (segundo setor de atividade mais importante depois do próprio setor primário, tomando em conta o conjunto da MRG) e também o serviço público se reproduzem a partir, sobretudo, da vida que há nos espaços rurais, dos rendimentos gerados nestes espaços que, como vimos, ocupam parte substancial do território dos municípios da região.

Estes elementos mais objetivos aliam-se ao fortalecimento dos elementos simbólicos que realçam e revalorizam a *ruralidade*. Ademais da forte migração campo-cidade e do relativo esvaziamento do campo, observamos que a maioria das festas que acontecem nos municípios da região são relacionadas aos ciclos agrícolas e à religiosidade. Estes festejos anunciam, assim, “a vocação” desta região, sua característica predominante rural. De outro modo, os sítios seguem afigurando como o lugar por excelência dos encontros da família, das festas que marcam os ciclos de reprodução do grupo, reunindo os laços enternecidos pelo êxodo rural e fortalecendo um *sentimento de ruralidade* que ultrapassa, então, o grupo restrito dos filhos que se mantiveram na área rural. Também por meio dos largos momentos de lazer (defendidos pelos sitiantes como uma das importantes expressões de sua liberdade e autonomia) e dos frequentes encontros entre sitiantes durante os churrascos da “sacolinha”, reafirma-se os laços entre os sitiantes e deles com o espaço rural.

O termo *sentimento de ruralidade*, inspirado na idéia de *sentimento de localidade*, nos parece melhor expressar a relevância do vínculo com o espaço rural num momento em que a cidade e o agronegócio avançam ferozes sobre o campo. Já não nos cabe explicar *apenas* como os camponeses paulistas reagem às situações de mudança e aos processos sempre intensos e reelaborados de extração de seus rendimentos (embora essa seja tarefa infundável e necessária), mas, *também* porque, ademais das adversidades cada vez mais impiedosas, ele se mantém vivendo e produzindo no campo. Este *sentimento de ruralidade* é, assim, a peça fundamental, aliada aos elementos objetivos mencionados acima, que delinea na região uma *trama espacial e social* predominantemente rural.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. "Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural." *Cadernos de Ciência e Tecnologia* 15.1 (1998): 137-157.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAI, Jhony e Cesar HISARAKI. *100 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

ARAÚJO, Daniela Cintra de, et al. "Análise técnica e econômica do cultivo do cajueiro-anão na regional de Jales-SP." *Revista Brasileira de Fruticultura* 32.2 (2010): 444-450.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história." BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERQUÓ, Elza. "Sobre a política de planejamento familiar no Brasil." *Revista Brasileira de Estudos da População* 4.1 (1987): 95-103.

BESSERER, Federico. *Topografías transnacionales: hacia una geografía de la vida transnacional*. México, DF: Universidade Autónoma Metropolitana, 2004.

BÍSCARO NETO, Natal. *Memória e Cultura na História da Frente Pioneira (Extremo Noroeste Paulista - décadas de 40 e 50)*. Dissertação (Mestrado em História). PUC - São Paulo. São Paulo, 1993.

BOURDIEU, Pierre. "O camponês e seu corpo." *Revista de Sociologia e Política* (2006): 83-141.

BRUMER, Anita. "Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul." *Estudos Feministas* 12.1 (2004).

BULISANI, Eduardo Antonio. "A contribuição do IAC para o desenvolvimento da agricultura brasileira e paulista." *O AGRÔNOMICO - Boletim Técnico-Informativo do Instituto Agrônomo* 1999: Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/agronomico/contribuicao.php>. Acessado em 15/02/2012.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. "A grande imigração européia para o Brasil e o imigrantes espanhol no cenário da cafeicultura paulista: aspectos de uma (in)visibilidade." *Saeculum Revista de História* (2004): 115-137.

CARNEIRO, Maria José e Renato S. MALUF. "Multifuncionalidade da agricultura familiar." *Cadernos do CEAM* ano V.17 (fevereiro de 2005): 43-58.

CARNEIRO, Maria José. "Pluriatividade no campo: o caso francês." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (1996).

_____. "Ruralidade: novas identidades em construção." *Estudos Sociedade e Agricultura* 11 (outubro 1998): 53-75.

CASTILLO, Ricardo. "Região competitiva e circuito espacial produtivo: a expansão do setor sucroalcooleiro (complexo cana-de-açúcar) no território brasileiro." *Anais do 12. Encontro de Geógrafos da América Latina*. Montevideo, 2009.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil "Andiamo in 'Mérica"*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul - SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 1980.

CHAYANOV, Alexander von. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: 1974, 1974.

CLEMENTE, Evandro Cesar. "Formação, dinâmica e reestruturação da cadeia do leite na região de Jales." Dissertação de Mestrado. FCT-UNESP, 2006.

COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda e Sonia Regina PAULILO. "A modernização da agricultura e o conceito de módulo rural." *Perspectiva* 15 (1992): 121-141.

CUNHA, Luis Antonio. "Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile." *Cadernos de Pesquisa* 111 (2000): 47-70.

DANIEL, Henrique, Maria Aparecida Alseldo TARSITANO e Natália Barboza ZANON. "Diagnóstico da cultura da cana-de-açúcar na regional de Jales." *48 Congresso da SOBER*. Campo Grande-MS, 2010. 1-21.

DEERE, Carmen Diana e León MAGDALENA. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIOCESE DE JALES. "27ª Romaria Diocesana: Igreja em renovação a serviço da vida." *Boletim de Notícias da Diocese de Jales* (2011): Disponível em: <http://www.diocesedejales.org.br/portal/content.php?catid=11¬id=990>. Acessado em: 20/02/2012.

ECHEVERRIA, Thais Martins. "Caipiras e Samurais modernos: um estudos sobre pequenos proprietários rurais na bacia do Rio Cachoeira." Dissertacao (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 1993.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e Diana Gonçalves VIDAL. "Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil." *Revista Brasileira de Educação* 14 (2000).

FRACARO, Antonio Augusto. "Efeito de ethephon sobre a produção de uva niagara rosada (*Vitis labrusca* L.), produzida na entressafra na região de Jales-SP." *Tese (Doutorado em Agronomia)*. Jaboticabal: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUISA FILHO - DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO VEGETAL, 2004. 79.

GARCIA JR, Afrânio. "Liberto e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 3.7 (1988).

GIRARDI, Eduardo Paulon. “Proposição metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.” *Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUISTA FILHO, 2008. 349.

GODOY, Paulo R.T. *A expansão da fronteira na Alta-Araraquarense: o caso do município de Santa Fé do Sul (1930-1960)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Rio Claro. Rio Claro, 1995.

GRAMMONT, Hubert C. “La nueva ruralidad en América Latina.” *Revista Mexicana de Sociología* 66 (2004).

HAMILTON, Paula, Michael FRISH e Alistair THOMSON. “Cap. 6. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.” FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaína. (Org.) AMADO. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1980.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HELFAND, Steven M. e Vanessa da Fonseca PEREIRA. “Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil.” BUANAIN, Antonio Marcio (et. all.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012.

HOBBSAWM, Eric J e Terence RANGER. *A invenção das tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. “As religiões indígenas: o caso tupi-guarani.” *Revista USP* 67 (2005): 6-13.

LEITE, Sérgio Pereira. “A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira.” *Revista Perspectivas* 12/13 (1989/90): 31-53.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LUCENA, Célia Toledo. “Saberes e sabores do país de origem como forma de integração.” *CADERNOS CERU* 19.1 (2008).

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930.” *Revista História* 121 (1989): 5-26.

_____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARTINS, Rodrigo Constante. “Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado.” *RURIS* 3.1 (2009): 71-101.

MARX, Kar. *O capital. Crítica da Economia Política. Livro 3. Vol. 4.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. “Debates acerca da lei sobre o furto de madeira (1842).” *Gazeta Renana* 298 (2007): Tradução de Emil Asturig von München. Disponível em: http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#_ftn1. Acessado em: 10/10/2012.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte.* São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política. Livro 1.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MELO, Beatriz Medeiros de. “Migração, memória e território: o trabalhador rural nordestino na Ibatê paulista.” *Dissertação (mestrado em Geografia)*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.

_____. “Relatório anual de pesquisa.” Pesquisa “Mulheres em três tempos: um estudo do trabalho feminino no contexto do agronegócio canavieiro paulista” Coord: Maria Aparecida de Moraes Silva. 2011.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENEGUETTI NETO, Alfredo. “Imposto Territorial Rural (ITR): algumas considerações.” *Indicadores Econômicos*: 20.3 (1992).

MENEZES, Marilda Aparecida de. “O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.” *Revista Raízes* 21.01 (2002).

MENEZES, Marilda e Edgard MALAGODI. “Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência.” SCHNEIDER, Sergio e Marcio GAZOLLA. *Os atores do desenvolvimento rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 49-66.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1941.

MINTZ, Sidne W. “Comida e antropologia: uma breve revisão.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16.47 (2001).

MODENESE, Valéria da Silva, et al. “A comercialização direta ao consumidor: uma importante estratégia dos agricultores familiares da microrregião de Jales.” *VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.* Porto de Galinhas-PE, 2010.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec, 1971.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. “Das mãos à memória.” ECKERT, C., J. S. MARTINS e S. C. NOVAES. *O imaginário e o poético nas ciências sociais.* Bauru: EDSC, 2005. 295-315.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de e Beatriz Medeiros de MELO. “Vida em trânsito: mujeres migrantes de los palmerales de Maranhã en las ciudades de canavelares paulistas.” BENDINI, Mónica e Martha RADONICH. *Trabajo rural y travesías migratorias.* Neuquén: Universidad Nacional del Comahue, 2012. 201-235.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de e Rodrigo Constante MARTINS. “A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista.” *Sociologias* (2010): 196-240.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. “Fiandeiras, tecelãs, oleiras. Redesenhando as grotas e veredas.” *Revista Projeto História* 16 (1998): 75-104.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de, Beatriz Medeiros de MELO e Lara Abrão de MORAES. “Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista.” *Revista Caravelles* (2012): no prelo.

MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: EDUC Editora da PUC, 1989.

MULLER, Nice Lecop. “Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo.” *Boletim 132. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (1951).

MURUMATSU, Luís. *As revoltas do capim: movimentos sócio-agrírios no Oeste paulista 1959-1970*. FFLCH-USP. São Paulo, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. “Indústria da grilagem, negociatas e especulação na ocupação das terras em Jales.” *JORNAL DE JALES* 08 de dez de 2009: 5. Caderno 1.

_____. “Jalles ronda Jales.” *JORNAL DE JALES* 12 de mar de 2006: p. 5. Caderno 1.

_____. “Legal, mas injusto.” *JORNAL DE JALES* 2006 de fev de 2006: 5. Caderno 1.

_____. “O laudêmio em Jales é ilegal.” *JORNAL DE JALES* 14 de mar de 2006: 5. Caderno 1.

_____. “Renda da terra e produção do espaço urbano.” *Tese (Doutorado em Geografia)*. Presidente Prudente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, 2007. 445.

_____. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2002.

NAVA, Pedro. “Capítulo II. Oeste Paulista.” NAVA, Pedro. *Círio Perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NETO, Carlos de Castro Nevez e Antonio Nivaldo HESPANHOL. “O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo: a análise da microbacia da Água das Antas/Pinheiro no município de Assis/SP.” *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009. 1-31.

NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura familiar: quantos ancoradouros!” *Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf* (2005).

_____. “Diferenciação sócio-econômica do campesinato.” *Revistas Ciências Hoje* (1985).

NOBRE, Miriam. “Relações de gênero e agricultura familiar.” NOBRE, Miriam et al. (Orgs.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.

OCADA, Fábio Kazuo. “A TECELAGEM DA VIDA COM FIOS PARTIDOS: As motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações.” *Tese de Doutorado em Sociologia*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2006.

OCADA, Fábio Kazuo e Beatriz Medeiros de MELO. “Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.” *Revista NERA* (2008): 117-136.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. “Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.” Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Humbelido. “Agricultura e indústria no Brasil.” *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária* 5.10 (2010): 5-64.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. “Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista.” *Revista Brasileira de História* 26.51 (2006): 47-62.

PAULILO, Maria Ignez, Marineide M. SILVA e Alessandra B. DE GRANDE. “Mulher e a atividade leiteira: a dupla face da exclusão.” *Cadernos de Pesquisa* 21 (2000): 16-28.

PAULILO, Maria Inês. “O peso do trabalho leve.” *Ciência Hoje* 5.28 (1987): 64-70.

PEDRO, Joana Maria. “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração.” *Rev. Brasileira de História* 23.45 (2003): Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 15/02/2012.

PEREIRA, João Baptista Borges. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São paulo, 2002.

PERES, Alice Miguel de Paula. *O arrendamento de terras na pequena propriedade fundiária canavieira: o caso do município de Piracicaba-SP*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Campinas, 2003.

PETINARI, Ricardo Alessandro. “Agricultura familiar em microbacias do Noroeste do Estado de São Paulo: estratégias de produção e organização.” Tese de doutorado em Engenharia Agrícola. Faculdade de Engenharia Agrícola - UNICAMP, 2007.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos* 5.10 (1992): 200-212.

PONTES, Beatriz Maria Soares. “A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.” *Revista NERA* 8.7 (2005).

QUEIROZ, Maria Isauda Pereira de Queiroz. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973b.

REIS, Nazareth. *Tensões sociais no campo (Rubinéia e Santa Clara D’Oeste)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo, 1990.

RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. “Querido, temido. O imigrante italiano em São Paulo na 1ª República.” BONI, Luis A. (Org.). *A presença italiana no Brasil. Volume III*. Porto Alegre: Edição EST, 1996.

ROLLI, Cláudia e Fátima FERNANDES. “Usinas pagam R\$ 263 mi após cerco do fisco.” *FOLHA DE SÃO PAULO* 14 de março de 2010.

SACHS, Raquel Castelucci Caruso. “Remuneração da tonelada de cana no Estado de São Paulo.” *Informação Econômica SP* 37.2 (2007): 55-66.

SAKURAI, Célia. “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941).” FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2000.

SAMORA, Roberto. “Aumenta a incidência do greening nos laranjais de SP-Fundecitrus.” *ESTADÃO.COM.BR* 03 de 09 de 2010: Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,aumenta-a-incidencia-do-greening-nos-laranjais-de-sp-fundecitrus,604940,0.htm>. Acessado em: 10/02/2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Maria Machado. “Professor Sedeval e o resgate de nossa história.” *Jornal de Jales* 19 de março de 2006: 5.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCHUTZ, Hebert Mendes de Araújo. “A expansão da atividade sucroalcooleira: uma abordagem da declaração de inconstitucionalidade da Lei n. 5.200-2006 do município de Rio Verde em detrimento de um meio ambiente hígido e sustentável.” *Ambito Jurídico* 93 (2001).

SCORZA, Manuel. *Garabombo, O Invisível*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México DF: Ediciones Era, 2004.

—. *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

SCOTT, James. “Formas cotidianas de resistência camponesa.” *Revista Raízes* 21.01 (2002).

SEIXAS, Genésio Mendes de. *Jales: precursores e pioneiros*. Jales: Edição do autor, 2003.

_____. *Memória de Jales: até a instalação da Comarca*. Jales: Edição do Autor, 2006.

SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.” *Revisata NERA* 8.7 (2005).

SILVA, José Graziano da. “Velhos e novos mitos do rural brasileiro.” *Estudos Avançados* 15.43 (2001).

SILVA, José Graziano da, Mauro del GROSSI e Clayton CAMPANHOLA. “O que há de realmente novo no rural brasileiro.” *Cadernos de Ciência & Tecnologia* jan./abr. de 2002: 37-67.

SIQUEIRA, Chico. “Preço da borracha dispara e SP comemora.” *ESTADÃO.COM.BR* 09 de março de 2011: Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vida,preco-da-borracha-dispara-e-sp-comemora,689684,0.htm>. Acessado em: 22/02/2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás e Eduardo Pestana MOREIRA. “O desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.” *Estudos Avançados* 11.5 (1001): 57-70.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

TAUSSIG, Michael T. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

TEIXEIRA, Renato Araújo, Celene Cunha Monteiro Antunes BARREIRA e Emival da Cunha RIBEIRO. “As particularidades da exploração canavieira em Goiás: o caso do município de Inhumas.” *Ateliê Geográfico* 5.3 (2011): 219-238.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMPSON, E. P. “Folclore, Antropologia e História Social.” NEGRO, Antonio Luisi e Sérgio SILVA. *E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 227-267.

THOMPSON, Eduard Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOKESHI, Hosime. “Doenças e pragas agrícolas geradas e multiplicadas pelos agrotóxicos.” *CULTIVAR* 29 (2002): 17-24.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

TRICHES, Rozane Márcia, Elisângela FROEHLICH e Sergio. SCHNEIDE. “Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação escolar no município de Dois Irmãos (RS).” SCHEINEIDE, Sérgio e Marcio GAZOLLA. *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. “Raízes históricas do campesinato brasileiro.” *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, outubro de 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Rio de Janeiro: Hucitec/EdUNB, 1995.

_____. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

A. Entrevistas realizadas

Famílias e membros		Nome	Parentesco com o ascendente que comprou terras na região	Profissão	Local da Entrevista	Tempo de gravação	Data da entrevista	
Famílias das áreas de predomínio da pequena agricultura	Família Akamatsu	1	Eduardo	neto	agricultor e eng. agrônomo da CATI de Urânia	Escritório da CATI, Urânia/SP	02:20:48	14/12/2010
		2	Sayoko, Sandra, Carolina, Thaíse e Raiane	esposa do filho, esposa do neto, bisnetas	agricultora, idem, estudantes	cozinha da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	03:04:29	16/12/2010
	Família Alves	3	Otacílio	filho	agricultor	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	01:27:03	27/07/2010
	Família Barizon	4	Maria	filha	agricultora	sala da residência urbana, Catanduva/SP	01:15:07	13/07/2009
		5	Olímpio e Candida	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	02:11:22	14/07/2009
	Família Buzo	6	Ivanir e Rosemari	nora e sua filha	agricultoras	varanda da moradia na propriedade rural, Urânia/SP	01:01:47	20/09/2010
		7	Rosemari e Cleber Mártir	neta e seu esposo	agricultores	barracão na propriedade rural, Urânia/SP	01:52:05	22/07/2010
	Família Donda	8	Edilson	neto	agricultor	varanda da propriedade rural, Jales/SP	01:17:41	23/09/2010
		9	Fernando	neto	agricultor	garagem da propriedade rural, Jales/SP	00:45:59	23/09/2010
		10	Maria e Wilson	filho e sua esposa	dona de casa, sindicalista e agricultor	residência urbana, Jales/SP	02:07:28	29/07/2010
		11	Wilson e Maria: filho e nora	filho e sua esposa	dona de casa, sindicalista e agricultor	moradia urbana, Jales/SP	02:12:13	27/07/2010
	Família Machado	12	Gonçalo	genro	agricultor	varanda da moradia na propriedade rural, Jales/SP	03:30:40	23/09/2010
		13	Gonçalo e Maria	genro sua filha	agricultores	varanda da propriedade rural, Jales/SP	02:44:02	22/09/2010
		14	Maria	neta	agricultora	varanda da moradia na propriedade rural, Jales/SP	01:08:20	20/09/2010
		15	Maria e Arnaldo Matias	neta e seu esposo	agricultora	varanda da moradia na propriedade rural, Jales/SP	02:36:51	23/07/2010
	Família Morandim	16	Carlos Alberto	neto	funcionário administrativo	Sede da Cooperativa Jales, Jales/SP	02:34:28	23/06/2010
		17	Carlos Eduardo	bisneto	agricultor	terreiro defrente de sua casa na propriedade rural, Urânia/SP	01:16:23	21/09/2010
		18	José Antonio	neto	agricultor	cozinha da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	01:43:46	16/12/2010
		19	José e Luiza	filho e sua esposa	agricultores	moradia na propriedade rural, Urânia/SP	02:19:20	22/07/2010
		20	José e Luiza	filho e sua esposa	agricultores	moradia na propriedade rural, Urânia/SP	01:16:20	21/09/2010

Famílias e membros		Nome	Parentesco com o ascendente que comprou terras na região	Profissão	Local da Entrevista	Tempo de gravação	Data da entrevista	
expansão da	21	Márcia	esposa do neto	agricultora	varanda da moradia na propriedade rural, Urânia/SP	00:36:27	22/09/2010	
		22	Selma	esposa do neto	agricultora	varanda da residência urbana, Jales/SP	00:30:28	17/12/2010
	Família Nishimoto	23	Sérgio	neto	vereador de Jales e engenheiro agrônomo de Mesópolis	Sala de reuniões do Jales Centes Hotel	01:28:30	22/06/2010
		24	Wilson	neto	agricultor	sala da moradia na propriedade rural, Jales/SP	02:02:56	19/12/2010
	Família Preti	25	Ermelinda	nora	aposentada	varanda da residência urbana, Jales/SP	01:48:33	21/07/2010
		26	Ermelinda	nora	aposentada	varanda da residência urbana, Jales/SP	00:34:20	18/09/2010
		27	Márcia e Zenaide	bisneta e sua mãe	professora, dona de casa	residência urbana da família, Jales/SP	01:15:18	20/07/2010
		28	Nelson	neto	agricultor	escritório na propriedade rural, Jales/SP	01:31:07	24/07/2010
	Família Riga	29	Paulo	filho	agricultor	Sede da Cooperativa Jales, Jales/SP	02:11:08	14/12/2010
		30	Paulo e Cecília	filho e sua esposa	agricultores	varanda da propriedade rural, Jales/SP	00:17:26	15/12/2010
	Família Ryugo	31	José e Aiko	os mesmos	aposentados	varanda da propriedade rural de Gonçolo Machado, Jales/SP	00:00:00	22/09/2010
		32	José e Aiko	os mesmos	aposentados	residência urbana, Urânia/SP	04:17:52	13/12/2010
		33	Nelson e Edna	filho e nora	agricultores	varanda da propriedade rural, Urânia/SP	02:02:08	15/12/2010
	Família Santim	34	Sebastião, Neuza e Ricardo	filho, sua esposa e seu filho	agricultor, agricultora, físico	varanda da moradia na propriedade rural, Jales/SP	01:40:23	17/12/2010
		35	Sebastião e Neuza	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Jales/SP	01:08:05	23/07/2010
	Família Saraiva	36	Arnaldo	neto	agricultor	sala de jantar da moradia na propriedade rural, Jales/SP	01:28:24	19/12/2010
	Família Saron	37	Antonio	filho	agricultor	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	01:24:05	26/07/2010
		38	Virtudes	esposa	agricultora	cozinha da moradia na propriedade rural, Santa Salete/SP	02:20:08	19/09/2010
	Família Barbieri	39	Ana	nora	agricultora	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	00:48:51	09/02/2012
	Família Barbon	40	Wilson e Conceição	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Albertina/SP	02:33:35	16/07/2011
Família Bianco	41	Octávio e Marli	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Albertina/SP	01:47:04	14/07/2011	

Famílias e membros		Nome	Parentesco com o ascendente que comprou terras na região	Profissão	Local da Entrevista	Tempo de gravação	Data da entrevista	
infor	Família Birolli	42	Antonio Birolli	filho	agricultor	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Albertina/SP	02:00:45	15/07/2011
	Família Contro	43	Octávio	filho	agricultor	varanda da moradia na área urbana, Santa Albertina/SP	01:09:35	14/07/2011
	Família Donegá	44	Celso e Sonia	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	00:54:07	09/02/2012
	Família Fiorilli	45	Antonio e Edeléia	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na área urbana, Santa Albertina/SP	01:03:16	13/07/2011
	Família Matos	46	Antonio	filho	rentista	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Albertina/SP	00:37:58	14/07/2011
	Família Paz	47	Dirce	nora	agricultora	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	00:49:50	09/02/2012
	Família Ruza	48	Pedro e Lúcia	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	01:38:10	06/02/2012
	Família Serotório	49	Silvio	filho	rentista	varanda da moradia de seu cunhado na área urbana, Mesópolis/SP	00:27:39	06/02/2012
	Família Silva	50	Joao	filho	agricultor	porteira da propriedade no município de Mesópolis/SP	00:52:45	07/02/2012
	Família Tanaka	51	José e Dalvina	filho e sua esposa	agricultor	varanda da moradia na propriedade rural, Santa Albertina/SP	01:16:02	13/07/2011
		52	José Filho	neto	tratorista	varanda da moradia da propriedade rural, Santa Albertina/SP	00:43:52	13/07/2011
		53	Leonilda e Eurico	filha e seu esposo	agricultores	varanda da moradia da propriedade rural, Santa Albertina/SP	02:33:47	16/07/2011
	Família Yamada	54	Coiti e Francisca	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	00:51:37	06/02/2012
	Família Zequine	55	Otávio e Zequine	filho e sua esposa	agricultores	varanda da moradia na propriedade rural, Mesópolis/SP	00:29:53	06/02/2012
Engenheiros Agrônomos	56	Antonio Fracaro	-	eng. agrônomo autônomo, Jales/SP, filho de agricultor	Sala de aula da FATEC, Jales/SP	00:45:02	22/06/2010	

Famílias e membros		Nome	Parentesco com o ascendente que comprou terras na região	Profissão	Local da Entrevista	Tempo de gravação	Data da entrevista	
		57	Antonio Fracaro	-	eng. agrônomo autônomo, Jales/SP, filho de agricultor	Escritório particular, Jales/SP	00:25:07	15/07/2009
		58	Francisco	-	eng. Agrônomo da CATI, Santa Saete/SP	Escritório da CATI, Santa Saete/SP	02:32:00	24/06/2010
		59	Gilberto	-	eng. Agrônomo da CATI, Jales/SP	Escritório da CATI, Jales/SP	02:30:31	21/06/2010
		60	João Duran	-	eng. Agrônomo da CATI, Santa Albertina/SP	residência urbana, Jales/SP	00:10:30	27/07/2010
		61	Neli	-	eng. Agrônoma da CATI, Jales/SP	Escritório da CATI, Jales/SP	02:10:00	05/11/2009
		62	Neli	-	eng. Agrônoma da CATI, Jales/SP	Escritório da CATI Jales/SP	00:15:57	13/02/2012
		63	Osmar Guimarães	-	eng. Agrônomo da CATI, Santa Albertina/SP	Escritório da CATI, Santa Albertina/SP	02:01:32	29/07/2010
	Através isadores	64	Donizete	-	atravessador, empresário	escritório do barracão, Jales/SP	00:37:41	16/12/2010
		65	Wilson Katayama	-	atravessador, empresário	escritório do barracão, Jales/SP	02:20:48	14/12/2010
	Políticos	66	Afonso Voltan	-	secretário da agricultura, Jales/SP	escritório na Secretaria da Agricultura, Jales/SP	00:59:09	12/07/2011
		67	Antonio Matos	-	prefeito de Santa Albetina/SP	gabinete do prefeito, Prefeitura de Santa Albertina/SP	00:19:37	15/07/2011
		68	Cloves Viola	-	vice-prefeito, pecuarista	residência, na área urbana, Jales/SP	00:43:26	21/07/2010
		69	Nilton Marques	-	ex-secretário da agricultura de Jales, coordenador pedagógico	sala de professores, Universidade Aberta do Brasil	00:47:35	23/06/2010
		70	Tatinha	-	vereadora, Jales/SP	Câmara Municipal, Jales/SP	01:01:55	21/06/2010
		71	Tatinha	-	vereadora, Jales/SP	Câmara Municipal, Jales/SP	00:12:27	12/07/2011
	Outros	72	Celso e Sonia	-	gerente de uma empresa de fornecimento de cana	escritório da CATI, Mesópolis/SP	00:11:27	09/02/2012
		73	Deonel da Rosa Junior	-	jornalista	Sede do Jornal de Jales, Jales/SP	00:43:43	21/09/2010
		74	João Aquiles	-	responsável pelos contratos de arrendamento da Usina Colombo, Santa Albertina/SP	escritório do funcionário, Usina Colombo, Santa Albertina/SP	00:43:52	14/07/2011
75		José Alberto Lopez	-	agricultor	sala da moradia urbana, Jales/SP	02:06:18	12/02/2012	
76		Lúcio Lombardi	-	gerente da Cooperativa Jales/SP	Sede da cooperativa, Jales/SP	01:42:24	23/06/2010	
77		Luis Floriano	-	diretor da ETEC de Jales/SP	sala do diretor, ETEC, Jales/SP	01:16:25	10/02/2012	
78		Marco Antonio	-	pesquisador da EMBRAPA de Jales/SP	sala do pesquisador, EMBRAPA, Jales/SP	01:00:21	10/02/2012	

Famílias e membros		Nome	Parentesco com o ascendente que comprou terras na região	Profissão	Local da Entrevista	Tempo de gravação	Data da entrevista
	79	Nilton Marques	-	diretor da Unidade de Educação a Distância de Jales/SP	sala dos professores, Unidade de Educação a Distância, Jales/SP	00:34:42	13/02/2012
	80	Padre Giuliano	-	pároco de Santa Albertina/SP	Santa Albertina/SP	01:30:06	30/07/2010
	81	Otávio dos Santos	-	corretor e vereador de Santa Albertina/SP	sala do presidente da Camara dos Deputados, Santa Albertina/SP	00:55:59	15/07/2011
	82	Rute	-	socióloga da CATI de Jales/SP	Escritório da CATI, Jales/SP	00:51:12	08/02/2012
	83	Silvio	-	corretor e funcionário da Usina Colombo, Santa Albertina/SP	sala da moradia na área urbana, Mesópolis/SP	00:28:23	06/02/2012
	84	José Mulato	-	presidente da Cooperativa Agropecuária de Santa Albertina/SP	escritório da cooperativa, Santa Albertina/SP	01:02:33	08/02/2012
Tempo total de gravação						117:02:58	

B. Tabelas e Quadros

Tabela 1 – Área e número dos estabelecimentos agropecuários, total e por grupo de áreas, segundo as MRGs do Estado de São Paulo, 2006.

Microrregião	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área					Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área				
			De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha	De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha
Jales	339.027	8.402	45.875	62.200	48.953	101.393	80.606	5.111	1.983	704	526	78
Fernandópolis	224.175	3.436	15.029	26.171	29.562	85.961	67.452	1.722	807	411	436	60
Votuporanga	225.157	3.546	15.943	29.386	31.471	86.862	61.495	1.704	907	446	430	59
São José do Rio Preto	753.838	10.518	42.821	86.751	90.419	266.291	267.556	5.098	2.675	1.277	1.272	196
Catanduva	180.706	2.434	12.320	17.480	14.410	45.810	90.686	1.396	553	203	218	64
Auriflama	218.138	2.441	10.024	20.243	25.235	77.532	85.104	1.028	636	355	361	61
Nhandeara	174.564	4.011	19.982	34.985	31.991	60.257	27.349	2.104	1.095	445	336	31
Novo Horizonte	164.181	2.889	16.554	19.096	15.760	37.269	75.502	1.822	612	228	188	39
Barretos	197.268	1.275	5.855	7.996	9.915	45.650	127.852	596	243	137	215	84
São Joaquim da Barra	454.068	1.677	5.096	10.467	17.939	92.309	328.257	568	311	249	412	137
Ituverava	109.393	1.418	5.325	10.942	13.362	41.309	38.455	651	335	188	220	24
Franca	263.937	4.158	14.765	29.470	40.297	131.869	47.536	2.005	896	554	652	51
Jaboticabal	356.160	5.222	26.040	40.365	37.849	104.573	147.333	2.791	1.299	541	514	77
Ribeirão Preto	704.279	3.360	15.631	19.821	21.876	75.492	571.459	1.959	611	307	346	137
Batatais	296.767	3.146	13.533	24.406	28.244	89.877	140.707	1.491	750	395	435	75
Andradina	455.479	5.798	35.685	31.409	26.462	118.988	242.935	3.739	990	367	524	178
Araçatuba	416.466	2.238	7.432	15.547	20.334	101.289	271.864	880	472	282	443	161
Birigui	337.035	5.732	26.950	49.088	48.951	122.289	89.757	2.820	1.535	698	602	77
Lins	304.646	2.591	20.093	14.495	16.866	75.282	177.910	1.486	432	231	326	116
Bauru	670.421	6.120	26.620	38.482	44.125	209.043	352.151	3.118	1.174	612	936	280
Jaú	321.588	3.335	14.812	24.721	23.647	69.019	189.389	1.791	762	338	355	89
Avaré	461.480	3.658	14.858	23.634	28.746	145.915	248.327	1.710	747	401	636	164
Botucatu	271.034	2.483	10.455	16.183	20.279	75.005	149.112	1.275	496	284	331	97

Microrregião	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área					Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área				
			De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha	De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha
Araraquara	480.753	4.783	26.443	37.141	39.297	96.765	281.107	2.479	1.149	564	477	114
São Carlos	158.540	1.215	4.159	7.998	13.818	57.156	75.409	480	242	190	246	57
Rio Claro	177.007	2.019	8.459	16.034	15.803	50.794	85.917	991	496	227	263	42
Limeira	152.871	2.898	14.348	16.690	9.668	32.410	79.755	2.025	541	142	152	38
Piracicaba	197.066	2.539	10.813	19.201	18.447	57.421	91.184	1.348	597	261	279	54
Pirassununga	110.460	1.484	6.556	11.094	10.676	32.667	49.467	787	344	153	164	36
São João da Boa Vista	396.057	6.214	31.107	36.090	37.327	123.845	167.688	3.831	1.145	534	605	99
Moji Mirim	174.063	2.842	13.565	18.760	19.116	49.500	73.122	1.699	601	273	230	39
Campinas	137.801	3.239	13.444	12.375	10.792	46.600	54.590	2.458	388	150	217	26
Amparo	97.836	4.746	22.042	17.417	13.813	35.927	8.637	3.812	550	198	176	10
Dracena	240.853	3.826	20.437	26.401	19.981	65.911	108.123	2.335	831	279	304	77
Adamantina	344.478	6.229	33.824	44.509	34.975	92.692	138.478	3.791	1.403	490	458	87
Presidente Prudente	1.405.997	16.438	110.505	112.304	86.628	356.287	740.273	9.302	3.849	1.216	1.598	473
Tupã	226.262	2.920	10.949	21.010	17.726	73.980	102.597	1.612	642	246	335	85
Marília	416.242	4.149	16.774	24.766	31.364	156.944	186.394	2.073	779	442	678	177
Assis	580.685	5.121	20.390	40.010	43.703	161.932	314.650	2.411	1.213	618	719	160
Ourinhos	401.711	6.569	30.213	43.697	42.133	142.523	143.145	3.819	1.366	602	670	112
Itapeva	578.851	7.093	33.797	49.562	50.330	150.507	294.655	3.935	1.535	711	716	196
Itapetininga	253.620	3.638	16.778	20.523	20.948	74.346	121.025	2.261	646	300	343	88
Tatuí	113.071	3.146	15.092	16.543	17.561	37.312	26.563	2.176	523	247	184	16
Capão Bonito	288.389	4.708	17.890	25.125	22.674	78.225	144.475	3.140	780	326	375	87
Piedade	256.360	7.035	26.279	25.080	17.304	46.095	141.602	5.671	842	246	221	55
Sorocaba	134.895	3.101	14.931	14.306	15.069	51.854	38.735	2.159	454	213	239	36

Microrregião	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários	Número de estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área					Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área				
			De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha	De 0 até menos de 20 ha	De 20 até menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 500 ha	A partir de 500 ha
Jundiaí	31.496	1.172	5.256	3.123	2.468	15.453	5.196	969	102	35	61	5
Bragança Paulista	153.592	4.742	20.772	21.214	19.414	47.869	44.323	3.558	658	275	221	30
Campos do Jordão	35.403	830	3.611	5.445	5.293	14.282	6.772	513	167	71	74	5
São José dos Campos	181.606	3.714	12.675	15.626	21.171	65.838	66.296	2.578	472	288	328	48
Guaratinguetá	134.383	1.616	5.127	11.652	19.542	58.271	39.791	677	342	266	292	39
Bananal	129.811	1.223	4.009	9.846	13.897	49.101	52.958	458	293	189	237	46
Paraibuna/Paraitinga	235.027	5.164	24.109	40.189	40.257	81.486	48.986	2.854	1.235	580	456	39
Caraguatatuba	25.107	275	910	864	482	2.373	20.478	227	28	7	10	3
Registro	404.357	5.987	25.686	38.775	37.703	113.664	188.529	3.585	1.229	528	526	119
Itanhaém	33.948	788	3.988	6.947	4.212	6.851	11.950	455	236	59	33	5
Osasco	7.211	54	151	116	414	2.620	3.910	33	3	6	11	1
Franco da Rocha	4.955	50	212	135	206	1.073	3.329	36	6	3	4	1
Guarulhos	9.165	353	1.240	1.033	917	1.460	4.515	293	35	13	9	3
Itapeçerica da Serra	5.738	191	703	379	173	380	4.103	173	11	3	2	2
São Paulo	8.211	264	867	527	231	1.358	5.228	236	18	4	4	2
Mogi das Cruzes	77.201	3.136	13.617	7.696	5.649	12.389	37.850	2.721	258	79	60	18
Santos	536	23	106	60	70	300	0	19	2	1	1	0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006

Tabela 2 – Número (absoluto e relativo) de estabelecimentos agropecuários dos municípios da MRG de Jales por estrato de área –2006

Município	Número de estabelecimentos					Número de estabelecimentos %				
	De 0 a menos de 20 hec	De 20 hec a menos de 50 hec	De 50 a menos de 100 hec	De 100 a menos de 500 hec	A partir de 500 hec	De 0 a menos de 20 hec	De 20 hec a menos de 50 hec	De 50 a menos de 100 hec	De 100 a menos de 500 hec	A partir de 500 hec
Aparecida d'Oeste	231	90	32	21	6	60,8	23,7	8,4	5,5	1,6
Aspásia	140	60	30	11	0	58,1	24,9	12,4	4,6	0,0
Dirce Reis	98	32	18	11	3	60,5	19,8	11,1	6,8	1,9
Dolcinópolis	73	48	29	16	0	44,0	28,9	17,5	9,6	0,0
Jales	712	267	78	50	6	64,0	24,0	7,0	4,5	0,5
Marinópolis	73	31	23	20	0	49,7	21,1	15,6	13,6	0,0
Mesópolis	130	42	19	15	5	61,6	19,9	9,0	7,1	2,4
Nova Canaã Paulista	275	97	28	16	2	65,8	23,2	6,7	3,8	0,5
Palmeira d'Oeste	624	223	61	54	5	64,5	23,1	6,3	5,6	0,5
Paranapuã	95	54	25	34	1	45,5	25,8	12,0	16,3	0,5
Pontalinda	140	58	19	31	5	55,3	22,9	7,5	12,3	2,0
Populina	153	59	30	39	14	51,9	20,0	10,2	13,2	4,7
Rubinéia	125	26	8	7	6	72,7	15,1	4,7	4,1	3,5
Santa Albertina	256	128	54	38	6	53,1	26,6	11,2	7,9	1,2
Santa Clara d'Oeste	100	63	18	21	4	48,5	30,6	8,7	10,2	1,9
Santa Fé do Sul	389	119	18	18	4	71,0	21,7	3,3	3,3	0,7
Santana da Ponte Pensa	175	78	34	17	2	57,2	25,5	11,1	5,6	0,7
Santa Rita d'Oeste	229	130	51	24	5	52,2	29,6	11,6	5,5	1,1
Santa Salete	168	70	22	7	1	62,7	26,1	8,2	2,6	0,4
São Francisco	251	54	17	11	1	75,1	16,2	5,1	3,3	0,3
Três Fronteiras	251	83	37	29	1	62,6	20,7	9,2	7,2	0,2
Urânia	384	141	43	23	0	65,0	23,9	7,3	3,9	0,0
Vitoria Brasil	39	30	10	13	0	42,4	32,6	10,9	14,1	0,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Tabela 3 – Área (números absolutos e relativos) dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da MRG de Jales por estrato de área, 2006.

Município	Área dos estabelecimentos					Área dos estabelecimentos %				
	De 0 a menos de 20 hec	De 20 hec a menos de 50 hec	De 50 a menos de 100 hec	De 100 a menos 500 hec	A partir de 500 hec	De 0 a menos de 20 hec	De 20 hec a menos de 50 hec	De 50 a menos de 100 hec	De 100 a menos 500 hec	A partir de 500 hec
Aparecida d'Oeste	1963	2792	2188	4626	4817	12,0	17,0	13,4	28,2	29,4
Aspásia	1370	1820	2082	1996	0	18,8	25,0	28,6	27,5	0,0
Dirce Reis	909	1014	1274	1919	2479	12,0	13,4	16,8	25,3	32,6
Dolcinópolis	674	1493	2038	2832	0	9,6	21,2	29,0	40,2	0,0
Jales	6085	8569	5666	8257	5319	18,0	25,3	16,7	24,4	15,7
Marinópolis	717	1006	1585	4146	0	9,6	13,5	21,3	55,6	0,0
Mesópolis	1046	1330	1215	3529	2699	9,5	12,1	11,0	32,1	35,3
Nova Canaã Paulista	2670	2975	1876	2439	3640	19,6	21,9	13,8	17,9	26,8
Palmeira d'Oeste	5915	6610	4118	10558	3258	19,4	21,7	13,5	34,7	10,7
Paranapuã	919	1764	1739	6876	780	7,6	14,6	14,4	56,9	6,5
Pontalinda	1259	1862	1454	7985	6719	6,5	9,7	7,5	41,4	34,9
Populina	1435	1998	2160	9291	13106	5,1	7,1	7,7	33,2	46,8
Rubinéia	829	863	516	1557	7984	7,1	7,3	4,4	13,3	68,0
Santa Albertina	2570	4139	3763	6866	4225	11,9	19,2	17,5	31,8	19,6
Santa Clara d'Oeste	951	2012	1123	4432	6333	6,4	13,5	7,6	29,8	42,6
Santa Fé do Sul	3212	3702	1240	2570	5473	19,8	22,9	7,7	15,9	33,8
Santana da Ponte Pensa	1809	2375	2372	3151	2205	15,2	19,9	19,9	26,5	18,5
Santa Rita d'Oeste	2248	3987	3498	4030	8078	10,3	18,3	16,0	18,5	37,0
Santa Salete	1715	2134	1591	1398	841	22,3	27,8	20,7	18,2	11,0
São Francisco	1790	1714	1144	1870	606	25,1	24,1	16,1	26,2	8,5
Três Fronteiras	2289	2626	2581	5201	654	17,1	19,7	19,3	39,0	4,9
Urânia	3115	4367	2949	4204	0	21,3	29,8	20,2	28,7	0,0
Vitoria Brasil	360	1047	782	1895	0	8,8	25,6	19,1	46,4	0,0

Fonte: Centro Agropecuário do IBGE, 2006.

Tabela 4 – Número (relativo e absoluto) de estabelecimentos agropecuários dos municípios da MRG de Jales segundo o grupo de atividades econômicas, 2006.

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)										Número dos estabelecimentos agropecuários (%)								
	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Aparecida d'Oeste	380	36	5	151	0	188	0	0	0	0	9,5	1,3	39,7	0,0	49,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Aspásia	242	15	5	88	0	134	0	0	0	0	6,2	2,1	36,4	0,0	55,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Dirce Reis	163	10	5	10	0	137	1	0	0	0	6,1	3,1	6,1	0,0	84,0	0,6	0,0	0,0	0,0
Dolcinópolis	166	6	5	18	9	127	1	0	0	0	3,6	3,0	10,8	5,4	76,5	0,6	0,0	0,0	0,0
Jales	1113	88	81	280	2	655	4	2	0	1	7,9	7,3	25,2	0,2	58,8	0,4	0,2	0,0	0,1
Marinópolis	147	2	3	98	0	44	0	0	0	0	1,4	2,0	66,7	0,0	29,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Mesópolis	211	44	24	4	4	135	0	0	0	0	20,9	11,4	1,9	1,9	64,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nova Canaã Paulista	418	33	8	129	1	246	0	0	1	0	7,9	1,9	30,9	0,2	58,9	0,0	0,0	0,2	0,0
Palmeira d'Oeste	967	50	21	388	1	505	1	1	0	0	5,2	2,2	40,1	0,1	52,2	0,1	0,1	0,0	0,0
Paranapuã	210	17	28	29	3	133	0	0	0	0	8,1	13,3	13,8	1,4	63,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Pontalinda	255	22	6	71	2	154	0	0	0	0	8,6	2,4	27,8	0,8	60,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Populina	300	42	8	21	3	225	0	0	0	1	14,0	2,7	7,0	1,0	75,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Rubinéia	172	27	3	23	0	119	0	0	0	0	15,7	1,7	13,4	0,0	69,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Albertina	482	77	6	56	5	337	0	0	0	1	16,0	1,2	11,6	1,0	69,9	0,0	0,0	0,0	0,2
Santa Clara d'Oeste	206	52	0	9	0	143	1	0	0	1	25,2	0,0	4,4	0,0	69,4	0,5	0,0	0,0	0,5
Santa Fé do Sul	556	57	25	72	2	390	9	1	0	0	10,3	4,5	12,9	0,4	70,1	1,6	0,2	0,0	0,0
Santana da Ponte Pensa	306	33	2	63	0	208	0	0	0	0	10,8	0,7	20,6	0,0	68,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Rita d'Oeste	439	36	4	66	1	331	0	1	0	0	8,2	0,9	15,0	0,2	75,4	0,0	0,2	0,0	0,0
Santa Salete	269	15	5	95	0	152	2	0	0	0	5,6	1,9	35,3	0,0	56,5	0,7	0,0	0,0	0,0
São Francisco	335	22	7	131	0	173	2	0	0	0	6,6	2,1	39,1	0,0	51,6	0,6	0,0	0,0	0,0
Três Fronteiras	402	57	7	61	0	272	4	0	0	1	14,2	1,7	15,2	0,0	67,7	1,0	0,0	0,0	0,2

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)										Número dos estabelecimentos agropecuários (%)								
	Total	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura permanente	Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	Pecuária e criação de outros animais	Produção florestal - florestas plantadas	Produção florestal - florestas nativas	Pesca	Aquicultura
Urânia	592	43	42	157	5	341	2	0	0	2	7,3	7,1	26,5	0,8	57,6	0,3	0,0	0,0	0,3
Vitoria Brasil	92	11	2	41	4	34	0	0	0	0	12,0	2,2	44,6	4,3	37,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Tabela 5 – Área (e ampliação da área) plantada de cana-de-açúcar nas microrregiões do Estado de São Paulo, 1990-2000.

Microrregião Geográfica	Ano					Ampliação da área plantada de cana 1990-2000
	1990	1995	2000	2005	2010	
São José do Rio Preto	43.211	63.621	87.018	144.284	369.681	8,6
São Joaquim da Barra	86.492	182.540	217.012	253.781	329.394	3,8
Ribeirão Preto	241.412	270.770	276.421	281.113	327.016	1,4
Presidente Prudente	51.659	35.282	57.167	83.718	242.966	4,7
Jaboticabal	129.063	162.935	178.130	212.035	233.770	1,8
Assis	96.163	116.201	129.772	155.420	233.133	2,4
Araraquara	107.479	161.529	171.377	185.526	215.965	2,0
Jaú	167.016	196.430	164.986	188.009	214.556	1,3
Araçatuba	48.390	60.334	81.917	125.064	194.965	4,0
Birigui	36.463	44.464	51.401	64.405	182.048	5,0
Piracicaba	118.500	145.170	123.583	125.562	169.601	1,4
Andradina	8.469	11.244	23.222	36.937	158.216	18,7
Bauru	47.702	72.276	65.668	64.199	142.404	3,0
Lins	20.588	22.109	29.046	33.439	135.276	6,6
Catanduva	63.339	64.194	77.680	97.247	129.270	2,0
Ituverava	24.442	34.475	53.600	80.233	118.534	4,8
Barretos	4.595	20.100	28.060	55.551	116.962	25,5
São Carlos	33.750	40.277	61.388	83.350	111.637	3,3
Batatais	23.750	48.600	55.452	68.884	106.924	4,5
São João da Boa Vista	30.151	37.522	46.584	71.511	97.630	3,2
Novo Horizonte	16.480	20.436	25.800	59.147	97.582	5,9
Ourinhos	41.064	62.490	60.250	59.854	96.492	2,3
Adamantina	14.821	22.665	29.960	51.766	95.717	6,5
Limeira	80.611	81.185	79.900	81.041	93.650	1,2
Nhandeara	4.344	6.220	6.760	25.932	87.300	20,1
Dracena	3.869	4.286	280	11.496	82.802	21,4
Franca	436	4.848	25.575	36.190	68.350	156,8
Botucatu	32.494	34.030	36.041	46.878	65.762	2,0
Votuporanga	450	220	888	8.192	64.061	142,4
Pirassununga	19.807	43.400	34.750	41.289	57.473	2,9

Microrregião Geográfica	Ano					Ampliação da área plantada de cana 1990-2000
	1990	1995	2000	2005	2010	
Rio Claro	29.692	29.814	36.353	41.545	54.718	1,8
Avaré	16.230	12.773	14.680	18.822	49.250	3,0
Auriflama	5.120	6.103	20.244	13.879	46.228	9,0
Fernandópolis	5.765	6.786	7.891	9.907	45.614	7,9
Moji Mirim	33.600	31.450	29.950	33.535	34.430	1,0
Campinas	54.427	38.595	42.170	55.624	32.231	0,6
Jales	806	757	480	1.900	31.125	38,6
Tatuí	29.480	27.630	22.722	28.043	29.720	1,0
Marília	9.580	6.300	3.560	5.554	28.556	3,0
Tupã	2.378	1.340	556	6.204	20.898	8,8
Sorocaba	18.795	18.470	15.980	19.413	20.536	1,1
Itapetininga	3.189	2.250	2.500	7.759	19.210	6,0
Itapeva	1.900	1.400	3.750	4.725	12.638	6,7
Amparo	1.514	3.240	2.340	2.508	2.905	1,9
Bragança Paulista	401	585	280	556	1.434	3,6
São José dos Campos	934	890	808	1.280	1.110	0,8
Paraibuna/Paraitinga	140	140	364	251	635	0,2
Piedade	0	-	135	230	308	X
Jundiaí	470	12	10	75	191	0,4
Bananal	250	57	190	218	144	1,7
Capão Bonito	60	153	-	414	131	2,2
Registro	0	60	30	157	9	X
Campos do Jordão	30	30	-	-	0	X
Guaratinguetá	0	15	10	100	0	X
Caraguatatuba	0	72	20	-	0	X
Itanhaém	0	-	74	-	0	X
Osasco	109	-	-	-	0	X
Franco da Rocha	0	-	-	-	0	X
Guarulhos	100	-	-	-	0	X
Itapeçerica da Serra	0	-	-	-	0	X
São Paulo	0	-	-	-	0	X

Microrregião Geográfica	Ano					Ampliação da área plantada de cana 1990-2000
	1990	1995	2000	2005	2010	
Mogi das Cruzes	0	125	5	-	0	X
Santos	0	-	-	-	0	X

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE.

Tabela 6 – Área (e ampliação da área) plantada (há) de cana-de-açúcar nos municípios da MRG de Jales, 1990-2010.

Município	Ano					Área total dos estabelecimentos agropecuários	Ampliação da área plantada de cana entre 1990 e 2010
	1990	1995	2000	2005	2010		
Aparecida d'Oeste	-	-	-	252	950	16.386	5,8
Aspásia	-	-	-	-	95	7.268	1,3
Dirce Reis	-	60	-	-	195	7.595	2,6
Dolcinópolis	-	-	-	-	1.500	7.037	21,3
Jales	750	150	-	-	1.750	33.896	5,2
Marinópolis	-	-	-	-	-	7.454	0,0
Mesópolis	-	-	-	-	7.500	9.819	76,4
Nova Canaã Paulista	-	-	-	-	530	13.600	3,9
Palmeira d'Oeste	12	20	-	-	320	30.459	1,1
Paranapuã	-	-	-	42	2.224	12.078	18,4
Pontalinda	-	500	480	735	900	19.279	4,7
Populina	-	-	-	661	9.500	27.990	33,9
Rubinéia	-	-	-	-	300	11.749	2,6
Santa Albertina	-	12	-	-	1.420	21.563	6,6
Santa Clara d'Oeste	4	-	-	-	-	14.851	0,0
Santa Fé do Sul	5	5	-	-	145	16.197	0,9
Santana da Ponte Pensa	-	-	-	-	520	11.912	4,4
Santa Rita d'Oeste	-	-	-	-	600	21.841	2,7
Santa Salete	-	-	-	-	150	7.679	2,0
São Francisco	30	-	-	-	130	7.124	1,8
Três Fronteiras	5	-	-	-	800	13.351	6,0
Urânia	-	10	-	-	1.300	14.635	8,9
Vitória Brasil	-	-	-	210	296	4.084	7,2

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE

Tabela 7

Lavoura permanente (área plantada, ha) - 2010 - Municípios tomados como locus da investigação					
Produto	Jales	Urania	Santa Salete	Santa Albertina	Mesópolis
Total	2979	1439	1016	665	97
Banana (cacho) (Toneladas)	250	100	87	80	2
Borracha (látex coagulado) (Toneladas)	273	14	12	73	9
Café (em grão) (Toneladas)	123	50	20	10	20
Coco-da-baía (Mil frutos)	11	-	-	-	-
Goiaba (Toneladas)	3	-	-	-	-
Laranja (Toneladas)	1809	1079	850	487	31
Limão (Toneladas)	60	45	-	15	30
Mamão (Toneladas)	-	2	-	-	2
Manga (Toneladas)	-	30	30	-	-
Tangerina (Toneladas)	3	2	4	-	-
Uva (Toneladas)	447	117	13	-	3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2010.

Tabela 8

Lavoura temporária (área plantada, ha) - 2010 - Municípios tomados como universo empírico					
Produtos/Ano	Jales	Urania	Santa Salete	Santa Albertina	Mesópolis
Total	1.940	1.835	200	1.630	7.989
Arroz (em casca) (Toneladas)	5	20	-	-	-
Cana-de-açúcar (Toneladas)	1.750	1.300	150	1.420	7.500
Mandioca (Toneladas)	25	-	-	10	9
Milho (em grão) (Toneladas)	150	500	50	200	300
Soja (em grão) (Toneladas)	-	-	-	-	150
Tomate (Toneladas)	10	15	-	-	30

Tabela 9

Producao de origem animal - 2010 - Municípios tomados como locus da investigação					
Produto	Jales	Mesópolis	Santa Albertina	Santa Salete	Urânia
Leite (Mil litros)	7.634	3.456	6.440	3.100	6.240
Ovos de galinha (Mil dúzias)	196	25	48	33	72
Mel de abelha (Quilogramas)	3.600	300	370	500	550

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2010.

Tabela 10

Tipo de rebanho - 2010 - Municípios tomados como locus da investigação					
Produto	Jales	Mesópolis	Santa Albertina	Santa Salete	Urânia
Bovino	36.008	9.919	29.500	19.683	24.150
Equino	982	250	650	452	545
Bubalino	-	-	25	-	10
Asinino	17	-	-	-	-
Muar	50	30	40	30	50
Suíno	3.793	591	1.530	920	1.836
Caprino	160	28	36	-	25
Ovino	1.150	487	400	200	710
Galos, frangas, frangos e pintos	12.100	2.291	4.521	2.783	9.469
Galinhas	14	1.800	3.750	2.500	5.670

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, 2010.